

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Fichas Curriculares dos Organizadores

Brígida Rocha Brito (Coordenação e Organização)

Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, investigadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) e coordenadora de Projecto de Investigação. Tem desenvolvido trabalhos de leccionação e de investigação especializada, consultoria e formação nas áreas do Ambiente, Desenvolvimento Comunitário e Participativo, Turismo Ecológico e Sustentável, Segurança Alimentar e Cooperação Internacional. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções de investigação e de formação são Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Tem participado em congressos nacionais e internacionais com apresentação de trabalhos, bem como colaborado na organização de Encontros Científicos internacionais temáticos.

Nuno Alarcão (Organização)

Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, investigador do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE). Tem desenvolvido trabalhos de investigação nas áreas do Desenvolvimento Comunitário e do Turismo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais e colaborado na organização de Seminários Internacionais temáticos.

Joana Marques (Organização)

Socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária, investigadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE). Tem desenvolvido trabalhos de investigação nas áreas do Desenvolvimento Comunitário, Economia e Turismo Solidários. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções são Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais e colaborado na organização de Seminários Internacionais temáticos.

Os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos seus respectivos autores e em momento algum poderão ser imputados às instituições promotoras, organizadoras e apoiantes

ÍNDICE

Apresentação	09
Capítulo I – Turismo, Cultura e Identidades	13
<i>Ética e Responsabilização na promoção do Turismo Sustentável - Brígida Rocha Brito</i>	15
<i>O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos processos de Desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe - Rogério Roque Amaro</i>	28
<i>Cambio climático, educación ambiental e turismo: unha reflexión para o futuro de São Tomé – Pablo Meira</i>	44
<i>O Ecoturismo e a educação de turistas como estratégias de Desenvolvimento Sustentável em ilhas - Pedro Morais e Miguel Silveira</i>	57
<i>A interpretación do Patrimonio como instrumento na xestión turística dos espazos naturais protexidos – Araceli Serantes Pazos</i>	67
<i>Turismo, Culturas Tradicionais e Identidades em São Tomé e Príncipe - Nuno Alarcão, Brígida Brito, Joana Marques</i>	77
<i>Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas - Joana Marques, Brígida Brito, Nuno Alarcão</i>	83
<i>Antimodelos y autodecisión en las formas de desarrollo. Un enfoque del sector turístico desde la perspectiva de la oferta – Xavier Muñoz y Torrent</i>	98
<i>Contributo do Ecoturismo para Desenvolvimento Rural de S. Tomé e Príncipe – Yossene Santiago</i>	113
<i>Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Local Sustentável em Cabo Verde. Estudo e planeamento operacional de um modelo de desenvolvimento numa abordagem de cooperação – Irene Nunes</i>	118
<i>Novas perspectivas para a (re)utilização dos corredores e do património ferroviário desactivado – o caso da ecopista de Sever do Vouga – António Guedes</i>	126
<i>A importância do Ecoturismo como ferramenta para a gestão sustentável de Áreas Naturais e sua aplicação no conceito Explore* - Miguel Silveira e Pedro Morais</i>	128

Capítulo II – Diferentes Olhares sobre o Ambiente	135
<i>O papel social e político da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade</i> – Luís Moita	137
<i>O CEIDA e a Educação Ambiental na Galiza</i> – Carlos Vales	143
<i>Educação Ambiental no processo de consciencialização ambiental da população e de integração das comunidades na gestão do Ambiente</i> – Arlindo de Carvalho	151
<i>Educação Ambiental, Representações Socioculturais e Conservação de Espécies Ameaçadas em meio insular africano</i> - Brígida Rocha Brito	156
<i>Caça, comunidades rurais e conservação da biodiversidade em São Tomé e Príncipe</i> – Mariana Carvalho	169
<i>O Projecto Rios e a melhoria de rios e ribeiras</i> – Pedro Teiga e Veloso-Gomes	174
<i>Zonas Húmidas - uma articulação entre a agricultura e a conservação da natureza: contributos para um plano de gestão no Baixo Vouga Lagunar</i> – Raquel Lopes e Maria Teresa Andresen	185
<i>A mediação como prática discursiva transformadora. Um estudo de caso com comunidades piscatórias ribeirinhas de Botucatu (SP, Brasil)</i> – Mário Freitas, Drauzio Annunciato, Ivanete Nardi, Bruno Silva	192
<i>Cidadania ambiental: cooperação sócio-cultural com índios Tembés de Santa Maria do Pará – Brasil</i> – Cláudia Silva	205
Capítulo III – Estratégias e Práticas Educativas	215
<i>Estrategias Educativas para la re-construcción de Comunidades Sostenibles. Proyecto Cadispa</i> – Escócia – Germán Vargas	217
<i>As crianças como protagonistas de transformações nas relações intergeracionais</i> – Rosa Madeira	236
<i>Sustentabilidade: bom senso ou senso comum?</i> – Vítor Reis	261
<i>A Educação Ambiental - um contributo para a cidadania</i> – Pedro Teiga, Márcia Moreno, Veloso-Gomes	275
<i>O papel da Educação Ambiental na saúde das populações</i> – Manuela Cardoso	286
<i>Agenda21 Escolar: um projecto educativo; da responsabilidade individual ao compromisso colectivo</i> – Joaquim Ramos Pinto	293
<i>Conhecer para (des)envolver: vivências da ruralidade num contexto insular</i> – Eva Vidal, Ana Cristina Palos, António Rodrigues	302
<i>Envolvimento da população em uma importante etapa da gestão dos resíduos sólidos urbanos: a separação na fonte</i> – Marcela Sobral	313

Capítulo IV – Experiências e Práticas em Contexto Santomense	319
<i>Experiências da MARAPA sobre a Preservação do Ambiente em São Tomé e Príncipe</i> – Jorge de Carvalho	321
<i>Jalé Ecolodge: um projecto piloto de ecoturismo de base comunitária em São Tomé</i> – Bastien Loloum	327
<i>Roça de S. João: Projecto Integrado de Desenvolvimento. Turismo ecológico e cultural em espaço rural</i> - Isaura Carvalho	333
<i>Turismo Solidário. Escola de Artes e Ofícios de Diogo Vaz</i> – Nora Rizzo	337
<i>Balanço de 15 anos de conservação das Áreas Protegidas através do Turismo. Programa ECOFAC componente de São Tomé e Príncipe</i> – Danilo Barbero	340
<i>O Ecoturismo e a Conservação, experiência da Associação Monte Pico</i> – Luís Mário Almeida	344
<i>A experiência da Associação Clube das Nações</i> – Eleutério da Assunção	348
<i>Medicina Tradicional vs Mindjan Mato vs Curandeiros em S. Tomé</i> – Isabel Rodrigues	350
<i>Educação Ambiental e Resíduos – um recurso para (re) utilizar com criatividade</i> - Adelina Pinto, Conceição Afonso, Raquel Lopes	353
<i>Atelier “Educação, Cultura e Turismo”</i> – António Martelo e Antónia Barreto	361
<i>Projecto Rios - para adopção de um troço de rio ou ribeira (São Tomé e Príncipe)</i> – Pedro Teiga	365
<i>Cinco Sentidos</i> - Mariana Roldão, Eugénia Gonçalo, João Martins, Ana Cristina Silva, Céu Teiga	370
<i>Desafios ao Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe: o caso do Ilhéu das Rolas</i> - Mário Freitas, Pedro Teiga, Mariana Roldão, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Eugénia Gonçalo	378
Capítulo V – Discursos Oficiais	393
<i>Discursos Oficiais de Abertura</i> – Arlindo de Carvalho, Brígida Rocha Brito, Joaquim Pinto, Jorge de Bom Jesus	395
<i>Discursos Oficiais de Encerramento</i> – Arlindo de Carvalho, Brígida Rocha Brito, Rafael Branco	401

Apresentação

O livro “Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe” resulta da articulação de esforços e de um trabalho conjunto que permitiu elaborar uma obra em co-autoria.

Os autores dos textos participaram no Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”, que se realizou na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, em Julho de 2008, apresentando palestras, trabalhos que desenvolveram e experiências que se encontram ainda em curso. O evento foi promovido e organizado seguindo a metodologia da parceria internacional, constituída por diferentes entidades, a saber: o Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), a Direcção-Geral do Ambiente e a Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e a Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental.

O Seminário Internacional e a presente publicação, que dele decorre, inserem-se nas actividades da Linha de Investigação em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), no âmbito da qual se enquadra o Projecto “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares” (PTDC/AFR/69094/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES). Para a edição desta publicação, ao estilo de Actas de Seminário, a Organização contou ainda com outros apoios, entre os quais a CPLP e os Cafés Delta. No âmbito do Seminário, além do presente livro, outros recursos foram produzidos: uma página web¹, um Livro de Resumos², o Guia do Participante, posters e folhetos de divulgação.

O encontro científico realizado em São Tomé teve como principal objectivo a promoção do conhecimento fundamentado na troca de experiências, representando também, para os investigadores da equipa do Projecto, um importante mecanismo facilitador de recolha de informação. Neste Seminário participaram alguns dos principais representantes do Estado santomense que tutelam os sectores temáticos em análise, a Educação, o Ambiente e o Turismo, mas também promotores e dinamizadores de iniciativas com projectos em curso, membros de organizações da sociedade civil e representantes das comunidades locais visitadas. O evento contou ainda com a intervenção de representantes de outros países lusófonos, nomeadamente de Portugal, do Brasil e de Cabo Verde, que contribuíram de forma determinante para a partilha de experiências, enriquecimento cultural e identificação de potenciais projectos em parceria para o futuro.

1 <http://seminariointernacionalstp2008.googlepages.com>

2 Edição CEIDA (2008), ISBN-13: 978-84-691-4676-7

No âmbito do evento, foram definidos dois programas que se complementaram: por um lado, um programa de visitas a projectos e a iniciativas de turismo que envolvem acções educativas em contexto ambiental e que são promotoras de desenvolvimento local e comunitário em São Tomé e Príncipe, onde foram dinamizados ateliers de artes e ofícios. Por outro lado, um programa de actividades científicas que incluiu palestras, a apresentação de trabalhos sob a forma de comunicação oral e poster, a síntese das conclusões e debates.

Para a edição do Livro de Actas, procurámos adoptar e seguir um critério temático na organização e apresentação dos materiais em vez de uma simples reprodução da estrutura do Seminário. Desta forma, tentamos relacionar, o mais directamente possível, todos os textos que tenham como denominador comum o turismo, o ambiente e a educação numa perspectiva de desenvolvimento local e de base comunitária.

O livro divide-se assim em cinco grandes capítulos. A saber:

- O primeiro capítulo, intitulado “Turismo, Cultura e Identidades”, em que se abordam os conceitos, as metodologias, os projectos e as experiências em curso em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde e em Portugal. Todos os textos apresentam um eixo comum na análise desenvolvida no que respeita à relação entre o turismo e o desenvolvimento das comunidades. A partir da apresentação de exemplos de boas práticas são particularmente valorizados os segmentos turísticos alternativos por se revelarem como promotores de mudanças no longo prazo, ou seja incluindo um pressuposto de sustentabilidade.
- O segundo retrata “Diferentes Olhares sobre o Ambiente”, enquadrando conceptualmente as acções de preservação ambiental, principalmente em contexto de Área Protegida, e de conservação de espécies. São apresentadas experiências em curso na Galiza, em São Tomé e Príncipe, em Portugal e no Brasil que, pelos resultados alcançados até ao presente, podem ser consideradas como paradigmáticas;
- No terceiro capítulo, são analisadas as “Estratégias e Práticas Educativas” evidenciando preocupação com a construção de sociedades sustentáveis. São analisados conceitos e apresentados projectos estudados na Escócia, Portugal e Brasil.
- O quarto capítulo “Experiências Práticas em contexto santomense” consiste na apresentação da memória descritiva de experiências protagonizadas por Associações e Organizações Não Governamentais, assim como das acções desenvolvidas em São Tomé e Príncipe com grupos específicos, dinamizadas por alguns dos participantes, e enquadradas pelo Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”.

- No quinto capítulo constam os discursos oficiais de abertura e de encerramento do Seminário e que, desta forma, ficam registados.

O princípio de estruturação dos textos por capítulo, além do critério temático, seguiu um pressuposto: textos que facilitam a contextualização conceptual, teórica e metodológica seguidos da apresentação e análise de experiências em curso em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde, em Portugal e por fim no Brasil.

Esperamos que a edição deste livro, no seguimento da realização do Seminário Internacional de Julho de 2008, corresponda ao início de uma caminhada de cooperação, no sentido da colaboração e da parceria, em favor do contínuo processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. E este passa necessariamente pela promoção de melhores condições de vida para as populações locais. Novas iniciativas estão delineadas e em perspectiva. Cabe-nos a todos construí-las em conjunto.

Brígida Rocha Brito

(Coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006)

brigida.brito@iscte.pt

Centro de Estudos Africanos, CEA/ISCTE

<http://www.cea.iscte.pt>

CAPÍTULO I

Turismo, Cultura e Identidades

Ética e Responsabilização na promoção do Turismo Sustentável

Brígida Rocha Brito¹ (Investigadora, Coordenadora de Projecto de Investigação, Centro de Estudos Africanos/ISCTE), Nuno Alarcão² (CEA/ISCTE), Joana Marques³ (CEA/ISCTE)

I. Contextualização

Ao longo do tempo, o sector económico do turismo tem evidenciado uma tendência para o crescimento, sendo consensualmente, e a nível internacional, considerado como uma das actividades que apresentam maior dinamismo, continuando a ser-lhe reconhecidas potencialidades diversas. Além de ser definido como uma actividade económica, o turismo pode também ser entendido e analisado enquanto fenómeno social que resulta no desenvolvimento de um conjunto de práticas socioeconómicas e culturais, enquadradas por contextos ambientais.

Independentemente da forma como se define o sector, e os segmentos que o constituem, o turismo pode ser analisado a partir de um conjunto de elementos comuns, entre os quais: ser um fenómeno humano e dotado de características sociais; ter um carácter temporário porque limitado no tempo; estar dependente de factores motivacionais diversos em função dos intervenientes considerados; implicar uma relação, directa ou indirecta entre diferentes actores envolvidos; ser referenciado a ambientes concretos sejam rurais, costeiros ou urbanos; produzir impactos, positivos e negativos.

Independentemente das características da prática, o turismo envolve, pelo menos, dois grupos que estabelecem relações mais ou menos directas, em função dos casos: os visitantes ou turistas e os visitados ou comunidades locais, que se definem pelas funções que lhes são atribuídas e pelos papéis que desempenham, tendo também motivações diferenciadas e próprias. Para o primeiro, o visitante, é naturalmente mais valorizada a qualificação do tempo de lazer, caracteristicamente limitado e insuficiente, assim como a optimização das experiências, o cumprimento das expectativas no que respeita às actividades a desenvol-

- 1 *Autora principal, Socióloga, Mestre e Doutora em Estudos Africanos, coordenadora da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela FCT, "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 2 *Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 3 *Socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*

ver, o conhecimento e a satisfação pessoal. Para o segundo, o visitado, os aspectos mais valorizados consistem na possibilidade de rentabilizar os recursos locais, de aproveitar novas oportunidades e de melhorar as condições de vida próprias e dos familiares próximos.

A análise da evolução do sector a nível internacional evidencia a coexistência de uma grande diversidade na oferta e na procura turística, evidenciada pelas práticas desenvolvidas, reforçando a crescente valorização das novas formas de turismo, também denominadas de alternativas.

A análise do tema “Ética e Responsabilização na promoção do Turismo Sustentável” tem vindo a ser desenvolvida desde 1999, primeiro no quadro do Doutoramento⁴ em Estudos Africanos, tendo tido continuidade para a investigação de Pós Doutoramento⁵ em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) e ainda para o Projecto de Investigação⁶ sobre o tema dos impactos do turismo no desenvolvimento comunitário em contexto insular africano, sendo qualquer um dos estudos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES).

2. Considerações sobre o Turismo Sustentável

A conceptualização do Novo Turismo, também qualificado de sustentável, é realçada a partir de 1980, por ocasião da Conferência de Manila, momento em que foram formalmente tipificadas as classificações tipológicas referentes à prática turística e que permitem distinguir as formas convencionais das alternativas. Com a Conferência de Manila, passou a defender-se um conjunto de princípios valorativos tendentes à preservação do património natural, histórico e arquitectónico, cultural e humano associada à promoção do desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões, o que implica uma óptima utilização de recursos e a promoção das potencialidades de âmbito local (Brito, 2000).

As práticas de turismo convencional são principalmente marcadas por linhas de orientação economicistas, revelando pouca preocupação com a preservação ambiental ou com a manutenção dos traços culturais tradicionais caracterizadores das comunidades locais que acolhem e contactam com o turista. Ao contrário, as formas alternativas reúnem uma multiplicidade de possibilidades, distinguindo-se das convencionais por três aspectos principais. A saber: não são destruidoras e poluidoras; promovem a preservação de espaços ambientais, nomeadamente em contexto de área protegida e a conservação de

4 O doutoramento “Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe” foi coordenado pelo Prof. Doutor Rogério Roque Amaro (ISCTE).

5 O tema da investigação de Pós Doutoramento é “Desenvolvimento Local Sustentável em contexto insular africano: da Educação Ambiental à Mudança Social Comunitária” (CEA/ISCTE) coordenado pelo Professor Doutor Luis Moita.

6 Coordenação de Brígida Rocha Brito, equipa de investigação constituída por Bastien Loloum, Joana Marques, Joaquim Ramos Pinto e Nuno Alarcão.

espécies, em particular das que se encontram em situação de ameaça ou risco de extinção; são instrumentos de manutenção das culturas tradicionais já que se fundamentam na valorização das práticas e dos costumes, no conhecimento prévio das características locais e no estabelecimento de relações interpessoais tão duradoiras quanto possível.

As novas abordagens do turismo contribuem para o estabelecimento de relações conceptuais sistémicas e de interdependência, fundamentadas em princípios que, não sendo novos para a maioria dos estudos, são perspectivados de forma integrada tendo em conta os objectivos que se pretendem alcançar. Assim, são equacionados princípios conceptuais como a localidade, o respeito pelas diferenças, as identidades socioculturais, a autenticidade das práticas culturais que caracterizam os grupos comunitários e que são reproduzidas aquando das visitas, e a educação a favor da preservação ambiental e da conservação de espécies em risco. Em suma, trata-se de princípios valorativos que remetem a análise para a problemática da sustentabilidade nas diferentes abordagens possíveis: ecológica; económica; sociocultural.

Com a transição das formas turísticas convencionais para as alternativas, passaram a ser valorizados os serviços personalizados dando-se maior atenção aos pormenores em vez do pacote padronizado e característico do serviço de massas, viabilizados em viagens planeadas e programadas com um carácter individual ou em pequenos grupos.

Na História mundial da actividade turística, a fase da valorização de formas alternativas de turismo passou a ser definida como o *small is beautiful* (Brito, 2000) por analogia ao conceito anteriormente introduzido por Schumacher a propósito do problema tecnológico associado à cooperação internacional, com valorização de uma adequação e apropriação dos recursos produtivos às necessidades e às populações locais. Esta definição é justificada pela necessidade de regular a carga exercida sobre os espaços naturais e a urgência de reduzir as agressões e os impactos negativos que decorrem do incremento da actividade e que se fazem sentir sobre os diferentes contextos ambientais com repercussões para a vida das comunidades residentes.

Um dos novos princípios defendidos no quadro do turismo alternativo é evidenciado pela expressão *take nothing but photographs, leave nothing but footprints*, traduzindo a dimensão da responsabilidade socioambiental do sector. Esta é uma actividade que produz impactos, nem sempre desejados, pelo que se defende que a sua promoção se deve centrar simultânea e paralelamente no controle dos efeitos negativos e na difusão dos resultados esperados, tanto relativos à preservação ambiental como à valorização das culturas tradicionais. As diversas possibilidades do turismo alternativo apresentam alguns traços comuns, entre os quais: privilegiam a pequena dimensão e a localidade; valorizam as energias alternativas porque não poluentes e integradas do ponto de vista ambiental; preferem

a produção local por incentivar as actividades complementares criando redes comerciais; estimulam o contacto directo com as comunidades locais e com as culturas dominantes que as caracterizam e estruturam.

A problematização do turismo como uma actividade que, para beneficiar as comunidades locais sem agredir o ambiente, implica a adopção de uma perspectiva estruturada de longo prazo, tanto no planeamento das acções como na avaliação dos impactos, remete a análise para o conceito de sustentabilidade, apresentado e divulgado pelo Relatório Brundtland em 1987 e mais tarde adoptado a nível internacional. Esta orientação conceptual, teórica e metodológica permite estabelecer a relação entre o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como o objectivo principal, e o turismo sustentável, equacionado como o meio estratégico para o realizar.

A noção de sustentabilidade (Brito, 2004), vulgarmente denominada por desenvolvimento sustentável assenta, entre outros, em aspectos como:

- o princípio sistémico da abordagem, com valorização multidimensional, multifactorial e interdisciplinar das componentes económica, social, cultural e ambiental, que constituem o desenvolvimento e que fundamentam a actividade turística;
- a perspetivação temporal e a equação do longo prazo, no sentido de que a produção dos efeitos positivos duradouros requer o amadurecimento e a integração das mudanças operadas, mas também o entendimento do seu real significado;
- o critério de segurança comunitária, em que o bem-estar das populações presentes é privilegiado sem que se verifique um incremento dos riscos no presente ou no futuro, e principalmente com valorização da continuidade dos processos iniciados.

Assim, a conceptualização do Novo Turismo evoluiu no sentido da valorização dos elementos potenciais e caracterizadores, considerando determinadas regiões como destinos turísticos alternativos aos tradicionais e que foram, ao longo do tempo, vulgarizados pela massificação da prática turística, considerados neste contexto como agressores e pouco integrados. Os factores mais valorizados passaram a ser:

- por um lado, a paisagem, os ecossistemas diversos, os recursos ambientais, as áreas protegidas, as espécies de fauna e de flora com particular destaque para o endemismo;
- por outro lado, as comunidades de acolhimento e tudo o que lhes confere identidade, nomeadamente as representações sociais, as práticas e os sistemas simbólicos, as festas e comemorações, a gastronomia, a música, as danças, os trajes tradicionais;
- por fim, o percurso histórico e a realidade actual.

O ponto de partida da estratégia consiste na preservação ambiental, no respeito pelas diferenças e na perpetuação dos traços culturais numa perspectiva de localidade (Brito,

2004). É neste contexto que surge o conceito de turismo sustentável, sempre associado ao desenvolvimento sustentável, também denominado de durável.

A prática turística que valoriza as dimensões ambiental e sociocultural, enquanto instrumento propiciador da produção de mudanças com efeitos de longo prazo, é uma realidade interdependente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Quanto mais preservado estiver o ambiente e conservadas as culturas tradicionais maior o reconhecimento do atributo de atracção do destino turístico. Da mesma forma, quanto mais planeada for a actividade turística e controlados os processos de crescimento económico decorrentes, maior a possibilidade de preservar os recursos ambientais e de valorizar as comunidades residentes.

A promoção do turismo sustentável, gerador de desenvolvimentos no longo prazo e com efeitos duradouros, implica assim a integração de três dimensões principais:

- em primeiro lugar, a sociocultural pela capacidade de reforçar identidades e o sentimento de pertença a grupos comunitários;
- em segundo lugar, a económica que encerra a criação de novas oportunidades e a possibilidade de promover a melhoria no acesso ao consumo e a qualidade de vida das populações locais;
- em terceiro lugar, a ecológica ou ambiental que contextualiza a vida comunitária e fundamenta em larga medida a prática turística.

Desta forma, através do desenvolvimento da actividade turística procura assegurar-se o incremento dos rendimentos das famílias, resultando desejavelmente na melhoria das suas condições de vida, garantindo a preservação ambiental e a conservação de espécies, nomeadamente endémicas e ameaçadas, respeitando as diferenças culturais e reforçando os elementos identitários.

Estes princípios têm sido defendidos por organizações internacionais, tais como a Organização Mundial do Turismo, e traduzidos em documentos, entre os quais a Declaração de Manila (1980), a Carta do Turismo e o Código do Turista adoptados em Sofia (1985), a Declaração de Tamanrasset (1989), as resoluções apresentadas na Conferência de Otava (1991), a Carta do Turismo Sustentável (1995), o Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e a Resolução das Nações Unidas sobre o Turista Responsável e o Viajante (2005).

O princípio valorativo subjacente a todas estas iniciativas é o de que existem formas responsáveis de viajar, fundamentadas na consciencialização das características locais e no reconhecimento das diferenças, entendidos como instrumentos facilitadores do respeito pelas identidades culturais, pela essência ambiental dos países de destino e pela valorização da partilha de experiências. Numa expressão, responsabilidade turística implica comportamento ético e criterioso.

O turismo responsável (Brito, 2000; 2004) é vulgarmente definido como adequado ao ambiente e à cultura, preocupado com o respeito pelos interlocutores, suave porque não agressor, ético porque valorativo, ou seja sustentável porque perspectivado no longo prazo.

Segundo a UNESCO (Brito, 2000), a estratégia de desenvolvimento turístico que deve ser promovida e incentivada do ponto de vista internacional é aquela que respeita simultaneamente o património natural e construído. Isto significa que deve associar o cumprimento das expectativas dos visitantes com a satisfação das necessidades e aspirações das populações locais, salvaguardando os recursos e espaços naturais, tendo em conta a diversidade da vida animal e vegetal.

3.A Ética no Turismo

Do ponto de vista conceptual e teórico, as Novas Formas de Turismo (Brito, 2004), a partir das quais emerge o conceito de novo turista, podem qualificar-se de socialmente responsáveis, éticas, solidárias, equitativas e ainda respeitadoras do Ambiente.

Pelas características implícitas a uma qualquer deslocação em contexto de viagem, o turismo é internacionalmente considerado como um sector que contribui para a continuidade da Paz pela valorização implícita da compreensão e do respeito mútuo entre povos culturalmente distintos. No decurso da viagem, a curiosidade e a vontade de conhecer todos os elementos possíveis marcados pela diferença e pelo exotismo são incentivadas pelo viajante. Este é o primeiro pressuposto que emerge da conceptualização do turismo ético: viajar dispondo de informação suficiente e adequada sobre as realidades socioculturais, ambientais, económicas e políticas do destino de forma a reduzir os riscos e a otimizar as experiências.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 2004), produzido e disponibilizado pela Organização Mundial do Turismo, as viagens são meios informais de promoção do desenvolvimento pessoal e social, ou seja tanto ao nível individual como colectivo. Beneficiando de momentos de descanso e de lazer, o turista potencia a viagem e a estadia através das vivências e das experiências que são para ele consideradas únicas. A possibilidade de aprender através do contacto directo com populações que se caracterizam por culturas diferentes e que desenvolvem práticas tradicionais vulgarmente definidas como ancestrais e até exóticas, mas também de contemplar paisagens, observar espécies de flora e de fauna em habitat natural e de contribuir para a sua conservação são consideradas como recursos metodológicos que se traduzem numa aprendizagem fácil porque fundamentada no prazer. Este é o segundo princípio da ética no turismo: a promoção do desenvolvimento pessoal através da auto-aprendizagem, respeitando a diversidade sociocultural e ambiental.

Dado que na promoção turística um dos grandes objectivos esperados se centra no desenvolvimento dos países de acolhimento, as estratégias de actuação deverão prever a dimensão temporal do longo prazo numa perspectiva de sustentabilidade. A actividade e a prática turísticas envolvem metas e desafios de natureza interdisciplinar e intersectorial, ou seja devem:

- prever o desenvolvimento de acções de âmbito social, contribuindo para a redução de situações de pobreza e para a minimização dos riscos de exclusão sobretudo de grupos minoritários ou vulneráveis;
- valorizar iniciativas culturais, práticas tradicionais, assim como a reprodução simbólica de elementos que resultam no reforço das identidades das comunidades locais;
- promover o património cultural e histórico, de forma a conservá-lo de forma sustentável, ou seja prevendo a sua manutenção de forma a que possa ser utilizado e referenciado pelas gerações futuras;
- estimular a dinamização económica dos agentes locais através da criação de novas oportunidades formativas e produtivas, contribuindo de forma associada para a melhoria do rendimento das famílias e para a diversificação do consumo;
- ser um factor de equidade e de entendimento nacional, favorecendo o pluralismo e a diversidade de ideias;
- salvaguardar os ecossistemas principalmente no que respeita à biodiversidade e aos recursos naturais de fauna e de flora que estão referenciados como ameaçados de extinção ou que são caracteristicamente endémicos.

Falar em ética na actividade turística requer a adopção e a prossecução da prática de um exercício sistemático de análise ponderada e racional sobre os factores implicados mas também que privilegie os efeitos decorrentes. Neste sector, os contactos e as relações interpessoais são naturalmente valorizados, pelo que se espera que, independentemente dos interlocutores em análise, o relacionamento seja regido por princípios criteriosos, equitativos e justos, o que significa dizer que são fundamentados no respeito, na tolerância, na observância e no conhecimento das características locais, seja a nível ambiental, cultural, social, económico ou político.

Do turista que se rege por princípios éticos espera-se um comportamento e uma atitude responsável, com planeamento antecipado e cuidado da viagem atendendo aos pormenores, manifestando interesse prévio em apreender e conhecer as realidades que se visitam. Mas uma vez no destino, é suposto que o viajante responsável continue o seu processo de aprendizagem e de valorização pessoal que se fundamenta na realização de um conjunto de actividades tão diversificadas quanto os seus interesses, sem esquecer o

contacto respeitoso com a população autóctone. Esta ideia tem sido justificada a partir do princípio aristotélico de *Phronesis*, ou seja a sabedoria ou compreensão prática viabilizadas pelo sentido intuitivo, que relaciona a educação, ou aprendizagem, com a noção de boa conduta (Jamal, 2004). O bem surge associado à ideia de justiça e esta relacionada com a adequação entre os princípios e as práticas.

Os grupos comunitários, também denominados de comunidades residentes ou de acolhimento, são os actores privilegiados para relatarem situações vividas, reproduzirem contos e fábulas, informarem o viajante sobre os principais locais a visitar em função das motivações evidenciadas guiando-os e prestando informações específicas. Por outro lado, são os actores socioeconómicos que prestam serviços directos com um sentido de maior autenticidade, já que tradicionalmente são os artesãos, os cozinheiros, os condutores dos barcos e dos transportes locais, os produtores de produtos agrícolas típicos, entre outras actividades possíveis. Das comunidades locais, perspectivadas nesta análise como um dos actores principais na actividade turística, espera-se uma atitude de cordialidade que se traduza em proximidade aquando da recepção e do acolhimento aos visitantes, bem como em todos os momentos em que se propicie o encontro com os turistas. Por serem agentes com intervenção directa na promoção turística e no desenvolvimento local, representam um dos factores mais valorizados durante a viagem.

Os membros da comunidade são os maiores conhecedores das tradições locais por as terem integrado no sistema cultural de referência para a comunidade e continuarem a ser praticantes. Assim, as comunidades representam para o turista o ícone da genuinidade procurada em destinos marcados pelo exotismo e pela diferença. De acordo com o conceito de ética no turismo, nos contactos com os visitantes, a atitude das comunidades locais deve também ser respeitosa e tolerante, tendo em consideração a diversidade de traços culturais em confronto. Ao procurar conhecer e estabelecer relações interpessoais com representantes de culturas diferentes, o turista espera ter como a sua segurança e bem-estar assegurados.

Os empreendedores locais, definidos como promotores de iniciativas, de projectos turísticos com ou sem alojamento, de restauração, de empresas de prestação de serviços de lazer e de agências de viagens, onde também se podem incluir representantes da sociedade civil, que desempenham um papel fundamental no estabelecimento da ligação entre o turista e as comunidades locais, são elementos de extrema importância na promoção dos destinos turísticos, sendo responsáveis em grande medida pela imagem que o viajante retém dos locais visitados. Estes agentes socioeconómicos têm, implícita ao desenvolvimento das suas actividades, a preocupação de as rentabilizar do ponto de vista económico. A sua função é, através da prestação de serviços, estabelecer a óptima relação com os

restantes interlocutores, com base em princípios éticos, responsáveis e respeitadores. É esperado que, por um lado, informe com clareza e objectividade os seus clientes, cumprindo os compromissos assumidos aquando da contratação dos serviços. Por outro lado, que valorize os recursos locais nomeadamente sociais, culturais, históricos e ambientais, o que envolve tanto comunidades como ecossistemas. Por fim, que actue junto de agentes concorrentes de forma ética, justa e respeitadora.

Um dos actores que é vulgarmente esquecido quando se aborda a temática da ética no turismo é o Estado que, através dos diferentes órgãos e instituições públicas, orienta, regula e fiscaliza tanto a actividade como a prática. Este aspecto é de particular importância em regiões onde o turismo é uma actividades que, apesar das iniciativas existentes, do ponto de vista económico, permanece marginal sendo definida como potencial e emergente. O Estado, através de órgãos competentes, tutela o sector e esta ideia deve ser entendida de forma prática e real, ou seja sem que haja margem para ausências na actuação. Deste actor espera-se também, tal como para os anteriormente descritos, uma acção justa e equitativa, responsável e responsabilizadora, respeitadora mas interessada pela boa prossecução das iniciativas. O Estado tem uma função importante no sentido do envolvimento e da motivação de todos os actores de forma a alcançarem a excelência na relação com os visitantes.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 2004), o conceito de Ética no Turismo implica o cumprimento, por parte de todos os actores envolvidos, de dois princípios fundamentais que envolvem muitos outros. A saber, a reciprocidade e o altruísmo, no sentido da promoção respeitosa e responsabilizada do bem comum.

O entendimento convencional do turismo, bem traduzido na História mundial do sector, evidenciava dois actores principais com motivações próprias. O primeiro era o turista que, durante a deslocação e estadia, procurava usufruir do destino até ao limite possível sem preocupação com o bem estar das comunidades locais, com a preservação de ambientes naturais com os quais contactava ou com a conservação de espécies, mesmo que tivesse estatuto de ameaçadas. O segundo eram as comunidades locais que reviam na actividade turística um leque variado de novas oportunidades, incluindo revalorização profissional, formação, qualificação, emprego e aumento do rendimento familiar.

As abordagens alternativas concebem toda a actividade turística a partir de uma dimensão multifactorial, interrelacionada e interdependente, traduzindo um pensamento sistémico de todos os processos. Assim, os actores envolvidos passam a ser múltiplos, as motivações apesar de próprias estão dependentes entre si, criando uma rede de relações. As formas de praticar turismo diversificam-se com a valorização dos contactos directos entra os turistas e as comunidades e com o espaços naturais, o que permite um enriquecimento pessoal fundamentado no aumento do conhecimento sobre as realidades visitadas.

Por outro lado ainda, os recursos naturais, vivos ou inertes e independentemente do tipo de ecossistema considerado, são cada vez mais apreciados nas viagens de turismo adquirindo um valor intrínseco e não meramente utilitarista. O turista passa a ser denominado de viajante e de consumidor compulsivo passa a ser entendido como um apreciador da contemplação e da observação, do contacto directo com a Natureza em estado puro e da possibilidade de conhecer e de contactar com formas diferentes de vida a partir de visitas e de conversas com os próprios interlocutores no terreno.

Uma vez mais, o conceito aristotélico de *Phronesis* parece fazer todo o sentido na análise sobre a importância da ética no turismo, actividade que se pretende que seja integrada e que tenha uma dimensão de sustentabilidade.

4. Recomendações para viagens responsáveis

Para que a viagem em contexto de lazer possa corresponder às expectativas do turista sem pôr em causa as aspirações das populações locais, as culturas tradicionais e a harmonia ambiental, ou seja para que decorra de forma ética e responsável, é recomendado que se proceda a um planeamento atempado da viagem complementado por uma estadia bem informada.

No âmbito do turismo ético e responsável, pode sugerir-se aos viajantes que sigam dez recomendações que são habitualmente referenciadas como requisitos para uma viagem respeitadora e equilibrada na relação com as comunidades locais e com o Ambiente:

1. Preparar antecipadamente a viagem. Antes da partida, o turista deve recolher toda a informação possível acerca do destino, procurando obter algumas referências sobre a História, o actual sistema político, as características socioeconómicas e culturais, mas também acerca dos principais riscos, de forma a poder minimizá-los. É importante por exemplo dispor de informação relacionada com as principais doenças, profilaxias e tratamentos, a documentação requerida para a entrada e saída do País, as condições climatéricas e geográficas, as principais crenças e práticas que as populações locais consideram como referências identitárias de forma a que os comportamentos sigam o critério do respeito e da tolerância mútua.
2. Valorizar os serviços prestados localmente optando pela contratação de agentes económicos do país de destino, por exemplo no que respeita ao alojamento e à restauração, aos transportes, ao artesanato e ao comércio em geral. Mas também dando preferência ao acompanhamento efectuado por elementos das comunidades visitadas, já que sempre que recorrer a estes prestadores o visitante contribui para a dinamização económica local apoiando a promoção do desenvolvimento.
3. Procurar produtos locais por exemplo em provas gastronómicas, em que são va-

lorizadas novas experiências sensoriais através da percepção de cheiros e de sabores, naturalmente diferentes daqueles a que o turista está habituado no seu país de origem. A escolha e o consumo de produtos confeccionados localmente são opções que, em situação de viagem, representam o reconhecimento da qualidade dos recursos locais evidenciando ainda a capacidade de adaptação de quem visita, permitindo estimular a economia local, incentivar a continuidade produtiva e a diversificação da prestação de serviços.

4. Adquirir peças de artesanato produzidas pelos artesãos locais, bem como evidenciar capacidade para apreciar a produção artística, as práticas, o costume e as manifestações culturais tradicionais. Esta forma de interagir com elementos da cultura do país visitado representa uma forma de valorização e de respeito.
5. Dar prioridade à contratação de guias locais aquando da realização de actividades de contacto com a natureza, tais como caminhadas em meio florestal, visitas de observação em meio costeiro e marinho ou de conhecimento do património histórico e cultural construído, assim como a adopção de comportamentos respeitosos e responsáveis para com os guias locais, a natureza e os restantes membros do grupo, procurando manter o silêncio. Esta é uma forma de conceber a visita como um momento único e inesquecível.
6. Adoptar um comportamento respeitoso e cortês para com a população local, procurando interagir através do estabelecimento de contactos directos e de conversas com membros das comunidades, reconhecendo que são estes que melhor conhecem a região do ponto de vista geográfico, natural mas também cultural.
7. Revelar algum cuidado com os registos de imagem, nomeadamente fotográficos e de vídeo, sempre que envolverem, entre outras situações, cenas da vida familiar, o interior de habitações, momentos de trabalho em que as pessoas possam ser identificadas e sem a sua autorização. Assim, é importante garantir que apenas são fotografadas as pessoas que concordarem previamente.
8. Conhecer, respeitar, preservar e conservar ambientes naturais, independentemente do contexto e da envolvência, sempre que são realizadas actividades de contacto com a natureza. Este princípio implica que os locais visitados permanecem intactos após a realização das actividades, sendo desejável que, por um lado, não seja recolhido qualquer organismo vivo ou inerte e, por outro lado, não sejam esquecidos papéis, plásticos, garrafas ou latas que poluem os espaços prejudicando o bem-estar e o equilíbrio dos ecossistemas.
9. Respeitar os recursos ambientais significa que, durante as actividades o turista não alimente animais seja em meio florestal, fluvial, costeiro ou marinho. O contacto

com os recursos de fauna e de flora devem centrar-se na observação e contemplação. Nas actividades em meio natural, é esperado que, sempre que possível, sejam prosseguidas acções, enquadradas por entidades certificadas, tendentes à preservação ambiental e à conservação de espécies, privilegiando-se as que têm estatuto de ameaçadas ou em risco.

10. Apoiar o desenvolvimento sociocomunitário não é sinónimo de proceder a ofertas directas de dinheiro, mesmo que sejam identificados casos extremos de pobreza. Ao contrário, esta acção promove a proliferação e o agravamento de situações viciadas de pobreza não criando alternativas viáveis para os grupos mais vulneráveis, que se trate de pessoas a viver em situação de pobreza, mulheres ou jovens. O apoio às comunidades deverá ser promovido, na medida do possível, através da intervenção das instituições vocacionadas para o efeito.

5. Reflexões em jeito de conclusão

Com base nas propostas apresentadas pela Organização Mundial do Turismo, a definição de uma boa conduta no turismo implica necessariamente a inclusão de princípios éticos de reciprocidade, respeito, adequação e correspondência entre expectativas e realizações. O bom turismo é uma realidade que pode ser entendida como o resultado da produção, do planeamento e da estruturação ou seja, por natureza e característica, e independentemente da perspectiva em análise, não é espontânea (Tribe, 2002).

Para o turista, que espera usufruir ao máximo no curto e limitado período de tempo de que dispõe, o bom turismo significa encontrar serviços adequados aos contratados pelo preço acordado e com o padrão de conforto idealizado. Este é um conceito marcado pela subjectividade já que depende das concepções e das motivações dos turistas. Assim, pode estar mais fundamentado na qualidade da prestação de serviços, nas condições ambientais no que respeita à preservação dos espaços e à conservação de espécies, nas características culturais e na hospitalidade das populações locais.

Para as comunidades de acolhimento, que esperam do turismo a multiplicação das oportunidades educativas e profissionais, complementada pelo aumento dos rendimentos, as boas práticas do turismo pressupõem o aumento da qualificação profissional e da educação de uma forma geral, mas sobretudo a criação de novos postos de trabalho com reconversão funcional sempre que necessário. O bom turismo é o que, a curto, médio e longo prazo, valoriza as populações locais contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Para os promotores das iniciativas, que esperam do desenvolvimento da actividade turística a dinamização dos seus próprios projectos, o bom turismo é o que permite al-

cançar os objectivos propostos no que respeita à rentabilização e, na medida do possível, expandir o negócio.

Para o Estado, que encara o turismo como uma estratégia de desenvolvimento nacional, regional ou local, as boas práticas representam, além do sucesso dos investimentos realizados, a entrada de divisas e a rentabilização macroeconómica do património nacional, entendido a partir da disponibilidade dos recursos naturais, humanos ou culturais.

Independentemente do actor em análise, a ética e a responsabilização no turismo requerem a criação, a adopção e o desenvolvimento de pedagogias e de metodologias adequadas, no sentido de estimular a aprendizagem no relacionamento entre culturas mas também, e não menos importante, entre as comunidades humanas e o Ambiente. Para que se alcance o bom turismo, ou seja as boas práticas, é suposto que todos os actores envolvidos no processo turístico, independentemente da função que desempenham ou das motivações que os mobilizam, estejam sensibilizados para princípios éticos tão simples como: igualdade; respeito; e justiça. Para tal é fundamental que todos, sem excepção, sejam responsáveis e se sintam responsabilizados pela boa prossecução da actividade.

Na verdade, a definição do conceito de bom turismo, ou seja enquadrado por princípios e valores éticos, é determinante para um melhor entendimento do que se pretende sempre que se discute e problematiza sobre o turismo sustentável. Além da perspectivação temporal, ou seja o curto, o médio ou o longo prazo que implica continuidade das acções, o principal contributo da inclusão dos princípios éticos no debate consiste na valorização de um novo entendimento no que respeita às relações estabelecidas no âmbito do desenvolvimento das actividades turísticas.

Bibliografia

- BRITO, Brígida (2004). Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento, ISBN: 978-989-8154-11-8).
- BRITO, Brígida (2000). O Turismo e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável, Actas do IV Congresso Português de Sociologia.
- JAMAL, Tazim (2004). Virtue ethics and sustainable tourism pedagogy: Phronesis, Principles and Practice. *Journal of Sustainable Tourism*, 12, nº 6.
- OMT (2004). Código Mundial de Ética do Turismo. Tradução de Direcção-Geral do Turismo, Lisboa.
- TRIBE, J. (2002). Education for ethical tourism action. *Journal of Sustainable Tourism*, 10, nº 4.

O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos processos de Desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe¹

Rogério Roque Amaro (Professor Associado do ISCTE, Membro da Direcção do Centro de Estudos Africanos, CEA/ISCTE, Consultor do Projecto PTDC/AFR/69094/2006)

Queria começar por cumprimentar todos os companheiros de Seminário, qualquer que seja a sua função ou lugar ocupado e, a título ainda preliminar, agradecer o acolhimento que foi dado a todos pelas pessoas deste País e pelos responsáveis pela Organização ao longo destes dias e nas experiências que pudemos partilhar.

Em segundo lugar, dizer que a minha reflexão vai ter em conta o conhecimento, que não é muito mas que, apesar de tudo, já é algum, acrescentado pela experiência destes últimos dias, vai tomar como matriz o conceito de Desenvolvimento. Mas, adicionalmente, os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Solidária.

A minha primeira nota de partilha convosco tem a ver com o facto de utilizar alguns conceitos como referência para a nossa reflexão. Não sou adepto, não sou seguidor, das lógicas teoricistas segundo as quais poderia haver uma espécie de imperialismo conceptual ou teórico que, até certo ponto ou em alguns casos, tende a impor à realidade que se conforme às teorias. Também não sou adepto do contrário, ou seja que as práticas devem dominar todo o conhecimento sem nenhum esforço de sistematização e de reflexão partilhado. Pelo contrário, considero que é muito importante que alimentemos e aprofundemos o diálogo permanente entre a acção e a reflexão, entre a prática e a teoria de maneira a que possamos aprender permanentemente com quem está no terreno, com quem pratica, com quem intervém, e possamos também levar à sistematização desses conhecimentos e dessas aprendizagens. É nesta perspectiva que eu me coloco, naquilo que hoje chamamos um processo de investigação-acção, percebendo que só é possível se o investigador estiver em contacto permanente com a acção e, se possível, ainda que ele próprio seja um actor, tornando-se num investigador.

Neste sentido, os conceitos que eu vou aqui partilhar convosco resultam deste diálogo que tenho vindo a alimentar, quer através dos projectos que tenho acompanhado e das

¹ *Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "Educação, Ambiente e Desenvolvimento Comunitário", Palácio dos Congressos, São Tomé.*

teses que tenho orientado sobre São Tomé e Príncipe, quer através da experiência destes últimos dias. Este diálogo entre acção e reflexão, procurando que a teoria e os conceitos sejam úteis para interpretar, para sistematizar e para orientar as práticas, servindo portanto de matriz de referência e, ao mesmo tempo, que estes conceitos sejam postos em causa e constantemente reformulados pelas práticas e pelas inovações que os actores no terreno vão desenvolvendo.

E nesse sentido o que hoje vou partilhar convosco é diferente do que tinha pensado dizer à partida de Lisboa. Apresento esta luz da reflexão e começo por explicitar o conceito de Desenvolvimento a que depois acrescentarei aquelas reflexões sobre, como já disse, Sustentabilidade e Economia Solidária. Isto permite-me passar ao segundo ponto que é o cerne de minha reflexão: sobre o conceito de desenvolvimento, concepções em confronto.

Assumo, nesta reflexão e neste Seminário que, por várias razões, o conceito de desenvolvimento é um dos conceitos mais importantes. Em primeiro lugar, é um conceito que se associa claramente à procura do bem-estar, do progresso e da felicidade das pessoas, portanto é um conceito que tem que ver com a vida das pessoas, com as condições de vida, com os seus sonhos, por isso é um conceito que se associa à utopia, ao desejo de futuro, de mudança, de melhoria quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista colectivo. Ainda também por isso, porque é um conceito que faz parte permanentemente do discurso dos governantes, sejam eles bem ou mal intencionados, na procura do que se costuma designar por bem comum, devia ser esse o eixo central desta acção dos governantes. Mas ainda também digamos na definição daquilo que costumamos chamar os objectivos principais da arte de governar. Ainda porque ele se transforma muitas vezes numa espécie de ideologia de mobilização, de convocação ou de justificação de tudo aquilo para o qual os actores que dominam os processos sociais querem convocar as comunidades. Muitas vezes, para as aliciar ou convencer daquilo que são os seus desígnios; outras vezes, para um processo convicto e honesto de mudança partilhada.

Desenvolvimento ainda por outra razão, porque é talvez um dos conceitos com mais potencialidades de ligação entre vários domínios de pensamento e de acção, por isso mesmo que mais potencialidades interdisciplinares apresenta. Por ele passa, ou pode passar, a economia, a educação, a saúde, a cultura, o ambiente, a regulação política, a História, as leis, a acção social, etc., etc. Desse ponto de vista podemos até dizer que o desenvolvimento apresenta, neste início do século XXI, ciência pós disciplinar como um dos conceitos mais potencialmente pós disciplinares, ou se quisermos indisciplinados, que temos à nossa frente.

É portanto nestas várias acepções, de convocação para o bem-estar da população, de justificação para o discurso da governação, mas também de potencialidade científica da

complexidade e da interdisciplinaridade, que me parece muito útil focar aqui o conceito de desenvolvimento.

Ora, face à História desse conceito, as suas práticas nos últimos sessenta anos, ou seja desde o final da segunda Guerra Mundial quando ele se afirmou, e tão só porque penso que em São Tomé e Príncipe é fundamental situar neste momento esta questão dos desafios do desenvolvimento, quanto mais não seja por quatro razões:

- a reflexão sobre o lugar do petróleo e o seu modelo de desenvolvimento;
- o papel do turismo, que vai ser central nesta reflexão, que tipo de turismo sobre o modelo de desenvolvimento de São Tomé;
- a importância da salvaguarda da biodiversidade num contexto de fragilidade destes ecossistemas em contexto insular, como já referimos, e o futuro do País;
- e ainda a efectiva substância e significado do que é a democracia no sentido da governação do País e da emancipação do povo santomense.

Estes quatro desafios, para além de outros, justificam que a questão do desenvolvimento seja central nesta reflexão. Ora, face, como eu estava a dizer anteriormente, à evolução histórica deste conceito, face àquilo que pudemos observar e partilhar nestes últimos dias, face também à partilha de informações que se têm cruzado e que têm passado por mim nos vários estudos, projectos e teses de mestrado e de doutoramento sobre São Tomé e Príncipe nos últimos anos, e estou aqui a olhar para várias pessoas com quem tenho partilhado essas reflexões, permite-me partilhar convosco o seguinte. Confrontar várias concepções de desenvolvimento, que atravessam São Tomé e Príncipe, como atravessam outras sociedades utilizando cinco critérios, para simplificar porque há muitos mais possíveis, para pôr em confronto as diferentes concepções. Esses cinco critérios vão ser os seguintes:

- sector considerado como o mais importante para o desenvolvimento;
- actores principais ou protagonistas do processo de desenvolvimento;
- relações com as comunidades locais;
- relações com a natureza e com a diversidade da vida;
- continuidade e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Tendo em conta estes cinco critérios é impossível não enunciar dois tipos de desenvolvimento em oposição, poderíamos caminhar de uma forma casuística para aí e é possível fazê-lo, mas é possível enunciar um leque de alguma continuidade de perspectivas alternativas que se situam em relação a cada um destes cinco critérios. Eu vou enunciar algumas mas a gama é muito mais abrangente e há várias combinações dessas várias alternativas.

Quanto ao domínio considerado prioritário para o desenvolvimento, entre as várias perspectivas que se têm confrontado em sessenta anos de História do desenvolvimento, e

à luz de experiências várias incluindo do próprio País, é possível colocar uma perspectiva que é aquela que colocou durante muito tempo e ainda coloca, aliás é a perspectiva dominante, a economia no centro do desenvolvimento, fazendo do crescimento económico não apenas a condição necessária mas também a condição suficiente para o desenvolvimento. E derrapando sistematicamente na História para uma visão economicista, como se tudo dependesse da criação de riqueza do ponto de vista material, como tudo se prendesse com o crescimento económico sobretudo numa perspectiva de curto prazo. Esta visão é predominante, como já referi, e corresponde a um dos conceitos de desenvolvimento mais presentes na literatura sobre o tema e mais presentes nas acções sobre o tema incluindo no discurso de muitas das pessoas no terreno.

Uma outra perspectiva em relação ao sector passou para o extremo oposto: a economia como inimigo, como algo a evitar, como uma espécie de percalço do qual se deve fugir em termos de desenvolvimento, assumindo que deve ser uma acção social do tipo assistencialista junto dos pobrezinhos e portanto compensá-los socialmente, ou assumindo que é uma espécie de retorno à natureza sem pessoas na lógica fundamentalista ecológica que hoje encontramos ainda frequentemente em muitos sítios.

Uma outra perspectiva, que nos últimos anos se tem vindo a afirmar, é considerar o desenvolvimento nem como economicista nem como antieconómico mas como um processo integrado que tem que recuperar e visitar as dimensões em que a vida ocorre, conjugando as suas componentes económica, social, cultural, ambiental e política, pelo menos. Em São Tomé e Príncipe vimos nos últimos dias estas várias posições em presença nas conversas que tivemos, naquilo que lemos e ouvimos

O segundo critério, o critério dos actores. Também aqui é possível pôr em confronto várias perspectivas, simplificando apenas ilustro algumas. Aquela que considera que o actor principal para o desenvolvimento do seu País são as empresas que produzem riqueza no sentido meramente económico. Esta é a visão que casa com a perspectiva economicista que referi anteriormente e tem várias versões no seu interior. Uma das mais frequentes em países como São Tomé e Príncipe é a de que essas empresas devem ser sobretudo externas, pela tecnologia e capital que trazem, pelos conhecimentos que transportam e por virem de países e de experiências consideradas mais avançadas. É uma espécie de salvação que vem das empresas estrangeiras.

É interessante verificar que uma certa perspectiva do empreendedorismo, sem mais adjectivos, que hoje anda por aí surge como uma espécie de renovação ideológica do capitalismo associado a esta visão meramente empresarial do desenvolvimento. Uma outra perspectiva que encontramos frequentemente em países como São Tomé é a do Estado como o centro do desenvolvimento, a visão estatista, burocrática e centralizadora. Ou a variante

do Estado rentista que encontramos em todos os continentes, incluindo na Europa, como aquele que, associando-se às empresas, com elas retira os lucros principais do processo.

A terceira versão possível dos actores é aquela que considera que nem Estado nem empresas, vamos apostar nas Organizações da Sociedade Civil como uma espécie de panorama salvador do desenvolvimento, nomeadamente as Organizações Não Governamentais (ONG) que vêm de países externos.

Uma quarta perspectiva, aquela que me parece mais interessante, e que também encontramos em São Tomé, é a do desenvolvimento em parceria que convoca todos os actores possíveis, dando-lhes igual dignidade e importância no seguimento. Desde as comunidades locais, as suas lógicas associativas formais e informais, e portanto o chamado empreendedorismo de base local, e faço questão de o referir para não pensarem que estou a assumir uma posição contra qualquer tipo de empreendedorismo, não é isso que quis dizer anteriormente. Convocando também as empresas nacionais e estrangeiras para este modelo de desenvolvimento, mas claramente numa perspectiva de responsabilidade social e não de interesses meramente económicos, mobilizando esse actor que possa ter um papel importante em São Tomé e Príncipe, que são as Autarquias Locais, ligadas ao futuro e ao bem-estar das suas comunidades. O Estado parceiro, e não tutela, que partilha com os seus parceiros, incluindo as comunidades, e que contratualiza com eles o processo de desenvolvimento, o que obviamente pressupõe uma lógica de democracia participativa e permanente. E ainda as organizações e organismos internacionais. É este múltiplo protagonismo e mútua responsabilização que é uma outra perspectiva do conceito de desenvolvimento, mobilizando muito mais vontades e muito mais recursos.

Terceiro critério, a relação com as comunidades locais. Também aqui verificamos, e verificámos nestes dias, várias perspectivas em confronto: aquela que considera as comunidades locais essencialmente como um factor de produção, que dá a mão-de-obra barata, que fornece matérias primas baratas, que pode inclusive servir de apresentação de folclore e de culturas para turista ver, e outros serviços. E aqui, neste caso, se diz: bom mas a população beneficia. É claro que beneficia, daquilo que sobra, daquilo que são os valores menores do processo de desenvolvimento.

Outra perspectiva corresponde a olhar para as pessoas e comunidades essencialmente como objecto e satisfação de necessidades, ou seja aqueles que beneficiam directa e indirectamente mas que não são sujeitos, não são protagonistas, porque são apenas beneficiários.

E digo até uma terceira perspectiva. Tivemo-la nas visitas que fizemos: a daquelas pessoas e comunidades locais que surgem como empecilhos e obstáculos ao desenvolvimento numa determinada perspectiva.

E a quarta perspectiva, sem querer ser exaustivo, a das pessoas e das comunidades locais que assumem como sujeitos e protagonistas, ou seja como parte interessada, diz-se hoje na literatura internacional *stakeholders* dos processos de desenvolvimento, sendo para isso ouvidas em torno da discussão, na definição dos projectos, no seu planeamento e na sua avaliação, e sobretudo sendo os actores mais importantes do processo, ligando inclusive esta última perspectiva à questão dos direitos humanos e da dignidade, da cidadania e da participação.

O quarto critério, através do qual é possível olhar para o desenvolvimento, são as relações com a natureza e aí também temos várias perspectivas em confronto, entre as quais eu gostaria de destacar as seguintes.

Aquela que vê a natureza essencialmente como um armazém de recursos inesgotáveis e como um depósito de lixos que tudo suporta. Esta perspectiva tende hoje felizmente a desaparecer mas alimentou todos os processos de desenvolvimento nos últimos anos em todos os países e deixou marcas nalguns casos difíceis de ultrapassar.

Uma segunda perspectiva considera a natureza como uma condicionante que infelizmente é preciso respeitar, ou seja de forma contrariada temos de ter em conta, adoptando um discurso ecologista, mas apenas qb, quanto baste, com convicção mas apenas por obrigação e conveniência, quiçá até por marketing e oportunismo de conquista do mercado e de clientes e portanto limita ao que poderíamos chamar de visão antropocêntrica da protecção da natureza.

Muito ligada a esta temos uma outra perspectiva do desenvolvimento que encara a natureza essencialmente como um recurso estratégico e discursivo para atrair clientes e conquistar mercados mas sem correspondência numa prática coerente e continuada.

E ainda uma outra perspectiva de desenvolvimento em que a natureza é eleita como critério absoluto e fundamentalista convocando uma visão ecologista primária de uma espécie de desenvolvimento sem pessoas.

E uma outra perspectiva em que a natureza é vista como uma companheira de casa e de futuro comuns com uma componente e uma visão integrada e sistémica, em que os nossos companheiros da casa comum, animais, plantas e elementos inertes, são tão importantes quanto nós, e é tão importante a nossa continuidade como a deles e não apenas a deles para a nossa, mas a deles em iguais condições à nossa.

Esta perspectiva não está ainda presente na maior parte dos casos mas é aquela que significa uma mudança profunda da visão antropocêntrica, que dominou nos últimos duzentos anos da História da Humanidade, para uma visão ecocêntrica em que todos são muito importantes e cidadãos do Planeta. Implica por exemplo o conceito de democracia ecológica, implica por exemplo o conceito de cidadania ecológica, implica por exemplo o

conceito de participação e *empowerment*, ou empoderamento, aplicado também aos animais, às plantas e aos elementos inertes, coisa que a maior parte de nós ainda não consegue conceber.

Quinto critério para concepções em confronto, as lógicas de continuidade ou sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Também aqui temos várias perspectivas.

Aquela que dominou durante muito tempo, que aposta no imediato e no curto prazo como se fosse uma corrida de cem metros no desenvolvimento, em que é preciso dar tudo e vencer a corrida em poucos segundos. Neste caso, não em poucos segundos mas em poucos anos.

Uma outra, que está por trás daquelas situações em que compensações são dadas às pessoas e que elas naturalmente se vêem com tanto dinheiro que o que fazem é gastá-lo de imediato para poderem ser reis de um sonho ou de uma utopia que na sua vida nunca conseguiram realizar. Encontramo-la também por parte das empresas para quem o que interessa são os resultados dos anos seguintes sem ter em conta a continuidade dos seus processos.

Depois temos uma outra perspectiva que é aquilo que eu chamo uma corrida de maratona e não uma corrida de cem metros, em que aquilo que interessa é garantir o sistema de continuidade de tal maneira a que se consiga correr não cem metros mas quarenta quilómetros, ou seja uma infinidade de tempo na História da Humanidade. Aqui o conceito é o de sustentabilidade e é importante ver que o conceito de sustentabilidade também tem várias versões, partindo desta relação o conceito de desenvolvimento. Dessas várias versões gostaria de propor-vos os seguintes dilemas.

Primeiro, segundo a perspectiva dominante, que tanto pode ser ainda antropocêntrica, ou seja a sustentabilidade dos seres humanos e para isso vamos ter em conta algumas coisas da natureza, para nossa conveniência, ou a perspectiva ecocêntrica, em que o que nos interessa é a sustentabilidade integrada e conjugada de todos os seres vivos e de todas as componentes da natureza e do planeta onde vivemos. Esta é a perspectiva sistémica que já referi.

Passamos a considerar a sustentabilidade segundo os ingredientes referidos, e permitam-me que vos proponha quatro modelos diferentes de sustentabilidade.

O modelo centrado na viabilidade económica e financeira das organizações, dos processos e das sociedades. É a recuperação economicista do conceito, ou seja tudo bem que se utilize o discurso ambiental, tudo bem com o discurso social mas o que conta é a viabilidade económica da empresa, da organização, do país, das comunidades. Se esta não for garantida nada do resto vale. É como se houver uma aceitação de outras dimensões mas aquela que é fundamental e decisiva e da qual sai tudo o resto continua a ser a económica.

Repito, é uma recuperação economicista da sustentabilidade e que existe em muitos sítios.

Uma segunda preocupação ou perspectiva é aquela que centra a sustentabilidade apenas na preocupação ambiental, já me referi a ela a propósito de outros critérios e corresponde à tal visão fundamentalista ecológica como se interessasse apenas salvaguardar os equilíbrios ecossistémicos sem ter em conta as dimensões económica, social e outras que já referi.

A terceira visão é aquela que hoje é assumida em termos internacionais, que é aquilo a que eu chamo a visão integrada incompleta da sustentabilidade, que é tridimensional. É aquela que tenta conjugar, sobretudo depois de Joanesburgo em 2002, a viabilidade económico-financeira dos processos, a coesão social que está associada a eles e a preservação da natureza que deles decorre. Mas não podemos ficar por aqui. Não é suficiente esta visão tridimensional. Precisamos de uma visão heptadimensional do conceito de sustentabilidade porque é aquela que se conjuga com os conceitos de desenvolvimento nas últimas versões dos vários critérios que referi. Às três dimensões anteriores é possível acrescentar quatro. Em primeiro lugar, a garantia da diversidade cultural, sem isso não haverá sustentabilidade no Mundo, nomeadamente porque a arrogância e intolerância cultural é uma das bombas relógio que ameaça o Mundo. Depois, a coesão territorial nas suas diversidades, nos territórios e nas comunidades, ou seja não podemos reduzir tudo ao Mundo uniforme porque os territórios são diferentes e porque há combinações diferentes entre territórios, cultura e ambiente, e essa variedade territorial é fundamental ser garantida na sua diversidade mas também na coesão de cada um dos microcosmos. Portanto o princípio da coesão territorial deve-se enunciar explicitamente a par da coesão social. E esta é a quinta dimensão da sustentabilidade integrada alargada. Em terceiro lugar, a fundamentação do conhecimento, ou seja reproduzir, inovar e recriar constantemente conhecimentos para que as práticas e os conceitos, incluindo este da sustentabilidade, sejam constantemente revistos e possam dar origem a actualizações das práticas e das políticas a que correspondem estes desafios. E portanto é preciso ter uma dimensão do conhecimento da sustentabilidade e por isso da interacção entre a investigação e a acção. E finalmente, a dimensão que visa, porque sem ela as outras não existem, a vontade política, a regulação. É a dimensão política da sustentabilidade, é termos instrumentos e capacidades a nível global, a nível nacional e a nível local de pormos em prática estas várias dimensões quando tudo o resto não passa de discurso, de boas intenções sem efeitos práticos na realidade das pessoas. E a regulação política não é a questão do Estado, é a questão da parceria estratégica no seio da sociedade que deve envolver a Sociedade Civil, o Estado, as empresas e todos os actores.

É evidente que estas diferentes concepções do desenvolvimento em confronto que agora aqui poderíamos, através de uma matriz, combinar nas suas diferentes versões a

partir dos cinco critérios que eu enunciei têm efeitos completamente distintos em várias coisas. E vou exemplificar muito rapidamente um terceiro ponto: que efeitos isto tem no turismo, e vou pôr em confronto dois tipos de turismo que correspondem às combinações extremadas dos conceitos de desenvolvimento que referi.

Assim, podemos ter em São Tomé e Príncipe, ou em qualquer outro país, e repito que encontramos aqui estes diferentes tipos de turismo, e poderia enunciar mas não lhes vou dar nomes por uma questão de delicadeza, mas poderia fazê-lo e todos vocês poderiam identificar, estes tipos de turismo estão aqui presentes como em Portugal e noutros países. Um turismo mais economicista essencialmente empresarial e/ou estatal, que passa à margem, ou mesmo contra, as comunidades locais, que na prática continua contra a natureza, que eventualmente faz concessões de um discurso que é essencialmente estratégico e conveniente, e que é mais de curto prazo e imediato, que pode retirar-se a qualquer momento quando deixar de ser rentável, deixando os custos para a sociedade santomense, e portanto é insustentável. Este é o modelo, está cá, como está em todos os países. Há actores que continuam a jogar neste modelo de turismo e neste modelo de desenvolvimento.

Mas podemos ter no extremo oposto um outro turismo, que em vez de ser economicista seja integrado nos vários sectores que contempla, que dê igual importância à cultura, às acções sociais e ao ambiente como à economia por exemplo, seja partilhado nos seus protagonistas e portanto seja multiprotagonizado e não se baseie apenas no Estado ou nas empresas, que esteja enraizado nas comunidades, que tenha uma base comunitária evidente e clara, de tal maneira que são actores principais do processo, que por isso mesmo se assumam na relação com a natureza, não numa perspectiva de nós seres humanos usufruirmos e até cuidarmos da natureza, mas nós seres humanos interagirmos com os animais e as plantas, sendo que todos fazem parte do mesmo projecto turístico. É portanto o conceito ecocêntrico do turismo.

Este é apresentável na perspectiva integrada que garante viabilidade económica, e nós vimos alguns exemplos disto, coesão social e territorial, que preserva e valoriza o ambiente nas suas várias dimensões, da energia, dos recursos, do tratamento dos lixos, etc., que produz conhecimento. O turismo como forma de produção de conhecimento, isto também é interessante e temos alguns exemplos disto nestes dias, e que ajuda a regular os problemas da sociedade local, por exemplo o desemprego, a pobreza e a exclusão social, a destruição da vida. E temos exemplos disto em São Tomé e Príncipe.

Temos o confronto destes modelos de turismo em São Tomé e Príncipe. A questão agora é saber o que é que interessa mais à sociedade de São Tomé e Príncipe numa perspectiva do futuro e não numa perspectiva do imediato. Esta esperança não vou eu dá-la porque quem tem que a dar são os santomenses.

Uma quarta nota de reflexão que eu gostava de partilhar convosco é dizer que estas reflexões que eu enunciei não são meramente pessoais. Correspondem ao grande confronto prático-teórico dos últimos trinta anos e que, em particular, tem atravessado as práticas e as reflexões teóricas sobre o desenvolvimento. Basta enunciar seis exemplos dos novos conceitos de desenvolvimento para verem como muitas das coisas que eu fui referindo estão lá.

O conceito de desenvolvimento sustentável que começa a nascer na Conferência de Estocolmo de 1972, que se afirma no Relatório Brundtland de 1987, e que ganha visibilidade estratégica em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro. Propõe uma nova relação com a natureza, portanto está presente num dos confrontos que eu propus anteriormente.

O conceito de desenvolvimento local nasce nos anos setenta nas Nações Unidas, nas estratégias de desenvolvimento comunitário com as equipas de terreno das Organizações Não Governamentais e dos organismos internacionais, firma-se nos anos oitenta numa forma teórica e prática, centrado nas comunidades locais porque tem de ser um desenvolvimento de proximidade, tem de ser um desenvolvimento de cidadania local, e ainda vou voltar a este conceito.

O terceiro conceito é o desenvolvimento participativo que surge também nos anos oitenta pelos principais organismos internacionais, inclusive um dos quais o Banco Mundial, que o inclui no seu novo tipo de projectos, claro que com algumas interpretações que não são exactamente aquelas que eu partilhei. Mas não deixa de ser curioso que haja também uma recuperação de alguns destes conceitos e um desafio para alguém que sobre eles tenta reflectir e pôr em prática, pondo o acento tónico não apenas na satisfação das necessidades das pessoas mas nos seus processos participativos, de cidadania e de reforço de competências ou de *empowerment* se quiserem.

O quarto conceito, o conceito de desenvolvimento humano que surge em 1990 sob o PNUD. Hoje é um dos conceitos internacionais mais referenciados, remete a questão do desenvolvimento para a questão dos direitos humanos e da dignidade humana. Uma das questões mais importantes é que não basta dar dinheiro às pessoas, ou possibilidade de emprego, se não há dignidade nos seus processos de vida, se os seus direitos humanos fundamentais não são respeitados. Esta é uma das questões mais importantes colocadas pelo conceito de desenvolvimento humano.

Depois o conceito de desenvolvimento social apresentado em Copenhaga em 1995, um conceito que assume que o desenvolvimento tem de ter também alguns compromissos políticos que salvaguardem o bem-estar mínimo das populações. E por isso aponta para a definição de objectivos de compromisso internacional, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e temos aí um novo quadro conceptual.

E finalmente o conceito de desenvolvimento integrado, que foi nascendo na década de

sessenta, que está presente nos outros todos e que assume que o desenvolvimento tem de ter sempre uma visão sistémica, holística e integrada de todos os processos. Este conceito tem a expressão de várias concepções que apresentei quanto aos cinco critérios.

Tomemos o exemplo do desenvolvimento local. É um conceito extremamente interessante porque aproxima o desenvolvimento das pessoas, dá-lhes proximidade, a possibilidade de serem actores e não apenas beneficiários, o desafio de que cada processo de desenvolvimento tem de ser enraizado da diversidade de cada caso e não pode ser homogeneizado como o levámos até aqui. E portanto não há efeitos de imitação no desenvolvimento, há efeitos de criatividade, de inovação em cada contexto particular.

Gostaria de vos propor a formulação do conceito de desenvolvimento que tenho trabalhado nas minhas experiências de terreno sobre esta matéria. É um conceito em dez pontos.

Encarado como um processo de mudança que é tentado numa comunidade territorial de pequena dimensão para dar resposta aos principais problemas sentidos pela comunidade, que ela indicia como seus problemas, a partir essencialmente das suas capacidades, dos seus recursos, das suas potencialidades, da sua força e de lhe dar a sua vida, portanto numa perspectiva de participação e de cidadania local. No entanto, contando com o apoio deste preconizador, e não inibidor, de recursos externos, onde o recurso externo não é o principal, mas é uma preconização, numa perspectiva integrada destas mudanças e portanto mobilizando todas as áreas da vida das pessoas, o que pressupõe um trabalho de cooperação entre as instituições e os actores locais porque nunca é o processo de um actor só. É um trabalho em parceria, gerando impactos que aos poucos vão atingindo toda a comunidade, no sentido positivo e negativo, como é óbvio em qualquer processo de mudança em que nem tudo são rosas, há também espinhos, e segundo uma diversidade de processos inculcados em que cada comunidade e cada processo é um caso concreto, na sua lógica, nos seus ritmos, nos seus sectores e nas suas dinâmicas.

Eu costumo dizer de outra maneira que o desenvolvimento local transforma problemas em pessoas com problemas, pessoas com problemas em pessoas com capacidades e pessoas em capacidades em respostas aos problemas. Ou seja, no desenvolvimento local não há desemprego, há o senhor ou a senhora A, B ou C que estão desempregados, o que é completamente diferente. Falar no desemprego em abstracto ou falar no meu companheiro ou no meu vizinho que é desempregado e sobretudo quando ele é a resposta ao seu próprio problema e portanto é uma pessoa com capacidades. E aí, a resposta ao problema responde àquele caso concreto e ajuda a responder aos problemas genéricos da sociedade.

Ora nesta perspectiva, eu penso que no contexto de São Tomé é absolutamente essencial que este conceito e estas práticas sejam uma das referências para o processo de

mudança da sociedade santomense. Não é a solução para tudo, não é a poção mágica mas é um dos conceitos de referência por todas as razões que referi anteriormente, pelo envolvimento da comunidade, pela ligação forte ao território e à sua base ambiental, pela ligação à cultura local, pela mobilização das capacidades e pela maior eficiência na afectação de recursos. Mas isto tem implicações que vão de encontro a algumas das concepções do desenvolvimento que enunciei anteriormente.

Primeira implicação é que só é possível o desenvolvimento local numa perspectiva integrada. Não é possível fazer desenvolvimento nas comunidades se eu só toco na economia ou numa das outras vertentes. Tudo o que está ligado, sobretudo se está ligado na vida, e na vida das pessoas no dia-a-dia, nós os intelectuais e académicos é que separámos as coisas porque as pessoas as vivem integradamente. O desenvolvimento de proximidade é a partir das pessoas logo é necessariamente integrado e não precisamos de o dizer.

Sou adepto, e estou a seguir os critérios que apresentei anteriormente, é obviamente um processo em que é a comunidade que interage conjuntamente com os actores externos. Há uma co-responsabilização dos actores e é portanto um processo de democracia efectiva do desenvolvimento, em que a democracia não fica na Assembleia Nacional, está no quotidiano do desenvolvimento. Por isso, os seus valores, as suas identidades, dinâmicas e ritmos são o ponto de partida fundamental no desenvolvimento, em que há um envolvimento e um respeito por essas comunidades, além dos seus processos históricos, nunca podendo ser externalizadas ou vista como qualquer coisa que obstaculiza o desenvolvimento. Naturalmente, a inserção territorial obriga a ter uma ligação com a natureza, e é a melhor condição para que de facto o processo seja ecocêntrico neste sentido de ligação abrangente com a vida que existe na comunidade, logo estamos precisamente com uma responsabilidade integrada e voltamos ao princípio, ou seja à visão integrada. É um processo coerente em si próprio.

É interessante ver, e com isto aproximo-me do fim, há um conceito de desenvolvimento que derrapou para o economicismo, pois há duas versões pelo menos que derraparam para o antieconómico. É interessante ver, e eu sou economista, como estes novos conceitos de desenvolvimento recuperam uma ideia de economia que é interessante. Esta ideia está hoje em plena afirmação, em particular nos países da Macaronésia, ou seja a Madeira, os Açores, Cabo Verde e as Canárias, e aos quais São Tomé e Príncipe poderia juntar-se por via de Cabo Verde e dos Açores, aliás sou protagonista desse convite e faço-o formalmente porque faço parte dessa dinâmica, acompanho esse processo e sou o responsável pelo Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico. São Tomé tem aqui um desafio muito interessante. Nesta experiência da Macaronésia, surgiu nos últimos anos um conceito de economia, que é o conceito de economia solidária, que é muito interessante porque não

é no sentido social mas no sentido da solidariedade com a vida, o reencontro com a vida na sua multidimensionalidade. Para não perder muito tempo, vou reformular o conceito conforme é por nós apresentado e que temos trabalhado nos últimos vinte anos, inclusive com efeitos práticos, ou seja já há um conjunto de organizações que preferem a economia solidária e que se constituíram numa federação de algumas que já tem uma marca, uma loja, um site. Estamos a falar de coisas concretas.

O conceito de economia solidária, repito, é um conceito em que a economia reencontra a vida na sua multidimensionalidade e assenta em oito pilares. Primeiro, é um projecto económico porque cria emprego, distribui rendimento, satisfaz consumos, gera poupanças e estimula investimentos. Tem uma dimensão económica clara e afirmada. Não é uma economia envergonhada. É até uma economia mais rica do que as outras porque vai para o mercado e vende produtos, contratualiza com o Estado, economia pública, e ainda mobiliza a terceira economia sobre a qual os economistas nunca souberam falar nas suas teorias que é a economia da dádiva, que não se limita aos donativos e ao voluntariado mas que está ancorada na cultura, nomeadamente mais tradicional dos povos europeus, africanos e da América Latina por exemplo. É a economia da reciprocidade, da entre-ajuda, da vizinhança e da comunidade que é a base muitas vezes do funcionamento económico. Os economistas não sabem isto, eu nunca aprendi isto na teoria económica, não está nos manuais e no entanto é a base do funcionamento económico das nossas sociedades. A economia solidária recupera esta ideia do projecto económico.

Segundo, é um projecto social, ou seja tem como objectivo principal responder aos problemas sociais das suas comunidades, dando emprego aos mais desfavorecidos e mais concretamente a esses, respondendo às necessidades daqueles que não podem ir ao mercado satisfazê-las, promovendo a igualdade de oportunidades, incluindo a cultura do género e criando condições de dignidade de trabalho.

Terceiro, é um projecto ambiental, ou seja é uma economia que tenta ter outra visão ambiental através das opções energéticas que faz, através da compra ou da utilização de matérias primas segundo o modo de produção biológico, através da maneira como recicla os materiais e faz o tratamento dos lixos, através de propostas de relacionamento com a natureza e do turismo ecológico que promove no seu interior.

Quarto, é um projecto cultural, ou seja a cultura não é para ser destruída em nome de uma uniformização económica mas é para ser recuperada nos seus valores e identidades e nas tradições como trunfo económico, por exemplo através dos saberes gastronómicos, das festas comunitárias, do artesanato, da interacção com a comunidade, etc.

Quinto, é um projecto territorial, ou seja é uma economia que está enraizada num território e promove uma relação privilegiada com a comunidade, valorizando a contratação

de pessoas locais, a compra de produtos locais, a relação com os eventos e as culturas, etc.

Sexto, é um projecto de gestão, ou seja é uma economia que não quer ser como a sua antecessora a economia social, uma economia de gestão porreirista mas uma gestão profissionalizante e eficiente, e portanto mobilizando novos conceitos de gestão.

Sétimo, é um projecto de conhecimento, uma economia que pretende gerar conhecimento novo no seu conceito.

E oitavo, é uma economia que tem um projecto político, que significa duas coisas: primeiro, democracia interna, ou seja as decisões são tomadas no seio das organizações por democracia; segundo, tem um projecto político externo, o que significa colaborar com as outras instituições, o Estado e as empresas na resolução dos problemas da sociedade.

Reparem que este conceito de economia solidária anda muito próximo do conceito de sustentabilidade, não por acaso, há aqui uma relação, uma coerência, uma interacção. Há um conjunto de novos conceitos. O que é importante é que o conceito de economia solidária está hoje na prática e no terreno.

O comandante Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde, utiliza este conceito como um conceito central e diz uma coisa muito importante: Cabo Verde começou por ser uma economia pública de Estado, depois passou, com a democracia, para uma economia que tendeu para o mercado e hoje está a perceber que nenhuma destas economias só por si, nem as duas ligadas resolvem os problemas de Cabo Verde. É preciso uma terceira economia, alguns autores chamam-lhe o terceiro sector e a economia solidária situa-se precisamente nesta linha. Cabo Verde percebeu isto e percebeu que a economia solidária é protagonizada por muitas Organizações Não Governamentais e outras iniciativas empreendedoras da sociedade civil.

São Tomé tem este desafio pela frente. Ontem lancei-o numa conversa que tive na Santa Casa da Misericórdia, que tem potencialidades para ser uma das experimentadoras deste conceito e destas práticas. Ontem à tarde visitei uma iniciativa de ensino e de turismo que tem todos os ingredientes deste conceito de economia solidária. Não vou dizer qual é, descubram. Mas há muitos outros. Ele está cá, está presente. Não resolve tudo, não é mágico mas é uma componente económica que recupera para o desenvolvimento o conceito e as práticas da economia. Deixo esta pista para a poderem desenvolver.

E termino, dizendo que São Tomé e Príncipe está em condições para enfrentar estes conceitos de desenvolvimento, de economia solidária e de sustentabilidade. Claro que também tem obstáculos e dificuldades na sua aplicação: a persistência de que através de um trabalho continuado, em interacção com a população, podemos ter uma mobilização de todos os actores e com isso uma maior probabilidade de atingir um desenvolvimento que dure. Isso também está presente.

Mas aqui há alguns problemas e eu gostava de partilhar alguns convosco. Do lado da sociedade civil temo que a lógica colonialista das roças tenha criado nalgumas componentes da população um hábito demasiado enraizado de subordinação e subserviência que inibe a capacidade de iniciativa. Este é um problema cultural que a meu ver tem que ser enfrentado e tem que ser respondido com medidas próprias na área da formação, informação e democracia. Este é um dos factores inibidores do desenvolvimento.

Outro factor inibidor vem do lado das empresas externas, ou de algumas. Nem todas estão cá obviamente para favorecer o povo de São Tomé. É claro que as empresas existem, dizem elas, para promover o seu próprio lucro, mas esta visão economicista é apontada como uma visão em as empresas só têm a ganhar, ou seja se forem espertas, não fazem uma corrida de cem metros, só têm a ganhar se assumirem uma perspectiva integrada daquilo que fazem, promotora de coesão social, da diversidade cultural e da preservação ambiental porque assim poderão ter ganhos durante muito mais tempo. As empresas que são inteligentes, mesmo que não sejam convictas, já perceberam que a sua competitividade para ser duradoura tem de integrar outra dimensão. E infelizmente nós continuamos a ter nalguns destes países, e mesmo em Portugal, empresas que assumem uma perspectiva quase neocolonialista, ou seja nós vamos lá para ganhar o mais possível. O discurso dos benefícios das pessoas locais é esquecido e não é posto em prática. Este é um enorme factor inibitório.

E depois a questão do Estado, esta é uma questão muito sensível em São Tomé e não queria entrar muito por aí. Mas o problema da instabilidade, da variabilidade das equipas governamentais, também das pressões internacionais, da ligação com alguns interesses económicos, é real e que dificulta que o Estado seja efectivamente promotor do desenvolvimento das suas populações. Esta é outra questão decisiva, é uma questão de princípio.

Um outro aspecto é as autarquias locais e em São Tomé e Príncipe é um processo que vale a pena estudar e observar. Primeiro em que pareceu avançar, e depois parou, e agora voltou a avançar. As autarquias locais em geral podem significar uma coisa muito importante que é a proximidade das populações a interacção, e a partilha do poder, e desse ponto de vista podem ser caminhos promotores de desenvolvimento mas também podem ter alguns inconvenientes, nomeadamente quando se provocam situações de caciquismo local. É uma questão também a pensar.

O problema das ONGs externas. Dizia alguém que São Tomé e Príncipe deve ser o país com mais ONGs externas por quilómetro quadrado. É possível que sim, não sei, mas comparativamente tem muito poucas, comparando com a Guiné-Bissau ou Cabo Verde. Haveria que perceber quais as dinâmicas que vêm dessas ONGs externas e quais as que vêm das ONGs nacionais, qual o seu papel.

Face a este contexto, eu penso que é importante que haja algumas estratégias facilitadoras das quais eu gostava de deixar rapidamente algumas. Primeiro, a importância da partilha e da informação sobre estes problemas de desenvolvimento; segundo, a importância de haver processos de formação que envolvam estas comunidades e estes actores; terceiro, a importância de estabelecer parcerias sistemáticas com igualdade de condicionamentos face ao desenvolvimento; quarto, a importância de prosseguir o envolvimento das comunidades mesmo que ao princípio seja difícil face à sua tendência para a facilidade e inércia; quinto, a importância decisiva para o desenvolvimento de São Tomé, do aprofundamento da democracia em tudo o que isso significa.

E finalmente termino dizendo que há já em São Tomé e Príncipe algumas iniciativas em número suficiente para não precisarem que sejamos nós a vir de fora mostrar o que é que é possível fazer porque as resposta estão cá dentro e correspondem a muitos destes processos de desenvolvimento.

Muito obrigado.

Cambio climático, educación ambiental e turismo: unha reflexión para o futuro de São Tomé

Pablo Ángel Meira Cartea (Universidade de Santiago de Compostela)

Para min é un pracer moi grande estar en São Tomé e Príncipe e participar neste foro. conferencia. É tamén, e sobre todo, a oportunidade de vivir e compartir unha gran experiencia. Xa levo por estes lugares cerca de dúas semanas, e conforme fun coñecendo as circunstancias do país e as súas xentes, e despois de ollar tamén o conxunto das comunicacións que se presentan ao Seminario, pensei que podía ser interesante facer unha pequena mudanza, ou grande, conforme se mire, na orientación temática da comunicación que tiña inicialmente prevista. No final, penso eu, se entenderá que esta mutación non é realmente tan grande respecto da proposta que aparece no libro de resumos do Seminario como pode parecer.

Esta decisión parte dunha constatación: despois de ler o conxunto das comunicacións puiden comprobar que unha temática a penas tratada é a das alteracións climáticas e o quecemento global, e creo, sen dúbida, que esta será –e xa é– unha das cuestións socio-ambientais mais importantes, críticas e transcendentais para a humanidade nos próximos vinte ou trinta anos. E penso, realmente, que todas as comunidades humanas do Planeta, sen excepcións, terán que pensar e definir os seus proxectos de futuro considerando as implicacións destes cambios para os ecosistemas naturais como para os sistemas humanos. Ao mesmo tempo, gustaríame enmarcar esta reflexión na realidade, ata onde fun capaz de coñecela nestes poucos días, de São Tomé e Príncipe e dos u potencial de desenvolvemento turístico.

Pretendo facer unha aproximación que considere a realidade rexional e local nun marco irremediamente global -na dobre perspectiva da economía e do cambio climático-, e que sirva tamén para entender e, si acaso, considerar na planificación do futuro algúns dos problemas relacionados coa xestión dos recursos deste fermoso e vulnerable país insular que é São Tomé e Príncipe. Problemas, principalmente, referidos ao impacto das alteracións climáticas no seu potencial de desenvolvemento turístico, non só dende o punto de vista biofísico, senón, e sobre todo, na consideración dos previsibles cambios económicos e culturais que se deriven da aplicación das políticas internacionais de mitigación e adaptación que se poñan en marcha.

I. Tomar conciencia da escala do problema

Cando pensamos na atmosfera tendemos a visualizar un espazo inmenso e baleiro, capaz de asumilo todo. Pola contra, a atmosfera é un sistema extremadamente fráxil. Tal vez a analogía que mellor exprese esta fragilidade é a da pel da mazá: a atmosfera terrestre, con respecto ao conxunto da esfera terrestre, ten a mesma espesura que a pel dunha mazá; en realidade, que a parte máis superficial da pel dunha mazá. É unha capa moi fina e fráxil mais, ao mesmo tempo, é fundamental para entender como xurdiu e como é a vida na Terra tal e como a coñecemos. A atmosfera foi criada pola vida e é esta mesma atmosfera a que permite que hoxe habitemos este planeta como especie. Existimos porque as formas de vida primoxénicas foron quen de alterar a atmosfera primitiva.

A composición da atmosfera cumpre un papel vital na conformación do clima terrestre, especialmente no axuste do efecto invernadoiro, que garante unha oscilación térmica mínima que impide temperaturas extremas tanto pola franxa do frío como pola do calor. O clima é un sistema e un recurso moi próximo. Podemos dicir, incluso, que o clima no que afecta, por exemplo, á economía relacionada co turismo, é un dos seus activos principais e, nalgunhas formas de turismo, como as ligadas á neve ou aos destinos de “sol e praia”, constitúe o principal recurso.

O último informe do IPCC (Grupo Intergubernamental de Expertos sobre o Cambio Climático, 2007), descarta as últimas incertezas que había sobre a causalidade antropoxénica das alteracións climáticas e sobre a relación entre ditas alteracións e a acción humana a escala global. Afirmar, textualmente, que “o quecemento do sistema climático é inequívoco, como evidencian xa os aumentos observados do promedio mundial da temperatura do aire e o océano, o desxeo xeneralizado das neves e xeos e o aumento do nivel do mar (Pachauri e Resinger, 2007: 2). Como se expón no mesmo informe, en todos os continentes e tanto na atmosfera como no mar, que é outro compoñente básico do sistema climático terrestre, a temperatura media está a aumentar substancialmente e existe unha relación histórica directa entre dito incremento e a evolución das actividades humanas, fundamentalmente as derivadas da intensificación do consumo de combustibles fósiles e dos cambios no uso do solo, a partir da Revolución Industrial.

No último relatorio do IPCC tamén se avalían e prospectan seis posibles escenarios de futuro. Como conclusión, o informe expresa a convicción de que se puideramos limitar a presenza do CO₂ na atmosfera a 450/490 ppm. (partes por millón), estaríamos en condicións de mitigar o quecemento do Planeta para situalo no fío dos dous graos centígrados. Este sería o escenario menos malo, dado que o cambio é inevitable e xa se está a producir. Pero, no peor escenario examinado, o mais probable no caso de que non se logren nos próximos anos reducións significativas nas emisións de gases de efecto invernadoiro, se

podería chegar a concentracións de 855-1130 ppm., o que suporía un aumento de temperatura de escala catastrófica, a volta dos seis graos para finais do século XX.

Que implica pensar en termos de escenarios? De entrada, que as alteracións climáticas no sexan tan relevantes polo que xa se produciu como polo que aínda está por suceder. En segundo lugar, que as accións de resposta a este problema só poden aspirar simplemente a minimizar o aumento medio da temperatura, xa que non existe ningún modelo no que quecemento global se poida evitar (pola inercia que introducen no sistema atmosférico os gases de efecto invernadoiro xa emitidos. Non existe ningunha hipótese que prevea un escenario futuro equivalente á concentración de gases a mediados do século pasado. Só poderemos pensar en minimizar as alteracións climáticas e para iso temos uns prazos que determinan a escala da súa repercusión futura: se antes do ano 2015 non conseguirmos adoptar políticas realmente efectivas para reducir as emisións de gases invernadoiro será difícil, senón imposible, chegar ao final do século XXI cunha composición atmosférica que permita limitar a subida da temperatura en un ou dous graos centígrados.

2. Un reto socio-educativo descomunal

Dende o punto de vista da educación ambiental, o meu campo de traballo, o cambio climático é un desafío a escala mundial, que merece o cualificativo de descomunal e titánico. Estou a referirme ao traballo educativo, sobre todo, nas sociedades chamadas “avanzadas”, fundamentalmente as occidentais, que son as principais emisoras, absolutas e *per cápita*, de gases invernadoiro. No tratamento do cambio climático dende a comunicación e a educación ambiental son catro as grandes liñas de acción nas que será preciso traballar intensamente, e só estamos no principio:

- En primeiro lugar, facilitar o coñecemento e recoñecemento da ameaza, é dicir, socializar a idea de que este é un problema e un problema grave, e de que xa é un problema agora se queremos obter resultados no futuro a medio e longo prazo.
- En segundo lugar, asegurar unha valoración realista da ameaza e dos riscos que comporta dende o punto de vista da poboación e das sociedades que van a recibir os seus impactos. Asegurar, en fin, a súa percepción como un risco real.
- En terceiro lugar, e entrando nun ámbito máis difícil, a busca da asunción de responsabilidades individuais e colectivas. É dicir, lograr que as persoas e as comunidades asuman que cuestión climática non é un problema cuxa resposta compete só aos grandes emisores de gases de efecto invernadoiro (a industria, o sector enerxético, ou, en todo caso, dos “outros”), senón que é un problema de todos e cada un de nós. Un problema que se concreta permanentemente na nosa vida cotiá, sobre todo nos países máis desenvolvidos. Case en tódalas actividades que realizamos

emitimos, directa ou indirectamente, gases de efecto invernadoiro, desde que nos levantamos ata que nos deitamos estamos a consumir enerxía en diferentes formas e modalidades, e por tanto, é preciso asumir as responsabilidades que iso comporta no combate do cambio climático.

- Finalmente, en cuarto lugar, o reto máis ambicioso, complexo e difícil de todos será alterar significativamente os estilos de vida. Se poden establecer acordos, como o Protocolo de Kioto, se poden deseñar políticas internacionais para establecer cotas de emisións por países ou por sectores económicos que se non conseguimos mudar os estilos de vida, sobre todo nos países máis avanzados, dificilmente conseguir atinxir o obxectivo de minimizar as alteracións climáticas, limitando o incremento das temperaturas e facilitando a adaptacións aos cambios que xa se están producindo. Ademais, se esta tarefa xa é difícil, se trata tamén de conseguir que as propias persoas demanden, impulsen e participen nas políticas de redución das emisións de gases de efecto invernadoiro.

Destes catro niveis, nos países europeos só se ten avanzado substancialmente no primeiro. De xeito significativo, nas primeiras posicións na escala de preocupación aparecen as mostras dos países do Mediterráneo, quizás porque comparten una das rexións, dende o punto de vista bioclimático, máis vulnerables do planeta, pois o quecemento global pode agravar problemas que xa existen como a desertificación ou a dispoñibilidade de auga, e tamén, dende o punto de vista socio-económico, con posibles impactos sobre determinados sectores produtivos, entre eles, por exemplo, o turismo. No extremo contrario aparece nos países do norte de Europa, onde se pode especular que as súas poboacións poden tender a minorar o potencial de ameaza do problema na medida en que unha subida media das temperaturas pode ser vista como algo positivo ao dulcificar un clima máis hostil. Neste estudo é a sociedade española a que aparece como a máis sensibilizada de todas.

En todo caso, este e outros informes demoscópicos indican que o nivel de preocupación sobre este problema por parte da poboación occidental comeza a ser moi importante. A medio ou longo prazo, este incremento da sensibilidade pode contribuír a mudar os estilos de vida, sobre todo naqueles ámbitos e hábitos da vida cotiá que menos custes obxectivos ou subxectivos comporten. Pode suceder, por exemplo, que unha cidadanía máis preocupada e consciente sobre o cambio climático pense en reducir ou reformular as súas actividades relacionadas con o turismo, podendo actuar como un factor que mude radicalmente a cultura do ocio relacionada coa a viaxe e cos desprazamentos, sobre todo se son a longa distancia e en medios de transporte que producen altas emisións de gases invernadoiro (sobre todo, os que se fan en avión).

3. Cambio climático e políticas de resposta

O último informe do IPCC. Como os anteriores, non se ocupa só das ciencias do clima, da identificación das causas das alteracións climáticas ou da ponderación da responsabilidade humana no cambio climático. Da súa lectura tamén se desprenden principios e liñas de acción e resposta a esta problemática. Asumindo que as alteracións climáticas son xa inevitables temos que prepararnos para diagnosticar, mitigar e desenvolver procesos de adaptación aos efectos que xa imos a sufrir, sobre todo a nivel rexional e local. Neste nivel temos unha gran lagoa de coñecemento. A informacións de cómo o cambio climático vai afectar cada lugar do planeta en concreto, por exemplo a São Tomé e Príncipe, é aínda escasa. Coñecemos máis e mellor como se vai comportar o clima global alterado, que como esa mudanza se vai a expresar en contextos xeográficos máis reducidos. Si ben é necesaria unha estratexia global para reducir as emisións de gases invernadoiro e para desenvolver coordinadamente mecanismos de mitigación e adaptación ao cambio climático en marcha, cada país deberá desenvolver as súas propias estratexias en función da súa vulnerabilidade, potencial de resposta e recursos para facelo.

Se queremos aspirar a un escenario futuro co un incremento medio das temperaturas que non exceda o limiar dos dous graos de temperatura media, non só teremos que reducir dende xa as emisións de CO₂ e outros gases invernadoiro, senón que tamén haberá que rexenerar, conservar e potenciar os sumidoiros de carbono; é dicir, aqueles procesos naturais, biolóxicos ou químicos, que capturan e fixan carbono atmosférico. As estratexias locais de resposta ao cambio climático deben considerar as dúas dimensións, o control e a redución de emisións e a captura natural de carbono, pero as condicións particulares de cada sociedade e cada comunidade pode dar prioridade a unha ou a outra. São Tomé e Príncipe, por exemplo, nas condicións socio-económicas nas que se atopa deberá, probablemente, dar máis importancia á conservación e potenciación dos sumidoiros naturais de carbono, capitalizando o seu potencial ao respecto para conseguir recursos complementarios para o seu desenvolvemento, sobre todo se nas políticas internacionais de resposta ao cambio climático se mantén a visión mercantilista que se impuxo en Kyoto (converter o CO₂ nunha mercadoría).

4. O turismo no marco dunha “nova cultura do clima”

Na definición do papel que ten que xogar a Educación Ambiental diante da necesidade de xerar unha “nova cultura do clima”, principalmente nas sociedades “avanzadas”, estase a insistir moito na necesidade de pasar do coñecemento dos aspectos máis biofísicos dos clima e do cambio climático (centrados nos impactos sobre o ambiente natural e nos relacionados co tempo atmosférico, confundíndose frecuentemente tempo con clima), ás

consecuencias directas e indirectas que poden ter estes impactos para as persoas e para as comunidades en dimensións aínda pouco representadas: as repercusións sobre a saúde, sobre a economía global e as economías locais, sobre os movementos migratorios, sobre a alimentación, etc. É importante, usando os instrumentos da comunicación, da educación e da participación, visualizar todas as implicacións desta ameaza, e non só as que afectan ao medio bio-físico.

Nesta aproximación máis cultural, social e antropolóxica ao cambio climático é onde quero centrar a miña reflexión sobre as relacións entre as alteracións climáticas, as políticas de resposta e o turismo como un fenómeno económico pero tamén cultural, en sintonía coa temática que nos convoca en São Tomé e Príncipe.

Cando, nos anos noventa se fixeron públicos os primeiros relatorios do IPCC (1990 e 1995) estableceuse unha primeira relación entre as alteracións climáticas e a actividade turística: obviamente, as alteracións climáticas terían un impacto significativo sobre o turismo na medida en que as condicións climáticas, en si mesmas, son un dos principais recursos turísticos en moitos países e rexións. O feito de que muden ditas condicións pode ocasionar efectos negativos, por exemplo, para a oferta dos pequenos estados insulares e, en xeral, para os estados costeiros que basean a súa industria turística na combinación de “sol e praia”. Nestas zonas, o cambio climático pode orixinar a degradación dos ecosistemas costeiros, a elevación do nivel do mar, unha maior frecuencia e virulencia de fenómenos meteorolóxicos extremos, a aparición de novos riscos sanitarios ou a carencia de recursos básicos (a auga, por exemplo). Ademais de degradar os atractivos ambientais que cualifican unha oferta turística e de danar ás infraestruturas que a soportan, estes cambios –ou a simple posibilidade de que sucedan– poden afectar negativamente ás expectativas e ás experiencias dos turistas e retraer a demanda.

Outro factor considerado nos primeiros achegamentos ao binomio cambio climático-turismo é o da incerteza social e económica que se introduce, sobre todo na planificación a medio e longo prazo. O quecemento global pode desestabilizar o sector turístico ao alterar os fluxos de visitantes en función das mudanzas provocadas pola alteración do clima a nivel local. Moitos destinos turísticos “tradicionais” poden verse obrigados a reconverterse ou, incluso, como no caso do turismo de inverno en estacións de montaña situadas no sur de Europa, poden chegar a desaparecer porque non poden garantir as temperaturas e as precipitacións de neve imprescindibles para a práctica satisfactoria dos deportes de inverno.

Máis adiante, no terceiro relatorio do IPCC (2001), deuse unha volta a este esquema, para introducir na reflexión o papel das actividades e das infraestruturas turísticas nas causas e dinámicas que está na desencadear as alteracións do clima. É preciso ter en conta

que o sector turístico contribúe con cerca do 5% ás emisións globais de CO₂ (UNWTO-UNEP-WMO, 2008). Esta contabilidade inclúe as emisións xeradas no transporte, no aloxamento e nas actividades de lecer. Non suma, sen embargo, ás emisións derivadas da construción e mantemento das infraestruturas turísticas, polo que a estimación total do impacto do sector debería ser aínda maior.

Pode argumentarse que, en termos absolutos e en comparanza con outros sectores produtivos, o turismo non é un contribuínte principal, pero non cabe dúbida que o é en termos relativos. Desá estimación do 5%, tres cuartas partes son na práctica emisións directamente orixinadas polos desprazamentos dos turistas, polo transporte, principalmente o que se realiza en avión. A análise prospectiva do impacto do turismo sobre as mudanzas climáticas prognostica que esta fracción pode ser aínda maior: para o ano 2035 estímase que, de manterse a inercia actual, as emisións do sector poden crecer o 152% (Simpson, Gossling et al., 2008). Dito sinteticamente: o turismo é unha das principais fontes antropoxénicas de gases invernadoiro e se espera que creza máis e, o que é peor, que sexa un dos sectores que o faga máis rápido. Gossling, Broderick et al. (2007: 224) o afirman categoricamente: “A industria turística é cada vez máis dependente do transporte aéreo. O seu futuro depende de que atope formas de reducir as emisións de gases de efecto invernadoiro, si é posible sen reducir as actividades turísticas. Igualmente, a credibilidade futura do concepto de turismo sustentable dependerá de que se encontren vías para reducir as emisións de gases invernadoiro e a súa contribución ao quecemento global”.

Dende o punto de vista do turista, e dicir, da persoa que decide desprazarse do seu lugar de orixe, usualmente dun país desenvolvido e gran emisor de gases invernadoiro a outro menos desenvolvido, para satisfacer as súas necesidades relacionadas co lecer e o tempo libre, o 90% das emisións de gases que xera a súa actividade corresponden só ao transporte; é dicir, emítense na acción de ir ao destino seleccionado e regresar. Todos os que compartimos este seminario e non residimos nesta illa, que procedemos da Europa ou do Brasil, temos que saber que a metade da enerxía que imos a consumir nesta viaxe e, por conseguinte, dos gases que contribuímos a liberar á atmosfera, xa estaban amortizados cando puxemos o primeiro pé no aeroporto de São Tomé (practicamente o 45%), e que a outra metade (outro 45%) está esperando a ser consumida e liberada á atmosfera cando regresemos aos nosos lugares de orixe. Ademais, as fontes de emisión de gases invernadoiro, CO₂ e outros, orixinadas polo transporte aéreo, son as que están a medrar máis rápido. Colateralmente, pero de xeito máis difuso, o turismo tamén contribúe ao ascenso da taxa de carbono atmosférico ao participar na degradación dalgúns procesos naturais de captura de carbono. É o que sucede cando se devasta a foresta ou se destrúen os ecosistemas costeiros (mangles, arrecifes coralíferos, etc.) para construír hotéis, “resorts” ou outras

infraestruturas complementarias (portos e instalacións deportivas, espazos comerciais, campos de golf, vías de comunicación, etc.).

Como é lóxico, un dos principais obxectivos das accións educativas, en sentido amplo, relacionadas coa mitigación do cambio climático é cambiar as pautas de mobilidade actualmente establecidas. Trátase de potenciar patróns de mobilidade menos dependentes dos combustibles fósiles e, polo tanto, menos emisores de carbono. Os limitados programas e campañas neste ámbito téñense centrado, ate agora, na mobilidade urbana, tratando de restrinxir o uso do vehículo privado en beneficio do transporte público, e de fomentar hábitos individuais e colectivos de desprazamento de baixa esixencia en carbono que teñen que ver, ademais, con concepcións alternativas da ordenación urbana e da calidade de vida. O éxito ten sido moi limitado. De feito, os logros tecnolóxicos conseguidos na eficiencia enerxética dos vehículos a motor teñen sido ampla e negativamente anulados e sobrepasados polo incremento do número de vehículos privados e pola cantidade de Km. recorridos por automóbil e por persoa, de tal forma que as emisións deste sector seguen crescendo sen freo.

Nos últimos anos e a pesar do comentado incremento da preocupación social sobre o cambio climático nos países máis desenvolvidos, as viaxes en avión –sexa cal sexa a súa motivación– non tiñan estado no foco da atención educativa. De feito, as posibilidades de mobilidade que outorgan os novos medios de transporte, fundamentalmente os aeronáuticos, para desprazarse a calquera lugar do planeta (sempre que se posúan recursos para facelo, obviamente), son vividas pola cidadanía occidental como unha conquista máis na esfera das liberdades e dos dereitos individuais. Mudar os patróns culturais establecidos con relación as prácticas de mobilidade en xeral e en avión, en particular, non será, pois, doado; pero, certamente, xa figura entre os cambios que é preciso introducir nos estilos de vida dominantes para reducir dun xeito significativo as emisións de gases invernadoiro. Xa existe un número importante de estudos relacionados co sector turístico que tratan de avaliar se a sensibilización sobre o quecemento global pode estar a xerar un cambio cultural significativo no comportamento da demanda (Becken, 2004, 2007; Shaw e Thomas, 2006; Dubois e Ceron, 2006).

Unha das posibles repercusións que se exploran é, precisamente, que os cidadáns e os colectivos sociais sensibles á problemática ambiental, cada vez máis numerosos, comecen a rexeitar aquelas ofertas turísticas que impliquen o uso do avión, motivados polo desexo de limitar a súa cota persoal de emisións de gases invernadoiro para contribuír á loita contra o cambio climático. Si dende a Educación Ambiental se fomenta a correspondencia entre o que se pensa, os valores proambientais que xeralmente se profesan, e o comportamento en tódalas esferas da vida, este cambio resulta ser extremadamente coherente e res-

ponsable, ademais de moi significativo para mitigar o problema si se xeneraliza a grupos amplos de poboación. O certo é que os mesmos estudos aos que facemos referencia descartan, en liñas xerais, que tais mudanzas se estean a producir a unha escala significativa: de momento, o colectivos analizados, principalmente viaxeiros de perfil eco-turista, ven máis vantaxes que inconvenientes en poder viaxar en avión e o consideran, ademais, como unha liberade á que non pensan renunciar dado que forma parte central do seu estilo de vida e, incluso, da construción da súa identidade como “cidadáns do mundo”. Pero tamén é certo que se detectan os primeiros obxectores ambientais ao turismo que implica grandes traxectos en avión e que, polo tanto, produce unhas emisións de gases invernadoiro moito máis elevadas con respecto a outras alternativas. A estes casos é preciso sumar os colectivos de distinto tipo, dende ONGs ambientalistas ata empresas privadas, pasando por grupos profesionais ou institucións públicas, que están a incorporar nos seus hábitos corporativos a renuncia ou a limitación do uso do avión como medio de transporte nas súas actividades. Son iniciativas individuais ou colectivas ate agora minoritarias e cunha repercusión aínda pouco relevante no transporte aéreo ou no turismo, pero que poden estar indicando unha tendencia cara ao futuro.

As probabilidades de que se produzan cambios significativos nos patróns culturais de mobilidade aérea que afecten aos fluxos turísticos poden verse incrementadas en función dos resultados das negociacións abertas para elaborar o acordo internacional que, en 2012, substitúa e dea continuidade ao Protocolo de Kyoto. As novas medidas que se establezan para concertar unha política internacional de redución de emisións de gases invernadoiro e de loita contra o cambio climático poden afectar á posición de destinos turísticos xa asentados ou emerxentes que, como São Tomé e Príncipe, dependen case en exclusiva do transporte aéreo a longa distancia para trasladar visitantes ao seu territorio. Atendendo ás expectativas creadas, o protocolo que substitúa ao actual terá que incorporar, entre outras, tres novidades importantes: haberá que pactar reducións moito máis ambiciosas das actualmente pretendidas –e non logradas- para tentar achegarse no escenario máis optimista dos que sinala o último informe do IPCC –un incremento de só 2º cara finais de século-; será preciso, en segundo lugar, que países de economías emerxentes –India e China e, probablemente, Brasil e México, entre outros- asuman tamén compromisos firmes de redución de emisións; e, como máis significativo para o tema que nos ocupa, que o transporte aéreo se sume aos sectores grandes consumidores de combustibles fósiles e, polo tanto, grandes emisores de gases de efecto invernadoiro, que asuman compromisos controlados de redución.

Non fai falta ser demasiado clarividente para entender que unha maior esixencia nos obxectivos de diminución das emisións pode afectar máis a aquelas actividades que as

sociedades ou as persoas consideren máis prescindibles dende o punto de vista da satisfacción das súas necesidades e, polo tanto, se centre a atención naquelas que teñen que ver co campo do lecer e do turismo. Dende este punto de vista, unha “nova cultura do clima” implicaría unha nova cultura da mobilidade e do transporte. George Monbiot (2008: 240) é claro ao respecto ao afirmar taxativamente que “o crecemento da aviación e a necesidade de atallar o cambio climático son irreconciliables”. Este autor inglés desenvolve unha argumentación precisa, ampla e convincente para xustificar porque temos que comezar a pensar na necesidade prescindir do que el describe como “quilómetros do amor”, aqueles que percorremos, principalmente a longa distancia, sen outra finalidade que coñecer outras terras, visitar aos amigos ou calquera outra actividade polo estilo.

É precisamente en Inglaterra onde se está a comezar a falar da posibilidade de introducir unha especie de “tarxeta de crédito” que, en vez de servir para xestionar diñeiro, sirva para xestionar unha cota persoal de emisións ao longo duna no. Esta “tarxeta de carbono” obrigaría a controlar as emisións de xeito similar ás industrias que agora se ven obrigadas a facelo no marco do Anexo I Protocolo de Kyoto, tendo que responder economicamente do exceso sobre a cota persoal asignada e poden xogar coa cota non consumida a efectos da súa ventan o mercado de emisións. Non cabe dúbida que a realización de viaxes a longa distancia suporía unha resta proporcionalmente moi alta da cota asignada, o que redundaría nunha maior tendencia a prescindir daqueles desprazamentos menos necesarios. Falta moito para que este tipo de instrumentos se institucionalicen e xeneralicen, pero a necesaria radicalización e intensificación das políticas de resposta ao cambio climático pode levar a que se implanten.

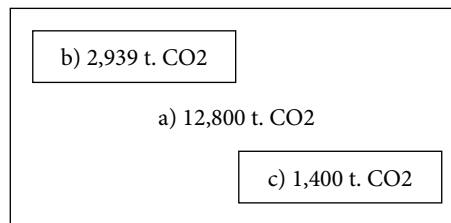
5. Como pode afectar esta nova “cultura do cambio climático” a São Tomé?

Que esta “nova cultura” sexa incipiente non quere dicir que se poidan ignorar ou infravalorar as súas posibles repercusións, sobre todo a medio e longo prazo. Se unha das posibles liñas de desenvolvemento socio-económico de São Tomé está centrada no turismo e, máis concretamente, no eco-turismo, esta posibilidade pasa a ser aínda máis relevante.

Calquera cambio nos comportamentos dos cidadáns, nomeadamente os que residen en países occidentais, con relación aos seus desprazamentos relacionados co tempo libre e o lecer converte en máis vulnerables a aqueles países menos desenvolvidos nos que o turismo xa é ou pretende ser un motor socio-económico importante. Os pequenos estados insulares, lonxe das zona onde reside a meirande parte da demanda turística, que dependen das comunicacións en avión para o desenvolvemento deste sector, poden padecer es-

pecialmente esta mutación. A orientación cara a formatos de turismo ecolóxico, solidario ou sostible pode non ser suficiente para compensar dito cambio: serán, precisamente, os segmentos da demanda turística, dos viaxeiros, cun perfil proambientalista e máis afín a buscar este tipo de ofertas, os que primeiro e de xeito máis coherente tendan a limitar os seus desprazamentos en avión, sobre todo a longa distancia, en función da “pegada de carbono” que esta actividade supón.

Para entender a probabilidade deste cambio, no cadro 1¹ visualízase a “pegada de carbono” calculada para o desprazamento, ida e volta, dende o Continente Europeo ata São Tomé e Príncipe. En concreto, as toneladas de CO₂ emitidas para eu poder chegar ata aquí e regresar (b), exactamente 2,939 toneladas de CO₂.



Cadro 1 - Cálculo das Toneladas de CO₂ equivalente emitido per cápita/ano nos países do anexo I do protocolo de Kyoto (a), das emitidas por persoa no traslado en avión Santiago-Sao Tomé-Santiago (b), as que sería preciso emitir por persoa no ano 2020 conforme as indicacións do IPCC para reducir ao 40% as emisións de GEI respecto aos niveis de 1990 (c).

Para ponderar esta cantidade é preciso ter en conta as emisións medias por persoa nos estados do Anexo I do Protocolo de Kyoto, entre os que se atopa España, con 12,8 t. Anuais, e a taxa de emisión por persoa, 1,4 t. de CO₂ no ano 2020, que o IPCC estima como límite necesario para reducir as emisións con respecto a 1990. É dicir, nunha soa actividade vou liberar á atmosfera unha sexta parte do CO₂ que anualmente “me corresponde”, e o dobre do que, nunhas circunstancias óptimas, me correspondería emitir no caso de reducir as emisións a unhas taxas persoais que permitan achegarnos ao cumprimento dos obxectivos de Kyoto. Obviamente, se por razóns éticas ou económicas, ou por unha combinación de ambas, tivera que reducir a miña pegada de carbono, a forma máis sinxela, efectiva, coherente e cómoda sería prescindir de aquelas actividades que, aínda sendo atractivas, tamén son prescindibles (o que poderíamos discutir neste caso...).

Esta posible mutación cultural no comportamento do turista concienciado sobre a gravidade do cambio climático e que aspira a ser coherente coas súas crenzas e valores

1 As cifras están elaboradas utilizando o programa para calcular a “pegada de carbono” que se pode atopar na páxina web: <http://www.ceroco2.org>

obriga a formular dilemas éticos que non teñen fácil solución. Os países que, como São Tomé e Príncipe, teñen depositado no desenvolvemento turístico a esperanza de incrementar os seus ingresos e mellorar a situación da súa poboación poden verse ameazados por este conflito. Pódese contraargumentar que o turismo supón unha forma de redistribuír a riqueza, anque é un argumento discutible na medida en que gran parte das plusvalías xeradas, principalmente as que se obteñen do desprazamento en avión, non benefician tanto ao país receptor como ás compañías de aviación ou ás axencias de viaxe. Pero tamén é certo que os mesmos países prexudicados, sobre todo os pequenos estados insulares, polos posible retraemento do turismo de longa distancia, son tamén os máis ameazados polas consecuencias do cambio climático, tanto a nivel biofísico como socio-económico, multiplicándose nesta situación a súa vulnerabilidade: as políticas de positivas de resposta que buscan reducir as emisións de gases de efecto invernadoiro poden causar, ao mesmo tempo, a crise de sectores económicos clave para o seu desenvolvemento.

6. Que pode facer São Tomé e Príncipe para anticipar esta situación?

O primeiro que compre destacar é que estamos a falar de tendencias culturais a medio e longo prazo, cuxa evolución aínda é incerta. Os destinos turísticos máis dependentes do transporte en avión que mellor podan defender a súa oferta destes cambios serán aqueles que a modulen máis claramente como ambientalmente sustentable e mellor integrada nos procesos de desenvolvemento social e económico de toda a poboación. Neste sentido, São Tomé e Príncipe pode gozar de certas vantaxes comparativas ao atoparse máis cerca do continente europeo que outros destinos insulares no Caribe ou en Oceanía, aínda que precisa dunha maior cualificación da súa oferta de servizos e actividades para atraer aos segmentos da demanda de perfil máis ambientalista. A potenciación do turismo solidario pode decantar, dende un punto de vista ético, a decisión de viaxar ou non ata estas illas: si a viaxe se formula como un intercambio no que o “turista solidario” aporta o seu capital cultural ou social ao desenvolvemento das comunidades locais, a viaxe pode xustificarse, sobre todo dende o punto de vista do propio turista.

Compre tamén, en fin, poñer en uso os valores ecolóxicos e antropolóxicos que se conservan para convertelos en motores dun desenvolvemento efectivo para a poboación local e atractivo para os visitantes externos. Será preciso visualizar, diante da potencial demanda de turistas cada vez máis sensibilizados co cambio climático, as contribucións netas dos ecosistemas forestais saotomenses á captura de carbono atmosférico. Así como o desenvolvemento de servizos turísticos (transporte, aloxamento, infraestruturas, etc.) que aposten por reducir as emisións de carbono xeradas polo sector. Unha mensaxe de coherencia que a demanda tende a valorar cada vez máis.

Quizais, para rematar, as verbas de Hugh Somerville, que foi xefe da Sustainable Business Unit de British Airways entre 1989 e 2002 e actualmente exerce como docente na Universidade de Surrey, sexan o suficientemente elocuentes sobre esta cuestión. Diante dunha pregunta sobre como pode ser o escenario do transporte en avión no ano 2020, este experto argumenta: “Pode ser que no futuro a divisa de referencia non sexa o dolar e si o CO₂, e todo o mundo teña a súa particular conta de CO₂. E convén recordar que a aviación é só unha parte do problema do cambio climático –a parte que crece máis rápido–, pero aínda pequena. Hai unha demanda real por viaxar lonxe que está esperando ser liberada. Nós non sabemos os impactos do crecemento desta demanda en países como China ou a India. Esta é outra razón de por qué necesitamos un mercado de emisións e a fixación dun límite de emisións globais” (Becken e Lane, 2006: 219). O ano 2020, por dicilo con rotundidade, está á volta da esquina.

Bibliografía

- BECKEN, S. e LANE, B. (2006). “Air Travel and the Environment: An interview with Hugh Somerville”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14, nº2: 216-219.
- BECKEN, S. (2007). “How Tourists and Tourist Experts Perceive Climate Change and Carbon-offsetting Schemes”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 12, nº4: 332-345.
- BECKEN, S. (2007). “Tourist’s Perception of International Air Travel’s Impact on the Global Climate and Potential Climate Change Policies”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 15, nº4: 351-368.
- DUBOIS, G. (2006) e Ceron, J-P. (2006). “Tourism and Climate Change: Proposals for a Research Agenda”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14, nº4: 399-415.
- GÖSSLING, S.; BRODERICK, J. et al. (2007). “Voluntary carbon Offsetting Schemes for Aviation: Efficiency, Credibility and Sustainable Tourism”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 15, nº3: 223-248.
- MONBIOT, G. (2008). *Calor. Cómo parar el calentamiento global*. RBA, Barcelona.
- PACHAURI, R.K e RESINGER, A. (Edts., 2007). *The Core Writing Team*. IPCC, Geneva.
- SHAW, S. e THOMAS, C. (2006). “Social and Cultural Dimensions of Air Travel Demand: Hyper-Mobility in the UK?”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14, nº2: 209-214.
- SIMPSON, M.C.; GOSSLING, S. et al (2008). *Climate Change. Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector. Frameworks, Tools and Practices*. United Nations Environment Programme, University of Oxford, UNWTO, WMO, Paris.
- UNWTO-UNEP-WMO (2008). *Climate Change and Tourism: Responding to Global Challenges*. UNWTO, Madrid.

O Ecoturismo e a Educação de Turistas como estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Ilhas

Pedro Morais¹ (Escola Superior Agrária de Coimbra) e Miguel Silveira² (Sinergieae, Lda.)

Introdução

Esta comunicação surge no início de um trabalho de investigação na área da avaliação da componente educativa em contextos de ecoturismo e, por outro lado, conjuga-se com o interesse na expansão de uma actividade empresarial de ecoturismo da Sinergieae com elevada componente educativa, nomeadamente uma expansão para contextos de forte insularidade. Desta forma, pretende-se mostrar aqui o resultado de uma interligação entre uma visão académica e de formação técnica em ecoturismo com a experiência que o mundo empresarial proporciona, de forma a que se possam apontar orientações de trabalho que permitam explorar com eficácia este campo bastante inovador na actividade turística em geral e fundamental para uma nova forma de olhar e implementar a actividade turística.

I. Insularidade: fazer das fraquezas, forças

Comparativamente a outros contextos, as ilhas possuem especificidades que tornam estes locais mais difíceis de atingir, na maior parte das actividades humanas, um elevado nível de sustentabilidade, nomeadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental. A juntar ao isolamento geográfico, temos quase sempre:

- a) ecossistemas de elevada sensibilidade e fragilidade (Gortázar & Marín, 1999);
- b) grande escassez dos recursos naturais normalmente abundantes noutros contextos;
- c) escassez de fontes de energia e de água potável;
- d) desenvolvimento social e educativo de grande fragilidade. A aliar a estes aspectos as ilhas são, em geral, destinos turísticos que fascinam cada vez maior número de pessoas que procuram um exotismo que se baseia nas particularidades físicas, climáticas, biológicas e mesmo culturais.

¹ Docente da Licenciatura em Ecoturismo da ESAC desde o seu início em 2000. Doutorando em Educação Ambiental na Universidade Autónoma de Madrid.

² Responsável da área de Ecoturismo da Sinergieae, Lda. Mestrado em Gestão de Recursos Naturais na Universidade de Edimburgo, U.K..

No entanto, esta procura turística quando associada a uma fraca capacidade de gestão sustentável dos recursos disponíveis, pode proporcionar condições para um desenvolvimento turístico desregrado, que independentemente de algumas contrapartidas deixadas no local, contribui em muitos casos para um acentuado desequilíbrio ambiental e social. Nas ilhas são frequentes os problemas relacionados com o uso dos recursos naturais como a água ou a energia, escassez de condições para um sistema produtivo que permita a disponibilidade de bens que consideramos essenciais na actual civilização ocidental, a preservação da biodiversidade, os desequilíbrios sociais, a carência de iniciativas locais e um desenvolvimento económico assimétrico e muitas vezes pouco enraizado na sociedade local.

No entanto, as ilhas são também consideradas fontes de recursos turísticos. E não temos apenas importantes reservas de biodiversidade a nível planetário (Gortázar & Marín, 1999), mas também, é até principalmente, temos um particular potencial de valores socioculturais que possuem um valor incalculável para a humanidade e para a actividade turística. As formas que as populações locais têm de “fazer” e principalmente de “ser” são grandes recursos turísticos a utilizar na exploração turística em ilhas. No entanto, a sua gestão implica a adopção de uma forma diferente de ver a actividade turística, em que a utilização destes recursos implica um trabalho simultâneo de protecção e preservação. A dimensão reduzida dos territórios com os problemas referidos, o seu isolamento geográfico e também político, e a escassez de políticas integradas de desenvolvimento baseadas no potencial endógeno, proporcionam o agravamento e a visibilidade de problemas que no mundo ocidental ainda são difíceis de constatar pela população em geral. Os exemplos da gestão de resíduos sólidos, das emissões de gases de combustão e de efluentes contaminantes do meio ambiente, das doenças e saúde ambiental, da conservação da paisagem e da construção de edifícios e infra-estruturas, mostram-nos alguns temas que devem merecer a máxima atenção por parte das autoridades e dos agentes que operam na actividade turística em ilhas.

Até uma actividade normalmente tão tradicional quanto a antiguidade da ocupação humana de uma ilha, que é a pesca, implica um vasto conjunto de impactes ambientais que cada vez mais se constata que lhe estão associadas. Os apelos mundiais de associações de protecção do ambiente para a supressão das pescas ou os avisos dos graves desequilíbrios da vida no mar provocados por esta actividade mostram-nos também que temos que traçar novos rumos, mesmo em contextos e para actividades que pensamos serem sustentáveis.

No entanto, podemos também olhar para as ilhas como locais de grande potencialidades onde novos caminhos podem ser testados e traçados, onde bons resultados de experiências podem ser exportados para uma aplicação mais global. A resolução de problemas que são muito mais visíveis em ilhas, mas que numa visão mais holística são claramente

os mesmos grandes problemas com que o mundo actual se depara. As ilhas, e sem diferenciar a sua dimensão ou o seu isolamento, são sempre elementos de estudo com uma grande relevância para a sustentabilidade de outros territórios e maior dimensão onde os problemas estão menos concentrados e, por conseguinte, as soluções parecem ser menos urgentes de serem alcançadas.

Problemas simultâneos de mau usos de recursos e de gestão de resíduos são muitas vezes provocados por uma desadequada filosofia de vida que em muito caracteriza o mundo ocidental. Assim, não deveremos desprezar o que passa em contextos socioculturais muitos específicos pois de ser encontradas soluções para uma aplicação à escala global. A dimensão reduzida das ilhas poderá ainda facilitar uma adopção generalizada de medidas de forte sustentabilidade, dando elementos fundamentais para a sua transferência para outros contextos.

2. O turismo e o turismo em Ilhas

O Turismo que por conceito é uma actividade de unificação e pacificadora das populações, acarreta também em muitos casos diversos problemas quando o seu planeamento e a sua gestão não se realizam de forma adequada ao seu contexto de implementação. O turismo nas suas formas mais tradicionais, embebido em princípios de actuação que ao longo de mais de um século de desenvolvimento não se conseguiram ultrapassar. Os princípios baseados na desigualdade de classes, na discriminação de culturas, na divisão clara entre quem serve e quem é servido. Devemos reflectir e sobre a realidade e a actualidade destes modelos mais tradicionais de turismo, que pressionam para práticas de trabalho, estratégias de comunicação e para a instalação de infra-estruturas muitas vezes desadequadas às necessidades locais e/ou interferindo na estrutura social de um determinado contexto. A cultura local e as potencialidades paisagísticas, climáticas e socioculturais, são muitas vezes preteridas por uma padronização turística universal que, não deixando aproveitar adequadamente os recursos locais, fornece aos turistas um serviço desintegrado da realidade e por vezes não respeitando as verdadeiras necessidades dos turistas em conhecer e assimilar elementos do contexto visitado.

Este modelo de turismo tradicional nem gera as receitas necessárias para que se possam preservar todas as características ambientais e sociais que proporcionam esta mesma actividade turística, fornece poucos contributos para a população local, e não proporciona o máximo do valor em termos de experiência turística.

Numa visão mais tradicional do turismo fomenta-se a existência de dois níveis completamente distintos no que se refere às condições de vida das pessoas envolvidas: a população local que em geral tem condições de vida desadequadas ao seu papel, e por outro

lado os turistas que têm acesso a condições extraordinárias e com demasiado grau de artificialidade, que lhes são proporcionadas em troca de receitas financeiras que podem não ser aplicadas da melhor forma. Este fosso provoca também problemas de cariz social, desentendimentos, incompreensão, entre a população local que deve ter uma função de grande importância em diversas vertentes da actividade turística e os turistas que muitas vezes não compreendem a falta de atenção que recebem por parte da população visitada.

No contexto das ilhas a actividade turista, que por vezes assume uma grande importância face a outras fontes de receitas, deve ser alvo de uma análise mais profunda e que englobe todas as componentes que participam nesta actividade. E a sua reduzida dimensão aproxima efectivamente as diferentes componentes desta actividade. Assim, interessa-nos analisar a sustentabilidade de elementos como os transportes ou as actividades de animação com a mesma atenção que outras componentes habitualmente mais focadas e mais valorizadas. De facto, o turismo não se pode cingir ou fundamentar na hotelaria, mas tomar com o mesmo peso componentes mais directamente relacionadas com o turista como sejam a alimentação ou os transportes, como outras mais escondidas como os cuidados de saúde, a produção de alimentos, ou a organização do funcionamento do sector turístico a nível local. Esta visão mais integradora é essencial para a uma resolução dos problemas ligados à actividade turística que deverá envolver todos os agentes, ou dito de outra forma, todas as componentes do sistema turístico, incluído os elementos da oferta, os recursos locais, os agentes que permitem a existência da actividade turística, mas também a procura, ou seja os próprios turistas.

A aplicação de praticas mais sustentáveis de desenvolver a actividade turística em ilhas deverá ser uma prioridade a todos os níveis de actuação. As boas praticas em termos de turismo sustentável em ilhas pode proporcionar uma forte atracão de uma elite de turistas com grande avidez por contextos onde praticas inovadores e efectivas de sustentabilidade são aliadas a experiências turística de elevado valor.

3. As respostas do ecoturismo para ilhas

De entre as diversas formas ou modalidades de turismo que tendem a respeitar a implementação de praticas de elevado grau de sustentabilidade, o ecoturismo é aquela que possui uma maior preocupação pela integração de componentes, e que implica uma maior interligação e proveito para a população local. É no entanto necessário esclarecer as dimensões e a profundidade do conceito de ecoturismo e separa-lo de outras modalidades de turismo que frequentemente podem ser confundidas com ecoturismo.

Em termos de profundidade Acott, Trobe & Howard (1998) aplicam o conceito de ecoturismo profundo e de ecoturismo superficial para distinguir duas formas muito dife-

rentes de operacionalizar esta modalidade, e fazem mesmo uma analogia com o conceito de *deep ecology*. Dizem mesmo que o ecoturismo pode ser mesmo uma forma enganadora de se atrair grande número de turistas para um local.

No que se refere aos inúmeros conceitos com bastante proximidade como sejam o de turismo de natureza, turismo rural, turismo cultural, turismo científico, interessa separar o objecto fundamental ou propósito da actividade, o seu contexto de implementação e a sua filosofia de actuação. Talvez mais que escolher o conceito certo, que pode ser feito por diferentes perspectivas, é escolher a filosofia certa e a forma de se implementar a actividade turística com elevada sustentabilidade.

A utilização do ambiente natural por parte de muitas destas novas modalidades de turismo, está relacionada com fortes necessidades dos turistas em contactar com a natureza e obter uma aprendizagem junto das fontes do conhecimento e em ambientes agradáveis, livres, e informais, onde existe um elevado nível de predisposição para captar e assimilar novos elementos dos locais visitados. Wang (2000) refere a utilização da natureza como forma de se proporcionar uma aprendizagem dos valores de autenticidade da vida.

Mas de entre as muitas definições de Ecoturismo, qual a mais adequada a uma implementação no terreno de uma actividade com elevado nível e sustentabilidade, que beneficie efectivamente as populações locais e que permita uma elevada satisfação dos visitantes? A maior parte das definições ou é redutora na sua abrangência, ou pode ser até ser interpretada de uma forma oposta ao desejado. Fennell (1999), de forma a melhor entender a filosofia de acção do ecoturismo, decompõem o conceito em princípios: Base na Natureza e em áreas protegidas; Contributo para a conservação; Produção de benefícios de longo prazo e para a população local; Elevada componente educativa e de interpretação; Baixo impacto e pouco consumidora de recursos; Ética e responsabilidade; Gestão; Sustentabilidade; Pequena escala. Temos então um complexo enquadramento de princípios que interessa integrar em qualquer definição que se venha a utilizar.

O ecoturismo embora um conceito com mais de 20 anos, ainda é frequentemente utilizado apenas como um chavão, numa acepção muito superficial, sendo então mais relacionado com elementos específicos que com uma estratégia global para a sua implementação (Diamantis, 1999). Raras vezes temos também uma acção desta vertente turística a proporcionar um elevado nível de sustentabilidade em todo este sistema, nas vertentes ambiental, económica e social.

O Ecoturismo é uma forma complexa e multifacetada de se proporcionar experiências turísticas de elevada qualidade com reduzidos impactes negativos em termos ambientais e sociais. Neste sentido é necessário que as comunidades receptoras possuam uma cultura de respeito pelo seu ambiente, quer para irem ao encontro das necessidades dos visitan-

tes, quer para lhes propiciarem em uma mudança nas suas perspectivas “forasteiras” face aos contextos visitados. Esta modalidade de turismo que permite atingir uma sustentabilidade mais profunda e adequada ao contexto particular das ilhas, por forma a que se proporcionem experiências turísticas de elevado valor, quer para os visitantes, quer para a população hospedeira, utilizando e simultaneamente preservando os recursos naturais e culturais para que este ciclo se possa prolongar tanto quanto possível.

A emergência do ecoturismo e de outras novas modalidades de turismo como o turismo de natureza e o ecoturismo, desponta a necessidade de se encararem novos horizontes para a componente educação, aproveitando o ambiente da experiência turística e as características particulares destes novos turistas. Constatam-se assim, novas necessidades dos turistas, uma maior procura na aquisição de conhecimentos e, como meta geral da actividade, esperam-se nos turistas e nos agentes turísticos posturas de maior responsabilidade ambiental e social (Morais, 2003).

É uma característica do Ecoturismo proporcionar uma nova experiência turística, baseada na busca de valores naturais e culturais, na autenticidade e originalidade, numa maior exigência de contactos com elementos e experiências novas, e na existência de actividades com elevada responsabilidade ambiental e maior sustentabilidade global da actividade que se usufrui (Morais, 2003). Para tal são explorados recursos muitas vezes ignorados pela maioria das pessoas, tais como a biodiversidade, a diversidade social e cultural; os locais históricos e arqueológicos, os geomonumentos e outros monumentos naturais, as áreas protegidas, a observação de espécies animais e vegetais raras, e o contacto com ecossistemas naturais em elevado nível de equilíbrio. Todos estes recursos constituem um importante potencial que frequentemente existe em ilhas e que interessa utilizar da forma mais sustentável possível de forma a ser utilizado para atrair melhores segmentos turísticos.

4. Importância da componente educativa do ecoturismo

A integração de uma componente educativa na experiência turística é uma perspectiva bastante nova e que choca com actuais formas de desenvolver a actividade turística mais enraizadas no sector e contrariando alguns princípios tradicionais da actividade turística. No entanto será de referir que o conceito de turismo nasce das viagens realizadas por estudantes finalistas ingleses, onde a componente educativa tinha um papel fundamental. No entanto, o carácter elitista do turismo ao longo do séc. XX, faz perder este elemento, nomeadamente através da massificação da actividade que se transforma numa cadeia industrial que visa uma tarefa básica de servilismo de um turista que viaja, aparentemente sem nenhum interesse em desfrutar das potencialidades do local visitado. Por outro lado, a visão “industrial” do turismo, tende a simplificar a actividade enquanto

somatório de componentes, ficando de parte e esquecidas duas outras perspectivas educativas igualmente importantes, a formação da população local, que deve ser considerada cada vez mais um agente turístico, e o papel educativo dos restantes agentes que tem uma acção directa ou indirecta no desenvolvimento da actividade turística.

É com o avanço das experiências de Ecoturismo e de outras formas de “turismo alternativo” que se começa a dar maior atenção para uma orientação para a formação de turistas. De facto, tal baseia-se nos mesmos princípios que todos nós entendemos como fundamentais para outros contextos, mas na realidade choca-nos por vezes a sua aplicação à actividade turística. De facto, não é possível dissociar o facto de viajar com uma inerente exposição a diversos tipos de aprendizagem, como sejam uma nova cultura, língua, ambiente e todo um contexto que exige uma adaptação e novas formas de estar (Morais, 2003).

Trata-se de encontrar novas formas de vermos a filosofia turística, linhas de orientação mais adaptadas à situação que vivemos e à perspectiva de evolução futura do turismo: transportes cada vez mais dispendiosos, estadias mais longas, experiências mais ricas e mais proveitosas quer para os turistas quer para aos locais onde este se desenvolve. Estamos perante um contexto em que se pode prever o retorno a uma maior procura pelas componentes educação, cultura e ciência, de modo complementar a outras motivações para o turismo (Morais, 2003).

O Ecoturismo, ao proporcionar diversos e profundos elementos de aprendizagem, dá particular atenção ao uso da componente educativa. Trata-se de contribuir eficazmente para uma mudança de saberes e de comportamentos, quer vocacionada para a população local e para todos os agentes turísticos, quer particularmente dirigida para os turistas. Interessa notar que do somatório dos comportamentos e preferências de todo os turistas advém um significativo resultado na sustentabilidade atingida numa ilha, quer directamente na actividade da “indústria turística” quer num vasto conjunto de outras actividades que lhe estão indirectamente ligadas. Neste campo, a aplicação de estratégias de educação ambiental assume especial relevo não apenas como essência de muitas das acções turísticas, mas principalmente como um instrumento que deverá condicionar os impactes das actividades humanas das comunidades hospedeiras face aos objectivos do Ecoturismo.

O turista pode aprender aspectos muito relevantes sobre o contexto físico que visita, mas também conceitos que poderão tornar a sua experiência turística e também a sua vida no dia a dia muito diferente. A utilização de comércio justo ou a capacidade e aprendizagem para a aquisição de produtos mais sustentáveis, numa linha denominada de consumo responsável, necessita de um processo de aprendizagem num contexto em que tal possa ser constatado com proximidade, podendo ser dado a conhecer ao turista o que é na sua

plenitude um produto, o seu ciclo de vida, o significado do preço, ou como é realizada a distribuição financeira dos proveitos que resultam da sua aquisição.

A componente educativa pode ainda ter desde aplicações ligeiras como sejam alguns casos incorporação de interpretação do património, a uma proporção muito significativa de uma visita a um determinado local. Embora interpretação e educação não sejam o mesmo conceito, aceita-se que a educação é parte do processo de interpretação (Lück, 2003). No caso de produtos turísticos cujo principal motivo de uma visita se baseia em formas de educação, autores como Ritchie (2003), Gibson (1998), Holdnak & Holland (1996) e Kalinowski & Weiler (1992) se referem como sendo Eduturismo ou Turismo Educativo.

De facto, para se atingir uma actividade turística de elevada sustentabilidade, a educação de turistas deixa de ser algo desapropriado tal como tem sido visto até aos nossos dias, para passar a ser uma actuação cada vez mais indispensável no futuro. Interessa para o contexto turístico da ilhas não apenas oferecer produtos turísticos educativos como forma de promoção turística, mas também dessa forma seleccionar os turistas de forma a que se possa ter o mínimo número de turistas, que causem a menor quantidade de impactes negativos e que proporcionem o máximo de benefícios para um determinado local turístico.

5. Ideias para aplicação

Quando falamos de ecoturismo, e da importância de uma forte componente educativa nas actividades turísticas, estamos a tentar envolver uma estratégia vasta e com fortes necessidades de uma actuação estruturada capaz de passar da teoria à prática.

Podemos talvez sintetizar o caminho a percorrer neste campo em quatro linhas principais:

- a) Trabalhar no campo do planeamento ecoturístico, com uma visão mais integradora e conducente com os mais importantes problemas actuais e futuros que preocupam a nossa sociedade e que devem ser incorporados no desenvolvimento turístico;
 - b) Produzir investigação no campo da educação e comunicação relacionada com o turismo, nomeadamente com as novas modalidades e com as formas mais sustentáveis de desenvolver esta actividade;
 - c) Juntar uma forte componente educativa, dirigida que para turistas, quer para a população local e agentes, à implementação de medidas de sustentabilidade que cada vez mais têm origem na oferta turística;
 - d) Operacionalizar no terreno novos resultados teóricos, através actividades que possam dar resposta quer aos problemas relacionados com os principais impactes do turismo, quer às novas necessidades dos turistas nomeadamente dos mais exigentes.
- O planeamento é a forma mais eficaz de se implementar estratégias que estejam re-

lacionadas com novas filosofias. Devem ser conseguidos modelos de desenvolvimentos que permitam o desenvolvimento actual das populações, mas que também assegurem vantagens de longo prazo para as gerações vindouras. Exemplos de sistemas de gestão ambiental, certificações e selos de qualidade, códigos de boas práticas e estudos de capacidade de carga, são exemplos de linhas estratégicas que podem e devem ser integradas em estratégias de planeamento.

Esta é também uma área de trabalho que claramente necessita do desenvolvimento de uma investigação mais abrangente e que proporcione resultados que facilmente sejam utilizáveis pelos agentes turísticos. De facto pouca investigação tem sido produzida no campo da componente educativa no turismo e contrariamente a outros campos de trabalho da actividade turística torna este tema pouco discutido, não lhe dando o relevo adequado face às necessidades actuais do turismo.

As actividades de ecoturismo com forte componente educativa têm vindo a mostrar no terreno uma clara receptividade de alguns grupos de turistas. Estes grupos são actualmente pessoas de elevada e média sensibilidade ambiental, que estão predispostos para este tipo de actividades, e que aderem normalmente a formas mais sustentáveis de turismo. No entanto, muitas questões se colocam quando pretendemos expandir este elemento de uma forma mais global. Estará uma expansão da componente educativa apenas dependente da promoção deste tipo de actividades ou existem condicionalismos e circunstâncias relativas ao turista ou ao local turístico que impeçam ou favoreçam este tipo de actividades?

Para se chegar a conclusões válidas necessitamos de projectos com novas filosofias e capazes de efectivamente atingirem níveis de sustentabilidade mais profundos, e não apenas de novas estratégias promocionais do tipo “cosmético”. Só assim se conseguirá vulgarizar este tipo de actividades, atrair uma parte significativa da população e com esses resultados poder captar no exterior turistas mais adequados para contextos sensíveis ou seja, turistas que possam aproveitar os recursos disponibilizados e em que o resultado entre o que de negativo e de positivo provocam seja consideravelmente favorável para esse local.

Deverá ser também motivo de preocupação, a formação técnica para a maioria das actividades a realizar nestes tipos de turismo, quer a nível das inúmeras actividades de animação e interpretação, quer a nível do planeamento e da execução de tarefas nos mais variados contextos de modo a responder à necessidade de informar e formar os turistas para as especificidades dos locais e dos contextos que estes visitam. (Morais, 2003)

Conclusão

O desenvolvimento turístico em ilhas orientado por uma linha de aumento da sustentabilidade global e de desenvolvimento integrado, deverá seguir um modelo estratégico

em que o Ecoturismo assume um papel fundamental. Neste sentido a interligação entre o ecoturismo e o desenvolvimento de uma forte componente educativa na actividade turística, voltada para o turista e também para a população local e para os agentes turísticos, parece ser um caminho que mais cedo ou mais tarde deverá ser seguido. De facto, faltam estratégias capazes de promover um aprofundamento do conhecimento geral das populações e em particular dos agentes turísticos, para os quais, a utilização de um modelo tradicional de turismo, não se coaduna com procedimentos característicos de uma visão mais profunda de sustentabilidade.

Para tal desenvolvimento, existem actualmente muitas lacunas. Entre elas a falta de um conhecimento sobre a incorporação da componente educativa nos produtos turísticos, que exige um maior trabalho de investigação neste campo. A necessidade de implementar formas de certificação, porque mesmo em situações de práticas turísticas ditas mais sustentáveis é frequente vermos fortes tendências para a predominância das filosofias do turismo tradicional. A “cosmética” da sustentabilidade no ecoturismo é, de facto, mais frequente que a sustentabilidade efectiva.

Bibliografia

- ACOTT, T.G.; TROBE, H.L.; HOWARD, S.H. (1998). “Na Evaluation of deep and Shallow ecotourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, V. 6, I 3: 238 – 253.
- DIAMANTIS, D. (1999). “The concept of Ecotourism: Evolution and Trends, Current Issues” in *Tourism*, V. 2, I 2,3: 93-122.
- FENNELL, David (1999). *Ecotourism: An Introduction*. Routledge, London.
- GIBSON, H. (1998). “The educational tourist”, *Journal of Physical Education, Recreation and Dance*, Vol 69 I 4: 32-34.
- GORTÁZAR, Luís; MARÍN, Cipriano, (1999). *Tourism and Sustainable Tourism – from theory to practice, the island experience*, Gobierno de Canarias and INSULA, Las Palmas.
- HOLDNAK, A. & HOLLAND, S. (1996). “Edutourism: Vacationing to learn”, *Parks and Recreation*, Vol 3 I 9: 72-75.
- KALINOWSKI, K. & WEILER, B. (1992). “Educational travel”, in C.Hall & B. Weiler (Edit.), *Special Interest Tourism*, Belhaven, Londres.
- LÜCK; Michael (2003). “Education on marine mammal tours as agent for conservation—but do tourists want to be educated?”, *Ocean & Coastal Management*; Vol 46, I 9-10: 943-956.
- MORAIS, Pedro (2003). *Educação e Turismo: Um horizonte múltiplo*, in 3^{as} Jornadas Ibéricas de Turismo – CD-ROM, ESEC, Coimbra, ISBN 972 950722-8.
- RITCHIE, B. (2003). *Managing Educational Tourism*, Chanel View Publications, Clevedon, UK.
- WANG, N. (2000). *Tourism and Modernity – A Sociological Analysis*, Pergamon, Oxford.

A interpretación do Patrimonio como instrumento na xestión turística dos espazos naturais protexidos

Araceli Serantes Pazos (Universidade da Coruña-CEIDA)

I. De que falamos cando falamos de Interpretación do Patrimonio?

A Interpretación do Patrimonio (IP en adiante) é o arte de comunicar *in situ* os valores patrimoniais a un público xenérico que visita o lugar no seu tempo libre. Xa a remates dos anos 60, do século pasado!, Freeman Tilden definía esta disciplina como “unha actividade educativa que pretende revelar significados e interrelacións mediante o uso de obxectos orixinais, experiencias de primeira man e medios ilustrativos, en lugar de simplemente transmitir a información dos feitos” (2006: 35). Si tivéramos que definir esta disciplina de forma sintética optaríamos por dicir que é unha técnica de comunicación estratéxica.

A IP é un instrumento que favorece a xestión do ben patrimonial porque permite revelar ás persoas o significado profundo dos lugares e recursos que visitan, facilitándolles información atractiva sobre ese ben e aproveitando a súa disposición receptiva para comunicarlle por que e como pode conservarse o lugar: nos EEUU lévase utilizando como estratexia de comunicación polo Servizo Nacional de Parques dende o ano 1927. En España, reconécese como instrumento para a xestión moi recentemente, pois será a partir da década dos 90 que se inclúe nos Plans de Uso e Xestión dos Espazos Naturais Protexidos (ENP) e dos Lugares de Interese Comunitario (LIC).

A IP é unha resposta a un problema: ¿como podemos comunicar nun tempo mínimo ás persoas que visitan un lugar de interese patrimonial por que é imprescindible conservalo e como deben comportarse no espazo para que a súa visita non sexa un impacto negativo? Temos que ter en conta que moita da xente que se dirixe a estes lugares non ten previsto facer uso de ningún servizo divulgativo nin quere perder tempo en informarse, so quere disfrutar do lugar; o primeiro reto é conseguir que estean abertos a suxestións.

Esta técnica de comunicación estratéxica baséase en seis principios (Tilden, 2006: 36- 37):

1. Calquera IP que non relacione o que se mostra ou describe con algo que estea na personalidade ou na experiencia do visitante, será estéril.
2. A información, simplemente, non é interpretación. A IP é revelación baseada na información, aínda que son cousas completamente diferentes. Máis, toda IP inclúe información.
3. É un arte, que combina outras moitas artes, sin importar que os materiais que se

presentan sexan científicos, históricos ou arquitectónicos. Calquera arte pódese ensinar en certa forma.

4. O obxectivo principal non é a instrucción, si non a provocación.
5. Debe intentar presentar un todo en lugar dunha parte, e debe estar dirixida ao ser humano no seu conxunto, non a un aspecto concreto.
6. A IP dirixida a meninos e meninas (ata os doce anos) non é unha simplificación da presentación ás persoas adultas, si non que ten un encadramento diferente. Para obter o máximo proveito, necesitará un programa específico.

Para Sam Ham (1992: 7) unha mensaxe é interpretativa cando é pertinente (ten significado para quen a recibe), amena (que entretén, mantén a atención e devirte), temática (ten unha idea principal que organiza e da sentido as outras informacións) e organizada (que é fácil de seguir). Este autor ofrece unha serie de recursos para que a interpretación sexa Pato (pertinente, amena, temática e ordeada), dos que sinalamos algúns deles (Ibid: 7-29):

1. Será mais pertinente si lle pedimos ás persoas que se poñan en lugar de ou que penses en eles mesmos, é dicir, lles propoñemos que fagan auto-referencias; outra estratexia é facer clasificacións e diferenciacións entre persoas de forma que se podan incluír ou non nesa categoría (as que son solidárias, as que viven da agricultura...)
2. Pode resultar mais amena si utilizamos verbos activos, presentamos a relación directa entre causa e efecto, usamos metáforas visuais ou ilustracións que permitan mostrar de forma plástica relacións ou procesos complexos, empregamos esaxeracións, exemplos e analoxías, tamén situacións hipotéticas...
3. Ten tema si ofrece unha mensaxe en forma de relato ou historia; a presentación do tema debe ser de forma sinsela (suxeto+verbo+predicado)
4. Resulta organizada si facemos categorías; o número máximo é presentar 7 ideas mais/menos 2, é dicir, entre 5 e 9 ideas relacionadas co tema principal.

Anos mási tarde, Sam Ham, Anna Housego e Betty Weiler (2005) afirmarán que, para ter éxito, a comunicación debe ter un tema potente, ser organizada para que sexa fácil procesar a información, relevante ou relacionada co que xa coñece a audiéncia e amena: debe ser Tora. Décimos que é un arte porque utiliza estratexias e recursos que podemos consideralos como artísticos, sin perder o valor científico: a IP é ao tempo arte é ciencia. Dous exemplos:

1. É frecuente atopar exposicións de carácter arqueolóxico no que se mostra un conxunto de osos, mais o seu interese e importancia pasa desapercibida para a maioría dos visitantes. Os osos aparecen montados sobre unha estrutura que nos permite ir identificandolos aínda sin saber de anatomía. Para que sexa mais significativo e pertinente, aparece unha recreación de a quen pertencen: unha muller, unha homí-

nida con rasgos, con mirada tierna e actitude maternal que enchen de significado esos osos. Por último, detrás do expositor está dibuxado sobre a parede o esqueleto enteiro, permitindo ao visitante completar outras informacións como estatura. Por último o texto na parede completa a documentación que non pode construír de forma intuitiva a persoa visitante.

2. Tamén é difícil presentar información sobre temáticas lonxanas as vivencias e as experiencias dos visitantes. Comprobamos como presentan de forma creativa e artística as numerosas invasións que sufriron as vilas fronterizas no pasado. As siluetas reproducen situacións, vestuários, armamento... que se integran na paisaxe e, que ao permitir tocalas pólos visitantes, convirte o tema en algo realmente atractivo, mais cercano e recupera a identidade do lugar.

Para John Veverka, os obxectivos que debemos perseguir cun proceso interpretativo respontan a tres categorías: obxectivos educativos (o que deberían coñecer como resultado da interpretación), obxectivos emocionais (o que deberían sentir) e obxectivos conductuais (o que deberían facer).

Para concluír, podemos afirmar que unha actividade é interpretativa cando os nosos visitantes participan de forma voluntaria no seu tempo libre (non son un público cautivo), non intentamos instruílos senon provocalos para que coñezan ou aprendan, satisfacemos as súas necesidades ou intereses, e conseguimos darlles a coñecer e invitamoos a respectar as medidas de conservación e xestión do recurso.

2. Interpretación do Patrimonio, Turismo e Conservación de Espazos Naturais

As actividades turísticas son as que realizan as persoas durante desplazamentos a lugares distintos a seu contorno habitual por un período curto de tempo. O modelo de turismo máis estendido é un modelo depredador dos recursos naturais que consitúen o atractivo turístico, e que chegan a poñer en perigo a pervivencia da propia actividade turística (Fullana e Ayusa, 2002: 29). Máis cando estas actividades se realizan en áreas naturais co fin de disfrutar, coñecer e observar os atractivos sócio-naturais, cun baixo impacto ambiental e cultural, promovendo a conservación e o desenvolvemento sustentable se denomina ecoturismo (EUROPARC-ESPAÑA, 2005). Dende os anos 60 utilízanse modelos de xestión recreativa nos ENP para ter información, seguimento, avaliación e regulación das actividades que se desenvolven no espazo (Benayas, Garcia, Muñoz e Tejedo, 2007: 38)

O médio natural é o escenario de grande parte das actividades recreativas, deportivas e turísticas, que cando se realizan en ENP se chama, de forma xenérica, uso público (UP): conxunto de programas, servizos, actividades e equipamentos que dispoñen a Administra-

ción do espazo protexido para achegar aos visitantes aos valores naturais e culturais de forma organizada, que garante a conservación, a través da información, a educación e a interpretación do Patrimonio (EUROPARC-ESPAÑA, 2005).

O Plan de Uso Público é o documento de referencia para a xestión o ENP no que se recollen as directrices, obxectivos, estratexias, medidas, actuacións... para un período de tempo determinado.

Os ENP son na actualidade un dos destinos de moda, mais o turismo como industria é un campo que está permanentemente renovándose e inventando novas ofertas. Un dos perigos reais é a banalización desos destinos con un valor obxectivo a nivel de conservación e calidade ambiental, quedando na simple mercantilización dos seus valores e de espaldas ás comunidades que viven nos lugares. A Organización Mundial do Turismo (OMT) define o turismo sustentable como o que “satisface as necesidades do turista e das rexións anfitriónas presentes, ao mesmo tempo que protexe e mellora as oportunidades de futuro (...) de tal forma que satisfaga todas as necesidades económicas, sociais e estéticas ao tempo que respecta a integridade cultural, os procesos ecolóxicos esenciais a diversidade ecolóxica e os sistemas de apoio á vida” (2001). A interpretación é unha estratexia de comunicación que ben usada permite fomentar o turismo sustentable, ao tempo que pode mitigar ou eliminar os perigos dun turismo de masas.

A IP vinculada co turismo permite establecer lazos de unión entre os recursos (neste caso naturais e culturais) e as experiencias vividas polos turistas, ao buscar que éstas sexan significativas, relevantes e ao permitir entender o que paga a pena entender. O intérprete intenta revelar os significados do recurso a través de crear conexións intelectuais e emocionais deste co individuo. “A interpretación axuda a crear unha sensación de lugar” (Merriam, 2000). Mais tamén procura facelo sin xerar impactos negativos: a IP permite planificar circuitos e recursos para controlar os fluxos de visitantes e adaptalos á capacidade de acollida. Ademais, a IP da respostas aos viaxeiros máis interesados pola problemática ambiental, que buscan o contacto directo coa natureza e o coñecemento doutras culturas.

A actual oferta turística está a presentar os espazos de grande valor e atractivo natural como novos destinos. A IP preséntase como un instrumento eficaz para presentar os espazos naturais como destino turístico sen mermar os seus valores e, polo tanto, contribuir á conservación dos mesmos.

O número de visitantes a un ENP depende de factores como a facilidade de acceso, a distancia respecto aos núcleos urbanos ou emplazamentos turísticos, a oferta de actividades e as estratexias de comunicación respecto ao espazo (Boada e Benayas, 2007: 21).

Os guías-intérpretes e os recursos interpretativos favorecen a existencia de experiencias máis profundas sobre os lugares, a cultura e as xentes: xeneran sentido de lugar. Mais,

tamén, unha boa IP pode considerarse como medidas disuasorias baseadas na información e na comunicación, moi útis en espazos moi sensibles ou excesivamente visitados. Tamén facilitan os procesos de consenso entre visitantes, poboación local e xestores do ENP, amortiguando conflitos ao achegar de forma relevante os obxectivos da conservación e as ventaxas dos mesmos.

Santiago Alba (2005) alerta sobre algúns perigos do “turismo canibal”. A demanda fai que algúns lugares se convertan en Parques Temáticos de si mesmos, incluso os países adaptan as súas infraestructuras e recursos para momificar as imaxes que os turistas veñen buscando: conxelan a tradición porque é un produto demandado; este autor fala da etnificación dos lugares e das costumes. Tamén denuncia a esixencia de converter as costumes, danzas e festas en produtos étnicos fixando no tempo unha imaxe verdadeira de algo que xa non existe. A IP pode ser tamén un recurso para non perder autenticidade e lexitimidade, diferenciando de forma clara entre o verdadeiro e as reproducións, sin restar en autenticidade nin a satisfacción dos visitantes.

3. Recursos e estratexias interpretativas para a conservación do patrimonio con turistas

Para xestionar o turismo nos espazos naturais de xeito que non supoñan unha ameaza, sinon un aliado na conservación, utilízanse fundamentalmente catro recursos interpretativos que permiten conectar o lugar cos turistas:

1. Os roteiros, sendeiros ou itinerarios interpretativos permiten coñecer os valores do lugar dunha forma amena, relevante, participativa e ordeada. A hora de planificar os sendeiros tense en conta mostrar aos visitantes lugares singulares e as características máis salientables, ao tempo que contempla non introducilos en zonas perigosas ou sensibles a acción humán. Este recurso é moito apropiado para regular o número de visitantes a un lugar.

A ruta está planificada en paradas-temática (nas que se fai referencia a un rasgo relacionado tema principal). En cada parada hai unha introducción (ou frase de orientación que centra o tema), un corpo (no que se narra ou describen os aspectos que podan resultarles mais relevantes á nosa audiencia) e unha conclusión que reforza o tema; recoméndase facer unha transición ao remate de cada parada, é dicir, unha introducción a seguinte parada relacionándoa coa que se acabamos de presentar: estamos a falar dun enlace temático (Ham, 1992: 144).

Os itinerarios poden ser guiados ou autoguiados. Nos percorridos guiados sempre hai un guía que indica o camiño preestablecido e facilita información relevante de forma atractiva; as ventaxas veñen dadas polo contacto personalizado co patrimo-

nio, posibilita observar, manipular, interaccionar, responder a dúbidas..., adaptar o recorrido aos intereses e características do grupo, así como buscar alternativas en caso dalgún contratempo, máis ten como limitacións que é moi caro, non debería traballarse con grupos de máis de 20 persoas, e os individuos deben adaptarse ao ritmo e intereses da maioría. Os sendeiros autoguiados precisan doutros recursos para realizarse (folletos, sinais, marcas, paneis, audioguías...); as ventaxas se centran na súa accesibilidade de horarios, cada quen a realiza cando quere e a seu propio ritmo, son moi baratos, so precisan un desembolso económico inicial, e axudan a xestionar o espazo, permiten distribuír os visitantes polo territorio mostrando os lugares que os xestores do espazo consideran máis oportuno, pero, teñen como desvantaxe que son máis impersonais, susceptibles de vandalismo e difíciles de controlar.

Algunhas recomendacións: non deseñar recorridos de máis de 2000 metros e buscar alternativas para que podan facerse máis curtos (por si comeza a chover, hai un accidente...); non facer máis de 15 paradas e centralas máis ao principio, cando as persoas están máis motivadas e menos cansadas; informar claramente antes de comezar das características da ruta (distancia, duración, dificultade...) e, non renunciar ao factor sorpresa, sobre todo ao finalizar o recorrido.

2. Os paneis interpretativos dan información de forma atractiva e relevante, sin interferir nos escenarios naturais. Este recurso resulta interesante en lugares onde non se pode dar un servizo personalizado e donde o impacto dos visitantes é baixo. É un recurso barato. Existen dous tipos (Morales, 1998: 224): os administrativos que son os que dan información xeral ao visitante, indican dirección, sinalan lugares, etc. E os interpretativos que son os que revelan significados do lugar.

O texto dos paneis estrutúrase en 5 niveis: Nivel 1 ou título no que se presenta o tema ou un rasgo do tema e debe ser unha oración con suxeito, verbo e predicado. Nivel 2 ou parágrafo de atracción, curto e dinámico, con poucos detalles, afonda nalgún aspecto do título despertando interese; moitas persoas son van leer estes dous niveis polo que é preciso que entre ambos textos se aporte información relevante para coñecer e conservar o lugar. Nivel 3 o parágrafo principal, profundiza no tema e invita a adoptar determinados comportamentos, nunca debe superar as 500 palabras. Nivel 4 ou Parágrafo de clausura, no que se solicita unha acción ou se presenta unha conclusión ou moralexa. Nivel 5 ou créditos destinado a incluír os logótipos das institucións. John Veverka fai fincapé que recordamos o 10% do que ouvimos, o 30% o que lemos, o 50% do que vemos e o 90% do que facemos. Os paneis que ademais de ofrecer información escrita, invitan a comprender o que vemos e propoñen accións serán moito máis eficaces.

Algunhas recomendacións: mellor os de forma rectangular (horizontais no exterior, verticais no interior); non hai u tamaño óptimo porque este está en función do lugar mais a proporción pode ser 40x30 ou 60x40; materiais acordes co contorno; fondos oscuros e letras claras para paneles en espazos exteriores con moita luz, e cores claras e letras escuras para interiores e zonas de penumbra.

3. O material impreso (dípticos, trípticos, guías...) permite realizar visitas autoguiadas polos lugares que os xestores consideran máis oportunos; ao tratarse dun recurso barato permite imprimir cada temporada propostas diferentes si é o caso. Este recurso permite reconducir aos visitantes polos lugares onde a súa visita ten menor impacto.

Están pensados para utilizar dentro do espazo, en presenza do obxecto ou recurso que se está a interpretar. Deben desenvolver un tema de forma lóxica, seguindo un guion fácil de seguir. Transmite a información de forma sencilla, sin tecnicismos. Debe capturar o interese do lector. Visualmente a información debe presentarse en bloques claros. Si se trata dunha ruta, recoméndase que no camiño estean numeradas as paradas e no folleto os textos fagan referencia a esta numeración. Os folletos permiten dar información exahustiva mais esta debe ser clara, concisa e relevante. Ademais, un folleto ben deseñado serve de recordo da visita e da unha boa imaxe da institución.

Algunhas recomendacións: comezar cunha breve introducción; presentar un só tema e cada bloque de información debe estar relacionado con este tema; linguaxe simple, ameno, amable; evitar prohibicións, presentar as normas de forma persuasiva, facendo fincapé na importancia do recurso; incluír recomendacións para que as persoas podan cheirar, tocar, sentir, mirar...

4. Os Centros de Interpretación ou Centros de Visitantes (CV) sirven de lugar de referencia para os turistas que queren recibir información dos valores do lugar, dos servizos e das posibilidades de desenvolver actividades. Os estudos demostran que moitos dos visitantes cubren as súa demanda de coñecer o lugar cunha visita a estes centros, polo que a ubicación do centro é estratéxica, e debe ofrecer recursos que cubran algunhas ou moitas das expectativas dos turistas; os estudos indican que moitos deles optarán por non adentarse no Espazo Natural o que sempre é negativo, por iso é recomendable deseñar unha ruta corta nas inmediacións do edificio que permita coñecer in situ o lugar e experimentar algúns deses valores. O obxectivo destas infraestructuras é que sirvan de transición entre os visitantes e o novo lugar que van descubrir: serve para contextualizalos. Deben estimular aos visitantes para coñecer o lugar, deben facilitar información que lle axude a

valorar o espazo e deben promover comportantes que aseguran a conservación o recurso. Os Centros de Visitantes contan con numerosos recursos para presentar a información de forma amena, relevante, organizada e temática: carteis, paneis, maquetas, obxectos reais ou reproducións, maniquies, audiovisuais, exhibicións, hologramas, recursos sensoriais... Estos centros convinan tres factores: o espazo, os obxectos e o guión ou narración.

Na súa orixe os CV foron concebidos como instalacións multiusos con exhibicións, audiovisuais e información exposta de forma atractiva. Na actualidade apóstase polo uso das novas tecnoloxías como forma de información previa e durante a estancia, máis estase a primar máis a interpretación personalizada como complemento do servizo, a baseada nas visitas guiadas. Os CV non poden considerarse museos no sentido estricto, porque non teñen colección, non teñen gabinetes de investigación e tampouco fan a función de custodia do patrimonio; aínda así teñen algúns rasgos coincidentes, como a obriga de divulgar ese patrimonio. Nos CV, como nos novos museos, o protagonista é o visitante, non os obxectos que se exhiben.

Algunhas recomendacións: os CV deben estar fora do Espazos Naturais Protexidos, na entrada dos mesmos, visibles e accesibles; variar o ritmo da exposición creando espazos diferenciados ou variando os recursos expositivos; non todos os módulos teñen que ser interactivos; non faga recorridos temáticos porque as persoas non sempre siguen unha lóxica nas visitas.

Outros recursos moi utilizados e significativos son as exhibicións (demostracións en vivo de procesos, onde se incorporan obxectos, persoas, ambientes), os medios audiovisuais (dende os clásicos documentais ata ás tecnoloxías máis retintadas para presentar a información de forma probocadora), as visitas teatralizadas ou con monicreques, o uso de dos obxectos orixinais.

4. A modo de conclusión

Partimos do presuposto de que é posible unha relación positiva e enriquecedora entre as persoas visitantes, os poboadores dunha área protexida e a conservación do espazo natural. Neste triángulo, as comunidades que reciben aos turistas son as que mellor poden transmitir o espírito do lugar, os valores locais, materiais e espirituais, máis probablemente precisen axuda respecto ao como facelo, que transmitir e que tipo de información sería bo que tivesen eses visitantes. As propostas de actividades aos turistas deben ser coherentes coa conservación do espazo, mais tamén cós intereses da poboación que os recibe; é preciso conciliar os dereitos da poboación local cós obxectivos de conservación dos espazos naturais e os intereses dos empresarios e xestores turísticos.

Toda forma de turismo baseada na natureza (ecoturismo) debe sustentarse na observación e apreciación desa natureza, ao tempo que das culturas tradicionais dominantes nesas zonas naturais. O turismo é un dos medios máis relevantes de intercambio cultural. É un reto que sexan os propietarios do territorio, os seus poboadores, os que controlen os procesos de desenvolvemento turístico. A integración da comunidade no desenvolvemento da experiencia turística potencia os efectos positivos da actividade e neutraliza os negativos.

Non é tan importante contarlle todo aos visitantes como transmitirles o alma do lugar: transmitir pasión e fomentar a experiencia directa facilita o compromiso dos visitantes co lugar. Canto mellor se transmita o valor e a singularidade do espazo maior demanda haberá por parte dos visitantes de coñecelo.

Unha boa interpretación do Espazo Natural pode converter un negocio turístico en máis demandado e rentable, porque o convirte nun produto máis atractivo, porque permite manter ás persoas durante máis tempo na zona ao ofertar moitas posibilidades de visitas e actividades, e axuda a dar unha imaxe de calidade e coidado dos recursos que resulta un valor engadido á experiencia turística.

A planificación e deseño de recursos interpretativos permite crear unha rede de atractivos e servizos que facilitan a mobilidade e distribuzón dos visitantes, posibilitando controlar o impacto de estos sobre o terreo e sobre as condicións socioculturais das poboacións que os reciben. A planificación interpretativa permite ademais crear novos centros de interese e oportunidades de emprego.

Por último, a IP sirve como instrumento para introducir criterios de calidade ambiental e sustentabilidade na planificación turística.

Bibliografía

- ALBA RICO, Santiago (2005). Turismo: la mirada canibal, en "Archipiélago", nº 68: 7-15.
- ALBANO LÓPEZ, José (2002). Diseño de itinerarios y programas de ecoturismo: en busca de la excelencia, en VIÑALS, M. José, Turismo en espacios Naturales y Rurales II. València, Universidad Politécnica: 253-270.
- ÁVILA BERCIAL, Reyes (2002). La Interpretación del Patrimonio, en ÁVILA, Reyes e outros, "Turismo Sostenible". Madrid, Iepala: 47-67.
- BENAYAS, Javier; GARCIA, Diego; MUÑOZ, María; TEJEDO, Pablo (2007). Perspectivas actuales y retos futuros en la gestión de las actividades de Uso Público en la Naturaleza en BOADA, Martí; BENAYAS, Javier, "Naturaleza y uso público: movilidad, impactos y propuestas". Barcelona, Fundación
- Abertis: 37-48
- BROCHU, Lisa; MERRIMAN, Tim (2003). Interpretación personal. Conectando su audiencia con los recursos patrimoniales. Singapur, InterPress.
- CAMBRIELS, Joan Carles (2002). La planificación turística en espacios naturales y rurales, en VIÑALS, M. José, "Turismo en espacios Naturales y Rurales II". València, Universidad Politécnica: 97-116
- FULLANA, Pere; AYUSO, Silvia (2002). Turismo sostenible. Barcelona, Rubes.
- GONZÁLEZ, Matias (2002). El desarrollo sostenible del turismo. Herramientas de Planificación, en VIÑALS, M. José, "Turismo en espacios Naturales y Rurales II". València, Universidad Politécnica: 79-96

HAM, Sam (1992). Environmental Interpretation: A Practical Guide for People with Big Ideas and Small Budget. Colorado, North American Press

HAM, Sam; HOUSEGO, Anna; WEILER, Betty (2005). Tasmanian Thematic Interpretation Planning Manual. Austrália, Tourism Tasmania.

MERRIMAN, Tim (2000). Interpretación del patrimonio como un producto de valor añadido en “El Intéprete”, Agosto: 6-10.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DO TURISMO (2001). www.world-tourism.org

TILDEN, Freeman (1977). Interpreting our Heritage. Carolina: Univerity of North Carolina Press. (2006) La Interpretación de nuestro patrimonio. Sevilla, Asociación para la Interpretación del Patrimonio.

VEVERKA, John (sd). The Lenguage of Live Interpretation. Making Contact. www.heritageinterp.com/language.htm

Turismo, Culturas Tradicionais e Identidades em São Tomé e Príncipe

Nuno Alarcão¹ (Centro de Estudos Africanos/ISCTE), Brígida Rocha Brito² (CEA/ISCTE), Joana Marques³ (CEA/ISCTE)

Introdução

A investigação enquadra-se no âmbito do Projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares” (PTDC/AFR/69094/2006) em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES).

São Tomé e Príncipe surge como um país dotado de elementos particulares de ordem demográfica, sociocultural, produtiva e económica, mas também referentes à organização social e política, que resultaram da conjugação de factores como a localização geográfica, o clima e o percurso histórico.

Actualmente, a sociedade santomense é marcada por influências múltiplas, podendo definir-se como uma sociedade miscigenada e crioula. A miscigenação cultural que a História de São Tomé e Príncipe retrata representa um primeiro passo no sentido da construção de novas identidades, conferindo, neste sentido, traços de mosaico cultural.

I. Metodologia

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida (2007-2010), consiste numa análise comparativa entre realidades insulares, a saber, os arquipélagos de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

Do ponto de vista metodológico tem sido privilegiada a recolha de informação através da aplicação da técnica quantitativa do inquérito por questionário a unidades familiares residentes na proximidade dos projectos turísticos. De forma complementar, têm sido utilizadas técnicas qualitativas formais através da realização de entrevistas semi-directivas a representantes de órgãos institucionais e a promotores de projectos turísticos e ambientais. Além destas técnicas, tem-se privilegiado a recolha de informação através de métodos informais,

- ¹ Autor principal, sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.
- ² Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.
- ³ Socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.

nomeadamente, recorrendo ao estabelecimento de contactos com informantes privilegiados e conversas informais, assim como a prossecução da técnica da observação directa.

A continuidade da investigação com aplicação das diferentes técnicas de recolha tem sido possível graças à realização de visitas com acompanhamento das acções em curso. No caso de São Tomé e Príncipe, têm sido visitados os projectos da Roça de S. João com o Projecto RoçaMundo, a Escola de Campo de Diogo Vaz, o Jalé Ecolodge e o Mangrove Tour no Rio Malanza, o Jardim Botânico do Bom Sucesso e a iniciativa do Grupo Pestana no Ilhéu das Rolas.

2. Contexto Histórico

São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento de natureza arquipelágica, localizado na subregião da África Central, referenciado a partir do Oceano Atlântico e constituído por duas ilhas principais – a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe – e um conjunto de Ilhéus que, em maioria não são habitados (Brito, 2004).

O arquipélago foi oficialmente descoberto e colonizado pelos portugueses durante a segunda metade do século XV, tendo-se traduzido numa importância económica tardia para a metrópole, face a outras prioridades ultramarinas. Durante o período colonial, as ilhas tiveram um importante papel, principalmente enquanto entreposto comercial (Seibert, 2001), estabelecendo a ligação entre os três principais pontos de valor económico para a metrópole: a Europa; o Continente Africano; e o Brasil, já que simbolizava um local de passagem para o comércio de escravos (Brito, 2004).

Do ponto de vista socioproductivo, o país caracterizou-se pela existência de ciclos evolutivos, dominados pela produção de monoculturas, também definidas como plantações de exportação, até se tornar politicamente independente a 12 de Julho de 1975. Assim, registaram-se três fases principais denominadas de: ciclo da cana-de-açúcar, a partir dos finais do séc. XV; ciclo do café, a partir da segunda metade do século XVIII; ciclo do cacau, durante o séc. XIX.

Durante todo o período colonial, novas vagas de colonos ocuparam progressivamente o território, procedendo à acção de desflorestação de parcelas da floresta virgem, ocupando a terra, muitas vezes recorrendo a métodos ilícitos inclusivamente através do uso da força. Além dos portugueses, os escravos e os colonos eram provenientes de diferentes locais, destacando-se o Congo, Benin, Angola, Gabão e Guiné, havendo ainda registos de crianças espanholas de ascendência judia (MPF, 1998). Perante as naturais dificuldades de adaptação às ilhas, que resultou num elevado índice de mortalidade, a miscigenação foi estrategicamente estimulada, dando origem à criação de uma nova estrutura social constituída por população mestiça (MPF, 1998). Este processo promoveu a emergência de

situações de aculturação através de assimilação, consolidação e integração de valores e de práticas culturais diferenciadas, bem como de um conjunto de línguas e de dialectos que foram evoluindo ao longo do tempo (Brito, 2004). Com trabalho assente na mão-de-obra escrava, proveniente em particular de Angola, Moçambique e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe sofreu alguns momentos conturbados com revoltas.

Do ponto de vista social e político, os grupos crioulos, de ascendência portuguesa, distinguiram-se pela disponibilidade de riquezas, adquirindo estatuto e prestígio, favorecendo o surgimento de um novo grupo, os “filhos da terra” ou “forros” (PNUD, 1998). Esta classe social fez emergir os novos proprietários de terras e dos escravos, representando simultaneamente a aristocracia local caracterizada pela criouliização e que assumiu a gestão directa de recursos. Com base nas diferentes origens demográficas, actualmente considera-se existirem grupos sociais com características particulares, entre os quais se destacam, em São Tomé, os Angolares, os Forros ou Mestiços, os Tongas e os Cabo-verdianos e, no Príncipe, os Moncós.

3. Surgimento das Roças

As roças eram unidades agrícolas onde se produzia a partir do sistema de monocultura, e que consistiam em estruturas socioeconómicas e políticas de grande importância. Tratava-se de verdadeiros Estados dentro do Estado que ocupavam a maioria do território, sendo que o poder administrativo público não interferia nas grandes decisões internas. Esta realidade foi mantida até à independência. As roças eram controladas por famílias influentes, e mais tarde por empresas, que dominavam os circuitos socioeconómicos internos e externos, o que indiciava o poder económico e a autonomia jurídico-política. Estas unidades produtivas eram dotadas de um sistema fechado regendo-se por leis próprias, dispoendo de autonomia produtiva, de alojamentos, da senzala, da igreja, do hospital e da escola.

Efectivamente, a autoridade do Estado acabava nos portões das roças, onde o roceiro era patrão e senhor. Era frequente, os roceiros saírem da capital para as roças, quer em busca de melhores ares, quer para se abrigar temporariamente do poder central (Alarcão, 2005). Ao longo da História sempre existiram conflitos entre os roceiros e o representante na ilha do poder central, com exemplos de governadores afastados por iniciativa dos roceiros. De qualquer modo, uns precisavam dos outros, e isso reflectia-se, por exemplo, na contratualização ou política de contratos realizados fora de São Tomé e Príncipe, visando o fornecimento de mão-de-obra para as roças, já que os forros estavam livres deste regime de contratualização. Inicialmente oriundos de Angola e Moçambique, a partir dos anos 40, os contratados provinham essencialmente de Cabo Verde, facto que contribuiu para o grande peso actual de população com esta origem, residente no país.

O grupo dos roceiros conheceu alterações ao longo da História. Se inicialmente era constituído pelos proprietários, seria depois formado pelos administradores, primeiro militares e pessoal qualificado, e depois, com o declínio da produção, por europeus oriundos de classes económicas desfavorecidas, cuja ascensão profissional e social se processava na roça ao longo de anos e por vezes de décadas.

Também nos seus serviçais, as roças exerciam um efeito de aculturação. Culturalmente desenraizados, depois da política de europeização, seguiu-se, no século XX, uma política de indigenização dos serviçais, que resultava no “encapsulamento das várias comunidades angolanas, moçambicanas, cabo-verdianas e outras. Isto permitia uma maior paz social nas roças e uma menor capacidade de integração no meio envolvente às roças.” (adaptado de Nascimento, 2001)

4. Identidades Culturais versus Turismo

A definição de uma identidade cultural em São Tomé e Príncipe parece não ser uma tarefa simples, já que é perceptível a existência de uma grande multiplicidade de elementos culturais que fundamentam a emergência de diferentes referenciais identitários, dependendo dos grupos em análise. Estes elementos culturais de origens múltiplas foram assimilados e integrados na cultura nacional através de processos de aculturação, recriando identidades fundamentadas em representações e manifestações culturais, práticas sociais e sistemas simbólicos próprios. A diversificação das nacionalidades, agregada aos aspectos culturais, motivou o surgimento de novas identidades, criando, por seu lado, novas lógicas de interação, fomentando formas alternativas de aculturação na cultura santomense motivada pelo mosaico estrutural.

A vida cultural santomense tem sido fortemente marcada pela tradição oral e pelo costume com transmissão de geração para geração, valorizando-se os relatos e a reprodução de contos e fábulas, sem que, na maioria dos casos, existam referências escritas e documentais (Brito, 2004). O teatro popular tem igualmente adquirido grande importância enquanto elemento de reforço das identidades locais, já que as peças teatrais são caracteristicamente dançadas e animadas com gestualização exagerada, retratando situações e personagens tipificadas. São exemplos dos elementos culturais mais importantes:

- as línguas locais, entre as quais o forro, o crioulo, o angolár e o moncó;
- a música e as danças, como o Socopé, o Puíta, o Bulawé, a Ússua, o Bligá e a Dêxa;
- as representações teatrais, como o Tchiloli ou Tragédia do Marquês de Mantua e do Imperador Carlos Magno, o Auto de Floripes ou de São Lourenço e o Danço-Congo;
- a gastronomia crioula, como o Calulu, a Cachupa ou o Molho no Fogo;

- as festas devotas e religiosas, incluindo procissões;
- os rituais festivos como o Djambi;
- a arquitectura mista, que intercala traços caracteristicamente coloniais com a construção tradicional;
- o artesanato e as artes plásticas.

A influência histórico-cultural da mão-de-obra escrava e contratada que passou ou povoou o país foi determinante para a identificação de elementos culturais que hoje conferem identidade ao povo santomense, nomeadamente os dialectos regionais que continuam vivos, apesar da utilização oficial da língua portuguesa. A origem santomense é assim o resultado da mescla étnica, possibilitada pela concentração no mesmo espaço físico de indivíduos de origens diversas. Apesar da cultura santomense aparentar um carácter mestiço e híbrido, resultado da mistura de elementos de origens geográficas distintas, é possível identificar traços caracterizadores dos grupos comunitários, por se traduzirem em símbolos e práticas culturais que conferem identidade.

As manifestações culturais tradicionais de São Tomé e Príncipe revestem um incensurável interesse turístico por exteriorizarem referências identitárias de grande importância para as comunidades locais. Para o visitante a essência das características culturais nem sempre se torna perceptível, pelo desconhecimento dos elementos específicos que naturalmente dificulta a sua identificação. Na maioria das situações, o visitante reconhece referências que consegue apreender como elementos marcados pela autenticidade, por acreditar serem genuínos e instrumentos de aproximação entre modos de vida diferenciados. De acordo com Kracauer (Fortuna, 1996), a prática turística promove o culto pela distração, no sentido de produzir, durante o período de tempo em que a viagem decorre, uma análise distorcida da realidade. Este entendimento evidencia o problema da autenticidade enunciado por McCanell (1989). Na verdade, aquando da deslocação, o turista é motivado por ambientes genuínos, em que pode contactar com comportamentos, atitudes e hábitos tradicionais e espontâneos, diferentes dos que encontra na sociedade de onde é originário (Brito, 2004). Assim, o turismo pode ser entendido como um instrumento para incentivar a manutenção e a preservação cultural através da valorização da autenticidade dos traços culturais pré-existentes, promovendo a originalidade, a diferença, a particularidade e a especificidade sociocultural.

5. Resultados

Apesar da cultura santomense aparentar traços crioulos ou mestiços, em resultado da miscigenação de elementos de origens geográficas distintas, é possível identificar referências identitárias caracterizadoras dos diferentes grupos comunitários. Os estudos

desenvolvidos têm permitido confrontar os fenómenos observados com as questões inicialmente levantadas. A interacção dos povos promovida pela actividade e prática turísticas desencadeia diferentes construções sociais. Contudo, para o visitante estrangeiro nem sempre se torna perceptível a identificação dos elementos culturais específicos de cada grupo comunitário. As manifestações culturais tradicionais de São Tomé e Príncipe revestem interesse turístico requerendo planeamento e divulgação, já que são a garantia da preservação da identidade das comunidades locais e consistem num factor motivacional da procura turística que não deverá ser esquecido. Foi através das interacções culturais que ao longo do tempo se foram recriando e constituindo novas identidades, originando de forma consequente a emergência de novas formas de interacção entre os povos.

As populações garantem a preservação identitária recorrendo ao Ambiente, assegurando a melhoria das condições de vida através da sustentabilidade e preservação quer dos recursos patrimoniais naturais e construídos, quer da conservação dos ecossistemas, desencadeando novas formas de rentabilização dos recursos naturais sem que estes sejam postos em causa. Desta forma, a valorização do Ambiente origina um reforço das identidades fomentando o respeito pela valorização do espaço e da cultura, criando mecanismos de preservação dos mesmos em termos individuais e comunitários. É necessário que as populações locais estejam dotadas de instrumentos capacitantes para a valorização do património local garantindo simultaneamente a preservação cultural.

Bibliografia

- ABREU, Margarida e ALARCÃO, Nuno (2000). Diferentes faces da igualdade – Estudo de caso sobre a multietnicidade na Quinta das Sapateiras (Loures), Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Sociologia, Lisboa.
- ALARCÃO, Nuno (2005). O Turismo como forma de Desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Mestrado em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Lisboa.
- BRITO, Brígida (2004). Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento, ISBN: 978-989-8154-11-8)
- BRITO, Brígida (2007). A importância da Educação Ambiental na promoção do Turismo africano em área protegida. Análise de estudos de caso, Actas do I Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza (CEIDA, 2007, ISBN-13: 978-84-690-7996-6)
- FORTUNA, Carlos (1995). Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 43, Outubro.
- McCANNELL, D. (1989). The tourist. A new theory of the leisure class. Nova Iorque, Schocken Books.
- MPF (1998). São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo, Projecto STP/95/004, Ministério do Planeamento e Finanças.
- NASCIMENTO, Augusto (2001). Mutações sociais e políticas em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: Uma síntese interpretativa. Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento.
- PNUD (1998). Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe. San Sebastian, Egia.
- SEIBERT, Gerhard (2001). Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe. Lisboa, Vega.

Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas

Joana Marques (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)¹, Brígida Rocha Brito² (CEA/ISCTE), Nuno Alarcão³ (CEA/ISCTE)

I. As razões para um turismo diferente

De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o sector turístico representa 12% do PIB e 8% do emprego mundiais, fazendo do turismo a primeira actividade económica do mundo.

Se é verdade que o turismo tem impactos positivos nos países de acolhimento (entrada de divisas, criação de emprego, estímulo aos investimentos, incentivo aos serviços locais, melhoramento da balança comercial, valorização dos recursos naturais e culturais, entre outros), esses impactos geralmente beneficiam apenas uma minoria da população e as externalidades negativas que os acompanham são consideráveis. Quais os impactos dos *resorts* turísticos, pertencentes a grandes grupos internacionais, vocacionados exclusivamente para férias de sol e praia, onde quase tudo é importado? Quais as consequências do domínio do turismo de massas em diversos contextos insulares?

Estas questões estão na origem de uma nova consciência em relação aos impactos negativos do turismo convencional, de massa, industrial, estandardizado, apontando para a necessidade de um turismo diferente. Tal preocupação está presente em organismos internacionais, tais como a OMT através da pioneira Conferência de Manila (1980), do Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e do programa ST-EP – *Sustainable Tourism Eliminating Poverty* (2002); a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) através de diversas conferências internacionais; a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o seu contributo para a promoção do turismo comunitário, através da Redturs (Rede de Turismo Comunitário Latino-Americana); ou, mais recentemente, os Fóruns Internacionais de Turismo Solidário (Marselha, 2004; Chiapas, 2006; Bamako, 2008). Entre os organismos actantes a nível nacional, destaca-se o contributo

- 1 *Autora principal, socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 2 *Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 3 *Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*

da *Union National de Associations de Tourisme* (UNAT), que apoia e aglutina as principais associações francesas de turismo solidário; a Associação Italiana de Turismo Responsável (AITR), organismo aglutinador de agentes vinculados ao turismo responsável; as experiências britânicas do *Tourism Concern e Pro-Poor Tourism*; ou ainda a experiência africana *Fair Trade in Tourism South Africa* (FTTSA) enquanto aplicação dos critérios do comércio justo ao turismo.

Na origem desta tomada de consciência estão várias constatações, entre as quais:

- As riquezas geradas pelo turismo são desigualmente repartidas, as regiões de acolhimento do turismo de massa são no geral países em vias de desenvolvimento que não controlam os fluxos turísticos, que são dominados por grupos internacionais sedeados nos países industrializados;
- Há uma fuga de divisas dos países em desenvolvimento, nomeadamente porque o investimento inicial implica frequente endividamento externo e as entradas são penalizadas pelas crescentes necessidades de produtos e serviços importados;
- A excessiva dependência face ao sector turístico é perigosa, dadas as flutuações, muitas vezes imprevisíveis, a que o sector está sujeito (epidemias, terrorismo, catástrofes naturais);
- Grande parte do emprego no turismo é precário – desqualificado, mal remunerado, sazonal. Os atentados aos direitos dos trabalhadores são generalizados e é frequente o desenvolvimento de redes de prostituição e trabalho infantil;
- O tecido social é debilitado dado o aumento das disparidades sociais e a introdução de hábitos de consumo não sustentáveis;
- Há uma tendência para a descaracterização cultural, com perda de identidade e folclorização das culturas;
- Os atentados ao ambiente são frequentes: sobre-exploração dos recursos naturais, utilização de transportes com elevadas emissões de dióxido de carbono, pressão sobre os ecossistemas, poluição, artificialização das paisagens, conflitos no uso de recursos limitados como água e energia;
- A pressão turística estimula especulação imobiliária;
- Geram-se fortes desequilíbrios regionais dada a concentração do turismo apenas em algumas zonas mais atractivas.

A estas críticas podemos acrescentar outras especificamente dirigidas ao turismo de resort. Coriolando e Almeida (2007), afirmam que os *resorts* são meios de hospedagem com configurações espaciais elitizadas, localizadas preferencialmente em áreas naturais preservadas, sobretudo litorais pouco habitados. São, dizem, verdadeiros enclaves nas comunidades onde se instalam; formam um mundo isolado e utilizam uma variedade de

estratégias para reter o turista, sem lhes dar oportunidade de sair desses ambientes, para divertimentos e consumos fora das suas dependências. Ignoram assim a população local, não assumindo compromissos com o lugar e com as pessoas. Apesar de frequentemente o Estado oferecer toda a infraestrutura de instalação do empreendimento ou conceder isenção fiscal, não se exige nenhuma contrapartida substancial, excepto pela geração de empregos, os quais nem sempre são em favor das comunidades.

Por sua vez, Anne Amblés (2002) questiona até que ponto o turismo é uma história de dominação. No turismo Norte-Sul, os viajantes dos países ricos, mesmo que sejam quase pobres, têm meios para brincar aos ricos junto dos que são mais pobres do que eles; em férias, eles dominam, eles mandam porque podem pagar. A autora vê nesta dominação um aspecto da violência simbólica evidenciada por Pierre Bourdieu.

Estas críticas e contradições constituem assim o fundamento da evolução recente do sector turístico que, segundo Laurent (2003), tem seguido por duas direcções:

- Uma melhoria qualitativa de uma parte das prestações do turismo de massa, nomeadamente ao nível da protecção do ambiente e dos recursos e da luta contra a poluição no sector hoteleiro, do lazer e, marginalmente, dos transportes, numa perspectiva de responsabilidade social;
- A diversificação de uma oferta alternativa, de nicho e diferenciada.

2. A emergência de novas modalidades e conceitos de turismo

Em oposição às práticas dominantes do turismo, tem-se vindo a desenvolver uma oferta alternativa - turismo solidário, responsável, justo, ético, sustentável, entre outras designações, remetendo-nos para nuances nem sempre perceptíveis. Apresentam-se de seguida algumas das definições mais utilizadas, no sentido de clarificar o conceito de turismo solidário, que é a terminologia por nós adoptada.

- Ecoturismo: «Viagem responsável na natureza que conserva o ambiente e contribui para o bem-estar das populações locais» (*The International Ecotourism Society*). A principal motivação do turista é observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas zonas naturais.
- Turismo Justo: Baseia-se nos princípios do comércio justo, enfatizando a justa remuneração dos prestadores locais, a participação das comunidades de acolhimento, os processos de decisão democrática, os modos de produção amigos do ambiente. Os seus objectivos são maximizar os benefícios do turismo para os actores locais através de parcerias justas e mutuamente benéficas com os parceiros nacionais e internacionais e também apoiar os direitos das comunidades indígenas.
- Turismo Comunitário: Formas turísticas propostas e geradas pelas comunidades,

as quais se integram de forma harmoniosa nas diversas dinâmicas colectivas do local de acolhimento. Na medida em que uma comunidade implica, por definição, indivíduos com algum tipo de responsabilidade colectiva e capacidade de tomar decisões por órgãos representativos, o turismo comunitário implica um acréscimo de solidariedade e co-gestão.

- Turismo Responsável: O turismo responsável coloca mais a ênfase no viajante do que na comunidade que ele visita. Surge da tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o ambiente, sendo que responsabilidade significa aqui uma atitude de respeito pelos lugares sem danificar nem a comunidade nem o ambiente. Podemos dizer que o turismo responsável também é solidário, sendo que essa solidariedade se expressa sobretudo no estado de espírito com que o turista parte em viagem.
- Turismo Sustentável: É a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável ao turismo, portanto um turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, no presente e no futuro. Os princípios e práticas de gestão do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, daí que a OMT lhe dê especial destaque.
- Turismo Solidário: Também se inscreve numa perspectiva responsável, justa e sustentável, sendo que o conceito por nós adoptado difere daquele veiculado internacionalmente que entende a solidariedade do ponto de vista do viajante internacional que procura participar no desenvolvimento das comunidades que visita, seja através da colaboração directa em acções de desenvolvimento, seja através da canalização de uma parte do preço da viagem para o financiamento de um projecto. Tal concepção é marcada por um certo paternalismo, característico da ajuda Norte-Sul. Assim, em termos teóricos, demonstra-se essencial ancorar a abordagem do turismo solidário no modelo teórico e prático da Economia Solidária, que vem dar sustento e sustentabilidade a um turismo diferenciado, que implica a participação e o envolvimento comunitário, a responsabilização dos diferentes actores sociais, a capacitação, a valorização das potencialidades locais. O conceito difundido pela *Union Nationale de Associations de Tourisme* (UNAT) resume esta perspectiva: “O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem o homem e o encontro e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios. Os fundamentos deste tipo de turismo são: o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados.” (UNAT, 2002)

Vemos então que os vários conceitos e abordagens de turismo alternativo, embora distintos, são compatíveis e, em parte, sobrepõem-se. Podemos afirmar que o fio condutor comum às várias definições é o conceito de solidariedade, assente na existência de uma dependência mútua e em relações de respeito mútuo (Caire, 2003).

De referir ainda que não existe uma certificação (*label*) bem determinada e daí a necessidade de desconfiar dos rótulos das organizações de viagens, na maior parte das vezes auto-atribuídos.

É com base nestas limitações e na busca de um conceito mais abrangente e mais sustentado teórica e empiricamente, que ambicionámos propor uma nova definição de turismo solidário, à luz do contributo teórico da Economia Solidária.

3. Metodologia

A investigação em curso, consistindo numa análise comparativa das experiências insulares de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, privilegia a utilização de técnicas quantitativas de aplicação de um inquérito por questionário complementadas por qualitativas no contexto da metodologia do Estudo de Caso. Deste modo, a pesquisa contempla:

- Análise Conceptual e dos principais referenciais teóricos para enquadramento das problemáticas do turismo solidário e desenvolvimento comunitário, que implica a recolha, sistematização e análise das principais escolas e paradigmas.
- Recolha e análise de dados e documentos específicos para caracterização dos dois países em estudo. Nesta etapa, procedeu-se também à classificação e inventariação das distintas modalidades de oferta de turismo solidário, de forma a identificar as iniciativas susceptíveis de enquadramento no estudo em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde.
- Entrevistas semi-directivas a responsáveis dos projectos turísticos, representantes institucionais (Direcção-Geral de Turismo, Ministério do Ambiente, Parques Naturais, Projecto Áreas Protegidas, entre outros), líderes comunitários e observadores neutros.
- Inquérito por questionário a uma amostra representativa dos grupos comunitários directamente influenciados pelas iniciativas turísticas em análise, com base numa amostragem aleatória.
- Observação directa como complemento das técnicas privilegiadas para o trabalho de campo.

4. O referencial teórico da Economia Solidária

Sendo a relação entre turismo e Economia Solidária um debate recente, importa esclarecer de que estamos a falar quando falamos em Economia Solidária.

A Economia Solidária é herdeira de uma diversidade de contextos, à qual corresponde uma diversidade de terminologias: Terceiro Sector nos países anglo-saxónicos, Economia Social e Solidária na tradição francófona, Economia Popular na América Latina, Economia Alternativa na Alemanha e Bélgica, Privato Social em Itália... Trata-se de uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas oriundas da sociedade civil e dos meios populares (França e Lavielle, 2004: 15). Em comum, as diferentes expressões utilizadas têm a referência a um sector distinto do Estado e do mercado. Não é o objectivo desta comunicação fazer uma análise aprofundada destas diferentes terminologias, pelo que nos iremos apenas debruçar sobre o conceito de Economia Social e Solidária.

Defourny e Develtere (1997) consideram que a génese da Economia Social se confunde, em grande parte, com uma procura secular da liberdade de associação. Como dão conta os autores, já no Egipto dos faraós existiam corporações e fundos de seguros colectivos; os gregos tinham as suas sociedades para garantir uma sepultura e um funeral; com o Império Romano proliferam por toda a Europa associações monásticas; na África primitiva e na América pré-colonial encontramos as confrarias de artesãos. No entanto, a designação de Economia Social surge apenas na Europa do século XIX, como tentativa de fazer face à Economia nascente nas sociedades industriais: a Economia Política, baseada na riqueza, competição e no individualismo. Ela está profundamente ligada à questão social então emergente, com a proliferação do empobrecimento e marginalização. Para os novos problemas então surgidos impõem-se novas respostas, já que o mercado livre só por si não é suficiente para os resolver, ainda não existia Estado Providência e também a família se mostrava incapaz de dar resposta adequada. Surgem então novas respostas que procuram combater a pobreza numa perspectiva de colectivo, de solidariedade, tendo origem ou nos próprios grupos em dificuldade – iniciativas de interesse comum (caso das associações mutualistas), ou dirigindo-se a esses grupos – iniciativas de interesse geral (caso das misericórdias). A ideia de solidariedade expressa-se ao contrapor o interesse comum ao individualismo. Por outro lado, visava-se responder a necessidades (produção de bens e serviços), logo estamos perante uma actividade económica – daí a designação Economia Social. Portanto, a Economia Social surge da procura por encontrar na Economia soluções que amenizem a questão social.

Muitas soluções encontradas não são teorizadas, pelo que a Economia Social tem uma forte base intuitiva (caso do associativismo operário, das redes de vizinhança, da solidariedade de base religiosa). Mas ela surge também da discussão filosófica e ideológica do século XIX (Anarquismo; Socialismo Utópico; correntes sociais cristãs; solidarismo maçónico). A Economia Social é assim a conjugação destas duas influências: uma mais prática e outra mais filosófica e ideológica. Como consequência deste processo histórico, a Economia Social afirma um conjunto de princípios: o interesse comum ou geral sobrepõe-se ao interesse particular; o objectivo principal não é o lucro; primado da pessoa humana sobre o capital; adopção do princípio “um homem, um voto” na gestão democrática das organizações; autonomia face ao Estado.

Entretanto, entre o século XIX e XX, a liberdade de associação começa a ser introduzida na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos, surgindo leis para enquadrar as diferentes formas de associação que compõem a Economia Social moderna. Assim, do ponto de vista institucional e jurídico, o termo Economia Social inclui 4 tipos organizacionais fundamentais: associação, cooperativa⁴, mutualidade⁵ e fundação – conjunto de organizações onde é privilegiada a constituição de um património colectivo em vez de um retorno sobre o investimento individual (Laville et al, 2000: 187). Neste processo, a Economia Solidária pode ser vista como um movimento de renovação e de reactualização histórica da Economia Social. Ela remete para uma perspectiva de novas formas de regulação da sociedade, o que significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado (França, 2002). Ela vai assumir novas características, associadas a novas formas de solidariedade: de carácter mais qualitativo, relacionadas com ambiente, iniciativas locais, cidadania, etc.

Laville fala de um fenómeno de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de distintas fontes de recursos, já que nas iniciativas de Economia Solidária, em geral, coexistem: recursos mercantis/princípio de mercado (a venda de um produto ou prestação de um serviço); recursos não mercantis, assentes na redistribuição (subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da acção organizacional); e recursos não monetários/princípio de reciprocidade (participação voluntária de certos membros através de doação sob a forma material ou humana). Nesta acepção, a

4 *Na verdade, as cooperativas são associações mas dada a sua importância elas têm um regime jurídico específico (código cooperativo).*

5 *Também são enquadradas pela forma jurídica das associações.*

Economia Solidária não está contra o mercado; o que acontece é que a economia é posta ao serviço de outros princípios, perdendo a sua tradicional soberania. A solidariedade inscreve-se no cerne da elaboração colectiva de actividades económicas. Para autores como Laville, a Economia Solidária implica uma articulação entre as esferas económica, social e política (ligada a um projecto de democracia).

Por sua vez, Favreau e Fréchette (2002) fazem uma análise da Economia Social e Solidária à luz das características específicas dos países do Sul, considerando que, ao longo do século XX, o agravamento da crise económica, a reestruturação imposta pelo FMI à maioria dos países de África, América Latina e Ásia, os fenómenos de pobreza e exclusão social, entre outros factores, deixou os estados destes países com uma margem de manobra muito limitada ao nível da sua função de redistribuição e, deste modo, as populações destes países viram-se obrigadas a conceber elas próprias novas formas de solidariedade e entreajuda na tentativa de resolver os problemas com que se confrontavam. Segundo os autores, estas novas formas de solidariedade começam progressivamente a ser consideradas como um ponto de ancoragem essencial para um desenvolvimento económico sustentável (Favreau & Fréchette, 2002: 16).

Teoria (Os Pilares)	Prática	Relação com a Teoria do Bem-Estar e Novos conceitos de Desenvolvimento
Projecto Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de bens e serviços - Criação de empregos - Distribuição de rendimentos - Satisfação de consumos - Geração de poupanças - Aplicação de investimentos - Ênfase na qualidade em detrimento da margem de lucro 	Crescimento económico e bem-estar material
Projecto Social (Coesão Social)	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a necessidades sociais não solváveis - Integração de pessoas marginalizadas no mercado de trabalho - Socialização de pessoas excluídas - Igualdade de oportunidades - Democracia interna - Luta contra a pobreza e exclusão social 	Coesão social Desenvolvimento humano e Desenvolvimento Social

Teoria (Os Pilares)	Prática	Relação com a Teoria do Bem-Estar e Novos conceitos de Desenvolvimento
Projecto Ambiental (Sustentabilidade ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha dos recursos - Energias renováveis - Separação dos lixos - Reciclagem - Ecoturismo - Áreas protegidas 	Bem-estar ambiental Desenvolvimento sustentável
Projecto Cultural (Promoção do diálogo e da diversidade cultural)	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização de culturas locais e de património local - Etnoturismo - Minorias étnicas - Expressões artísticas alternativas e na margem 	Cultura como bem-estar Desenvolvimento integrado e Desenvolvimento humano (Desenvolvimento local)
Projecto de Governância (Projecto Político e de Gestão)	Projecto Político: <ul style="list-style-type: none"> - Democracia Interna - Governância Partilhada - Co-responsabilização externa (parceria) 	Dimensão política do bem-estar Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento local
	Projecto de gestão: <ul style="list-style-type: none"> - Gestão eficiente - Autonomia 	
Projecto Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização dos recursos endógenos - Satisfação das necessidades comunitárias - Desenvolvimento do meio rural - Agroturismo - Participação 	Visão comunitária do bem-estar Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo
Projecto de Conhecimento (Teoria e Prática)	<ul style="list-style-type: none"> - Visão indutiva - Correção tendencialmente permanente - Investigação-Ação - Reflexividade - Capacitação 	Conhecimento como componente do bem-estar Desenvolvimento integrado e Desenvolvimento humano

Apesar das diferenças significativas, relacionadas com cada contexto de sociedade, França e Laville (2004: 16) destacam um traço comum que caracteriza todas estas iniciativas: elas incorporam a solidariedade no centro da elaboração das actividades económicas e consideram tais actividades apenas como um meio para a realização de outros objectivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. Diferentemente da solidariedade tradicional, França e Laville (idem) consideram que na Economia Solidária de hoje os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração de actividades com vista a enfrentar problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc.

Em síntese, se as três esferas fundamentais e mais consensuais da Economia Solidária são a económica, a social e a política (governância), a estas têm vindo a ser acrescentadas e debatidas novas dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão territorial e a dimensão do conhecimento. Roque Amaro (no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE) resume estes pilares da Economia Solidária no quadro seguinte (adaptado): a Economia Solidária pode ser encarada como uma estratégia integral de desenvolvimento. E, apesar de nem todas estas suas dimensões serem consensuais, elas ganham crescente aceitação, como demonstra a afirmação de França e Laville (2004: 188): “Observamos, desta maneira, toda vocação de uma Economia Solidária se jogar exactamente na capacidade que terão os empreendimentos de articular em conjunto vários registros da prática ou diferentes dimensões: económica, social, política, cultural, ecológica, etc.”

5. Turismo Solidário

Sendo a Economia Solidária definida por princípios como a primazia da pessoa humana e do bem comum sobre o lucro; autonomia de gestão; primado das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos excedentes; processos de decisão democrática e participativa; ênfase na qualidade dos produtos e serviços, em detrimento da margem de lucro; investimento na formação dos trabalhadores – até que ponto estes princípios estão presentes nas actividades de turismo?

Esta é a base do conceito de Turismo Solidário aqui proposto, um turismo que se enquadra por um projecto de desenvolvimento comunitário, que engloba preocupações de sustentabilidade, criação de emprego e de micro-iniciativas empresariais, que incorpora valores locais, que aposta em produtos especializados e num relacionamento de proximidade. Tal perspectiva vai ao encontro da abordagem da associação francesa UNAT, que constituiu, em 2001, um grupo de trabalho pioneiro para reflectir e agir sobre as novas formas de turismo, tendo optado precisamente pela expressão de turismo solidário, que, como vimos, agrupa todas as formas de turismo alternativo que colocam no centro da

viagem o homem e o encontro e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios, sendo os seus fundamentos o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados.

Portanto, o turismo solidário não surge apenas para dar resposta a uma procura crescente de turismo responsável, ele é endógeno, exige o envolvimento e iniciativa das comunidades locais, a solidariedade e auto-organização dos seus membros. Nas palavras de Leão Lopes, um dos mentores do projecto de turismo solidário de Lajedos, em Cabo Verde, mais do que a solidariedade dos turistas do Norte em relação ao Sul, é a solidariedade entre as próprias populações locais, não se vocacionando exclusivamente para o turista do Norte mas também para o turista nacional.

Gilles Caire (2005: 2) evidencia como a abordagem do turismo solidário se demarca do turismo capitalista pela procura de uma melhoria contínua das capacidades, individuais e sociais, de fazer e ser a fim de assegurar um desenvolvimento socialmente sustentável. O turismo solidário, por oposição ao turismo de massa, é um micro-turismo em territórios anteriormente não turísticos, regendo-se pela regra dos 3 P's:

1. Poucos visitantes (grupos constituídos por 5 a 12 de pessoas);
2. Pouco tempo (em geral a estadia não ultrapassa os 10 dias);
3. Poucos meses (o acolhimento é voluntariamente sazonal, fora dos períodos de trabalhos agrícolas).

Esta escolha da pequena escala deriva da procura de uma mínima perturbação e desestruturação da sociedade e da vontade de privilegiar a qualidade face à quantidade. É assim uma noção óptima para tornar acessível a noção de desenvolvimento sustentável e a garantia de uma coesão social e de um controlo conseguido pela proximidade.

Caire (2005) considera que mais do que entrar em concorrência frontal com o turismo tradicional, nos grandes destinos, o turismo solidário procura diferenciar-se e ocupar-se dos mais isolados. Desta forma, o turismo pode melhor irrigar o território, nacional ou regional, e lutar contra a desertificação humana dos territórios rurais. Ao trabalhar sobre a identidade territorial e cultural, sobre os saber-fazer e os saber-ser, sobre o habitat tradicional, sobre as tradições de hospitalidade, sobre a auto-suficiência alimentar, permite reter no local os benefícios, integrar-se melhor no existente e diferenciar-se, apoiando-se na autenticidade e no encontro. Se o turismo solidário se situa numa lógica de protecção, valorização e desenvolvimento de todos os potenciais locais, isto implica da parte do visitante aceitar partilhar, pelo menos em parte, os constrangimentos (alojamento, alimentação, falta de água, desconforto) vividos no quotidiano pela população. O autor afirma que o turismo solidário quer estar ao serviço de um desenvolvimento endógeno, humanista e

responsável e, com este fim, ele procura implicar em todas as suas fases (reflexão, negociação, decisão, realização, avaliação) a população envolvida, permitindo aos habitantes serem os impulsionadores e não meros figurantes do projecto turístico. Em suma, o autor vê o turismo solidário como um campo de experimentação tanto para o turismo do amanhã, como para um desenvolvimento mais sustentável, enfim, como Economia Solidária.

Em síntese, o turismo solidário é um projecto:

- económico, que visa a criação de emprego digno, a produção de recursos, uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados, dando primazia a iniciativas de pequena escala;
- social, o turismo solidário tem objectivos de promoção do desenvolvimento humano e de luta contra a pobreza e exclusão social, o que passa nomeadamente pela capacitação, pela integração dos parceiros, por princípios de igualdade de oportunidades;
- ambiental, com preocupações de protecção da natureza e de sustentabilidade, de sensibilização e responsabilização dos viajantes, de gestão dos recursos e dos desperdícios no sentido do desenvolvimento sustentável;
- cultural que valoriza as culturas locais, o património local, a diversidade;
- político, as actividades no âmbito do turismo solidário deverão pautar-se por princípios de participação e democracia interna, com o máximo envolvimento das populações locais, e de co-responsabilização externa. A isto acresce a necessidade de gestão eficiente, muitas vezes conseguida através de assessoria externa;
- territorial, o turismo solidário está envolvido num projecto mais amplo de desenvolvimento local, mobilizando recursos endógenos e situando o turismo em relação aos outros sectores;
- de conhecimento que aqui se postula prende-se com a articulação permanente entre a teoria e a prática, a investigação e a acção, com o objectivo de promover uma cultura de aprendizagem que potencie a capacitação e o *empowerment* dos diversos agentes envolvidos, sendo simultaneamente um meio de promover a consciencialização entre as populações e os viajantes sobre a importância de proteger o seu património cultural e natural.

6. Um Estudo de Caso: A experiência de Lajedos na ilha de Santo Antão

Entre os casos analisados até ao momento, a experiência de Turismo Solidário com base comunitária de Lajedos, em Santo Antão, Cabo Verde, surge como um exemplo paradigmático de um turismo ancorado na Economia Solidária. Enquadrada por um projecto

mais vasto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos promovido pela ONG Atelier Mar, esta experiência parte da intenção de envolver a comunidade local no desenvolvimento de um conceito e uma prática de turismo alternativo que, participando da dinâmica do turismo em Cabo Verde, antecipasse uma prática diferenciada e adaptada à ilha de Santo Antão. Desenvolveu-se assim um conceito de turismo que integra a ideia de sustentabilidade e de respeito à identidade histórica, cultural, económica e social da comunidade onde se insere. Como afirmam os seus dinamizadores Leão Lopes e Maria Estrela, trata-se de um projecto de desenvolvimento turístico que parte das bases e está fortemente assente na criatividade, na busca permanente de soluções inovadoras. Apenas a posteriori surge a necessidade de teorizar, aparecendo então a Economia Solidária como estratégia fundamental para promover o desenvolvimento comunitário, através de uma postura ética de igualdade de oportunidades e de promoção da capacidade empreendedora local.

Ao integrar-se num projecto global de desenvolvimento, este conceito de turismo não pode deixar de se articular com os outros sectores da região, como a educação, a iniciativa privada, a cultura, a história, o ambiente, etc., minimizando, deste modo, os impactos negativos de iniciativas exógenas de maior porte que inibem a criatividade e o empreendedorismo local (Lopes, 2007). A participação e responsabilidade colectiva da comunidade garantem ainda um controle sobre os retornos da actividade turística que assim ficam, em grande parte, na comunidade.

Neste projecto, é frisado que o conceito de Turismo Solidário adoptado difere daquele veiculado internacionalmente: enquanto este tem a perspectiva do viajante internacional que procura no turismo o prazer solidário de conhecer e participar no desenvolvimento das comunidades que visita, a experiência de Lajedos incide numa óptica sustentável do negócio ou da iniciativa, validando como capital maior a identidade da região ou local, sua cultura e sua capacidade de criar oportunidades de vida digna e de trabalho digno para a sua população. O seu mercado é tanto nacional como internacional, assumindo-se a vocação para o turismo nacional como uma especificidade do projecto (*idem*).

Em termos de estratégia, o Turismo Solidário com base comunitária de Lajedos baseia-se em iniciativas de pequena escala, apoiadas pela assessoria do Atelier Mar, cuja actuação passa pela investigação, gestão, desenvolvimento rural e educação. Tendo por base uma longa ligação à comunidade local e um contínuo trabalho de investigação histórica e cultural, a ONG tem procurado fazer a planificação e o desenvolvimento de produtos turísticos credíveis e sustentáveis a longo prazo. Entre esses produtos destaca-se: o Sítio Museológico de Lajedos, restaurante e esplanada comunitária, dez alojadores privados que consistem em casas de famílias da comunidade, feira mensal de produtos locais, onde se vendem produtos agrícolas, licores, compotas, cerâmica, artesanato, bombons de beterraba, conser-

vas, entre outros, circuitos turísticos diversos, tais como Caminhos da água e trilho de Os flagelados. Finalmente, o projecto valoriza a ligação à região onde se insere a comunidade de Lajedos, o concelho de Porto Novo, constituindo-se como projecto-piloto que visa ser alargado a toda a região, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, uma vez que se entende que este só se realiza com a inserção de outras comunidades vizinhas numa estratégia de desenvolvimento turístico que interessa a toda a ilha de Santo Antão (idem).

7. Reflexões Finais

A teoria e a prática do turismo solidário evidenciam a sua ambição de conceber e promover um outro turismo, em termos de população envolvida, de actividades praticadas, de repartição dos rendimentos, de preservação do ambiente, de modo de governância, de respeito da identidade territorial e cultural, de valorização das potencialidades locais, enfim, um turismo que contribua para o desenvolvimento comunitário. No entanto, o turismo por si só tem um impacto limitado sobre o desenvolvimento comunitário, ele não pode ser feito à margem dos outros sectores do território onde se insere. Como evidencia a experiência de Lajedos, esta ambição só se consubstancia se o turismo solidário de integrar num projecto global de desenvolvimento, articulando-se com os restantes sectores e mesmo com outras abordagens turísticas. A investigação em curso permite-nos concluir que, mediante certas condições, o turismo pode efectivamente dinamizar inúmeras práticas de comunicação e inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

Bibliografia

- AMARO, Rogério (2007). Seminário de Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas, apontamentos de sessões presenciais do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária. Lisboa, ISCTE.
- AMBLÈS, Anne (2002). *Tourisme ou tourisme?* “Courriel d’information ATTAC”, n.º 297. (http://www.fsa.ulval.ca/personnel/vernag/eh/F/cause/lectures/tourisme_ou_tourisme.htm, 23/04/2008)
- BRITO, Brígida (2002). O turista e o viajante: contributo para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In “Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos”. Oeiras, Celta Editora.
- CAIRE, Gilles (2005). *Tourisme solidaire, capacités et développement socialement durable*. Paris: 5e Conférence internationale sur l’approche des Capacités. (<http://www.capacityapproach.com/pubs/308CAIRE.pdf>, 19/02/2008)
- CORIOLO, Luzia Neide; ALMEIDA, Humberto Marinho (2007). O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. “*Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*”, vol. XI, n.º 245 (57). Barcelona: Universidad de Barcelona. (<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24557.htm>, 17/03/2008)
- DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick (1997). Jalons pour une clarification des débats sur l’économie sociale. “*Dialogue*”, n.º 2 Luxembourg: ADA (Appui au Développement Autonome). (<http://www.globenet.org/horizon-local/ada/9721.html>, 27/02/2008)

- ESTRELA, Maria Miguel (2007) - Turismo Solidário e Desenvolvimento - Relatório Intercalar II e III. Documento disponibilizado pela autora (não publicado). Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- FAVREAU, Louis; FRECHETTE, Lucie (2002). Mondialisation, économie sociale, développement local et solidarité internationale. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- FRANÇA, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis (2004). A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- FRANÇA, Genauto Carvalho (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. "Bahia Análise & Dados", vol. 12, nº. 1, pp. 9-19. Salvador, SEI.
- LAURENT, Alain (2003). Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable. Toulouse, Ministère des Affaires étrangères. (<http://www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm>, 28/12/2007)
- LAVILLE, Jean-Louis et al (2000). Terceiro Sistema: uma definição europeia. In "As empresas e organizações do terceiro sistema – um desafio estratégico para o emprego". Lisboa, INSCOOP.
- LOPES, Leão (2007). Turismo Solidário com base comunitário: A experiência de Lajedos. Documento disponibilizado pelo autor (não publicado). Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- UNAT (2002). D'autres voyages, du tourisme à l'échange. Paris, UNAT.

Antimodelos y autodecisión en las formas de desarrollo. Un enfoque del sector turístico desde la perspectiva de la oferta

Xavier Muñoz i Torrent (Geógrafo, máster en Gestión Pública, Presidente de la Asociación Caué, Amigos de São Tomé e Príncipe)

I. Desarrollo y modelos turísticos

Los modelos de desarrollo aplicados durante años a los países menos avanzados han sido los que impone la demanda. Esto se ha puesto de relieve en un crecimiento basado en dar extrema especialización a la estructura económica de esos países y, por tanto, en acrecentar su relación de dependencia de un centro de poder extraterritorial, generando vínculos jerárquicos, mercados cautivos y de provisión única, dificultando incluso el establecimiento de relaciones normales con países o territorios limítrofes. Eso sucede hasta el punto de situar el centro o los centros de decisión a millares de kilómetros del territorio donde se produce la actividad y, por tanto, a supeditar cada vez más la producción de bienes y servicios a las necesidades de ese centro y no a atender las necesidades más básicas de la comunidad local. Se trata principalmente de proyectos explotación poco generativos, modelos de desarrollo que persiguen la máxima rentabilidad de las inversiones, sea cual fuere el efecto sobre el territorio en el que se ponen en marcha, y por tanto, hacen escaso énfasis en aspectos importantes para el lugar, como el respeto al medio o el derecho colectivo o individual de sus moradores en factores tan relevantes para la comunidad como la vivienda o el propio sustento básico¹.

Esto también se ha trasladado al desarrollo de la industria turística imponiendo formas de explotación que se fundan en gustos estandarizados, en actividades que banalizan el producto y que afectan decisivamente tanto a la transformación del paisaje como a la cultura local o a la oferta a largo plazo, y que poca relación tienen con las posibilidades y los intereses de desarrollo de los territorios donde aquéllos se reproducen. Son modelos de explotación extensiva del espacio, que generalmente poco o nada tienen que ver con un desarrollo sostenible del territorio, ni desde el punto de vista ecológico ni desde el punto de vista social; ni tampoco con la retención de las rentas en el territorio, aunque sea en forma de inversiones en infraestructuras o servicios básicos, que a la larga se amortizan sobradamente.

¹ En el trasfondo de la cuestión está la identificación de las formas de globalización con la extensión del modelo de economía-mundo y con las formas de imperialismo más o menos sofisticadas.

En países o territorios considerados nuevos destinos, como los del África Ecuatorial, donde inicialmente hay pocos recursos humanos especializados y formados en el sector (no sólo para la atención directa de los clientes, sino también en la organización de los productos y de las políticas turísticas), la introducción de estándares globalizados supone incluso la importación de esos recursos humanos y, por tanto, la subordinación, al menos, de una generación de profesionales a la dirección, mandato e imposición de patrones de comportamiento ajenos a las formas de atención propias del país, a otro estilo de atender al visitante, a otro tempo, a otra ética profesional. En general, y los que venimos de países del sur de Europa lo vivimos anteriormente, se experimenta la imposición de unas normas de servicio ajustadas a un estándar que se percibe como superior, perfecto e incuestionado, cuando no necesariamente lo es, y cuando necesariamente no incorpora rasgos propios de la hospitalidad local que lo enriquecerían y permitirían marcar su diferencia.

Me refiero a fórmulas que procuran una alta y rápida rentabilidad del capital invertido (principalmente externo) y que van indiscutiblemente ligadas a la minimización de los costes de puesta en marcha y de explotación, ya sea los referidos a la construcción de las infraestructuras necesarias o a la contratación de los recursos humanos de acuerdo con el modelo predefinido. Se presupone, muchas veces erróneamente, la escasez o inexistencia de ambos recursos y por tanto la generación casi desde cero de toda la organización del negocio. Se parte de la base de tratarse de mercados nuevos, remotos, desconocidos para el gran público, consiguientemente difíciles y arriesgados en la implantación inicial, pero en los que se pone de manifiesto las ventajas para el inversor o bien de ser el primero, o bien incluso de ser el único, estableciéndose en ese sentido redes clientelares tendentes a acaparar el mercado y a crear una situación casi monopolística.

Con frecuencia para esos inversores resulta mucho más ventajoso al corto plazo, en términos de coste, construir de nuevo sobre emplazamientos generosos en paisaje (playas, por ejemplo) o aprovechar oportunidades ligadas a otros negocios (por ejemplo proximidad a instituciones públicas del país, que permitan, por ejemplo la diversificación del abanico de clientes), que restaurar o aprovechar infraestructuras anteriores, quizás no tan bien situadas. Eso supone, como veremos, la inducción a unos patrones que no reparan en el gasto de territorio y, por consiguiente, en la modificación de escenarios hasta ahora intactos². Por contra, la restauración de patrimonio, sólo se efectúa en el caso que coincida

2 *El gasto de territorio supone crear nuevos emplazamientos, por delante de aprovechar los antiguos, con unos accesos poco basados en el transporte colectivo y por tanto productores de nuevos flujos de movilidad cotidiana y, a la postre, también de un efecto de concentración de infraestructuras a lo largo del itinerario y desde aquél, generando un crecimiento tipo "mancha de aceite", lo que los anglosajones llaman sprawl. El impacto sobre el territorio puede ser determinante si el emplazamiento es nuevo y si se halla lejos de centros urbanos o centros ya existentes.*

necesariamente con la localización deseada y si no hay condiciones estrictas para su adaptación al modelo que se desea implantar³.

Esos modelos se suelen identificar además con la exclusividad de acceso a los establecimientos turísticos, hasta el punto de cerrar esos espacios, de establecer, en aras a una suelta garantía de seguridad, muros o fronteras frente la población local, provocando separación; que incluso se traslada a la reducción o control de las relaciones de los clientes con otros operadores o con la población local durante toda su estancia. Consecuentemente, se trata también de formas de apropiación y de segregación del espacio y de direccionamiento del consumo. En este sentido desde los años 90 hasta nuestros días, la geografía africana ha venido manchándose de resorts exclusivos, prácticamente cerrados a todo aquel que no sea cliente o personal de la empresa, guardando expresamente poca relación con el exterior, para además hacerse cada vez más evidentes, escandalosamente evidentes, las diferencias entre el espacio interior del resort, tremendamente estándar, y la vida exterior, la real del país, la diferente; para mí la más interesante para la diferenciación del objeto turístico⁴.

Esa apropiación es tanto más grande cuando más acusada es la distancia entre clases sociales, porque de ello depende el uso del establecimiento que acaso puedan hacer como clientes, circunstancia reservada generalmente para unos pocos nativos.

Paralelamente, ese modelo se ha podido acompañar a la inversión de capital interno y a la concentración de nuevas actividades económicas e infraestructuras alrededor de los centros principales, normalmente de categoría más baja, pero usando a la sazón las mismas formas de implantación extensiva en el territorio y, por tanto, ampliando también sus efectos, o, lo que es peor, empleando muy frecuentemente versiones baratas, *low cost*, malas copias del original que pueden incidir negativamente sobre el territorio y la calidad de la oferta.

En ausencia de regulación urbanística (normalmente de promulgación posterior a la evidencia de efectos negativos del *laissez faire*⁵), la difusión de este tipo de turismo supone

- 3 *La recuperación de patrimonio supone casi siempre la introducción de costes adicionales a los proyectos, relacionados con la adaptación de las infraestructuras a los nuevos usos y a las necesidades del nuevo negocio (no siempre en línea con las políticas públicas) y con la observancia de las condiciones necesarias la preservación del original. Además, cuando se trata de edificaciones que se hallan en lugares poblados (como en el caso de la mayoría de las plantaciones de São Tomé e Príncipe), la recuperación puede comportar la absorción de recursos humanos preexistentes y por tanto una inversión en desarrollo social que se entiende en todo caso como añadida. Para el inversor será preferible siempre rehuir esos lugares, a menos que sea el anterior propietario o la Administración pública quienes asuman esos costes adicionales o sean compensados de alguna forma.*
- 4 *La exclusividad también puede tener la intencionalidad de control o retención del cliente, con la intención de incrementar el consumo dentro del resort y, por tanto, los beneficios originados por servicios complementarios, a precios evidentemente superiores.*
- 5 *La ausencia de legislación urbanística clara (o un nivel bajo de aplicación o control) es una ventaja evidente para el capital, ya que supone también en la práctica la inexistencia de limitaciones a la expansión física sobre el territorio e, incluso, en ausencia de cánones de estilo, a la proliferación de establecimientos muy poco respetuosos, como edificios de estética poco acorde con el paisaje, que desdibujan una desorganización urbanística (un caos consentido), que a la postre será muy difícil corregir.*

un incremento añadido del gasto territorial y por tanto, a medio y largo plazo, la implantación de una forma de crecimiento poco o nada sostenible desde una perspectiva social⁶. Se trata pues de considerar también la existencia de una oferta incipiente, anterior o paralela al estilo marcado por las multinacionales del sector, mucho más acorde con un ritmo de crecimiento más adecuado a las posibilidades reales del país.

De hecho, la implantación de esos modelos enfocados al desarrollo económico (principalmente a los intereses del capital) escasamente acostumbra a enfatizar como objetivos principales el contenido del territorio (las personas), ni tampoco las relaciones sociales, suponiendo en todos los casos la introducción de patrones culturales ajenos, que pueden contrastar fuertemente con los propios, hasta el extremo de incidir sobre la ética social, permitiendo comportamientos que nunca antes se habrían consentido aquellas comunidades ni que tampoco se aceptarían en otros lugares. La introducción de esos modelos supone, en todos los casos, una modificación cultural, repercutiendo notablemente en la transformación de los valores hasta ahora aceptados y creando, por ejemplo, contradicciones entre lo que se trata de inculcar en casa o en la escuela y lo que impera en realidad en lo cotidiano; un contraste que en nuestros días hace muy difícil la tarea de los educadores y que afecta decisivamente a las actitudes y comportamientos de los ciudadanos.

Este es el modelo que, a grandes trazos, se ha venido a denominar el turismo industrial o turismo de masas que se identifica con la oferta de paquetes baratos en aras a la creación de una masa crítica suficiente para asegurar la viabilidad económica del negocio. El resultado que se acostumbra a obtener consiste en la generación de productos turísticos poco o nada diferenciados de los que ya existen en otros lugares del mundo con playas bonitas, haciendo poco énfasis en la valoración de lo realmente diferencial.

De hecho, la sensación para quienes nos hemos puesto a tomar el sol en las magníficas playas, por ejemplo, del Ilhéu das Rolas, en São Tomé, es la misma que tendríamos en cualquier playa del Caribe o del Índico (si no fuera quizás por la exuberancia de un panorama de fondo singular, con los “cães” y morros⁷). A la vista de nuestras fotos ninguno de nuestros amigos en Europa identificaría el lugar ni tan siquiera con África. Y eso debería preocupar, puesto que se pone de manifiesto la construcción de productos turísticos que no generan marca y por tanto redundan en el concepto y en el valor dado al lugar, a la escena y al servicio y, a la postre, a la imagen del país.

6 *Los modelos extensivos incorporan además otros elementos que incrementan todavía más ese gasto de territorio, como la expansión horizontal de la urbanización y la implantación de actividades altamente lesivas como los campos de golf o determinados tipos de parques de ocio (acuáticos, de atracciones), cuando no la proliferación de edificaciones descontroladas que atentan incluso contra la estética más elemental y que la mayoría de las veces no atienden las necesidades más básicas de saneamiento urbano.*

7 *Formas excepcionales del relieve volcánico de las islas de la diagonal del Monte Camerún, especialmente visibles en São Tomé y Príncipe. Cão = torre de penedo (pt) o aguja basáltica (es); Morro = montaña o peñasco de origen volcánico con perfil redondeado, suavizado por la erosión.*

Todo eso aporta, a mi modo de ver, todas las ventajas para el inversor, para la rentabilidad del capital que aplica una copia de un modelo probado; también para el tipo cliente que se siente cómodo con esa fórmula de turismo, que quizás se siente seguro aceptando un modelo estándar; pero, sin embargo, es a todas luces poco ventajoso para el país, para el desarrollo de la comunidad local e incluso para la difusión del conocimiento de su existencia, y juzgo también que para el cliente, para el cual lo visto y aprehendido en lugares clónicos como los propuestos por el turismo de masas poco redundante en enriquecer su conocimiento.

Por todo ello desde el análisis social o territorial es muy difícil situarse al margen de la crítica a esos modelos, ni tan siquiera desde el propio enfoque capitalista, al que, con toda certeza, también beneficia al corto plazo el establecimiento de un producto diferenciado y de calidad, que, *per se*, afecta a la responsabilidad corporativa de los negocios y puede redundar a su vez, en la mejora de la calidad de vida de la población local y en la imagen de la propia empresa. No necesariamente los intereses públicos y privados presentan posiciones yuxtapuestas y enconadamente enfrentadas. Hay espacio para el encaje y la cooperación. Como diríamos en clave de la Teoría de Juegos, hay espacio para una solución en el ganar-ganar, en el establecimiento de relaciones cooperativas⁸. Con todo, resulta difícil pensar que un enfoque desde la demanda no subvierta, por poco que sea, los conceptos originales y nos merezca, por tanto, más confianza que los planteados desde el propio territorio.

Actuando como abogados del diablo, podemos constatar como el turismo industrial, basado en la Triple S (en inglés, *Sand, Sun & Sex*, arena, sol y sexo) y en la aplicación/imposición de un modelo estandarizado, permite, por el lado positivo:

- La creación de masa crítica suficiente para la atracción de inversiones extranjeras y nacionales, en la difusión de un modelo de turismo extensivo y de masas.
- Y por tanto la atracción de nuevos visitantes (nuevos consumidores).
- La generación de nueva demanda y de nueva actividad económica
- La generación de nuevos puestos de trabajo, directos e indirectos, principalmente

8 *En los últimos años se han extendido nuevos conceptos de turismo desde la perspectiva de la demanda, ligadas a las corrientes conscientes de la aldea global. Una de ellas es el denominado turismo responsable, por el cual se entiende aquél que (1) minimiza los impactos económicos, ambientales y sociales negativos; (2) genera mayores beneficios económicos para la comunidad local y realza la calidad de vida en el territorio, mejora las condiciones de trabajo y de acceso al sector; (3) integra a la población local en decisiones que afectan a sus vidas y retos y oportunidades de futuro de vida local; (4) hace contribuciones positivas a la conservación del patrimonio natural y cultural, al mantenimiento de la diversidad; (5) facilita experiencias más agradables e interesantes para los turistas a través de la interacción con la comunidad local y una mayor comprensión de los aspectos culturales, sociales y ambientales locales; (6) facilita incluso el acceso a personas con dificultades físicas de movilidad, y (7) es culturalmente sensible, genera respeto entre turistas y anfitriones y constituye orgullo y confianza para los locales. Ver The Cape Town Declaration in Responsible Tourism in Destinations, 2002. Para más información, se puede consultar la web del International Centre for Responsible Tourism, de la Leeds Metropolitan University: <http://www.icrtourism.org>. A pesar de todas sus bondades, se trata también de visiones desde la demanda, que son seguidas minoritariamente y muchas veces usadas como elemento de marketing vacuo.*

de carácter dependiente.

- La formación profesional relacionada con los puestos de trabajo creados.
- La generación de una oferta incipiente, complementaria y dependiente de la gran empresa.
- La obligatoriedad incluso de inversiones en obras públicas en accesos y elementos de la movilidad cotidiana.
- Implica también la importación de protocolos hechos (probados) de desarrollo de negocios.
- Y el aumento de información estratégica sobre el sector y en general sobre el funcionamiento de los mercados. Por ósmosis, introducción del pensamiento estratégico a la planificación de políticas públicas.

Sin embargo el otro lado de la balanza el modelo de explotación del turismo de masas supone:

- Establecimiento de una relación de dependencia del operador turístico. Dependencia en la comercialización del producto en los mercados masivos.
- Gasto en territorio y destrucción de parajes naturales. Modificación intensiva el paisaje. Aumento de la movilidad.
- Desarrollo a un tempo descompasado con las necesidades de evolución del país, con lo que se solapan diferentes sistemas de producción, a veces totalmente contradictorios y extremos.
- Generación de espacios exclusivos a costa de la restricción del acceso, incluso físico.
- Imposición de patrones de relación exportados y menoscabo de los usos y tradiciones locales. Visión etnocéntrica y abundancia en unas formas que evocan pasados colonialistas, incluso incrementados.
- Alteración de la ética local, introducción de patrones de comportamiento ajenos al territorio.
- Poca o baja valoración de la riqueza humana y cultural del país.
- Escaso aprovechamiento del patrimonio arquitectónico preexistente.
- Generación de economías de escala y de aglomeración, por parte de la inversión nacional: generación de versiones de peor calidad del modelo importado.
- Modelos insostenibles al medio plazo.
- Exportación del valor añadido, repercusión ínfima en las rentas locales.
- Generación principalmente de trabajo dependiente, con salarios bajos, que repercuten positivamente en la generación del margen de beneficios de la gran empresa. Muy frecuentemente se trata de uno de los factores clave del interés del negocio.
- Generación a base de excepcionalidades urbanísticas (o de transgresión urbanísti-

- ca). Probable configuración desordenada del paisaje urbano.
- Enfoque a lo privado, el interés público no es una prioridad.
- Carga al medio plazo para la inversión pública en todo lo relativo a movilidad, saneamiento, servicios básicos y seguridad y a su mantenimiento.

A pesar todo ello, cabe reconocer que, para el caso de los nuevos destinos, hay una importante ventaja: se puede aprender de otros ejemplos de la aplicación de estos modelos en otros lugares del mundo. Por tanto, se está a tiempo de determinar decisiones públicas que eviten las perversiones de estos modelos. Se puede aprender de los errores de otros para generar modelos alternativos o modelos totalmente diferentes. Lo que prefiero llamar antimodelos, patrones propios de desarrollo, aprovechando el conocimiento local y sopesando los efectos de la experiencia ajena, dirigidos a alcanzar objetivos propios, la solución a los problemas locales, e incluso generar una vía a la competitividad en éste y otros sectores de la actividad humana del país.

CONTRASTE DE MODELOS	
Margen para la decisión pública DEMANDA	Equilibrio? = Convivencia de modelos? OFERTA
Turismo Industrial, de masas Sand + Sun + Sex (Triple S)	Ecoturismo, Turismo Cultural Paisaje + Cultura + Personas
Banalidad, clones? Estandarización Capitales exteriores	Valores diferenciales, únicos Los detalles son importantes Autogeneración - capitales propios
Rentabilidad al exterior fuga del valor añadido Turismo masivo / Paquetes turístico Precios bajos - oportunidades Generación de trabajo asalariado Tendencias monopolísticas Techo ilimitado = "Gasto de territorio" Territorios exclusivos	Rentabilidad al interior retención del valor añadido Turismo selecto Precios altos Generación de negocios propios Concurrencia, competencia, diversificación Capacidad de carga limitada Territorios abiertos
Un tipo de nueva lucha de clases?	

2. El antimodelo

Ante esa realidad, se propone otra perspectiva del desarrollo basada principalmente en la formación de la oferta, un antimodelo necesariamente ligado a la propia decisión. Una decisión que es posible y que está relacionada con el ejercicio fundamental de la soberanía política, que debe girar en torno a la formación de esa oferta, entendida como un acto de propia iniciativa, creativa, inteligente, basada en el enaltecimiento de los factores diferenciales y en el establecimiento de criterios infranqueables, en el que habrá de pesar la incorporación de conocimiento estratégico, la diversificación, la participación de los agentes interesados, la reflexión sobre el contenido y sobre los diferentes efectos fruto de decisiones alternativas, y muy especialmente la ética de la buena gobernanza enfocada a la cosa pública, a la comunidad. A ese modelo puede identificarse principalmente una visión responsable desde lo local, que procura por la sostenibilidad social y territorial y, en el sector turístico, por enfoques alternativos al modelo de turismo de masas.

Esta es la vía más difícil, porque entraña un ejercicio intelectual que incorpora la generación de decisiones participadas y, por tanto, de corresponsabilidad y lo es en y desde el territorio, esto es desde la escala humana, y es en esa escala donde los procesos se tornan complejos, donde no hay lugar para la simplificación. Sin embargo, a largo plazo, es más ventajosa cuando lo que está en juego es el patrimonio colectivo, la calidad de vida de los ciudadanos que allí viven y la sostenibilidad del proyecto económico. De hecho se trata de regular los criterios fundamentales de la política de inversiones, que debe tener como objetivo principal el desarrollo humano de la comunidad local. Sobre este antimodelo la decisión más importante a tomar es precisamente decidir si se plantea o no, es decir, si se deja el mercado en total libertad, dependiendo de la demanda (inversiones) o si, por el contrario se plantea una acción consistente en la definición del modelo propio, aparejada a una regulación específica de la legalidad i de su aplicación.

De hecho se supone, de entrada lo siguiente:

- Ya se ha implementado una serie de formas de negocio en el sector que no son únicas, sino variadas. La forma principal es la determinada por el volumen de las inversiones, la que en teoría ha de suponer un aumento cuantitativamente sustancial de clientes, y por tanto por el incremento del nivel de facturación. Por capacidad de alojamiento, el modelo mayoritario es el de masas o industrial, relacionado con las playas y los modelos estándares. Pero esta forma no es la única, sino que se añade a otras formas de explotación preexistentes basadas en negocios anteriores, quizás arcaicos pero válidos, fundamentados en una atracción minoritaria o relacionada con otras actividades en las cuales el turismo era complementario u ocasional (es el momento de preguntarse por lo anterior, cuál fue su papel y en qué medida debe

mejorarse, en pro de la calidad del servicio y en pro del desarrollo de los lugares donde se realiza.

- La experiencia previa permite calibrar efectos sobre el territorio y la sociedad, en determinados momentos del año.
- No cabe preguntarse ya sobre si se desea o no el desarrollo turístico, puesto que ya existe. Lo que importará dirimir es cuál es la vía por la que los beneficios económicos sobre la comunidad se maximizan, y que a la vez repercuta lo menos negativo posible sobre el ambiente: de cómo las inversiones privadas pueden coincidir con el favorecimiento de la evolución de la calidad de vida de los ciudadanos, entre otras cosas también su capacidad para emprender actividades económicas que redunden sobre el alcance de mayor autonomía para la decisión nacional, que necesariamente concierne al interés público y no sólo a la viabilidad de los negocios privados.

En el análisis de ese contexto se dirime la capacidad real para poder plantear un modelo de oferta, que enfatice los aspectos diferenciales. Se debe partir de la idea que la capacidad de influencia y el margen de actuación de las administraciones nacionales sobre los modelos son en todo momento muy altos desde muchas perspectivas, especialmente desde la potestad legislativa que detentan los poderes públicos para regular las actividades humanas. Y, a veces, muy frecuentemente, eso no se contempla o no se llega a percibir así, por muchos motivos, entre otros la pervivencia de sistemas paternalistas o una visión extremadamente acomplejada de las capacidades propias, por no entrar en considerar otras razones alejadas de un ejercicio ético.

De hecho frente a las ideas, los obstáculos económicos siempre quedan en un segundo plano en la definición del modelo propio. Sin embargo son necesarias voluntades decididas y capacidad profesional para resolverlos en la dirección de los objetivos deseados, hacia la generación de bienes públicos. Lo público, lo comunitario es ahora la prioridad. La opción principal, por tanto, en ejercicio de la soberanía, recae siempre en la buena gobernanza de los responsables políticos, esto es, en su voluntad y en su *savoir-faire* en el impulso de un modelo diferenciado. Se precisan, por tanto, líderes públicos comprometidos, íntegros y capaces⁹.

Los responsables de las políticas deben poderse hacer abiertamente preguntas sobre el desarrollo de modelos (los impuestos y sobre los que también se tenga conocimiento), especialmente sobre si son o no deseables, si encajan o no con aquello que se espera, que

⁹ *A aplicar la Teoría de Líderes, esto es, no interesa lo que el líder gane individualmente (amplio margen de maniobra), si es democrático y transparente (por tanto sometido al escrutinio de los poderes legislativo y judicial, y revocable) y si es capaz de conseguir el bien público para alcanzar la máxima calidad de vida de los ciudadanos. En caso contrario se entiende que se atiende a otros intereses distintos al bien público y por tanto podría considerarse como una traición a los objetivos del Estado.*

se necesita o que se demanda por parte de la población o de los clientes habituales. Si esas resuelven problemas o si proyectan futuros posibilistas. También sobre si hay condiciones, sobre el mismo planteamiento de las preguntas, sobre la propia capacidad de poder ver más allá del presente en cuanto a los efectos. La primera pregunta que nos podemos hacer es si hay la suficiente conciencia ambiental sobre ese tipo de desarrollo o si tan solo se es capaz de reconocer cantos de sirenas, que acaban por atrapar totalmente a los patrones de la nave.

En todo esto podemos además destacar algunos elementos principales:

- Conciencia del diseño de políticas públicas e imperio de la legalidad. El Estado puede y debe al menos generar criterios de desarrollo, que incluyan límites infranqueables a la actividad económica. Eso significa, por un lado, prioridad a la resolución de los problemas de comunidad, mantenimiento de la cultura propia y conservación del patrimonio cultural y ambiental, que debe regularse por instrumentos normativos, principalmente ligados al desarrollo de la regulación urbanística básica y a la planificación del territorio. El imperio de la legalidad conlleva necesariamente mecanismos que regulen, exijan y faciliten su estricto cumplimiento.
- Al establecimiento de marcos legales debe anteceder un ejercicio de planificación estratégica basado en el conocimiento, que permita valorar en su justo término los factores diferenciales (para emplearlos, por ejemplo, en el desarrollo de las políticas turísticas) y sopesar todos los factores de atracción. De ahí la importancia de la generación y mantenimiento de organismos de observación y estudio, que permitan disponer de conocimiento estratégico para la toma de decisiones, que permita valorar alternativas posibles y hacer incluso simulaciones de lo que puede acontecer y que facilite esbozar los tipos de escenario deseados, así como el tipo de cliente.
- La valoración de la cultura que vincula la comunidad con el territorio es un elemento clave para redescubrir capacidades de esa comunidad por ella misma en cuanto a la competitividad en su actividad económica, en función precisamente de elementos diferenciales y de fomento de la creatividad y la innovación. La base de la oferta se construye precisamente con esos factores diferenciales, sobre los que se debe tener conciencia de su valor real (interno y externo). Es preciso el establecimiento de un catálogo de esos factores diferenciales, que permita a la postre utilizarlos en la definición de la oferta.

Podemos destacar:

- Excepcionalidades del patrimonio natural y paisajístico (en São Tomé e Príncipe, todos los elementos diferenciales del Parque Natural del Obô, así como de los mo-

delos agrícolas. También la riqueza marina y submarina: avistamiento de cetáceos, tortugas, paisajes submarinos incólumes, etc).

- Excepcionalidades del paisaje urbano y del patrimonio histórico (en STP: estructura colonial, arquitectura de las plantaciones).
- Los elementos nucleares en la red cultural y en las tradiciones (en STP: cultura de plantación, núcleo negrero, composición social, ...).
- Manifestaciones culturales participativas (en STP: Bulawé, Tchiloli, auto de Floripes, Danço Congo, Djambi, baile en los fundãos, fiestas populares, etc...).
- Riqueza gastronómica.
- Otros elementos destacables: museos, jardines botánicos, archivos, teatros, espacios artísticos, exposiciones, etc ...
- Mercados, otros centros de relación social..., etc
- Las características propias de la gente: hospitalidad, conversación, posibilidad de convivencia abierta con las comunidades, etc...

Bases del antimodelo

Generación de la oferta

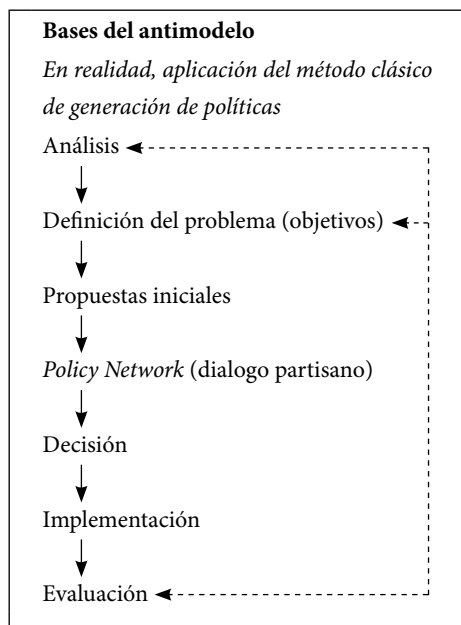
- Voluntad y capacidad
- Información y conocimiento
- Valorización de los factores diferenciales
- Participación de los agentes => Visiones
- Diseño de las políticas => Criterios
- Legalidad y cumplimiento
- Ordenamiento urbanístico y territorial
- Formación de los recursos humanos
- Creación de negocios nacionales
- ▼ • Evaluación de las políticas y mejora continua

- Para ello es imprescindible el conocimiento sobre el territorio, pero también el conocimiento sobre los mercados externos para cada uno de los sectores que interesen el proyecto de desarrollo. Se trata de avanzar sobre la observación de lo que está sucediendo en el territorio, pero también sobre la experiencia ajena, especialmente sobre lo que funcionó mal y que no se desea que suceda en nuestra comunidad. Aprender de los errores de los otros y también de las buenas prácticas. Es preciso también identificar a los actores externos que inciden sobre el desarrollo

del modelo local y sobre el grado de sensibilización respecto de la sostenibilidad del territorio. El contraste con las experiencias externas también da idea sobre las posibilidades de diversificación de los mercados, factor clave para evitar la dependencia y las tendencias monopolísticas.

- También es necesario el desarrollo de una política de formación de los recursos humanos, sin desechar para nada el conocimiento propio y la valoración de los elementos culturales diferenciadores del país. No se trata de trasladar miméticamente los modelos de otros lugares, sino de generar el propio modelo de formación también en función de los factores diferenciales. Respecto del turismo es imprescindible siempre la provisión de un centro o centros que permitan impartir programas formativos esenciales, enfocados al empleo inmediato y al reciclaje del personal, en paralelo al establecimiento de programas largos encauzados en la educación secundaria o superior.
- Íntimamente ligada a esa formación está la introducción de nuevas actitudes hacia la generación de actividad económica. El sistema debe promover y facilitar la creación de pequeñas y medianas empresas de iniciativa nacional, el acceso a la industria, al conocimiento y a la tecnología más moderna.
- En realidad, estamos hablando de un proyecto basado principalmente en las personas y en la comunidad que ellas forman. Los proyectos colectivos no son posibles si no hay una identificación de las personas con sus objetivos. Por tanto, en todo esto es necesario siempre tener en cuenta la participación de las personas, la opinión que puedan tener sobre la implementación de las políticas. Las políticas más efectivas han sido aquellas que han incorporado a la toma de decisión al máximo de actores, de personas interesadas, y las han hecho copartícipes (y también responsables) de las decisiones¹⁰.
- Y finalmente para que surta efecto, el modelo propio debe constituir el eje principal de la planificación del marketing de la política, basándolo en la evaluación y seguimiento de los resultados como fórmula inequívoca de transparencia enfocada a la mejora de los procesos y del impacto sobre la comunidad local, así como a la divulgación sobre su realidad.

¹⁰ Es interesante cotejar al respecto el estudio que está desarrollando la ambientóloga Mireia Boya i Busquet, en torno a las percepciones sobre el concepto de bosque en São Tomé e Príncipe Obô y su importancia en la obtención de los efectos deseados por las políticas de preservación de la naturaleza, así como sobre su utilización en las formas de desarrollo económico y social en aquellas islas. Una parte de las conclusiones de sus trabajos se plasmaron en la comunicación “¿Integrar conservación y desarrollo? Usos y representaciones sociales de la naturaleza en el Parque Natural Obô de São Tomé e Príncipe”, presentada en el VI Congreso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico. *Africa, puentes, conexiones e intercambios, Las Palmas (Gran Canaria), mayo de 2008. Obô (st) = bosque cerrado, selva, mato (pt).*



La participación y la corresponsabilidad en la definición y impulso de modelos propios conlleva la adquisición de confianza en su aplicación y la activación de un proceso autogenerativo basado en la satisfacción y el orgullo por crear cosas propias y diferentes, únicas, que a la postre van a ser valoradas por los clientes. Activar ese tipo de proceso permite pensar en efectos multiplicadores a corto y medio plazo, aunque sea por mero mimetismo.

Si nos fijamos estamos en realidad esbozando el proceso de un proyecto político desde la más pura metodología de la gestión pública, y lo hacemos además desde un enfoque social y enfocado a la búsqueda de la excelencia del concepto turístico.

Las políticas de desarrollo no se pueden decidir desde fuera, deben ser creadas por los propios santomenses (con la ayuda de quien sea) pero la decisión y el proceso de decisión deben ser propios, debe generar una autodecisión y por tanto co-responsabilidad de todos los actores implicados.

3.A modo de conclusión

El establecimiento de modelos propios en los países menos avanzados es posible y, además, necesario, por cuanto se trata de un proceso que persigue la determinación de un eje de desarrollo endógeno y, por tanto, la provisión de un bien público. Eso es aplicable a

los modelos turísticos como a los de cualquier otro sector de la actividad económica.

Hay margen para la autodecisión en todo momento. Ante la presencia de movimientos especulativos e imposición de modelos foráneos irresponsables, es preciso ejercer voluntades públicas (como ejercicio de la soberanía nacional) y creer en las propias capacidades, para conocer, crear, diversificar, evaluar y mejorar las condiciones del crecimiento económico sin transgredir la sostenibilidad del territorio. Ese margen se debe hacer desde el compromiso nacional, contando con la participación de todos los actores. Autodecisión es sinónimo también de co-responsabilidad en el desarrollo, es decir de la aceptación de deberes públicos y la creación de una ética social enfocada a la generación de calidad de vida para toda la comunidad.

La autodecisión no depende de la dimensión del Estado o la comunidad. Los márgenes para ejercerla dependen principalmente de la voluntad, capacidad, coherencia, firmeza y habilidad de sus gobernantes ante las negociaciones externas. No se debe renunciar a la negociación prematuramente. De las situaciones tipo David versus Goliat, el pequeño acostumbra a salir mejor parado por poco que sepa jugar bien sus cartas en la realpolitik, especialmente si se tiene en cuenta que hay interés económico que puede constituir una cierta demanda inelástica por parte del capital privado¹¹. Se trata de conocer en todo caso cuáles son esas cartas; por tanto un ejercicio de autorreconocimiento, de autoobservación y de valoración de los factores-clave en la propia realidad.

El dinero, aunque ayuda, no es el único recurso, ni el único determinante. El capital puede llegar a autogenerarse. Las necesidades de financiación externa pueden modularse y pensarse siempre como créditos al crecimiento que se amortizarán. Nunca debe supeditarse el modelo desarrollo propio (los criterios infranqueables, la legalidad) a la imposición externa ni mucho menos a la especulación. La introducción de alternativas desde la oferta propia puede y debe impulsar una reflexión en la demanda, de forma que aquella incorpore poco a poco, por puro interés, conceptos basados en la responsabilidad sobre el impacto de la actividad turística sobre el territorio receptor.

Las políticas públicas deben dirigirse al desarrollo humano de la comunidad. El desarrollo económico es apenas un recurso para el desarrollo social. El desarrollo económico debe permitir niveles de competitividad que se basen en el impulso de la innovación y la creatividad de las personas en el territorio, más allá de la aceptación de fórmulas

¹¹ *Sobre negociaciones desiguales entre Estados o poderes existen muchos ejemplos. Para el caso de microestados, ved el artículo de Howard Wriggins, Empieza la subasta. Malta negocia con la Gran Bretaña, Columbia University, 1971, 42 pp. En este artículo se destaca cuánto podía ganar Malta en lo que aparentemente eran unas circunstancias poco prometedoras y cómo llegó a ello mediante la puesta en práctica de unas estrategias de negociación que incluyen la diversificación de los actores en el proceso.*

paternalistas o dependientes de otros centros de decisión. La competitividad se gana con información, conocimiento y formación, base esencial de planteamientos estratégicos.

Hoy en día no son aceptables fórmulas de desarrollo basadas en el concepto simple de cooperación internacional, que es en todo caso un concepto desigual y que se fundamenta en una ayuda de misericordia e interesada, sino que debe relacionarse con los factores de competitividad al máximo nivel. Proyectar la economía sin considerar los máximos reales es aceptar prematura e incondicionalmente la dependencia. Proyectar las políticas públicas con el financiamiento de una cooperación internacional caritativa, en función de los intereses de los donantes o incluso de las capacidades de los funcionarios o de las empresas que las controlan, es abundar en formas de neocolonialismo que pervierten sobremanera los procesos de desarrollo, porque se abunda en el mantenimiento de una evolución desequilibrada¹². En este sentido quizás llegue a ser aconsejable renunciar a las ayudas de la cooperación internacional y fomentar directamente los tratos empresariales diversificados, si se desean relaciones que promuevan realmente el progreso económico y social equitativo y entre partes interesadas, esto es, sin transgresión de la legalidad ni de la ética del territorio, ni de su independencia en la capacidad de decidir y de gestionar sus asuntos públicos.

La buena gestión de las políticas de desarrollo del sector turístico culminará cuando el mercado propio genere también una demanda o forme parte de ella generalizadamente. Los responsables de las economías [por ahora] menos avanzadas se podrán sentir satisfechos cuando sus ciudadanos también puedan ir de vacaciones a otros países. Esa será la prueba del alcance de la equidad.

12 *Desde una perspectiva crítica, hablar hoy en día de desarrollo es hacerlo de un concepto totalmente viciado, cuando éste se utiliza indiscriminada y frívolamente no sólo en la programación de inversiones de alto rendimiento en el corto-medio plazo, sino también en el discurso de los programas de cooperación de agencias públicas. El término desarrollo se ha convertido en un "comodin" en el argot de las agencias nacionales y de las ONG, frecuentemente vacío de contenido. ¿Cómo es posible que cuando nos referimos al III Mundo utilicemos desarrollo como sinónimo de cooperación o ayuda (por tanto identificándolo con incapacidad o falta de rigor, de ciencia o técnica suficiente, con inmadurez, con atraso, ...), y cuando al referimos al Mundo Occidental, al de los países ricos, lo relacionemos automáticamente a conceptos como competitividad, innovación o creatividad? ¿Quizás en el subconsciente de los funcionarios de países donantes o de las empresas inversoras aún subyazca tal etnocentrismo que haga improbable entender la posibilidad que un país africano pueda ser competitivo, innovador o creativo? El efecto es sin duda abundar en la distancia entre ricos y pobres y, como ya vaticinó Gunnar Myrdal [revisad en particular el clásico sobre la evolución del desarrollo: Economic Theory and Underdeveloped Regions, 1957. En él decía que el desarrollo no es un proceso estático y que, por tanto, no es cierto que tan sólo sea cuestión de tiempo que los países menos desarrollados lleguen al mismo estatus que los desarrollados. En realidad, la solidaridad de los países donantes nunca atenderá contra su propio estatus ni irá a peor para ayudar a un país menos desarrollado], ese gap puede ser [intencionadamente] insalvable, especialmente en total ausencia de un modelo económico alternativo al capitalismo, que ya es generalizado y que se basa precisamente en la concentración del capital y en la eliminación de las fronteras al libre comercio. Si es así –y creo no equivocarme–, ¿deberemos inventarnos otro concepto para referirnos a la evolución social o al logro de estándares de calidad de vida? ¿Y no son esos conceptos términos absolutamente relativos? En efecto, el desarrollo puede evocarse a través de otros factores como el de desarrollo humano más ligado al de cohesión social, por delante de una concepción excesivamente referida a los aspectos económicos, o quizás a un determinado y único modelo de estructura o de evolución económica, que se identifica a una determinada escala de valores que no tiene por qué coincidir con la escala de valores de todas las comunidades humanas.*

Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe

Yossene Santiago (Escola Superior Agrária de Coimbra)

Introdução

Neste trabalho pretende analisar-se a forma como o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento rural em São Tomé e Príncipe, mais especificamente nas roças e espaços naturais envolventes. Identificam-se os pontos-chave para uma actuação neste campo e mostra-se como o fomento da actividade ecoturística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, para a diversificação da economia rural, para a revitalização das antigas roças e ainda para a conservação da biodiversidade e dos habitats. A metodologia seguida consiste numa breve caracterização socioeconómica do país e da população rural e no levantamento da oferta ecoturística local a nível das agências de viagens e dos empreendimentos turísticos. Por fim, são sugeridas algumas medidas para um incremento mais efectivo da actividade ecoturística no meio rural e natural de São Tomé e Príncipe.

I. Caracterização Socioeconómica do País e do Mundo Rural

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago de 1.001 km², situado no golfo da Guiné, cuja economia esteve durante séculos confinada à produção agrícola em regime de monocultura até aos anos 90, momento em que se deu início a um conjunto de reformas sociais, políticas e económicas. A distribuição de terras aos antigos trabalhadores assalariados, introduziu uma profunda alteração no sistema produtivo do cacau e do café. O Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPA-DPP) pretendia abranger cerca de 7.000 famílias (cerca de 35 mil pessoas), ou seja, cerca de um quarto da população de São Tomé e Príncipe e metade da população rural. Em termos de áreas, estas pequenas parcelas atribuídas representarão mais de 40% da área agrícola do país (PNUD, 2002).

A economia do arquipélago está assente essencialmente na agricultura, voltada especialmente para a cultura do cacau, que representa 96% das exportações do país. Dados mais recentes (INE, 2008) indicam que agricultura absorve ainda 30% da população activa e que contribui com uma percentagem de 30% para o PIB. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, a pobreza afecta 54% da população, santomense, vivendo 15% em situação de pobreza extrema. A pobreza é um fenómeno essencialmente rural, pois, 65% da população rural vive abaixo do limiar da pobreza.

2. Situação actual do Turismo Rural e Ecoturismo em São Tomé Príncipe

Nos últimos anos tem havido algum esforço para a implementação efectiva do ecoturismo nas roças e espaços naturais de São Tomé e Príncipe. Desses esforços resultaram alguns projectos ecoturísticos em desenvolvimento nas ilhas, nomeadamente a roça S. João, a roça Bombaim, a roça Chamiço, a roça Monte Forte, o Jalé Ecologde e o Jardim Botânico de Bom Sucesso. Na ilha do Príncipe estão em curso actividades ecoturísticas nas roças Belo Monte e Sundy. Não são conhecidos os dados estatísticos quanto a procura ecoturística no país, no entanto, através de uma análise feita aos pacotes oferecidos pelas agências de viagens que operam no país e pelas agências e operadores turísticos estrangeiros que operam com o destino São Tomé e Príncipe, através da análise aos organismos de promoção turística do país e através da análise aos serviços turísticos prestados pelos empreendimentos de turismo localizados em espaços rurais e naturais, verifica-se:

- que o turismo nas roças e espaços naturais tem uma dimensão mínima e uma percentagem pouco significativa na receita turística do país, face ao potencial.
- que não se registam impactos económicos e sociais significativos na vida das populações rurais, pois, na maior parte dos casos, a população local não participa na produção e na prestação dos serviços ecoturísticos, sendo executados por pessoas alóctones.
- um avançado estado de degradação das infraestruturas económicas e sociais das roças que sirvam de recurso para actividade turística;
- a falta de infraestruturas básicas como saneamento do meio, sistemas de abastecimento de água, electricidade, estradas entre outros;
- a falta de uma estratégia dirigida especificamente ao mercado ecoturístico e ao turismo em espaço rural, por parte das entidades promotoras;
- a fraca procura e baixa permanência dos turistas nas roças e empreendimentos em espaços naturais, pois muitos pacotes incluem dormidas de um dia ou visitas apenas a esses locais;
- a falta de infraestruturas adaptadas às actividades turísticas;
- a falta de iniciativas empreendedoras por parte da população endógena, que acaba por ser um elemento neutro dentro do sistema turístico.

Face a tais constrangimentos, as políticas, as estratégias e os projectos do sector turístico devem fundamentar-se em planos integrados com vista a responder satisfatoriamente aos diferentes grupos de interesse em causa.

3. Ecoturismo e Desenvolvimento Rural, Pressupostos

O ecoturismo é uma modalidade turística desenvolvida em espaços rurais e naturais cuja prática pressupõe respeitar uma filosofia baseada nos princípios da sustentabilidade, ou seja proporcionar benefícios económicos, sociais e ambientais às pessoas intervenientes, de forma duradoura e que, em simultâneo, minimizem toda e qualquer forma de impacto negativo dela resultante. Os principais pressupostos do ecoturismo são:

- resultar numa relação de partilha de culturas, vivências e experiências;
- ser uma prática menos espoliativa e agressiva da cultura e do ambiente local do que formas tradicionais de turismo;
- contribuir para a boa gestão, conservação e ainda recuperação dos recursos e do património natural, histórico e cultural.
- a participação activa da população local no desenvolvimento das actividades turísticas;
- incorporar no planeamento dos projectos medidas de prevenção e minimização de impactos negativos que advêm da actividade turística, implementando-as durante o desenvolvimento dos projectos. É fundamental a monitorização das actividades e uma acção rápida, caso haja situações a corrigir.

Face à progressiva degradação do sistema produtivo do cacau e do café, enquanto fontes principais de receita, é urgente encontrar soluções que ajudem a travar a degradação das roças, oferecendo alternativas de desenvolvimento para as populações rurais e que ajudem a erguer a economia do país. O Desenvolvimento Rural é um processo de carácter territorial e multifacetado pois articula diversos sectores e actividades de âmbito económico, social, cultural e ambiental, bem como a participação de pessoas das mais variadas esferas de acção. Tal como o ecoturismo, o processo de desenvolvimento rural deve ir de encontro às necessidades locais e apoiar-se dos recursos endógenos, tais como as pessoas, os recursos naturais, as capacidades e habilidades locais e, ao mesmo tempo, incorporar a componente da inovação e da criatividade.

4. Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Rural

- a) Infraestruturas, Bens e Serviços: tendo em conta que o turismo é uma indústria consumidora de bens, serviços e recursos vindos dos mais variados sectores desde a agricultura, comércio, transportes, comunicações, entre outros, e tendo em conta que o turismo exige que necessariamente haja todo um conjunto de infraestruturas básicas como a água potável, electricidade, redes viárias e saneamento necessárias a esta actividade, pode afirmar-se que o incremento do ecoturismo funcionará indubitavelmente como uma alavanca para a desenvolvimento rural.

- Nesta óptica, a revitalização da economia rural deverá passar pela diversificação do sector produtivo, comportando a actividade principal das roças que é a agricultura, a exploração de recursos florestais, a indústria transformadora e pelo incremento da actividade ecoturística, que inclui um vasto conjunto de serviços tais como o alojamento, a restauração, a animação, a educação ambiental e, por último, mas não menos importante, a conservação do património natural, histórico e cultural local.
- b) **Produtos Certificados:** o ecoturismo é uma actividade que dá preferências aos produtos locais. A diversificação da produção agrícola permite obter um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado. A certificação é um instrumento de protecção e de promoção de produtos com características especiais, podendo tornar-se num trunfo importante para o mundo rural, nomeadamente nas zonas desfavorecidas ou periféricas mediante, por um lado, a melhoria do rendimento dos agricultores e, por outro, a fixação da população rural nessas zonas. Embora conhecidos, são totalmente inexplorados os elementos que diferenciam o cacau santomense dos outros. A certificação do cacau como produto de Denominação de Origem Protegida (DOP) seria uma forma de privilegiar o principal produto das roças, dadas as suas qualidades reconhecidas. A certificação em modo de Produção Biológica e a Indicação Geográfica Protegida (IGP) são outros processos que poderiam ser considerados.
- c) **Manutenção e Conservação da Biodiversidade e dos Habitats:** O ecoturismo é também um movimento que luta pela conservação da biodiversidade e de habitats pois defende em termos legais a existência de espaços (habitats) e de espécies protegidas, impõe limites quanto ao acesso e à exploração desses recursos e ainda permite, através da componente interpretativa e educativa, valorizar esse conjunto de recursos. A educação exige estudo e conhecimento prévio do meio. É nesse sentido que o ecoturismo se torna num poderoso instrumento de educação e de conservação.

5. O Incremento da Actividade Ecoturística no Espaço Rural e Natural

O incremento do ecoturismo em espaços rurais, as roças, e naturais, pode ser feito mediante um conjunto de iniciativas tais como:

- iniciativas empreendedoras por parte das comunidades locais;
- criação de entidades públicas ou privadas que coordenem e que promovam o Ecoturismo, criação de infraestruturas que permitam a qualquer turista aceder directamente e desfrutar dos serviços sem que necessariamente haja intermediação de agências de viagens ou dos hotéis;

- segmentação da oferta através da criação de produtos 100% ecoturísticos;
- certificação dos produtos locais mais representativos das roças (Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida, Agricultura Biológica, etc.);
- criação de rotas temáticas e centros com actividades interpretativas (Rota do cacau, do café, das aves, dos picos, árvores emblemáticas, etc.);
- criação de trilhos com devida sinalização turística nos meios rurais e semi-naturais;
- dinamização de actividades de animação de carácter desportivo ou cultural;
- organização, limpeza e reabilitação do espaço rural no sentido de criar serviços de alojamento e restauração nas roças como complemento do rendimento local;
- apoio técnico e financeiro às iniciativas locais de carácter cultural, ambiental, social ou económico;
- regulamentação da actividade ecoturística, do turismo em espaço rural e de toda a actividade turística em geral.

Conclusão

O sucesso do ecoturismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural e a obtenção de bons resultados depende da implementação de uma política de desenvolvimento activa e interventora que envolva a população local, as organizações governamentais e não governamentais. O sucesso do ecoturismo depende ainda duma política de sustentabilidade que aposte na formação técnica de locais para o empreendedorismo em Ecoturismo, que apoie as iniciativas locais e que considere durante o planeamento estratégico do turismo em geral os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades para o país.

Bibliografia

- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2005). Programa de Acções Prioritárias 2006-2008 - São Tomé e Príncipe. <http://usuarios.lycos.es/antropogeo/expostp2003/saotomexpo2003.htm>
- OAKLEY, Peter e MARSDEN, David (1987). Approaches to Participation in Rural Development. Geneva, International Labour Office. <http://www.abreu.pt/programacao.aspx?cat=PR&prog=16218>
- OMT (2003). Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre, Bookman, Organização Mundial do Turismo. <http://www.ambitur.pt/site/news.asp?news=3251>
- UNDP (2002). “As Mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano”. Relatório do Desenvolvimento Humano. São Tomé e Príncipe, UNDP. <http://www.gcg.st/>
- http://es.geocities.com/caueass/stp_info/stp_imatges.htm <http://www.goldtours.st/>
- <http://www.marapa.org/pages/pt/ajude/ajude.html> <http://www.ine.st/>
- <http://www.montepico.blogspot.com> <http://www.navetur-equatour.st/Excursions.htm>
- <http://www.stptourism.st/>

Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Local Sustentável em Cabo Verde. Estudo e planeamento operacional de um modelo de desenvolvimento numa abordagem de cooperação

Irene Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal & Institut d'Études Politiques de Bordeaux, France)

Introdução

Os destinos exóticos,¹ tais como as ilhas,² representam uma parte importante no mercado do turismo (Dutermé, 2006). Atraem por diversos motivos: representam destinos longínquos; os câmbios são vantajosos; fruem condições meteorológicas agradáveis; ou ainda, fazem parte dos produtos-tendência (Rapport, 2006: 2). Mas, estes destinos também possuem um reverso da medalha, correspondendo a outra realidade nem sempre visível para o turista, ou que este prefere não ver³. É importante saber qual é a face escondida destas ilhas. De facto, são muitas vezes Estados do Sul, com todas as especificidades que possuem. Isto conduz-nos a duas coisas: primeiro, a definição da expressão Países do Sul e a especificidade insular; segundo, a relação entre estes países e o turismo.

2. Os países do Sul (insulares)

A expressão Países do Sul é, em si, polémica, devido ao facto de não existir nenhum consenso na definição. Esta locução cobre uma vasta realidade, representando essencialmente uma facilidade de linguagem. Existem muitos termos ou expressões que podem ser aproximados a esta locução, devido à multiplicação de categorias e subcategorias para classificar estes países que têm um nível de desenvolvimento inferior aos dos ditos países do Norte (imagem 1).

1 O turismo em direcção a lugares exóticos, chamados paradisíacos, é por vezes o objecto central das agências de viagens, ou pelo menos constituem uma parte importante daquilo que elas oferecem, como podemos ver em *Tourisme Autrement*, <http://www.tourisme-autrement.com/exotiques.php> (12 de Março de 2008).

2 Uma ilha, segundo o *Direito Internacional*, é uma zona natural formada de terra, cercada de água; corresponde ao que está acima de água na maré-cheia in *United Nations*. http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/part8.htm (19 de Abril de 2008).

3 Como se pode constatar com o caso do ilhéu das Rolas em STP onde a população local é obrigada por decisão do Estado a sair do ilhéu, dado o acordo entre o Grupo Pestana e o Estado Santomense.

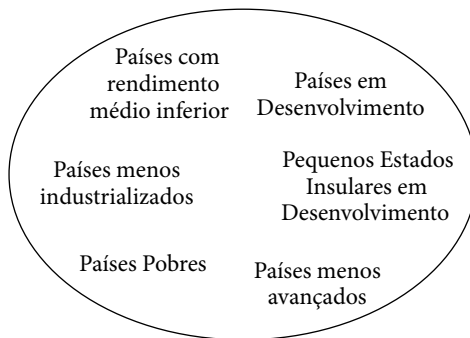


Imagem 1 - O conjunto discordante dos Países do Sul

Estes exemplos demonstram que a maior parte das denominações para estes países são raramente a manifestação de uma identidade positiva do Sul. Logo, a expressão Países do Sul permite, hoje e por comodidade, opor a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) ao mundo com problemas (Darbon, 2007). Nesta classificação, interessam-nos particularmente os Países do Sul que são pequenos e insulares, que se chamam Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID, ver imagem 2).⁴

Antigua and Barbuda	Guyana	Grenadines
Aruba	Haiti	Samoa
Bahamas	Jamaica	Sao Tome and Principe
Bahrain	Kiribati	Seychelles
Barbados	Maldives	Singapore
Belize	Malta	Solomon Islands
Cape Verde	Marshall Islands	Suriname
Comoros	Mauritius	Tokelau
Cook Islands	Micronesia, Federated Estates	Tonga
Cuba	of Nauru	Trinidad and Tobago
Cyprus	Netherlands Antilles	Tuvalu
Dominica	Niue	US Virgin Islands
Dominican Republic	Palau	Vanuatu
Fiji	Saint Lucia	Papua Nova Guinea
Grenada	Saint Vincent and the	Saint Kitts and Nevis

Imagem 2 - Lista dos PEID do SIDSnet

⁴ Existe uma rede electrónica de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, chamada SIDSnet, criada em resposta às recomendações do plano de Acção de Barbados de 1994 e que faz a ligação entre os 43 PEID do Pacífico, Caraíbas, Atlântico, Índico, Mediterrâneo e África. O objectivo principal da rede é utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para apoiar a implementação dos objectivos enunciados pelo Plano de Acção de Barbados. O projecto foi lançado em 1998 através do Programa de Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável. Actualmente o projecto é gerido pelo serviço da Água, dos Recursos Naturais e dos PEID do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais da Nações Unidas (ONU/DAES) in Small Island Developing States Network. <http://www.sidsnet.org/francais/5.html> (12 de Março de 2008).

A insularidade conduz a especificidades e limitações. A literatura sobre o tema não é vasta: são sobretudo análises sectoriais sobre países com problemas particulares, que não são sempre susceptíveis de generalização. Pode-se dizer, de uma maneira geral, que os PEID são identificáveis a partir de um conjunto de traços físicos, como o tamanho, a insularidade (isolamento) e são qualificados muitas vezes de lugares paradisíacos (principalmente pelas suas praias e pelo clima ameno). Logo, independentemente da localização geográfica, estas especificidades constroem estes Estados na sua procura de desenvolvimento.⁵

3. A procura de desenvolvimento

Vários são os paradigmas de desenvolvimento. As numerosas teorias, essencialmente económicas tentam explicar o desenvolvimento, quer por causas endógenas, quer por causas exógenas: a teoria do *take-off* de John Rostow; a teoria da modernização; as teorias estruturalistas, dualistas; as teorias marxista, maoísta, de imperialismo, de dependência; a teoria do determinismo geográfico; por vezes por teorias racistas (incapacidade de se desenvolver).⁶ Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os países do Norte mobilizaram-se na ajuda para o desenvolvimento dos países em dificuldade com as ajudas públicas para o desenvolvimento (Gabas, 2006). O objectivo era, ao início, um desenvolvimento económico (ligado à noção de progresso) com o alargamento aos nossos dias da tomada em conta de novas problemáticas como as humanitárias ou as ambientais, que introduziu progressivamente a concepção de desenvolvimento sustentável,⁷ conceito correspondente a “um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras a responder às suas” (Relatório Brundtland, 1987). Em todas estas análises de desenvolvimento e de procura para se desenvolver, o turismo apareceu como sendo um meio satisfatório (e de fácil colocação em prática) para que estes países atingissem os objectivos de desenvolvimento económico (Chien, 2007: 8) e até, às vezes, social ou ambiental, numa lógica de desenvolvimento sustentável⁸. Assim, os PEID procuram o desenvolvimento, idealmente sustentável, dados dois motivos principais :

- são Estados com um nível de desenvolvimento inferior aos países desenvolvidos e procuram formas de desenvolvimento rápido, preferencialmente sustentável;
- são Estados Insulares, o que aumenta as dificuldades dado o isolamento e a escassez de recursos.

5 *Small Island Developing States Network*. <http://www.sidsnet.org/2.html> (12 de Março 2008); *United Nations*. <http://www.un.org/french/smallislands2005/presskitF.html> (12 de Março de 2008).

6 *La documentation française*. <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/revues-collections/problemes-economiques/theories/theoriesdevelop.shtml> (2 de Março de 2008).

7 *Agora 21*. <http://www.agora21.org/dd.html> (1 de Março de 2008).

8 *Caire, Gille*. Le tourisme peut-il être un élément de développement durable?. http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=9 (12 de Março de 2008).

Esses factores dificultam a paz positiva, tal como definida por Galtung. Uma situação de não guerra, pode ser paz positiva ou paz negativa. Uma paz positiva pressupõe um nível reduzido de violência directa e um elevado nível de justiça; a procura de harmonia social, da justiça e da igualdade, e da eliminação da violência estrutural (violência gerada pelas estruturas: a desigualdade que existe no seio da sociedade que impede as pessoas de satisfazer as suas necessidades básicas). Uma situação de pobreza é por si um problema estrutural, que pode conduzir a uma violência estrutural (Galtung, 1996).

4. O turismo como factor de desenvolvimento

A qualificação destes lugares como sendo ilhas paradisíacas demonstra que são ideais, ou pelo menos na óptica do turista. O turismo é, *stricto sensu*, a expressão de uma mobilidade humana e social fundada num excedente orçamental susceptível de ser consagrado ao tempo livre passado no exterior da residência principal,⁹ este excedente orçamental indo directamente ao sector turístico. O turismo responde a uma certa necessidade de evasão conduzindo a uma mudança de ambiente momentâneo ou periódico¹⁰. Este sector representa para os Países do Sul, e particularmente para os PEID considerados paradisíacos, uma oportunidade ou uma maneira de se desenvolver, sobretudo do ponto de vista económico. De facto, numerosos são os turistas dos Países Desenvolvidos interessados nestes destinos. O turismo para um PEID é, ou torna-se, um sector prioritário por cinco motivos, segundo Brígida Brito (2004: 2), o turismo:

- é um factor de promoção do crescimento económico;
- favorece a modernização das infraestruturas internas;
- é um factor de ligação entre o país e o mundo, minimizando os constrangimentos impostos pelo isolamento, pela distância em relação aos principais centros internacionais e pela reduzida dimensão;
- requer o aumento e a diversificação dos conhecimentos, da qualificação da mão-de-obra gerando a criação de novos postos de trabalho com aperfeiçoamento das práticas;
- quando planeado é um mecanismo de valorização das potencialidades naturais e culturais reduzindo os efeitos da degradação e da destruição decorrentes da exploração não controlada.

9 *Implica pelo menos uma noite passada fora do domicílio, bem que segundo algumas definições seja necessário pelo menos quatro ou cinco noites passadas fora de sua casa. O turismo é relativo é uma deslocação de agrado, apoiando-se num ou vários tipos de lazeres conjugados ou sucessivos.*

10 *Enciclopaedia Universalis. <http://www.universalis-edu.com/article2.php?napp=13524&nref=C099048> (2 de Março de 2008).*

Na literatura sobre o turismo nos Países em Desenvolvimento, existe uma polémica: deve-se fazer turismo em países que não representam o ideal democrático, ou que ainda não respeitam os Direitos do Homem?¹¹ Esta controvérsia encontra-se também em textos menos científicos.¹² Este problema coloca a questão da ética e dos princípios do próprio turista, até do próprio turismo. Para além deste questionamento que se coloca do ponto de vista do indivíduo (turista ou do analista) pondo-se do lado dos países ditos do Norte, a abordagem que interessa aqui é aquela que corresponde à visão que têm os Países do Sul. Como já foi dito anteriormente, o objectivo principal é combater o atraso (comparativamente com os Países Desenvolvidos), ou simplesmente desenvolverem-se sem ter como referencial os países desenvolvidos.

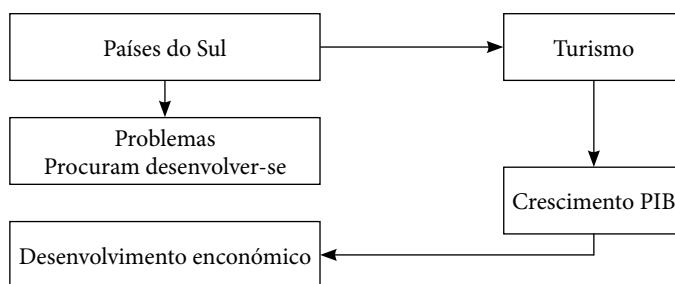


Imagem 3 - O turismo como meio de desenvolvimento económico

O turismo seria uma forma para o país se desenvolver (imagem 3). De facto, o turismo é um sector em crescimento e parece ser um aliciante meio de desenvolvimento para os países do Sul. A relação entre turismo, desenvolvimento e países insulares foi já demonstrada em vários artigos científicos (já atrás referenciados), tendo contudo limites práticos. Por exemplo, o turismo em Países em Desenvolvimento permitiu criar pólos de turismo sexual,¹³ uma vez que pode implicar a importação de algumas práticas e hábitos (lícitos ou não) de outros países, como o consumo de drogas;¹⁴ assim a prática do turismo

11 Duterme, Bernard, *op.cit.*; *Enjeux internationaux*. <http://www.enjeux-internationaux.org/archives/num16/index16.htm> (12 de Março de 2008).

12 Pour un tourisme responsable... pour une autre forme de voyage. <http://www.abm.fr/pratique/autrevoja5.html> (4 de Abril de 2008).

13 Para uma maior compreensão do fenómeno, das suas dinâmicas e da sua importância, aconselha-se ver um documentário, como o do turismo sexual no Cameroun, que é ligado à problemática da pedofilia (Envoyé Spécial. http://www.dailymotion.com/video/x1jw6_tourisme-sexuelpedophilie-au-camero (12 de Março de 2008)). Também ver a literatura cinzenta: Poulin, Richard (2002), La mondialisation du marché du sexe. CAIRN. http://www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=AMX_031_0109 (12 de Março de 2008); Babou, Isabel et Callot, Philippe (2007). Les dilemmes du tourisme. Lassay-les-Châteaux : Vuibert, pp. 5-8. Pode-se igualmente ter uma bibliografia detalhada sobre o tema "Turismo sexual", no site http://geotourweb.com/nouvelle_page_13.htm (2 de Abril de 2008).

14 Isto é essencialmente verdadeiro nos países de trânsito da droga, como são os casos das Caraíbas, in *Caraïbe Ex-*

pode trazer impactos sociais negativos superiores aos impactos positivos (maioritariamente económicos). Do ponto de vista internacional, o Estado pode igualmente ser mal visto por este tipo de práticas. Isto é visível em Madagáscar,¹⁵ ou em Cabo Verde,¹⁶ país que, tendo apostado no sector turístico e em que se verifica o aumento da prática do turismo sexual. Utilizando o mesmo caso, a prática do turismo (de massas) pode prejudicar o meio ecológico, por exemplo, com a destruição de habitats importantes (em termos funcionais) para construção de unidades de alojamento.¹⁷

5. Problemática do estágio

As questões que surgem nesta análise serão o fio condutor no trabalho de final do duplo mestrado Cooperação Internacional e Desenvolvimento (IEP-Bordeaux) e Estudos da Paz e da Segurança (FEUC-Coimbra), no departamento de Ecoturismo da Sinergieae, Lda., que consistirá no estudo e planeamento operacional de um modelo de desenvolvimento local, numa abordagem de cooperação.

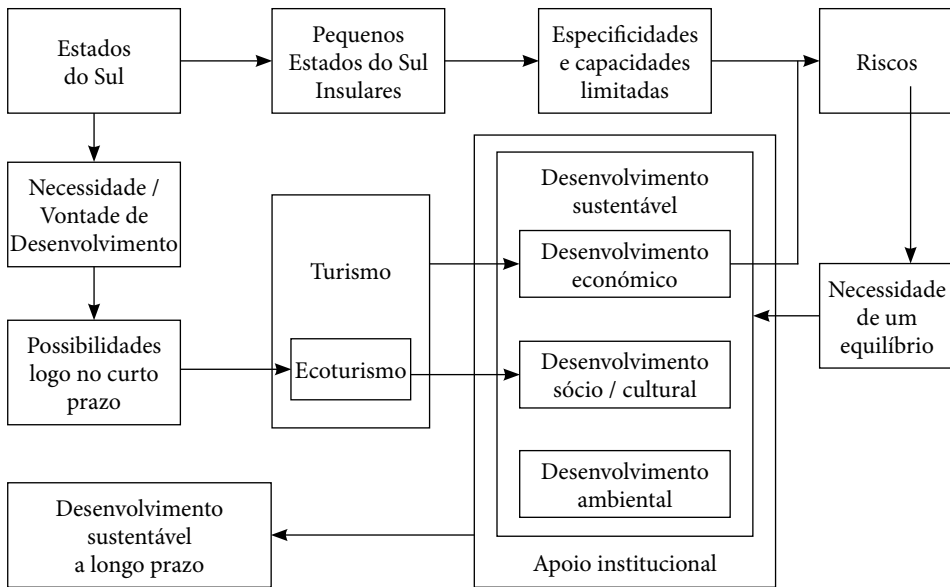


Imagem 4 - Um turismo a caminho do desenvolvimento sustentável

press. <http://www.carai-beexpress.com/spip.php?article979>. (4 de Março de 2008).

15 Afrik.com. <http://www.afrik.com/article6385.html> (12 de Março de 2008).

16 Lauzirika, Nekane. Luis Fernando Carrera: Cabo Verde es el ejemplo de que África puede salir adelante. <http://www.deia.com/es/impresa/2004/12/04/bizkaia/euskadi/42057.php> (8 de Março de 2008).

17 Ambassade de France en République du Cap Vert. <http://www.ambafrance-cv.org/IMG/050601.doc> (1 de Abril de 2008).

Apesar do turismo ser promovido como um modo de desenvolvimento, será que este é uma boa opção? Mais precisamente, será que esta escolha de curto prazo é vantajosa no longo prazo? Será que vai no sentido de um desenvolvimento sustentável e de uma situação de paz positiva? Por outras palavras e no quadro do estágio questiona-se: em que medida o turismo pode ajudar para promover um desenvolvimento sustentável e no mesmo âmbito uma paz de tipo positiva?

O turismo de massas, nascido da democratização da viagem,¹⁸ necessitou de grandes estruturas de transportes de acolhimento sem necessariamente que se preocupassem da concentração espaço-temporal que exigia (Delisle, 2007: 40). Esta prática parece, depois de algumas décadas de experiência que permitiram reflectir, levantar mais problemas que resolver os já existentes (isto é, o problema do desenvolvimento). Todavia, existem outros tipos de turismo que podem constituir soluções satisfatórias para escapar a esta lógica destruidora do meio. O Ecoturismo, que é “uma forma de viagem responsável nos espaços naturais que contribui à protecção do ambiente e ao bem-estar das populações locais”,¹⁹ aparece aqui como uma solução, indo na direcção do desenvolvimento sustentável e de criar condições para uma paz positiva (imagem 4).

Em outros termos, o turismo pode ser um meio de desenvolvimento nacional, mas para que este seja sustentável e atinja o conjunto da população nacional, uma série de critérios tem que ser estabelecidos. Assim, o Ecoturismo parece ser uma opção de futuro, particularmente para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, inserindo-se numa lógica de mercado, e não (somente) numa lógica de solidariedade.

Bibliografia

- BABOU, Isabel et Callot, Philippe (2007). Les dilemmes du tourisme. Lassay-les-Châteaux, Vuibert.
- BRITO, Brígida (2004). Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISBN: 978-989-8154-11-8).
- CAIRE, Gille, Le tourisme peut-il être un élément de développement durable?. http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=9 (12 de Março de 2008).
- CHIEN, Vu Manh (2007). Tourisme, croissance et intégration dans l'économie mondiale: les apports du concept de développement durable, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire d'Economie Appliquée au Développement. http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/72/38/PDF/THESE_Vu_Manh_Chien.pdf (12 de Março de 2008).
- DARBON, Dominique (2007). Les enjeux des Pays du Sud. Bordeaux : Institut d'Etudes Politiques.
- DELISLE, Marie-Andrée et Jolin, Louis (2007). Un autre tourisme est-il possible?, Québec. Presses de

¹⁸ Esta democratização da viagem foi permitida pelos «congés payés, aux vols nolisés et aux voyages de groupes offerts par les voyagistes.» In Delisle, Marie-Andrée et Jolin, Louis (2007). Un autre tourisme est-il possible ?, Québec : Presses de l'Université de Québec, p. 40.

¹⁹ The International Ecotourism Society. http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco_template.aspx?articleid=95&zoneid=2 (22 de Março de 2008).

- l'Université de Québec.
- DUTERME, Bernard (2006). Expansion du tourisme gagnants et perdants. Paris, Centre tricontinental et Syllepse.
- GALTUNG, Johan (1996). Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization. Oslo, International Peace Research Institute.
- LAIZIRIKA, Nekane. Luis Fernando Carrera: Cabo Verde es el ejemplo de que África puede salir adelante. <http://www.deia.com/es/imprensa/2004/12/04/bizkaia/euskadi/42057.php> (8 de Março de 2008).
- Pour un tourisme responsable... pour une autre forme de voyage. <http://www.abm.fr/pratique/autre-voya5.html> (4 de Abril de 2008).
- Small Island Developing States Network. <http://www.sidsnet.org/francais/5.html> (12 de Março de 2008).
- The International Ecotourism Society. http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco_template.aspx?articleid=95&zoneid=2 (22 de Março de 2008).
- Tourisme Autrement. <http://www.tourisme-autrement.com/exotiques.php> (12 de Março de 2008).
- United Nations. <http://www.un.org> (19 de Abril de 2008).

Ecopistas - Mobilidade e Turismo. Novas perspectivas para a (re)utilização dos corredores e do património ferroviário desactivado – O caso da Ecopista de Sever do Vouga

António Guedes (Arquitecto, Câmara Municipal de Sever do Vouga)

Em Sever do Vouga a ex-linha Ferroviária do Vouga, Sernada do Vouga–S. Pedro do Sul, cumpriu a sua função entre 1916 e 1972, tendo depois desta data ficado desactivada. Este património de grande valor histórico e cultural estava ameaçado de cair no esquecimento e abandono apesar de oferecer um grande potencial para o desenvolvimento de iniciativas de (re)utilização como Ecopista ou Via Verde, associada aos novos produtos do Ecoturismo, Turismo de Natureza, Paisagístico, Turing Cultural e Turismo Activo.

A adaptação de antigas linhas ferroviárias a ecopista e ciclovias (circulação restrita a pedestres e veículos não motorizados) é um processo que se vulgarizou nos países ocidentais e que nos últimos anos se alargou a Portugal. Se no território luso assumem o nome de Ecopista ou Ciclovias, pelos outros países da Europa tomam o nome de Vias Verdes, em Espanha, *Greenway* na Inglaterra, e *Voie Verte* na França.

A característica de uma Ecopista deve respeitar alguns dos critérios aceites por todos os participantes no processo de transformação de antigas linhas-férreas em percursos pedonais e cicláveis, de forma a facilitar o seu acesso e a sua utilização pelo maior número possível de utentes, nomeadamente: declives inferiores a 3%; total ausência de circulação de veículos motorizados; independência em relação a outras vias de circulação; reduzido número de cruzamentos com a rede viária; continuidade do percurso.

O sector do Turismo encontra-se ainda pouco desenvolvido na Região Centro, face ao potencial paisagístico e patrimonial existente, representando o alojamento e restauração apenas 12.56% do VAB (Valor Acrescentado Bruto) gerado por este sector a nível nacional (dados do QREN, PO Regional Centro: 29). O concelho de Sever do Vouga, pertencente ao distrito de Aveiro, Região de Turismo Rota da Luz, tem potencialidades ao nível do património natural e paisagístico, histórico e arqueológico, que associadas à qualidade ambiental e ao património etnográfico e diversidade gastronómica, confere uma identidade própria, que marca a diferença e estimula a deslocação.

As Ecopistas associadas aos produtos do Ecoturismo, Turismo de Natureza, Turing Cultural e Paisagístico e o Turismo Activo, constituem um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável, ideal para promover na sociedade actual uma cultura nova de

educação ambiental, de ócio, de desporto ao ar livre e de hábitos de exercício saudáveis com a mobilidade não motorizada.

O relevo do concelho de Sever do Vouga é bastante acidentado, contrastando com o exímio traçado da ex-linha ferroviária com pendentes suaves não superiores a 3% e curvas acompanhando o corredor verde do Rio Vouga no troço entre a Foz do Rio Mau e a Barragem da Grela, zona classificada da Rede Natura 2000, Sítio Rio Vouga. O cumprimento do troço da 1ª fase é de 6.179m, a 2ª fase com cerca de 4.205m, e a 3ª fase com cerca de 9.348m. Estamos convictos que se agregarmos políticas, vontades, interesses em conjunto, podemos criar um novo produto Ecopista-Turismo Activo que contribuirá para promover na sociedade actual uma cultura nova de educação ambiental, assim como o desenvolvimento sustentável do turismo na região, melhorando e diversificando a sua oferta.

A importância do Ecoturismo como ferramenta para a gestão sustentável de Áreas Naturais sua aplicação no conceito *Explore*[®]

Miguel Silveira¹ (Sinergiae, Lda.) e Pedro Morais² (Escola Superior Agrária de Coimbra)

Introdução

De acordo com os princípios de Ecoturismo, analisados e sistematizados por Fennell (1999), e em consonância com a *International Ecotourism Society*, consideramos para este trabalho que uma actividade de Ecoturismo é aquela que: a) se desenvolve em espaços de património natural e cultural rico; b) minimiza impactes no ambiente; c) contribui para a Conservação da Natureza; d) contribui para o Desenvolvimento Local e; e) é lucrativo. O Ecoturismo é uma ferramenta importante na conservação e gestão do activo ambiental e sócio-cultural de um território. Encerra um conjunto de metas que, no seu conjunto, se apresentam como um instrumento ao dispor de empreendedores e decisores de uma região. Esta ferramenta possibilita evitar processos de descaracterização dos valores patrimoniais e a delapidação dos recursos naturais de uma determinada região, contribuindo para um desenvolvimento local sustentável.

Esta comunicação surge no contexto da expansão da actividade empresarial de Ecoturismo da Sinergiae, com elevado foque na qualidade do serviço e da interpretação do património, assim como de incentivo à investigação e de melhoria contínua dos processos de trabalho. A médio prazo figuram nos objectivos da empresa a expansão do modelo de gestão, que aqui será exposto, para contextos de forte insularidade.

Analisando as fragilidades existentes nos modelos de expansão de actividades de Ecoturismo, elaborou-se um modelo de gestão inovador para expansão da *Rede Explore*[®]. Este modelo é inspirado, através de bio-mimetismo, no exemplo do crescimento, multiplicação e migração celular de organismos vivos. O modelo de expansão da *Rede Explore*[®] ajusta-se ao contexto de actividades que necessitam de recursos humanos com elevado conhecimento e experiência. Este modelo, como poderemos ver mais à frente, permite uma expansão sólida e sustentada. Fomenta-se igualmente o contributo e *feedback* entre os grupos e entre entidades regionais parceiras, com vista ao aumento da atractividade e valor do património local e da sua conservação.

1 Responsável da área de Ecoturismo da Sinergiae, Lda., Mestrado em Gestão de Recursos Naturais em Universidade de Edimburgo, U.K.

2 Docente da Licenciatura em Ecoturismo da ESAC desde o seu início em 2000. Doutorando em Educação Ambiental na Universidade Autónoma de Madrid.

2. A Sinergiae

A Sinergiae, Lda., é uma sociedade por quotas com sede em Coimbra, Portugal. Iniciou a sua actividade em 2004 com 5.000€ de capital social tendo neste momento 58.500€ de capital social por forma a fazer face a diversos investimentos dentro das suas áreas de actuação. Tratando-se inicialmente de uma empresa de Consultoria Ambiental, é neste momento também agente ao nível do Ecoturismo e da Engenharia Mecânica aplicada. Os seus três departamentos são: Ecoturismo e Planeamento, Estudos Ambientais e Energias Renováveis.

No departamento de Ecoturismo e Planeamento desenvolvem-se actividades de planeamento e execução turística e de educação ambiental, nomeadamente através da preparação e condução de exposições fixas ou itinerantes. Os conteúdos e a interpretação são a linha condutora do Departamento de Ecoturismo e Planeamento, aspecto essencial quer na preparação de conteúdos para um percurso pedestre, quer para uma exposição temática. A Sinergiae, Lda., através da marca Explore[®], desenvolve e promove um conjunto de actividades de animação turística sustentável, ao abrigo do seu alvará de Animação Turística. Tal como foi atrás referido, os conteúdos são o eixo transversal que une o departamento, no caso dos percursos e rotas turísticas a fase inicial consiste sempre no levantamento da situação de referência da região e no estudo do seu património. Após uma avaliação cuidada da tipologia de produtos a desenvolver na região, da viabilidade económica e dos impactos decorrentes da implementação de actividades, procede-se então ao estabelecimento de parcerias locais. A dinamização de rotas, percursos e actividades assenta sempre no estabelecimento de parcerias com actores locais relevantes. Ao nível logístico e de conteúdos de interpretação todos os eventos são cuidadosamente planeados de acordo com os princípios do Ecoturismo, de forma a proporcionar ao visitante conhecimento, compreensão e experiências de interacção e envolvimento com um determinado território, de forma satisfatória; de forma a minimizar impactes no ambiente e contribuir para a conservação do património natural e cultural da região.

3. O Explore[®] - estratégia e gestão

Tal como apresentado na estratégia de actuação da Sinergiae, uma das componentes no desenvolvimento de um destino ecoturístico consiste no estabelecimento de parcerias locais com vista à gestão e promoção. Na mesma ordem de pensamento mas abrangendo os recursos humanos internos, os elementos escolhidos para desenvolver e promover cada projecto são maioritariamente habitantes locais. Desta forma proporciona-se um contributo directo ao disponibilizar possibilidades de emprego à comunidade local, e facilita-se a integração da comunidade no desenvolvimento e gestão do(s) produto(s) a criar.

Cada destino *Explore*[®] é gerido pois um Grupo Local. São os Grupos Locais os representantes da Sinergiae na região em causa, incluindo a representação comercial de produtos de outros departamentos da empresa. A responsabilidade principal consiste na implementação e gestão dos produtos, recebendo neste processo supervisão por parte da sinergia, quer a nível logístico quer ao nível da interpretação. Para satisfazer em pleno a formação de novos elementos nos conceitos e práticas de interpretação do património, a Sinergiae estabeleceu uma parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra, que ministra o curso de Ecoturismo, através do qual muitos dos recursos humanos são formados e recebem acompanhamento. Ao nível da gestão interna dos Grupos Locais são implementados os seguintes critérios: a) total envolvimento decisório do Grupo Local; b) autonomia progressiva na gestão (excepto a central de reservas); c) procura de qualidade máxima nos conteúdos e satisfação do cliente; d) selecção de fornecedores; e, e) Marketing direccionado. Por sua vez, cada Grupo implementa na região a estratégia definida na missão *explore*[®] de: a) estabelecer parcerias com actores locais institucionais; b) planeamento de acordo com os princípios do Ecoturismo; c) estimular actividades tradicionais; e, d) criação e gestão de Fundo de Desenvolvimento Local.

Especificando para além da missão, a actuação dos grupos *Explore*[®] é caracterizada pela adopção das seguintes medidas objectivas: a) cada Grupo Local é constituído em parceria entre a Sinergiae e pessoas locais; b) emprego de guias locais; c) promoção da compra directa ao produtor de produtos tradicionais; d) valorização do património local, sensibilizando os visitantes para a sua conservação e mostrando a sua influência neste processo através da adopção de algumas práticas responsáveis (social, ética e ambientalmente); e) gestão de um fundo de desenvolvimento local que recebe uma parte do preço pago por cada participante e que se destina a aplicação directa em acções de melhoramento local ou de conservação; f) adopção de técnicas de interpretação para com os visitantes de forma a obter melhores resultados de: Educação Ambiental; satisfação dos visitantes; valorização do espaço e motivação dos visitantes para contribuírem de forma directa e indirecta para a conservação.

O enfoque dado à promoção das actividades tradicionais advém da premissa defendida por diversos autores, de que a manutenção das actividades tradicionais contribui largamente para a conservação do património cultural e natural, e de que toda a contribuição para a manutenção ou recuperação dessas actividades terá, conseqüentemente, impactos positivos na conservação da natureza. No entanto, esta afirmação de carácter geral deve ser sempre validada localmente, pois a evolução das relações e interdependências homem/natureza pode nem sempre ter resultado em equilíbrio em termos da gestão dos recursos naturais (Gossling, 1999).

4.A Rede Explore®

Após a experiência de criação de Grupos Locais Explore® em Coimbra, Serra da Lousã e Figueira da Foz, em Portugal, torna-se interessante alargar esta experiência a outras regiões e países, constituindo uma rede de oferta de produtos de Ecoturismo, mas também de disseminação do conhecimento, de promoção do envolvimento das populações locais na gestão do turismo e na troca e promoção de acções de sensibilização e melhoria social e ambiental. A estratégia definida pela empresa para implementação da Rede irá passar por: a) criação de um Portal de divulgação e de centralização de reservas; b) criação de um cartão de cliente para fidelização do mesmo e redireccionamento entre os vários destinos; c) diversificação dos produtos; d) continuação e incremento da Rede como laboratório vivo de disseminação e intercâmbio de experiências; e) aperfeiçoamento contínuo das técnicas de interpretação; f) troca e promoção de acções de educação e melhoria social e ambiental entre destinos da Rede; e, g) constituição da Rede como espaço aberto à investigação.

5. Modelo de crescimento e expansão

Analisando as fragilidades existentes nos modelos de expansão de actividades de Ecoturismo, tendo em conta, sobretudo, que consistem em eventos de pequena escala (Patterson, 2007), logo, com reduzidas economias de escala, elaborou-se um modelo de gestão inovador para expansão da Rede Explore®. Este modelo é inspirado, através de bio-mimetismo, no exemplo do crescimento, multiplicação e migração celular de organismos vivos. O modelo de expansão da Rede Explore® ajusta-se ao contexto de actividades em que os gestores e os próprios guias necessitam de elevados conhecimentos e de elevada experiência na gestão de diversos aspectos das actividades, desde as reservas e relações públicas à gestão de grupos. O modelo permite uma expansão sólida, sustentada e onde a aprendizagem contínua e troca de experiências entre os seus elementos e territórios é estimulada. Fomenta-se igualmente o contributo e feedback entre os grupos explore® e as entidades regionais de gestão do território, como contributo para a capacidade decisória e eficiência no aumento da atractividade e valor do património local e sua conservação.

Para a criação do presente modelo analisou-se a situação de referência dos Grupos Locais e produtos Explore® e efectuou-se uma análise SWOT, tendo sobressaído como factores caracterizadores principais: a) Elevada necessidade de formação e experiência dos Recursos Humanos em Interpretação e procedimentos logísticos, e b) eventos caracterizados por pequenos grupos e poucas economias de escala. Estes factores foram considerados, em termos de negócio, como fraquezas. De forma a tornar estas fraquezas em oportunidades necessitava-se de um modelo de negócio que incorporasse a missão e actuação do Explore® com viabilidade económica. Assim, o *modus operandi* criado assenta em

dois grandes pré-requisitos, com vista ao crescimento de cada Grupo Local por patamares progressivos: a) criação gradual de novos produtos de interpretação ou especialização e b) progressiva autonomia logística e de planeamento.

Obtendo-se a maturação de um Grupo Local ao nível da sua formação, conhecimento e experiência, maturação esta traduzida pelos produtos criados e geridos, será então possível a migração de elementos para criação de novos Grupos Locais ou o acolhimento em estágios internos práticos dos novos elementos num Grupo Local já evoluído. Esta migração transporta consigo a base de conhecimento e experiência necessária ao acompanhamento e crescimento positivo de um novo Grupo Local.

À medida que os Grupos Locais se forem expandindo será essencial uma especialização de alguns dos elementos em tarefas mais centrais e transversais à Rede Explore[®], ao nível das reservas, representação e controlo de qualidade. Este modelo obtém inspiração e comparação no Bio-mimetismo do crescimento pluricelular, nas suas fases de crescimento/maturação, divisão e migração, em condições sempre dependentes das condições exteriores ao sistema. Esta forma de crescimento do negócio permite que seja o mercado a ditar o grau de expansão, minimiza riscos em novos empreendimentos e assegura maior estabilidade aos elementos que já pertencem a um Grupo Local.

O cartão de cliente e o portal terão como objectivo a fidelização e a angariação de novos clientes, assim como, o potenciar dos benefícios da Rede Explore[®] redireccionando os clientes entre os vários destinos. Ao nível da carteira de clientes as agências e operadores turísticos usufruem de condições específicas. Para além destes aspectos, a gestão do território é fundamental na forma como um turista o aprecia e valoriza.

6. Como potenciar o desenvolvimento local

Todo o processo de implantação de um Grupo Local numa região começa pela avaliação das potencialidades da mesma, procurando resposta às seguintes questões sistematizadas: a) existe valor de mercado? (Património); b) existem infraestruturas e serviços de apoio ao turismo?; c) existe sentimento de confiança e segurança no destino?; d) a população local está receptiva ao turismo?; e) já existe fluxo turístico?; e, f) estão reunidas as condições para criar mais valor (usando os princípios da lei da oferta e da procura e em colaboração com as entidades locais como explicitado de seguida) (Wood, 2002).

Como forma de incrementar o valor subjectivo que um dado turista atribui a uma determinada área (*Willingness to pay*) foram considerados os seguintes passos a incrementar pelo Grupo Local na sua interacção com os parceiros institucionais locais, sobretudo com os órgãos de gestão territorial e/ou de áreas protegidas: a) disponibilizar apoio à angariação de informação de apoio à decisão para a gestão da área natural; b) assegurar que a

gestão e controlo de visitantes respeita a capacidade de carga; apoiar no planeamento da oferta de serviços acessórios de informação e acolhimento ao turista; controlar a aplicação dos princípios do Ecoturismo; e, aspecto interno, aplicar a estratégia utilizada nos Grupos Locais Explore[®] (Patterson, 2007).

A partilha de informação de gestão entre os Grupos Explore[®] e as entidades regionais de gestão do território é aqui assumido como aspecto facilitador e impulsionador de tomadas de decisão que revertam num aumento da atractividade e valor do património local. Esta mesma abordagem é também necessária para uma maior eficiência das acções de Conservação da Natureza. Sendo estes aspectos, e os passos descritos no parágrafo anterior, bem sucedidos, tal significa que estão reunidas as condições base para o estabelecimento de um processo participativo, conducente a um desenvolvimento local sustentável (Gossling, 1999).

7. Conclusão

Vimos, ao longo deste artigo, a descrição do processo de análise e definição de estratégia comercial e de execução sustentável para um negócio de visitas interpretativas de Ecoturismo. Foram apresentadas as principais dificuldades e justificadas as soluções encontradas que poderão assegurar a continuidade e expansão ao projecto Explore[®]. Foi fonte principal de inspiração e comparação, para o desenvolvimento do modelo de crescimento e expansão Explore[®], a Biologia e o crescimento dos organismos vivos. Resta apenas um elemento por referir, elemento este fundamental para o bom funcionamento das organizações: a motivação. Encontramo-nos perante um negócio que, à partida, não se aproxima dos níveis de rentabilidade exigidos pela grande maioria dos operadores económicos. Mas verifica-se a presença de uma forte motivação por parte dos diversos recursos humanos do projecto. Tal facto deve-se a factores intrínsecos e extrínsecos ao projecto. Deve-se à integração dos recursos humanos e à chamada à participação e envolvimento nas decisões da empresa. E deve-se igualmente a factores externos ao projecto, que se prendem com as ambições pessoais e gosto pela área de actuação. O facto de o projecto zelar pelo cumprimento dos critérios do Ecoturismo e defender princípios como a Sustentabilidade, entre outros, proporciona satisfação pessoal aos intervenientes.

A visão delineada e patente no modelo de gestão satisfaz os critérios de Ecoturismo e de Desenvolvimento Sustentável pretendidos e proporciona maior segurança de retorno económico aos intervenientes. Factor último este que, por sua vez, proporciona estabilidade ao projecto global. Ao nível da aposta na criação de produtos, ou seja, de Grupos Locais Explore[®] numa determinada região, vimos também aspectos importantes que as entidades gestoras devem seguir podendo contar com o apoio do Grupo Local. Entre elas

é de salientar que o potencial e o esforço de desenvolvimento de produtos de Ecoturismo deve ser geograficamente concentrado e não disperso. O contributo do Ecoturismo para a gestão de áreas naturais está dependente da receptividade da gestão dessas áreas à estratégia aqui enumerada, assim como por parte da população local. Com base nestas considerações, com a condição de se avançar apenas quando a região apresenta potencial, observando que sectores específicos do sistema turismo são, mesmo isoladamente, viáveis, e obtendo as vantagens de uma promoção de mercado unificadora para a região, os benefícios poderão ser abrangentes.

Bibliografia

- DENMAN, R. (2001). Guidelines for community-based ecotourism development. WWF International, Gland, Switzerland.
- DOUGLAS, R; MCKERCHER, B. (1998). The Business of Nature-Based Tourism. Hospitality Press, London.
- EAGLES, P; MCCOOL, S. & HAYNES, C. (2002). Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management. IUCN, Gland, Switzerland, and Cambridge, UK.
- FENNELL, D. (2002). Ecotourism Programme Planning. CABI Publishing, Wallingford, UK.
- FENNELL, D. (1999). Ecotourism: An Introduction. Routledge, London.
- GOSSLING, S. (1999). Ecotourism: a means to safeguard biodiversity and ecosystem functions?. Ecological Economics, Elsevier, vol. 29(2): 303-320.
- MORAIS, P. (2003). Educação e Turismo: Um horizonte múltiplo, in 3^{as} Jornadas Ibéricas de Turismo – CD-ROM, ESEC, Coimbra, ISBN 972 950722-8.
- PATTERSON, C. (2007). The Business of Ecotourism. Trafford Publishing, New York.
- WOOD, M. (2002). Ecotourism: Principles, Practices & Policies for Sustainability. United Nations Publication, Paris.

CAPÍTULO II

Diferentes olhares sobre o Ambiente

O papel social e político da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade

Luís Moita (Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa)

Gostaria de começar por fazer um agradecimento ao convite que me foi feito para participar deste Seminário, focando um aspecto particular ao qual ainda há pouco se fez referência na presença do senhor Primeiro-Ministro: o facto de as pessoas que me convidaram e que organizaram este Seminário não terem secretariado de apoio. Atribuo bastante importância a isto, porque se trata de uma equipa composta por universitários qualificados, pessoas envolvidas em projectos de investigação avançada, as quais asseguraram este Seminário desde a sua concepção até à execução prática. Com as suas próprias mãos garantiram as condições que tornaram possível este acontecimento. Julgo que lhes devemos explicitar esta homenagem e prestar-lhes o nosso agradecimento.

Sinto alguma dificuldade em proferir estas palavras para vocês, porque não sou especialista nestas matérias. Aqui em África, sinto-me portador de uma cultura muito europeia, o meu discurso é inevitavelmente eurocêntrico. No entanto, talvez possa ser útil, ao fim destas horas de debate, que uma pessoa algo exterior ao vosso universo – ecológico, ambientalista, turístico... – venha fazer algo que se pode comparar ao efeito de espelho, devolvendo-vos o reflexo daquilo que eu fui conseguindo captar das questões mais interessantes dos vossos debates ao longo destas horas.

Mais do que reportar-me ao resumo que preparei e que consta desse excelente edição elaborada pelo CEIDA, preferia ser capaz de vos colocar algumas perguntas. Cada vez estou mais convencido de que, com frequência, mais importante do que tirar conclusões é fazer perguntas, porque não há nada de mais útil do que as perguntas certas feitas nos lugares certos. Isto é tanto mais verdade quando nós vivemos em tempos de grande incerteza. Penso que todos partilhamos essa percepção. Em tempos pensávamos a formação como algo orientado para a aquisição de certezas, de conhecimentos tidos como seguros. Mas hoje estamos confrontados com uma atmosfera mental e existencial essencialmente dominada pela incerteza. Noções que pareciam absolutamente adquiridas tornam-se incertas, como por exemplo a ideia de progresso, que durante tanto tempo nos parecia uma evidência e sobre o qual, depois de termos dado tantas vezes com a cabeça nas paredes, temos muitas dúvidas, interrogando-nos sobre os caminhos que devemos seguir para fazer avançar as comunidades humanas.

Creio que esta atmosfera de incerteza tem uma razão interessante: hoje estamos muito mais sensíveis à complexidade. Quando digo complexidade, não se pense que me estou só

a referir às coisas como sendo complicadas. Não, a ideia de complexidade está hoje presente em diversas ciências, significando que a realidade não pode ser reduzida a uma ou outra das suas componentes, ela tem uma tal densidade de variáveis que obriga a um pensamento sensível à complexidade. Um exemplo bem claro disto encontrámo-lo ontem na exposição do Professor Rogério Roque Amaro. Um discurso daqueles sobre o desenvolvimento ou sobre a economia seria impensável durante as décadas em que fomos habituados a medir as realidades através de indicadores simples – PIB *per capita*, rendimento anual *per capita*... – tudo ali se concentrava e se condensava. De modo bem diferente, ouviram ontem o Roque Amaro falar de sete pilares, pelo menos: isto e aquilo e outro e mais outro... A multiplicação das variáveis é hoje uma dominante do nosso pensamento e isso é uma coisa que há-de impedir o que chamaria de pensamento linear, redutor, pensar que tudo se resolve numa linha recta quando afinal somos confrontados com uma constelação de variáveis. A propósito deste pensamento complexo, a História dá-nos exemplos interessantes.

Podemos imaginar o trauma que terá ocorrido quando, num dado momento, homens como Copérnico e depois Galileu operaram a ruptura para convencerem os seus contemporâneos de que estavam num sistema heliocêntrico, centrado no Sol! Como é evidente, isto que hoje nos parece uma banalidade significou uma ruptura profundíssima na descontinuidade na maneira de pensar o Universo. Mais tarde, outro homem (de quem por acaso já hoje ouvimos falar) Darwin, provocou também uma profunda descontinuidade no pensamento. Ao elaborar a teoria de evolucionismo, ele veio superar a ideia dominante segundo a qual o nosso Universo era a fabricação de uma qualquer divindade, afirmando, pelo contrário, que o ser humano era produto de uma evolução cósmica. Nós ainda hoje, creio eu, estamos a tentar captar as ondas de choque da concepção do darwinismo, porque, quem sabe?, aí estará a premissa basilar que poderá ter permitido a alteração gradual no modo de pensarmos a nossa relação com a natureza, a relação do humano e do social com o mundo físico e natural. Não é por acaso que falo de Darwin, porque no texto de resumo que eu propus fazia uma alusão a isto, que eu deixo aqui só para reflexão complementar: o modo como nós olhamos o mundo físico tem o maior impacto na maneira como entendemos o ser humano e o ser humano em sociedade. Para dizer a mesma coisa de forma erudita: a cosmologia tem um grande impacto na antropologia e na sociologia. Essas ciências estão interligadas e, desde o tempo histórico mais remoto, a maneira como o homem entende o mundo físico está extremamente ligada à maneira como o homem se entende a si mesmo e entende o social. Esta é uma questão de fundo que nós não podemos ignorar ao tratar aqui destes problemas.

E já que aqui falei de complexidade, deixem-me só sublinhar a importância da intervenção do Carlos Vales neste aspecto da biodiversidade, só para articular com ele o que

eu estou a dizer e para sublinhar isto: a biodiversidade é uma extensão da complexidade do Universo. Qualquer tentativa de a reduzir constitui um erro imperdoável. A biodiversidade, seja-me permitido recordá-lo, significa, como viram, primeiro a diversidade dos ecossistemas; segundo a diversidade específica, ou seja, a diversidade das espécies no interior mesmo dos ecossistemas; e terceiro a diversidade genética, já que a pluralidade dos genes constitui enriquecimento importantíssimo para a qualidade da vida, no caso agora para a qualidade dos humanos. Não é por acaso que, desde os primórdios mais remotos, as culturas praticaram o princípio da abertura dos grupos, justamente através, por exemplo, do tabu do incesto, da obrigatoriedade dos casamentos se fazerem para fora do grupo e não entre consanguíneos, porque o cruzamento da riqueza genética é factor de enriquecimento e não factor de empobrecimento.

Portanto, nesta minha qualidade de observador interessado que tenta aprender dos vossos debates, vou encaminhando esta minha intervenção dizendo-vos o seguinte: fico surpreendido, ao longo do que fui ouvindo, pela existência de quatro tensões, quatro interrogações que, de uma maneira ou de outra, percorrem as questões de fundo dos problemas que aqui trataram. Rapidamente vou-vos falar destas quatro tensões. Primeira: ecologia – economia. Segunda: ambiental – social. Terceira: micro-escala – macro-escala. Quarta: conservação - inovação

Repito, julgo útil esta tentativa de efeito de espelho, ao devolver-vos aqueles aspectos mais interessantes que aqui abordaram ao longo destes dias.

Primeiro, a relação entre ecologia e economia. A ninguém passou despercebido que é uma relação tensa, mas talvez a tensão se possa superar pela articulação. Espero não ser despropositado, mas gosto de formular as coisas assim: tanto um termo como o outro derivam de uma palavra grega, de que gosto muito, que é a palavra *oikos*. Certamente saberão, *oikos* é casa, é o espaço da casa. Ecologia quer dizer o logos acerca da *oikos*, é o conhecimento, a inteligência, da casa – compreender a casa, cuidar da casa. Por sua vez, economia é o nomos da *oikos*. *Nomos* quer dizer norma, a lei, é a capacidade de gestão. Não obstante as tensões entre ecologia e economia, elas tendem a aproximar-se e a articularem-se nas nossas práticas para que correspondam a esse cuidado da casa e a essa boa gestão da casa.

A outra tensão, ou contradição, é aquela que cruza o ambiental e o social. Confesso-vos que, se houve coisa que me tocou positivamente ao longo de todas as vossas intervenções, foi a capacidade demonstrada pelos intervenientes para articular os aspectos físicos do património material com o património imaterial, do ambiental com o social, da natureza física com as comunidades humanas que a habitam. Isso é uma articulação absolutamente fundamental. Poderia acrescentar, não como tema a desenvolver aqui, mas

apenas como sugestão que vos deixo, a ideia da articulação entre biodiversidade e pluralidade cultural. A UNESCO desenvolveu uma reflexão interessantíssima em torno disso. Há importantes pensadores contemporâneos que têm trabalhado este tema e que nos mostram que justamente a complexidade do mundo físico, traduzida na biodiversidade, tem o seu equivalente e a sua conexão com a complexidade do mundo social, o pluralismo e a diversidade de culturas. É tão grave uma espécie que se extingue como uma língua que deixa de ser falada. Questões deste género permitem úteis articulações entre o ambiental e o social, entre o físico e o humano, entre o natural e o cultural.

Mais complicadas são as questões relativas a outra equação tensa a que me estou a referir – depois da primeira, ecologia e economia; depois da segunda, ambiental e social; agora a terceira, macro-escala e micro-escala.

Olhamos pela frente densamente, por vezes com dramatismo, a macro-escala. Quando ouvimos falar no aquecimento global, nas alterações climáticas, apreendemos que há um sistema global em que estamos envolvidos, que envolve a atmosfera, os oceanos, a floresta tropical, eu sei lá quantas componentes de uma pluralidade. Nós hoje somos confrontados com essa noção de interdependência que nos abre para a tal macro-escala. Sejam claros, meus amigos, hoje em dia nenhuma acção que nós empreendamos pode deixar de ter em consideração a importância da dimensão global dos problemas. Estou seguramente a dizer uma dado adquirido, mas há algumas aquisições que têm que ser repetidas nos contextos da nossa reflexão para que não passem despercebidas.

A este respeito, permitam-me um parêntesis. Vejamos o que se passa neste momento acerca do preço do barril de crude. Mesmo os menos informados sabem compreender que houve um tempo em que o preço do petróleo subiu por causa do crescimento da procura, nomeadamente da China e da Índia. Mas hoje já não é essa a questão. Os responsáveis dizem que já não há um problema de oferta e de procura no mercado mundial de petróleo e, em contrapartida, afirmam duas coisas: primeira, que há uma actividade especulativa, ou seja, que são especuladores que estão a operar transferências de recursos para seu benefício; segunda, que o preço do petróleo sobe graças à percepção de que ou Israel ou os Estados Unidos podem atacar o Irão! Mas se esta ameaça se desvanece, o preço do petróleo tende a descer. E neste momento a Condoleezza Rice já disse «nós não temos inimigos permanentes», estão em negociações com o Irão e o preço do petróleo baixaria em função disso.

Como vemos, a nossa interpretação da realidade é indissociável da escala global – uma escala global que nem sempre se coloca à dimensão mundial. Sobre isso gostava de registar uma nota, quase um alerta para um risco que corremos, uma reflexão sobre as nossas práticas, quanto ao risco de não fazer política. Precisamos de assumir a intenção

política da nossa reflexão e da nossa acção. Porque, digo-vos uma coisa, uma das maneiras mais frequentes de se fazer política é não fazer política, a desistência da política é uma forma enviesada de fazer política. As questões que aqui tratamos, que muitas vezes são de pequena escala, são de nível local, e no entanto são indissociáveis dos problemas da gestão da sociedade em que vivemos, das opções para o desenvolvimento, das políticas públicas, das dimensões macroeconómicas. Mas se houve coisa interessante nas perspectivas que aqui trouxeram, foi o ênfase posta na micro-escala, na comunidade, na população local, no grupo humano que está directamente envolvido nos processos que aqui apreciamos. E aí sinto ou pressinto que, se há o risco da ilusão de não fazer política, também me parece que há o risco de termos uma visão canonizada, ingénua da comunidade local. Porque a comunidade local é espaço onde se desenrolam muitos destes processos, mas, sejamos claros, ela também é espaço de conflito de interesses. A comunidade local não é homogénea, nela também há formas importantes de violência, nem que seja violência simbólica. E, se estamos a trabalhar com equações neste registo micro da comunidade local, temos de exorcizar qualquer visão de ingenuidade assumindo a realidade dos conflitos de interesse e perguntar-lhes, quando é preciso tomar decisões, se sabemos quem toma as decisões, em que contextos e com que tipos de participação democrática, como é efectivamente a metodologia democrática com que se faz política. E digo isto sabem porquê? Se considerarmos que a comunidade local também é um espaço de conflito de interesses, temos maior necessidade de desenvolver as capacidades de mediação, de negociação, de argumentação racional. Se há coisa que deve caracterizar as tomadas de decisão a partir da nossa experiência é justamente a capacidade de argumentação.

Se me permitem, a última tensão que gostava de partilhar convosco é a que oporia, ou que dialecticamente se estabelece, entre conservação e inovação. São palavras que, de uma maneira mais simples, se podem traduzir em olhar para o passado e olhar para o futuro, em memória e em aspiração. De algum modo, reparem, uma boa parte dos nossos trabalhos verbalizaram a capacidade da memória, da memória até planetária, da memória geológica, da memória da biosfera, da memória da conservação, da importância que tem a manutenção do património físico de que nós somos responsáveis de transitar para a geração seguinte. É uma espécie de conservadorismo que, como disse, se enraíza na geologia, passa pelo manto vegetal que envolve a nossa terra e passa depois pela nossa própria tradição cultural, raiz das nossas memórias colectivas. Tudo isso são questões que nos levam a pensar na importância da conservação. Mas no vosso discurso, nas vossas intervenções, não ficou só importante este património físico, o património arquitectónico, a memória dos objectos, dos saberes. Temos também o aspecto das culturas de esperança, a necessidade de sermos capazes de desenvolver as aspirações colectivas, de as pronunciar

também para atingir consensos em ordem a passos em direcção ao futuro. Sabemos que esta tensão nunca se conseguirá resolver plenamente, como aliás também as outras como as que opõem economia e ecologia, ambiental e social, macro-escala e micro-escala e agora conservação e inovação...

Deixem-me agora propor-vos apenas uma palavra para ficar a pairar... E digo isto porque julgo que as palavras são produtoras de pensamento, induzem pensamento, e portanto também comportamento, induzem acção. Refiro-me a um termo chave para encerrar o que eu estou a dizer e que é a palavra cosmopolitismo. Sabem porque é que eu gosto dela? Primeiro - lá estou eu outra vez com o grego - já aqui referi o *oikos*, o *logos*, o *nomos* e agora aqui o *cosmos*. Conhecem o significado da palavra, mas reparem que remete para o mundo físico, para a realidade cósmica, só que acrescenta *polis*, a cidade. Estão aqui ligados, o local e o global no pensamento acerca do *cosmos*. Ao referir isto estou a pensar em autores nomeadamente alemães (aprecio muito o pensamento alemão a respeito de algumas destas questões), que desenvolvem temas como exemplo o da democracia cosmopolita. Eu tão pouco poderei aqui explorar este conceito, mas digo-vos que a ideia de cosmopolitismo é talvez aquela que nos permite tomar consciência do cruzamento destas várias dimensões, umas globais outras particulares, umas do passado outras do futuro, umas do mundo físico outras da nossa polis, da nossa cidade. Talvez se possa afirmar: esta é uma palavra que pode ser referência central para as nossas práticas. E, como viram, se alguma coisa aqui disse de útil foi porque me permiti de algum modo devolver-vos as coisas interessantes que aqui disseram e que eu aprendi.

O CEIDA e a Educação Ambiental na Galiza¹

Carlos Vales (Director do Centro de Extensión Universitária e Divulgación Ambiental de Galicia, CEIDA; Consultor do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, CEA/ISCTE)

Em primeiro lugar, devo dizer que, desde que cheguei a São Tomé, na minha primeira visita, fiz algumas mudanças na apresentação que tinha inicialmente previsto. Na minha opinião, estas mudanças ajudam a tornar a apresentação mais interessante, pelo menos espero que concordem comigo. As mudanças principais dizem sobretudo respeito às reflexões que vou partilhar com vocês sobre o CEIDA, que é o Centro que na Galiza coordena e dinamiza projectos de Educação Ambiental. Já que neste momento, a reflexão consiste na relação entre a educação, entendida como ferramenta, e conservação da biodiversidade, penso que é interessante conhecer quais são as linhas de trabalho e em que consiste a instituição porque parte desta reflexão tem a ver com o trabalho que nós desenvolvemos.

O CEIDA é o Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia. A Galiza é um território que a Constituição espanhola designa como uma região que, dentro do território espanhol, tem nacionalidade histórica própria e que se situa, para quem não conhece, imediatamente acima de Portugal. O nosso Centro encontra-se numa das áreas mais povoadas do país, numa zona costeira que tem umas características muito peculiares na Galiza, como o seu interesse ambiental. Esse é o lugar onde o CEIDA tem a sua sede, numa pequena ilha onde existe um castelo que historicamente fazia parte do sistema defensivo da baía da Corunha. Na Europa não é estranho que património histórico ou artístico seja recuperado para usos sociais, mas já não é tão habitual utilizá-lo para defender o meio ambiente como acontece com o CEIDA. Outro aspecto interessante está numa das originalidades do projecto: é promovido pelo que seria o equivalente ao Ministério do Ambiente do Governo da Galiza, a Universidade da Corunha e a Câmara Municipal, que é a proprietária das instalações.

De uma forma muito sintética, quais são então os objectivos pelos quais este Centro nasce? O CEIDA tem como objectivos o intercâmbio científico, a educação, a formação, a informação, a pesquisa, a documentação, tudo em relação com o meio ambiente. Mas é também interessante ressaltar dois aspectos que podem ter interesse para a perspectiva que aqui nos traz: a capacitação, portanto a formação ambiental; e as tarefas de assessoria.

¹ Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 26 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "O Papel Social e Político da Educação Ambiental na Conservação da Biodiversidade", Instituto Superior Politécnico, São Tomé.

Outro aspecto que é interessante conhecer é que, desde que começou o período estável de funcionamento do CEIDA, e este é um Centro relativamente jovem que começou a funcionar em 2001, as suas linhas de trabalho não foram independentes. Procurou desenvolver-se trabalho em parceria com todo o tipo de instituições que prosseguem objectivos comuns, encontrando-se entre estas instituições Organizações Não Governamentais vocacionadas para a área do ambiente (ONGA), tanto de carácter local como internacional, administrações públicas, empresas, universidades e outros. Outra preocupação do CEIDA tem sido manter, desde o início, uma projecção que não ficasse apenas reduzida a conhecimentos e problemas, mas antes que seguisse uma perspectiva mais internacional do trabalho, partilhando actividades com uma grande diversidade de países.

Por outro lado, desde o início do seu funcionamento em 2001 até 2007, participaram nas actividades do CEIDA mais de 200 mil pessoas, sendo as áreas principais as actividades formativas, as exposições de divulgação sobre temas ambientais, os programas específicos de Educação Ambiental, as acções de cooperação, as actividades ligadas à gestão de uso público em áreas protegidas, etc. Destacaria especialmente que, no âmbito da formação, passaram pelo CEIDA neste período mais de 7 mil pessoas, o que significa uma média de mais de 1000 pessoas por ano participando em actividades de capacitação ambiental, e não estamos a falar de crianças ou escolas, mas sim de professores, educadores ambientais, profissionais e técnicos de diferentes áreas de trabalho.

Outro aspecto interessante sobre o Centro, que se vincula com o projecto de Salas Verdes promovido pelo Brasil, é a área de documentação ambiental e o CEIDA tem um centro especializado nesta área. Os seus fundos bibliográficos e documentais estão catalogados em livros, revistas e periódicos especializados. É importante dizer que recebe periodicamente quatro revistas especializadas sobre o Ambiente, das quais se seleccionam e catalogam os artigos de maior interesse, mas também materiais audiovisuais, informações não publicadas, cartografia e recursos electrónicos. No âmbito deste Centro de Documentação é publicado mensalmente um boletim em formato electrónico, ao qual se pode ter acesso via Internet, com todas as novidades relativas ao último período, tais como livros, artigos de interesse, legislação, páginas web, etc. Existe também um outro boletim especializado na temática marinha, que é uma das áreas em que o CEIDA está especializado dada a sua envolvente costeira e marinha; e uma linha de publicações sobre espaços que identificamos não terem publicações específicas ou que podem contribuir para a formação de pessoas que trabalham na área do Ambiente, na qual destacaria especialmente a publicação de uma revista bianual de pensamento científico, a *Ambientalmente Sustentável*, cujo último número foi dedicado a programas de Educação Ambiental para a conservação espécies ameaçadas, com experiências acumuladas durante as últimas décadas na Península Ibérica.

Entre as outras linhas de trabalho do CEIDA, que se foram definindo ao longo do tempo, destacarei muito brevemente aquelas que penso terem maior interesse para a presente reflexão. Assim:

- Por um lado, trabalhamos a temática da conservação, tanto sobre espaços naturais e áreas protegidas como espécies, através da capacitação de gestores, mas também de campanhas de sensibilização pública para a população em geral. Em concreto, é interessante ressaltar a experiência de gestão da Educação Ambiental e do uso público de um espaço natural protegido próximo ao nosso Centro que foi declarado há poucos anos monumento natural, decorrente de um trabalho de sensibilização que, tendo tempo, seria interessante falar demoradamente, mas fica referenciado nos seus principais valores;
- Por outro lado, trabalhamos sobre o meio marinho, na organização de encontros, seminários, intercâmbio de experiências, na elaboração de exposições para gerar consciência social, ou ainda projectos específicos como o projecto no âmbito da União Europeia liderado pela Galiza, no qual o CEIDA é o parceiro responsável pelas actividades na área da formação, que visa diversificar as possibilidades de emprego no sector marinho, desenvolvendo-se em parceria com a Bretanha francesa, a Sardenha em Itália e a Lituânia. É de referir que a preocupação com o meio marinho encontra-se bem fundamentada, devendo-se esta nossa linha de trabalho não só às condições especiais que temos vinculadas a este meio, mas sobretudo porque a sua problemática é muito importante no âmbito internacional, inclusive em São Tomé e Príncipe. A este nível, desenvolvemos ainda trabalhos específicos de Educação Ambiental dirigidos sobretudo ao público escolar;
- Por outro lado ainda, trabalhamos na área do turismo, tanto na promoção de boas práticas ambientais para o sector, como na valorização do património natural e cultural como ferramenta de promoção turística, incluindo a capacitação dos actores turísticos, nomeadamente guias e responsáveis do sector turístico;
- Finalmente, chamo a atenção para a área da cooperação que remete para o contexto geográfico-histórico da Galiza, desenvolvendo-se a três níveis principais: o âmbito espanhol-europeu, no qual desenvolvemos actividades de parceria e cooperação; o âmbito ibero-americano, no qual realizamos actividades com colegas de Cuba, Chile, Argentina ou México; e o âmbito da lusofonia, porque, na verdade, a nossa origem linguística é estritamente comum o que facilita e justifica a realização de actividades a este nível, destacando-se o I Congresso de Educação Ambiental dos países Lusófonos e Galiza, do qual a Galiza foi a anfitriã no mês de Setembro do ano passado.

Esta introdução permite-nos entrar agora no que vão ser as minhas reflexões sobre o vínculo entre a educação e a conservação. Por questões de tempo, irei apresentar apenas o esqueleto do corpo desta reflexão, do qual daria para falar muito mais demoradamente. O que vou fazer é deixar aqui apenas os elementos que acho que se têm que ter em consideração quando alguém reflecte e tenta construir projectos relativos à educação para a conservação.

O primeiro é reincidir no que a Educação Ambiental é e qual o seu papel. Há muitas definições possíveis. Eu gosto particularmente de uma definição apresentada há 30 anos no Congresso de Moscovo, pois acho que sintetiza todas as coisas fundamentais sobre a Educação Ambiental: é uma educação que não é feita só para indivíduos, a Educação Ambiental é para indivíduos mas também para colectividades; é uma educação que não só ensina conceitos, mas o que é mais fundamental, os valores e as capacidades e, sobretudo, a predisposição para intervir sobre o meio e sobre como nos relacionamos com ele; e capacita não apenas para resolver os problemas do momento mas aqueles problemas que se colocam para o futuro, o que é fundamental no contexto de mudanças muito rápidas. Entramos numa etapa em que os problemas que vamos ter que enfrentar enquanto comunidade humana vão ser novos e realmente desafiantes. Deixando isto claro como o conceito do que a Educação Ambiental tem que ser, no meu entender, qualquer educação não precisa de ter o apelido de ambiental, qualquer educação é educação ambiental. Se uma educação não capacitar para isto não é verdadeira educação.

Mas entrando no que a biodiversidade é, teríamos que começar por clarificar o que é a biodiversidade e é aí que começa parte dos nossos problemas. Como define a Convenção da Diversidade Biológica, a biodiversidade é a variabilidade de organismos vivos de qualquer fonte, incluindo entre outras coisas os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre os ecossistemas. Fazendo um comentário que faríamos na Galiza, isto é muito complicado. O primeiro problema que temos é que queremos trabalhar com a biodiversidade e a biodiversidade é um projecto muito difuso, porque tem muitos níveis nos quais se manifesta e isto é complicado de explicar à partida, é muito mais fácil falar com o inventor da palavra, provavelmente atrapalharmo-nos todos se tivermos que falar do repertório de seres vivos e sua riqueza à face da terra. Deixando-nos de tanta complicação, a biodiversidade realmente implica espécies, diversidade dentro das espécies na sua variabilidade genética, ecossistemas, paisagens e também a intervenção em interrelação com os seres humanos.

Mas se é uma coisa tão complicada, porque temos que nos preocupar? Um motivo é porque a biodiversidade é fundamental para nós, presta uma enorme quantidade de

bens e serviços à sociedade humana, tanto que não poderíamos sobreviver no planeta sem a biodiversidade. Daria para enumerar todos os serviços que a biodiversidade presta, mas evidentemente não temos tempo, pelo que se alguém quiser aprofundar o tema simplesmente terá que recorrer à bibliografia. Mas é fundamental deixar claro que um dos motivos pelos quais a biodiversidade é tema de preocupação, pelo menos para muitos peritos, mas deveria ser do conjunto da população, é precisamente pelos serviços que a biodiversidade presta. Outro motivo adicional para nos preocuparmos não é porque nos presta serviços importantes, porque se não estivessem ameaçados não haveria problema, o problema é que estamos a destruir a biodiversidade a uma velocidade incrível, muito mais do que aparentemente se nota. Este é outro dos problemas da educação para a biodiversidade: que não se nota a sua destruição.

Trouxe aqui alguns exemplos, poderia ter muitos mais, de como é que isso acontece. Um dos ecossistemas de mais biodiversidade da terra são as florestas húmidas tropicais que estão a ser destruídas por todo o planeta a uma velocidade imensa, incluindo o contexto em que aqui nos encontramos no qual não sobra mais do que 10% da área originalmente ocupada por estas florestas. Mas noutro extremo de ecossistemas ou de ambientes terrestres como podem ser os sistemas sub-áridos, nos quais moram milhões e milhões de pessoas, têm uma enorme fragilidade e estão sujeitos a um processo de degradação enorme. Neste momento, perdemos a capacidade para manter comunidades de seres vivos e alimentar os seres humanos que aí moram.

Outra das vias é a perseguição directa de espécies. Há apenas duas décadas não havia problema com os tubarões, hoje a maioria das espécies de tubarões do planeta estão em perigo de extinção. Mas não apenas em espécies de maior ou menor interesse comercial... Portanto, creio que nós temos que planear para tentar conservar esses valores e esses serviços que a biodiversidade nos presta. Uma possível aproximação é esta que eu proponho aqui. Haveria três grandes âmbitos que têm que confluír para conservar a biodiversidade: o da investigação e gestão, a legislação, a educação e a participação pública, que não deixa de ser uma via concreta pela qual se podem fazer os processos educativos. De maneira muito sintética, sem pretender aprofundar mas simplesmente dar umas pinceladas do que em qualquer destes âmbitos seria interessante saber - daria para falar muito mais demoradamente, insisto

Por um lado, é incrível o que não sabemos, mas, por outro lado, também é importante saber que sabemos o suficiente para poder actuar. Por exemplo, sabemos quais são os pontos quentes de biodiversidade do planeta e, portanto, quais deveriam ser as áreas prioritárias de conservação. Uma das áreas importantes são os bosques e as florestas guineenses; da mesma maneira, sabemos quais são as áreas quentes da biodiversidade marinha, por

certo também São Tomé e Príncipe está dentro desse grupo. Os santomenses têm uma responsabilidade especial porque têm uma parte muito importante do património colectivo da humanidade e o resto dos povos e das pessoas temos a co-responsabilidade de cooperar com os santomenses para conservar esse património que é património comum de todos.

Sabemos isto e aprendemos muito desde que se começou a prática da gestão da conservação nos finais do século XIX. De chamar a atenção que há toda uma série de aspectos que em 1962 existiam como preocupação dos gestores e que hoje são prioritários, entre eles a capacitação, as novas ameaças, ter em conta a população local, coisas que quase não se faziam. Fiquemos com esta ideia: há uma bagagem de conhecimento teórico-prático acumulado no sistema da conservação que nos permitiria fazer as coisas relativamente bem hoje em dia e portanto aí temos uma experiência.

O outro âmbito é o da legislação. Como também não lhe podemos dedicar muito tempo, simplesmente chamaria a atenção de que também dispomos na actualidade de ferramentas suficientes para poder actuar. Uma coisa são os conflitos socioambientais que não somos capazes de resolver, outra coisa são os problemas sociais da gestão da conservação da biodiversidade. Mas sabemos que temos identificados níveis de importância nas categorias das áreas protegidas, ou temos suficiente precisão de que é preciso proteger mais território. É a partir dos anos 80 que a intensidade de declaração de novas áreas e o incremento de protecção de território no planeta incrementa vertiginosamente. Temos um grande ponto fraco que é o meio marinho em que a superfície protegida na actualidade é 3-4 partes, o que significa dizer que é de cerca de 1%, portanto temos aí uma enorme fragilidade. A segunda fragilidade é no âmbito da regulamentação. Há muitos regulamentos que só existem no papel e que portanto o seu destino vai ter que acabar antes de ser prorrogados porque entretanto deixaram de existir os valores pelos quais foram declarados, mas isso são problemas sociais.

Por fim, na educação e a participação pública chamaria a atenção para alguns aspectos. Há, por exemplo, na organização mundial mais importante na conservação que em alguns países joga um papel importantíssimo, noutros não tanto, uma série de conhecimentos como os que eu estou tentando recolher num manifesto, que nos permitiriam fazer bem as coisas, mas é fundamental que cheguem a cumprir os seus objectivos. Vou dizer também umas palavras da reflexão do último Congresso da Comissão de Educação e Comunicação: o êxito da conservação do espaço é em 90% um problema de comunicação e educação, não é um problema de gestão dos sistemas biológicos. A gestão dos sistemas biológicos é mais fácil de fazer, os problemas a resolver são os problemas sociais e, nesse sentido, a educação e a participação. Da mesma maneira, é fundamental desenvolver políticas precisamente no âmbito da intervenção social, não científica-naturalística, e é

imprescindível aprender como ser mais eficaz na utilização dos instrumentos sociais de conservação e não só nos instrumentos técnico-naturalísticos.

Por outro lado, se partimos de outra reflexão da Convenção sobre Diversidade Biológica, eu chamaria a atenção sobre este texto que aparece aqui referenciado e que aborda de novo o problema que eu já comecei a falar da educação para a conservação. É que é difícil que a população perceba a importância dos serviços, dos valores, dos contributos, que a biodiversidade traz. Este é o grande desafio que a educação para a conservação tem que planear. De facto, o cenário no qual se vai desenvolver o trabalho e a vida de todos nós nos próximos anos tem a ver com grandes desafios ambientais. Um deles ficou expresso no início deste Seminário, o das alterações climáticas. Estamos perante um problema que vai ter consequências inevitáveis e potencialmente catastróficas sobre todos os âmbitos da vida humana, inclusive a conservação do património biológico do planeta. Este é um problema que temos aí e que tem diferentes cenários possíveis, um ou outro segundo a nossa conduta no nível internacional e a responsabilidade dos líderes dos diferentes países. Outro é que no fundo as alterações climáticas não são mais do que um síndrome, uma temperatura que marca a febre do sistema biológico global, porque os processos de degradação, que não estritamente climáticos nem apenas energéticos, também têm a ver com as mudanças radicais do uso da terra, a forma como os sistemas biológicos naturais do planeta estão a ser arrasados. Em boa medida, parte dos processos de falta de capacidade de mitigação da produção de carbono tem a ver com as mudanças de uso da terra.

Por fim, a Educação Ambiental é uma ferramenta para fazer frente à questão ambiental, porque temos que ter consciência que vivemos numa época em que a crise ambiental vai implicar mudanças e temos que ser capazes de nos adaptar e reflectir sobre os desafios que se colocam com as ferramentas ao nosso alcance. Eu acho que se algum instrumento vai ser especialmente relevante para ajudar a conservar o mais valioso do nosso património biológico vai ser que os serviços ambientais se entendam, não que tal planta é endémica, não que tal árvore é muito simbólica. Se queremos ter água limpa, se queremos ter ar limpo, se queremos ter solos para trabalhar, se não queremos que existam desabamentos de terras que matam milhares de pessoas, se queremos que os mangais aguentem as tempestades tropicais para que não matem milhares de pessoas e produzam desabamentos de terras, necessitamos de sistemas naturais. E ou somos capazes de reinterpretar os espaços naturais protegidos pelos serviços de água limpa, pelos serviços de materiais para produzir qualidade de vida das pessoas, ou temos pouco que fazer. Em qualquer caso, isso teremos que fazer nos contextos locais. No contexto local de onde eu venho, no Noroeste da Galiza, processos de trabalho social e educativo com a população conseguiram salvar uma área protegida que estava ameaçada pela especulação no litoral, representadas pela

beleza paisagística, por espécies simbólicas da zona, que a população local interiorizou como seu dever conservar.

O discurso ambiental não pode ser um discurso genérico, tem que ser um discurso adaptada à realidade social, cultural, educativa, e aos problemas específicos de cada população. Nesse sentido, não sou ninguém para dizer a qualquer colega de qualquer país irmão como é que tem que trabalhar, simplesmente que aqui temos um problema, temos as ferramentas, e que cada um de nós tem que desenhar o seu próprio percurso.

Muito obrigado.

Educação Ambiental no processo de consciencialização ambiental da população e de integração das comunidades na gestão do Ambiente¹

Arlindo de Carvalho (Geógrafo, Director-Geral do Ambiente, São Tomé e Príncipe)

Apresentação

Vou começar por apresentar e descrever uma caracterização de São Tomé e Príncipe. As ilhas de São Tomé e Príncipe fazem parte de uma linha vulcânica, onde também estão incluídas as ilhas de Ano Bom na parte Sudoeste, a ilha do Bioko no Nordeste, que se estende até ao Continente Africano através do Norte dos Camarões, até ao largo do Chade. A ilha está portanto situada no Golfo da Guiné. Segundo os dados da História Geológica as ilhas de São Tomé e Príncipe fazem parte de um pequeno número de áreas que escaparam aos grandes acontecimentos de glaciação, o que permitiu que se tornassem num refúgio importante para um certo número de espécies que desenvolveram características próprias dando origem ao surgimento de um elevado número de espécies endémicas.

1. As fragilidades de um território insular

Tendo em conta a localização geográfica das ilhas, o seu tamanho e as características dos seus ecossistemas, as ilhas são consideradas como um território frágil, sensível e vulnerável do ponto de vista ambiental. A fragilidade e a vulnerabilidade são duas componentes que caracterizam a situação ambiental das ilhas de forma geral. Em São Tomé e Príncipe a problemática do aquecimento global não passa despercebida e tem constituído uma das maiores preocupações para a vulnerabilidade ligadas ao ambiente. De acordo com estudos levados a cabo ao nível nacional, o País emite para a atmosfera cerca de 578 mil toneladas de gás que provocam o efeito estufa, mas absorve três vezes mais, isto é, 1544 milhões de toneladas de gás que provoca o efeito estufa.

O sector que mais contribui para esta emissão é o sector das energias, fundamentalmente através da energia produzida pela queima de lenha utilizada nas cozinhas, pequenas indústrias e produção de carvão. A lenha queimada é responsável por 80% das emissões; a energia produzida através da queima de combustíveis fósseis contribui com 20% das emissões. No entanto, outros sectores também contribuem com uma pequena quantidade, tais como a queima de resíduos, a queima das florestas para abertura de campos e os transpor-

¹ Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 no Painel "Apresentação da Experiência de São Tomé e Príncipe", Palácio dos Congressos, São Tomé.

tes. As florestas santomenses absorvem por sua vez, três vezes mais do que a quantidade emitida a nível nacional. Podemos considerar as nossas florestas como a principal componente de manutenção do equilíbrio ecológico nacional, pois para além de absorverem toda a quantidade de gases de efeito estufa produzida a nível nacional, absorve dois terços de gases provenientes de outras partes do mundo. No entanto, encontram-se seriamente ameaçadas devido ao fenómeno da pobreza, onde uma parte da população vê nas mesmas o principal recurso para resolver os seus problemas económicos e financeiros.

Apesar de São Tomé e Príncipe não contribuir para a degradação do clima mundial, já que absorve mais gases com efeito estufa do que a quantidade emitida, o País tem sofrido fortes consequências de mudanças climáticas mundiais. As consequências do aumento do nível do mar estão patentes nas zonas costeiras do País: têm surgido inundações em várias zonas do País, fundamentalmente nas áreas urbanas no momento das chuvas periódicas; tem havido um grande aumento da erosão costeira, que é um fenómeno real em todo o País nas zonas urbanas, que tem constituído um grande problema; tem havido aumento da erosão interior e inundações de algumas zonas costeiras e destruição de algumas infraestruturas, como por exemplo as estradas e as habitações que estão localizadas perto das costas, devido ao aumento do nível do mar. Atendendo a estas consequências, o País elaborou o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas cujo objectivo principal é estudar os sectores mais vulneráveis às mudanças climáticas e apresentar propostas de medidas de adaptação.

Outra componente ambiental importante é a Biodiversidade, já que a sua protecção constitui um outro problema de grande prioridade para as autoridades. Se compararmos as ilhas de São Tomé e Príncipe com os países da região da África Central, onde existem também um grande número de espécies endémicas, verifica-se que apesar da pouca extensão territorial de São Tomé e Príncipe, as mesmas ocupam um lugar de destaque em número de espécies endémicas. Ao nível dos oito países da África Central ricos em biodiversidade, São Tomé e Príncipe ocupa o primeiro lugar em número de espécies de aves endémicas, o terceiro lugar em número de espécies de mamíferos endémicos e o quarto lugar em número de espécies de plantas endémicas.

Os recursos da biodiversidade constituem elementos essenciais no processo de desenvolvimento social, económico e cultural do País, pois proporcionam à população alimentos, medicamentos, materiais para a construção, materiais para a urbanização e são uma das bases fundamentais para o desenvolvimento do turismo nas suas diversas vertentes. Apesar da importância da biodiversidade para o desenvolvimento socioeconómico do País e, apesar dos esforços das autoridades nacionais para preservarem esta componente natural, os resultados não têm sido animadores.

Embora quase 60% da área terrestre do País ainda conter floresta relativamente densa, a extracção não duradoura de madeira para combustível e para construção de habitações, assim como a usurpação das mesmas pelos pequenos proprietários para abertura de terras para horticultura, constituem potenciais ameaças para as florestas. O desbravamento das terras florestais pode resultar a curto prazo numa perda da diversidade de espécies e habitats, a erosão dos solos e, a longo prazo, poderá levar a uma mutação dos ecossistemas e do clima.

Tomando em consideração os problemas acima referidos e tendo em conta a importância da biodiversidade para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, as autoridades santomenses decidiram reservar 30% do território nacional como área para conservação e preservação dos recursos naturais nele existentes. Neste sentido, as leis número 12/6 de 2006 e 7 de 2006 criaram os Parques Naturais de Obô de São Tomé e Obô do Príncipe. Os Parques Naturais que abarcam todas as áreas e florestas primárias de São Tomé, assim como as outras áreas consideradas de ecossistemas muito frágeis têm como objectivo fundamental preservar, conservar e defender os ecossistemas florestais lá existentes, assim como salvaguardar as espécies animais, vegetais e habitats ambientais. Outras potencialidades naturais que podem servir de atracção turística. A conjugação da biodiversidade e de ecossistemas de inegável beleza com altos níveis de endemismo faz de São Tomé um País atraente para um turismo da natureza. Existem áreas naturais como a possibilidade de conservação da biodiversidade e das áreas naturais para o desenvolvimento económico e sustentável. Algumas referências de considerável interesse turístico são por exemplo:

- os Picos de São Tomé a 2024m de altitude e o ponto mais alto da ilha, e o Pico do Príncipe;
- a queda de água de grande beleza como as Cascatas de São Nicolau, Bombaim e de Blublu;
- as elevações como o Pico Maria Fernandes, Cão Grande e Cão Pequeno;
- a vegetação exuberante como as florestas primárias densas de altitude e as florestas secundárias onde a fauna endémica tem sido objecto de estudo de grupos de observadores de pássaros;
- as plantações de cacau e de café sob a protecção de florestas de sombra, no interior da qual ainda se encontram árvores, gigantescos testemunhos das florestas húmidas de baixa altitude de outrora;
- a riqueza marinha que conta com as tartarugas, golfinhos, baleias e um grande potencial para as pescas desportivas;
- o valor da utilização ornamental das plantas, já que São Tomé e Príncipe possui uma das mais ricas floras de orquídeas de África de grande potencial ornamental.

2. A Educação Ambiental no processo de consciencialização das comunidades

No âmbito de estudos e reflexões levados a cabo sobre a problemática ambiental nacional conclui-se que uma das causas fundamentais da degradação do ambiente em São Tomé e Príncipe era resultado da mentalidade da população santomense e da falta de informação e de sensibilização da população, assim como uma ausência de educação ambiental que permitisse uma valorização do ambiente. Neste caso, foi programada uma estratégia para se ultrapassar a situação, em que a educação, a formação e a consciencialização da população foram definidos como elementos fundamentais e prioritários para a mudança de mentalidade com vista a inverter a situação de degradação que o País tem vindo a conhecer e com maior pressão nos últimos tempos.

A estratégia considera que investir nos recursos humanos em todos os domínios de desenvolvimento e, em particular na área do ambiente, constitui um dos principais elementos para a obtenção do desenvolvimento sustentável que todos preconizam. A educação e a formação ambiental valorizaram duas vertentes: a educação formal e a educação não formal. Da educação formal na área do ambiente, incluindo a formação especializada em sectores ambientais prioritários, fazem parte de um conjunto de medidas que estão a ser implementadas no quadro das acções prioritárias do País e na estratégia traçada nos diferentes domínios do ambiente. Apesar de considerar que a formação e a educação ambiental constituem a pedra angular para a mudança de mentalidades e comportamentos da população a problemática ambiental visa criar as bases para um desenvolvimento sustentável em que a prioridade deve ser direccionada para as gerações mais jovens, no sentido de inculcar nos mesmos o sentido de consciência e responsabilidade pelo ambiente. Introduzindo princípios ambientais básicos nos programas escolares das escolas primárias e secundárias, o País poderá atingir o importante objectivo de influenciar a direcção a seguir no futuro pelas gerações mais jovens. Influenciando a consciência das crianças, as famílias também seriam sensibilizadas. E assim se cumpriria um duplo objectivo.

Tendo em conta as dificuldades de ordem material humana e financeira de diferentes sectores da vida nacional, incluindo a educação que se debate, a introdução de questões ambientais no currículo escolar não tem sido possível até ao momento. No entanto, as questões ambientais têm vindo a ser tratadas nas disciplinas de ciências naturais, onde se destaca a biologia e a geografia.

Respeitando à educação não formal, acções de informação, educação e comunicação e consciência educacional têm sido implementadas junto dos órgãos de comunicação social, nomeadamente, a televisão e a rádio. Esta actividade tem vindo a ser desenvolvida com a participação das ONG's nacionais, grupos de animadores locais, sectores de Ad-

ministração Central do Estado, representantes das Autarquias Locais e representantes de sectores privados. Os temas têm sido diversos, focando de uma forma geral os principais problemas ambientais existentes no País, nomeadamente, a desflorestação, a erosão costeira, o saneamento básico do meio, entre outros. No entanto, consta dentro das acções prioritárias o regulamento de módulos para introduzir o ensino sobre o ambiente nos programas escolares. A educação informal tem como principal objectivo promover a tomada de consciência sobre o ambiente fora do sistema do ensino oficial.

3. Perspectivas

No âmbito da cooperação na área ambiental, e na Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi elaborado um Projecto que propõe o fortalecimento da educação ambiental nos oito países membros. Este projecto consiste na constituição de centros de informação de referência em educação ambiental, com a criação de duas salas verdes em cada um dos países membros, a elaboração de um programa conjunto da educação ambiental da CPLP e a formação de quadros. Tendo em conta a importância das salas verdes para o País, e atendendo que nesta primeira fase prevê-se instalar duas salas em São Tomé e Príncipe, o grupo recomendou que fosse instalada uma em São Tomé e outra na ilha do Príncipe.

Para o caso concreto de São Tomé, tendo em conta que nem a estrutura do Ministério dos Recursos Naturais nem a estrutura da Direcção Geral do Ambiente possuem espaços para a referida instalação, recomendou-se instalar a mesma na Biblioteca Nacional. Nos contactos feitos junto dos responsáveis da Biblioteca Nacional, foi decidido pôr uma sala à nossa disposição para o referido Projecto. A sala ficará sob a responsabilidade do bibliotecário Sr. Adérito Vasconcelos da Silva. Todas as actividades da educação ambiental no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe, serão coordenadas pela Direcção de Informação e Educação, Comunicação e Estatística Ambiental da Direcção Geral do Ambiente, na pessoa da senhora técnica, a Dra. Aline Castro.

Respeitando à sala verde para a ilha do Príncipe, foram estabelecidos contactos com o Governo Regional do Príncipe e será instalada uma equipa para coordenar a direcção da sala verde na delegação da Direcção-Geral do Ambiente da região do Príncipe.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Educação Ambiental, Representações Socioculturais e Conservação de Espécies Ameaçadas em meio insular africano

Brígida Rocha Brito¹ (Investigadora, Coordenadora de Projecto de Investigação, Centro de Estudos Africanos/ISCTE)

I. Contextualização

O trabalho enquadra-se no âmbito da investigação de Pós Doutoramento em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES) sobre o tema da Educação Ambiental e Mudança Social Comunitária numa perspectiva de sustentabilidade.

Nas regiões insulares africanas que têm sido estudadas, a saber os Arquipélagos dos Bijagós na Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a preservação ambiental com conservação de espécies apresenta traços diferenciadores, sendo portanto variável nos resultados, mas tem sido, ao longo do tempo, marcada pela informalidade, estando fortemente dependente da consciência comunitária, social e valorativa criada e reproduzida, pelo que apoiada por Organizações da Sociedade Civil.

Ao longo de toda a investigação, o nível de análise privilegiado tem sido o local, procedendo-se à identificação de acções promotoras de envolvimento comunitário. A metodologia adoptada por todas as iniciativas em curso analisadas é favorável à intervenção social, estando centrada no planeamento, na implementação e na prossecução de programas educativos e de sensibilização com o objectivo de criar uma relação integrada com o Ambiente, ou seja favorável à preservação de áreas protegidas e à conservação de espécies.

A investigação tem-se fundamentado no princípio de que as acções pedagógicas vocacionadas para a protecção do Ambiente, prosseguidas junto das comunidades locais, implicam o envolvimento efectivo de alguns grupos comunitários de forma a que sejam produzidos efeitos reais de preservação ambiental em meio florestal e costeiro, mas também de protecção e de conservação de espécies, em particular com estatuto de ameaçadas ou em risco.

Todas as regiões estudadas apresentam alguns traços caracterizadores comuns, entre os quais: a localização geográfica e a referenciação a partir do Oceano Atlântico; as características de insularidade arquipelágica; a distância e o isolamento; as influências culturais

¹ Pós Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia sob o tema "Desenvolvimento Local Sustentável em contexto insular africano: da Educação Ambiental à Mudança Social Comunitária" (CEA/ISCTE) coordenado pelo Professor Doutor Luis Moita.

resultantes de um passado histórico comum com a emergência de comunidades miscigenadas e crioulas; a existência de Áreas Naturais Protegidas classificadas como Parque Natural, Reserva ou Zona Ecológica, dotadas de biodiversidade de espécies, sendo umas comuns e outras endémicas; a complementaridade entre as acções de preservação ambiental e o incremento do Turismo de Natureza vocacionado para a observação, contemplação e aprofundamento do conhecimento pela experiência; a existência de comunidades locais caracterizadas por culturas específicas, que ancestralmente estabelecem contacto directo e diário com os meios naturais onde estão fixadas, deles dependendo.

Contudo, apesar da rápida identificação das características comuns, as três regiões em análise apresentam alguns traços de especificidade que as diferenciam em função das particularidades regionais e geográficas, ou seja de se tratar de uma região insular de um Estado continental ou de um Estado Insular.

Os factores que influenciam e condicionam cada um dos casos estudados são diversos e estão descritos pela literatura científica de referência, podendo exemplificar-se: o percurso histórico; as características físicas de cada arquipélago; os mecanismos de enquadramento e de regulação legal dos recursos ambientais; o envolvimento institucional e a capacidade de intervenção das Organizações da Sociedade Civil na criação, na implementação, na prossecução e na avaliação de programas de acção socioambientais; as características comunitárias, bem como a forma de organização social e étnica; os elementos simbólicos e culturais que conferem identidade às comunidades; as práticas e as manifestações socioculturais; as representações sociais atribuídas à flora e à fauna e que se traduzem nas diversas formas que a relação entre as comunidades e o Ambiente revestem.

2. Factores Culturais e Representações Sociais

Nas três regiões insulares em estudo, a pressão exercida pelas comunidades sobre o Ambiente é então caracterizada de forma diferenciada, sendo as acções humanas diferentemente enquadradas, orientadas e reguladas, mas igualmente marcadas pela desinformação, gerando desequilíbrios vários que põem em risco a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das populações locais.

O problema evidenciado no que respeita às áreas naturais é particularmente agravado sempre que se fala em protecção de espécies, já que estas são vulgarmente entendidas de forma secundarizada pelos grupos comunitários. Por viverem fortemente dependentes dos recursos ambientais, as populações insulares africanas reconhecem-lhes principalmente um valor utilitarista, privilegiando toda e qualquer estratégia de sobrevivência e sobrepondo a valorização do rendimento familiar relativamente ao Ambiente. Os modos de vida ancestrais, estreitamente ligados aos recursos naturais para assegurar a sobrevi-

vência (economia caracteristicamente recolectora) e a manutenção familiar, têm assim continuidade eternizando-se e agravando a pressão exercida. Desta forma, a relação entre as comunidades locais e o Ambiente tem sido influenciada por hábitos e outros elementos culturais ancestralmente enraizados, transmitidos de geração em geração, reforçados por sistemas simbólicos e práticas socioculturais que inclusivamente, em determinadas situações, podem revestir um carácter ritual (Bijagós, por exemplo).

Em alguns grupos comunitários, nomeadamente os que mantêm formas de organização social tradicionais e marcadas pela antiguidade, o costume e a tradição oral representam formas significativas de transmissão de conhecimentos e de reprodução social. Para estas comunidades, a exploração de recursos naturais, a captura de espécies, o consumo, a transformação e a comercialização reflectem o efeito conjugado dos hábitos culturais antigos com as estratégias socioeconómicas. Este é um caso que pode ser exemplificado com a situação da captura, do consumo, da venda e da transformação de tartaruga marinha, ovos e carapaça em São Tomé e Príncipe.

Em muitas circunstâncias, a complementaridade entre a sobrevivência e as características da cultura tradicional é acentuada pelo desconhecimento acerca de formas alternativas de produção e de consumo que favorecem o estabelecimento de uma nova relação com o meio natural. Esta situação resulta da inexistência de programas oficiais e formais alargados de informação, sensibilização e principalmente de formação, mas também da insuficiente abrangência dos programas pedagógicos sobre a problemática ambiental, promovidos pelas Organizações da Sociedade Civil.

Em qualquer uma das regiões analisadas até ao presente, as acções de sensibilização, formação, preservação de espaços e protecção de espécies programadas e implementadas têm sido caracterizadas por uma margem de incerteza, no que respeita tanto à continuidade como aos resultados efectivos.

Os valores socioculturais que fundamentam a criação de representações sociais, que auxiliam na identificação, caracterização e justificação de atitudes comportamentais de conservação, ou pelo contrário de consumo intensificado contribuindo para o agravamento das ameaças, adquirem importância. A tradição oral e o costume têm-se revelado como importantes instrumentos de reforço das identidades comunitárias, assegurando a transmissão dos conhecimentos ancestrais, das formas de produção, dos saberes sobre a utilização de recursos ambientais e da reprodução de práticas sociais.

3. Criação de Sociedades Sustentáveis

Com base na análise da literatura de referência foi equacionado o conceito de sociedade sustentável, apresentado e discutido entre outros autores por Diegues (1996) e Pedrini

(2006). A pertinência do conceito no âmbito deste estudo é justificada pela equação entre a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de modelos de organização social e os diferentes contextos de enquadramento em que os grupos comunitários estabelecem contactos equilibrados e planeados com o Ambiente, respeitando-o, por reconhecerem o seu valor intrínseco.

O elemento essencial que diferencia o conceito de sociedades sustentáveis, particularizando-o, consiste na dimensão de responsabilização social atribuída e reconhecida às comunidades. Aos membros das populações locais é inculcido e transmitido um sentido de responsabilização a favor da harmonia e do equilíbrio social, que se traduz no sentimento de pertença e de inclusão. Toda a comunidade é responsabilizada pelo bem-estar comum e pela convivência equilibrada de âmbito social, económico e ambiental, o que pressupõe ainda a emergência de uma dimensão ética e tendente à Paz social.

É reconhecida a ideia de que a vida comunitária, particularmente em contexto insular africano, depende da relação estabelecida entre o Homem e o Ambiente, e a preocupação em assegurar a continuidade é naturalmente evidenciada neste tipo de abordagem. A harmonia socioambiental é caracterizada pelo respeito e pelo equilíbrio entre o Homem e a Natureza, fundamentados em princípios de justiça e de equidade, sobretudo perspectivados nas dimensões temporais de presente e de futuro, evidenciando assim uma clara preocupação com a sustentabilidade.

Os grupos comunitários são definidos como sociedades responsáveis (Sauvé, 2005) por serem, e se sentirem, responsabilizados pela criação de uma óptima relação com os espaços naturais, incluindo as áreas protegidas e as fragilizadas, dos quais dependem no quotidiano, e com os quais criam interdependências. Com base na operacionalização do conceito de sociedades responsáveis, as acções de criação, implementação, prossecução e avaliação de programas de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, habitualmente abreviados como EASS (Pedrini, 2006), são justificadas. Através do seguimento das metodologias de Educação Ambiental, o património natural adquire um valor intrínseco, que é reconhecido pelos grupos comunitários que o utilizam, deixando assim os recursos ambientais de ser entendidos apenas com uma conotação utilitarista. A responsabilização social passa a ser cada vez mais valorizada pelas populações locais, já que todos se sentem, e são, responsáveis pela manutenção do equilíbrio no presente, tendo por objectivo o futuro.

O envolvimento das populações locais nas acções de preservação ambiental e de conservação pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de actividades, entre as quais a definição e a elaboração de diagnósticos criteriosos, exaustivos e rigorosos, com identificação dos principais problemas sentidos em cada região, a preparação em conjunto de programas de acção com identificação de faseamento cronológico, o acerto de me-

metodologias adequadas às necessidades, às características dos grupos e aos objectivos que se pretende alcançar. Assim, as sociedades sustentáveis e, por conseguinte, responsáveis caracterizam-se por um conjunto de traços (Guimarães, 2003), entre os quais se podem destacar os seguintes:

1. o respeito e o cuidado com as comunidades humanas para a prossecução de acções tendentes à melhoria das condições de vida, pressupondo o cumprimento do princípio da qualidade;
2. a conservação da biodiversidade e a redução do problema da esgotabilidade dos recursos não renováveis;
3. a adaptação das atitudes e dos comportamentos marcados pela ancestralidade que não estejam adequados à preservação da Natureza, conciliando as novas necessidades e criando condições para que as comunidades locais possam gerir os seus recursos com autonomia a partir da valorização dos princípios de integração;
4. o incentivo à integração entre o desenvolvimento socioeconómico e a conservação da Natureza, implicando a criação de alternativas para as actividades tradicionais consideradas agressoras do Ambiente,
5. a preocupação com a construção de uma aliança global fundamentada na criação de redes de parceiros e de interlocutores de âmbito local, regional, nacional e internacional, em que são identificados e reconhecidos como comuns um conjunto de preocupações, objectivos e metodologias a implementar.

4. Grupos Categoriais

Independentemente do contexto, dado tratar-se de comunidades que evidenciam uma estreita dependência do Ambiente, incluindo em contexto de área protegida, os programas de Educação Ambiental que potenciam acções de preservação de espaços e de conservação de espécies são valorizados apesar de se caracterizarem pela informalidade.

Os grupos-alvo são as próprias comunidades locais abrangidas e envolvidas nas campanhas de sensibilização, de formação genérica, técnica e específica, de criação de emprego e de diversificação dos postos de trabalho com incentivo para o auto-emprego. Esta opção estratégica aparenta um duplo objectivo: por um lado, a promoção da alteração dos hábitos e das práticas socioculturais depredadoras, agressoras e poluentes, favorecendo a preservação ambiental e a protecção de espécies; por outro lado, a fixação das populações evitando a desertificação e reduzindo os efeitos do envelhecimento populacional sentido de forma agravada em algumas regiões. Os grupos privilegiados podem ser classificados em categorias, às quais são identificadas e reconhecidas áreas prioritárias de intervenção, com acções associadas e em curso. Assim, podem ser agrupadas a partir de três dos eixos

da Educação Ambiental: a sensibilização; a informação; a formação. Independentemente das áreas regionais, as linhas de intervenção identificadas consistem na necessidade de preservar espaços comuns, mas também de conservar espécies ameaçadas e de proceder à limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras. Em qualquer uma das linhas e das áreas de intervenção, a metodologia prosseguida tem sido fundamentada na readaptação dos princípios valorativos e das representações sociais com o objectivo de criar uma nova relação, consciente e responsabilizada, entre as comunidades e o Ambiente.

Assim, foram identificados quatro grupos categoriais principais e comuns, a saber:

- a) O Líder Comunitário, cujos traços de personalidade são identificados, descritos e reconhecidos pela maioria dos membros da comunidade local como qualidades, sendo o seu comportamento vulgarmente definido como exemplar. Nesta categoria, a liderança pode ser evidenciada como formal ou informal, mas é sempre respeitada, sendo frequentemente procurado para aconselhamento em situações críticas da vida comunitária, bem como em necessidade de interpelação dos poderes públicos. Neste grupo enquadram-se homens com idades iguais ou superiores a 50 anos;
- b) O Explorador de Recursos Naturais, que tanto pode ser caçador como pescador, cortador de madeira ou desempenhar outra actividade socioeconómica que requiera a utilização directa da Natureza, sem que exista preocupação exteriorizada com o cumprimento de um plano global de controle e de preservação. Aos indivíduos que se enquadram nesta categoria é reconhecido um papel fundamental para a vida familiar e comunitária já que são estes que em parte contribuem para a aquisição de recursos, fomentando a dinamização da economia local. Contudo, são os responsáveis directos pela promoção e pelo agravamento dos desequilíbrios ambientais, aumentando os riscos no que respeita à continuidade de espécies ameaçadas. Nesta categoria enquadram-se maioritariamente homens com idades variáveis entre os 25 e os 50 anos;
- c) A Vendedora, que trabalha em mercados locais (e à qual são atribuídos nomes diversos em função das regiões consideradas, tais como *palaiê*, em São Tomé e Príncipe, ou *bideira*, na Guiné-Bissau), onde a actividade profissional é marcada pela informalidade. A função da vendedora é entendida pelas populações locais como fundamental para a vida comunitária já que estabelece a ligação entre as actividades produtivas e extractivas de base e o consumo. Nesta categoria enquadram-se maioritariamente mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos;
- d) O Jovem, que frequenta a escola ou as acções de sensibilização e de monitorização promovidas pelas Organizações Não Governamentais locais através de programas

específicos. Nesta categoria enquadram-se adolescentes e jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

5. Áreas de Intervenção

Tal como para os grupos tipológicos, do ponto de vista analítico, considerou-se uma grelha classificatória de situações que requerem intervenção e que são também comuns a todas as regiões. A saber: a preservação de espaços naturais comuns, incluindo as áreas protegidas; a conservação de espécies, principalmente endémicas e com estatuto de ameaçadas; a limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras. Assim:

1. Preservação de espaços naturais comuns, particularizando-se as áreas protegidas, florestais, costeiras e marinhas que, independentemente das regiões estudadas e em determinadas áreas consideradas, se confrontam com um desequilíbrio na relação entre o Homem e o Ambiente.

Da observação, recolha de dados de natureza qualitativa e consequente análise, tem-se destacado a ideia de que, independentemente de se tratar de uma área protegida, a Natureza é entendida a partir de uma dimensão utilitarista visto que o valor intrínseco que a natureza encerra é secundarizado. Dado que nos contextos insulares observados até ao presente o Ambiente é dotado de alguns recursos abundantes e renováveis, a percepção comunitária traduz um entendimento de não esgotabilidade e de alarmismo por parte das entidades promotoras das acções, nem sempre sendo bem acolhidas. Por outro lado, a ligação entre o Homem e o Território é directa e intensa, sendo a estratégia económica de base familiar fundamentada em actividades de recolheção e de captura directa de recursos. A Educação Ambiental passa assim a ser entendida como um desafio acrescido.

A tomada de consciência, a identificação das necessidades e a definição da estratégia de acção para a criação de uma relação equilibrada e respeitadora entre o Homem e a Natureza implica compreender quais as representações sociais que as comunidades têm dos recursos considerados, sejam paisagísticos, de fauna ou de flora. Para a maioria das comunidades contactadas, a representação social dos recursos ambientais centra-se na percepção do usufruto e na dimensão económica tradicionalmente reconhecida, fundamentada na equação entre a escassa disponibilidade de recursos e a existência de múltiplas necessidades.

A exploração abusiva dos elementos naturais é habitualmente entendida pelas comunidades locais como um meio de garantir, com alguma segurança, a sobrevivência das famílias, não se verificando uma preocupação imediata e directa com a produção de efeitos, positivos ou negativos, para o Ambiente, também revestindo menor importância a perspectiva do longo prazo. Dada a forte dependência das comunidades em relação ao meio, que é naturalmente diferenciada em função das regiões, os valores implícitos ao

conceito de sustentabilidade nem sempre são exteriorizados. Os dados recolhidos e analisados indicam que a maioria das populações equaciona e valoriza o presente, sentindo-se condicionada por um passado marcado pela tradição, variável do ponto de vista temporal, sem considerar o futuro como uma realidade, por não ser de fácil materialização.

Com exceção do caso dos Bijagós na Guiné-Bissau, a ideia da preservação de espaços ambientais, incluindo protegidos, aparece explicitada muitas vezes como uma contrariedade. Na Guiné-Bissau, em particular nos Bijagós, e de forma concreta no Parque Natural Marinho de João Vieira e Poilão, é comum a existência de espaços sagrados, tais como fontes, árvores, matos e rios. O atributo da sacralidade confere, de forma natural e espontânea, a estes espaços e recursos, um estatuto de impossibilidade no uso já que são definidos como intocáveis por encerrarem uma dimensão divina, superior e sobre-humana. Em resultado da representação social que lhes é atribuída, ancestralmente reconhecida e transmitida de geração em geração pela tradição oral e pelo costume, a conservação de áreas ou de recursos adquire um carácter involuntário e inconsciente. Este caso pode ser exemplificado com a tartaruga marinha em João Vieira, com o hipopótamo em Orango ou com o tubarão na Ilha Formosa.

A ideia de que as acções de preservação podem significar contrariedades para a vida quotidiana das comunidades locais, nomeadamente no caso de São Tomé e Príncipe, decorre da identificação e do reconhecimento de que existem limites pré-estabelecidos para a utilização ou usufruto dos recursos que aparentemente o Ambiente oferece de forma natural, espontânea, abundante e sobretudo gratuita. Esta percepção pode traduzir-se e resultar no surgimento de resistências para o envolvimento comunitário em acções de sensibilização com preservação de espaços naturais comuns e conservação de espécies.

A resistência em relação ao envolvimento em acções temáticas e sectoriais de preservação, com reconhecimento do limite, é mais evidenciada nas comunidades santomenses do que em qualquer outra região estudada. Devido aos traços ambientais característicos marcados pela riqueza, diversidade, densidade, abundância e endemismo, em São Tomé e Príncipe, a percepção de que existem habitats ameaçados, mesmo que dotados de espécies de fauna e de flora endémicas, com possibilidade de esgotabilidade não é habitual e muito menos generalizada. A percepção comunitária é exactamente a oposta, traduzindo-se em ideias de diversidade, riqueza e sobretudo abundância.

2. Conservação de espécies com estatuto de ameaçadas e em risco a nível internacional, oficialmente reconhecido no *Red Book* da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Entre as espécies que sofrem as ameaças e se confrontam com o risco de esgotabilidade, comuns às três regiões em estudo, destacam-se, em meio marinho, a tartaruga e os

cetáceos (golfinhos e baleias). Em todos os casos analisados até ao presente, com excepção do Parque Natural Marinho de João Vieira e Poilão nos Bijagós, a principal causa dos riscos de esgotabilidade consiste na excessiva captura, maioritariamente intencional no caso da tartaruga marinha e acidental nos cetáceos.

A tartaruga marinha é uma das espécies mais ameaçadas já que, além da possibilidade de consumo directo por parte das famílias, representa uma fonte de rendimento imediato, como resultado da venda de carne e de ovos em mercados locais, e de médio prazo, pela possibilidade de transformação da carapaça e comercialização de artesanato. No caso dos cetáceos, a maioria tem resultado de capturas acidentais com abandono posterior, acabando os indivíduos por perecer nas praias após darem à costa feridos. Contudo, nos últimos dois anos têm-se registado ocorrências de suicídio colectivo de cetáceos, em particular no arquipélago cabo-verdiano, sem justificação aparente, colocando-se a hipótese de se tratar de grupos que sofreram desorientação. Este facto pode ser explicado pela intensidade e potência dos motores de barcos de pesca e diversas embarcações de recreio.

Em meio terrestre, a situação apresenta algumas diferenças, já que não existe identificação das mesmas espécies nos três territórios considerados. As espécies ameaçadas e em risco distinguem-se em função das regiões, podendo destacar-se que, no conjunto, as mais significativas são as aves, incluindo migratórias e marinhas, os símios e o hipopótamo. Nestes casos, as causas que provocam o estado de ameaça e de risco são também diferenciadas e específicas para as espécies predominantes em cada uma das regiões analisadas.

As aves sofrem as ameaças da captura para consumo e comercialização, podendo exemplificar-se neste último caso com a situação do Papagaio Cinzento Africano em São Tomé e Príncipe (*Psittacus erithacus*) que tem sido alvo de capturas não controladas destinadas à exportação ilegal. As aves migratórias e marítimas são também alvo de ameaças várias, tanto naturais como humanas, mesmo que não se coloque a questão do consumo e da comercialização. Neste caso, são frequentes as ocorrências de abates não controlados sempre que espécies avícolas interferem com os níveis de produção agrícola de uma colheita, por exemplo como ocorre frequentemente na Guiné-Bissau.

Os símios são espécies naturalmente pouco comuns em meio insular, apesar de existirem em São Tomé e Príncipe. São sobretudo capturados por caçadores locais, que procedem ao abate com o objectivo do consumo doméstico, por serem entendidos como uma fonte nutricional importante para as famílias e um recurso alternativo a outros alimentos que impliquem contrapartidas financeiras.

O risco de esgotabilidade do hipopótamo em meio insular, que é uma espécie espontaneamente ameaçada pelo reduzido número de indivíduos que actualmente constituem os grupos, é naturalmente elevado. Neste caso, não se regista influência directa significa-

tiva da acção humana, já que a espécie não é utilizada para consumo. Paralelamente, a representação social da espécie indica que, ao contrário das situações anteriores, a tendência é para a preservação. Assim, a espécie encerra uma representação cultural de contornos religiosos, resultando no desenvolvimento de acções tradicionais fundamentadas no respeito e na veneração que resultam em medidas involuntárias de conservação. Este último exemplo regista-se apenas no arquipélago dos Bijagós e, tal como sucede com a tartaruga marinha, nesta região é objecto de adoração e considerado um habitante de lugares sagrados, cuja crença impede a captura, a morte e o consumo. As representações sociais destes animais traduzem o reconhecimento de atributos de protecção sagrada, o que favorece a promoção local de acções educativas junto das populações residentes.

Do ponto de vista cultural é, muitas vezes, reconhecido às espécies ameaçadas um atributo de sacralidade e de protecção para toda a comunidade, transformando-as em objecto de culto. A influência da cultura tradicional, materializada no desenvolvimento de práticas rituais fundamentadas em sistemas simbólicos enraizados, tem-se revelado determinante na continuidade das acções de conservação espontânea.

A primeira conclusão a que a investigação tem conduzido é de que a percepção das populações locais em relação à maioria das espécies não é idêntica para os grupos comunitários das diferentes regiões analisadas, dependendo de vários factores, entre os quais os traços culturais tradicionais e dominantes. Contudo, a maioria das acções de conservação em meio insular africano requer a intervenção de diferentes tipos de actores socioeconómicos e políticos, através da criação e da prossecução de programas específicos.

Ao contrário do que sucede, por exemplo com a tartaruga e o hipopótamo dos Bijagós, em determinadas ilhas dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, percebe-se a existência de uma representação social utilitarista de algumas espécies. Esta situação resulta do entendimento de que no Ambiente existe a possibilidade de satisfazer necessidades imediatas de consumo associadas à rentabilização financeira da actividade de alguns grupos socioprofissionais. Nestas ilhas, as tartarugas marinhas são consideradas pelos grupos comunitários como uma importante fonte nutricional e de rendimento económico. Ressalta ainda uma falsa consciência, resultado de desinformação, de que, por continuar a aparecer nas praias e nas águas territoriais, a espécie é abundante em número de indivíduos e inesgotável, sendo as acções de conservação entendidas como factores de alarme desadequado e excessivo.

Os programas de Educação Ambiental de vocação conservacionista têm proliferado em qualquer uma das regiões estudadas, apesar de não evidenciarem uma tendência de permanência e um carácter de regularidade. De acordo com a informação recolhida na missão exploratória, em Cabo Verde, em particular nas ilhas de Sal, Boavista, Santiago e

São Vicente, têm sido planeadas acções de Educação Ambiental sob o tema da conservação da tartaruga marinha, apoiadas por programas ministeriais (Ministério do Ambiente) e por organizações internacionais (UE e UICN), sendo maioritariamente prosseguidos por Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA). Estas acções são complementadas por sensibilização comunitária com divulgação de informações e prossecução de formação específica, sem esquecer a intervenção no terreno de carácter multissetorial. Assim, tem-se procedido ao envolvimento de grupos comunitários considerados sensíveis com o objectivo de proceder ao patrulhamento de praias e áreas costeiras com vigilância a pescadores, monitorização de tartarugas marinhas em período de desova e nidificação (contagem, medição, colocação de sensores para seguimento via satélite), transferência de ovos para centros de incubação artificial e controle de eclosões.

Em São Tomé e Príncipe, as acções de Educação Ambiental têm sido propostas e desenvolvidas por organizações internacionais e da sociedade civil, nomeadamente ONGA (MARAPA, Associação Monte Pico, Clube das Nações) com grupos comunitários (Morro Peixe, Malanza, Porto Alegre), evidenciando-se uma tendência actual para um envolvimento de órgãos públicos (Direcção-Geral do Ambiente). A metodologia de trabalho evidenciada pode classificar-se de artesanal, já que as técnicas disponíveis para o patrulhamento das áreas costeiras e balneares e monitorização de espécies são mais rudimentares do que as utilizadas em Cabo Verde. Os dados recolhidos até presente na missão exploratória em São Tomé e Príncipe indicam que o envolvimento dos grupos comunitários tem-se revelado pontual apresentando resultados diferenciados, destacando-se como experiências bem sucedidas as localidades de Morro Peixe, com a criação de Centros de Incubação Artificial e do Ecomuseu Casa Tatô, onde está a ser desenvolvido um projecto ecoturístico de vocação conservacionista, o Jalé Ecolodge e um “Centro de Incubação Artificial”.

No arquipélago dos Bijagós na Guiné-Bissau, a actuação das ONGD e das ONGA tem-se revelado determinante no sentido de regular a relação entre as comunidades e o Ambiente, nomeadamente no que respeita à gestão dos recursos naturais e das áreas protegidas. Em paralelo, os órgãos públicos, como é o caso do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), na dependência do Ministério da Agricultura, têm estabelecido uma relação de colaboração com as organizações da sociedade civil com intervenção no terreno (Tiniguena, Nantynian, Palmeirinha e Acção para o Desenvolvimento) e de parceria com organizações internacionais de conservação (UICN).

3. Limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras em resultado da sistemática acumulação de lixos, resíduos sólidos e materiais poluentes que deterioram o Ambiente e agravam os problemas de saúde pública e de bem-estar das populações locais, sobretudo quando perspectivados no longo prazo, pondo em causa a dimensão da sustentabilidade. O pro-

blema da acumulação de lixos em meio urbano, rural e costeiro, independentemente de se tratar de áreas protegidas, tem sido agravado ano após ano na maioria dos países africanos, e em particular nas regiões insulares, já que a recolha e o tratamento adequado não parecem ser prioridades. Na verdade, a ausência de informação e de meios técnicos adequados para a recolha e o tratamento de detritos tem sido um elemento comum a todos os casos analisados, procedendo-se à limpeza de espaços comuns com um carácter pontual e apenas quando as necessidades se revelam prementes pelo excesso de acumulação.

A situação dos lixos e resíduos promove de forma directa um agravamento das condições de salubridade, em particular durante os períodos de chuvas, realçando problemas de saúde pública que afectam grupos comunitários vulneráveis, além de promover a emergência de desequilíbrios ambientais com a consequente degradação dos ecossistemas. Por outro lado, a acumulação e o não tratamento de resíduos sólidos não biodegradáveis representa uma ameaça para a conservação de algumas espécies, em particular em meio costeiro e marinho, como são os casos das tartarugas marinhas (em praias de desova ou em mar), dos golfinhos e das baleias (em mar).

Independentemente da região insular considerada tem sido possível identificar situações diferenciadas em que ocorre lançamento com acumulação de resíduos sólidos e materiais poluentes em áreas naturais ou urbanas comuns, sem que se verifique uma preocupação criteriosa com a separação e o tratamento adequado destes materiais. As técnicas utilizadas para o tratamento de lixos continuam a ser as tradicionais e ancestralmente utilizadas pelas comunidades e que consistem na criação de aterros com perfuração do solo e cobertura com terra ou a queimada indiferenciada de materiais. No caso, qualquer uma destas técnicas é promotora de agravamentos do estado ambiental por serem poluidoras e geradoras de degradação dos ecossistemas, em particular dos que apresentam fragilidades. O problema da limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras é comum a todos os territórios insulares, com particular agravamento nas zonas de maior densidade populacional como são as capitais regionais e nacionais, e as zonas peri-urbanas.

Nestas regiões insulares, a concepção da limpeza e da reciclagem tem vindo a ser progressivamente introduzida, se bem que de forma diferenciada e com resultados distintos. Contudo, e apesar dos esforços encetados por diferentes entidades envolvidas, continua ainda a ser prevalecente a ideia de que limpar é “tirar de dentro da casa e pôr o sujo da porta para fora” (História de Vida, Guiné-Bissau), sem a consciência de que o problema se mantém sem resolução efectiva e consistente. O princípio subjacente a afirmações como a citada remete a análise para dois pressupostos que se interrelacionam. Por um lado, e de forma imediata, a indisponibilidade de informação adequada no que respeita à recolha e tratamento de resíduos sólidos por parte das famílias que, na vida quotidiana, solucionam o problema

através de técnicas tradicionalmente utilizadas. Por outro lado, a inexistência de programas adequados e sistemáticos, com um carácter regular, de âmbito nacional, regional e local de limpeza de espaços comuns, que prevejam a reciclagem e a reutilização de materiais.

Conclusões

Nas três regiões insulares em estudo, a ligação entre as formas de vida das comunidades locais e o Ambiente é directa e intensa, já que as famílias dependem dos recursos naturais para subsistência, neles encontrando alternativas imediatas viáveis, formais e informais. A um nível imediatista da análise, pode considerar-se que se trata de populações que, em geral, contribuem de forma directa para a exploração e a degradação de elementos ambientais, reconhecendo-lhes espontaneamente um atributo utilitarista mas não lhes identificando uma importância intrínseca.

A imagem que cada indivíduo faz do Ambiente, incluindo recursos de fauna e de flora, marinhos, costeiros e florestais, mas também paisagens e espaços protegidos, é criada e construída, podendo ser fundamentada em elementos culturais dominantes a nível comunitário, já que contribui para o reforço identitário. Para a construção e manutenção das identidades socioculturais locais, os grupos comunitários valorizam elementos simbólicos, fomentam a reprodução cíclica de práticas culturais e reforçam representações sociais direccionadas.

A situação ambiental na África insular, seja de preservação ou de degradação, depende em grande medida da forma como as comunidades concebem o Ambiente, bem como das representações socioculturais que têm em relação a determinados recursos.

Bibliografia

- DIEGUES, A. C. S. (1996). Ecologia humana e planeamento em águas costeiras. São Paulo, NUPAUB
- FAHLMAN, Asa (2002). African grey parrot conservation: a feasibility evaluation of developing a local conservation program in Principe. Uppsala Universitet, Minor Field Study 84, Sweden, December
- GUIMARÃES, R.; TOMAZELLO, M. (2003). A formação universitária para o meio ambiente: educação para a sustentabilidade in Ambiente e Educação, v. 8, Rio Grande
- PEDRINI, Alexandre (2006). Educação Ambiental para o Desenvolvimento ou Sociedade Sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. Educação Ambiental em Acção, nº 17 (ISSN 1678-0701)
- SAUVÉ, Lucie (2005). “Educação Ambiental: possibilidades e limitações”, Educação e Pesquisa, v. 31, nº 2, Maio-Agosto: 317-22
- TINIGUENA (2003). Plan de gestion de la zone côtière des îles Urok 2004-2008. Réserve de Biosphère de l'archipel de Bolama-Bijagos. Guinée-Bissau
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde. Direcção Geral do Ambiente

Caça, comunidades rurais e conservação da biodiversidade em São Tomé e Príncipe

Mariana Carvalho (Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves, Instituto Superior de Agronomia de Lisboa)

Introdução e objectivos

A caça e a captura da fauna florestal constituem uma parte importante da vivência das comunidades locais de zonas tropicais, para alimentação dos caçadores e familiares ou para comercialização dos animais capturados. No entanto, em muitos países da África Central e Ocidental, a caça de espécies selvagens tornou-se insustentável, ameaçando por um lado a conservação da fauna e por outro a sobrevivência e segurança alimentar das populações mais pobres do planeta (Bennett et al, 2006).

Na ilha de São Tomé existem cerca de 45 comunidades rurais que vivem na zona tampão ou na periferia da área protegida do Parque do Ôbo, maioritariamente em situação de pobreza e relativo isolamento, e que estão de alguma forma dependentes dos recursos animais florestais. O preço da carne e a dificuldade de acesso às comunidades, que condicionam a disponibilidade de peixe e outros produtos não produzidos localmente, conduzem a uma maior pressão sobre o próprio parque. Neste estudo pretendeu-se analisar os padrões de consumo de carne, peixe e búzio na população de Claudino Faro, e quantificar a importância dos recursos animais florestais na alimentação das famílias. Pretendeu-se ainda analisar o tipo de caça praticada e os perfis socioeconómicos dos caçadores, assim como quantificar o número de animais abatidos durante o período de estudo. O objectivo principal foi a integração da informação de forma a analisar as implicações da situação observada, por um lado, no desenvolvimento rural e na segurança alimentar da população, e por outro lado, na conservação e gestão das populações animais na área protegida.

2. Metodologia

Foi realizado para o programa ECOFAC (programa da UE para a Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais da África Central) no país, um estudo de diagnóstico e identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido Parque (Associação Monte Pico, 2008). A partir deste trabalho e da colaboração com a Associação Monte Pico, foi seleccionada a comunidade de Claudino Faro, antiga dependência da roça Água Izé, para amostrar no presente trabalho. Esta

comunidade localiza-se no distrito de Cantagalo e tem a estrutura típica de uma dependência colonial, com habitações do tipo comboio (senzala), algumas casas de madeira e a antiga casa do feitor, onde residem no total 96 famílias (correspondentes a 372 pessoas).

Foram realizadas entrevistas aos alojamentos familiares sobre os padrões de alimentação e de consumo de carne, e relacionados com as preferências e o estatuto sócio económico das famílias entrevistadas. Por outro lado, foram identificados e entrevistados os caçadores da mesma comunidade, de forma a compreender a importância da actividade para a subsistência familiar e analisar a existência de ocupações alternativas. Descreveram-se o perfil dos caçadores, as técnicas de caça utilizadas e a fauna caçada durante o período de estudo. Os animais capturados na floresta por caçadores locais ou de fora, e trazidos para o quintal da comunidade, foram registados durante todo o período de estudo por observadores locais.

2. Resultados

Foram entrevistadas 35% das famílias residentes na comunidade, correspondendo a 43% da totalidade dos habitantes (34 alojamentos, 159 pessoas). Destas, apenas uma família referiu não comer carne de caça, todas as outras afirmaram comprar mais ou menos regularmente carne na mão dos caçadores. A carne de porco-do-mato é comumente a única disponível para consumo dos habitantes da comunidade, uma vez que praticamente toda a produção de animais domésticos se destina à venda para fora de Claudino Faro (os animais saem vivos de lá). A carne de porco-do-mato é vendida ao quilo ao mesmo preço que o porco doméstico, e é a carne preferida de 33% das famílias inquiridas (ver figura 1).

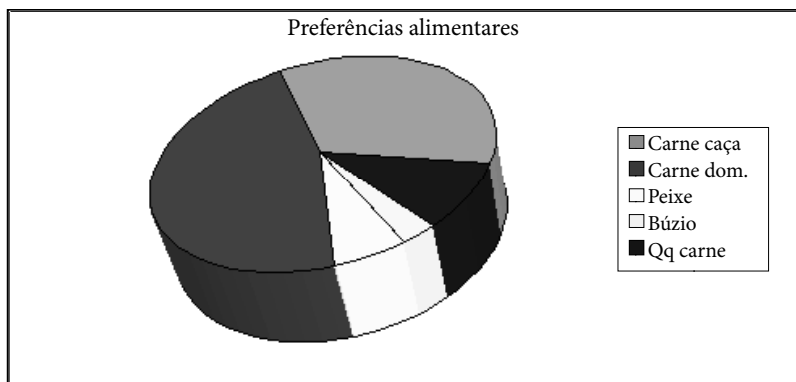


Figura 1 – Distribuição das preferências alimentares, registadas nas entrevistas aos alojamentos familiares de Claudino Faro.

O búzio-do-mato é sem dúvida o alimento fonte de proteínas mais consumido na comunidade, e praticamente todas as famílias afirmaram comer “todos os dias” ou “quase todos os dias” (ver figura 2). Não é no entanto uma comida preferida (houve apenas um alojamento que o referiu como tal), e o seu consumo deve-se ao facto de ser um alimento acessível e nutritivo. Para além disso, tem um papel importante a nível social e na economia familiar, já que são as mulheres e as crianças que procedem à apanha e arranjo dos animais. Parte é então vendido às *palaiês* (vendedoras intermediárias), que trazem outros alimentos (como peixe) para a comunidade e levam o búzio para vender na cidade, três vezes por semana.

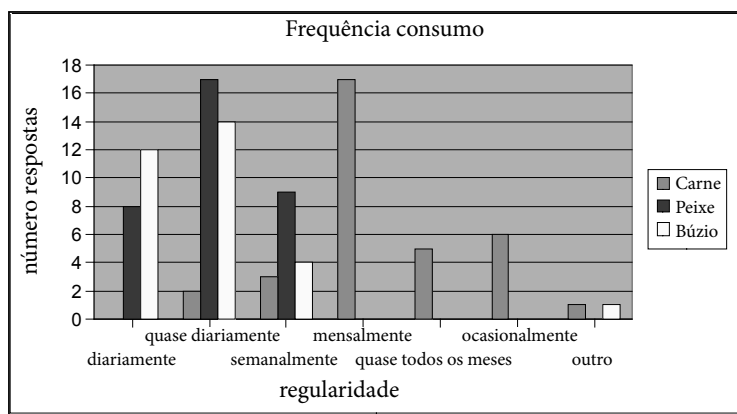


Figura 2 – Dados da regularidade de consumo dos diferentes alimentos, registados nas entrevistas aos alojamentos familiares de Claudino Faro.

O peixe é um alimento importante e surge quase diariamente na alimentação familiar, embora também não seja normalmente uma comida preferida. As espécies de peixe que são vendidas em Claudino Faro são as mais baratas (*fulo-fulo* e *voador*), e são trazidos frescos pelas *palaiês* três vezes por semana. Para os restantes dias, algumas famílias fumam, salgam ou secam o peixe, de forma a conserva-lo.

Um outro aspecto observado nesta comunidade foi o consumo de aves em alguns alojamentos (18%), provenientes de caçadas realizadas pelas crianças. Estas organizam-se em grupos de caça, envolvendo desde 3 a 8 crianças, e apanham várias espécies de avifauna com laços e iscos, ou armadilhas com visco (uma espécie de cola fabricada com jaca madura). Este comportamento é mais regular na altura de férias, que por sua vez corresponde à época seca e portanto a altura mais fácil para andar na floresta. As armadilhas são feitas com fios de saco, e para os iscos aproveitam o fruto do *bengue* (arbusto endémico que

várias espécies de aves apreciam), ou do mamoeiro, entre outros. As aves capturadas são trazidas por vezes ainda vivas e são maltratadas pelas crianças da comunidade até as matarem para preparar para comer (pelo próprio grupo de caça, ou pelas famílias dos jovens caçadores). Todas as aves capturadas no período acompanhado são endémicas e duas têm estatuto de conservação vulnerável (*Columba thomensis* e *Zosterops ficedulinus*) (IUCN, 2008). Todos os animais capturados e trazidos para a comunidade no período de estudo (incluindo as aves capturadas pelas crianças) foram registados pela investigadora e por dois assistentes locais, um dos quais caçador. Foi detectada alguma falta de informação nos registos dos assistentes, principalmente na observação das aves capturadas pelas crianças. Foi no entanto possível conhecer os animais abatidos por caçadores de outras localidades que se deslocaram à área circundante de Claudino Faro. Foi ainda possível registar a caça do Ibis (*Bostrychia bocagei*) para alimentação, por ocasião do dia da criança. Esta espécie tem estatuto de conservação “criticamente ameaçado” (IUCN, 2008), mas foi referido como muito apreciado para consumo por vários caçadores e respectivas famílias.

Foram identificados sete caçadores na comunidade, e quatro foram entrevistados formalmente. Embora todos saibam utilizar arma de fogo, poucos possuem uma, e o método de caça mais utilizado é o Mutambu, ou laço, que se dirige fundamentalmente ao porco-do-mato. Os caçadores têm todos uma outra actividade principal, a maioria trabalha a agricultura e o campo da família, mas pelo menos três dos sete caçadores dedicam-se principalmente à extracção de vinho de palma. Notou-se aliás uma predominância entre os habitantes da comunidade para a escolha de actividades extractivas dos recursos florestais, nomeadamente o vinho de palma, o corte de madeira ou a caça. Estas são actividades substancialmente mais lucrativas do que a agricultura de subsistência, face à falta de conhecimentos e acesso a técnicas de produção agrícola. Os caçadores afirmam caçar para “sobreviver” e ganhar alguma carne e dinheiro para a alimentação da família.

3. Discussão

A utilização dos recursos faunísticos florestais em São Tomé difere da situação documentada para outras regiões de África, pelo facto de que os animais que mais contribuem para a alimentação das comunidades rurais terem sido introduzidos nas ilhas e não possuírem um valor particular de conservação (é o caso dos mamíferos terrestres e do búzio-do-mato). Verificou-se que estes animais são, no entanto, muito importantes para as populações locais, quer pelo seu valor proteico e alimentar, quer pelo valor económico que assumem para os caçadores ou recolectores e suas famílias. Os mamíferos introduzidos têm aparentemente um valor nutritivo e económico importante para as populações, e a sua caça tem igualmente um efeito de controle que beneficia as espécies endémicas, o que rele-

va a importância de gerir as populações destes animais de forma sustentável. Uma redução demasiado grande nos efectivos destas espécies poderia ter um efeito contrário, obrigando as pessoas a procurarem outras fontes de proteína (eventualmente as aves), pelo que se torna fundamental compreender as escolhas dos caçadores e a procura dos consumidores.

Também, e num contexto similar, a importância do búzio-do-mato para a alimentação e economia locais, o seu papel na valorização social do trabalho das mulheres, e o seu potencial efeito positivo na conservação da espécie endémica do búzio-do-Obô são aspectos muito interessantes da situação santomense.

Por outro lado, a caça e captura de espécies endémicas (e principalmente de aves) é uma prática comum, praticada por crianças e por adultos, utilizando geralmente técnicas de caça simples (a fiska, ou elástico é um objecto muito utilizado entre a população). As crianças fazem-no por desporto e diversão, embora os animais abatidos sirvam para a alimentação das crianças e das suas famílias. As aves endémicas são um dos principais emblemas do meio ambiente de São Tomé e Príncipe, e a sua extinção devido à sobre-exploração teria uma significância global. O Ibis (*Bostrychia bocagei*) e o Pombo-do-Mato (*Columba thomensis*) são exemplo de espécies que têm sofrido ao longo do tempo uma considerável pressão cinegética, apesar do seu estatuto de conservação e do quase total desconhecimento da sua biologia e ecologia, e continuam a ser caçadas mesmo apesar das populações reduzidas.

Um aspecto fundamental a ter em conta a partir dos resultados obtidos, é a necessidade premente de uma campanha nacional de educação ambiental e sensibilização das crianças (e adultos), sobre a questão da fauna e da avifauna em particular, assim como da existência e importância da área protegida. Existe um profundo desconhecimento sobre as questões ambientais entre as comunidades da periferia do Parque, e esse seria um importante primeiro passo para uma estratégia de desenvolvimento que aliasse a conservação dos recursos naturais ímpares de São Tomé e Príncipe.

Bibliografia

- Associação Monte Pico (2008). Identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido parque - Relatório Final. Programa Regional de conservação e valorização dos Ecossistemas Florestais da África Central (ECOFAC, fase 4)
- BENNETT, E., BLENCOWE, E., BRANDON, K., BROWN, D., BURN, R.W., COLISHAW, G., DAVIES, G., DUBLIN, H., FA, J.E., MILNER-GULLAND, E.J., ROBINSON, J., ROWCLIFFE, J.M., UNDERWOOD, F.M., WILKIE, D. (2006). Hunting for Consensus: Reconciling Bushmeat Harvest, Conservation, and Development Policy in West and Central Africa. *Conservation Biology*, 21(3): 884–887.
- IUCN (2007). 2007 IUCN Red List of Threatened Species. www.iucnredlist.org (30 September 2008).

O Projecto Rios e a melhoria de rios e ribeiras

Pedro Teiga (Doutorando da FEUP) e F. VELOSO-GOMES (Professor Catedrático da FEUP)

Introdução

Desde as primeiras civilizações, o ser humano, por razões económicas, culturais e de lazer, esteve sempre ligado aos recursos hídricos, vivendo uma relação que sustentava uma natureza mais poderosa do que o Homem. Com a evolução da civilização humana, esta posição mudou. O desenvolvimento das sociedades actuais tem conduzido a uma degradação generalizada do meio ambiente e a uma utilização irracional dos recursos naturais.

Actualmente, os rios e as ribeiras em Portugal apresentam vários problemas, nomeadamente ao nível dos usos comuns e da afluência de oportunidades de exploração de recursos que ocorrem ao longo da sua bacia hidrográfica. Muitos destes problemas resultam da falta de conhecimento e participação pública, quer ao nível da população em geral quer ao nível do poder decisor. A reabilitação pretende a reposição das condições do ecossistema preexistente de uma forma sustentada e integrada da situação de boa qualidade ambiental que já existiu nesse local e de acordo com os conhecimentos técnico-científicos e valores culturais presentes (Teiga, 2003).

As técnicas seleccionadas e a forma como são implementadas em projectos de reabilitação de rios e ribeiras nem sempre têm contribuído para o desenvolvimento sustentado desses espaços ribeirinhos, nomeadamente, no cumprimento dos requisitos exigidos por lei e no seguimento das directrizes previstas na Directiva Quadro da Água (DQA). Para a concretização do processo de reabilitação de um troço ribeirinho é necessário proceder a um conjunto de etapas sucessivas estruturadas e com protocolos de acção, seguindo os princípios da reabilitação com recurso a medidas não estruturais e estruturais quando necessário, acompanhadas por uma participação pública bem definida, (Teiga, 2003; Teiga et al, 2007).

O Projecto Rios é um projecto que visa a participação social na conservação dos espaços fluviais, procurando acompanhar os objectivos apresentados na Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e contribui para a implementação da Carta da Terra e da Directiva Quadro da Água. A implementação deste projecto pretende dar resposta à visível problemática, de âmbito nacional e global, referente à alteração e deterioração da qualidade dos rios e à falta de um envolvimento efectivo dos utilizadores e da população em geral.

1. Objectivos

Neste trabalho tem-se como objectivos principais apresentar: a estratégia de implementação do Projecto Rios em Portugal, os contributos deste projecto para a melhoria de rios e ribeiras, apresentar os resultados de algumas actividades desenvolvidas com alunos de diferentes graus de ensino e com a população local. São ainda indicadas algumas medidas utilizadas para a concretização destas actividades.

2. Projecto Rios

O Projecte Rios foi lançado na Catalunha pela *Associación Habitats para Projecte RIUS Catalunya* em 1997, e desde então tem-se revelado um sucesso. Actualmente, em Espanha, o Projecto Rios, com mais de 10 anos de experiência, desenvolve as suas actividades de voluntariado, abrangendo mais de 1000 grupos em cinco Comunidades Autónomas: *Associación Habitats*, na Catalunha; ADEGA, na Galiza; Xúquer Viu, na comunidade de Valência; CIMA na Cantábria e Territórios Vivos, em Madrid. Foi estabelecido um protocolo para a sua adopção no território português com a *Associación Habitats para Projecte RIUS Catalunya*. Em Portugal, o Projecto Rios chegou em 2006 e é promovido pelas seguintes entidades: Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA); Associação de Professores de Geografia (APG); Liga para a Protecção da Natureza (LPN); Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). A ASPEA é presentemente a responsável pela coordenação do projecto. Actualmente estão envolvidas na implementação do Projecto Rios no território nacional diversas entidades institucionais (câmaras municipais, juntas de freguesia, escolas, associações, Organizações Não Governamentais, institutos e centros de investigação), empresas e a população em geral.

O Projecto Rios visa a adopção e a monitorização de um troço de rio, de modo a promover a sensibilização da sociedade civil para os problemas e a necessidade de protecção e valorização dos sistemas ribeirinhos. O Projecto Rios tem como principal objectivo implementar um plano de adopção de 500 metros de um troço de um rio ou ribeira. Para auxiliar nesta tarefa é fornecido um kit didáctico. Com a aplicação prática deste projecto é possível aprender a valorizar a importância das linhas de água, implementar uma rede nacional através da observação, monitorização ou vigilância, visando a conservação e adopção de diferentes troços de rios. Pretende-se ainda desencadear um conjunto de actividades experimentais de educação ambiental e participação pública, no sentido da implementação da Directiva Quadro da Água.

É de salientar que este projecto surgiu com o objectivo de contribuir para a implementação de planos de reabilitação dos rios e ribeiras com o envolvimento e responsabi-

lização de toda a comunidade civil, com vista ao desenvolvimento sustentado, à educação para a cidadania e ao crescimento local e regional.

3. Objectivos específicos

- Promover a reflexão participada com a finalidade de criar um intercâmbio de estratégias e metodologias de educação ambiental nas zonas ribeirinhas;
- Criar um espírito de cooperação entre os grupos envolvidos inscritos, fomentando a troca de ideias e experiências em torno de preocupações referentes às zonas de estudo;
- Monitorizar e inspeccionar troços de um rio ou ribeira, com vista à avaliação do grau de qualidade da linha de água adoptada;
- Realizar monitorizações (ou inspecções) regulares, com o objectivo de reunir e interceptar dados comparativos (no mínimo duas inspecções por ano);
- Implementar acções que promovam a melhoria do rio ou ribeira adoptado (no mínimo uma acção por ano);
- Sensibilizar a comunidade para a adopção de estratégias promotoras de mudanças conceptuais, com vista à melhoria do ambiente em geral e das linhas de água em particular;
- Promover a ligação afectiva da população ao espaço ribeirinho e à comunidade local;
- Organizar acções, actividades e eventos para a promoção, divulgação e discussão sobre a água e a importância dos ecossistemas ribeirinhos;
- Levar a comunidade local a adoptar um papel activo na defesa do ambiente e na redução dos impactos negativos de algumas acções do Homem nos ecossistemas ribeirinhos;
- Promover a utilização de novas tecnologias de informação;
- Alargar a informação e sensibilização à população em geral, promovendo campanhas de sensibilização e acções de melhoria;
- Promover a aplicação da carta da terra e da agenda Local e escolar²¹;
- Em contexto escolar, contribuir para a implementação da educação ambiental enquanto área transversal na política das escolas.

4. Estratégia geral de implementação

Este estudo pretende dar um contributo para o desenvolvimento da participação pública nomeadamente nas questões ligadas aos recursos hídricos. O âmbito geográfico da implementação do Projecto Rios é todo o território Português. A implementação do

projecto rios é voluntária e para chegar à população em geral é necessário percorrer um conjunto de etapas. Assim realizaram-se, neste âmbito, várias reuniões, palestras e participações em congressos nacionais e científicos com vista a divulgação e apresentação de resultados de aplicação desta ferramenta de participação pública.

A nível estratégico, no ano de 2006/07, o Projecto Rios iniciou a sua divulgação principalmente por escolas do primeiro ciclo ao universitário. Esta escolha incidiu no meio escolar pela diversidade encontrada na comunidade escolar, vários níveis de organização (professores, alunos, funcionários, decisores, associações de pais e familiares dos alunos), elevada heterogeneidade etária, vários níveis de conhecimento e a possibilidade de testar a aplicabilidade, no contexto nacional, para iniciar o processo de ligação das comunidades locais às questões ligadas aos recursos hídricos. No segundo ano de implementação 2007/08 foi feito com a formação de Monitores do Projecto Rios, com vista a auxiliar a implementação de actividades, e foi o reforço do apoio na comunidade escolar. Na continuidade de crescimento sustentável do Projecto Rios, alargou-se a divulgação a outros grupos da sociedade nomeadamente organizações não governamentais (ONG), grupos de escuteiros, associações e grupos de amigos. A informação está a ser divulgada principalmente por transmissão oral dos grupos participantes, palestras, reuniões, televisão e meios de comunicação local. Realizaram-se parcerias informais e formais com autarquias para estas, dentro do seu município darem apoio aos grupos que se inscrevam no Projecto Rios.

5. Público-alvo

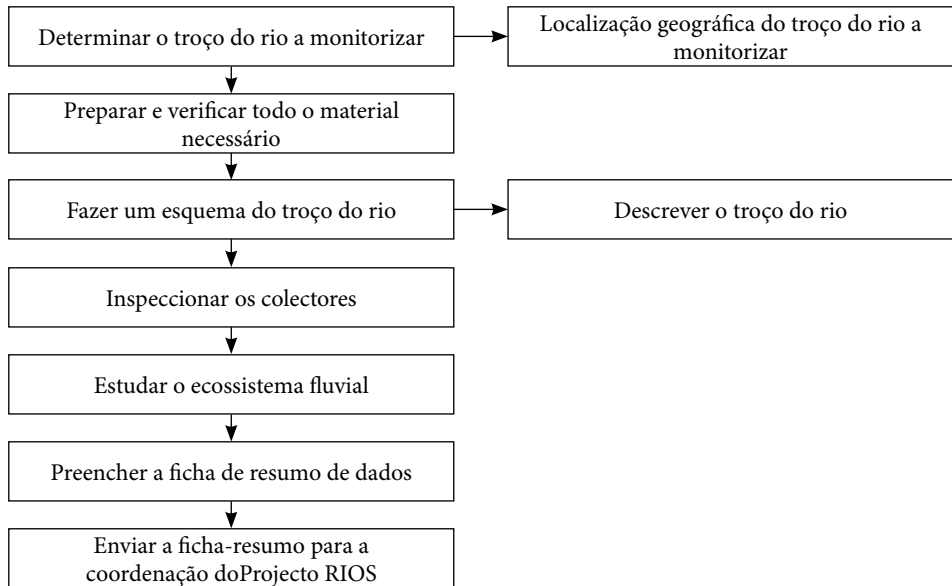
Toda a comunidade pode participar, nomeadamente: Municípios; Empresas; Escolas (desde o ensino pré-escolar até à Universidade); ATL; Grupos de escuteiros; Associações/grupos culturais, de pescadores, agricultores, caçadores; Lares de 3ª idade; Grupos de amigos; Famílias e População em geral.

6. Parcerias/coordenação

Entre os vários parceiros destaca-se a ASPEA, a APG; o CEG/DG FLUL; a LPN; a FEUP e o INAG. A Equipa de Coordenação Nacional está a cargo da ASPEA, com estreito apoio da FEUP, LPN e APG. O Projecto Rios é um projecto de educação ambiental que contribui para a implementação de soluções sustentadas para os problemas dos ecossistemas fluviais. Para além da vertente técnica, este projecto visa também a tomada de consciência ambiental baseada na participação voluntária e activa dos cidadãos (vertente social). O Projecto Rios pretende criar uma rede de monitorização e de adopção de troços de rios e ribeiras por grupos locais organizados. Recorrendo a uma metodologia de observação, simples mas rigorosa, estandardizada e de fácil aplicação e desenvolvimento, estes grupos

assumirão a responsabilidade de vigilância e protecção do troço do curso de água que seleccionaram, contribuindo assim para a melhoria sustentada dos recursos hídricos em geral, e do processo de reabilitação do seu troço, em particular.

7. Metodologia de implementação do Projecto Rios



*Quando fazer a monitorização?

Para permitir a comparação dos dados obtidos por todos os grupos e se poder elaborar uma informação anual, usam-se unicamente os dados recolhidos durante as campanhas de Outono e Primavera. Contudo, podem realizar monitorizações sempre que queiram e em qualquer época do ano. É recomendado fazê-lo em finais de Novembro e inícios de Maio, de forma a podermos conhecer as alterações do rio ao longo desse período.

*Acções de melhoria

Deve fazer pelo menos uma acção de melhoria no troço, por ano.

8. Descrição sucinta dos procedimentos experimentais a realizar

1. Seleccionar, em função da situação geográfica, o troço do rio a monitorizar de acordo com a coordenação nacional;
2. Analisar o percurso do rio, os materiais do kit e as fichas de observação;
3. Verificar todo o material necessário para a monitorização do rio;

4. Elaborar um esquema do troço do rio;
5. Inspeccionar os colectores;
6. Estudar o ecossistema aquático: descrição do local de amostragem (largura, profundidade, velocidade, caudal, sombra, substrato litológico do leito, rochas, substrato geológico, humidade); medição e registo das características físico-químicas da água (temperatura, pH, NO₂, NO₃, dureza, transparência); observação e registo da vida no rio: plantas aquáticas, répteis, mamíferos, anfíbios, aves, peixes, árvores e arbustos, invertebrados, cogumelos, insectos, borboletas, líquenes, musgos; registo da situação ambiental do rio e do bosque ribeirinho; levantamento do património cultural (etnográfico mobiliário e imobiliário, recolha de documentos orais), das catástrofes naturais, entre outros.
7. Preencher a ficha de recolha de dados;
8. Enviar a ficha de recolha de dados à coordenação nacional;
9. Colocar os registos na base de dados on-line;
10. Continuar o processo de adopção do troço monitorizado.

Os grupos deverão desenvolver autonomia para monitorizar e contribuir para a melhoria do troço adoptado, mediante a metodologia apresentada. Poderão, contudo, requerer apoio técnico que poderá ser dado por um Monitor do Projecto Rios.

9. Materiais entregues aos grupos inscritos

- Manual do Projecto Rios.
- Um Kit didáctico: lupa e pinça; lápis e borracha; fitas de medição de pH, nitratos e nitritos; termómetro; fichas de campo; ficha da primeira saída de campo; ficha da segunda e seguintes saídas de campo.
- Fichas de identificação: anfíbios; árvores e arbustos; aves; borboletas; catástrofes; cogumelos; disco de Secchi; estado de saúde do rio; ISQVR – Índice Simplificado da Qualidade da Vegetação do Rio; líquenes; macroinvertebrados; mamíferos; património etnográfico; peixes; plantas aquáticas; répteis; rios; rochas; silhuetas; tabela de símbolos uniformizados.

10. Promover a melhoria dos rios e ribeiras

As melhorias de um troço de um rio ou ribeira devem ser, sempre que possível integradas dentro de uma estratégia de reabilitação do sistema ribeirinho.

A reabilitação deve ser efectuada por grupos multidisciplinares e com o envolvimento dos diferentes usuários, respeitando as condições particulares do ecossistema em causa. De forma a aumentar a qualidade dos processos e projectos de intervenção, minimizando

os impactes negativos, é aconselhado o seguimento de um conjunto de etapas básicas de reabilitação, que devem ser reajustadas aos casos práticos (figura 1).

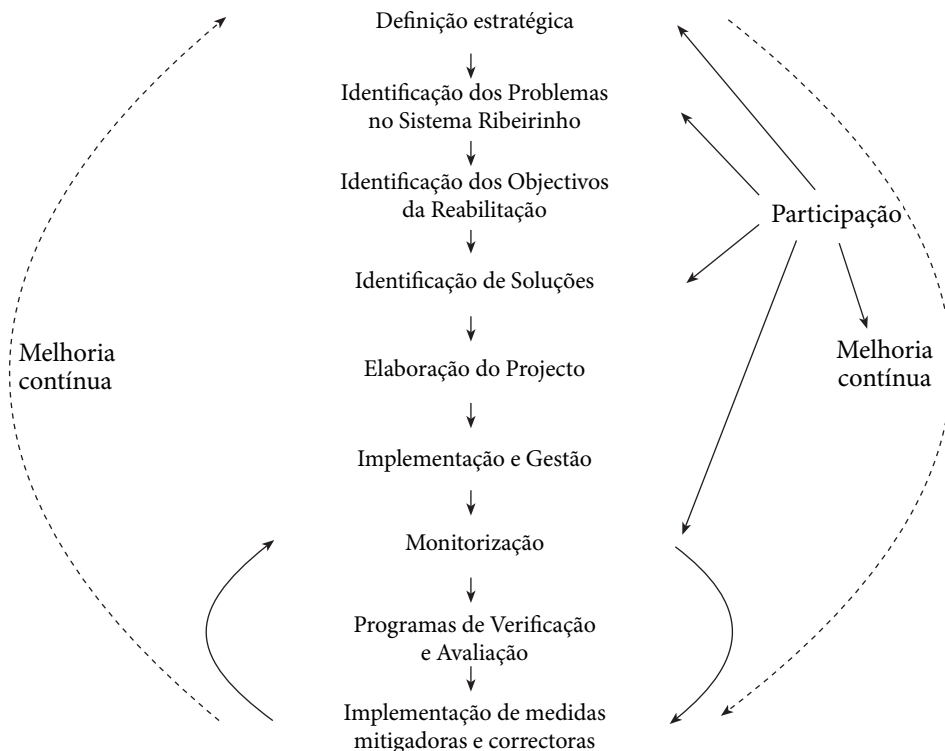


Figura 1. Esquema geral das etapas básicas da reabilitação de sistemas ribeirinhos e respectiva correlação [Teiga et al, 2007].

Os projectos e as soluções para um rio passam por medidas não-estruturais, com uma actuação predominantemente preventiva, pretendendo-se minimizar os impactes negativos de projectos com intervenções estruturais integradas nas medidas a nível de planeamento e ordenamento do território. As alternativas estruturais são de cariz edificante de estruturas físicas, com uso de material vivo e inerte. As intervenções podem ser preventivas ou correctivas, com vista à melhoria do usufruto da paisagem do sistema ribeirinho. Estas intervenções podem ser consideradas extraordinárias ou de manutenção contínua.

O projecto Rios como ferramenta de participação pública pode auxiliar nos projectos de reabilitação onde normalmente integram alternativas mistas, conjugando as medidas

não-estruturais e estruturais, quer como correctivas quer como preventivas. A promoção de um plano de acção multidisciplinar onde se envolvam todos os utilizadores directos e indirectos de um sistema ribeirinho é complexo, mas será a única forma de obtermos um rio que espelhe o desenvolvimento sustentado e a qualidade de vida de uma população.

11. Formação

A coordenação do Projecto Rios aposta na formação de Monitores que darão, quando requisitado, apoio técnico-científico aos grupos inscritos. Actualmente, o Projecto Rios promove 3 tipos de formação: 50 horas (formação alargada, financiada e certificada para docentes); 16 horas (formação para técnicos e docentes em horário laboral ou pós-laboral); 6 horas (formação de demonstração). Para além das horas de formação, o monitor deverá realizar duas saídas de campo, com um grupo inscrito, para receber a certificação de Monitor de Projecto Rios.

12. Alguns resultados

Com a aplicação prática das ferramentas do Projecto Rios desde o ano 2006 a 2008 encontram-se inscritos 87 grupos de 29 municípios. No total mais de 3000 participantes directos em saídas de campo e mais de 8000 pessoas envolvidas em actividades. A coordenação do Projecto Rios desenvolveu 8 cursos de formação e conta com 125 monitores do Projecto Rios. Os grupos inscritos desenvolveram varias actividades, ao longo destes dois anos, das quais se destacam:

- A adopção de troços de rios ou ribeiras, com vista a uma monitorização regular;
- A aquisição de dados comparativos que permitam avaliar o estado da qualidade da água e dos ecossistemas ribeirinhos e, como consequência, o estado de saúde do rio;
- A manutenção e conservação do espaço ribeirinho;
- A promoção da participação pública efectiva (informação, emissão de opinião, realização de acções), no sentido da preservação de um bem comum;
- A sensibilização da população local, envolvimento de parceiros e decisores do meio hídrico para conhecer os problemas actuais dos rios e definição de soluções;
- A tomada de consciência da comunidade face à importância da preservação dos ecossistemas ribeirinhos, para o desenvolvimento local e regional e para a melhoria da qualidade ambiental e de vida das populações;
- Contribuíram para a implementação da Agenda 21 local;
- Contribuíram para a implementação da Carta da Terra e da Directiva Quadro da Água;

- Concretizaram a máxima pensar global agir local;
- Algumas actividades práticas, realizadas por alguns grupos:
- Saídas de caracterização e monitorização do rio ou ribeira;
 - Distribuição à população de panfletos com os resultados de caracterização e divulgação de informação geral de educação ambiental;
 - Criaram peças de teatro, poemas, contos, cartas, notícias;
 - Organizaram, divulgaram e participaram em palestras com a temática dos recursos hídricos;
 - Escreveram cartas e fizeram pedidos de apoio e de material, para as suas actividades, aos decisores locais (políticos, empresas);
 - Concretizaram campanhas de recolha de resíduos ao longo das margens (mais de 6 toneladas recolhidas);
 - Realizaram caminhadas ao longo do rio/troço adoptado;
 - Criaram blog de divulgação e partilha de actividades desenvolvidas;
 - Apresentaram os resultados em concursos onde obturam prémios no âmbito dos recursos hídricos;
 - Realizaram actividades conjuntas de integração social (alunos com limitações físicas, mentais e/ou pertencentes a diferentes etnias);
 - Criaram poster de divulgação e resultados das actividades desenvolvidas;
 - Envolveram em palestras e reuniões os decisores com vista o desenvolvimento do processo de reabilitação de troço e rio adoptados.

O Projecto Rios foi indicado como um projecto exemplo para a área metropolitana do Porto onde estão neste momento inscritos 50 grupos. Foi apresentado, no canal televisivo da SIC, na reportagem do programa Terra Alerta em horário nobre e com divulgação na Internet. Algumas dificuldades sentidas por parte de alguns grupos: falta de cultura de participação e envolvimento voluntário em questões ambientais; ausência de apoios para desenvolver algumas actividades; falta de liderança, motivação, conhecimento e experiência dos coordenadores em alguns grupos; falta de preparação adequada para a realização das saídas de campo; falta de apoio financeiro; dificuldades de acesso e passagem junto a alguns rios e ribeiras; o elevado nível de degradação (entubamento/canalização) de algumas linhas de água impossibilitam o acesso em segurança; a dificuldade de envolver mais pessoas nos grupos de adopção.

13. Desenvolvimento de parcerias

A parceria é uma ferramenta que permite aliar esforços a um objectivo comum. Quantas mais pessoas e/ou entidades contribuírem para esse objectivo, maior será a probabi-

lidade de sucesso. O estabelecimento de parcerias com as autarquias locais ou empresas é benéfico para uma região. A sinergia de diferentes parceiros com diferentes interesses é fundamental para a concretização de projectos para o desenvolvimento local. O Projecto Rios promove esta ligação. Trata-se de um projecto que tem em vista a sensibilização da população, a promoção da participação pública e a preservação ou reabilitação dos rios e ribeiras locais. Por tal, assume-se como um projecto viável e de baixo custo para a concretização de parcerias sólidas.

14. Conclusão e desenvolvimentos futuros

A aplicação e concretização do Projecto Rios em Portugal e uma realidade em Portugal desde 2006. Este foi desenvolvido após estabelecer uma estratégia nacional, formação de parcerias de organização e do apoio do grupo com a ideia originária da Catalunha. Nas actividades desenvolvidas mostrou-se uma ferramenta prática, útil e necessária para a concretização da participação pública e da melhoria dos rios e ribeiras. Nas escolas onde foi aplicado com sucesso e permitiu desenvolver actividades pedagógicas integradas dentro do programa escolar. Em várias localidades detectaram-se vários problemas nomeadamente o desconhecimento do estado actual do sistema ribeirinho. Este projecto permitiu dar início a um processo de envolvimento da comunidade local.

O Projecto Rios segue uma metodologia científica que permite aos grupos comparar os resultados obtidos entre as várias saídas de campo e com outros grupos. As acções de melhoria mais seleccionadas pelos grupos envolvidos foram medidas não estruturais. As autoridades locais mostraram-se receptivas à ideia de grupos de voluntários estarem envolvidos em processos de adopção de troços de rios e ribeiras. Em alguns municípios iniciou-se o processo de aplicação de uma estratégia integrada para implementar o Projecto Rios no seu território. Os elementos envolvidos mostraram-se de forma geral, motivados e após as saídas de campo verificava-se que estavam mais sensibilizados de envolvidos na problemática dos recursos hídricos. A formação de monitores do Projecto Rios e as acções de divulgação tem permitido um maior número de grupos se envolver neste projecto. Com a convicção da necessidade da formação de novas mentalidades, indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado, quer da população em geral quer das autoridades de decisão política, o Projecto Rios visa contribuir para a melhoria das zonas ribeirinhas e, assim, cooperar para a concretização dos princípios da Directiva Quadro da Água e da qualidade de vida das populações.

Bibliografia

- ALVES, F.M.B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia: 1-350
- ARIAS, J.A.G. (2002). Desarrollo de un modelo de crecimiento para la gestión sostenible del as masas de abedul en Galicia. Master Internacional en Gestión del Desarrollo Rural, Universidad de Santiago de Compostela.
- ASPEA (2003). Associação Portuguesa de Educação Ambiental, www.aspea.org.
- EPA (2007). U. S. Environmental Protection Agency (www.epa.gov).
- TEIGA, P. M. (2003). Reabilitação de ribeira em zonas edificadas. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente. Faculdade de Engenharia do Porto.
- TEIGA, P. M., Veloso-Gomes, F. (2007). A participação pública na reabilitação de rios e ribeiras chacim (Macedo de Cavaleiros). II Congresso sobre restauración de rios y humedales, Tarragona (Espanha).
- PROJECTO RIOS (2008). Projecto Rios, manual de monitorização – inspeção de rios. Lisboa (versão preliminar).
- www.projectorios.org
<http://projectorios.blogspot.com>

Zonas Húmidas - uma articulação entre a agricultura e a conservação da natureza: contributos para um plano de gestão no Baixo Vouga Lagunar

Raquel Lopes¹ (Universidade do Porto) e Maria Teresa Andresen² (Universidade do Porto)

Introdução

O Baixo Vouga Lagunar (BVL) localiza-se na zona centro do litoral português e abrange três concelhos: Albergaria-a-Velha, Aveiro e Estarreja, num total de 2934 hectares. Pelo elevado interesse conservacionista, reconhecido a nível nacional e Europeu, o BVL representa 6% da Zona Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro (PTZPE0004), integrando directamente a Rede Natura 2000 (RN2000). Trata-se de uma zona húmida de grande importância ecológica, que permite, entre outras, a depuração, o armazenamento e a drenagem da água, para além de constituir um local de abrigo, de refúgio, de reprodução e de alimento para várias espécies, tais como espécies de avifauna incluídas na Directiva Aves (79/409/CEE). O valor deste território é acrescido pelo potencial agrícola que lhe confere uma paisagem cultural singular, resultante da acção do homem - para possibilitar a prática agrícola - o que contribui para a formação e manutenção de um mosaico rural, detentor de uma riqueza biológica ímpar. Embora a nível nacional, a Ria de Aveiro seja considerada uma ZPE com bastantes potencialidades em termos económico, natural e sócio-cultural, esta encontra-se, ainda, desprovida de um Plano de Gestão.

1. Unidades de Paisagem

A diversidade e a especificidade do BVL traduzem-se numa paisagem constituída por vários *habitats* interdependentes, sendo distinguidas três unidades homogéneas de paisagem: Campo Aberto, Sistemas Húmidos e Bocage, que interagem por uma densa rede de corredores, constituídos por esteiros, valas, sebes e caminhos.

Em Campo Aberto, obtêm-se as mais elevadas produções agrícolas de milho, predominando o cultivo de milho híbrido; de pastagens permanentes em regime extensivo e de arroz. Os sistemas húmidos ou “incultos produtivos” representam importantes locais para a migração, nidificação e invernada de um grande número de espécies de aves, e incluem sapais, juncais, caniçais e bancos inter mareais.

1 Licenciada em Biologia e Geologia pela Universidade de Aveiro; Mestre em Ecologia da Paisagem e Conservação da Natureza, Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

2 Professora Catedrática do Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

O Bocage, segundo Neto (1998), referido por Brito e Pereira (2006), é um habitat típico do BVL, muito raro em Portugal, de origem antropogénica. Além do seu aspecto reticulado em mosaico de inegável valor paisagístico, este agroecossistema possui uma elevada biodiversidade associada. No seu interior desenrola-se a actividade agro-pecuária, que constitui a actividade económica mais marcante da região. O BVL constitui um agroecossistema recente de grande vulnerabilidade, revelando-se a gestão da água e do solo fulcrais à manutenção de um sistema criado pelo homem, na interface terra/água. Logo a diversidade biológica assume uma expressão singular, embora sendo gerido de acordo com objectivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina (Andresen et al, 2001b).

2. Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Bloco BVL

O potencial biológico desta região encontra-se constringido por um conjunto de factores, como a crescente degradação evidente do BVL, em consequência, por exemplo, da intrusão salina, da destruição e do envelhecimento das infra-estruturas (diques, valas e caminhos), da reduzida dimensão e da inacessibilidade às parcelas, o que determinou a realização do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Bloco BVL (PDAV). Este projecto visa a optimização do aproveitamento dos recursos naturais da zona, com destaque para a agricultura, ao proporcionar uma melhoria da produtividade agrícola dos solos e, consequentemente, dos rendimentos dos agricultores e ainda a sustentabilidade dos ecossistemas existentes na área, enquanto actividade tampão do avanço das águas salgadas, responsáveis pela crescente degradação dos bons solos agrícolas na zona (Andresen et al, 2001a). Os seus objectivos encontram-se definidos, segundo dois níveis: Projecto de defesa e conservação de solos (Projecto de Hidráulica Agrícola) e Projecto de emparcelamento rural (Projecto de Ordenamento Fundiário), considerando a conservação do solo e a gestão da água como os dois elementos essenciais no equilíbrio desta paisagem. O Projecto foi sujeito a um processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), tendo a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) adoptado medidas mitigadoras para as fases de construção, exploração e monitorização.

3. Objectivos

Este trabalho pretende contribuir para o Desenvolvimento Rural de áreas ambientalmente sensíveis, no contexto das zonas húmidas, através de uma correcta gestão dos seus recursos naturais, socioeconómicos e culturais, dando cumprimento às medidas de gestão previstas no Plano Sectorial da RN2000 para *habitats* e espécies. Os objectivos específicos definidos para o contexto do BVL foram os seguintes: contribuir para o Desenvolvimento

Rural Sustentável; promover a conservação da biodiversidade em contexto agrícola; tipificar os principais conflitos e reunir as principais propostas de mitigação dos mesmos; manter a paisagem cultural do BVL, enquanto agroecossistema; contribuir para o desenvolvimento de projectos de agroturismo; garantir a gestão do BVL através da conservação, valorização e recuperação da biodiversidade; contribuir com orientações para uma metodologia geral de gestão.

4. Metodologia

Dadas as características específicas do BVL pretendeu-se integrar os conceitos de Diversidade Biológica, Diversidade Agrícola e Agricultura Sustentável, no contexto das zonas húmidas, para alcançar o Desenvolvimento Sustentável, a partir da definição de um conjunto de orientações de gestão a aplicar ao BVL (Figura 1).

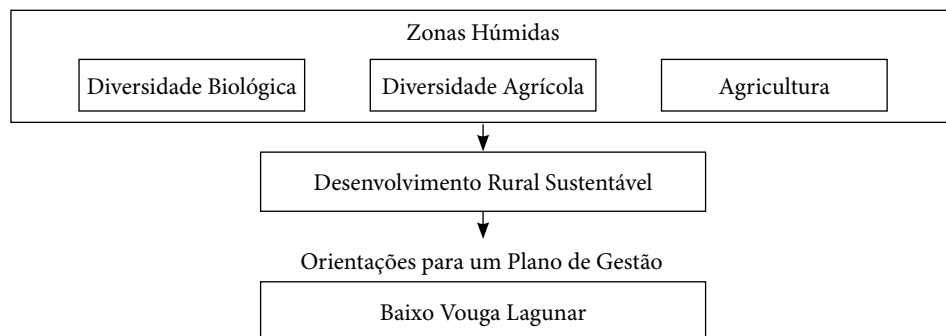


Figura 1: A conservação da biodiversidade de Zonas húmidas e a promoção do Desenvolvimento Rural no BVL.

A metodologia desenvolvida, no estudo, foi suportada por visitas ao local em questão e por contactos com entidades na área da gestão do espaço (e.g. Delegação Regional de Agricultura e Pescas de Aveiro) e ainda pela análise de dados referentes ao EIA do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Bloco BVL. Também constituíram objecto de análise casos de estudo, no contexto das zonas húmidas, de âmbito nacional e internacional, com a finalidade de aprofundar as valências das zonas húmidas e definir qual a metodologia a seguir num Plano de Gestão.

5. Resultados (Orientações de Gestão)

O Plano de Gestão desenvolvido para o BVL procurou conciliar a prática da actividade agro-pecuária com o seu enorme potencial biológico, integrando as valências agrícolas, de conservação da natureza e de desenvolvimento socioeconómico (Figura 2).

Com o objectivo de aprofundar experiências, no que respeita aos factores a ter em conta no desenho de um projecto para uma zona húmida com as características do BVL, procedeu-se à análise de diferentes casos de estudo, no contexto das zonas húmidas, que foram agrupados em três grupos: (i) Projectos Socioeconómicos desenvolvidos em Zonas Húmidas (*Florida Keys, Yahara River Marsh, Kachituli Oxbow e Hoosier Creek*); (ii) Zonas Húmidas protegidas ao abrigo de Parques Naturais e Reservas da Biosfera (*Albufera de Mallorca, Baía Chesapeake, New Jersey Pinelands, Norfolk e Suffolk Broads, Sian Ka'na e Parque Natural Regional do Sul do Rio Adda*) e (iii) Projectos LIFE (*Baía Liminganlahti, Lago Naardermeer, Vest Stadil Fjord, Delta de Ebro e Península Setúbal - Estuário Sado*) (Shine e Klemm, 1999).

Os projectos analisados permitiram chegar a várias conclusões, como: a preocupação conferida às zonas húmidas, a importância que a agricultura manifesta nesta paisagem e na manutenção da sua biodiversidade. Também é de realçar o papel desempenhado pelos agricultores que, pela sua acção mais directa no uso e transformação do solo e por serem detentores da experiência local, constituem a chave para o sucesso dos projectos.

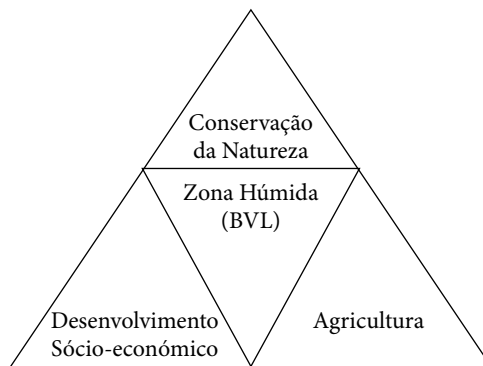


Figura 2: Áreas a incluir no Plano de Gestão para as Zonas Húmidas.

Nos casos de estudo, onde as zonas húmidas comportavam a prática medidas legais para o seu incentivo e promoção, agrícola, verificou-se que a agricultura de modo extensivo foi preferida em detrimento da agricultura de modo intensivo, dado que favorece a biodiversidade, tendo-se, ainda, assistido à diminuição dos conflitos ambientais criados, ao aumento da biodiversidade associada a cada uma das zonas húmidas e ainda ao envolvimento de diferentes agentes.

A proposta metodológica apresentada baseia-se na fundamentação teórica realizada, designadamente nas orientações de Thomas e Middleton (2003) e Idle e Bines (2004) e, ain-

da, nos casos de estudo objecto de análise, dos quais se extraíram os principais dados de relevância a atender na manutenção da integridade ecológica de uma zona húmida, seguindo as recomendações apresentadas na DIA, realizada no âmbito do PDAV – Bloco BVL. Neste sentido, a estrutura definida para o Plano de Gestão a aplicar ao BVL obedece a seis fases de estudos (Figura 3), tendo sido incluída a participação pública em todo o processo.

Foi também objecto de estudo a identificação dos principais conflitos que se encontram actualmente a restringir o território do BVL, ao nível da conservação da natureza, da actividade agro-pecuária e da actividade humana, nomeadamente: a poluição da água, o assoreamento, o escoamento hidráulico, a erosão, os veículos motorizados, a pressão industrial e da área urbana, a pressão humana, a actividade desportiva, a actividade agro-pecuária, as espécies exóticas, a caça, a degradação da paisagem, tendo sido definidos, para cada um deles, mediante os conflitos aí patentes, estratégias de mitigação a desenvolver, que deverão ser objecto de análise pela Estrutura de Gestão responsável pelo Plano de Gestão para o BVL. Neste processo, foram ainda, consideradas as medidas de minimização preconizadas pelo EIA do PDAV, pela Comissão de Avaliação do EIA do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Bloco BVL e, também, as medidas previstas no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), de acordo com os objectivos de conservação.

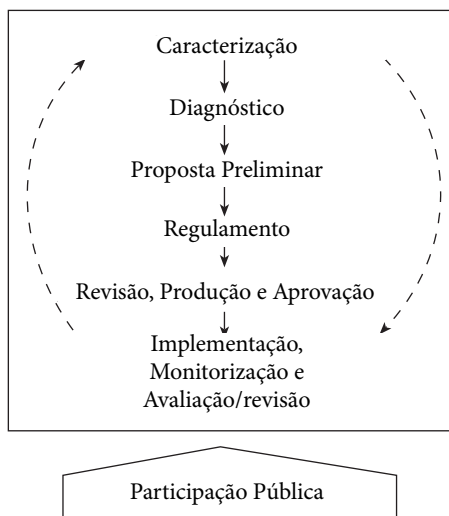


Figura 3: Proposta Metodológica de Elaboração de um Plano de Gestão.

Foi ainda definido um Plano de Acção que inclui orientações de gestão nas seguintes áreas: actividade agropecuária e incentivos económicos, no contexto do regime de ajudas

das Medidas Agro-ambientais, nomeadamente o *Código das Boas Práticas Agrícolas*; conservação da natureza; investigação científica; caça e pesca; Ecoturismo; Educação Ambiental e ainda foram apresentadas medidas de monitorização e avaliação, com o objectivo de imprimir ajustamentos necessários e introduzir melhorias ao referido Plano. Foi ainda definido um Plano de Acção que inclui orientações de gestão nas seguintes áreas: actividade agropecuária e incentivos económicos, no contexto do regime de ajudas das Medidas Agro-ambientais, nomeadamente o “Código das Boas Práticas Agrícolas”; conservação da natureza; investigação científica; caça e pesca; Ecoturismo; Educação Ambiental e ainda foram apresentadas medidas de monitorização e avaliação, com o objectivo de imprimir ajustamentos necessários e introduzir melhorias ao referido Plano.

6. Conclusões

O estudo realizado concretiza uma proposta de metodologia geral para a definição do Plano de Gestão, a aplicar a um território incluído da RN2000, cuja metodologia contempla seis principais fases, assim como salienta a necessidade de se definir uma estrutura de gestão do mesmo. A participação social foi contemplada, em todo o processo. O Plano de Gestão proposto para o BVL pretendeu beneficiar o território, na sua função agrícola, ambiental e socioeconómica. A agricultura assumiu-se como a actividade económica “motora” que, no contexto do BVL, deverá ser, por um lado, economicamente viável - e promotora do desenvolvimento económico local - e, por outro lado, fomentadora de biodiversidade, numa óptica de abordagem multifuncional.

Foram ainda identificados os principais conflitos existentes no território do BVL, bem como as medidas de mitigação dos mesmos, o que permitiu traçar um Plano de Acção com orientações de gestão concretas ao nível da Agricultura, Conservação da Natureza e componente socioeconómica. O Plano contempla programas de verificação e avaliação, bem como medidas mitigadoras numa óptica de melhoria contínua.

Num estudo panorâmico, este trabalho:

- Assenta no facto da preservação e conservação da natureza estarem intimamente relacionadas com a manutenção das práticas agrícolas tradicionais, a partir da aplicação de um modelo agrícola sustentável;
- Fomenta a preservação de espécies agrícolas tradicionais e espécies de gado bovino autóctone, o que contribui para o desenvolvimento económico local;
- Preserva a integridade ecológica do agroecossistema, a partir de incentivos económicos, integrados nas “Medidas Agro-Ambientais”;
- Promove o associativismo dos agricultores;
- Integra os diferentes interesses e gere os principais conflitos actuantes no território,

- com vista ao seu Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Demonstra a necessidade da participação pública na tomada de decisões que tenha como finalidade melhorar o uso e a gestão dos recursos naturais;
 - Promove a Educação Ambiental em contexto formal e não formal;
 - Aplica um conjunto de medidas de gestão activa;
 - Incentiva o desenvolvimento e a divulgação de projectos Environmentally Friendly entre os diferentes parceiros do Plano de Gestão (e.g. empresas, autarquias, universidades, ONGA's);
 - Assenta numa permanente avaliação e revisão;
 - Fornece contributos efectivos e consistentes para a elaboração do Plano de Gestão do BVL.

Agradecimentos

Os autores expressam um sincero agradecimento ao Engenheiro Magalhães Crespo, da Delegação Regional de Agricultura e Pescas de Aveiro, à Professora Maria José Curado e ao Professor João Honrado, do Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, pelo apoio, colaboração e confiança prestada.

Bibliografia

- ALMAGRO BONMATÍ M, GARRIDO MARTÍN B, LOPES L, PINHO R, KEIZER J (2006). Monitorización de la flora y vegetación de las zonas húmedas en el Baixo Vouga Lagunar (Ria de Aveiro, Portugal). *Ecosistemas*. 2006/2 http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?Id=427&Id_Categoria=2&tipo= otros_contenidos (consultado em 2007).
- ANDRESEN MT. et al (2001a). Estudo de Impacte Ambiental. Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga. Bloco do Baixo Vouga Lagunar (Volume I, II, III e Anexos). Departamento de Ambiente e Ordenamento. Universidade de Aveiro. Portugal.
- ANDRESEN MT, GONÇALVES JM, CURADO MJ, (2001b). A Gestão Integrada Da Água E Do Solo Como Suporte Da Sustentabilidade Da Paisagem Do Baixo Vouga Lagunar. III Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación del Agua. La Directiva Marco del Agua, realidades y futuros, Sevilla, Universidad de Sevilla. http://www.congreso.us.es/ciberico/archivos_acrobat/sevilla5andresen.pdf (consultado em 2007).
- BRITO R, PEREIRA AC (2006). Monitorização da colónia reprodutora de Garça-Vermelha (*Ardea purpurea*) em Salreu – “Ria de Aveiro”. Bioria, Câmara Municipal de Estarreja.
- IDLE ET, BINES TJH (2004). The Eurosite Management Plan Toolkit: Complementary Guidance A handbook for practitioners. Eurosite. http://www.eurosite-nature.org/IMG/pdf/mp_guidance_jul04.pdf (consultado em 2007).
- LEÃO F (2003). Percursos Pedestres no Baixo Vouga Lagunar. QUERCUS. Associação Nacional da Conservação da Natureza. Aveiro.
- SHINE C, KLEMM C. (1999). Wetlands, Water and the Law. Using law to advance wetland conservation and wise use. IUCN, Gland, Switzerland, Cambridge, UK and Bonn, Germany.
- THOMAS L, MIDDLETON J (2003). Guidelines for Management Planning of Protected Areas. IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK.

A Mediação como Prática Discursiva Transformadora. Um estudo de caso com comunidades piscatórias ribeirinhas de Botucatu (SP, Brasil)

Mário Freitas (Universidade do Minho), Drauzio Annunziato (Universidade do Minho), Ivanete Nardi (Universidade Federal de Santa Catarina) e Bruno Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)¹

Introdução

Com a rápida urbanização e industrialização do Estado de São Paulo (Brasil), ocorrida após a crise da economia agrícola cafeeira (1930), verificou-se um drástico aumento da poluição que acabou transformando o Rio Tietê num enorme esgoto. Ao mesmo tempo, verificou-se um drástico aumento das necessidades energéticas que determinou a construção sucessiva de várias usinas, entre as quais, a de Barra Bonita (entre 1957 e 1963). Aos clássicos impactes negativos da construção de barragens contrapuseram-se, neste caso, os efeitos positivos decorrentes da retenção da carga poluente nos trechos iniciais, tornando mais fácil a recuperação a jusante. A implementação de medidas de mitigação (algumas muito discutíveis, como a introdução da espécie exótica Tilápia do Nilo) gerou novos recursos, o que veio a constituir-se como um atractivo para pescadores de baixa renda. Com a construção de casas de lixa ou madeira, em terrenos de protecção ambiental e privados, definiram-se e consolidaram-se os contornos dos aglomerados piscatórios de Rio Bonito e Port Said.

Geraram-se, então, alguns conflitos que acabaram por se constituir em processo judicial. Na tentativa de os superar e gerar parcerias com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável (DS) na região, a empresa gestora da barragem (a AES Tietê) desenvolveu uma acção intercultural, de diagnóstico, primeiro e de mediação sócio-ambiental, depois (que acabou por também se constituir como caso de estudo para testagem de uma metodologia de avaliação de impactes do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável).

¹ O artigo insere-se no âmbito de um projecto de investigação inscrito no Centro de Investigação em Educação, do Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, que conta com a colaboração externa de outros investigadores, nomeadamente, da Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. Agradece-se o apoio da AES Tietê, SP, Brasil, sem a qual esta acção não teria sido possível.

I. Acerca do conceito de mediação

Torrego (2003: 5) define mediação como “método de resolução de conflitos em que duas partes em confronto recorrem, voluntariamente, a uma terceira pessoa imparcial, o mediador, a fim de chegarem a um acordo satisfatório”. Milburn (2002: 91), por seu turno, afirma “... a mediação é, antes de tudo, um exercício de intervenção sobre relações conflituosas entre pessoas: é assim que ela é definida pelos seus promotores e praticantes”. Em qualquer caso, parece existir um largo consenso sobre a ideia de que a mediação se constitui como um processo voluntário de superação ou evitamento de conflitos em que, para além, das partes conflitantes, existe um ou mais mediadores. É, contudo, sobre a forma de encarar o conflito, o método a utilizar e os objectivos do processo de mediação que a diversidade de opiniões se faz sentir.

De acordo com as posições defendidas em relação às questões supracitadas, é costume considerar três grandes modelos/paradigmas de mediação: o tradicional-linear, o circular-narrativo (Cobb, 2004; Suárez, 1996) e o transformador (Bush & Folger, 2004). Neste texto defende-se uma postura alinhada com o último paradigma, ampliando-o para a defesa da tese de que a mediação se constitui essencialmente como um processo coordenado de práticas discursivas, donde emergem novas significações e, como tal, novas realidades sociais e... novos mundos, o que torna possível transformar os conflitos que desencadearam a própria mediação. Entendemos o conflito como natural e inerente aos contextos de utilização de recursos pelas comunidades humanas e assumimos que, mais do que eliminar ou superar esse conflito, se pretende transformá-lo, de algo que afasta, provoca afrontamento e/ou se percepção como ameaça, para algo que se constitui um desafio no processo de construção de um futuro mais sustentável.

Metodologicamente, defendemos a necessidade de se: a) partir da explicitação pelas partes dos seus interesses e necessidades; b) criar um contexto que torne possível uma interacção discursiva assente no reconhecimento mútuo e a na valorização do discurso do outro; c) valorizar, para além da racionalidade, as emoções e sentimentos, que se assumem terem tanto valor cognitivo como as elaborações racionais; d) não esquecer que nas situações conflituosas existem, antes do mais, pessoas. Em termos de objectivos, estamos de acordo que os dois principais objectivos da mediação transformadora são a capacitação (*empowerment*) das partes e promoção do seu mútuo reconhecimento. Nesta perspectiva, e de acordo com a opinião os mesmos autores, a mediação é mais do que uma estratégia de superação de conflitos, é uma forma de promover transformações nas partes e, no nosso caos, de iniciar um processo de construção de um futuro mais sustentável às margens do reservatório de Barra Bonita.

2. Do discurso como prática social à mediação como prática discursiva

A tradição do pensamento linguístico divide-se entre duas correntes opostas (Resende & Ramalho, 2006; Pedro, 1997): a formalista (as funções externas não influenciariam a organização interna) e a funcionalista (as funções externas são responsáveis pela organização interna). Foucault rompe com esta tradição dicotômica de encarar a linguagem. Contudo, antes de Foucault, outros (nomeadamente, Nietzsche Wittgenstein e Bakhtin) tinham já iniciado a crítica desta concepção clássica de linguagem. Apesar de não ser homogénea (podendo até, a certos propósitos, apresentar posturas divergentes), tal tradição crítica tem em comum a negação das visões clássicas de linguagem.

Bateson, primeiro e Maturana & Varela, depois, vão mais longe. Combatendo frontalmente a tradição dualista de separação entre sujeito e objecto, rompem com a diferenciação entre ontologia (ser) e epistemologia (saber/conhecer) (Freitas & Fleuri, 2006). Pode, assim afirmar-se que “saber é fazer e fazer é saber” (Maturana & Varela, 2002) e que qualquer acto de conhecimento está intimamente ligado a um ou mais actos do nosso operar recorrente em linguagem (Maturana & Varela, 1990). O domínio linguístico humano tem características excepcionais já que “o observador vê que as descrições podem ser feitas tratando outras descrições como se fossem objectos ou elementos do domínio das interacções” e, assim, “o domínio linguístico passa a ser parte do meio de interacções possíveis” (Maturana & Varela, 2002: 181).

O discurso tem uma natureza constitutiva e tal pressuposto constitui-se como uma das mais importantes contribuições da análise arqueológica de Foucault, para a Análise de Discurso Textualmente Orientada (Fairclough, 2001: 81). “O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas normas e convenções, relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001: 91).

Esta natureza constitutiva do discurso, no contexto em que a invocamos (processos de mediação) deve ser relacionada com dois princípios enunciados por Foucault (2008: 53): a) da especificidade, que postula a necessidade de “não transformar o discurso em um jogo de significações prévias”, “não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas”, mas antes “conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”; b) da exterioridade, ou seja “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. Contudo, como Fairclough (2001: 87) realça “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos (...) em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática

discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Tal aspecto é fundamental para a conceptualização da mediação como prática discursiva que procura construir um novo mundo de significado diferente do pré-existente antes de ela se iniciar.

A segunda grande ideia-chave que Fairclough (2001: 81-82) retira da análise arqueológica foucaultiana é a “primazia da interdiscursividade e da intertextualidade”, no sentido que “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa”. Neste domínio (já em transição para uma análise genealógica), é de realçar aquilo que Foucault chama de princípio da descontinuidade: os discursos devem ser tratados como “práticas descontínuas” (Foucault, 2008: 52-53) que “se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. A interdiscursividade e a descontinuidade são questões fundamentais para a análise dos contextos de mediação como prática discursiva, já que ela consiste exactamente no cruzamento e rearticulação de discursos que se ignoram, estão desavindos ou se consideram como irreconciliáveis. Neste domínio, revela-se, ainda, crucial a questão do contexto (já assinalada por outros autores, como Bateson, Foucault e Fairclough). “Como o contexto situacional de um enunciado (a situação social na qual ele ocorre) e seu contexto verbal (sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem) determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado” (Fairclough, 2001: 27).

Quanto às mais importantes contribuições da análise genealógica foucaultiana o Fairclough aponta: a) a “natureza discursiva do poder” (Fairclough, 2001: 81) devendo, contudo, recordar-se que “... o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar, o discurso é o poder a ser tomado” (Foucault, 2008: 10); b) “a natureza política do discurso”, sendo que “a luta pelo poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele” (Fairclough, 2001: 82); c) a “natureza discursiva da mudança social” já que para Foucault, “as regras de formações discursivas definem não objetos e conceitos estáticos, mas os campos de suas possíveis transformações” (Fairclough, 2001: 83). Como facilmente se constata tais ideias são centrais à conceptualização de um paradigma transformador de mediação. Mas, para além destas importantes convergências, Fairclough assinala, também, distanciamentos que, em grande parte, podem advir do carácter mais abstracto da análise foucaultiana, já que “não inclui a análise discursiva e linguística dos textos reais” (Fairclough, 2001: 82). Atendendo à sua importância para a matéria em debate, será de referir, ainda, as divergências quanto às questões da ideologia e da hegemonia que, em Foucault se assumem como conceitos fraco (no sentido de não estruturantes).

Por isso, Foucault é, muitas vezes acusado, de não dar a devida relevância ou espaço para as lutas das forças sociais e discursos dominantes (hegemónicos) e dominados, de

exagerar a extensão em que as pessoas se deixam manipular pelo poder ou de diminuir o peso da contestação de tais práticas. Como assinala Fairclough (2002: 83) “não é que Foucault ignore tais questões” mas, talvez, aconteça que “na totalidade do seu trabalho e nas suas análises principais, a impressão dominante” seja “a das pessoas desamparadas assujeitadas a sistemas imóveis de poder”.

Quadro 1 - Tipos de relações para análise do processo de mediação como um processo complexo.

Tipo de relações	Caracterização sumária
Relações de constituição ou identitárias ¹	Especificam os elementos (indivíduos, grupos e entidades) que intervêm na rede de mediação, suas necessidades e interesses (neste caso, assume particular relevância necessidades e interesses ambientais) e, como tal, suas identidades e seus limites. Especificam, ainda, as entidades físicas relacionadas com o conflito (neste caso, reservatório e margens) e aspectos identitários com eles relacionados (formas de vida, pesca). A malha das relações constitutivas só se define à medida que o processo de mediação se materializa e está em constante alteração, ou seja, tem carácter emergente (o que constitui uma característica dos sistemas complexos), sendo influenciadas e influenciando os dois outros níveis relacionais.
Relações de especificação ou relações de relações	Especificam as relações entre elementos (indivíduos, grupos e entidades físicas) que intervêm na rede de mediação e suas dinâmicas, nomeadamente, práticas sociais comunicativas (ou seja, comportamentos que ocorrem durante o processo de acoplamento social) e, em especial, práticas linguísticas/discursivas (ou seja, comportamentos que um observador pode descrever em termos semânticos). Neste caso, destacam-se as práticas comunicativas produzidas a propósito da realidade ambiental envolvente, das necessidades e interesses com ela relacionados e da opinião sobre os outros, seus interesses e necessidades, tanto em termos racionais, como emotivos. A malha das relações de especificação ou relações de relações é emergente (define-se no decorrer do processo de mediação (como acontece nos sistemas complexos), já que materializam por influência das relações de constituição e de ordem/controlo, mas também influenciam a materialização dessas relações

¹ A designação “identidade” é alvo de diversas significações, até porque vem sendo trabalhado segundo o olhar dos mais diversos ângulos disciplinares. Embora no sentido mais comum se designe identidade aquilo que é específico de um sujeito (ou, até, grupo) e, como tal, lhe permite diferenciar-se dos outros, nós incluímos na identidade também os aspectos que são semelhantes aos de outras pessoas e /ou grupos e pelos quais eles delas se aproxima. A identidade é, para nós, neste texto, a forma como cada indivíduo ou grupo se vê, se sente, se define, se apresenta (nomeadamente, do ponto de vista discursivo).

Tipo de relações	Caracterização sumária
Relações de ordem ou controlo	Especificam discursos, com pretensão de verdade e intenção reguladora sobre as relações de constituição/identidade e as relações de especificação (ou relações-de-relações). Especificam, ainda, condições de exercício de poder. Neste caso, destaca-se o que respeita ao conhecimento científico-tecnológico e legislação relativa ao ambiente e sobre a pesca, legislação sobre ocupação de terras, princípios valorativos sobre diversos modos de vida (nomeadamente, viver em casas feitas de lixa, evidenciar algum grau de nomadismo, etc.), etc. Incidem, ainda, sobre questões de poder (judicial, da empresa que gera a barragem, do órgãos de poder local, de associações profissionais e do poder negociado/experimentado entre pessoas, etc.). A malha das relações de ordem/controlo tem, também, carácter emergente (só se define, completamente, à medida que o processo de mediação se materializa). Embora tenham uma função de controlo e ordem que, muitas vezes, garante a sua aparente supremacia, tal ideia é ilusória, já que a sua materialização depende sempre da influência exercida pelos dois outros níveis relacionais.

Na sua Teoria Social do Discurso, Fairclough (2001: 92) distingue entre três funções da linguagem: identitária; relacional; e ideacional. Assim: em primeiro lugar “o discurso contribui (...) para a construção do que variavelmente é referido com identidades sociais e posições do sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu ...”; em segundo lugar “o discurso contribui para construir relações entre as pessoas”: em terceiro lugar, “o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (Fairclough, 2001: 91). Esta tripla função do discurso tem larga correspondência com uma categorização² por um de nós construída (Freitas, no prelo), a propósito do carácter complexo de vários processos interactivos, nomeadamente, os processos de mediação e supervisão (quadro 1).

3. A mediação socioambiental e intercultural às margens do reservatório

Atentamos neste artigo para a importância da análise do discurso como ferramenta imprescindível nos processos de mediação. Uma determinada relação conflituosa é passível de identificação a partir de sua emergência discursiva constituinte, da significação diversa das partes litigantes também diversas. De certo modo, a análise do discurso com

² Baseada numa categorização inicial de Maturana e Varela (1972) relativas aos sistemas vivos (autopoéticos) esta categorização afasta-se, contudo, dessa base mais restrita, para se generalizar aos fenómenos complexos e, em especial, aos fenómenos sociais.

vistas à mediação compõe uma pesquisa genealógica (Foucault, 1996, 1999, 2000 e 2008) sobre a relação conflituosa em questão, de maneira a identificar os sujeitos envolvidos, suas posições, seus desejos, suas possibilidades, suas práticas em exercício, agenciadoras de suas relações, e os objectos dispostos. O objectivo principal é um mapeamento da trama relacional, com a posterior identificação das principais articulações e contraposições e subsequente criação de contexto transformador, não só do conflito em si, mas também das pessoas e suas dinâmicas sociais, com vista à construção de sociedades mais sustentáveis. Mapeando a trama relacional: em primeiro lugar, procede-se a uma colecta de dados. No caso em estudo, reunimos matérias jornalísticas e demais publicações correlatas, processos judiciais, inquéritos instaurados e pareceres técnicos sobre a região foco; realizamos entrevistas semi-estruturadas, individuais e colectivas, incluindo-se os diversos sujeitos implicados, além de representantes institucionais (executivo municipal, câmara de vereadores, órgãos ligados a secretarias estaduais, ONGs etc.). Atente-se no trecho que se segue, extraído um periódico local da região de Vitoriana, município de Botucatu.

Rio Bonito, suas belezas e seus problemas

Na região do Rio Bonito vivem atualmente mais de duzentas famílias que sobrevivem da pesca da espécie de peixe conhecido popularmente como tilápia. A maioria dessas famílias são provenientes de outros estados como Minas Gerais, Mato Grosso [...] e todos vivem entre o porto SAID, Rio Bonito e Mina. Alguns proprietários de ranchos estão alugando seus imóveis para pescadores pois está sendo um bom negócio.

Uma das maiores preocupações das instituições que trabalham para proteger o meio ambiente que anda “muito afetado pela ação do homem”, é a pesca irregular, pois muitas pessoas que vivem desse ofício não respeitam a fase da “piracema”. Graças a um projeto da secretaria do meio ambiente da cidade de Botucatu junto a comunidade de pescadores para instruí-los sobre o problema da situação, o caso tomou um rumo um pouco diferente, mas a pesca ilegal ainda continua por causa da imprudência de algumas pessoas [...]

Conversando com outros moradores da região e proprietários de rancho ouvimos queixas das algazarras de algumas pessoas imprudentes que não aprenderam a respeitar o espaço do próximo e isso não se refere apenas a alguns pescadores e sim também à turistas imprudentes que vão até a borda do rio e preparam seus acampamentos e causam transtornos ao meio ambiente como queimar os troncos das árvores onde preparam suas churrasqueiras e depositam todo lixo no chão ou nas águas do nosso rio. Outra queixa da população é não ter nenhum posto militar nos limites do condomínio para

recorrerem pois muitos se vêem vulneráveis a roubos ou até de ações violentas de vândalos que as vezes circulam pelo local dando tiro nas portas de bares e de ranchos. Alguns meses atrás um homem foi assassinado na porta de um bar [...]

Foi nos fornecido a informação que a manutenção das barreiras do rio Tietê e de suas bordas estão sob o cuidado de uma empresa norte americana e problemas como melhor acomodação dos pescadores na borda do rio como um projeto de saneamento básico estão confiados a essa empresa que ainda não deu seu parecer em relação ao assunto que tanto preocupa a população de Botucatu e região.

Depois de queixas e histórias perguntei para algumas pessoas se estavam contentes em morar naquela região e a maioria disse que fora os problemas mal resolvidos, não pretendem se possível nunca sair da beira do rio que lhes da alegria como deu a muitos que por ali já viveram em várias décadas passadas (JORNAL IMPRESSÃO, 2005: 2).

Uma rápida vista sobre o excerto acima transcrito permite a identificação de algumas personagens, da região em que se situam e de algumas práticas exercidas. São pescadores, suas famílias, migrantes em sua maioria, proprietários de ranchos, instituições que trabalham para proteger o meio ambiente, moradores da região, pessoas imprudentes, turistas imprudentes, vândalos, um homem que foi assassinado, uma empresa norte americana e a população de Botucatu e região. De um modo mais acurado, é possível a identificação de outras mais, como as instituições jurídicas e de segurança (relacionadas a pesca ilegal, algazaras, posto militar, etc.), moradores de condomínios, donos e frequentadores de bares, além do assassino.

Algumas práticas, ou conjunto de práticas sociais, também são directa ou indirectamente identificáveis, como a pesca, o comércio e o aluguer de imóveis, o *locus* da situação e seus significados atribuídos, meio ambiente, porto SAID, Rio Bonito e Mina, águas do nosso rio (grifo nosso), Botucatu e região. Ressalta-se que a referência ao outro, ao sujeito em contraposição, é muitas vezes eivada de estigmatização, depreciação, de pejorativos associados também aos seus saberes e práticas. Tal diferenciação de si em relação ao outro evidencia com clareza as linhas de força que compõem a trama relacional que se procura identificar. Na citação acima, é possível perceber alguns alinhamentos do periodista: o rio é referido como nosso, poluidores são os outros.

Em posse destas e outras informações, provenientes de outras fontes, iniciamos um mapeamento de pessoas e relações e uma concretização da metodologia geral no início esboçada. Algumas direcções de investigação começaram a surgir pela identificação de alguns sujeitos e suas inter-relações. Foi necessário proceder a uma selecção inicial de

pessoas a entrevistar, permitida e necessária, dado número elevado que possivelmente surgirá a partir de uma arbitrária e também inicial categorização: pescadores, atravessadores, rancheiros, representantes dos poderes públicos, representantes de instituições não governamentais, entre outros. Novos sujeitos e novas categorias poderão certamente surgir ou se modificar com o decorrer da pesquisa.

Para as entrevistas também se requer a composição de uma estratégia inicial de aproximação e a elaboração de um roteiro prévio que enfoque as questões conflituais em cena. Neste caso, os significados atribuídos ao loccus (meio ambiente, borda do rio, nosso rio, favela), ao outro (vândalos, imprudentes), às práticas do outro (irregular, ilegal) nortearam sua composição, cujo teor esteve relacionado com a identificação, a partir do entendimento do entrevistado, (1) dos principais desafios ou problemas, (2) dos seus interesses e necessidades, (3) das suas razões, emoções e sentimentos. Triáde a partir da qual, já numa lógica transformadora mais vasta do que a simples superação do conflito, se progrediu para a identificação (sempre na lógica da pessoa ou grupo entrevistado) (4) das prioridades a privilegiar, (5) das acções prioritárias para superá-los, (6) das contribuições próprias, (7) das contribuições alheias, (8) de outras pessoas ou instituições que possuem relação com os problemas e que poderiam contribuir para sua superação, além dos (9) elementos ou sinais indicadores da superação. Alguns dos instrumentos de registo utilizados baseiam-se neste roteiro (quadro II).

Quadro II - Quadro de registo (adaptado de Freitas & Annunziato, 2008)

<p>Prioridades (O que é mais importante em termos de desenvolvimento local sustentável às margens do reservatório?)</p>	<p>Indicadores (Como é possível avaliar o progresso em relação às prioridades estabelecidas?)</p>	<p>Acções prioritárias (O que deve ser feito com maior urgência?)</p>
<p>Contribuições próprias (Como posso/podemos contribuir para alcançar as prioridades de desenvolvimento?)</p>	<p>Contribuições alheias (Como pode a AES Tietê e outros contribuírem para atingir as prioridades de desenvolvimento?)</p>	<p>Outros parceiros (Quais seriam outros possíveis parceiros e o que poderiam fazer?)</p>

Ao contrário do que alguns autores defendem, a inserção do entrevistador ou mediador no contexto não é neutra, embora deva buscar, o quanto possível, a neutralidade no sentido de não se colocar ostensivamente ao lado de uma parte contra a outra, o que nos remete a questões éticas que fogem ao escopo deste artigo. O mediador torna-se

mais um elemento na trama relacional e intervirá segundo princípios norteadores da mediação, mas imerso em valores morais e éticos que se produzem ao nível das chamadas próprias etc. Sua inserção dinamiza o jogo de forças social, promove (re)significações, modifica o contexto e a produção discursiva, faz emergir novos desejos e novas possibilidades. Neste caso, a posição do mediador não pode obviamente ser neutra, nem quanto aos valores ambientais em causa, nem quanto à dignidade a que a todos os seres humanos têm direito. Também não foi neutra na importância de dar mais voz àqueles que, normalmente, a não têm (assumindo tal pressuposto desde início, junto da empresa e do poder local).

Analisando alguns textos recolhidos: analise-se, atentamente, o extracto abaixo transcrito, retirado do discurso de um pescador. Podem identificar-se com clareza diferentes designações e significações para o mesmo local (favela e acampamento), num diálogo cruzado de diferentes sujeitos e posicionamentos: “(...) Dizem que em Botucatu a gente conhece isso aqui como favela... O policial disse para mim que conhece isto aqui como favela, que só tem gente que não presta. Eu falei: ‘Não... isso aqui é um acampamento de pescador, tem gente que não presta no meio, sempre tem, todo lugar tem! Mas é cheio de família, todo mundo ali trabalha, ninguém tá ali para roubar, ninguém tá ali roubando... Nós estamos ali trabalhando! A gente quer o melhor para nossa família... Você não quer o melhor para sua família? Todo mundo quer!’ “. O extracto ilustra bem a ideia de inter-relação complexa das categorias apresentadas no quadro I e de como os discurso se constitui como veículo de produção da realidade que especifica cada um e os três níveis relacionais considerados. Ao (1) especificar o local (acampamento) e (2) descrever a especificação diferente que outros fazem do mesmo local (favela), o pescador (3) promove a especificação de normas e valores (família, trabalho, honestidade, etc.), gerando uma (4) nova possível e desejável relação de especificação com os outros (4).

Já o extracto de texto que se segue, da autoria do único dono de casa de veraneio presente numa primeira reunião com pescadores (realizada em Julho de 2007), se torna claro como o discurso representa uma mudança na forma de especificar os outros (pescadores) e as relações que entre ambos se estabeleceram e, agora, estabelecem e, como isso é projectado no processo de transformação de ambos e da realidade ambiental que partilham, projectando o processo de mediação bem para além do conflito em si. “Eu falo o que tenho que falar, eu não tenho freio na língua! No começo aqui só tinha aventureiro... isso há 10 anos atrás... que aí aprontava. Agora não! Agora ficou uma turma efectiva, uma turma que convive com a gente aí! Então precisa dar uma mão para eles! Nós precisamos crescer junto! Não adianta ficar pescador prum lado e morador pro outro... não adianta, nós temos que crescer junto! O que você acha? Não é isso?!”

Finalmente, analisemos a sequência discursiva que a seguir se transcreve. Vejamos como ela, só por si, ilustra como a prática discursiva se constitui como essência do processo de mediação, criando novos contextos que aproximam discursos outrora desavindos, através do reconhecimento do outro, do seu ponto de vista, seus interesses e necessidades; como tal prática discursiva específica e (re)significa constituições/identidades de pessoas e grupos, específica e (re)inventa relações entre pessoas e entre pessoas e ambiente, específica e (re)constrói relações de ordem/controlo; como tudo específica e (re)configura uma realidade complexa, imbricada, em que causas viram efeitos e efeitos viram causas, emergem novos sentidos, criam-se novos mundos num processo de transformação emancipadora:

Pescador 1: Porto Said é muito conhecido! Na delegacia é muito conhecido! [risos] A policia florestal, ela tem medo de entrar aqui dentro do Porto Said... medo de nós! Nós não somos bicho! Agora, por que eles tem medo de entrar aqui dentro? Por causa daquele tipo de pessoa que existe no meio dos pescadores, bagunceiro... O nosso nome do Porto Said já tá na delegacia! Eu fiquei com vergonha por que sou um pai de família, fiquei com vergonha! Falei com Manoel, passei aquele dia lá, fiquei com vergonha que o policial falou lá no Júlio. Falou que nós somos conhecidos como pessoas ruins, que é uma favela perigosa! Eu falei "Não é isso não! Vocês estão enganados! Aqui nós somos trabalhadores! Tem alguns aqui que podem bagunçar! Tem uns que bebem umas pinguinhas, mas ninguém matou ninguém!"...

Pescadora 2: O povo tem medo dos pescadores, mas vamos concordar numa coisa... dá arrepio de olhar aqueles barracos ali mesmo! Chega até arrepiar os cabelos: "Se eu entrar, será que eu vou sair?"...

Pescador 1 – No tempo que eu tomava uma cervejinha... ia lá no Rio Bonito e a própria dona falava que quando os pescadores chegavam o povo dava o fora... o povo dos ranchos saía quando os pescadores chegavam no bar... saiam de medo.

Pescador 3 – Olha o exemplo: eu fui mostrar o peixe lá em baixo [referindo-se a um episódio em que foi efetuar uma venda] e o cara disse "É para descer até lá em baixo?!" e eu disse que sim. "Mas pode entrar aí?!" disse ele. E eu disse "Com certeza meu amigo!"

Pescador 1: Mas a pessoa fica com medo mesmo!...

Pescador 3: Vocês estavam falando que o pessoal tem medo de vir aqui! É como eu tava falando, no meio de todo mundo tem gente ruim também... Tem os bons e tem os ruins... Então o pessoal tem que ver isso, que nós não somos do jeito que o pessoal pensa!... Insegurança, os próprios policiais ficam falando que ali só tem isso!... Também não é assim, não. Tem muita família boa! A polícia florestal encontrou comigo, uma vez que eu tava na água... foram olhar o capô do motor para ver se estava portando arma ou droga! Eu disse que não e... "É porque no meio de vocês tem muito bandido". De fato, no mundo todo tem bandido,

no meio de toda profissão tem bandido, disse eu... aí, ele saiu! Agora, seria uma boa se acontecesse uma melhoria para nós aqui, para todo mundo!

Dos elementos emergentes das entrevistas, pôde empreender-se um certo cruzamento de informações, identificando-se convergências e divergências, identidades concomitantes ou posições múltiplas (por exemplo, “pescador” e “atravessador”, “morador” e “representante do poder público” etc.), possibilidades de articulação e acção cooperativa. Podemos citar o mútuo interesse pela desocupação da Área de Preservação Permanente (APP), presente no discurso de rancheiros, de representantes do poder público, da AES Tietê e, surpreendentemente, dos pescadores ocupantes, para quem a desocupação estava consignada à concessão de uma nova área para a construção de novas habitações: “Agora, seria uma boa se acontecesse uma melhoria para nós aqui, para todo mundo!”.

Em suma, atente-se como o motivo de conflito se transforma em desafio transformador, de construção de um novo futuro. Identificadas algumas possibilidades de articulação em pontos convergentes e de negociação e/ou resignificação de questões conflituantes, passamos a actuar como uma espécie de porta-vozes, veiculando as opiniões consonantes com o objectivo estabelecer uma “atmosfera positiva” e recompor o diálogo entre as diversas partes em um novo contexto, um encontro onde poderiam se (re)conhecer através de múltiplas dimensões comunicativas – também não discursivas ou não verbais. No final de um longo processo interactivo de audição dos interesses e necessidades das partes, suas razões, sentimentos e emoções, receios e anseios, tornou-se possível realizar o que, numa perspectiva mais restritiva de entendimento da mediação, deveria, eventualmente, ser um constante do processo: o encontro das partes conflituantes. Duas acções principais foram empreendidas então: (1) a realização de um evento que promoveu o encontro entre pescadores, representantes dos poderes públicos municipais e da AES Tietê, concessionária da UHE de Barra Bonita e responsável pela gestão ambiental do reservatório, e demais interessados, denominado Diálogo sobre o Desenvolvimento sustentável da Pesca no Reservatório de Barra Bonita; (2) a construção de um protocolo de intenções que procurou formalizar a disposição dos principais envolvidos em direcção à superação dos conflitos, gerando o compromisso com relação a algumas acções principais³.

3 *Entre outros aspectos, a Prefeitura comprometeu-se a disponibilizar um terreno adequado, próximo das margens do reservatório, para novas habitações destinadas aos pescadores e a encontrar financiamentos para sua construção. Os pescadores assumiram a desocupação dos acampamentos em terrenos privados e de preservação permanente, logo que as novas moradias estivessem construídas, bem como ajudar a pagá-las e colaborar na prevenção de futuras tentativas de ocupação. AAES Tietê, comprometeu-se com a elaboração do projecto de arquitectura, urbanismo e arruamentos para a nova vila de pescadores e a recuperação ambiental da área a ser desocupada (reflorestação com espécies nativas da área compreendida nos limites de sua propriedade) e apoiando a Prefeitura e a comunidade de pescadores na recuperação da área restante com a doação de mudas arbóreas de espécies nativas.*

Bibliografia

- BATESON, Gregory (1979). *Steps to an ecology of mind*. Toronto: Chandler Publishing Company.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre, DAHAN, Joceylene, SALZER, Jacques, Marianne, Souquet e VOU-CHE, Jean-Pierre (2003). *Les médiations, la médiation*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Erès
- COBB, Sara. (2004). Fostering coexistence in identity-based conflicts: Towards a narrative approach. In Chayes. A. and Minow, M. (Eds.), *Imagine Coexistence*. San Francisco Wiley_Default, Jossey-Bass: 294-310.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UNB.
- FISHER, Roger, URY, William & PATTON, Bruce (1991). *Getting to yes. Negotiating agreement without giving in*. Houghton Mifflin Books
- FOLGER, Joseph and BUSH, Robert (1996). Transformative Mediation and Third-Party Intervention: Ten Hallmarks of a Transformative Approach to Practice. *Mediation Quarterly* 13:4 (Summer 1996): 263-78.
- FOUCAULT, Michael (1989). *Vigiar e punir, o nascimento da prisão*. 7ed. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michael (2008). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição.
- FREITAS, Mário & FLEURI, Reinaldo (2006). *Conceito de complexidade: uma contribuição para a formulação de princípios epistemológicos de uma educação intercultural, ambiental e para o desenvolvimento sustentável*. Comunicação apresentada ao III Seminário Internacional Educação Intercultural, Movimentos Sociais e Sustentabilidade: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas e I Colóquio da Associação Internationale pour la Recherche Interculturelle na América Latina
- FREITAS, Mário e ANNUNCIATO, Draúzio (2008). *Botucatu às margens do Tietê: Cultura e Sustentabilidade*. São Paulo: Instituto BrasilCom.
- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco (2002). *A Árvore do Conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Editora Palas Athenas.
- MILBURN, Philip (2002). *La Médiation : Expériences et compétences*. Paris: Éditions La Découverte et Syros.
- MORINEAU, Jacqueline (1998). *L'esprit de médiation*. Romainville: Erès.
- SUÁREZ, Marínés (1996). *Mediación. Conducción de disputas, comunicación y técnicas*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- PEDRO, Emília (1997). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho

Cidadania ambiental: cooperação sócio-cultural com índios Tembés de Santa Maria do Pará – Brasil

Cláudia da Silva (Universidade Federal do Pará)

Introdução

Este artigo objectiva apresentar os resultados das experiências cooperativas no âmbito ambiental e sócio-cultural, com os índios Tembés de Santa Maria do Pará, da região Amazônica brasileira, pois consideramos fundamental a compreensão de dinâmicas culturais que apresentam pactos com a natureza, baseados na solidariedade e no viver cooperativo. É importante mencionar que os resultados apresentados se encontram inseridos no projeto Laboratório Interdisciplinar de Educação Ambiental – LIEA, na Universidade Federal do Pará, no Brasil, cujo principal objectivo é tornar viável a praxis da educação sócio-ambiental. E também, é uma das bases para o desenvolvimento do projeto de tese de doutoramento Cidadania Ambiental: das diversidades culturais à identidade planetária, realizado na Universidade de Aveiro, em Portugal, que busca basicamente investigar a relação entre identidades culturais e a cidadanias (ambiental) em escolas multiculturais. O trabalho baseia-se, sobretudo, no conceito de cidadania ambiental como um conjunto de condições que permitem-nos a defesa e luta vitalícia para a continuidade da vida em suas múltiplas dimensões (biológica, social, humana, cultural, etc.) e dos recursos advindos da natureza biofísica (atmosfera, água, solo, flora, fauna, etc.), fundamenta-se, sobretudo, na noção de desenvolvimento local, solidário, cooperativo e contínuo.

Para além da escola, deve-se buscar também parcerias variadas, entre as quais destacamos as comunidades indígenas. O diagnóstico realizado na aldeia dos índios mostra que eles lutam com acentuada motivação pela permanência e continuidade da sua identidade indígena e são exemplos de resistência étnica. Hoje reivindicam legitimidade de direitos junto à sociedade, em especial destacamos: a marcação de território (reserva ambiental) e a escola diferenciada e bilingue (Língua Portuguesa e Língua Tupi-Tenetebara). Durante as etapas realizadas (diagnóstico participativo e elaboração dos objetivos a partir das necessidades), foi possível focalizar dois aspectos fundamentais, por um lado, a mobilização de conhecimentos e saberes socioculturais próprios contribuem para a conservação não somente da sobrevivência cultural, mas também física dos mesmos. E por outro lado, o desenvolvimento da autonomia e a da responsabilidade são fundamentais para a sustentabilidade ecológica, (Leff, 2006), expressas por eles através de actividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo vegetal, colocando-os na condição de

salvaguardas de pequenas faixas da natureza. Pensamos que essa proposta contribui para a consolidação de respostas concretas às demandas sociais, culturais, étnicas e educativas e pode contribuir para a construção da cidadania ambiental efectiva e plena que ultrapassa a concepção de cidadania apenas nas dimensões civis e políticas.

I. A região Amazônica: o locus da cooperação

Por outro lado, a região Amazônica é o maior conjunto contínuo de florestas tropicais do planeta, e também, possui a maior biodiversidade do mundo, conforme estudos desenvolvidos pela *Worldwide Fund for Nature* (WWF)¹, ela possui 67% dos mamíferos, 59% das aves e 32% dos anfíbios registrados, sem incluir aqueles que ainda não estão catalogados pelos pesquisadores (Meireles, 2004). Por outro lado, as ameaças à biodiversidade têm sido agravados pela exploração mercenária e irresponsável de seus recursos naturais, incluindo os humanos, ainda pautadas em um viés ideológico cornocupiano que se baseia na concepção de que os recursos naturais são ilimitados e a tecnologia é um remédio para todos os males.

Os problemas ambientais da região possuem causas múltiplas que vão desde a implantação de projetos minerais e agro-florestais até práticas predatórias (queimadas, poluição de florestas e rios), e afeta de maneira não positiva as populações tradicionais da região. Percebe-se explicitamente que as riquezas naturais têm sido concentradas nas mãos de pouquíssimos e as populações tradicionais permanecem às margens de processos de melhorias. É importante destacar que há aproximadamente 6 milhões de habitantes no interior da floresta: os seringueiros, que ainda extraem o látex artesanalmente; os ribeirinhos, que habitam nas beiras dos rios; os pescadores artesanais, que não se renderam à pesca mecanizada; os índios, que se ligam à natureza de forma simbiótica, entre outros. Povos que merecem posturas de respeito e cuidado com suas formas de vida. “A cultura da floresta tropical demonstra a relação de interdependência com o meio ambiente. É o resultado de milhares de anos de aprendizado, de cuidado com a terra, de carinho, de como aproveitar ao máximo os recursos naturais com o mínimo impacto ambiental possível...” (Meireles, 2005: 84).

No início do século XVI, os índios eram estimados em 2 milhões², expostos ao processo à colonização, às doenças, à escravidão, à apropriação de seus saberes culturais, etc. Essas mudanças atingiram as populações indígenas, provocando drasticamente a sua diminuição populacional, principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII. Nos séculos

1 A WWF foi fundada em 1961 por um grupo de pessoas preocupadas com a destruição da natureza. É uma das ONGs ambientalistas.

2 Cf. <http://www.ibge.gov.br/brasil500/indios/numeros.html>. Estima-se mais de 2 milhões de índios no século XVI.

seguintes, aqueles que restaram conseguiram resistir, mesmo apresentando mudanças culturais significativas, e ainda assim continuam a influenciar a cultura cabocla da região, ou melhor, confunde-se com ela, na gastronomia (tacacá, pato no tucupi), nas crenças e lendas (curupira, cobra-grande), na língua portuguesa que apresenta inúmeros léxicos das línguas indígenas (açai, bacuri, cupuaçu, muruci – nomes de frutas).

Podemos afirmar que o processo de conquista europeia das terras indígenas na Amazônia abalaram e transformaram suas culturas, mas não foi possível eliminá-las. Mesmo havendo o que se chama de sobreposição da cultura do branco à indígena, houve também a influência da cultura indígena à cultura branca, como por exemplo o dormir na rede e o tomar açai com farinha de mandioca, ou ainda, o usar adereços de contas e sementes nativas se mantêm até hoje entre os brancos, caboclos, mamelutos, quilombolas, e outros miscigenados, ou não, da região. Resistir culturalmente, em mais de cinco séculos, apresentando ainda traços identitários específicos é surpreendente e pode-se considerar como uma estratégia de sobrevivência além de cultural, também física. Conforme Meireles (2004: 89), hoje na Amazônia são estimados 210 mil índios, distribuídos em aproximadamente 150 etnias, com significativas diversidades desde língua até formas de viver, de se relacionar com a natureza e com os outros seres humanos. Por um lado, há aqueles que se aproximaram e se miscigenaram com o homem “branco” e, por outro lado, há aproximadamente 50 grupos, que nunca foram contactados e resistem em clareiras no interior da densa floresta ou nas beiras de rios.

2. Do desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento local, cooperativo e solidário

A discussão que permeia a noção de desenvolvimento sustentável, especialmente no seio acadêmico, evidencia contradições. Os enfoques são diferentes e por vezes divergentes e giram em torno do conceito da sua utilização de acordo com interesses específicos. Via de regra, aqueles que defendem o conceito não conseguem romper com a noção de desenvolvimento ligado ao progresso, onde a ênfase recai na dimensão meramente econômica e críticos do conceito o consideram como a nova emergência de estruturação econômica que utilizam o prefixo eco para justificar suas atitudes através do discurso da preservação ecológica e da equidade social. As reflexões acerca das questões ambientais na década de setenta encontravam-se polarizadas. De um lado os neomalthusianos que alertavam para o problema da escassez dos recursos naturais e, por outro, os cornucopianos³ que defendiam o crescimento ilimitado, negligenciando os seus custos.

3 *Cornucópia significa abundância, riqueza sem fim.*

O termo ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez por Maurice Strong, em 1973, para designar uma nova alternativa política para o desenvolvimento e para o meio ambiente, mais tarde o termo ecodesenvolvimento foi rebatizado de desenvolvimento sustentável pelos anglo-saxões. Neste contexto, destacou-se a contribuição do Clube de Roma, que formulou a tese do crescimento zero. Dennis Meadows coordenou um grupo de pesquisadores, em 1972, para a formulação das teses de conclusões básicas. Dentre as quais, que as tendências de crescimento acelerado industrial e populacional poderiam resultar em um declínio súbito de ambos os processos; mas que haveria a possibilidade de modificar essas tendências de crescimento, formando uma estabilidade ecológica, proporcionando a satisfação das necessidades dos indivíduos e a realização de seus respectivos potenciais. Essa tese preocupa-se com questões que envolvem o perigo do crescimento desenfreado da população global, propondo discutir a tese de Malthus sobre a incompatibilidade entre o crescimento populacional e a produção alimentar. Conforme Sachs (1992), passados poucos anos de uma curta história do conceito de desenvolvimento sustentável, percebe-se alguns avanços significativos, como por exemplo o progresso na institucionalização do gerenciamento, pois a maioria dos países já possuem ministérios e agências voltados especificamente para o meio ambiente. No entanto, resta-nos avaliar se os ministérios têm conseguido cumprir o seu papel de implementadores de políticas públicas ambientais com êxito e continuidade.

Vale ressaltar que, frente às ambiguidades na interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável, cada país, cada região, cada grupo social faz dele a leitura que seja compatível com seus interesses específicos. Assim, percebe-se que o conceito está sendo utilizado por grupos que possuem interesses distintos, mas o discurso casa-se perfeitamente com os seus respectivos objetivos. O conceito de desenvolvimento sustentável serve também para globalizar o discurso, tornando-o impessoal: "...Apregoa-se o desenvolvimento sustentável tanto credores como devedores, produtores e consumidores, empresários e empregados, as regiões ricas e pobres, os países do centro e da periferia. Enfim essa é uma nova unanimidade global" (Medina, 1994:15). Por outro lado Rodrigues (1995:42) afirma que: "...pode-se observar que grande parte, quiçá a maioria dos teóricos do 'desenvolvimento sustentável' propõe humanizar o capitalismo 'selvagem', democratizar a economia de mercado: uma espécie de desselvagenização do capital: como busca de solução aos problemas". Veiga (1991) vai mais longe em sua crítica ao desenvolvimento sustentável ao dizer que a utilização generalizada do termo advém da tomada de consciência das elites, que se apropriam do conceito sustentável para justificar os moldes do processo de desenvolvimento que lhes convém, ou seja, a noção de desenvolvimento como progresso industrial aparece com uma nova roupagem que traz consigo o prefixo eco.

A contradição do conceito está em como implementar seus pressupostos teóricos, dentro de um contexto que apresenta heterogeneidade marcada por processos de degradação ambiental orientados pela irracionalidade no gerenciamento dos recursos naturais; desigualdade socioeconômicas acentuadas pela má distribuição de renda, onde poucos concentram grande quantidade de capital e a grande maioria da população mundial vive em estado de pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento. E nossa crítica se desenvolve no sentido de questionar as reais possibilidades do desenvolvimento econômico, e de uma prudência ecológica concomitante à equidade social em nível global. Mas qual a alternativa de atingir concretamente as comunidades carentes? Afirma que tudo é inviável e ficar de braços cruzados? Há uma saída para uma outra via de desenvolvimento? Ou a palavra desenvolvimento é tabu que não poderá ser mencionada? A partir da reflexão acima enunciada e a convicção que o desenvolvimento sustentável não responde concretamente às demandas bio-antropo-sócio-cultural (Morin, 2005), propomos para a comunidade que mantemos a cooperação uma outra via de sustentabilidade mais ampliada e concreta, ligada à praxis, baseada na solidariedade e autonomia, onde os sujeitos exógenos (representantes institucionais, poder público, empresas, etc) sejam colaboradores, apoiantes e não apropriadores dos saberes e fazeres locais.

3. Os sujeitos da cooperação: os Tembés

Os primeiros habitantes de Santa Maria do Pará⁴ foram os índios Tembés, que migraram da região da Vale Pindaré em direção às regiões dos rios Guamá, Capim, Alto Rio Gurupi e Maracanã, todos no estado do Pará, exceto o rio Gurupi que faz parte do Estado do Maranhão. Estes índios fugiram devido a ferocidade do Timbiras e Urubus, que eram seus inimigos irreconciliáveis, por se julgarem superiores aos Tembés que não tinham fama de guerreiros, franzinos e de baixa estatura, ao contrário dos Timbiras e Urubus que eram altos, grandes e fortes. Segundo relatos históricos e pesquisa documental, os Tembés são originalmente doces e portanto apenas se defendiam. Os conflitos acabaram por expulsar os Tembés da região do Pindaré, eles foram em busca de paz e começaram a formar assim várias aldeias, no Pará e em alguns municípios do Maranhão, todas localizadas as proximidades de rios, uns vivendo em reservas, outros vivendo em pequenos aldeamentos ou comunidades.

Durante o diagnóstico participativo, nossa inserção no campo da cooperação ocorreu via o contato inicial com o cacique da tribo Areal e em seguida com os outros sujeitos locais (mulheres, crianças, jovens, dentre outros), por conseguinte foi possível perceber

4 O município possui aproximadamente 71 mil habitantes e está situada em uma zona plana, pouco acidentada com boa drenagem superficial, possuindo 498 Km² de superfície, na micro região bragantina a leste do estado do Pará. A cidade é entrecortada por duas rodovias federais: BR 316 (Pará Maranhão) e BR 010 (Santa Maria/Salinópolis) e é banhada por dois rios: o rio Jeju e rio Maracanã, sendo o mais importante o Rio Jeju por atravessar o município.

que os Tembés estão sobrevivendo de maneira precária, sem assistência à saúde e à educação. Moram em pequenos lotes e uns ganham a vida como empregados nas fazendas, na pesca, no extrativismo, no cultivo da mandioca e na fabricação de farinha; outros vendem frutas nas estradas. Atualmente esses indígenas são reconhecidos pelo poder legislativo municipal e reivindicam para si os direitos de fundadores pioneiros de Santa Maria do Pará, a Terra dos Tembés. A aldeia de Areal recebe pouca assistência dos órgãos oficiais. Conforme relato do cacique há pouco tempo que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tomou conhecimento da existência desses aldeamentos. O grupo tenta se fortalecer e luta com bastante motivação para dar continuidade a sua cultura.

A aldeia Areal está situada a proximidade do rio Maracanã, possui 27 famílias com mais ou menos 250 pessoas, mas nem todos os indígenas vivem na aldeia, alguns optaram por viver na cidade e aderiram aos costumes do *homem branco*. No Areal existem quatro casas construídas com taipa padronizadas e são divididas em vários cômodos (sala, cozinha e quarto) o que foge aos padrões indígenas, pois grande parte dos indígenas da região Amazônica vivem em barracões (estilo de ocas) situadas em clareiras abertas no meio de floresta, com vegetação nativa e próximas de rios, o que lhes dá um razoável acesso aos bens naturais, principalmente, caça e pesca, para sobreviver conforme suas necessidades básicas. Na área externa foi construído, pela Comissão Indígena Missionária (CIMI), um barracão para reuniões da comunidade e onde os índios praticam alguns rituais indígenas (danças de agradecimentos à mãe natureza pelos bens adquiridos, festas destinadas à colheita da mandioca, passagem da menina moça, entre outras). Também foi construída uma casa de farinha com o objetivo de consumo próprio e produção em pequena escala para comercialização local. Há também uma área de terra com algumas plantações como a pimenta do reino, hortas caseiras, coco, laranja, açaí para o consumo familiar. A mandioca é plantada também para a produção da farinha e para a venda. A dieta alimentar dos índios se limita à dominância de peixe e farinha de mandioca, complementada por frutas típicas como pupunha, ingá, manga, caju, açaí e cupuaçu, além de legumes cultivados pelos mesmos em uma horta. O peixe é pescado através da pesca em matapis e se encontra escasso, levando-os a introdução de outros alimentos em sua dieta diária. A alimentação diária não tem hora certa para ocorrer, geralmente os adultos comem quando sentem fome sem seguir padrões fixos de horários pré-determinados. A caça já se encontra quase extinta no Areal, segundo o cacique Miguel “a caça já num tem mas, porque o homem mata tudo, até o fim, por isso num tem mais caça” (sic). Segundo relatos dos índios, nesta área somente algumas capivaras restaram das manadas que por lá habitavam, mas tende a desaparecer, porque são caçadas pelos homens da cidade. Ainda existe preguiça, tatu, macaco, porém alguns deles estão ameaçados de extinção. A água utilizada para as ne-

cessidades básicas diárias é retirada de um pequeno igarapé que apresenta sinais graves de contaminação por detritos fecais do gado da fazenda vizinha, afectando a saúde dos índios, especialmente das crianças.

4. Os objetivos: a partir das necessidades

Nesse contexto, os índios Tembés de Santa Maria do Pará, apesar de terem ficado expostos e susceptíveis ao processo de apropriação e negação de seus saberes tradicionais, lutam pela permanência e continuidade da sua identidade indígena. Hoje reivindicam sua legitimidade junto à sociedade amazônica e legalidade junto aos órgãos oficiais. Entre as suas atividades de resistência, podemos evidenciar a Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará – AITESAMPA, fundada em 2003 e que congrega duas aldeias: Jeju e Areal. Essa associação está empenhada na demarcação de território (reserva ambiental), educação diferenciada e bilingue (Língua Portuguesa e Língua Tupi-Tenetehara), acesso à saúde pelo órgão competente a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Infelizmente são obrigados a reivindicar seus direitos de cidadãos na lei do dito civilizado.

Propomo-nos a desenvolver uma cooperação entre profissionais da Universidade Federal do Pará (professores, alunos e técnicos) e os índios Tembés de Santa Maria do Pará, a fim de apoiá-los no fortalecimento da autonomia e a da responsabilidade para a sustentabilidade ecológica, (Leff, 2006), já desenvolvidas por eles através de atividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo vegetal, na continuidade e fortalecimento de suas condições de salvaguardas de pequenas, mas significativas faixas da natureza. A partir do trabalho realizado, consideramos válida a tentativa de confluir os conhecimentos ditos científicos com os saberes culturais indígenas, assumindo posturas de respeito à diversidade multicultural e anunciando a cidadania efectiva. Por um lado, na perspectiva da cidadania planetária com sentido de pertença à humanidade e, por outro lado, da cidadania local e solidária, para os seres humanos concretos e contextualizados, inseridos em processos de conquistas diárias e contínuas. Dessa forma, a cooperação local e solidária objetiva alcançar os seguintes resultados:

- a) A identificação de conhecimentos e saberes ambientais na Aldeia do Areal e ampliação de suas possibilidades de auto-sustentabilidade;
- b) O estabelecimento de trocas culturais que incorporem ações sobre o viver indígena e a relação que estabelecem entre si e com o meio ambiente;
- c) A divulgação dos Tembés de Santa Maria do Pará junto à sociedade, sua luta pelo reconhecimento da identidade indígena, pela demarcação do seu território e pelos seus direitos à saúde e à educação diferenciada e bilingue (Português e Tupi, Tenetehara);

- d) A elaboração de mini dicionário da língua tupi, tenetehara, com palavras da fauna e da flora local;
- e) A inserção de graduandos e professores da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, na temática indígena e sócio-ambiental através da elaboração e intervenção participativa de projetos de *recherche-action* na perspectiva de uma educação sócio-ambiental com respeito à diversidade étnica;
- f) A realização de eventos para socializar as experiências, com a participação dos envolvidos através da apresentação do artesanato, danças e rituais indígenas, imagens: fotos, documentários. Divulgação em eventos científicos e culturais, criação de uma página na Internet sobre os índios Tembés de Santa Maria do Pará.
- g) A contribuição na elaboração e implementação de projetos, quais sejam: criação de pequenos animais; agricultura familiar sustentável; água fonte de saúde e vida; plantas medicinais, um saber indígena e Língua e Identidade Cultural.

Pensamos que essa proposta possa levar-nos à percepção de dois aspectos importantes, por um lado, a biodiversidade e a diversidade cultural são dimensões indelévels e, portanto, é primordial “...valorizar essa diversidade biocultural” (Sauvé, 2005: 319). Por outro lado, o meio ambiente é o locus de partilha de parcerias entre sujeitos em potencial e, também, o local para instaurar as transformações desejadas pela coletividade endógena, pois projetos impostos de “cima para baixo” por sujeitos exógenos não têm sentido de pertencimento para os sujeitos locais e, ainda, podem obstruir as potencialidades e o valores inerentes à sustentabilidade com sentido de autonomia, responsabilidade e cooperação.

Bibliografia

- CARIDE, José Antonio & MEIRA, Pablo Ángel (2004). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa: Instituto Piaget.
- GHEERBRANT, Alain (1997). L'Amazonie um géant blessé. Paris, Gallimard.
- LEFF, Enrique (2006). Racionalidade Ambiental: reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MAIMON, Dália (1993). A economia e a problemática ambiental. In: Vieira, Paulo Freire e Maimon, Dália. As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade. APED e NAEA.
- MEIRELES, Filho João (2004). O Livro de Ouro da Amazônia. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- MORAES, Dulcinéia Nascimento (2005). Ressurgidos ou Resistentes? Uma Etnografia sobre as necessidades de uma educação indígena entre os índios Tembés em Santa Maria do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso do Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – (mimeo).
- MORIN, Edgar (2005). O método: as idéias / habitat, vida, costumes, organização. 4. ed. Porto Alegre, Sulina.
- MUÑOZ, Maritza Gómez (2003). Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. in LEFF, Enrique. Complexidade ambiental. São Paulo, Cortez,
- RODRIGUES, Edmilson (1995). Espaço ambiente intra urbano de Belém e qualidade de vida. UFPA/ NAEA (Dissertação de mestrado – mimeo).
- SACHS, Ignacy (1995). Estratégias de trânsito para o século XXI. In Bursztyn, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Brasileira: 29–56.

- SILVA, Aracy L. & GRUPIONI, Luís D. B. (1995). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, MARI, UNESCO.
- SAUVÉ, Lucie (1996), Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educaçao_ambiental_e_desenvolvimento.html. Fonte: E-groups Educação Ambiental. Acessado em 21 de Abril de 2007.
- SAUVÉ, Lucie (2005). Educação Ambiental: possibilidades e limitações. São Paulo. Revista Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2: 317-322.
- VEIGA, José Eli (1991). A insustentável utopia do desenvolvimento. Ouro Preto/MG, (mimeo).
- VIOLA, Eduardo (1991). Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Leis, Héctor (Org.). Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro: Vozes.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: DAS TEORIAS À PRÁTICA

CAPÍTULO III
Estratégias e Práticas Educativas

Estrategias Educativas para la Re-Construcción de Comunidades Sostenibles. Proyecto Cadispa – Escocia

Germán Vargas Callejas (Departamento de Teoría de la Educación, Historia de la Educación y Pedagogía Social, Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Santiago de Compostela)

Introducción

El concepto de la comunidad es uno de los términos más controvertidos del presente, debido a que las viejas definiciones relacionadas con esta entidad han quedado superadas y son insuficientes para abarcar la complejidad de dicha realidad. No por ello, esta entidad social ha perdido valor o ha sido desechada de la experiencia cotidiana, es más, en el mundo contemporáneo la comunidad sigue siendo uno de los referentes esenciales para el desarrollo humano. En todo caso, ya no estamos hablando de la comunidad del pasado, pero sí de una entidad que tiene presencia y sentido, de ahí la importancia de tratar este tema, con el objetivo de re-pensar y re-crear la comunidad desde una perspectiva de la sostenibilidad.

Para asumir la tarea de re-construir la comunidad desde la óptica de la sostenibilidad, es pertinente plantearse las siguientes cuestiones: ¿qué significa construir la comunidad desde una perspectiva de la sostenibilidad?; ¿cuál es el modelo de comunidad que se adecúa a las condiciones espaciales, temporales, sociales y culturales presentes?; ¿qué modelo de comunidad puede asegurar mejores condiciones de vida para todos, si es que realmente existe una entidad o un sistema de organización que garantice esto?; ¿qué elementos se deben de tomar en cuenta para la organización contemporánea de la comunidad en los contextos denominados de subdesarrollo?; ¿cuáles deben ser las estrategias educativas para la re-construcción, promoción y fomento de una vida anclada en una comunidad sostenible?.

Para dar respuesta a estas cuestiones recurrimos a nuestra experiencia personal, de integración en un proyecto de Desarrollo Comunitario en un entorno denominado desarrollado, que a pesar de sus amplias posibilidades económicas, continúa sufriendo los embates de la marginalidad y, por tanto, la negación de posibilidades reales de desarrollo. Un entorno en el cual la desesperanza, el conformismo son elementos cotidianos que no han logrado destruir el carácter de las personas, que en base a sus múltiples posibilidades cognitivas, económicas, sociales y culturales pretenden construir, en algunos casos re-

construir mundos soñados singularizados por sus propuestas de integración, bienestar y logro de mejores condiciones para la vida. En la línea de lo expresado, en este artículo se hace referencia a la utopía del desarrollo sostenible y a su concreción real en la experiencia de las comunidades locales, que son los entornos más propicios para ejercitar modelos alternativos de existencia.

El enfoque que asumimos es estrictamente pedagógico y social, perspectiva que ilumina nuestra experiencia en el marco del proyecto CADISPA, *Conservation & Development in Sparsely Populated Areas* - Conservación y desarrollo en áreas escasamente pobladas-, cuya visión ambiental, social, cultural, pedagógica y de participación en los procesos de (re) construcción de comunidades sostenibles en el ámbito escocés, puede servir como una experiencia orientadora para “dar poder” y revitalizar a las comunidades locales en el contexto Africano.

I. La comunidad rural

El concepto de comunidad especifica una entidad social y espacial determinada por un territorio y sus habitantes, por una estructura social y unos códigos culturales particulares. Es un contexto de existencia donde se concretan los problemas, las necesidades, los proyectos y las esperanzas de un grupo de personas; quienes a partir de su organización en diversas instituciones buscan dar respuesta a los desafíos de su medioambiente. La comunidad delimitada en términos territoriales, demográficos, administrativos, sociales, culturales, etc., es el soporte de las formas de agrupación familiar y social que se singularizan por una convivencia próxima y una visión particular y compartida del mundo y de la vida.

En un sentido operativo, siguiendo a Ander-Egg (1982: 21), entendemos que “la comunidad es una unidad social cuyos miembros participan de algún rasgo, interés, elemento o función común, con conciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entre sí que en otro contexto”. En una perspectiva similar, Caride (1995: 9) señala que “la comunidad es (...) un área de la vida social que se singulariza por la adhesión que mantienen sus integrantes, con un sentido de la ubicación y de la pertenencia que no se entiende sin la existencia de niveles mínimos de solidaridad y de intercambio de significados, rasgos psicológicos y culturales”.

La comunidad definida en la línea que señalan Ander Egg (1982) y Caride (1995), cumple las siguientes funciones: la socialización, transmisión y práctica de las normas culturales; el control social de los miembros del grupo; la promoción de la participación social y la integración de los individuos; la formación de una identidad colectiva; la consolidación de lazos de solidaridad que aseguren la supervivencia de las personas y de la

comunidad; la producción, distribución y consumo de bienes. Atendiendo a las definiciones y funciones precedentes acerca de la comunidad, cabe hacer referencia a la comunidad rural que constituye una célula social ubicada en un espacio geográfico que se caracteriza por la preponderancia de las actividades agropecuarias y extractivas. Estamos haciendo referencia a un área territorial y sociocultural habitado por personas cuya forma de ser y transformar la realidad se especifica a partir de pautas de existencia y comportamiento distintos a los experimentados en el mundo urbano, contexto del que se diferencia por las formas de producción, las estrategias y maneras de utilización de los recursos, la distribución y el consumo de bienes y servicios sociales, materiales y espirituales.

La cultura y el entorno de lo rural no estructuran una realidad homogénea, siendo erróneo desconsiderar los rasgos propios de cada comunidad o sociedad rural. Particularidades que surgen del hecho de que cada unidad social rural está integrada en un medio distinto, habitado por gentes diversas, en condiciones diferentes y con una historia propia y singular.

Las sociedades rurales del mundo contemporáneo no forman realidades aisladas, por cuanto y a pesar de su aislamiento, están incrustadas en un contexto mundial, especialmente en un momento histórico caracterizado por la globalización: un tiempo histórico en el cual los valores y las formas de vida urbana impregnan casi a todas las formas de organización humana del Planeta; agudizando, en mayor o menor medida, la interdependencia entre lo urbano y lo rural, entre lo local y lo mundial. Un fenómeno social que, en algunos lugares, propicia la conjunción de estas dos realidades, dificultando el reconocimiento de las fronteras y los rasgos sociales, económicos, culturales y naturales que otorgan sentido e identidad al sistema de vida comunidad rural. La comunidad rural como realidad de estudio sociológico ha suscitado la atención de múltiples investigadores, interés que se exterioriza en un doble sentido: por una parte, se la ha considerado como un espacio deprimido que es preciso modernizar y desarrollar y, por otra, se la ha idealizado como uno de los últimos fortines de la solidaridad y la armonía humana, como un modelo social adecuado para la implementación de prácticas sostenibles de desarrollo, sobre todo a nivel local. La comunidad rural, en oposición a lo urbano, de acuerdo con Fainholc (1992) y Caride (1995), se puede caracterizar en términos generales, por su escasa densidad poblacional, por la ocupación agrícola de sus miembros, por la dependencia de las condiciones naturales; por una organización social tradicional con una menor diferenciación social y una exigua movilidad social. Estos rasgos se complementan con el bajo estatus económico y político, el aislamiento y la carencia de servicios sociales, educativos, de transporte y de comunicación social. Déficits que empujan a sus habitantes a la emigración y a la búsqueda de ocupación remunerada en otros lugares.

2. La acción pedagógica para la re-construcción de la comunidad

2.1. CADISPA

CADISPA (*Conservation & Development in Sparsely Populated Areas*) centra su labor de investigación en las comunidades rurales con escasa población en el contexto escocés. Un territorio que se caracteriza por contar con una población que no sobrepasa los cinco millones de habitantes, de los cuales la mayoría está concentrada en las ciudades como Glasgow, Edinburgh, Aberdeen y Dundee.

Escocia se caracteriza por la belleza de sus paisajes que atraen al turismo, haciendo de esta actividad una de las principales fuentes de ingreso para el país. Pese al desarrollo del turismo, en Escocia es posible encontrar áreas remotas que cuentan, en su mayoría, con escasa población juvenil, paisajes montañosos y una amplia diversidad de vida salvaje y, desde una perspectiva sociocultural, con una gama diferenciada de tradiciones y expresiones lingüísticas, entre las cuales destaca el Gaélico, que en algunas islas y comunidades constituye actualmente, junto con el inglés, una de las lenguas utilizadas para la comunicación cotidiana. Las comunidades rurales en las cuales CADISPA desarrolla sus actividades, además del paisaje y la diversidad sociocultural, se singularizan también por las dificultades que enfrentan sus habitantes para satisfacer algunas necesidades tales como la atención sanitaria y educativas, entre otros, sobre todo en el ámbito relacionado con la formación de las personas, que en último término influye en el logro de oportunidades de desarrollo económico y la conservación de las culturas locales. Tareas que, en la mayoría de los casos, se ven obstaculizadas por deficiencias de carácter infraestructural (inadecuadas vías de transporte, insuficiente desarrollo del aparato industrial, escasa presencia de espacios e instituciones para la formación profesional) que junto con las dificultades de acceso a la formación y los productos culturales urbanos, transforman estos espacios de vida en centros de emigración juvenil.

Los factores descritos dan lugar a considerar a estos espacio remotos y con escasa población como comunidades en proceso de desarrollo, punto central en el cual pretende incidir la labor de CADISPA, que a partir de la acción local y el compromiso de las instituciones externas, estatales y privadas, busca la movilización de la comunidad para la realización de un desarrollo sostenible a nivel local. La acción de CADISPA en el contexto escocés tiene otra singularidad, esto es: el esfuerzo que se hace desde la academia, la Universidad de Strathclyde en la cual se integra CADISPA, para lograr el desarrollo comunitario y la mejora de las condiciones de vida rural, específicamente en aquellas comunidades que por razones geográficas, económicas o culturales sufren un grado menor de desarrollo socioeconómico y cuentan con menos oportunidades para transformar sus condiciones de existencia. Esta integración del trabajo teórico, académico con la acción práctica en

las comunidades rurales otorga a CADISPA una característica única entre los proyectos desarrollados en el contexto escocés y europeo, en cuanto se pretende reflexionar y transformar a partir de la investigación aplicada, tomando como fundamento la vida cotidiana de las personas que habitan en las comunidades rurales.

2.2. Objetivos de CADISPA

CADISPA fundamenta sus objetivos en tres factores: la educación, el desarrollo sostenible y la comunidad. Su esfuerzo se centra en integrar estos tres elementos con la finalidad de apoyar a los actores locales en su acción para el logro de mejores condiciones de vida y la preservación del medio ambiente y las culturas locales, aspectos que lógicamente van unidos a la transformación de la realidad social, cultural, política y económica de estos contextos. Desde una perspectiva menos general, los objetivos de CADISPA son planteados en los siguientes términos:

- a) Colaborar en el conocimiento y aplicación de los principios locales de desarrollo sostenible a todos los procesos de transformación económica, social, cultural y medio ambiental que tienen lugar en las comunidades rurales.
- b) Apoyar al fomento y creación de capital social a través de la educación no formal, procesos educativos de la vida cotidiana, que permitan activar la participación ciudadana, el compromiso local y la toma de decisiones a nivel comunitario.
- c) La adaptación de las técnicas y teorías de desarrollo sostenible y comunitario a las necesidades, procesos y singularidades de los contextos locales, de modo los actores locales sean capaces de entender y apropiarse de estas herramientas para la planificación y puesta en práctica de sus propias agendas de desarrollo sostenible.
- d) Generar procesos de investigación aplicada que por una parte beneficien a las comunidades locales y, por otra, permitan la creación y reciclaje de conocimientos en el ámbito académico, especialmente en el marco de materias relacionadas con el Desarrollo Comunitario y la Educación Ambiental.

A través de su modelo de investigación – acción CADISPA pretende que los habitantes de las comunidades locales sean capaces de identificar sus necesidades y de pensar y crear sus propios planes de desarrollo, que deben de ser ejecutados tomando en cuenta la participación local y la concreción de redes de cooperación con otras comunidades e instituciones, privadas y estatales, externas. Una acción que se orienta a la construcción de redes de desarrollo, que resultan de la cooperación y transferencia de conocimiento entre los habitantes de las propias comunidades rurales, aspecto que asegura, en cierta medida, procesos de desarrollo adecuados a las necesidades e intereses locales.

En un sentido global, el objetivo de CADISPA es el apoyo a los actores locales, para

que estos, a partir de sus potencialidades, conocimientos y capacidades transformen y, en su caso, conserven su entorno material, social y cultural con un alto nivel de sostenibilidad, en el marco de un modelo de desarrollo que asegure la satisfacción de las necesidades presentes sin reducir o poner en peligro las oportunidades y posibilidades de las generaciones futuras.

2.3. Ámbitos de acción de CADISPA

La acción de CADISPA en el marco del desarrollo comunitario local y sostenible no se limita a un conjunto de tareas preconcebidas o a aquellas que tradicionalmente han caracterizado a los procesos pretéritos de desarrollo comunitario. En esta línea, es importante destacar que CADISPA tiene un amplio ámbito de influencia que incluye la realización de múltiples actividades: la construcción de centros comunitarios, el apoyo a la organización de servicios sociales, el cuidado de la herencia histórica, la promoción y publicación de los productos culturales locales, etc.

El criterio elegido para el apoyo y acompañamiento de algún tipo de actividad no es la actividad en sí misma, sino su capacidad para generar procesos de transformación comunitaria, sus posibilidades para implicar a las personas, su importancia para mejorar la calidad de vida y su adecuación a las necesidades y los proyectos locales. Por tanto, no se centra en elegir uno u otro proyecto en función de que sea planteado por toda la comunidad o por un grupo numeroso, muchas de las acciones que apoya CADISPA responden a la iniciativa individual que, pese a su naturaleza individual, tiene un amplio potencial para implicar de manera gradual a más miembros de la comunidad.

Lo importante en los procesos de desarrollo promovidos por CADISPA, no son la generalización ni el sometimiento de la minoría o de la individualidad a los proyectos comunitarios, más al contrario, se parte de la perspectiva de que la iniciativa individual puede ser un elemento importante para fundamentar y motivar la acción colectiva. Este hecho constituye el sello de originalidad de CADISPA, que respeta las iniciativas individuales y apoya las mismas con la idea de que se transformen en oportunidades reales para integrar y movilizar a más miembros de la comunidad.

Desde un punto de vista teórico es posible afirmar que CADISPA mueve sus acciones en la tensión individuo – comunidad, observando la realización individual como una acción favorable para la colectividad. En este sentido, es pertinente observar que para CADISPA existe una diferencia real entre lo que significa apoyar a los individuo y lo que sería promover el individualismo, una manera de ser y estar en el mundo que es intrínsecamente rechazado por los miembros de CADISPA, quienes fundamentan su labor en la visión de la comunidad comprendida como un espacio y una institución social donde se generan acciones singularizadas por la mutualidad y la interdependencia.

Hecha esta aclaración sobre la tensión y complementariedad del individuo y la comunidad, a continuación presentamos una relación de las actividades y proyectos que son apoyados por CADISPA:

Cuadro I - Relación de ámbitos de trabajo de Cadispa

Ámbito	Proyectos Específicos
1. Desarrollo social	<ul style="list-style-type: none"> - Centros de adultos - Educación de adultos - Integración social
2. Desarrollo económico	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo - Agricultura a pequeña escala (crofting and farming) - Empresas comunales (economía social)
3. desarrollo cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Identidad - Valoración del saber local - Difusión de la historia local - Publicaciones acerca de cultura e identidad - Idioma Gaélico - Proyectos artísticos
4. Medio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Educación ambiental - Energías renovables - Reciclaje - Horticultura
5. Participación	<ul style="list-style-type: none"> - Dar poder a la comunidad - Fomento de la democracia
6. Educación	<ul style="list-style-type: none"> - Agendas de educación
7. Cuidado de la salud	<ul style="list-style-type: none"> - Apoyo centro de salud mental - Discapacidades
8. Exclusión social	<ul style="list-style-type: none"> - Excluidos sociales
9. Adultos	<ul style="list-style-type: none"> - Formación - Promoción del saber local
10. Juventud	<ul style="list-style-type: none"> - Formación - Ocio
11. Infraestructuras	<ul style="list-style-type: none"> - Construcción de infraestructuras materiales de la comunidad

Lo importante en la promoción del desarrollo sostenible local no es el proyecto en sí mismo, sino su capacidad para transformarse en una oportunidad para la participación ciudadana. En consecuencia, los proyectos de CADISPA no nacen de la iniciativa de los miembros de esta entidad, simplemente responden a las exigencias de los individuos de la comunidad, quienes proponen acciones orientadas a la realización de intereses y a la solución de problemas. En esta visión de trabajo, cabe la generación y desarrollo de una multiplicidad de proyectos, sin prestar atención a la especialización, observando únicamente la premisa central de que sean propuestas desde la comunidad y respondan a la tarea de avanzar en la creación o consolidación de espacios de vida más sostenibles.

3. Comunidades y proyectos

La acción de CADISPA se realiza con preferencia en el ámbito rural, a continuación señalamos la relación de las comunidades y describimos algunos proyectos en los cuales está implicada CADISPA.

1) *Arran coast group - Lamlash Bay COAST* en una organización basada en Arran que cuenta con 1350 miembros. El proyecto tiene como objetivo promover la natural regeneración del medio marino a través del establecimiento de “zonas intactas” en Lamlash Bay. Junto a este objetivo se pretende la promoción de un modelo de pesca sostenible, que permita a los pescadores continuar con su actividad, pero sin poner en peligro las oportunidades y beneficios de las futuras generaciones. Los objetivos del proyecto son: hacer de Lamlash Bay una zona marina protegida, dedicada a la regeneración y mejora local de las poblaciones de peces, mariscos, vieiras en particular; establecer una zona intacta de protección; investigar los beneficios para la pesca de las zonas marinas protegidas. A través de este proyecto se espera: el mejoramiento del medio ambiente marino; la ayuda al sostenimiento los medios de vida de aquellos que dependen de la pesca y el turismo; la colaboración para subir el nivel de popularidad de la zona como sitio de buceo y destino turístico; el freno declive de las poblaciones locales de peces de aleta; la educación de las futuras generaciones sobre la necesidad de la conservación marina. El proyecto COAST, además de contar con el apoyo de CADISPA, está trabajando en colaboración con iniciativas como el Proyecto de Desarrollo de la Pesca Clyde, con el apoyo de los propios agentes locales y expertos. También se cuenta con el apoyo a nivel de gobierno, a través de la Sociedad de Conservación Marina de Medio Ambiente y otros grupos de presión para una adecuada red de Áreas Marinas Protegidas en toda Escocia y el Reino Unido.

2) *Boat of Garten Community Company* - CADISPA participa en varios proyectos de desarrollo sostenible en Boat of Garten. Uno de ellos es el “mejoramiento de la villa” (*Village Enhancement*), que incorpora un exitoso proyecto de jardín comunitario, la re-

modelación del parque de la estación y la creación de un puesto de trabajo para un agente de apoyo a la comunidad. Otro proyecto consiste en la construcción de un salón de la comunidad, destinado a proporcionar instalaciones de alta calidad para el desarrollo de actividades que respondan a las necesidades locales. Se pretende que este espacio sea un lugar para el fomento de la participación y dinamización de la vida local. La construcción de este centro comunal servirá para proveer a todos los habitantes de la villa de las oportunidades y recursos para el desarrollo de actividades, sobre todo aquellos que están relacionados con el ocio, los contactos sociales, las nuevas tecnologías, la educación de adultos y otros cursos de capacitación.

3) *Celtic Fringe Project* - Este proyecto abarca el noroeste de Escocia. El objetivo es establecer una red, en toda la región, de iniciativas que ayudan a estimular la regeneración económica, teniendo como base el empleo de los recursos medio ambientales y culturales disponibles en la región. Se han previsto varios eventos para ayudar a la creación de redes en toda la zona, para ayudar a la población local a ponerse en contacto con otras comunidades que enfrentan problemas similares, de modo que la experiencia de unos ayude a superar los problemas de los demás o que de forma conjunta se encuentren soluciones compartidas a las dificultades y necesidades de cada comunidad.

4) *Collieston & Slains Community Trust (CASCT)* - El puerto de la aldea de Collieston está situada en la costa a unos 20 kms. de Aberdeen, en la parroquia de Slains. Es importante por su Reserva Natural. Pese a su importancia turística, esta aldea no cuenta con servicios como una cafetería, un pub o simplemente un buen salón comunal. Después de un análisis de los problemas de la comunidad, sus miembros decidieron construir un nuevo centro comunal, adaptado a las exigencias del S. XXI, con capacidad para acoger a 150 personas. Un centro que también debe albergar una Empresa Social que oferte alojamiento, salas de reuniones, una sala de exposiciones; además de un archivo multimedia, servicios y recursos que deben compaginar su existencia con un punto de venta y una oficina de correos. El proyecto de Empresa Social que se pretende implementar en esta comunidad forma parte de la iniciativa de los agentes locales, quienes cuentan con el apoyo del gobierno local, además de algunas fundaciones como la Lotería, que invierten recursos para la promoción de este tipo de acciones.

5) *Colonsay and Oronsay Heritage Trust* - Este proyecto se ha centrado en la conservación del patrimonio, con el fin de proporcionar un ambiente propicio y con los recursos necesarios para la exhibición e interpretación del patrimonio cultural y ambiental de las islas; un espacio que también puede servir como un atractivo permanente para la promoción del turismo. En la isla de Colonsay se desarrolla otro proyecto que tiene como base el *Village Hall Project* (centro comunal) concluido en el año 2000, actualmente está admi-

nistrado por un comité independiente. Este comité denominando Compañía Colonsay tiene la responsabilidad de llevar adelante una serie de proyectos cuya meta es estimular el desarrollo económico y social en la isla.

6) *Craignish Village Hall* - El proyecto de esta comunidad consiste en la restauración de un salón comunal, para lo cual un grupo local decidió recaudar los fondos necesarios para la restauración del antiguo salón comunal y adecuarlo en función de las exigencias presentes. Después de un trabajo esforzado de recaudación de fondos y la dedicación a la construcción que duró un año, el centro comunal abrió sus puertas en 2005 y funciona bajo parámetros de sostenibilidad a nivel de: uso de los recursos como el agua y la energía y el reciclaje de residuos, con lo cual se pretende tener un edificio ambientalmente adecuado que no genere polución. En las instalaciones de este edificio se realizan una diversidad de actividades que van desde los encuentros o celebraciones comunales hasta la práctica del yoga y el Tai Chi. Este inmueble también alberga la escuela infantil a la cual asisten niños menores de 5 años. Entre las actividades realizadas cabe destacar: las artes escénicas, conciertos, teatro, interpretación, además de un festival anual de artes visuales que se organiza en verano y tiene una duración de dos semanas. Situado en la orilla del lago Craignish, la sala cuenta con vistas impresionantes de todo el lago. Este factor y el atractivo de la sala, dan lugar a que haya una creciente demanda de este espacio para la celebración de bodas y fiestas privadas, lo cual contribuye a la viabilidad económica del proyecto. De hecho, debido al exitoso desarrollo del proyecto y al incremento de las actividades, en el año 2007, la comisión designó a un gerente a tiempo parcial.

7) *Dunbeg Community Group* - Esta comunidad carece de muchos servicios, entre otros, de instalaciones adecuadas para la realización de actividades y la recreación de jóvenes y niños. La creación de estas infraestructuras es un desafío que asume el grupo de desarrollo de esta comunidad, cuya finalidad es crear un espacio seguro, bien equipado y adecuado para la práctica de ocio juvenil e infantil. Además de apoyar el proyecto de la comunidad, CADISPA realizó una investigación en este contexto, sobre la base de su filosofía de ayudar a las comunidades a ayudarse a sí mismas. El objetivo último de esta investigación ha sido cooperar a la población de Dunbeg en la exploración y razonamiento sobre lo que podría significar el desarrollo sostenible en la comunidad local, tomando en cuenta sus necesidades, ideas y visiones para el futuro. La investigación permitió destacar las esperanzas y temores presentes y futuros de los residentes.

8) *Easdale Island Trust* - El *Easdale Island Trust* está trabajando en un proyecto de desarrollo para renovar el actual puerto y mejorar el acceso al mismo. El proyecto ha sido desarrollado en su totalidad, entre otras cosas, gracias a la financiación de A & BC, AIE, y el Programa CED CERS, y también con el apoyo de diversas empresas locales. CADISPA

también colaboró en el planeamiento y la construcción del nuevo salón comunal. El éxito de este proyecto marca un hito para la comunidad de Easdale y CADISPA, debido a los muchos años de movilización y participación en el proyecto. Actualmente la gente de Easdale está trabajando en otro proyecto de desarrollo sostenible, esto es: la instalación de un centro de tratamiento, ambientalmente adecuado, de aguas residuales y la eliminación de desechos.

9) *Friends of Furnace* - Se trata de una nueva asociación entre CADISPA y el grupo de Friends of Furnace. El grupo está preocupado por el estado de deterioro de los hornos tradicionales y de los edificios en el pueblo, para superar este problema están buscando los medios para su restauración. Existen excelentes posibilidades para la recuperación de la rica historia industrial de esta zona, el fomento de la tradición local y en general el aprovechamiento de los recursos materiales y culturales para la promoción del turismo. El éxito de este proyecto puede generar beneficios de orden económico para la comunidad, además de salvaguardar el patrimonio histórico y cultural para las generaciones futuras.

10) *Gatehouse of Fleet Drop in Centre* - Este proyecto tiene el objetivo de proporcionar un lugar para la celebración de oportunidades de capacitación y actividades sociales dirigidas a los jóvenes de la comunidad. Para ello, se ha definido la remodelación de un edificio, en cuyo diseño han participado los usuarios del centro, para asegurarse de que las instalaciones sean construidas en sintonía con sus necesidades. Estas iniciativas no sólo responden a un problema puntual, como la creación de un espacio para la interacción social y la capacitación, sino también a otras cuestiones de carácter más significativo, como es el hecho de anclar en este contexto a la población juvenil.

11) *Gateside Trearne Quarry Group* - *Gateside*, es un pequeño pueblo de Ayrshire, se encuentra actualmente amenazado por un proyecto de vertedero en una cantera cercana. Los miembros de la comunidad local están decididos a poner fin al vertido, para ello se están centrando en propuestas que faciliten la gestión sostenible de los residuos. El objetivo de este proyecto es el uso sostenible de la cantera, que entre otras cosas implica el aprovechamiento de la presencia de fósiles en la zona, la organización del medio para transformarlo en un recurso social que permita satisfacer determinadas necesidades, además de convertirse en un espacio adecuado para la práctica de actividades de ocio y recreación para los visitantes y la población local.

12) *Helmsdale - TIMESPAN Centre* - El proyecto TIMESPAN fue establecido hace casi 20 años. Está situado en el centro de Helmsdale, Sutherland. Este centro incluye un museo, una galería de arte y un jardín comunitario. El propósito del proyecto es ligar estos recursos culturales, patrimoniales y artísticos en beneficio de los miembros de la comunidad y los visitantes. Además de los propósitos precedentes, es importante la rehabilitación y

mantenimiento del museo y del centro en general, para ello, después de la consulta con los agentes locales y los socios externos se ha llegado a la conclusión de acometer esta tarea. Los proyectos de esta comunidad van en la línea de proporcionar una infraestructura eficiente y energéticamente sostenible; en esta perspectiva, el principio de la renovación de los espacios mencionados implica la utilización de energías renovables, que sirvan como punto de partida para el desarrollo de una visión de desarrollo sostenible en la zona.

13) *Islay Disabled Endeavours & Abilities (IDEAS)*- Este proyecto presta servicios de apoyo para las personas adultas con discapacidades físicas, dificultades de aprendizaje y problemas de salud mental en las comunidades isleñas de Islay y Jura. Teniendo como base el Centro de Recursos, se pretende proporcionar una serie de servicios para los miembros de la comunidad, entre otros: la capacitación en el uso de medios de comunicación e información, formación en destrezas como la administración del hogar, la cocina, el manejo eficiente de los recursos a nivel familiar, etc. Además de la promoción del voluntariado, el apoyo para el acceso al empleo y la creación de oportunidades para el uso adecuado de recursos educativos y de recreación. De manera complementaria, también existe una significativa preocupación por la adquisición y práctica de capacidades en el ámbito de la jardinería y la horticultura. El colectivo que desarrolla el proyecto también lleva adelante un grupo de almuerzo que consiste en un espacio de socialización de las personas mayores; una línea telefónica de ayuda y también un servicio de autobuses.

Estos son algunos ejemplos de las comunidades y proyectos que CADISPA acompaña y apoya. De una manera menos detallada, para tener una lista completa de las acciones que desarrolla esta entidad, a continuación nombramos el resto de los proyectos de CADISPA: *Islay Green Hall Project, Invergordon - off the Wall, Jura Development Trust, Kerrera Community Trust, Kilmichael Glassary Hall Project, Kilmory Hall Project - Arran, Laid Grazing Committee, Lismore Gaelic Heritage Museum, Logie Coldstone Hall, Luìng - Comunn Birlinn, Oban & Lorn Riding for the Disabled Group, Oban Youth Cafe, Raasay Community Hall, Re-JIG, Islay, Rural Information & Networking Group (RING), Scottish Slate Islands Heritage Trust, Seil Island Community Council, Skye and Lochalsh Mental Health Association, Skye & Lochalsh Young Carers Trust, Sleat Community Project, Staffin Village Hall - Skye, Tiree An Talla Community Hall, Tiree Harbour Restoration Project, Tiree Rural Centre / Cattle Mart, Uig Community Development Group, Uig Touchwood Social Firm - Skye.*

4. Fundamentos para el trabajo aplicado de investigación de CADISPA

A partir del proceso de integración en el equipo de investigación de CADISPA y la lectura de la documentación elaborada en torno a sus acciones, deducimos algunos ele-

mentos esenciales que fundamentan el trabajo de esta entidad:

a) Responder a las necesidades locales - El punto de partida del trabajo de CADISPA es la identificación de las necesidades locales, estas pueden ser de orden comunitario, grupal o individual, las últimas son atendidas siempre y cuando tengan la capacidad para generar procesos capaces de integrar a más personas. Este principio de responder a las necesidades locales es estrictamente observado por el equipo de CADISPA, puesto que desde su perspectiva, las acciones tendientes a establecer un modelo de desarrollo sostenible, sólo pueden ser realistas y realizables si se fundamentan en aquello que precisa o pretende transformar la propia comunidad. La identificación de las necesidades locales no es una tarea que corresponda al equipo de CADISPA, cuya acción, se limita a la creación de oportunidades para la discusión sobre los temas que afectan a los habitantes de la comunidad, en esta línea deben ser los propios agentes locales, con la mayor representatividad posible, quienes establecen sus necesidades y prioridades. De un modo más sistemático, en ese proceso de diálogo, discusión y concertación propiciado por CADISPA, en algunas comunidades se elaboran planes de desarrollo sostenible local, en los cuales se definen las necesidades y las expectativas de desarrollo, también se fijan las estrategias, con carácter sostenible, que deben ser aplicadas para concretar en políticas y acciones dichos planes. En el ámbito más individual, los miembros de CADISPA se encargan de identificar aquellos elementos que pueden transformar las propuestas personales en factores de movilización o implicación comunal, a partir de esta acción se procede a su apoyo o rechazo.

b) Dar poder para participar - CADISPA pretende generar en las personas la conciencia de capacidad para el emprendimiento de acciones de desarrollo. No se trata otorgar una formación específica, más al contrario se intenta despertar, actualizar y poner en práctica los conocimientos y las capacidades de las personas, para que ellas mismas sean las encargadas de llevar adelante sus planes de desarrollo sostenible local. En consecuencia, a CADISPA no le compete crear las oportunidades para el acceso a una formación reglada o sistematizada, tampoco generar un currículo educativo destinado a la Educación para el Desarrollo Sostenible en el ámbito institucional. El principio de CADISPA es creer en las personas y en sus capacidades, lo cual supone aprovechar todo el capital cultural y social de los agentes locales, que en su mayoría se singularizan por sus altos niveles de formación profesional, dado que las comunidades donde trabaja CADISPA están pobladas por personas que han ejercido o realizan alguna función profesional, que ha supuesto la formación secundaria, profesional o bien universitaria. Por tanto, lo importante está en el hecho de que las personas sean capaces de creer en sus capacidades para inventar procesos de transformación de la comunidad. Siguiendo las ideas precedentes, la acción de dar poder se centra en:

- Hacer que las personas crean en su capacidad transformadora.
- Facilitar el descubrimiento, por parte de los agentes locales, de sus capacidades y conocimientos útiles para la generación de cambios en la comunidad.
- Generar un espíritu de comunidad, que permita pensar y sentir que no se está sólo o aislado frente al desafío de un proyecto comunitario.
- Crear los contextos adecuados de aprendizaje comunitario, que permitan la circulación del conocimiento y paralelamente la formación no institucionalizada ni reglada en aquellos conocimientos y capacidades útiles y necesarias para la generación de cambios en la comunidad.
- Organizar los contextos adecuados para compartir los conocimientos, cuya interiorización hace que las personas tengan más confianza en sí mismas y en las posibilidades de la comunidad.

La idea de dar poder no va por la línea tradicional de otorgar un poder real o una responsabilidad preestablecida. Desde la perspectiva de CADISPA esta acción se centra en “despertar”, dar vida o actualizar los elementos sociales, culturales y de planificación presentes en los diversos colectivos, para que los mismos sean capaces de llevar adelante y de forma autónoma sus propios proyectos, desde una óptica de la sostenibilidad y con la participación de la mayor parte de sus miembros.

c) La producción de conocimiento - Para CADISPA es importante la producción de conocimiento. Desde esta institución se concibe como conocimiento a los saberes cultivados en la tradición de la comunidad, asimismo al conjunto de capacidades y saberes de las personas que forman parte de la estructura local. Si bien se valora todo tipo de saberes, se otorga especial atención y prioridad a aquellos conocimientos que sean capaces de crear oportunidades de desarrollo en los múltiples niveles de la vida, fundamentalmente: la economía, la participación, la cultura, la organización social y el medio ambiente. En CADISPA se parte del principio de que los conocimientos transformadores están presentes en los miembros de la comunidad, si bien se precisa del input de saberes que faciliten la innovación, lo fundamental es el redescubrimiento, la sistematización y puesta en práctica del conocimiento acumulado en la comunidad. Por tanto, la producción de conocimiento no sólo hace referencia a la creación de nuevos saberes, sino también a la actualización del conocimiento acumulado. Cabe observar que cuando se hace referencia a la tradición no sólo se está pensando en este concepto como un elemento ligado a cuestiones culturales colectivas, sino también al capital cultural propio de cada sujeto. En consecuencia, la producción de conocimiento supone poner en común y compartir los saberes, para estructurar un conjunto de conocimientos que deben ser socializados entre todos para emprender un proyecto común. Proyecto idealmente orientado a ser una oportunidad para el apren-

dizaje y para la generación de nuevos conocimientos, que tienen que ser compartidos a nivel local y con los miembros de otras comunidades.

d) La sistematización, aplicación y circulación del conocimiento útil - El conocimiento concebido en las comunidades no tienen ningún valor si no es aplicado y compartido, por ello una de las principales preocupaciones de CADISPA es que el conocimiento creado en la realización de los proyectos locales sea registrado y sobre todo compartido. Desde la perspectiva de CADISPA, se denomina conocimiento útil al conjunto de capacidades, propuestas y experiencias desarrolladas por algún colectivo dedicado a algún proyecto de carácter comunal. El conocimiento es útil en cuanto tiene un sentido y un contenido transformador, y aporta nuevas maneras de hacer y concebir el mundo, la vida y los procesos de desarrollo. La idea del conocimiento útil parte del hecho de que muchas de las comunidades implicadas con CADISPA plantean y llevan a cabo proyectos similares, que se diferencian por los contextos en que son aplicados, por los recursos con que cuentan y por el capital humano que promociona dichos proyectos. Tomando en cuenta estos elementos se concluye que las experiencias de unos pueden ser de mucha utilidad para los otros, considerando sobre todo que la estructuración de un proyecto de desarrollo comunal, casi siempre supone la realización de los mismos procesos y la confrontación con problemas parecidos, cuya superación es mucho menos dificultosa si se tiene información acerca de otras experiencias similares, datos que pueden servir como referentes para revisar y reencauzar los proyectos, asegurando así un alto nivel de efectividad.

Sintetizando, el conocimiento que se comparte se caracteriza por su utilidad para la propuesta, planificación, aplicación y gestión de proyectos comunales de desarrollo sostenible o bien para el emprendimiento y realización de propuestas puntuales que tienen un carácter participativo y contribuyen a mejorar la calidad de vida. La circulación de este conocimiento es un principio fundamental para CADISPA, entidad en la cual se tiene conciencia de que el conocimiento se incrementa, transforma, construye e innova si se encuentra en una red de circulación, con inputs y outputs que permiten la integración continuada de nuevos elementos. La circulación del conocimiento puede darse en diversas modalidades: primero, en un sentido informal que supone el intercambio no organizado de experiencias puntuales entre los miembros de la comunidad o bien de estos con agentes de otras comunidades; segundo, a partir de procesos mediados por CADISPA, que en muchos casos se ocupa de organizar, en informes de investigación, las experiencias de las diferentes comunidades; tercero, a través de encuentros cara a cara organizados por CADISPA, en un periodo determinado, con la finalidad de que los miembros representativos de las diferentes entidades locales tengan la oportunidad de compartir sus experiencias y los conocimientos acumulados durante la realización de sus respectivos proyectos y cuar-

to, a través de las visitas que realizan in situ los representantes de alguna comunidad con experiencia en la implementación de algún proyecto a otra región donde se está iniciando este proceso. El conocimiento es compartido con un sentido horizontal y formativo, lo cual significa que las más de las veces CADISPA organiza encuentros con representantes de comunidades que ya han desarrollado algún proyecto y otros que están en la fase de concretar una idea o de ejecutar su proyecto. Esta modalidad es extremadamente útil en cuanto anima a la realización de proyectos locales y, mismo tiempo, permite evitar algunos problemas e implementar novedosas perspectivas.

e) El apoyo a la creación y fomento de redes comunales internas y externas de desarrollo - Un factor central para CADISPA es la autonomía de los actores locales. Lo que interesa no es la dependencia o la intensidad de la relación con CADISPA, sino que los miembros de la comunidad estén cohesionados entre sí y, al mismo tiempo, tengan lazos significativos con los sujetos de otras comunidades. CADISPA se sitúa como un referente, que no pretende ser el interlocutor esencial de las comunidades, mas bien desea que los actores del proyecto y los referentes para su implementación sean los propios habitantes de la comunidad local y aquellos miembros de comunidades que ya tienen más experiencia en la realización de proyectos. Para lograr esta situación CADISPA valora la creación y el fomento de las redes de desarrollo. Las redes de desarrollo que normalmente funcionan a partir de la utilización de medios tecnológicos como el correo electrónico, el teléfono y en la medida de lo posible a través de intercambios y visitas presenciales. Estas redes sirven para compartir experiencias, intercambiar conocimientos, para la organización conjunta de actividades, la concreción de planes inter-comunales de desarrollo o simplemente como referentes para la información. Los dinamizadores de estas redes son algunos miembros de las comunidades implicadas en con CADISPA, siendo el papel de esta entidad servir como referente para gestión de la información y la creación de contactos que puedan dar lugar a la construcción de otras redes.

La idea de construcción de redes está íntimamente ligada al propósito de facilitar la circulación de los conocimientos y la innovación, puesto que el hecho de compartir experiencias lleva a los colectivos locales a asumir desafíos y a plantearse innovadores proyectos de desarrollo que, en su mayoría, están fundamentados en la experiencia de otras personas y de otros contextos. A nivel más local, también se apoya y anima la creación de redes, con la finalidad de mejorar las relaciones entre los miembros de la propia comunidad, de modo que sea un porcentaje representativo que se interese por los proyectos comunales y que estos no respondan al capricho o a las inquietudes de grupos aislados. Esta tarea es importante, ya que en ella se juega la idea de comunidad, el sentido de la participación y, es más, el principio de sostenibilidad de los proyectos planteados por la comunidad.

f) El incremento del capital social - CADISPA comprende el concepto de capital social como aquel conjunto de relaciones que aproximan a los individuos y permiten la generación de acciones singularizadas por el sentido de colaboración y construcción colectiva de la comunidad, con todo lo que esto comporta a nivel de relaciones sociales, de solidaridad, de justicia e integración. En esta línea, el incremento del capital social también se entiende en sentido de acrecentar y estrechar las relaciones entre las personas con el objetivo de crear oportunidades para la acción colectiva y propiciar la realización de los proyectos locales. Para CADISPA son relevantes los recursos de información, de conocimiento y los medios materiales, pero sobre todo las capacidades humanas, ámbito último en el cual se inscribe la idea de incremento del capital social, es decir la ampliación de la red de relaciones humanas, sociales, profesionales, políticas, culturales, etc, a nivel local y en el contexto externo a la comunidad. La cantidad y calidad del capital social facilitan la realización de los proyectos e incrementan la posibilidad de que las acciones planteadas desde la comunidad sean sostenibles a nivel humano, de recursos y aseguren su vigencia en el tiempo.

g) Hacer que las comunidades sean más sostenibles. Sumando el conjunto de elementos descritos hasta ahora, se concluye que todas las acciones de CADISPA se orientan a que las comunidades con escasa población puedan desarrollar e implementar proyectos enmarcados en el ideal de la sostenibilidad. Un ideal que no parte de una visión externa sobre lo que debe ser el desarrollo sostenible, sino como una creación, planificación y concreción desde la lectura de las necesidades y las expectativas de la comunidad, además del empleo de los conocimientos y recursos humanos y materiales locales. La sostenibilidad en la comunidad implica tomar en cuenta los múltiples ámbitos de la vida, entre otros: la sostenibilidad económica, la regeneración poblacional, la sostenibilidad energética, que deben contribuir a reencauzar las relaciones de convivencia entre los seres humanos y de estos con su entorno natural. Siguiendo este razonamiento, no se trata de ignorar definiciones generales del Desarrollo Sostenible, construidas e impulsadas por macro organismos sociales y científicos o por los gobiernos nacionales; pero sí que desde las propias comunidades se piense y plantee un plan de desarrollo sostenible local, que entre sus contenidos y propuestas contemple el conjunto de problemas, necesidades y expectativas de la comunidad.

Conclusiones

El ejemplo descrito remite a una realidad vigente en el contexto contemporáneo, la comunidad rural, un espacio de vida que a pesar de la modernidad, el desarrollo tecnológico y la extensión de la cultura urbana sigue manteniendo una identidad singular, que

se fundamenta en formas propias y, en algunos casos, únicas de hacer, de ser y pensar. En esta perspectiva, la comunidad rural del presente ya no es esa entidad aislada, tampoco esa sociedad bucólica que describía Tönnies bajo el rótulo de *gemeinschaft*; en la actualidad, la comunidad rural se ha transformado en una entidad compleja, que integra múltiples modelos de vida y se transforma en base a diversos y simultáneos estilos de vida y desarrollo.

Pese a su complejidad y diversidad, la comunidad rural, también en el contexto europeo, no ha dejado de ser un espacio de vida con desventajas diferenciales frente a la realidad urbana, situación que incrementa la urgencia de los cambios sociales, económicos, institucionales, culturales, etc., que permitan elevar el nivel de oportunidades de los habitantes de la sociedad rural. Un conjunto de transformaciones que sólo pueden tener lugar a partir de procesos que sean capaces de integrar lo moderno con lo tradicional, lo rural con lo urbano, lo local con lo global y, en un sentido más radical, la tecnología y los procesos económicos con la tradición comunal. Es en este contexto de transformaciones que se debe entender la acción de CADISPA, que constituye un ejemplo concreto de que existen otras modalidades de encarar el desarrollo de las comunidades, sobre todo rurales. En esta línea, cabe destacar que Escocia constituye un contexto adecuado para la experimentación de procesos innovadores de desarrollo y que estas experiencias pueden y deben ser transferibles a las demás realidades rurales, con los cambios y adaptaciones pertinentes, sobre todo sabiendo que los problemas que se experimentan en el mundo rural son, en mayor o menor medida, similares.

Por otra parte es importante destacar que existe una perspectiva renovada de lo que debe ser el desarrollo en el mundo rural, de ahí la innovación de la sostenibilidad, un concepto que, pese a su alto valor de venta y marketing oficial y empresarial, en los contextos locales adquiere unos rasgos que se anclan en la vida cotidiana y en la acción de los sujetos con nombres y rostros concretos. Desde este enfoque, de la sostenibilidad local, el Desarrollo Sostenible sólo puede ser real, concreto, factible y situado si está pensado por la propia comunidad, tomando en cuenta sus necesidades, problemas, expectativas y potencialidades. Para CADISPA deben ser los propios agentes locales quienes se encargan de pensar sus problemas, su contexto y sus proyectos en términos de sostenibilidad, todo con el apoyo del equipo, pero al margen de una relación de dependencia, control o dirección.

La experiencia presentada, bajo la idea de re-construcción de la comunidad, permite visualizar nuevas posibilidades para la comunidad contemporánea, además de pensar esta estructura social, sea rural o urbana, no en términos de realidad acabada y obsoleta, sino como un proyecto social, donde la vida se fundamenta en el ejercicio de la ciudadanía, la realización personal y la justicia y la solidaridad colectiva. La comunidad como proyecto

de construcción cotidiana se asienta en experiencias pedagógicas que permiten la construcción de nuevos discursos y prácticas, que remiten a un concepto amplio de educación comprendido como: el proceso comunicativo a través del cual las personas intercambian conocimientos, comprenden su mundo y transforman realidades con el objetivo de otorgar sentido e identidad a los seres del mundo y, en un sentido menos filosófico, lograr mejores condiciones de vida. En estas ideas se sustenta toda la acción de CADISPA: la generación social del conocimiento, su circulación y su efecto transformador en las diversas dimensiones de la realidad social y natural, enfocado desde una perspectiva de la sostenibilidad.

Bibliografía

- ANDER EGG, E. (1982). Metodología y práctica del desarrollo comunitario. Buenos Aires, Humanitas.
- CARIDE, J. A. (1995). "Acción e intervención comunitarias". En PETRUS, A. (Coord) Pedagogía Social. Barcelona, Anthopos, 1- 40.
- DELANTY, G. (2006). Community. Comunidad, educación ambiental y ciudadanía. Barcelona, GRAÓ.
- FAGAN, G. R. (1996), in HUCKLE & STERLING (Ed) Education for Sustainability in Community Based Learning and Agenda 21. Earthscan, London UK.
- FAGAN, G. R. (1998). The 'How' of Local Agenda 21 in NAAEE, Troy Ohio, USA.
- FAGAN, G. R. et al (1995). Public Linkage, Dialogue and Education: task Force Report. PCSD, Washington, USA.
- FAGAN, G. R. y HAMPSON, I. (1997). Local people, Partnerships and Rural Sustainable Development. University of Strathclyde, Glasgow, UK.
- FAGAN, G.R. & SWEENEY, J. (1998). Learning to Sustain. SEEC, Scottish Office.
- FAGAN, G.R. (1993). CADISPA: Community: A Shared Inheritance. W.W.F. London.
- FAGAN, G.R. (1996). New ideas in Rural Development: the CADISPA Approach. HMSO, Edinburgh.
- FAGAN, G.R. (1998) in Warburton, D. (Ed). Community and Sustainability. Earthscan, London UK.
- FAINHOLC, B. (1992). Educación rural: temas claves. Argentina, Editorial de Aique y Rei.
- HAMPSON, I y FAGGAN, G. (1997). Local people, partnerships and rural sustainable development, a case study of Tíree. CADISPA, University of Strathclyde, Glasgow.
- ROBOTTOM, I (s.f.). CADISPA Helping people help themselves. University of Strathclyde, Glasgow.

As Crianças como protagonistas de transformações nas relações intergeracionais

Rosa Madeira (Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro)

Introdução

Não posso deixar de contar as pequenas histórias reais que fizeram ressonância em mim, da história comum que temos vindo a traçar, com diferentes facilidades e meios de acesso a recursos materiais e que nos levou, por diferentes trilhas, até ao Encontro em São Tomé e Príncipe, onde me coube falar sobre estratégias educativas para o desenvolvimento sustentável.

Tendo presente os pressupostos da afirmação de Sousa Santos, de que “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1999: 62) pretendo invocar alguns episódios que, a nosso ver, exigem a desnaturalização da desigualdade das condições de diálogo intercultural e intergeracional, sem o que as diferenças culturais continuam a ser facilmente invocadas para justificar barreiras ao encontro e a uma comunicação que garanta a possibilidade de alternância de pontos de vista e de argumentação entre pessoas, grupos e comunidades, sobre o desenvolvimento e a sua sustentabilidade local e global.

Para poder abstrair algumas lições destes episódios tentarei socorrer-me do contributo de autores, cujo olhar e leitura das relações sociais nos obrigam simultaneamente a respeitar e a reflectir criticamente sobre o modo como cada comunidade reconstrói as suas possibilidades de sobrevivência histórica e social, através da acção e interacção de homens e mulheres com diferentes idades. A utopia que organiza o meu pensamento é a possibilidade de intencionalizar a cooperação entre adultos e crianças, na reconstrução de sociedades mais justas, equitativas e felizes contrariando a reprodução silenciosa e legitimada do modelo hegemónico de desenvolvimento que faz do cálculo infinito de mais valias, do capital económico, social e simbólico acumulado, a regra de vida colectiva.

Depois de visitar criticamente algumas condições históricas, políticas e sociais que estruturam assimetricamente o diálogo intercultural e intergeracional nos propomos reflectir sobre algumas diferenças na forma com que as comunidades têm procurado assegurar a reprodução e a transformação das suas estruturas sociais e formas de significação do mundo. Procuraremos depois localizar socialmente as crianças, enquanto grupo geracional, cujo estatuto jurídico e político de sujeitos com direitos próprios, passou a ser redefinido, em quase todos os países ao abrigo da Convenção dos Direitos da Criança.

Defenderemos a invenção de novos pretextos e contextos de interação entre crianças e adultos na esfera pública, como necessidade de um desenvolvimento que se pretenda sustentável. Acreditamos que a participação das crianças em espaços sociais de ação e decisão que têm vindo a ser ocupados exclusivamente por adultos, pode desafiar a eficácia dos mecanismos de controlo e de regulação social que têm confinado a imaginação social do futuro ao que existe, por fazer atravessar a análise e a resolução de problemas locais e globais por preocupações com dimensões novas, tais como a convivialidade, a emotividade, a espontaneidade, a interactividade e a reiteração que pode fazer com que o encontro entre histórias e diferenças seja vivido como momento de reconhecimento da contemporaneidade entre semelhantes.

I. As armadilhas do silêncio no diálogo intercultural e intergeracional.

Chegámos a uma Roça. Casas em fila a ladear o que noutra lugar poderia ser chamada de grande Avenida. À frente das casas mulheres, meninos e meninas na rua. conversavam, brincavam, transportavam coisas, trabalhavam. Pessoas com diferentes idades formavam pares ou pequenos grupos que mantinham os mais novos sob o olhar atento dos mais velhos. A atmosfera era de ocupação e cuidado. Majestoso diante de nós, surgia um belo edifício de grandes dimensões, por certo agora habitado apenas por memórias e fantasmas, mas omnipresente no espaço de vida da população. Depois do passeio, na proximidade do grande edifício, sem que elas tivessem dito nem uma só palavra, sobre o que continuava a identificar a comunidade no exterior, perguntei-lhes directamente que casa era aquela. Supunha que depois de uns instantes de impasse e dos entreolhares entre os meninos e as meninas que me acompanhavam alguma coisa me seria contada sobre o património experiencial das famílias, a memória social da sua comunidade e sobre a sua identidade de trabalho e de resistência. A única coisa que me disseram foi que ela estava estragada, mas que não eram as pessoas da comunidade que tiravam vidros e madeira... eram pessoas que vinham da cidade. Pareciam envergonhados. Os mais velhos desviaram o seu olhar fortuito, entre os mais novos cessou a torrente de palavras com que inventavam todas as respostas para as quais havia perguntas. Adivinhava-se o silêncio. Partimos e, de novo, ouviu-se o alarido dos meninos e meninas que corriam a brincar atrás da carrinha em movimento!

Raramente reconhecemos a nossa participação na reprodução da história cujo curso e sentido pretendemos ver transformado. Estamos imersos nos campos sociais sobre os quais falamos como realidade objectiva, sem ter em devida conta os processos de incorporação das estruturas sociais no nosso *habitus*. Não é fácil aderirmos espontaneamente a afirmação de Ferraroti (1983) de que “o nosso sistema social está plenamente contido nos

nossos actos, dentro dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos e a história deste sistema está inteiramente presente dentro da história da nossa individualidade”, quando conservamos memória de circunstâncias de opressão. A superação das barreiras que se opõem ao diálogo intercultural e intergeracional, dependem no entanto do reconhecimento da assimetria que os estrutura e que limita a possibilidade de criação conjunta de uma nova base da imaginação e reconstrução social.

Frequentemente somos tentados a abreviar este caminho que passa pela problematização dos obstáculos ao diálogo, invocando princípios e propósitos formalmente instituídos como valores universais, contrários ao silenciamento de velhas e novas subjectividades individuais e colectivas. No entanto, como sabemos, a afirmação de princípios democráticos não basta para deslegitimar a presunção de superioridade política ou de autoridade cognitiva de umas comunidades sobre as outras. É necessário saber como reconstruir as bases necessárias para que o reencontro histórico de percursos complementares entre dominadores e dominados; opressores e oprimidos não resulte numa nova imposição ou normalização de princípios de visão e de divisão do mundo, pressupondo a sua validade universal. A própria definição de países em desenvolvimento pode tornar inquestionável este pressuposto que foi sendo legitimado e interiorizado ao longo da História, num momento em que a preservação de condições mínimas de sobrevivência se tornou um problema premente que afecta de modo especial os povos e grupos sociais minoritários em termos de poder.

Apesar das transformações sociais terem multiplicado os factores de subjectivação e de produção de identidades sociais, que participam para a reestruturação das relações face a face, e entre categorias sociais de classe, género e etnia, tornando mais contingente a definição do lugar do opressor e do oprimido, o modelo de entendimento crítico desta relação proposta por Paulo Freire e que se mantém actual. Na sua perspectiva, a dificuldade de emancipação dos oprimidos reside no facto das relações de opressão terem forçado e reforçado (palavras nossas) a interiorização do opressor como o único modelo de humanidade viável pelo oprimido, pelo que a mudança de posições pode levar à reposição da ordem opressora em vez da superação desejada dos papéis entre opressores e oprimidos. Segundo o autor só a conscientização, a conseguir através do diálogo com os outros mediado pelo mundo, tornaria possível a apropriação pelos grupos historicamente subalternizados, da sua própria existência social e histórica. Sem a tomada de consciência crítica da negação da sua alteridade, produzida pelas relações de dependência, de marginalidade e de opressão, estão impedidos de se definirem a si próprios como seres para si mesmos, enquanto sujeitos da própria História e produtores de cultura. Sem esta libertação de si

mesmos, o etnocentrismo dos povos dominantes não pode ser superado porque ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho. A reprodução das posições sociais e cognitivas desigualitárias, interiorizadas por ambas as partes, requer por isso a reconstrução de espaços de comunicação autêntica.

Embora as novas tecnologias da informação e comunicação, criem novas condições e contextos facilitadores do encontro entre comunidades nacionais, religiosas, locais ou comunidades de interesse, a globalização que faria supor a consolidação do cosmopolitismo como visão alternativa de um mundo inacabado e em desenvolvimento, a possibilidade de isto acontecer parece comprometida pela hegemonia e desregulação das relações económicas estabelecidas pelo mercado.

A esperança na possibilidade de mudança pela reconstrução de novas subjectividades justifica-se no entanto na medida em que sendo a vida “uma prática que se apropria das relações sociais (estruturas sociais), as interioriza e transforma em estruturas psicológicas pela sua actividade de estruturação e reestruturação” (Ferraroti, 1983) resta alguma margem para a agência social. Mesmo admitindo como o faz Bourdieu, que o *habitus* é o lugar de reprodução das relações sociais incorporadas através da socialização primária, é possível conceber-se a possibilidade de mudança social. A intensificação de alterações nos mecanismos de produção e redistribuição de bens materiais e simbólicos, deixam cada vez mais de fazer corresponder o *habitus* e o *habitat*. Nestas circunstâncias cada sujeito é desafiado a reconstruir o seu próprio lugar social, num mundo que passou a ser cada vez menos previsível.

É neste contexto de desestabilização e crise de horizontes de determinação social, que coloca cada vez mais problemas à gestão controlada das desigualdades e das contradições entre discursos, políticas e práticas sociais que vemos a oportunidade de problematizar os modos de relacionamento dos e entre povos, grupos sociais e sujeitos individuais. A necessidade comum de assegurar mínimos de coesão e segurança social, agora ameaçados por velhos e novos riscos sociais e socioambientais, que não se compadecem das divisões estabelecidas e interiorizadas historicamente, pode constituir um pretexto válido para um diálogo que pense e viabilize a construção de outros modelos de desenvolvimento local e global. O que propomos é que se considere a urgência de implicar as crianças, que são a maioria em alguns países em desvantagem, neste caminho de procura e partilha de olhares alternativos sobre as relações de exploração, opressão e dominação que se querem superar, para diminuir o efeito da segmentação, radicalização e/ou cristalização de percursos e formas de pensar o desenvolvimento comunitário.

2. Aquém e além da desigualdade: diferenças dos modos de reprodução social

Tal como em muitos outros lugares a chegada dos carros despertou a curiosidade de meninos e meninas da comunidade. Num instante estávamos rodeados por elas e eles que não esperavam a iniciativa da interação da nossa parte. Já tínhamos aprendido que a palavra “Doce” era uma espécie de código aprendido por todos, que facilitava a aproximação com os estranhos que, embora de passagem e na melhor das hipóteses, pediriam para os fotografar. Antecipavam-se assim à habitual troca de valores diferentes e desiguais: uma qualquer coisa de utilidade ou meramente simbólica por uma imagem de si mesmo dada como recordação do lugar. Passado o primeiro alvoroço gerado pela intensidade da comunicação com que adultos e crianças, estranhos e da comunidade apressavam-se no estabelecer laços fortuitos que viabilizariam a comunicação, ali estávamos na companhia de pequenos mestres generosos no relato das histórias e dos saberes que acrescentariam ainda mais novidade e qualidade ao mundo natural que os envolvia e que nos davam a observar, apontando frutas, plantas e flores exóticas. Disposta a ouvir o que aquelas crianças, também alunas agora em férias da escola teriam para nos contar, esperei que me falassem da grande casa bonita, o que não aconteceu. Perguntei sobre o que aprendiam na escola em meio físico e social, na lembrança de um deles restava a definição do que eram os povos primitivos, que comiam plantas... Insisti na pergunta sobre o que a escola lhes ensinava e falaram-me com entusiasmo que aprendiam a ler e a escrever, e assim os preparava para serem médicos, engenheiros... As meninas calavam-se.

Para imaginar esta possibilidade de um caminho partilhado, que se faça a caminhar, torna-se fundamental que se reconheçam as diferenças entre os contextos e as práticas sociais através dos quais cada comunidade tem procurado assegurar a reprodução e transformação das estruturas materiais, sociais e simbólicas que dão forma e sentido à relação das pessoas umas com as outras, consigo mesmas e com as coisas e acontecimentos que materializam as suas vidas.

Será sempre importante lembrar que, como refere Iturra “quem nasce e chega a um grupo social, encontra-se já com um conjunto de taxonomias com as quais convive e que, enquanto cresce e se desenvolve, não coloca questões porque não as entende: obedece e respeita as que já existem e não se sabe porquê.” Como refere o autor num outro momento, é assim que os mais novos que dão os primeiros passos recebem cuidados, mimos e oportunidades de imitação, os que os antecederam estão ocupados em entender o que os que os antecederam estão ocupados em praticar o que vai sendo a experiência dos mais velhos (cf. Iturra; 1979; 1994).

É através do processo educativo que os mais velhos exteriorizam o como e o porquê da experiência histórica da comunidade e é nesta exteriorização que transmitem a cultura,

como resultado da transformação da teoria com que cada uma organiza a sua vida e que vai sendo sucessivamente assimilada e transmitida à geração vindoura. É assim que cada uma, a seu modo, procura garantir a produção de novos seres humanos e a interiorização da obrigação de aprender um trabalho que lhes permita substituir os mais velhos quando estes já não possam fazer. O que difere são os meios e os processos com que cada sociedade procura atingir estas finalidades, segundo o horizonte de realização que lhe é próprio.

Um diferença importante a assinalar é o efeito predominância do registo oral sobre o escrito, na reconstrução da sua memória social que caracteriza algumas comunidades. Em algumas culturas esta memória continua a ser predominantemente guardada na lembrança das pessoas, na relação entre elas, nas histórias e factos que narram aos mais novos para identificar o seu percurso histórico particular. Quando a reprodução deste saber acumulado, com que se definem as funções sociais, das coisas e dos objectos, depende da memória e se transmite oralmente, o que fica estabelecido como ordem ou norma, pode ser menos variado. São as genealogias e as hierarquias que definem, neste caso, o trabalho social que tem que ser assegurado pelo conjunto dos seus membros. A motivação para agir e para aprender nasce de lealdades e adesões a esta ordem social, que define quais são as capacidades e habilidades necessárias à vida colectiva. A distribuição dos direitos e das obrigações das crianças e adultos visa a produção de novos seres humanos e a interiorização da obrigação de aprender um trabalho que lhes permita substituir os mais velhos quando estes já não possam fazer.

Cabe aos mais novos aprender a compreender através do saber oral, que circula nas famílias e nos grupos de vizinhos, o movimento, a natureza e a função das coisas, bem como o modo como estas coisas se relacionam com as pessoas. As crianças começam a participar do conhecimento com que o seu grupo social trabalha, com base num cálculo reprodutivo feito através da sua teoria económica particular. O lugar das crianças é assim definido pelos direitos e obrigações que lhes correspondem e que resulta (i) do saber gerado pela convivência de gerações no mesmo espaço físico e afectivo, (ii) das suas capacidades pessoais e (iii) do ganho material e rendimento que o grupo social espera de cada uma.

Actualmente a maioria das comunidades delega parte desta obrigação de reprodução de papéis e de saber social à escola. Embora o objectivo e a função das coisas continue a ser ensinado pelo grupo doméstico. A explicação sobre a função do trabalho sobre a matéria, as relações e as técnicas tende a ser dada cada vez mais por esta instância de socialização que retira a mente das crianças do quotidiano, dos contextos e das práticas sociais que permitem a sua comunidade viver, trabalhar e relacionar-se. A falta de uma ligação significativa entre os saberes escolares e os saberes da vida quotidiana pode, conforme adverte

Iturra, criar uma descontinuidade entre o que a escrita regista do saber oral, daquilo que é narrado oralmente sobre o vivido.

Ao trazer as crianças para o interior da escola, as sociedades precipitam a sua homogeneização e treino como herdeiras de uma identidade nacional e o seu objectivo passa a ser o treino nas técnicas da escrita, o entendimento de grafias e das explicações que os eruditos constroem sobre o movimento das pessoas entre si e das coisas. Como estes modelos de entendimento estão distantes da existência e da vivência de quem aprende, o que se ensina, tal como refere Iturra, passa a ser uma verdade que não se experimenta, mas que se repete depois de enunciada pela autoridade de quem diz e da letra impressa. Este ensino pode não ser útil para a aprendizagem que permite entender o movimento, os processos que vão formando as estruturas da memória social. Em algumas sociedades esta é, no entanto a forma dominante de transmissão de saber social que passa a ter como “objectivo generalizado ganhar habilitações naquilo que cada um conseguir, conforme e as capacidades financeiras numa sociedade cujo valor é a moeda, suas alianças ou clientelas, ou a possibilidade de ter nascido em grupos domésticos produtores de ideias e já manipuladores de textos”. É desta forma que cada sociedade, cada grupo explica a sua percepção da vida e transmite o saber e procedimentos que são decididos pela cultura, isto é pela autoridade da instituição que ensina as suas formas próprias de pensar a tradição, os valores, a vida material e a interacção. Cada sociedade, ou todos os grupos sociais da mesma cultura, partilham entre si um conjunto de conceitos que se impõe como aprendizagem a cada pessoa e forma o processo educativo ao qual os mais novos aderem, na medida em que a sua subsistência coordenada com os outros, a sua felicidade e permanência entre os seus depende deste entendimento (cf. Iturra).

3. A experiência e os significados da infância na subordinação ao poder do adulto

Propus-lhes então brincarmos. Poderíamos ser agora entrevistadores ou entrevistados num programa de televisão. Cada uma poderia escolher o lugar dos repórteres ou de adultos com poder de decisão: governantes, representantes da comunidade, directores de escolas. Propus que lhes perguntassem o que eles fariam para que as crianças dali crescessem melhor, mais felizes e aprendessem mais coisas. As respostas andaram a volta do uso da outra casa, também grande e instalada no espaço da comunidade. Todos responderam que autorizariam as crianças a irem à casa, onde havia um parque e flores mais bonitas que as outras, onde elas poderiam aprender e brincar sem estragar nada. O realismo e franqueza com que expressaram o ponto de vista e as razões de quem pode decidir sobre um mundo que se repete mesmo enquanto lugar de mudanças intensas me levaram a imaginar quantas histórias

bem e mal contadas entre os adultos haveria ali para serem reescritas e inventadas com as crianças da comunidade, para serem lidas e recontadas dentro e fora da escola, desafiando a imaginação colectiva sobre outros futuros viáveis. Pudessem as crianças ter não só o estatuto mas poderem ocupar a posição de parceiros do diálogo... entre os adultos!

Para localizar a posição social que as crianças ocupam em cada comunidade, enquanto grupo geracional, é indispensável que se tenha em conta quer as imagens e o significado que cada uma atribui à infância, e que apenas em parte, é determinado pela representação universalista construída pelo estatuto jurídico e político que lhe é reconhecido ao abrigo da Convenção dos Direitos da Criança.

Como tem vindo a ser reclamado, por muitos autores e em tempos mais recentes, as idades de infância variam segundo a cultura, o momento histórico e o modo de organização da vida social, que como atrás referidos orienta-se por uma teoria económica, que serve os seus interesses de reprodução. O modo como as crianças são reconhecidas por cada sociedade, varia também segundo o modo como cada uma responde às necessidades de inserção dos mais novos na vida quotidiana, onde elas participam nos contextos de vida colectiva; a inserção das crianças através de contextos, cada vez mais diferenciados, como ocorre em algumas sociedades, interfere no modo como elas são também construídas como objecto de conhecimento especializado. A condição social das crianças varia assim segundo a posição em que cada uma se encontra, em diferentes campos de acção constituídos por relações hierárquicas e diferenciadas, estabelecidas segundo a classe, género, pertença étnica, estatuto de nacionalidade, etc.

Apesar desta heterogeneidade marcada pela estruturação social, as crianças partilham entre si uma identidade e estatuto social comum, que tem vindo a ser universalizado, por efeito de mudanças que podemos localizar no tempo e espaço europeu dos séculos XVII e XVIII, que geraram novos sentimentos dos adultos perante as crianças. Mudanças que estiveram relacionadas com a ascensão económica de classes cujos filhos não tinham tido até então direito a beneficiar do ensino formal provido por instituições que eram maioritariamente religiosas. Embora esta mudança na percepção das crianças e da sua presença entre os adultos, como outros, diferentes e dependentes ou sujeitos aos cuidados, ensino e controlo dos adultos, enquanto sujeitos possuidores de uma cultura legítima, ocorreu sobretudo nas classes sociais privilegiadas e como reflexo da privatização da vida familiar, resultante da conquista de melhores condições de vida pela burguesia ascendente. O destino e condição das crianças das classes populares não foi o mesmo e mantiveram-se incluídas nos contextos das relações de produção entre adultos até o seu trabalho ter sido construído jurídica e politicamente como exploração. As condições de vida e as imagens de infância que regulavam a vida quotidiana destas outras crianças que eram consideradas propriedade dos

pais, migrantes do campo para as cidades, onde habitavam agregados plurifamiliares, nas proximidades das unidades fabris, contrastou durante longo tempo com a das crianças suas contemporâneas, que passaram a viver em espaço separado dos adultos, submetidas diária e sistematicamente a uma socialização e aprendizagem escolar. Os mundos de vida destas outras crianças submetidas à institucionalização da educação na forma escolar, frequentada em regime de internato tinha, como único equivalente para as crianças mais pobres, a possibilidade de internamento em instituições destinadas à protecção de crianças abandonadas e vagabundas; instituições estas que eram promovidas por renovadores pedagógicos, por moralistas e médicos para fazer frente à mortalidade e negligência relativamente às crianças, sob a inspiração das práticas ao cuidado das classes mais favorecidas.

A percepção da vida das crianças como processo que se inicia com a entrada na vida, passa pelos primeiros anos de existência e termina com a escolarização, é desafiado quando se reconhece que a sua experiência não se restringe ao que vivem e aprendem na família e na escola, ou seja enquanto objectos de relação e de intervenção por duas instituições nas quais a infância foi historicamente construída como tempo de espera e de dependência. Não considerar a diversidade e o contraste destes contextos de vida das crianças pertencentes a grupos sociais desigualmente posicionados face a estrutura de oportunidades sociais comporta riscos importantes já que o conhecimento científico e social que foi sendo produzido sobre as crianças evitou durante muito tempo reconhecer as particularidades das circunstâncias de vida, reduziu a variabilidade como condição de rigor científico, na sua aspiração a um saber neutro e universalizável.

O impacto da dominância da representação das imagens de infância, que pressupõe um novo sentimento e uma nova percepção das crianças pelos adultos, pode contribuir para acentuar em vez de contrariar a tendência estrutural de dualização de percursos de vida, mas também de produção de conhecimento e de modos de pensar e organizar serviços para as crianças. A patologização da pobreza pode levar a imaginação de duas espécies de infâncias e de crianças.

Importa fazer aqui uma muito breve referência ao modo como a infância é também representada socialmente pela noção de outras infâncias e crianças em risco. Huning & Gaurechi (2002: 41) referem como a psicologia e a pedagogia, na sua bem intencionada procura de captar uma suposta essência da infância, através da tradução dos medos, satisfações, necessidades, modos de sentir e de pensar das crianças, contribuiu para excluir aquelas que não correspondem aos manuais de psicologia, de pediatria e de pedagogia e de outras ciências que se ocuparam da descrição dos comportamentos, atitudes, sentimentos e necessidades dos mais novos. Consideram que a classificação das crianças como crianças em risco pode criar uma outra identidade social, que é construída a partir das diferenças

entre crianças. Além de contribuir para naturalizar e cristalizar um padrão de normalidade ou de referência (estabelecido a partir da observação de grupos homogêneos) suposto como universal e universalizável, a criação da categoria outras infâncias permite nomear e objectivar grupos como necessitados de uma tutela, atendimentos, supervisões especiais para atingirem a média ou não se afrontarem com ela.

Esta discriminação pelo olhar e discurso sobre as crianças, baseado na construção de estereótipos ou da desvalorização dos seus contextos de vida pode adiar a consolidação do que pode efectivamente contrariar esta tendência de dualização de percursos de vida e de entendimento das/sobre as crianças. Partir da afirmação do estatuto da criança como sujeito de pleno direito, tal como está instituído no campo das políticas internacionais, deve ser o ponto de partida do reconhecimento da igualdade entre as crianças. A procura de universalização de modelos de entendimento e atendimento das suas necessidades específicas enquanto sujeitos em desenvolvimento e em processo de aprendizagem cognitiva e social, é um esforço de valor inegável. Ou será tanto mais quanto a tendência de criação de instituições cada vez mais diferenciadas e normalizadas, em termos de critérios de qualidade, não subestime a necessidade de considerar criticamente e diminuir as desigualdades de recursos materiais, sociais e simbólicas específicas com que cada grupo social entende e procura garantir a possibilidade de exercício dos direitos de protecção contra a discriminação, ao abuso, à negligência e aos maus-tratos (inclusive pelas famílias), dos direitos de provisão de serviços de saúde, educação e segurança social e do direito à participação em espaços e momentos de acção e decisão no espaço público e em assuntos relativos à sua vida privada. Um dos benefícios deste processo de internacionalização de um regime jurídico que afirma e regula o estatuto da criança como sujeito de direito próprio tem sido o reconhecimento da sua existência e competência como actores sociais. Esta tendência tem obrigado à superação de uma concepção restritiva da imagem da infância e das crianças, definida estritamente segundo a idade e necessidades vitais de protecção, que muitas vezes legitimam regimes de controlo que não servem ou respeitam os seus interesses, tendo em conta as experiências e contextos de vida concretos.

A coexistência no mesmo tempo histórico de crianças que reclamam ou em nome de quem ainda tem que ser reclamado o direito à voz e à regulação do poder dos pais e de outros adultos que configuram os seus contextos de vida quotidiana com crianças que são mantidas prisioneiras de condições, de géneros de vida definidos e naturalizados pela sua inserção no mundo adulto da produção e reprodução social, constitui por isso um desafio interessante.

Mais do que a generalização de discursos construídos a partir ou a favor de sistemas centrados na criança ou orientados para as crianças, que tendem a tornar hegemónica

uma imagem da infância, a universalidade reclamada para o estatuto da infância e das crianças, como sujeitos de direito, em vez de dispensar, pode ao contrário exigir a problematização da diferença das suas oportunidades de vida, entre nações e grupos sociais nacionais ou locais. Mais do que tornar mais visível a condição de subalternidade (e por vezes de exploração) a que continuam a estar submetidas as crianças cujos grupos familiares dependem do seu trabalho para a sobrevivência dos seus membros, esta orientação pode mobilizar esforços mais activos no sentido de diminuir a desigualdade socioestrutural e sociosimbólica que as tem dividido e feito divergir lógicas e percursos históricos, políticos e sociais de desenvolvimento pessoal e comunitário. As discussões sobre a infância e a construção de estratégias educativas para o desenvolvimento sustentável requer por isso que os próprios conceitos e ideias construídos e veiculados por discursos produzidos em dadas conjunturas sociais, pelas diversas disciplinas científicas, sejam submetidos a reflexão e apropriação crítica no diálogo intercultural e intergeracional, de que, na nossa óptica depende a construção de novas imagens de futuro viável para todos.

4. A Criança sujeito de direito e o seu lugar entre actores sociais e produtores culturais

Era Domingo. Quando chegamos à Roça música tocava e havia gente que dançava. Parecia um dia de festa. A curiosidade trouxe mais uma vez os meninos e meninas ao nosso encontro, mas contrariamente ao habitual, a palavra “doce-doce” não foi o código que abriu o espaço de comunicação. Desta vez eles traziam consigo garrafas de cerveja gelada, e as ofereciam para venda. Confessei que já estava sem dinheiro para comprar o que me propunham insistentemente. Conteí-lhes então o meu embaraço: teria que escrever sobre o papel das crianças na vida de todos os dias na família e na comunidade, mas pouco sabia sequer sobre o que faziam, qual era o seu trabalho em casa e na escola, quando descansavam, como brincavam e quais eram as histórias que ouviam e contavam, liam e escreviam dentro e fora da escola. Eis quando generosamente aceitaram o meu pedido. Mimavam uma canção ao ritmo das palmas e sob olhar atento e enternecido dos adultos da comunidade e estranhos no lugar, quando uma das meninas, com os seus oito anitos de vida e poucos menos de co-responsabilidade pelos mais pequenitos, deixou cair a garrafa enquanto batia as palmas ritmadas. Sob o olhar do grupo ela chorou aflita e todos pararam de cantar.

Como bem têm demonstrado diversos estudos, a psicologia tem vindo, desde os anos 70, a afirmar-se como principal matriz de conhecimento que fundamenta as práticas de atendimento às crianças pequenas, ao que se seguiu a tendência de interpretar o efeito desigualdade social a partir da ideia de privação cultural. Como refere Rocha, referindo-

se às políticas para a infância no Brasil, a criança era imaginada, nos anos 80, “como um modelo único, independentemente do contexto familiar, socioeconómico e cultural”. A construção social das crianças como sujeitos idealizados em contextos naturalizados, ou como indivíduos em processo de um desenvolvimento processado em etapas e segundo áreas específicas é explicado pelo facto da investigação realizada até então, tomar como seu objecto de estudo “a criança fora do seu contexto familiar e em contextos estranhos a estas e com extremo controlo dos adultos eram baseadas em padrões de pesquisas feitas em populações europeias e americanas, brancas, de classe média” (Rocha, 2004: 248, cit. Rosei, Ferreira, 1988: 59; Faria, 1989). Só no final dos anos 90 é que, segundo a autora, esta tendência começou a ser contrariada, quando as perspectivas socio-históricas passaram a fazer parte da análise dos processos de inserção social em contextos colectivos, que vieram questionar a imagem dos adultos como de únicos agentes de socialização. Desde então a sociologia da infância e a antropologia da educação têm permitido reconstruir a criança “como sujeito que se constitui de forma activa e relacional nas relações sociais, não obstante sejam reconhecidas neste processo relações de determinação e sujeições relativas” (Rocha, 2004: 249-253).

Esta evolução do conhecimento tem sido acompanhada pela consolidação dos Direitos – universais - da crianças, que começaram a ser reclamados a partir de 1914 por um movimento social de denúncia da condição de vulnerabilidade social em que viviam as crianças na Europa devido à guerra e à repressão política e social. O âmbito da Declaração dos Direitos da Criança que em 1923 instituiu o princípio de que as crianças deveriam ter prioridade na protecção e auxílio social, tem vindo a ser ampliado, desde que, em 1959, aqueles direitos foram reformulados como direitos adicionais aos consignados aos adultos, na Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946. Além de comprometer os Estados com a garantia dos direitos de protecção contra a insatisfação de necessidades ligadas à sobrevivência, a Declaração dos Direitos da Crianças tem desafiado a reflexão e implementação dos direitos sociais e cívicos da criança ir para além da provisão de serviços e da criação de dispositivos legais e sociais de protecção contra a discriminação, o abuso físico e sexual, a exploração, injustiça e o conflito, no sentido de garantir os direitos de participação cívica e política. Segundo Soares (1997), um dos efeitos da instituição do princípio do melhor interesse da criança com o alargamento dos direitos de provisão aos direitos sociais e civis foi a mudança da representação das crianças como propriedade dos pais e o seu tratamento como assunto privado e prolongamento dos adultos. Apesar das crianças continuarem a ser percepcionadas em muitos grupos sociais como seres pré-sociais, a quem falta algo para vir a ser,

o poder dos pais sobre os filhos dentro do núcleo familiar tem vindo a ser devidamente delimitado e regulado, prevenindo efeitos lesivos da sua integridade humana a despeito das suas circunstâncias ou tradições.

Esta nova postura de respeito conseguido em parte pela afirmação do seu estatuto e reconhecimento jurídico, político e social como sujeito com direitos próprios e inalienáveis, tem exigido a construção de outros pontos de vista sobre os mundos sociais em que elas vivem e que constroem entre si. Foi possível compreender que elas têm uma percepção do mundo que lhes é própria, apesar de ser mediada pelo adulto; que o que elas observam, repetem e sabem pode ser explicado por hierarquias interpares que são estabelecidas entre elas; que os seus conceitos são construídos através da experimentação da relação entre cada um deles, recorrendo aos elementos materiais e lúdicos mobilizados por eles. Ao observar o quotidiano das crianças numa aldeia, Iturra concluiu que sua representação do mundo físico e a distribuição do poder no interior do grupo de crianças, o seu modo de comunicar entre pares, o significado e a função do jogo e da brincadeira são diferentes dos dos adultos em muitos aspectos. Para elas a experiência em primeira mão é o que define a representação espacial do mundo físico, o que faz com que o centro seja a própria casa, estendendo-se a todos os sítios onde podem jogar. Constatou que quem “comanda o grupo é quem melhor conhece as maneiras de brincar sem que os adultos interfiram no que estão a fazer; o líder é quem melhor saiba escapar ao ouvido e olhar dos grandes e ao mesmo tempo, seja capaz de organizar actividades de risco das quais se possa sair sem perigo e sem dor; o chefe é quem ganha e inventa a melhor alternativa de entretenimento e quem assegura que a forma definida é respeitada”. Iturra faz sobressair também a rapidez e fluidez da comunicação entre crianças, que faz com que a razão assente no triunfo ou na derrota, no ganhar por saber superar as capacidades do outro. A brincadeira e o jogo são, na sua perspectiva “o meio de materializar o exercício da lógica com que o pensamento se desenvolve o mundo constituído pela racionalidade de entender a actividade de um outro facto, de uma tecnologia, de uma relação, da capacidade das coisas têm conforme a definição social do seu usos e utilidade” (cf. Iturra).

Manuel Sarmiento, citando Corsaro e outros, chama a nossa atenção para o modo com as crianças criam entre si a sensação de grupo, usam valores comunitários e investem na perseguição de objectivos pessoais ao identificar-se como companheiros de actividade de outras crianças; ao defenderem o espaço interactivo em face de crianças exteriores ao seu grupo de amigos; ao partilharem rituais, sobretudo baseados em lendas e mitos culturais; ao criarem estratégias para evitar fazer o que não querem elaboram ajustes para contornar as regras dos adultos de forma inovadora e colectiva que por vezes, são mais elaboradas

que as próprias regras reproduzidas do mundo adulto. (cf. Sarmento, citando Corsaro e Eder, 1990; Corsaro, 1997)

É a partir da sua interacção, da actividade lúdica, da fantasia do real ou não literalidade que as crianças desenvolvem entre si as culturas infantis e a cultura de pares, que lhes permitem apropriar-se, reinventar e reproduzir o mundo que as rodeia, numa relação de convivência que lhes permite exorcizar medos, construir fantasias e representar cenas do quotidiano. Estas culturas, que as ajudam a lidar com experiências negativas, servem também por outro lado para estabelecerem fronteiras de inclusão e de exclusão de género, de subgrupos etários e de status, nas suas interacções. Segundo Sarmento, o imaginário infantil desenvolve-se a partir das crianças pela sua condição comum de grupo desprovido de condições autónomas de sobrevivência e de crescimento e que está sob o controlo da geração adulta. É a partir deste lugar ou posição social comum que elas desenvolvem “a capacidade de construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção”. Existem regularidades no modo próprio com as crianças estruturam o sentido das suas experiências que resulta num conjunto estável de actividades e rotinas, artefactos, valores, ideias produzidas e partilhadas nas interacções entre elas enquanto pares, no entanto estas culturas são necessariamente múltiplas e heterogéneas na medida em que são produzidas na interdependência com culturas das sociedades em que estão inseridas, onde são reproduzidas as relações de classe, género e de proveniência étnica. No entanto, Sarmento salvaguarda também que mesmo reconhecendo a grande influência que a cultura escolar e os produtos da indústria cultural para a infância, exercem na configuração destas culturas, o grau desta influência depende das condições de receptividade das próprias crianças. Mesmo num contexto em que o mercado investe agressivamente nas crianças como consumidores, os jogos infantis tradicionais, por exemplo, mantêm-se como uma das formas culturais produzidas e fruídas pelas crianças enquanto património preservado e transmitido pelas crianças, numa comunicação intergeracional que escapa em larga medida à intervenção adulta.

Segundo Sarmento, cuja perspectiva temos vindo a partilhar, o imaginário infantil obedece ao mesmo princípio de transposição imaginária do real dos adultos, este distingue-se do dos adultos pela sua radicalização. É o reconhecimento do valor desta diferença e da barreira que a desigualdade estrutural opõe ao diálogo intergeracional e à convivência entre adultos e crianças, que é possível conceber um outro papel para as crianças como grupo e como parceiros sociais interessados e competentes para participar na construção necessária de outras imagens de um futuro desejável e na inovação de práticas sociais que o tornem viável.

5. A Participação

Diante da menina que partiu a garrafa o meu primeiro pensamento foi de que poderia ser castigada por ter perdido o valor da cerveja, num meio onde o dinheiro, que passou a mediar todas as trocas materiais com o mundo exterior, é de facto um recurso raro e escasso. Tranquilei a menina, prometendo que lhe compraria a cerveja, perguntei-lhe o preço e continuámos a cantar. Quando trouxe o dinheiro para comprar a cerveja a menina, com uma expressão tão ou mais aflita que anteriormente, apressou-se a dizer-me que não podia receber o dinheiro porque a garrafa não tinha cerveja, mas água. Insisti que recebesse o dinheiro, pensando já então no valor da garrafa cujo valor não pode ser estimado nos lugares onde a água potável não se derrama abundantemente nas inúmeras torneiras disponíveis no interior das casas e nos espaços públicos à distância de um braço ou ao simples toque da mão. Perante a minha insistência pouco disponível para escutar as suas razões, a menina afligia-se a fazer-se entender por mim sobre uma questão simples para ela, vista do alto dos seus poucos anos de vida e experiência: não podia receber pelo que não havia o que trocar! Água não é cerveja e garrafas partidas não servem para nada, como vendê-las?. Quando consegui entender a sua resistência a minha atitude, irracional mais do que generosa, aos seus olhos e aos olhos do grupo, que observava atento o desfecho da interacção, socorri-me da influência de outros adultos para fazer entender à menina que eu estava a dar o dinheiro para que pudesse comprar outra garrafa para poder continuar a brincar com os outros meninos e meninas. Ela aceitou o dinheiro apenas quando pôde entender, pela voz de alguém da comunidade, que este poderia ser um recurso partilhável com os seus parceiros de brincadeira. Aliviada recebeu aos olhos de todos o dinheiro que pagaria uma outra garrafa de cerveja e a interacção entre eles prosseguiu à nossa saída da comunidade. O realismo da leitura da realidade e a seriedade dos juízos daquela criança, me colocaram diante da relatividade do modo de entendimento e dos julgamentos construídos a partir do cálculo de (outras) mais valias.

Quando pensamos na participação das crianças devemos pensar nas realidades que estão ao seu alcance e na necessidade de promover experiências que lhes permitam aprender a intervir no meio que as envolve, que elas conhecem através da experiência imediata e sobre o qual tem direito a receber informação suficiente para darem opinião ou agir sobre a realidade, com que estão em contacto directo a cada dia. Embora as crianças estejam agindo no quotidiano de todas as comunidades, através da sua participação na qualidade de filhos, de alunos ou de pares, elas precisam que esta participação seja tornada visível e pronunciável como parte e contributo para a melhoria da vida da comunidade, de modo a ser reconhecida, potencializada e requalificada. As crianças precisam que lhes assegure um clima de segurança que lhes permita não se sentirem minorizadas pelos adultos. A complexidade dos problemas que se lhes colocam devem ser abordáveis por elas, através

das múltiplas linguagens de que dispõem para comunicar e devem minorar o efeito da assimetria de poder que estrutura as suas relações com os adultos na família e na comunidade. Para que as crianças não sintam que estão sendo inquiridas pelos adultos, mas antes em diálogo com eles, é muito importante que se preserve os contextos de pares e de pequenos grupos como contextos privilegiados de comunicação em que o adulto se deve inserir com respeito e delicadeza. Só assim o conhecimento prático que as crianças estão sempre a adquirir pela experiência directa em situações da vida quotidiana pode ser mobilizado como manifestação da sua competência social.

Um aspecto fundamental a assegurar é que a participação das crianças em qualquer processo seja percebida por elas mesmas como significativo. Os motivos, objectivos, condições da sua participação e etapas do processo e critérios de avaliação devem ser claros para cada uma, tal como habitualmente acontece quando se trata de adultos. A garantia de todos estes cuidados é fundamental para que as crianças possam reconhecer-se e serem investidas como protagonistas em acções que actualmente muitas delas são obrigadas, por circunstâncias diversas a assumir, numa posição de subalternidade como responsabilidade social quotidiana. Talvez este seja o momento oportuno para reconhecermos que muitas crianças de diferentes idades têm que definir os objectivos e a forma de usar o seu tempo e recursos experienciais e materiais para resolver problemas relativos a outras crianças, à própria família e comunidade, numa invisibilidade quase total aos olhos dos adultos. Se é certo que se advoga hoje que elas devam ser investidas como consultas - presentes e disponíveis - dos adultos, não é difícil identificar inúmeras situações em que a sua opinião é tida em conta sem o devido reconhecimento, no entendimento e resolução de assuntos que por vezes ultrapassam o seu próprio interesse imediato.

Embora as crianças estejam continuamente a ser mobilizadas e/ou convidadas a participar em processos iniciados pelos adultos, continuam a ter poucas possibilidade de escolha relativamente aos assuntos a tratar, às actividades a realizar, aos tempos e ao modo de organizar a acção. Raramente são implicadas como parceiras dos adultos, desde o início, na definição em conjunto dos problemas e das prioridades de acção, na elaboração dos projectos ou no planeamento de acções tendentes a resolver questões relacionadas com a sua existência social e qualidade de vida na comunidade.

Ao analisar as condições de participação das crianças em processo de investigação de que resulte conhecimento social significativo sobre os mundos sociais e culturais que lhes são próprios, Soares (2004) refere os patamares de participação, teorizados por Hart (1992) que nos ajudam a ter consciência do que pode ser considerado como falsa participação das crianças. Muitas vezes o envolvimento das crianças em acções que são justificadas pelo seu direito à participação, não corresponde a mais do que a simples exigência

da sua presença, por vezes involuntária, em eventos sobre os quais elas não foram informadas, nem ouvidas ou solicitadas a organizar ou dar opinião. Estas formas de (suposta) participação são caracterizadas e adjectivadas por Hart como manipulação, decoração ou participação simbólica em relação as quais ressalta o facto das crianças poderem não compreender o projecto, não estar conscientes dos motivos ou decisões ou sequer terem sido convidadas voluntariamente. Muito raros são ainda os casos em que as crianças são consultadas e informadas pelos adultos; e têm oportunidade de participar com propostas e opiniões; partilhar decisões com os adultos em projectos iniciados por eles e pelos próprios. Estes casos excepcionais, acontece sobretudo quando se trate de grupos de crianças cujo estatuto e posição social na comunidade seja beneficiado pela sua inserção de classe, género, etnia ou pertença comunitária a outros grupos favorecidos e/ou prestigiados.

Face a esta discriminação é importante lembrar como faz Glombek que todas as crianças e cada criação é um “sujeito que possui direitos; que tem o direito de formar e expressar opiniões, de participar em processos decisórios que influenciam soluções que intervêm no processo de mudança social e na construção da democracia. É ao exercer direitos que como refere o autor elas podem tornar-se parceiras e suportes da sociedade, desenvolverem senso de responsabilidade sobre o que é público e internalizar uma atitude positiva em relação à cidadania” (Glombek 2002)

Um dos projectos que partilhamos como utopia realizável com outros sujeitos e instâncias preocupadas com a condição actual da infância no mundo é a criação de condições políticas e psicossociais para que as crianças possam assumir os adultos como parceiros de decisões relativos à criação de um espaço aberto de comunicabilidade e de troca material, afectiva e simbólica entre crianças de diferentes grupos sociais e comunidades nacionais. O desafio que vemos neste processo é como criar condições de simetria, troca e tradução das experiências de cada grupo ou comunidade neste diálogo, de modo a assegurar o seu reencontro como contemporâneas, de um mundo em transformação, imaginado como precursor de uma sociedade global cosmopolita.

Esta seria uma forma prática de, aproveitando as imensas potencialidades das novas tecnologias de comunicação e informação, retirarmos as crianças do estatuto de espectador ou de executante de expectativas e práticas pensadas estritamente e por vezes pouco reflectidas, a partir do olhar hegemónico dos adultos.

Como referem Trilla & Novella “no jogo dirigido são as crianças quem joga, mas ao que se joga, como se organiza o jogo, como se estabelecem as regras, quando se começa ou quando se termina, como se resolvem os conflitos, é decisão que cabe ao adulto.” (Trilla & Novella, 2001: 146) Seria importante mudar esta relação para que a opinião das crianças enquanto sujeitos de direito próprio pudesse concretizar-se para além do que já vai sendo

procurado através de inquéritos e questionários, sondagens, entre outros, que se disponibilizam apenas com fins de consulta a determinada população, sem que esta escuta tenha efeitos directos na construção de qualquer projecto que diga respeito à sua vida pessoal, à vida da família, escola ou comunidade de que é membro activo.

Caberá ao adulto em todo caso a responsabilidade de estar presente e disponível para dar informação, orientações, intervindo democraticamente num percurso negociado com as crianças enquanto grupo heterogéneo e desigualmente posicionado (também entre si) face às estruturas de oportunidades e aos recursos sociais. A intervenção do adulto pressupõe múltiplos contextos que vão desde a disponibilização dos espaços, a criação dos momentos de acção prática e comunicativa e a cada momento, a mediação democrática das trocas e também dos conflitos de interesse entre as próprias crianças e delas com adultos menos sensibilizados para o seu direito de participação.

Todo este processo ficaria de facto neutralizado se não se garante às crianças um espaço social e político próprio que lhes assegure a possibilidade de meta participação ou seja de assumirem um papel activo, na gestação de novos espaços e mecanismos de participação, a partir do qual o seu direito de intervir na tomada de decisões, possa ser reivindicado.

Ao observarmos as crianças em acção, de um outro ponto de vista, menos ofuscado pelo efeito de representações descontextualizadas sobre a infância, que nos fazem imaginar as crianças como seres incompetentes, inexperientes ou como vítimas passivas das circunstâncias em que se encontram, podemos nos dar conta da legitimidade do seu direito a serem reconhecidas como “agentes activos que influenciam o mundo que as rodeia pelas suas interações” e como sujeitos que constroem e interpretam o sentido da sua existência. Como referem Clark & Moss (2001 apud Van Leer) as crianças estão despertas nas questões relacionadas com a sua própria vida; são comunicadoras hábeis que empregam uma enorme variedade de linguagens mediante os quais constroem as suas opiniões e vivências e têm capacidade efectiva de transmitir a sua opinião de acordo com as suas próprias experiências.

Importa assim que, mais do que reproduzir automaticamente mais e mais sistemas de serviços típicos e normalizados para crianças ou centrados nas crianças, pensadas segundo um modelo universal de desenvolvimento, legitimador da lógica que tende a fragmentar e circunscrever a riqueza das suas experiências a contextos formais, desligados da vida quotidiana que é vivida no interior de redes sociais construídas pela família, vizinhança, comunidade (ampliadas pelos media ao espaço mundo) há que encontrar tempos e espaços de real curiosidade e disponibilidade para estar, dialogar, agir e cooperar com elas na expressão, questionamento e enriquecimento dos seus modos próprios de entender e re-

lacionar-se com os outros, com a natureza e com o mundo, respondendo à questão: quem sou eu? quem somos nós? que mundo é este que habitamos? Como o poderemos arrumar e reconstruir como lugar de Bem, Bom e Bonito para todos?

6. Em tom de conclusão: a lucidez e a inevitabilidade da história do Macaco e da Tartaruga

Entre cantigas e risos me contaram a história do macaco e da tartaruga. Aquele esperto e ligeiro, esta sábia e lenta sob o peso do velho casco, que era preciso mover habilmente ultrapassando sucessivos obstáculos até à meta apresentada a ambos como condição para serem vencedores! Inesperado foi o fim da história em que a tartaruga, apesar do percurso histórico já longo e sucessivamente prolongado pelo esforço alterou as expectativas de quem seriam os vencedores e os vencidos naquela corrida feita de modo tão diferente e em condições tão desiguais. Valeu à Tartaruga a astúcia de seguir sempre caminhando no seu próprio passo consciente, enquanto o seu parceiro Macaco ia se perdendo no consumo do que se lhe apresentava como satisfação de necessidades, reinventadas sucessivamente, à medida de cada satisfação. Perdido por ele e encontrado por ela foi o modo de viver o presente que fez a diferença na definição de vencedores e vencidos naquela prova comum.

A história que me contaram os meninos pode funcionar aqui como metáfora que me ajuda a representar o que não posso perspectivar com o necessário distanciamento crítico: o lugar que as crianças portuguesas, santomenses ou outras, poderiam ocupar num processo de desenvolvimento humano que, até há pouco tempo, tinha como indicadores prioritários o produto nacional bruto e a rentabilidade nacional e que pensava-se a si mesmo como sucessão de estádios; que todas as nações teriam que percorrer, a diferentes ritmos, numa única direcção.

O desenvolvimento do Norte e do Sul, tal como referem Caride e Gomes, foi cindido em duas direcções. As desigualdades entre Nações, classes sociais e indivíduos e entre as gerações, presentes e futuras, constituem indícios de um problema que deixou de dizer respeito a alguns países, para tornar-se um problema mundial. Os riscos manifestos na relação entre o problema ecológico, a distribuição do rendimento, propriedade, direitos e bem-estar dos seres humanos requerem ser advertidos não só através da distribuição, equidade e redistribuição dos benefícios que antes responsabilizava os governos de cada país, mas exige cada vez mais a coordenação de esforços da comunidade internacional na luta contra a fome e a pobreza, o desemprego, a desintegração social, as discriminações, que os autores consideram como os grandes problemas de desenvolvimento.

Sousa Santos nos dá a apreender uma outra dimensão do problema de desenvolvimento como problema global, que reclama a mudança do paradigma, a partir do qual temos

pensado a transformação social. Segundo o autor: “vivemos num tempo paradoxal. Um tempo de mutações vertiginosas produzidas pela globalização, a sociedade de consumo e a sociedade de informação. Mas também um tempo de estagnação, parado na impossibilidade de pensar a transformação social radical. Nunca foi tão grande a discrepância entre a possibilidade técnica de uma sociedade melhor, mais justa e mais solidária, e a sua impossibilidade política. Este tempo paradoxal cria-nos uma sensação de estarmos vertiginosamente parados”. Segundo o autor, os desequilíbrios ecológicos, a destruição maciça da biodiversidade, a degradação de recursos que até agora garantiram a qualidade de vida na terra, são alguns dos factos que se repetem no presente e perante os quais perdemos a capacidade de espanto e de indignação. Mas a estes factores Sousa Santos acrescenta, além dos novos fascismos transnacionais públicos e privados que, sob a capa de uma democracia sem condições democráticas, a fome, a miséria de uma parte cada vez mais importante da população mundial ou seja o conflito e o sofrimento humano, que agora conhecemos mediatizado pela sociedade de informação e que arrisca a criar um *apartheid* global.

O autor coloca então a pergunta : Perante isto, haverá energias no passado ou no futuro para impedir que o presente se repita indefinidamente? Responde dizendo que as energias parecem desvanecer-se enquanto o futuro continuar a ser pensado nos termos em que o foi pela modernidade ocidental, ou seja o futuro como progresso.... em nome do qual os trabalhadores e povos do terceiro mundo viram degradar-se as suas condições de vida e as suas perspectivas de libertação. Como alternativa Sousa Santos propõe que a trivialização do sofrimento seja combatida pela produção de imagens desestabilizadoras do passado como fatalidade, revitalizando-o e reanimando na nossa direcção como campo de possibilidades e de decisões humanas; visto como tal pode gerar outras imagens possíveis de presente e futuro, que seriam outros se as decisões tivessem sido outras. Esta nova perspectiva da realidade como lugar de transformação e não de repetição por tempo indefinido poderia, segundo o autor ser conseguida por um projecto educativo de memória e de denúncia e por outro lado, de comunicação e de cumplicidade que investisse na ampliação da conflitualidade entre sentidos comuns alternativos. Em confronto poderiam estar então diversos saberes práticos (i) os que se inconformam com o sofrimento humano (ii) os que aceitam o que existe só porque existe; independentemente da sua bondade (iii) os que só aceitam o que existe na medida em que merece existir. Estariam enfim em confronto os saberes práticos que olham as decisões pelo que está a jusante delas e as converte em consequências fatais (v) e os saberes práticos que olham as decisões pelo que está a montante delas e as converte em opções humanas indesculpáveis.

A realização deste projecto requereria no entanto que se enfrentasse o conflito entre a aplicação técnica do conhecimento e a aplicação edificante do conhecimento, que

procura reforçar definições alternativas da realidade e para isso deslegitima as formas institucionais e os modos de racionalidade em cada um dos contextos, por entender que tais formas e modos promovem a violência em vez da argumentação e o silenciamento em vez da comunicação, o estranhamento em vez da solidariedade. Requereria também que o enfrentamento do conflito entre conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação e finalmente que se enfrentasse o conflito cultural. O multiculturalismo apresenta-se aqui em conflito com o imperialismo cultural que não reconhece outra forma de relacionamento entre culturas que não a hierarquização segundo critérios que são tidos como universais, ainda que sejam específicos só de uma cultura, a cultura ocidental. Contra esta tendência o autor propõe a criação de possibilidades de comunicação e cumplicidade a partir a partir do diálogo com um pé numa cultura e o outro na outra que maximize a consciência da incompletude recíproca das culturas. A reciprocidade entre culturas é através da hermenêutica diatópica ou da transformação das premissas de argumentação de uma cultura-exercício de que consiste em transformar em argumentos inteligíveis e credíveis noutra cultura.

Vemos nesta perspectiva a possibilidade de fazer inflectir o sentido da história contada pelos meninos e meninas, que nos faria acreditar na necessidade infinita de haver vencedores e vencidos, mesmo quando, tal como aconteceu na história os resultados pudessem ser imprevisíveis!

7. Existe aqui algum lugar para a participação das crianças enquanto actores sociais?

A nossa resposta é sim, mais do que possível nos parece absolutamente necessário que as crianças sejam nas duas culturas reconhecidas e investidas de condições para o exercício dos seus direitos de participação na imaginação e construção da possibilidade de transformação social, designadamente através do exercício da reciprocidade entre culturas. Como temos vindo a defender o modo como as crianças são pensadas e educadas pelas diferentes comunidades, tem tornado invisível o papel que elas desempenham como protagonistas de muitas acções quotidianas que dão sentido e conteúdo às relações intergeracionais, nas quais participam, de forma discreta, enquanto sujeitos e actores sociais competentes, em processo de reprodução e de transformação social. Por isso reclamamos a atenção das comunidades que se dispõem a reflectir sobre a sustentabilidade do seu próprio modelo de desenvolvimento, para o lugar que atribuem à Infância e para o lugar que nelas é ocupado pelas crianças. É importante dizer-se que a universalização de uma determinada ideia de infância tem, sem dúvida, constituído um factor importantíssimo de

pressão internacional, para que todas as sociedades do mundo reconheçam o estatuto da criança como sujeito com direitos próprios, o que tem, sem dúvida, libertado muitas delas da condição de propriedade dos pais que dava lugar a abusos de um poder que só pode ser legitimado como exercício do dever ou responsabilidade de proteção social, cuidado e educação. Esta mesma ideia implica no entanto o risco de reforço da hegemonia de padrões de desenvolvimento individualizados, de normas de comportamento infantil descontextualizadas e de critérios de prestação e qualidade de serviços para a infância que podem resultar na homogeneização descaracterizada das existências e contextos de vida das crianças, além de poder matar o conhecimento com que cada comunidade garante a sua reprodução social e cultural enquanto comunidade.

Cada vez mais se reconhece a influência deste grupo social sobre os contextos e as práticas sociais quotidianas dos adultos e entre pares, e o quanto hoje não podemos pensar esta influência sem considerar relações sociais mais amplas, designadamente do mundo criado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação e do mercado global, que as investe como consumidoras de bens materiais e culturais, e as posiciona no interior do espaço social global. A própria difusão e transferência de conhecimento, aplicado como tecnologia, tem acelerado a generalização de modelos de atendimento às crianças que são construídos sobre definições normalizadas e normalizadoras das suas necessidades e interesses, bem como das respectivas famílias e comunidades. Esta tendência tem levado a que cada vez mais as crianças de todo o mundo habitem regularmente mundos sociais formais, tutelados por adultos, altamente regulados pela lógica pericial, promovidos pela iniciativa de governos de todo o mundo, em nome do seu bem-estar e desenvolvimento. Embora este investimento na melhoria de condições de cuidado e educação das crianças por instituições criadas especificamente para elas e a tomada de consciência crescente do seu estatuto jurídico-político e social venha diminuindo a assimetria que caracterizava as práticas educativas que unem, separam e por vezes opõem os interesses dos adultos e das crianças, esta não é ainda uma mudança social generalizada e consolidada para as crianças de todos os grupos sociais. A desigualdade de contextos e condições de vida entre crianças tem levado a que a hegemonia dos pressupostos e padrões de desenvolvimento, comportamento e aprendizagem tenha contribuído para transformar e traduzir o efeito da desvantagem de condições e disposições de uma maioria em diferenças de capacidade individual ou cultural a corrigir ou a compensar. Esta tendência tem levado à dualização do pensamento sobre as necessidades e competências das crianças dos diferentes povos e grupos sociais, com efeitos sobre as políticas de atendimento que podem apartar os percursos de vida e de inserção no espaço mundo.

Considerando o facto das crianças serem uma em cada duas pessoas pobres no mundo (UNICEF; 2005) e de existir ainda uma grande multidão de crianças que quotidianamente trabalha para prover a própria sobrevivência pessoal e familiar, no interior do mundo social adulto, importa construir e reclamar a consideração de um ponto de vista que afirme a sua condição de semelhantes, já que apesar da discrepância das suas circunstâncias materiais e sociais, as crianças partilham entre si a condição social de grupo geracional subordinado aos ritmos, interesses e poder dos adultos da família e da comunidade.

Acreditamos que a criação de uma identidade colectiva reconstruída sobre o conhecimento devidamente contextualizado e produzido pelas próprias crianças, a partir do ponto de vista que lhes é próprio, seria uma força para reclamar não só os direitos especiais de protecção e de provisão de bens e serviços, mas também o direito de exercerem e verem reconhecido o seu papel de mediadoras e de desafiadoras de mudanças sociais, enquanto nós de relações intergeracionais nas famílias e comunidades. Este reconhecimento público nos parece fundamental na conjuntura de crise actual, que confrontam os adultos de todas as sociedades com a desestabilização das formas convencionais de entender, gerir e significar a realidade social, transformada por efeito da intensificação do ritmo das mudanças tecnológicas, políticas, socioeconómicas e culturais. Acreditamos que a ampliação dos âmbitos de acção e a criação de dispositivos de escuta e representação das crianças nos espaços de decisão política das comunidades seria um desafio fundamental à criatividade dos adultos, no sentido de reinventar os modos de acção comunicativa na comunidade que permitiria aos mais velhos afirmar a dignidade dos saberes locais e aos mais novos traduzir e reconstruir estes saberes com recursos importados e incorporados num diálogo estabelecido no espaço global.

Por sua vez, a construção de condições do contacto das crianças com o espaço global poderia participar para a (re)construção dos contextos e modos de vida quotidianos na comunidade, opondo limites à influencia hegemónica de conhecimentos e tecnologias educativa e sociais, bem como de produtos culturais para a infância que colonizam os seus mundos de vida e agudizam as desigualdades sociais e educativas globalmente estruturadas. Acreditamos que a implicação activa das crianças no exercício do diálogo intergeracional e intercultural que há de criar a possibilidade de reciprocidade entre culturas, são uma estratégia fundamental para que, ao descobrirem-se como concidadãs do mundo, na sua qualidade de sujeitos históricos e contemporâneos, elas possam revitalizar e ampliar de forma criativa, através das suas múltiplas linguagens e plasticidade cognitiva, dada pela sua socialização não reificada, a imagem de uma sociedade global cosmopolita. Este nos parece ser um contributo crucial para o empenho das comunidades nas lutas hoje empreendidas sob a designação de educação ambiental.

Ao ocupar mais radicalmente o presente do que os adultos, as crianças podem reinventar a ligação entre passado e o futuro, pela tomada de consciência de que se os grandes que no passado ocuparam pela força e armas desiguais, os pequenos mundos habitados pelos que nos antecederam, soubessem que, independentemente da extensão geográfica, poder ou riqueza de cada país, todas as pessoas e comunidades se constroem como um habitat ou seja como um lugar onde apesar de toda a opressão e sofrimento nunca se deixou de sonhar, nascer e morrer, no esforço de compreender e resolver os pequenos e grandes acontecimentos comuns que dão sentido às vidas de todos, quanto habitam o planeta e vão contando e nem sempre escrevendo uma História maior que é comum.

Talvez assim pensando, refletindo e confrontando as escolhas alternativas que já existiam no passado e que são ampliadas no presente, estas crianças possam crescer curiosas entre os adultos, experimentando, brincando e questionando no diálogo com eles, os saberes que se lhe apresentem como alternativas no presente, aprendendo que o futuro dependerá da sua opção pelas escolhas que forem menos dolorosas para todos e cada uma, do que depende a possibilidade da vida comum e a existência plena de todos como membros de uma só humanidade. Talvez então a ideia de uma cultura sem raízes nem lealdades locais, que seja partilhada por toda gente em toda parte mundo, uma cultura cosmopolita que subjaz ao que é globalmente comum a toda humanidade.

Bibliografia

- ALDERSON, P. (2000). “Crianças como investigadores: os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação” in Christensen, P; James, A. (2005). *Investigação com Crianças – Perspectivas e práticas*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto.
- ANAVITARTE, E; VICENT, R.; MUÑOZ, M (2003). *De la participacion al protagonismo Infantil, propuestas para la acción: Plataforma de organizaciones de infancia*. Madrid
- CHRISTENSEN, P; JAMES, A. (2005). *Investigação com Crianças – Perspectivas e práticas*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto.
- FERRAROTTI, F. (1985). *Sociologia*. Lisboa: Editora Teorema.
- HUNING, S; GUARESCHI, N. (2002). *Tecnologias de Governo: constituindo a situação de risco social de crianças e adolescentes in Currículo sem fronteiras, v. 2 , n.2*.
- ITURRA, R. (1995). *Tu Ensinas-me Fantasia, Eu Procuo Realidade*. Educação Sociedade e Culturas Edições Afrontamento, Porto.
- MADEIRA, R. (2005). *A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida*. Revista Perspectiva. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- MOSS, P; Petrie, P. (2002). *From Children services to children's spaces, public policy, children and childhood*. Routledge Falmer. London.
- PINTO, M.; SARMENTO, M. (1997). *As crianças: contextos e identidades*. Braga. Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho.
- ROCHA, E. (2004). *Crianças e Educação: caminhos de Pesquisa in Crianças e Miúdos; Edições ASA, Porto*
- SARMENTO, M.; FERNANDES, N; TOMÁS, C. (2007). *Políticas públicas e participação infantil*. Educação Sociedade e Culturas nº 25. Edições Afrontamento. Porto.
- SOUSA SANTOS, B. (1996). *Para uma pedagogia do conflito*. In: Silva, Luis Eron et al (Org.). *Novos mapas culturais: novas perspectivas educacionais*.

Porto Alegre: Sulina.

SOUSA SANTOS, B. (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES.

SOARES, N. (2005). Infância e Direitos: Participação das Crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes. Tese de Doutorado. Universidade do Minho

TRILLA e NOVELLA (2001). Educacion e Participacion social de la infancia, Revista Ibero americana de educacion; Organizacion del Estados Iberoamericanos para la Educacion, la Ciencia y la Cultura; Madrid

Sustentabilidade: bom senso ou senso comum?

Victor Reis (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)

Introdução

A problemática dos Pequenos Estados Insulares, nascidos da descolonização portuguesa, apresenta dois grupos de problemas: primeiro, são países com baixo desenvolvimento humano quando se tornam independentes, ou seja, países com reduzido rendimento por habitante, baixo índice educacional, baixa esperança de vida; segundo, têm um pequeno território por vezes fragmentado. Estes territórios permaneceram sob a jurisdição política portuguesa até à fase mais tardia do declínio do império quando este se tornara cada vez mais periférico em relação aos países do centro do sistema de acumulação mundial. Por isso, também por razões históricas, tornaram-se periferias de um sistema periférico.

Isto significava questionar sobre a possibilidade de estes estados ascenderem ao progresso económico e social das gerações presentes e futuras abrangendo uma parte crescente da população, especialmente da mais pobre, a partir das condições históricas de partida e das características do seu território.

Esta questão prende-se com uma característica destes estados, a sua vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade é a sensibilidade a ameaças externas e internas, e revela-se tanto no plano económico como ambiental e social. A pequenez e dispersão do seu território tornam estas economias sensíveis a flutuações da conjuntura internacional, dependentes de importação estratégicas (energia, alimentos, matérias primas) e da concentração das suas exportações, estando sujeitas ainda ao elevado custo dos transportes e à sua dependência do financiamento externo. Por outro lado o seu território limitado torna maior a sensibilidade dos seus ecossistemas à intervenção humana e a acidentes naturais. A vulnerabilidade social traduz-se pela grande exposição da sociedade às flutuações do rendimento e sua repartição e ao seu impacto sobre a coesão social. Entre as ameaças externas estão os desastres naturais que afectam estes países de uma forma desproporcionada. As ameaças internas são sobretudo determinadas pela utilização sem regra dos seus recursos, nomeadamente, a desflorestação, o esgotamento dos bancos de pesca, o esgotamento das fontes de água potável e as que resultam dum descontrolado desenvolvimento do turismo. Estes estados enfrentam ainda ameaças à sua segurança como a diminuição da “coesão social e da sua viabilidade e integridade financeira resultantes do crescimento das actividades criminosas transnacionais, particularmente o tráfico de droga e lavagem do dinheiro” (Sutton, 1998: 2).

Por isso, o desenvolvimento destes estados é também uma resposta à sua vulnerabilidade. A resiliência, ou seja, o aumento da capacidade de resistência às condições adversas, tanto internas como externas, é concomitante com o desenvolvimento. A sustentabilidade económica, social e ambiental depende do reforço presente e futuro das condições de resiliência.

Implica um processo dinâmico que, a partir do reforço das condições endógenas, permita o incremento do valor local com a sua redistribuição crescente pelas gerações presentes e futuras. Não se trata apenas da manutenção de um sistema letárgico baseado em condições mínimas de sobrevivência alimentar quando estas existam, mas antes da criação de condições locais que permitam passar de forma duradoura a patamares superiores de produção, de dignidade e participação social.

I. Condições endógenas do reforço da resiliência

Estes Estados são sistemas abertos, muito sensíveis às condições externas e cujo crescimento depende da cooperação internacional e dos factores de competitividade locais. Estes vão ascendendo a patamares superiores de riqueza a partir das condições endógenas quer materiais quer imateriais. Estas condições vão permitindo alterar o posicionamento externo destes países e também a dimensão e qualidade dos fluxos financeiros com o resto do Mundo de que dependem. A sustentabilidade do crescimento económico destes estados depende da mudança qualitativa do valor criado internamente. Por isso o seu crescimento depende da capacidade endógena para criar um valor crescente. Dada, porém, a sua fragilidade e dependência inicial, a consolidação das condições de desenvolvimento endógeno depende também da existência de condições para a atracção de fluxos financeiros que mantenham a capacidade interna de consumo e de investimento.

Quadro I – Condições imateriais endógenas de desenvolvimento

Condições endógenas	Sustentabilidade		
	Económica	Social	Ambiental
História	Ressonância das acções exemplares; Partilha de valores e referências culturais comuns como estímulo à intervenção dos actores económicos	Coesão social Identidade cultural	

Condições endógenas	Sustentabilidade		
	Económica	Social	Ambiental
Adaptação institucional	Ajustamento a novos contextos; Definição dos limites da actuação dos actores económicos	Mudança das instituições políticas e sociais	Delimitação das fronteiras de intervenção humana
Partilha de regras e confiança no seu cumprimento	Aumento do capital social e seu efeito no comportamento dos actores internos e externo	Aumento do capital social e seu efeito na coesão social	Previsibilidade da intervenção sobre os recursos ambientais
Educação, conhecimento e experiência	Externalidades positivas: apropriação de tecnologia; inovação.	Reforço do capital educacional	Percepção dos problemas ambientais
Redistribuição	Consumo mínimo Dimensão crítica do micro-investimento	Conservação ou aumento da Coesão social	Diminuição da pressão ambiental provocada pela pobreza

Só existe investimento externo se existirem condições institucionais, nível educacional e recursos naturais que permitam a criação de alguma vantagem competitiva. Do mesmo modo, o investimento interno só se realiza se existirem condições de confiança e instituições que dêem segurança a quem investe. Para além das infra-estruturas materiais ligadas ao abastecimento interno, à logística, à administração, educação e saúde existem factores imateriais que influenciam de forma determinante as condições locais do processo de desenvolvimento. São eles a História, a adaptação das instituições, a educação e a repartição da riqueza.

2. A memória e as instituições (Consistência das boas práticas e o capital social)

“A História influencia a tecnologia, as competências básicas e as instituições de uma sociedade. Não é necessariamente verdade que o impacto de eventos do passado se desgaste com o tempo. Esses eventos podem ser pré-condições que conduzam a economia a um firme estágio de desenvolvimento.” (Stiglitz e Karla Hoff, 2006)

Para além dos contextos, a história explica a persistência de comportamentos que se foram registando no passado (*hysteresis*) como uma memória que permanece na socieda-

de para além dos acontecimentos que lhe deram origem. Este efeito no comportamento social reflecte-se nas instituições, nas expectativas, no capital social, na cultura. Esta memória baseada na percepção dos comportamentos recentes pode ser positiva ou negativa. A ausência de corrupção, por exemplo, gera o reforço da confiança nas instituições. O contrário fragiliza-as. Esta memória é dinâmica e vai sendo transformada pela educação, pela experiência das organizações e pela interacção com outras comunidades. Esta partilha de uma memória comum é também o espaço em que se modelam as instituições, se repensam as organizações e as parcerias, em que se definem as proximidades das quais se parte para o reforço das relações com outros povos.

Em Cabo Verde, por exemplo, a independência foi feita mais de continuidades que de rupturas. E estas foram-no mais no sentido de auto-centrar as instituições do que de apagar os vestígios da influência portuguesa. As empresas públicas mantiveram-se públicas com a transferência da propriedade para o Estado Cabo-verdiano, o sistema financeiro emergiu do já existente, o abastecimento interno fez-se a partir da experiência internacional de empresários luso-cabo-verdianos, a administração pública ergueu-se a partir da administração colonial, o sistema de ensino partiu do já existente. A permanência na memória dos comportamentos positivos (*hysteresis*) foi também um factor catalisador de decisões que favoreceram o desenvolvimento neste país. A estabilidade da governação, com ciclos de 10 ou mais anos, criou alguma segurança em relação à consolidação das políticas e das mudanças institucionais. Esta prática, associada ao cumprimento das obrigações internacionais e à contenção da dívida pública, tornou a confiança das instituições financeiras internacionais uma vantagem importante no acesso a meios de financiamento externo e na criação de uma imagem positiva perante os investidores externos, cuja importância foi decisiva nos anos 90.

Quadro 2 – Défice orçamental, Dívida Pública e Dívida Externa em % do PIB

	2004	2005	2006
Défice orçamental global (% do PIB)	0,9	2,9	0,1
Dívida Pública (% do PIB)	93,4	84,7	79,7
Dívida Externa efectiva (% do PIB)	42,2	44,5	37

Fonte: BCV

Um outro factor que foi moldando a confiança nas pessoas e nas instituições foi a irrelevância da corrupção na prática política e da administração pública. Isto permitiu dimi-

nuir os custos de transacção e tornar mais transparente o mercado e as práticas do Estado. Estas qualidades foram referidas pelas empresas de capital estrangeiro que investiram na indústria em Cabo Verde, quando em 1999 e 2003 o autor as entrevistou.

A persistência desta prática de rigor e de cumprimento dos compromissos foi criando um espaço de confiança cujos resultados se observam na evolução das principais fontes de financiamento da economia, essenciais ao crescimento económico (remessas de emigrantes, ajuda pública ao desenvolvimento, investimentos directos estrangeiros e empréstimos externos). Esta dimensão da memória traz consigo, por tudo o que foi dito, não só um património cultural que foi sendo forjado pelo encontro dos povos e de culturas mas, num tempo mais recente, a construção de atitudes que valorizam o capital social pelo aumento da confiança e segurança das instituições.

Quadro 3 - Transferências e IDE em % do PIB (média móvel dos três últimos anos)

	1996	1997	1998	1999	2000
- Transferências	29,9%	28,3%	26,7%	26,1%	25,8%
- Transferências oficiais	10,3%	10,6%	10,5%	9,8%	7,3%
- Investimento directo	3,9%	4,3%	3,1%	4,6%	5,7%

Fonte: BCV

A mudança institucional é, também, uma condição endógena para permitir tornar perceptíveis os limites dos actores económicos, políticos e sociais em novos contextos. As instituições definem os limites quer da actuação do Estado em relação às empresas e aos cidadãos quer o quadro em que se estabelecem as relações destes com o Estado. As decisões públicas e privadas são moldadas por estes limites. Esta mudança só tem eficácia, contudo, se for acompanhada da acção consistente que crie a percepção generalizada e persistente do cumprimento das regras. Neste caso, a ética política é muito importante.

As mudanças institucionais têm de estar ajustadas aos contextos e às condições sociais prevalentes. Se forem copiadas de outros países ou inculcadas por organizações internacionais sem atender às condições sociais e económicas locais, podem não produzir o efeito esperado aumentando as dificuldades. Em Cabo Verde, a mudança das instituições foi determinante em todo o processo de desenvolvimento observado nos últimos vinte e cinco anos. Desde logo, no período imediatamente a seguir à independência, esta mudança traduziu-se pela concentração dos instrumentos de intervenção económica nas mãos do Estado e a contenção da acção dos actores privados, num contexto favorável tanto no

plano interno como externo. De 1975 a 1990 prevaleceram as instituições que, no domínio económico, definiram a supremacia do Estado sobre a economia com o controlo das empresas do sector financeiro, do comércio externo de alimentos, da produção de energia e água, das telecomunicações. No domínio político a regime assentou na existência de um só partido com uma visão socialista e autocentrada do desenvolvimento, defendendo o não-alinhamento e a integração regional dos países africanos. Este primeiro desenho institucional permitiu fazer crescer o PIB real per-capita a uma taxa média anual de cerca de 10%, entre 1980 e 1990, e consolidar um sistema empresarial essencial ao abastecimento público.

Depois, a partir dos anos 90, houve uma mudança do quadro institucional passando os mercados e a iniciativa privada a prevalecer sobre a acção económica do Estado. A partir dos finais dos anos 80 avolumaram-se contradições internas e externas que viriam a traduzir-se em mudanças institucionais tanto no plano político como económico. As primeiras foram influenciadas por movimentos cívicos que reclamavam a democracia formal e denunciavam a incapacidade do Estado sanar o peso crescente dos prejuízos de algumas empresas públicas. As mudanças externas foram determinadas, sobretudo, pela dissolução do bloco socialista e pela expansão a leste do liberalismo económico.

As mudanças nas instituições políticas foram preparadas pelo partido no poder (PAI-CV) que introduziu as alterações legislativas para a criação do regime pluripartidário. Após as eleições, na vigência da nova constituição, o novo partido no poder, MPD, que tinha uma visão da integração de Cabo Verde na economia mundial, viria a criar um corpo de normas que enquadravam a liberalização dos mercados e a ascensão da iniciativa privada quer nacional quer externa. Estas mudanças nas instituições económicas alteraram a posição do Estado em relação à economia e deram mais garantias aos investidores privados, fornecendo-lhes um quadro favorável ao investimento. A acção do Estado passou a limitar-se, tendencialmente, ao exercício de funções de regulamentação. A nova legislação sobre o investimento estrangeiro acrescentou condições de segurança e incentivos ao investimento externo na indústria e no turismo. Foram estas mudanças que permitiram que, a partir de 1994, se observasse um crescimento contínuo do investimento directo estrangeiro e, ao mesmo tempo, a criação de um número significativo de empresas nacionais.

O desenho institucional adaptou-se, assim, às novas condições do contexto histórico interno e externo e a estabilidade política permitiu que as instituições se tornassem consistentes no tempo. Uma grande parte destas alterações procuraram influenciar o comportamento microeconómico dos actores de investimento privado. Os estímulos fiscais ao investimento com potencial exportador, as condições favoráveis à instalação de unidades turísticas, a liberdade de importação de mercadorias, a simplificação dos processos de

desalfandegamento, etc., são exemplos de mudanças com incidência nas decisões de investimento local.

Quadro 4 - Número de empresas do início de 1990 e em 1999 em Cabo Verde

	Antes de 1990	1999	Aumento	% anual de cresc.
Total	2.182	7.109	4.927	12,5%

Fonte: INE¹

Quadro 5 - Investimento directo estrangeiro em Cabo Verde (milhares de contos CV)

	1991 a 1993	1994 a 1996	1997 a 1999	2000 a 2002
Investimento directo	108.262	11.946.922	18.987.299	20.967.688

Fonte: Promex e BCV

3. Vantagem competitiva e a qualidade das pessoas

O saber é um dos recursos intangíveis que nasce da experiência e da educação. Quanto maior for o nível educacional e a experiência, maior é a capacidade de apropriação das tecnologias e a capacidade de inovação. Num processo de integração na economia mundial a existência de condições endógenas de apropriação de conhecimento é fundamental para a valorização da economia como um todo. Trata-se de um domínio importante do desenvolvimento humano e gerador de economias externas.

As diferenças de desenvolvimento podem ser explicadas pelas diferenças de conhecimento (ibid: 412). Há duas razões que podem explicar estas diferenças de conhecimento. Uma é as barreiras ao fluxo de conhecimento; outra, o reduzido investimento em conhecimento. Um dos obstáculos aos fluxos de conhecimento é resultado das doenças como a malária que afectam os fluxos de pessoas e que Bloom e Sachs (1998) estimaram poder afectar o crescimento do PIB em mais de 1% ao ano. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos o investimento na educação é muito reduzido e a taxa de escolaridade muito pequena. Autores como Mingat e Psacharopoulos sustentam que, nestes países, o investimento na educação, especialmente nos níveis mais baixos, tem uma elevada taxa de retorno. Para Haveman e Wolfe (1984) o seu impacto não se limita ao crescimento. Há outros benefícios sociais que resultam deste investimento, tais como, os efeitos na saúde,

¹ INE (1999), 1º Recenseamento Empresarial – 1ª Fase, vol. I - Cabo Verde - 1997, Praia, Instituto Nacional de Estatística. Os dados de 1999 estão em suporte electrónico e ainda não tinham sido publicados.

na eficiência no consumo, na própria participação política. A educação tem, também, relevância na percepção do impacto sobre o meio ambiente da acção humana.

A análise dos investimentos efectuados em Cabo Verde ao longo destes últimos vinte e cinco anos permitem observar que a educação esteve entre as três principais prioridades.

A educação foi, também, um domínio em que se observaram mudanças institucionais significativas.

Quadro 6 - Evolução do número de alunos do ensino básico e secundário, de 1973 a 2002²

Anos	Número de alunos	Índice	% de alunos no Básico	% de alunos no Secundário
1973-74	45.000	100	96,5%	0,5%
1992-93	85.397	190	85,8%	14,2%
1999-00	131.602	292	69,6%	30,4%
2000-02	137.864	306	65,1%	34,9%

Fonte: CARDOSO, Manuela (2007)

Em Cabo Verde, a mudança do sistema de ensino está associada ao aumento da população escolar e do índice educacional. De 1974 para 2002 a população escolar triplicou. Este aumento da escolaridade no nível secundário deveu-se não só à maior cobertura espacial do ensino como ao aumento do número de anos de escolaridade. O mesmo se passou com o ensino superior cujo desenvolvimento se observou, sobretudo a partir dos anos 90.

Quadro 7 - Número de alunos nas escola do ensino médio e superior

Escolas do ensino médio e superior	1997/98	2002/03	Observações(*)
Ensino médio			
- Instituto Pedagógico	496	832	
- Escola de Enfermagem	

Escolas do ensino médio e superior	1997/98	2002/03	Observações(*)
Ensino Superior			
- Instituto Superior de Educação	313	714	
- ISEC Mar	104	105 *	2000 / 01
- ISCEE	133	184 *	2000 / 01
- Centro de Formação Agrária	26	25 *	2000 / 01
- Instituto Nacional de Administração e Gestão	37	..	
- Universidade Jean Piaget de Cabo Verde	..	960 *	2003 / 04
- Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça	

Fontes: ISE, ISEC MAR, ISCEE, INIDA, INAG, Revisão das Despesas Públicas

Este crescimento do patamar educacional permite, não só, aumentar a capacidade e liberdade de participação nas diferentes esferas da sociedade como ter um efeito importante na transformação das empresas e do seu valor.

4. Redistribuição e a coesão social

O desenvolvimento sustentável do ponto de vista social implica um reforço constante dos laços de sociabilidade. Isso implica que o crescimento económico e a repartição do produto possam manter condições de sociabilidade em que as rupturas, a existir, não conduzam ao corte dos laços fundamentais dos grupos de suporte da sociedade. Por outro lado, do ponto de vista económico o rendimento não pode estar tão concentrado que se torne um factor de ineficiência económica. A riqueza joga um papel catalítico. Se a distribuição da riqueza é muito desigual aqueles que têm mais do que o suficiente não dão o melhor uso às suas competências e os que têm muito pouco não têm o suficiente para levarem para a frente uma actividade produtiva.

Desde a independência que em Cabo Verde se adoptaram políticas de redistribuição do rendimento. São exemplo de políticas redistributivas, as frentes de alta intensidade de mão-de-obra, o acesso gratuito à educação e saúde, o controlo sobre os preços dos bens

alimentares, da água e da electricidade e, mais recentemente, as acções de luta contra a pobreza. Tão importante como a acção directa do Estado foi a criação de condições de segurança macroeconómica que permitiram que o apelo da responsabilidade e dos laços familiares pudesse concretizar-se pela intensificação das remessas, com forte impacto nacional e no rendimento disponível familiar.

5.A sustentabilidade local e a extroversão

A criação local de condições de atractividade dos actores externos permite a criação de fontes de recursos externos e, por outro lado, responde às necessidades da população local. As decisões certas sobre a protecção ambiental, o aumento do nível educacional e sanitário da população, a redistribuição da riqueza, as infra-estruturas físicas permitem dar resposta à satisfação das necessidades da população local e, ao mesmo tempo, criar condições endógenas de atractividade crescente. A qualidade das pessoas, das instituições, a qualidade e consistência das decisões políticas reforçam as condições naturais locais de interesse dos actores de investimento externo, dos investidores internos e dão segurança às instituições financeiras internacionais. Este reforço dos laços com o exterior bem como das condições locais de produção material permitem, ao mesmo tempo, o aumento da resiliência e a sustentabilidade económica, social e ambiental.

É, por isso, importante a identificação dos vectores locais que podem influenciar a interacção com actores externos. A sua relevância prende-se com a necessidade de ultrapassar restrições estruturais destes pequenos estados como a reduzida capacidade interna de formação de poupança, a dependência tecnológica e científica e a necessidade de projectar para o exterior um mercado que internamente está muito limitado. Aquilo que empresas de investimento directo estrangeiro procuram obter com a sua localização nestes países não é nem economias de escala, nem economias de aglomeração, nem vantagem tecnológica. Procuram, antes, alguns nichos de mercado, recursos naturais exclusivos, competências e conhecimento, boa relação qualidade custo da mão-de-obra, um meio político, social e institucional familiar e políticas macroeconómicas favoráveis.

Quadro 8 - Factores favoráveis ao IDE em Cabo Verde

Factores	Total	% do total
Baixos custos salariais	9	23%
Rápida aprendizagem da M.O. não qualificada	7	18%
Incentivos	7	18%
Acesso a mercados	5	13%
Mão-de-Obra qualificada	2	5%
Disponibilidade de matérias-primas	1	3%
Sem resposta	8	21%
Total das empresas entrevistadas em 2003	39	100%

Fonte: Reis

A experiência de Cabo Verde diz-nos que, para as empresas francas de investimento directo a principal vantagem de localização está ligada à procura de ganhos de eficiência, pela utilização de uma boa relação qualidade - preço da mão-de-obra e acesso a recursos naturais, como os recursos do mar. Os factores imateriais mais relevantes são, por outro lado, o enquadramento institucional favorável (simplificação dos procedimentos de desalfandegamento, isenção de impostos sobre as importações de bens destinados a serem transformados, isenção de impostos sobre os lucros, incentivos financeiros e de localização) e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Este último foi especialmente importante para os parceiros estratégicos que adquiriram empresas públicas no sector financeiro, de telecomunicações, de água e electricidade. Estas respostas permitem sublinhar a importância da qualidade das pessoas com factor de atracção local do investimento e de valorização endógena das actividades.

Um outro factor intangível de atracção do investimento externo identificado é a familiaridade do meio político, social e institucional. Este elemento reflecte o efeito histeresis da história tanto no interesse dos parceiros externos como, porventura, na ponderação das escolhas pelos actores nacionais. Uma grande parte das empresas de investimento directo estrangeiro é de origem portuguesa. E alguns dos parceiros estratégicos têm uma história comum no período pré-independência. É o caso da Portugal Telecom, da EDP e das Águas de Portugal. Admite-se que esta memória partilhada tanto do ponto de vista das organizações como das instituições tenha favorecido também este dinamismo nas relações entre os parceiros portugueses e cabo-verdianos.

Quadro 9 - Privatizações: ponto da situação em finais de 2003

Sector / actividade	Empresa	Operação	Nacionais	Golden Share	Estr.	Orig.	Comprador estrangeiro
Água e Electricidade	Electra	Venda		X	51%	P	EDP/ Águas de Portugal
Comunicações	Cabo Verde Telecom	Venda	47%	X	40%	P	Portugal Telecom
Bancários	BCA, Banco Comercial do Atlântico	Venda			52,50%	P	CGD/ Interatlântico
	CECV - Caixa Económica de Cabo Verde	Venda	72,60%		27,40%	P	MG/CEMG
Leasing.	Promotora	Venda			40%	P	CGD/ Interatlântico
Seguros	Garantia	Venda			45,90%	P	CGD/ Interatlântico
Distr. Combustíveis	Enacol	Venda			65%	P/Ag	Petrogal e Sonangol

(*) Joint-venture com a Somague com venda posterior a nacionais da parte do Estado.

Fonte: Unidade Coordenadora das Privatizações (UCP)

6. Nota Final

A experiência de Cabo Verde dá informações úteis sobre as práticas que podem conduzir ao reforço das condições internas de resiliência. Num quarto de século Cabo Verde passou de uma posição de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento.

Quadro 10 - Indicadores do IDH em 1992 e 2005

Indicadores do IDH	1992	2005
Ordem do IDH	122	102
PIB real (dólares ppc)	1.360	5.803
Esperança de Vida	67,3	71
Taxa de escolarização	64	66,4

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 e 2007-8

E nos últimos 10 anos saltou 20 posições no índice de desenvolvimento humano, quadruplicando o PIB real *per-capita*, aumentando a taxa de alfabetização de adultos em 15%, aumentando a taxa de escolarização a esperança de vida. As severas condições naturais deste arquipélago dão ainda mais sentido aos factores endógenos que permitiram esse desenvolvimento. Dado que o assunto deste seminário é o turismo e, embora o tema desta comunicação seja mais geral e não disponha de dados completos sobre este sector, julgo justificar-se fazer dois comentários sobre o turismo em Cabo Verde. Primeiro, o IDE no turismo tem sido o mais dinâmico dos últimos anos.

Quadro 11 - Evolução sectorial do investimento estrangeiro previsto em Cabo Verde em contos CV (1991-2002)

Anos	Indústria	%	Serviços	%	Turismo	%
1991	102.281	1%	0	0%	0	0%
1993	5.981	0%	0	0%	0	0%
1994	767.553	8%	201.284	1%	1.316.978	6%
1995	1.992.811	21%	191.730	1%	1.525.095	7%
1996	1.014.901	11%	3.418.800	18%	1.517.770	7%
1997	1.429.441	15%	3.611.860	19%	1.584.476	7%
1998	248.961	3%	6.492.162	34%	2.441.963	10%
1999	864.273	9%	201.560	1%	2.112.603	9%
2000	1.506.728	16%	4.226.679	22%	5.111.750	22%
2001	495.761	5%	52.464	0%	4.331.955	19%
2002	922.455	10%	980.991	5%	3.338.905	14%
Acumulado	9.351.146	100%	19.377.530	100%	23.281.496	100%

Fonte: BCV

Segundo, as razões que explicam este crescimento não são muito diferentes das condições gerais que conduziram ao crescimento do IDE: a mudança das instituições que passaram a dar segurança aos investidores e a criarem estímulos ao investimento no turismo; as condições naturais favoráveis, especialmente para o turismo de praia; a estabilidade e segurança política e social; a estabilidade macroeconómica; a disponibilidade de mão-de-obra escolarizada barata com facilidade de formação e qualificação; a salubridade geral e serviços de saúde. Hoje, os principais riscos desta actividade são: os riscos ambientais provocados pelo crescimento da actividade de construção associada ao turismo (no Sal) e ao crescimento urbano desordenado (na Praia); e a incerteza gerada pela subida do preço dos combustíveis e seu impacto na actividade turística internacional.

Bibliografia

- BALLANTYNE (1998). Peter, *Small Islands, Big Issues - Special Treatment for the Most Vulnerable?*, Maastricht., One World Europe.
- CARDOSO, Manuela (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe - Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento.
- HOFF, Karla e STIGLITZ, Joseph (2006). "Modern Economic Theory and Development", In MEIER e STIGLITZ, *Frontiers of Development Economics, The Future in Perspective*, New York, Oxford University Press: 389-459
- INE (1999). *1.º Recenseamento Empresarial -1ª Fase*, vol. I -Cabo Verde- 1997, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- REIS, Víctor (2007). *Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde: Contributo Português*, Tese de doutoramento orientada por Rogério AMARO, Lisboa, ISCTE.
- SUTTON, Paul (1998). "Small States and a Success Lomé Convention", Seminar on Small Island Development States: Their Vulnerability, Their Program of Action for Sustainable Development, Their Opportunities for Post-Lomé, 1-2, September, Brussels. [<http://www.oneworld.org/ecdpm/en/events/98018/Sutton.htm>].

A Educação Ambiental - um contributo para a cidadania (Caso litoral/Norte de Portugal)

Pedro Teiga (Doutorando da FEUP), Márcia Moreno (Gestora de Projectos de Educação Ambiental), F. Veloso-Gomes (Professor Catedrático da FEUP)

Introdução

Desde as primeiras civilizações, o ser humano, por razões económicas, culturais e de lazer, esteve ligado aos recursos hídricos, vivendo uma relação que sustentava uma natureza mais poderosa do que os Homens. Com a evolução da civilização humana, esta posição mudou. O desenvolvimento das sociedades actuais tem conduzido a uma degradação generalizada do meio ambiente e a uma utilização irracional dos recursos naturais, nomeadamente dos recursos fluviais.

Actualmente, os rios e as ribeiras em Portugal apresentam vários problemas, nomeadamente ao nível de usos comuns e da afluência de oportunidades de exploração de recursos que ocorrem ao longo da sua bacia hidrográfica. Os principais problemas que caracterizam os rios e as ribeiras portuguesas são a ocupação das margens com infra-estruturas e agricultura, a deposição de resíduos sólidos urbanos (domésticos), entulhos e monstros, as descargas de efluentes domésticos e industriais, a artificialização das margens e do leito, o entubamento, a destruição da galeria ripícola, a falta de critérios protocolados de gestão e implementação de projectos e a falta de envolvimento dos decisores e da população. Muitos destes problemas resultam da falta de conhecimento e a inexistência de acções que visem a participação pública, quer ao nível da população em geral quer ao nível do poder decisor.

A Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2) define-a como “qualquer processo que envolva o público na resolução de problemas e na tomada de decisão e que utilize os contributos do público para melhorar as decisões”. As três dimensões fundamentais na análise deste envolvimento, e em função das quais se pode avaliar o grau de participação pública num determinado domínio de actividade são a informação, consulta e envolvimento activo. De facto, o envolvimento da comunidade em projectos essenciais para uma região possibilita que sejam recolhidos, voluntariamente, os principais problemas que preocupam as pessoas. Desta forma, será possível o poder decisor catalogar as melhores soluções, em prol da sustentabilidade local e respeito pelo cumprimento da cidadania.

Este trabalho versa-se sobre questões ambientais prementes, em particular, os comportamentos diários da população face à utilização da água, a visão sobre o estado dos

rios e ribeiras e a necessidade (ou não) de implementar medidas de reabilitação. Face a estas temáticas a população pode, efectivamente, ser participativa, dando o seu contributo. De que forma o poder decisor pode envolver a comunidade local? Promovendo acções de educação ambiental. A realização deste tipo de acções é um meio estratégico e eficaz que contribui para a criação de uma sociedade mais informada, mais sensibilizada, mais participativa e mais activa. A educação ambiental surge aqui como uma componente essencial no processo de formação permanente individual e colectiva, com uma abordagem vocacionada para a resolução de problemas, contribuindo para o envolvimento activo do público (ASPEA, 2003) e, no fim, para a criação de uma sociedade mais preocupada com as questões ambientais. Contudo, esta estratégia de comunicação não funciona com acções esporádicas, mas sim com a realização de actividades integradas e continuadas, que permitam a formação de novas mentalidades e, no fundo, de cidadãos ambientalmente mais sensibilizados.

Desde muito cedo o Homem começou a interagir com o mundo que o rodeava, ensinando os seus filhos a fazer o mesmo. Já desde aqui a educação e a educação ambiental eram práticas diárias. Este manifesto de valores e práticas eram também, desde essa altura, fundamentais para a preservação da harmonia e bem-estar de todos os cidadãos. Os conceitos de cidadania e civismo eram então entendidos como verdadeiros suportes da vida social, já que uma sociedade na qual os seus cidadãos sejam indiferentes às questões da vida em comum não existe como tal. A liberdade, a equidade e a responsabilização social e democrática assumiram várias formas de concretização ao longo da história das civilizações. O envolvimento da sociedade em questões ambientais apenas no século passado começou a dar os primeiros passos. A Cimeira da Terra (1992) publicou a Agenda 21 e a Carta da Terra, documentos essenciais que visam o desenvolvimento sustentável para todo o nosso planeta, nomeadamente a nível económico, social, ambiental e espiritual.

A Educação Ambiental tem sido entendida como a educação para a sustentabilidade. Em Dezembro de 2002, durante a 57ª Assembleia-geral das Nações Unidas, foi proclamada a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS) para o período 2005-2014. Os rios reflectem os problemas sociais e recursos naturais de uma bacia hidrográfica, por isso, podemos utilizar estes recursos como elementos de ligação entre o homem e o espaço natural. É fundamental, para a manutenção da qualidade de vida de uma população e de uma região rios com qualidade. A reabilitação de rios e ribeiras tem como principal objectivo a reposição sustentada e integrada da situação de boa qualidade ambiental que já existiu nesse local, de acordo com os valores

culturais vigentes, seguindo os princípios e técnicas de reabilitação, com recurso a medidas não estruturais e estruturais quando necessário (Teiga, 2003).

Desta forma, promove-se uma educação ambiental que concretize uma formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos que visam o desenvolvimento sustentável. Todos os intervenientes poderão assumir papéis activos na preservação e reabilitação das linhas de água e na implementação da Directiva Quadro da Água, contribuindo directamente para a qualidade de vida das populações e da sua região. A realização de acções concretas neste âmbito assenta igualmente nos princípios e metodologias da Agenda 21 Local (A21L). Com a máxima pensar globalmente, agir localmente, este documento consiste em envolver toda a comunidade, assumindo-a como papel catalisador e impulsionador de todo o processo.

1. Objectivos

É objectivo geral deste estudo avaliar o contributo da educação ambiental, em meio escolar, no sentido da sustentabilidade local, da educação para a cidadania e nos processos de reabilitação de rios e ribeiras. Pretende-se igualmente apresentar os resultados de algumas actividades desenvolvidas com as comunidades escolares e locais e as principais medidas utilizadas para a sua concretização.

2. Metodologia

Este estudo enquadra-se na procura de uma metodologia geral de aplicação da educação ambiental (EA) no sentido da cidadania local e, em particular, que promova a reabilitação de rios e ribeiras em zonas edificadas. O âmbito geográfico desta análise engloba estabelecimentos de educação e ensino dos municípios de Matosinhos, Ovar, Paredes, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. Realizou-se, neste âmbito, um questionário a um total de 311 alunos de seis escolas pertencentes a cinco municípios, no sentido de aferir o envolvimento, a sensibilidade e os comportamentos ambientais da população escolar, em particular ao nível dos recursos hídricos. Este questionário foi colocado em 2 grupos por escola, um integrado num programa de educação ambiental e o outro não.

O Programa, intitulado “A Água e os Nossos Rios”, promovido, desde 2004, pela Águas do Douro e Paiva (AdDP), abrange as temáticas da água e dos ecossistemas ribeirinhos e é destinado a todos os alunos do 1º e 2º ciclos dos 18 municípios que integram a empresa. No âmbito do concurso anual “Projecto Mil Escolas”, foram seleccionadas, no ano 2006/2007, 15 escolas, 10 do 1º ciclo e 5 do 2º, onde o programa escolar foi implementado.

Este programa incluiu a concepção de materiais didáticos e a realização de acções de formação e lúdico-pedagógicas para todos os intervenientes.

O questionário foi aplicado, de igual forma às turmas, no mês de Junho de 2006. Realizaram-se um total de 311 inquéritos, dos quais 177 a alunos que participaram no programa escolar e 134 a alunos que não participaram. Os resultados obtidos em cada questão foram analisados e interpretados com base no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) (Pereira, 2004). Neste programa é necessário codificar cada uma das respostas possíveis a cada questão. Foi atribuída a classificação de variáveis nominais, ordinais e escalares (Pereira, 2004).

3. Resultados e discussão

Apresentam-se os resultados relativos aos questionários passados às turmas com o objectivo de diagnóstico e que decorreram da verificação do conhecimento escolar relativamente aos recursos hídricos e ambiente e cujos resultados se apresentam de seguida.

4. Análise dos resultados do questionário escolar

Foram analisados os questionários de 311 alunos: 18 do 1º ciclo e 293 do 2º ciclo de escolaridade. A idade média dos alunos é de 11 anos. Nove anos é o número de anos médio que vivem na localidade. Os questionários são constituídos por duas partes principais. A primeira relativa a comportamentos e atitudes tidos em casa e fora de casa, e a segunda relativa a conhecimentos e opiniões dos recursos hídricos da sua localidade e em Portugal.

Os resultados das principais variáveis estudadas são apresentados, de acordo com os resultados e questões elaboradas neste questionário. Verificou-se que as respostas entre rapazes e raparigas é semelhante assim como não se observaram diferenças entre os grupos etários e por ano de escolaridade. Para facilidade de apresentação dos resultados indicam-se, em percentagem, os principais resultados das questões elaboradas neste estudo: os resultados são apresentados em grupo na forma participou/não participou (no programa de educação ambiental) em percentagem.

Em casa:

- Fez separação dos lixos para o ecoponto: 71/66% sim, 25/31% não e 5/3% não sabe;
- Falou com a família de problemas do ambiente: 68/54% sim, 25/37% não e 7/10% não sabe;
- Bebe água do garrafão: 72/54% sim, 22/42% não e 6/4% não sabe;

- Bebe água da torneira: 29/43% sim, 66/53% não e 5/4% não sabe.
- Não se observou diferença significativa para as questões:
- Desligou a torneira da água ao lavar os dentes;
- Lavou as mãos após ir à casa de banho;
- Lavou as mãos antes de comer;
- Bebeu água tratada;
- Tem um autoclismo com descarga reduzida;
- Rega o jardim (caso tenhas) com água da rede;
- A água dos esgotos vai para estação de tratamento;
- Faz objectos com materiais reutilizados;
- As torneiras têm anilha com redutor de caudal ou arejador.

Fora de casa:

- Participou em ações de defesa do ambiente: 82/60% sim, 11/32% não e 7/8% não sabe;
- Visitou com a escola um rio ou uma ribeira: 84/22% sim, 8/64% não e 7/14% não sabe;
- Visitou ou passei com a família ou amigos num rio ou uma ribeira: 78/74% sim, 11/22% não e 11/4% não sabe;
- Não deita lixo no chão: 80/75% sim, 15/22% não e 6/2% não sabe;
- Quando vê alguém deitar lixo chama à atenção: 54/41% sim, 38/51% não e 9/8% não sabe;
- Já falou com alguém para melhorar os rios: 48/28% sim, 38/61% não e 14/10% não sabe;
- Participou com ideias em actividades de defesa do ambiente: 73/47% sim, 20/41% não e 7/12% não sabe;
- Já ajudou a desenvolver actividades de defesa do ambiente: 76/46% sim, 15/38% não e 10/17% não sabe;
- Informou-se acerca do tratamento dos esgotos: 58/20% sim, 29/57% não e 12/22% não sabe;
- Informou-se de como se limpa um rio: 63/30% sim, 27/56% não e 11/14% não sabe.

Não se observou diferença significativa para as questões:

- Costuma participar em actividades ao ar livre;
- É uma pessoa informada acerca do estado dos rios e ribeiras da sua localidade.

Como classifica o rio da sua localidade?

- Com lixo e resíduos urbanos nas margens: 37/50% sim, 37/31% não e 26/19% não sabe;
- Onde se pode tomar banho: 19/18% sim, 60/73% não e 21/9% não sabe;
- Onde as pessoas atiram lixo ao rio: 40/51% sim, 43/29% não e 17/20% não sabe;
- Um lugar poluído a evitar: 45/46% sim, 34/34% não e 20/20% não sabe;
- Com descargas de esgotos e água de má qualidade: 34/48% sim, 39/24% não e 26/28% não sabe;
- Onde vivem anfíbios: 42/16% sim, 20/27% não e 38/57% não sabe;
- Com muros de cimento ou betão nas margens: 28/23% sim, 43/40% não e 30/37% não sabe;
- Onde se faz a captação de água para agricultura ou para a indústria: 28/18% sim, 30/29% não e 42/53% não sabe.

Não apresentam diferença significativa para as questões:

- Onde as cheias atingem as casas nas margens;
- Com margens naturais;
- Onde se encontram peixes mortos;
- Com árvores e arbustos nas margens.

Os rios e as ribeiras em geral são:

- Um lugar agradável: 82/71% sim, 11/13% não e 7/16% não sabe;
- Onde a água parece ser de má qualidade: 25/26% sim, 58/55% não e 18/19% não sabe;
- Lugares que precisam de ser melhorados e reabilitados: 75/74% sim, 12/9% não e 13/17% não sabe.

Da análise global das respostas ao questionário conclui-se que há diferença em questões entre os grupos que participaram e os grupos que não participaram no programa de educação ambiental.

De seguida referimos as questões que apresentam maior diferença:

De uma forma geral, os grupos que participaram no programa escolar adquiriram mais conhecimentos, estão mais informados e são mais participativos:

- 84% dos grupos visitou com a escola um rio ou uma ribeira;
- 82% participou em acções de defesa do ambiente;
- 73% participou com ideias e em actividades;
- 76% já ajudou a desenvolver actividades;
- 63% sabe como se limpa o rio;
- 58% informou-se acerca do tratamento dos esgotos.

Apesar de se encontrarem mais sensibilizados e informados, a maioria dos alunos referiu que bebe água do garrafão (72%), em detrimento da água da torneira (29%). Esta situação pode dever-se ao facto dos pais ainda não terem alterado alguns dos seus comportamentos diários, embora a maioria das famílias já terem falado de problemas do ambiente (68%). A falta de ligação à rede pública de abastecimento, a má qualidade do próprio sistema de distribuição de água e o facto de recorrerem à captação própria de água (ex.: poço) poderão ser outras possíveis razões.

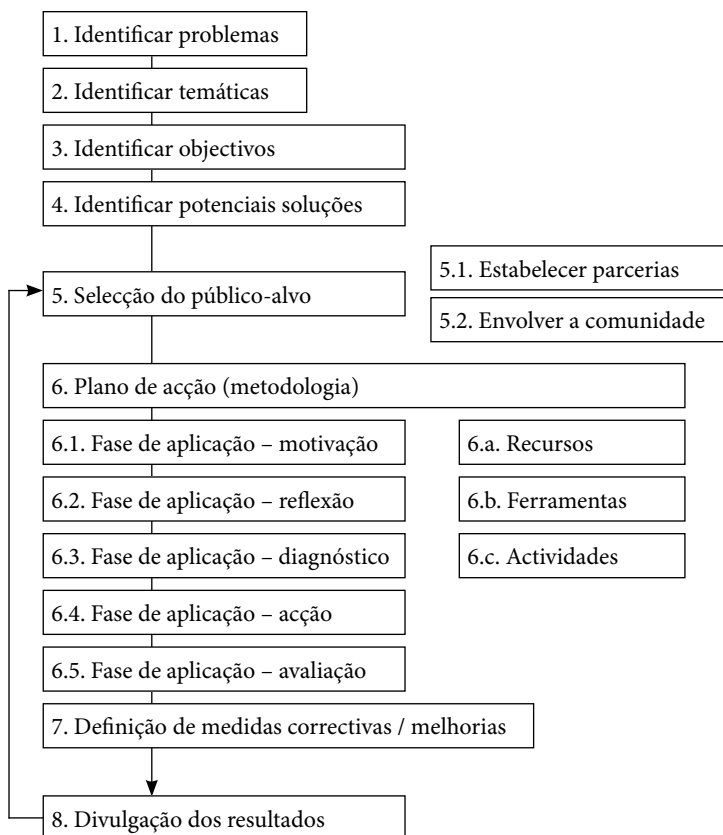
A grande maioria dos alunos deste estudo já visitou com a escola o rio ou ribeira da sua localidade (84%) e já participou em acções de defesa do ambiente (82%). Por tal, no geral, referem que se tratam de lugares agradáveis (82%), mas, no entanto, passíveis de serem melhorados e reabilitados (75%).

Por outro lado, de salientar que percentagens significativas de inquiridos (os mesmos que referiram que os rios ou ribeiras são lugares agradáveis) referiram que não se pode tomar banho (60%), que têm lixo e resíduos urbanos nas margens (37%), e são, portanto, lugares poluídos a evitar (45%).

5. Como aplicar uma estratégia de Educação Ambiental?

A implementação da Educação Ambiental (EA) é um desafio. A resposta a este desafio passa necessariamente pela elaboração de uma estratégia com uma abordagem integrada, uma política concertada que englobe um conjunto de acções voltadas para a comunidade, com vista ao desenvolvimento regional. Delinear uma estratégia pode ser tarefa complexa, pois pô-la em prática dependerá da colaboração de todos os intervenientes.

De seguida apresentamos uma proposta de um fluxograma que exprime os principais passos a seguir num processo de implementação de uma estratégia de EA. A definição de qualquer estratégia de EA pressupõe que sejam definidos os objectivos, os principais temas, as suas problemáticas e as soluções que se pretendem atingir. Esta intervenção, por sua vez, implica ainda que seja definido o público-alvo onde se quer actuar. No sentido de se obterem resultados mais eficazes na implementação de uma estratégia de EA é fundamental envolver os parceiros e a comunidade local que apoiem a sua aplicabilidade e concretização. O estabelecimento de parcerias com as autarquias ou empresas locais é benéfico para uma região. A sinergia de diferentes parceiros com diferentes interesses é fundamental para a concretização de projectos que visem o desenvolvimento local. Paralelamente, a aposta na participação pública promove a responsabilização da população na tomada de decisão e contribui para o dever da cidadania.



Após a escolha do público-alvo, um projecto de EA requer a definição de uma metodologia de trabalho - um plano de acção que integre as várias fases de implementação, os recursos necessários (humanos ou materiais), as ferramentas e a descrição detalhada de cada acção que se vai implementar. O plano de acção não deverá estar assente numa metodologia estanque, mas sim num processo de implementação dinâmico. Apoiado nas metodologias da Agenda 21 Local, o plano de acção deverá dividir-se em cinco fases, nomeadamente: motivação, sensibilizar e estimular todos os membros da comunidade; reflexão, analisar os aspectos positivos, e o modo como podem ser reforçados, e os aspectos negativos, que deverão sofrer alterações; diagnóstico, definir propostas de actividades/acções a desenvolver; acção, implementar o plano de acção definido no tempo e no espaço; avaliação, avaliar a implementação do plano de acção, assim como definir instrumentos de monitorização das acções e resultados obtidos.

Os resultados das acções de EA devem ser, sempre que possível, divulgados. Só desta forma, os intervenientes darão mais credibilidade à acção desenvolvida, tomarão conhecimento da importância da sua participação, dos resultados obtidos e, numa próxima acção, assumirão, com maior facilidade, um papel activo. A divulgação dos resultados tem também o objectivo de sensibilizar e responsabilizar toda a comunidade neste processo de EA. Outros factores a ter em consideração na definição/implementação de uma estratégia de EA são o cronograma, os local(ais) de realização das actividades, a logística e os custos associados.

6. Sugestões de actividades de Educação Ambiental

Motivação

- fazer levantamento dos problemas ambientais da localidade;
- definir possíveis soluções;
- elaborar questionários à população-alvo;
- motivar para a resolução desses problemas ambientais;
- envolver parceiros.

Reflexão

- recolher e tratar os questionários;
- reunir os problemas e soluções resultantes desta avaliação;
- definir com os parceiros sobre como, onde e quando intervir.

Diagnóstico

- elaborar proposta de acções no sentido de envolver todos os intervenientes (público-alvo, os parceiros e a população em geral):
- realizar palestras, exposições, actividades lúdico-pedagógicas
- conceber materiais informativos (folhetos, cartazes,...)
- preparar acções para apresentação pública: teatros, canções, poemas,...
- realizar acções de sensibilização porta-a-porta
- escrever cartas aos presidentes da Câmara e Juntas de Freguesia
- realizar acções no terreno (ex: acções de limpeza ao rio ou ribeira; recolha de resíduos; plantar árvores;...).

Acção

- implementação das acções propostas na fase de diagnóstico;
- registo dos comportamentos do público-alvo.

Avaliação

- recolha e tratamento dos resultados obtidos ao longo da implementação do projecto:

- antes da acção;
- durante a acção;
- pós-acção.

Implementar acções de melhoria

- reunir as melhorias necessárias a implementar em acções futuras.

Divulgação dos resultados

- divulgar os resultados a todos os intervenientes.

As actividades descritas poderão prolongar-se por várias fases ou repetirem-se em fases distintas.

7. Conclusões

Este estudo enquadra-se no levantamento dos principais comportamentos ambientais tidos, dentro e fora de casa, por alunos que participaram, ou não, num programa integrado de educação ambiental, e na procura de uma metodologia geral de reabilitação de rios e ribeiras. A educação ambiental não é um fim mas um processo que tem de ser acompanhado e desenvolvido activamente ano após ano, e nunca apenas em acções pontuais. O projecto escolar implementado mostrou-se ser uma ferramenta útil e prática, que permitiu a formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado. Os Programas de Educação Ambiental são uma possível resposta para a aplicação prática da educação ambiental e uma forma eficaz para a implementação de acções concretas no seio de uma comunidade. Neste estudo optou-se por envolver a comunidade escolar, por se estarem mais disponíveis para a recepção de informação e encontram-se igualmente numa faixa etária onde a mudança de comportamentos é mais provável. Aliado a este factor está a facilidade com que influenciam o público adulto, nomeadamente os pais e familiares mais próximos.

Após a realização do questionário e através da análise dos resultados do mesmo pode concluir-se que é fundamental investir na formação contínua e interdisciplinar com envolvimento activo dos docentes e na implementação de programas de educação ambiental integrados. As lacunas de conhecimentos e a falta de incentivos para a mudança de comportamentos são ainda notórias em alguns dos resultados observados, apesar de, no geral, podermos concluir que os alunos, por terem participado num programa escolar, estão mais informados e participativos. O sucesso das acções de EA depende do factor repetição. De facto, os conceitos e conteúdos deverão ser repetidos no tempo e no espaço, uma vez que, desta forma se conseguem gerar as rotinas e as acções inerentes a novas atitudes e comportamentos ambientais.

Este estudo mostrou-se extremamente útil, contribuindo para a mudança de atitudes e comportamentos, ao exercício da cidadania e à participação pública associada à educação ambiental, cooperando na concretização dos princípios da Agenda Local 21, Carta da Terra e Directiva Quadro da Água e da qualidade de vida das populações.

Bibliografia

- ALVES, F.M.B., (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia: 1-350
- ARIAS, J.A.G. (2002). Desarrollo de un modelo de crecimiento para la gestión sostenible del as masas de abedul en Galicia. Master Internacional en Gestión del Desarrollo Rural, Universidad de Santiago de Compostela.
- ASPEA (2003). Associação Portuguesa de Educação Ambiental, www.aspea.org.
- BOULTON, A.J. (1999). An-overview of river health assessment: philosophies, practices, problems and prognosis. *Freshwater Biology*, 41: 469-479.
- PEREIRA, A. (2004). SPSS Guia prático de utilização, Análise de dados para Ciência Sociais e Psicologia. Lisboa. Edições Silabo.
- EPA (2007). U. S. Environmental Protection Agency (www.epa.gov).
- TÁNAGO, M.G. & Jalón, D.G. (1998). Restauración de ríos y Riberas. Fundación Conde DEL Valle De Zalazar, Ediciones Mundi-Prensa, Madrid: 1-319
- TEIGA, P. M. (2003). Reabilitação de ribeira em zonas edificadas. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente. Faculdade de Engenharia do Porto.
- TEIGA, P. M., Veloso-Gomes, F. (2007). A participação pública na reabilitação de rios e ribeiras chacim (Macedo de Cavaleiros). II Congreso sobre restauración de rios y humedales, Tarragona (Espanha).
- WAAL, L.C., Large, A.R.G., & Wade, P.M. (1998). Rehabilitation of Rivers: Principles and Implementation, John Wiley & Sons Ltd. Chichester.
- PROJECTO RIOS (2006). Projecto Rios, manual de monitorização – inspecção de rios. Lisboa.
- FEUP (2007) - <http://paginas.fe.up.pt/porto-ol/is/introducao.html>

O papel da Educação Ambiental na saúde das populações

Manuela Cardoso (Centro de Estudos Africanos, CEA/ISCTE)

A educação ambiental constitui uma forma participativa de educação direccionada para a tomada de consciência da importância do meio e dos recursos na sustentabilidade do Planeta e no aumento da qualidade de vida das populações. A pobreza e a necessidade de conseguir um rendimento de subsistência colocou São Tomé e Príncipe, no período pós-independência, na rota de colisão com a sustentabilidade ambiental pela via de desflorestação, mas também da contaminação dos seus recursos hídricos e da ineficiente gestão dos resíduos. A educação ambiental, como forma abrangente de educação e sensibilização dos cidadãos coloca-se, em São Tomé e Príncipe, como uma via para alterar padrões de comportamento, uma via para a criação de novas dinâmicas sociais que capacitem os poderes públicos e as populações para uma gestão cuidada dos solos, das florestas, dos cursos de água e dos resíduos, de forma a minimizarem os riscos para a saúde pública e maximizarem, de forma sustentável, os benefícios económicos das suas riquezas.

Num país como São Tomé e Príncipe, pequeno estado insular em desenvolvimento, com riquezas ecológicas determinantes do desenvolvimento do seu turismo, deve integrar no seu sistema de ensino, desde a educação pré-escolar, a educação para a sustentabilidade. E os professores, como elementos transmissores de saberes, mas também como elementos dinamizadores e sensibilizadores das comunidades locais, como elos importantes na criação de dinâmicas sociais, têm na sua promoção um papel determinante. A importância da formação de professores, a criação de um sentimento de valorização do seu papel social no sentido de estimular a sensibilidade das crianças para a preservação dos recursos naturais, para reciclagem e reutilização dos resíduos, mas também no sentido da transmissão de regras básicas de higiene são determinantes para direccionar o país no sentido do desenvolvimento equilibrado em termos ecológicos, sociais e humanos. É a sua percepção sobre o seu papel activo na sociedade, a sua capacidade de influenciar os seus membros, e a sua percepção sobre o ecossistema envolvente que lhe determina uma função tão importante. Esta sensibilidade às questões ambientais que deve ser transmitida pela educação, é determinada pela articulação entre 3 registos ecológicos fundamentais, meio físico, relações sociais e subjectividade humana. Guattari (1990) chamou-lhe de Eco-sofia. É esta relação sistémica entre estes registos que pode determinar uma mudança de comportamentos, uma melhoria dos níveis de saúde, mas também de rendimentos. É um conceito que assume uma dimensão muito mais vasta que o de ecologia. A dimensão

ambiental está subjacente, mas o Homem necessita de ampliar a sua actuação às relações sociais e políticas. A resposta à crise ecológica exige que sejam tomadas medidas em termos mundiais, modificando as formas de estar, pensar e produzir. A maneira de viver, segundo Guattari, exige uma mudança profunda na actuação política, social e cultural, de forma a permitir uma reorientação dos objectivos da produção. Segundo este autor “não haverá verdadeira resposta a crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objectivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução devera integrar não só as relações de forças visíveis em grande escala mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo”. Será através de dinâmicas deste tipo, apontada pelo autor no início dos anos 90, que se conseguirá um reequilíbrio do Planeta. O envolvimento de todos, incluindo os professores e os decisores políticos, determinará mudanças individuais e colectivas, permitindo uma outra percepção do Mundo em que cada um está inserido, a sua relação com a Natureza e o seu contributo para esse novo equilíbrio.

Atendendo ao conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde como um “estado de bem-estar físico, psíquico e social” ou por Schaefer (1994:35) como “o estado de não apresentar doença”, o papel do professor ao alertar as crianças para comportamentos que podem interferir nesse estado e no conseqüente bem-estar é determinante na alteração de comportamentos sociais. As relações de proximidade entre professores com as comunidades, em especial com as comunidades rurais, em São Tomé e Príncipe podem, de certa forma, atenuar os constrangimentos resultantes da exiguidade de meios sanitários afectos à educação para a saúde. Comportamentos sanitários transmitidos às crianças no meio escolar podem constituir veículos do seu alastramento aos respectivos agregados familiares, embora condicionados pela disponibilidade de infra-estruturas de suporte. A educação para a saúde constitui uma peça fundamental da melhoria do estado sanitário das populações. Embora não se substitua às políticas públicas de saúde, de distribuição de água e saneamento contribui, de forma complementar mas decisiva, para alteração de comportamentos e para utilização eficaz dos meios que vão sendo disponibilizados nestes sectores. O ensino formal, os programas curriculares nem sempre compreendem itens de educação para a saúde e educação ambiental. Como áreas de carácter interdisciplinar exigem disponibilidade, sensibilidade e preparação dos professores. A sobreposição do seu papel na transmissão de saberes e a mutação de hábitos da comunidade envolvente, compreendendo-a e imprimindo-lhe novas formas de estar, exige dos professores muito mais do que é pressuposto no ensino formal das maioria dos países. Integra uma componente de não formalidade que desempenha um papel fundamental na educação ambiental e na educação para a saúde. Constitui um trabalho cooperativo, de envolvimento escola/co-

munidade. Este papel fundamental do professor na educação sanitária e ambiental exige infra-estruturas sanitárias adequadas nas escolas, logo na educação pré-escolar e no ensino primário, que permitam criar regras higiénicas que serão o embrião de novas atitudes e do seu alastramento à comunidade. Mas um elevado número de escolas em São Tomé e Príncipe não dispõe de instalações sanitárias e quando existem são precárias.

Em São Tomé e Príncipe o problema do saneamento do meio e da educação sanitária assume uma importância fundamental na preservação do ecossistema, na disponibilidade de água potável, no combate à malária e doenças diarreicas, na saúde das populações. A inexistência de políticas públicas para o saneamento ambiental e a falta de sensibilidade dos decisores políticos da importância da educação sanitária e ecológica são responsáveis pelo insucesso de alguns programas promovidos por instituições internacionais de que é de realçar os projectos de Fundação Valle Flor que se orientaram para estes sectores. Os seus projectos de construção de latrinas e fontes de água protegidas, implementados desde há cerca de 20 anos no distrito de Mé-Zochi e desde 1995 também no distrito de Cantagalo, são sintoma da importância que esta instituição tem conferido a este sector. A utilização de instalações sanitárias construídas por estes projectos para fins diversos dos seus objectivos prova a importância da educação sanitária e ambiental. Projectos mais recentes também promovidos pela mesma instituição, com financiamento maioritário do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e da Fundação Calouste Gulbenkian elegeram de novo estes sectores como fundamentais. São disso exemplo o “Projecto de Desenvolvimento Sustentável dos Cuidados Preventivos e Primários de Saúde de São Tomé e Príncipe”, com componente de saúde e saneamento (Janeiro de 2003 a Dezembro de 2004, circunscrito aos distritos de Mé-Zochi e Cantagalo), projecto “Água Pura/Vida Sã” (Outubro de 2006 a Dezembro de 2007) com ênfase no sector da água, projecto “Saúde para Todos” (Março de 2005 a Fevereiro de 2008), integrando as vertentes saúde, água e saneamento. Estes dois últimos projectos tiveram como pano de fundo toda a ilha de São Tomé, ambos direccionados para uma visão integrada da melhoria do estado sanitário das populações através de melhores cuidados de saúde, do abastecimento de água de qualidade e da criação de melhores condições de saneamento. Outros projectos implementados pela Organização Não Governamental Nuova Frontiera com financiamento da União Europeia, têm procurado melhorar as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento nas empresas agrícolas; outros financiados pelo Banco Mundial e pelo BAD parecem direccionados para as zonas peri-urbanas, nomeadamente para o Bairro de Riboque, de acordo com o PNADD (Plano Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Durável). São projectos que, se bem implementados e complementados por uma educação sanitária e ambiental, poderiam ser responsáveis pela melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Este tipo de projectos envolvem um complexo conjunto de desafios como a eficácia da utilização das infra-estruturas criadas, a organização e gestão institucionais, a interacção entre as políticas urbanas, ambientais, de saúde e de educação. Mudanças culturais e sociais, novas práticas necessariamente assumidas pelas populações são determinantes do sucesso dos projectos. A abordagem participativa terá aqui um papel fundamental. Só assim estes projectos poderão ter tradução num desenvolvimento local equilibrado, na diminuição da situação de pobreza que ainda atingia, em 2000, 54% da população (INE, 2002) e na melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento.

Fazendo uma reflexão sobre a disponibilidade de água pode considerar-se que a situação do país é desequilibrada. Apesar do seu elevado potencial, fruto da sua posição geográfica, da orografia e clima, a degradação das infra-estruturas de distribuição e captação não tem permitido fornecer às populações água de qualidade. Se na altura da independência elas eram também insuficientes, todo o processo de nacionalização das roças e posterior privatização, determinou a sua degradação, processo cuja reposição ainda não foi conseguida. Se na cidade de São Tomé é a EMAE (Empresa de Água e Energia) a responsável pela captação e distribuição, todas as dificuldades financeiras que tem atravessado não lhe têm permitido reparar os sistemas herdados da época colonial, determinando enormes perdas e contaminação da rede. Nas zonas rurais, onde a origem do abastecimento são as fontes ou os próprios rios, a sua contaminação por resíduos humanos, produtos químicos utilizados na agricultura ou no combate aos mosquitos é também importante. A tomada de consciência desta dicotomia, abundância de água/ escassez de água potável, surgiu já no início dos anos 90 quando da realização da Reunião Sectorial de Energia, Água e Saneamento, 1992, produto da Mesa Redonda para a renegociação da dívida externa. Também aqui se reconheceu a importância do envolvimento das populações no sucesso das políticas públicas. Todas as políticas, mas com destaque para as que têm um carácter sistémico, só têm sucesso se forem assumidas endogenamente. Só assim podem contribuir para melhorar de forma sustentável as condições de vida das populações.

Mais recentemente, em 2005, foi aprovada pela União Europeia a Water Facilita visando disponibilizar recursos financeiros para apoiar projectos e políticas para o sector. Neste contexto foi aprovado para o país a “Estratégia, Programação e Coordenação no Sector da Água e Saneamento” que permitirá uma avaliação global e a elaboração do Plano Director. A sua concretização, a educação ambiental, a promoção de programas e projectos sectoriais de investimento com financiamento internacional, de que os projectos promovidos pela Fundação Valle Flôr são exemplo, serão vias para ultrapassar os constrangimentos ainda existentes. Apesar de alguns já realizados, em 2003 a taxa de cobertura em água permanente e potável cifrava-se apenas em 12%, segundo responsável da Direcção Recursos

Naturais e Energia, apesar de dados da UNICEF apontarem para 80%. Julga-se que este valor traduzia a taxa de cobertura mesmo que com água não controlada. A sua falta de qualidade está, como já referido, associada também à falta de saneamento, sensibilização das populações e política sectorial. Além disso são as populações mais pobres as mais penalizadas com a dificuldade de acesso a este bem fundamental: em 2001, 49,2% da população ainda tinha que recorrer ao chafariz para obter água, 26% não tinha acesso à água e apenas 8,3% a tinha canalizada no interior da habitação (INE, 2001), situação que tinha piorado em relação a 1991. Não foi possível obter dados mais actualizados que permitissem determinar o impacto dos projectos implementados.

Quadro I - Taxa de cobertura em água

Indicadores	1991	2001
Taxa de cobertura – habitações com água no seu interior	7,3	8,3
Taxa de cobertura – habitações com água no quintal	19,8	16,5
Acesso a chafariz público	50,5	49,2
Sem acesso à água	22,4	26,0

Fonte: CARDOSO (2007: 353)

Os sistemas de saneamento, de captação e distribuição de água andam, assim, em paralelo, condicionando o bem-estar das populações e a sustentabilidade ambiental do país. A inexistência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos e a pouca atenção conferida à educação ambiental e sanitária vêm tornando a situação em São Tomé e Príncipe ecologicamente insustentável. Dados do Censo de 2001 indicam que 82,4% das habitações estavam desprovidas de qualquer sistema de esgotos sendo os resíduos humanos e domésticos espalhados na Natureza em redor das habitações. Se esta situação era comum no mundo rural era também uma realidade nas zonas urbanas de menor dimensão e na cidade de São Tomé em todo o espaço que fosse para além da sua parte mais central. Nesta, a única zona do país com rede de saneamento, a taxa de cobertura cifrava-se em 2001 em 17,6%, menor que a de 1991 quando atingia 22,4% (INE, 2001). Mesmo na zona onde havia sistema de recolha de águas residuais estas eram direccionadas para as praias que bordejam a cidade. Embora não se tenham conseguido dados mais recentes, espera-se que os investimentos posteriores a esta data tenham ajudado a ultrapassar estes constrangimentos.

Quadro 2 - Indicadores de saneamento

Indicadores	1991	2001
Acesso a casa de banho/retrete	18,8	16,6
Acesso a latrina	2,6	8,4
Sem acesso a qualquer meio sanitário	78,6	75,0
Ligação ao sistema de esgotos públicos	1,4	4,1
Ligação a fossas sépticas	21,0	13,5
Sem ligação a qualquer meio de escoamento	77,6	82,4

Fonte: CARDOSO (2007: 356)

A educação sanitária e ambiental assume-se como fundamental à eliminação destes constrangimentos em água e saneamento e que são determinantes da diminuição da mortalidade geral e infantil, da diminuição consistente da incidência da malária verificada nos últimos anos e das doenças diarreicas agudas, do aumento do turismo, uma das apostas de desenvolvimento do país e do nível de desenvolvimento humano. Se bem que existem outros constrangimentos que afectam a saúde das populações e contribuem para indicadores sanitários não muito favoráveis (taxas de mortalidade e esperança de vida), o saneamento do meio, a educação ambiental e para a saúde são determinantes. A disparidade dos valores disponíveis segundo a fonte, não permitem ter uma percepção precisa da evolução daqueles indicadores, mas parece ter havido uma evolução positiva nos últimos anos: a esperança de vida subiu, após uma queda a partir de 1992, e as taxas de mortalidade geral e infantil também tiveram evolução favorável.

Quadro 3 - Indicadores de saúde

Indicadores	1992	1994	1998	2000	2003	2006
Taxa de mortalidade	8,7	8,1	7,7	7,5	8,1	7,3
Taxa de mortalidade infantil	66,3	79,9	66,8	63,5	75,0	43,9
Esperança de vida	64,2	63,9	63,9	63,9	63,0	66,0

Fonte: Cardoso, Manuela (2007), p.348, INE-STP (2006), p.10.

É uma reflexão sobre as vias para uma melhor gestão do meio natural que permitirá criar políticas consistentes e alterar comportamentos orientados para a eliminação dos graves problemas sanitários com que o país se confronta e de que a malária é apenas um

dos efeitos mais visíveis. Novas atitudes devem ser criadas através do processo educativo formal mas também da educação informal, através de estratégias participativas em que cada elemento da comunidade assuma a importância da mudança no aumento da sua qualidade de vida. A aprendizagem só será efectiva se forem sentidos os seus efeitos. Em São Tomé e Príncipe a melhoria do estado sanitário das populações, um dos problemas com que o país se confronta, passará pela educação ambiental e sanitária, pelo reconhecimento da importância da água e da sua preservação, pela maior atenção ao tratamento dos resíduos, pela alteração de comportamentos e de políticas públicas bem definidas, continuadas e aplicadas. Projectos exógenos terão efeitos pontuais e passageiros. A alteração de políticas e comportamentos é muito mais exigente e passará pela sua endogeneização.

Referências bibliográficas:

- CARDOSO (2007). Manuela, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento, Edições Afrontamento, Porto.
- CARVALHO, I.C. (1992). «Educação, meio ambiente e acção política». in: ASCELARD, H. (Org) Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE.
- CARVALHO, Sibila (2006). «Práticas Escolares na Perspectiva da Ecosofia» in Logos, nº14, Brasil.
- FUNDAÇÃO VALLE FLOR, Projectos concluídos e em curso.
- GIORDAN, A., (1994). «Basics for an education for sustainable development» in: A Call for Action. Environmental Education Now and for a Sustainable Future Tsukuba Shuppankai.
- GUATTARI, F., (1990). As Três Ecologias. Campinas: Papirus Editora.
- INE-STP (2001). Recenseamento Geral da População e Habitação, RDSTP.
- INE-STP (2002). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- INE-STP (2002). Profil de la Pauvreté de la République d e São Tomé e Príncipe, STP.
- INE-STP (2003). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- INE-STP (2006). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- SCHAEFER, G. (1994). «The relation of aesthetics and cognition in environmental education» In: A Call for Action. Environmental Education Now and for a Sustainable Future, Tsukuba Shuppankai.
- VARGAS, Liliana (2005). «Educação ambiental: a base para uma acção político-transformadora da sociedade» in Revista Electrónica do Mestrado em Educação Ambiental, Vol.15, Brasil.

Agenda21 Escolar: um projecto educativo; da responsabilidade individual ao compromisso colectivo.

Joaquim Ramos Pinto¹ (Centro de Estudos Africanos/ISCTE, Nerea-Investiga)

I. Participação social: Um enfoque educativo - ambiental

Na última década tem estado na ordem do dia a importância da participação enquanto orientação de políticas ou como processo educativo para a resolução e minimização de problemas ambientais. A inclusão do termo participação na definição de programas de desenvolvimento local, tem vindo a tornar-se um elemento básico de qualquer documento ou declaração oficial. Uma das razões para tal, é que o grande número de experiências realizado tem vindo a comprovar que os processos participativos sugerem mais êxito, portanto, melhores resultados, do que os programas excessivamente tecnocratas (Heras, 2002).

“Partilhando objectivos, experiências e responsabilidades, as pessoas e organizações estabelecem ligações que perduram para além de um projecto concreto e que podem dar lugar a redes úteis para investir em novas iniciativas pro-ambientais. A participação favorece a construção de uma comunidade viva, integradora, comunicativa respeitadora e responsável, com capacidade de dar forma ao seu futuro” fomentando, desta forma, a integração social (Heras, 2002: 14). No entanto, como refere ainda Heras (1996: 23), necessitamos de uma aprendizagem sobre participação, uma vez que “não existe o cromossoma da participação”. Com isto pretende dizer-se que, como seres sociais e sociáveis, não implica, necessariamente, que a nossa socialização nos conduza à participação social. Para que a participação possa converter-se num instrumento para a construção de uma cidadania comprometida não é suficiente o querer e poder participar, é preciso, também, saber fazê-lo. Nas três dimensões, querer, poder e saber, a educação pode ter um papel importante.

Entender os processos participativos como processos educativos perante a problemática ambiental obriga-nos a trabalhar os aspectos do processo e não para os fins. Nesta perspectiva, mais do que as leis ou imposições, são importantes novas formas de gestão democrática, as quais devem incluir a educação ambiental como potenciadora de uma nova consciência crítica e emancipadora por parte dos cidadãos.

¹ Membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela FCT, “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE, coordenado por Brígida Rocha Brito, constituída por Nuno Alarcão, Joana Marques e Bastien Loloum. Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Santiago de Compostela. Doutorando em Educação Ambiental (Universidade de Santiago de Compostela). Presidente da Direcção da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental.

De acordo com Caride e Meira (2004: 10), para conseguirmos uma “formação integral e contínua de todas as pessoas, dando a cada uma delas a oportunidade de participarem activamente e de forma plena num projecto de sociedade” é necessário uma “educação capaz de suscitar mudanças nas mentalidades, atitudes, saberes, condutas, etc., que desafie pessoas e comunidades na exigência de harmonizar o seu «mundo vivido» com as modificações científicas, tecnológicas, económicas, culturais, ambientais, etc., nas quais se expressa a modernidade tardia ou avançada – segundo o olhar mais ou menos crítico – com todas as suas variantes pós-modernas, incluindo o «mundo por viver».”

Neste contexto enquadrado por “compromissos explícitos com a integridade dos sistemas ecológicos e construção de um mundo mais justo, ético e com harmonia, situa-se a educação ambiental como proposta e resposta educativa para um desenvolvimento que prevê um presente/futuro sustentável; (...)”. “A educação ambiental, cremos, é uma oportunidade, entre outras, para que seja exequível assentar a educação e a sociedade sobre novas bases filosóficas, epistemológicas e antropológicas: criadora e impulsionadora de novos pontos de vista e estratégias no diálogo educação-ambiente, inspiradora de novos conteúdos e métodos pedagógicos, geradora de iniciativas solidárias e de responsabilidades partilhadas, promotora de coesão e integração social, garante de direitos e liberdades cívicas, possibilitando uma ética ecológica biocêntrica, etc.” (Caride e Meira, 2004: 12,16-17).

Se a educação tem como finalidade contribuir para o exercício da cidadania e para o espírito crítico dos cidadãos, dando-lhes a possibilidade de melhorarem a qualidade do nosso domicílio da vida, de acordo com Sauvé (2003), e, se por outro lado, como refere Meira (2000), a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade depende tanto da restauração das capacidades sociais, económicas, políticas e culturais potencializadoras do desenvolvimento endógeno, como da compreensão e do manejo das possibilidades e dos limites que estabelece o ambiente para garantir a satisfação adequada das necessidades básicas a médio e longo prazo é importante que as políticas educativas se enquadrem em marcos estratégicos integrais devendo contemplar a dimensão educativo-ambiental como um dos seus principais eixos transversais.

Constituindo a comunidade educativa um modelo simplificado da sociedade é o local privilegiado para promover uma educação para a cidadania ambiental² e, consequentemente, um lugar de referência para o desenvolvimento de estratégias que promovam o respeito pelos princípios da sustentabilidade local, no âmbito da comunidade educativa, devendo ter em conta as solicitações do exterior onde as crianças e os jovens começam a definir as suas orientações e áreas de intervenção. Deve a escola, desta forma, apelar para

2 Cf. os Decretos-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, nº 286/1989, de 29 de Agosto e o Despacho 142/ME/90.

uma intervenção crítica por parte dos jovens e apelar para a aplicação dos princípios da Agenda21 em contexto escolar. (Pinto e Meira, 2003)

Refere, ainda, Ruivo (2002), citando Friedman (1996), que a criação de redes em contexto local poderão beneficiar o desenvolvimento de uma política social mais autónoma numa perspectiva de *empowerment*, em que o poder deixa de estar centralizado num órgão representativo e passa pela participação e cidadania dos sujeitos e comunidades envolvidas, do que a eles diz respeito. Nesta perspectiva, democracia participativa não significa que nos encontramos perante a capacidade de descentralizar os serviços mas sim descentralizar a tomada de decisão e a respectiva capacidade executiva. Desta ideia resulta a necessidade de se trabalhar com as pessoas as capacidades de decidir e executar.

2. Do compromisso Municipal ao compromisso escolar

Reconhecendo a necessidade urgente de se criarem compromissos (ambientais, sociais, culturais, económicos) que sejam assumidos pelos órgãos de gestão das escolas e pelos agentes sociais e políticos, representativos a nível do município, tem-se verificado em Portugal a aplicação da Agenda 21 em contexto escolar apesar, ainda, de uma forma muito tímida. Os compromissos, assumidos pelas autarquias e escolas que avançam para um processo de Agenda21 Escolar (A21E), pressupõem que todos os cidadãos, entidades públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais, incorporem e fomentem estratégias inovadoras de sustentabilidade e decidam que acções, aplicadas no contexto educativo, se comprometem realizar para melhorar o modelo de vida da comunidade educativa e que contribuam para a sustentabilidade da mesma. Propõe-se, desta forma, a criação de uma estrutura organizativa que possa criar as bases de apoio sólido à implementação da A21E e possa igualmente dar respostas às necessidades de todos os agentes sociais envolvidos e, de acordo com os princípios da Agenda21, o fortalecimento do papel de grupos principais, tais como: mulheres, jovens, ONGs, sindicatos, comunidade científica, grupos minoritários.

O Fórum Permanente da A21EA é constituído por organizações e indivíduos da comunidade educativa que reúne duas vezes ao ano para identificar prioridade e legitimar a acção ao nível das políticas do município. Por outro lado avaliará a implementação das medidas que tiveram como base um processo de decisão democrática. A Coordenação Executiva, constituída por representantes da autarquia, ONG e Escolas, tem um papel importante na coordenação e operacionalização das acções ao nível municipal. Terá um papel importante na articulação de actividades de intercâmbio e na assessoria aos projectos escolares ou de agrupamento. As Mesas Permanentes da A21EA, compostas por grupos de actores da comunidade educativa terão funções específicas de acordo com orientações

do Fórum Permanente ou de acordo com necessidades sentidas para assegurar áreas de actuação e funcionamento, como por exemplo: acompanhamento e avaliação; dinamização e coordenação de círculos de estudo; promoção de acções de formação de acordo com as necessidades sentidas pelos diferentes grupos da comunidade educativa: professores, alunos, auxiliares e pessoal administrativo, alunos e outros; integração social de grupos minoritários, implicando-os no processo.

As Comissões de Trabalho são grupos, também constituídos por actores da comunidade educativa, com actividade autónoma para dar respostas a necessidades ou interesses de colectivos, apoio a projectos ou articulação com a comissão executiva para acções de intercâmbio, comunicação e difusão, tais como: o fórum infantil; a Assembleia de Jovens; comunicação (Folha informativa); a Rede Municipal da Agenda21 Escolar (lista de discussão); e outros por sugestão do Fórum Permanente.

A implicação dos órgãos de gestão das escolas tem especial relevância neste processo que deve levar a repensar a filosofia ambiental da Escola, assumindo compromissos, através de linhas orientadoras no projecto educativo, de forma a tornar possíveis as melhores soluções sócio-ambientais no contexto escolar e meio envolvente, em primeiro lugar, pelo papel que desenvolvem a nível do conhecimento e compreensão da realidade e, por outro lado, porque a comunidade educativa constitui, como já referido, um modelo simplificado de sociedade no qual é possível avaliar processos e soluções em pequena escala. A escola é um lugar privilegiado onde se pode promover e experimentar estratégias que tenham, em si mesmas, um extraordinário valor educativo para viver de acordo com os princípios de sustentabilidade.

3. Por uma comunidade educativa crítica e (des)construtiva

Por sua vez Costa (2003) apresenta-nos os pressupostos teóricos que têm como requisitos a participação, a estratégia e a liderança, na construção de projectos educativos nas escolas. “A valorização da dimensão individual do ser humano, da sua autonomia e das suas capacidades como autor do seu próprio destino, as exigências sociais de criatividade e de inovação, os intentos de intervir no futuro e de o conter dentro dos limites previsíveis transformaram o projecto em símbolo da modernidade e os projectos numa das marcas da sociedade contemporânea nas mais diversas áreas de actividade.” (Costa, 2003)

Também na educação, em geral e, nas escolas em particular, a metodologia de projectos tem vindo a assumir um peso cada vez maior na concepção, planificação e de realização de diversas actividades em distintos níveis do seu funcionamento. Para isso, tornou-se fundamental o progressivo entendimento das escolas como organizações dotadas de significativas margens de autonomia, como espaços onde educadores e educandos (tendo

como parceiros imprescindíveis os restantes membros da comunidade educativa: auxiliares da acção educativa e pessoal administrativo, pais, representantes do poder local, representantes da sociedade civil nomeadamente associações locais e sector económico) devem assumir uma postura crítica, criativa e interventora, traduzida na definição e implementação de actividades que lhes interessem e sejam localmente significativas. Estamos a reportar-nos a um modelo pedagógico que reconhece que o aluno é co-construtor do seu processo de aprendizagem, a uma concepção do professor que, como profissional, assume-se como agente de inovação e mudança, e as escolas entendidas como unidades organizacionais de decisão.

Na realidade portuguesa, as escolas, comunidade educativa, contam com uma diversidade de iniciativas, actividades e programas de acção que se apresentam sob a designação de projectos. Estes poderão ser ao nível da intervenção de toda a escola, o projecto educativo de escola, ou de âmbito sectorial ou temático, o projecto pedagógico, e que, por sua vez, podem ser da turma ou da disciplina, podem ter uma abrangência interdisciplinar ou transversal cruzando diversas valências e intervenientes da escolas, podendo situar-se entre os projectos de diferenciação pedagógica ou de currículos alternativos, até projectos de intervenção comunitária, onde, em muitos casos, surgem os projectos de educação ambiental.

Dada a necessidade de articulação entre os projectos pedagógicos e os projectos educativos de escola, consideramos oportuna a forma como Costa (2003) nos apresenta os pressupostos teóricos que têm como requisitos a participação, a estratégia e a liderança, na construção de projectos educativos de escola, de forma a tornar a escola autónoma, participada e localmente integrada.

4. Finalidades da Agenda21 Escolar (A21E)

A A21E deve constituir um plano de acção estruturado, não devendo ser um conjunto de acções desarticuladas, e muito prático orientado para a resolução dos problemas sócio-ambientais da comunidade educativa, de acordo com as prioridades definidas no âmbito do diagnóstico efectuado. A A21E deve ter como base problemas identificados a nível local e não problemas distantes, reflectindo, naturalmente, que esses problemas poderão traduzir-se em problemas globais ou poderão ser resultado de outros problemas globais. A A21E deve implicar os diferentes actores sociais, co-responsabilizando-se no processo de construção da sustentabilidade a nível local. A A21E deve promover o respeito pelos princípios de sustentabilidade, devendo ter em conta as solicitações do exterior onde as crianças e os jovens começam a definir as suas orientações e áreas de intervenção. Deve a escola, desta forma, apelar para uma intervenção crítica por parte dos jovens e apelar para a aplicação dos princípios da A21 em contexto escolar.

5. Fases da Agenda21 Escolar

1. Fase de Planeamento / Operacionalização³

No processo de implementação da Agenda21 Escolar, considera-se importante uma fase de planeamento que consiste, num primeiro período, promover a discussão e participação, onde o maior número de actores sociais representativos das comunidades educativas devem intervir, definindo as linhas estratégicas e o rumo que deverá ser assumido a nível político pela autarquia e pelos órgãos de gestão das escolas, de forma a poderem dar respostas a projectos no âmbito da aplicação da Agenda21 a nível local e em contexto escolar. Num segundo período desta fase é necessário amadurecer, consolidar e sistematizar todo o trabalho de pesquisa e documental criado a partir da participação de todos os intervenientes, de forma a criar uma estrutura sólida capaz de dar as respostas adequadas e oportunas às escolas, comunidade educativa, comunidade científica, aquando da implementação do Plano de Acção.

Este é um projecto de investigação-acção em que, como afirmam Caride e Meira (1995: 138) insiste-se em que são precisas perspectivas metodológicas que captem as realidades educativas na sua complexidade, tal qual como se apresentam, com todas as suas particularidades e concreções, evitando formulações simplificadoras, abstractas e intelectualizadas. Neste sentido, considera-se que a mesma complexidade da educação deverá propiciar a complementaridade dos paradigmas, favorecendo a integração de diversas estratégias e procedimentos de investigação com o objectivo de obtenção de graus de abertura e de uma pluralidade conformes com a caracterização das próprias realidades educativas.

2. Fase de Implementação⁴

Motivação

Suscitar o compromisso e participação da comunidade educativa.

Reflexão

Repensar a filosofia ambiental da Escola / Agrupamento de Escolas.

Diagnóstico

Identificar problemas ambientais e elaboração de um diagnóstico ambiental em diferentes aspectos da vida escolar: conteúdos, metodologia, contexto; Diagnóstico do clima social da Escola; Diagnóstico dos aspectos físicos e funcionais da Escola.

³ Não pense aplicar uma Agenda 21 Escolar sozinho nem, tão pouco, amanhã.

⁴ Baseado na Agenda21 Escolar de Barcelona

Plano de Acção

Elaboração e desenvolvimento de um plano de acção: Definir prioridades de acordo com os problemas identificados e tendo em conta o âmbito das suas abordagens no âmbito dos conteúdos curriculares, estratégias de ensino, exequibilidade, etc.

Alguns aspectos a serem considerados na estrutura do plano de acção: objectivos; benefícios esperados; recursos humanos; recursos materiais; recursos financeiros; oportunidades / dificuldades; calendarização; etc.

Avaliação

Avaliação do processo (por cada fase) e resultados, tendo em conta a participação, a gestão e o currículo.

6. A participação como garante de processos democráticos na educação

A análise de alguns estudos sobre a efectividade da participação, levada a cabo por diferentes autores, e os resultados do trabalho de investigação desenvolvido por Ramos Pinto (2004) mostram que os processos educativos e os princípios do sustentabilidade local são tanto mais explícitos quanto mais se implicam os actores-chave (pessoas e entidades que têm interesses legítimos) no planeamento e na execução dos projectos. Esta apreciação é essencialmente visível onde se requer uma alteração fundamental no comportamento da comunidade para que se possam atingir os objectivos previstos. Nestes casos, a participação alimenta um processo que facilita o desenvolvimento de sociedades sustentáveis e a consolidação da democracia no mundo. Os benefícios da participação dos diferentes actores sociais compreendem novos desafios por parte dos órgãos de gestão autárquica e da escola e contribuem para:

- a afirmação do valor intrínseco da participação e o reforço da legitimidade dos processos e dos resultados das políticas educativas;
- o aumento do sentido de apropriação dos interessados pelos programas de educação ambiental, assim como a sua disposição para partilhar custos e manter os benefícios;
- melhor planeamento, maior eficiência e conhecimento do problema a partir dos interesses e ideias do maior número de interessados;
- melhor conexão entre as capacidades humanas e os investimentos ao nível dos recursos físicos, materiais e financeiros;
- maior transparência, mais responsabilidade e funcionamento mais ágil das instituições;
- maior fluxo de informação e de contributos nos processos de tomada de decisão;

- equidade e maiores benefícios para as pessoas de escassos recursos e grupos minoritários;
- fortalecimento das capacidades dos agentes como consequência do seu envolvimento nos processos de políticas de ambiente e educação ambiental.

Os novos desafios devem entender a participação como um processo educativo que contemple o trabalho tanto para a construção do percurso como para o benefício de determinados fins. Mais do que a imposição de Leis, normativas ou comportamentos, é importante o estabelecimento de novas formas de redes que estabeleçam relações entre o estado, sociedade civil e poder local. Assim, uma política educação que compreenda uma Escola Democrática requer que se entenda o processo participativo como exigência à colocação em prática das relações simétricas e horizontais entre os actores sociais e da consideração das suas percepções, vivências e representações do próprio processo.

7. Considerações Finais

Apesar de todo o empenho e compromisso das Organizações Não Governamentais e algumas autarquias, não se tem verificado, por parte dos governos sucessivos dos últimos anos, em Portugal, e do Ministério da Educação, em particular, um empenho efectivo e um compromisso para a criação de condições que favoreçam a implementação da Agenda21 Escolar, quer seja através da política educativa ou de programas de apoio financeiro a projectos escolares de Educação Ambiental. Por outro lado, a implicação dos órgãos de gestão das escolas tem especial relevância neste processo que deve levar a repensar a filosofia ambiental da escola, assumindo compromissos, através de linhas orientadoras no projecto educativo, de forma a tornar possíveis as melhores soluções sócio-ambientais no contexto escolar e meio envolvente; em primeiro lugar pelo papel que desenvolvem a nível do conhecimento e compreensão da realidade e, por outro lado, porque a comunidade educativa constitui um modelo simplificado de sociedade no qual é possível avaliar processos e soluções em pequena escala. Se a educação tem como finalidade contribuir para o exercício da cidadania e para o espírito crítico dos cidadãos, dando-lhes a possibilidade de melhorarem a sua qualidade de vida, é importante que os programas educativos e projectos curriculares se enquadrem em marcos estratégicos devendo contemplar a dimensão ambiental e educativo-ambiental como um dos seus principais eixos transversais. “A melhoria da qualidade de vida de uma comunidade depende tanto da restauração das capacidades sociais, económicas, políticas e culturais para potenciar o desenvolvimento endógeno, como da compreensão e do manejo das possibilidades e dos limites que estabelece o ambiente para garantir a satisfação adequada das necessidades básicas a médio e longo prazo” (Cartea, 2000).

Bibliografia

- CARIDE, J. A., MEIRA, P.A. (1995). “A perspectiva ecológica: referências para o conhecimento e a praxis educativa”, in DIAS, A.(org). Novas metodologias em educação. Porto, Porto Editora.
- CARIDE, J. A. e MEIRA, P. A. (2004). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Instituto Piaget, Lisboa.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1993). Actas do colóquio sobre educação ambiental. Lisboa, CNE.
- Constituição da República Portuguesa (2003). As 6 versões após o 25 de Abril. Porto, Porto Editora.
- Decreto-Lei n.º 286/1989, de 29 de Agosto, institucionalização da Área-Escola.
- Despacho 142/ME/90, plano de concretização da Área-Escola e respectivo modelo organizativo.
- EVANGELISTA, J. (1992). Razão e Provir da Educação Ambiental. Lisboa, INAMB.
- Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87 de 7 de Abril.
- Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.
- MEIRA, P. (2000). La educación ambiental, en el escenario de la globalización, in Actas Nuevas Propuestas para la acción. Reunión internacional de expertos en educación ambiental. Xunta de Galicia, UNESCO.
- RAMOS-PINTO, J. e MEIRA, P. (2003). “Educación Ambiental y Diversidad Cultural - Procesos de participación social en la Agenda21 Escolar como estrategias para la Sostenibilidad”, CD-ROM, Actas do IV Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Centro de Congresos de Habana.
- RAMOS-PINTO, J. (2004). “Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais acções” in Educação, Sociedade & Culturas. Porto. 21.
- RAMOS PINTO, J. (2006). “De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos” in AmbientalMente Sustentable, Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental. Corunha. Volume 1, números 1 e 2.
- SAUVÉ, L. e ORELLANA, I. (2003). A formação continuada de professores em educação ambiental: A proposta do EDAMAZ in SANTOS, J.E. e SATO, M.. A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. Rima Editora. Brasil.
- TEIXEIRA, F. (2003). Educação Ambiental em Portugal: etapas, protagonistas e referências básicas. Lisboa, LPN.

Conhecer para (Des)envolver: vivências da ruralidade num contexto insular

Eva Vidal; Ana Cristina Palos; António Rodrigues (Departamento de Ciências da Educação e Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, Campus de Angra do Heroísmo)

Introdução

Sabemos que em Portugal o mundo rural está ainda muito associado à actividade agrícola e a um certo subdesenvolvimento em termos sociais e económicos, mesmo no contexto das sociedades informacionais em que hoje vivemos. Não obstante, a modernização ocorrida nas últimas décadas (abertura de vias rodoviárias e de comunicação) torna os espaços rurais mais permeáveis a influências culturais e a sua integração em circuitos de maior mobilidade que favorecem a ligação com outros locais (Peixoto, 2004). As mudanças na sociedade global atingiram o rural não apenas na estrutura produtiva, por acentuadas transformações no trabalho agrícola e doméstico e uso do espaço, mas também se repercutiram no quadro de vida das suas populações, determinando profundas mudanças ajustadas a novas concepções e modos de viver, em que os saberes se modificaram, bem como os ritos e as sociabilidades.

Na actualidade, tende a prevalecer a conceptualização do rural como espaço que é necessário integrar e valorizar o que parece corresponder à (re)descoberta do mundo rural como reserva de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais únicas (CCE, 1988; Figueiredo, 2003). Vislumbra-se, no espaço rural, o palco possível para uma nova qualidade de vida e a sua revitalização pode ser pensada como estratégia para redireccionar o desenvolvimento. Este redireccionamento acentua a tendência para a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural que é socialmente construída a partir da ideia de património (Ferrão, 2000) que converge, segundo este autor, para (1) um movimento de renaturalização (conservação e protecção da natureza); (2) a procura de autenticidade (valorização de memórias e identidades materializadas nos patrimónios históricos e culturais) e (3) mercantilização das paisagens (valorização do rural para actividades de turismo e de lazer).

Tal significa que, se no passado se desencadeavam, nos territórios rurais, processos de saída ou repulsão das suas populações, atraídas pelo modo de vida urbano, na actualidade parece estar a acontecer uma inversão deste sentido, constituindo os centros urbanos pólos de repulsão de alguns sectores populacionais que reconquistam o campo (apesar

de este movimento ser, obviamente, menos massificado do que o anterior). Este processo é qualificado por Mormont (1984) como um processo de redefinição do rural no espaço social: “de espaço produtivo passa a espaço simbólico, de espaço do passado a espaço alternativo, de espaço de onde se vem a espaço para onde se vai.” Baptista (2001: 41) realça que “a descoberta dos prazeres da natureza e das tradições rurais por largos sectores da população urbana é recente [visita e fruição das paisagens e dos patrimónios cultural e arquitectónico e também segundas habitações]. Paralelamente, largas camadas urbanas despertam para as dimensões ambientais e ganham um crescente interesse pelo território agora visto como um repositório da natureza e da harmonia.”

I. O contexto em estudo e os pressupostos do olhar do investigador

A problemática do desenvolvimento rural, e mais propriamente no que concerne ao espaço local da freguesia do Raminho, representou uma das preocupações que acompanhou uma pesquisa, exploratória e descritiva, realizada em 2007. Foram aplicadas entrevistas, a alguns residentes e novos residentes, direccionadas para a apreensão das suas perspectivas acerca do local, em múltiplas dimensões.

A freguesia do Raminho está localizada no extremo oeste-noroeste da ilha Terceira, do arquipélago dos Açores, Portugal. Tem uma área administrativa de 11,25 Km² e uma altitude média de cerca de 130 metros. Encontra-se a vinte e sete quilómetros da sede de concelho de Angra do Heroísmo, sendo aquela que mais dista, em termos de acessibilidades, dos centros urbanos da ilha (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória). De acordo com os resultados dos últimos censos de 2001, o Raminho tinha uma população residente de 550 habitantes. Desde 1900 que a freguesia apresenta quebras populacionais. Entre 1981 e 2001, ocorreu uma redução de 17% da população residente, o que, em termos absolutos, representa a perda de 113 pessoas. Ao compararmos o cenário ocorrido no Raminho, verificamos que, de 1900 a esta parte, a freguesia contrariou a tendência verificada no concelho e na ilha em que a variação da população residente é positiva.

A taxa de analfabetismo verificada na freguesia supera a do concelho, tendo aumentado ligeiramente entre 1991 e 2001. Apenas 7,5 % da população possui o ensino secundário completo, contra cerca de 78% que possui o ensino básico. Numa freguesia onde predomina a faixa etária dos 25-64 anos, existe um baixo nível de qualificações da população. Também se verifica um crescimento, embora pouco significativo, da população que frequenta o ensino universitário e que representa 2,4% da população. O sector primário que integrava, em 1991, 54,2 % da população já só empregava, em 2001, 25,2% dessa população. Por outro lado, o sector secundário e terciário ganham uma importância acrescida na estrutura do emprego da população activa local. Enquanto na ilha e no concelho não

se verifica, nesta década, uma mudança da estrutura do emprego da população activa, no Raminho essa mudança é bastante notória. Apesar da perda do peso verificada no sector primário, a Agro-pecuária permanece com uma importância incontornável, com 25% da população activa empregada, seguindo-se a Construção com 19%, e os Serviços Públicos, com 17%. Estes três sectores de actividade representam, em conjunto, 125 empregos, cerca de 61% da população activa empregada.

A assunção do papel de investigador neste contexto conflituou com o papel, previamente assumido, de actor-participante nos processos sociais, uma vez que, durante alguns anos, exercemos funções docentes numa escola desta freguesia.

A ideia de desenvolvimento rural que preconizávamos para esta comunidade em concreto, numa fase inicial, inscrevia-se na linha de alguns modelos de análise utilizados na descrição e na interpretação das transformações dos espaços rurais, que apelam para uma noção de desenvolvimento que admite a hegemonia de um modelo urbano, industrial e moderno que comanda a transformação do meio rural segundo uma lógica de modernização, industrialização da agricultura e de metamorfose da cultura local por via da difusão tecnológica e dos valores urbanos. A ênfase na dimensão económica desse desenvolvimento conduzia-nos a erigir como problemas locais os que relevavam da ausência de emprego local, numa estrutura económica predominante baseada na agro-pecuária e na exploração leiteira, ou outros problemas sociais decorrentes, por exemplo, da elevada taxa de analfabetismo da população e da existência de absentismo escolar. Os dados estatísticos disponíveis indicavam-nos, precisamente, uma tendência demográfica recessiva, baixos níveis de qualificação ou formação da população, ou a alteração da estrutura de emprego sinalizada pela importância acrescida que os sectores secundário e terciário assumem em detrimento do sector primário.

Reconhecíamos, contudo, algumas potencialidades a este contexto: a par de uma preservação do património natural, geomorfológico e cultural ainda muito marcada, era também manifesta a capacidade de mobilização dos movimentos associativos locais, de cariz social e cultural, materializada na extrema diversidade de grupos locais. Era particularmente notória, também, a persistência de traços comunitários e de valores marcados pela entreajuda, a união e a solidariedade intergeracional. Salientávamos, na leitura da realidade do Raminho, um conjunto de contradições; admitíamos, por um lado, a capacidade de mobilização e iniciativa dos habitantes em torno de manifestações culturais ancestrais, mas por outro, registávamos a sua desvalorização dos problemas económicos e sociais locais como inércia, passividade e alheamento. Conotámos estas posturas com subdesenvolvimento e resistência à mudança, como se tivessem desistido de se desenvolverem ou parado no tempo, porque, de uma forma prepositiva, pensávamos que o desenvolvimento

local passaria por introduzir uma lógica de modernização e industrialização na agricultura e por uma aposta de investimento nas potencialidades turísticas deste local.

À medida que íamos discutindo os quadros conceptuais, cruzando-os com os dados empíricos provenientes das entrevistas exploratórias a informantes privilegiados da freguesia, evidenciava-se a necessidade de procedermos a uma abordagem sistémica da realidade que, simultaneamente, nos induzia a desfazer os pressupostos com que pensávamos este contexto empírico. A realização desta pesquisa permitiu-nos reconhecer que o processo de desenvolvimento rural não pode “progredir sem a vontade e as iniciativas locais. Trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza à realização de projectos indutores de progresso” (Kayser, 1990, citado em Figueiredo, 2003). O local é um elemento essencial para compreender transformações e intervir sobre elas (Figueiredo, 2003; Reis e Lima, 1998; Amaro, 1996, 2001), ou seja, agir sobre os problemas e promover a sua requalificação.

2. Em busca de um modelo de desenvolvimento local participado

O desenvolvimento rural começa a ser crescentemente pensado como local, integrado e endógeno, a partir dos anos oitenta. “Através de programas de animação específicos, procura-se o envolvimento, a participação e o compromisso com os actores locais para que estes, por vontade colectiva, definam ou venham a aceitar estratégias de reorganização do espaço rural” (Reis & Lima, 1998). A diversidade e especificidade de potencialidades e de problemas que o espaço rural engloba determinam também funções e abordagens diferenciadas, daí que seja extremamente relevante a consideração de uma multiplicidade de aspectos nos processos de tomada de decisões. Hespanha (2003) acentua que os processos de planeamento do desenvolvimento para as áreas rurais devem configurar importantes e renovados desafios a nível social, político e económico. Um dos aspectos a considerar nesses processos de planeamento passa, na nossa perspectiva, pelo reconhecimento dos modos de vida e pela valorização dos valores socioculturais locais, entendidos enquanto marcas que perduram no tempo e que constituem importantes factores de construção das identidades sócio-espaciais.

3. A valorização ideológica do meio rural e dos seus modos de vida

No caso específico da freguesia, e de acordo com os conteúdos indicados pela amostra da população, a organização e o tipo de relações estabelecidas localmente apresentam ainda traços comunitários e valores tradicionalmente reconhecidos como sendo característicos do mundo rural. Um desses valores remete para o interconhecimento, tal como é qualificado por Mendras (1978: 87) “que assinala uma forma particular de organização da

sociabilidade” e que valida “um acordo ideológico completo de todos os seus membros, que partilham a mesma visão do mundo, o mesmo sistema de valores” (idem: 94). Efectivamente, os depoimentos recolhidos habilitam-nos a defender que esta forma particular da estrutura das relações sociais ainda se evidencia na localidade.

O interconhecimento surge como uma das principais características referida por pouco mais de metade dos entrevistados que evidenciaram como a característica mais positiva dos habitantes e está também presente na descrição acerca das relações que se criam entre eles. Considera-se, por isso, a importância das relações de interconhecimento na configuração dos processos sociais que simultaneamente correspondem também à especificidade do espaço social da freguesia do Raminho: “Aquelas pessoas que são mesmo de cá é quase como uma família, somos todos uns com os outros.” (Carpinteiro, 40 anos), como se o lar fosse o Raminho: “É uma freguesia pequena, unida e ao mesmo tempo sentimo-nos como se estivéssemos em casa” (Assalariado Agrícola, 22 anos).

A hospitalidade e a capacidade de acolher bem as pessoas são, para 50% dos participantes no estudo, igualmente valores reconhecidos ao Raminho, evidente no discurso de um dos entrevistados: “Isso acho que é das principais qualidades que o Raminho tem, é ser acolhedor. Esta é capaz de ser a principal qualidade que a freguesia tem, é o facto de acolher bem as pessoas (...)” (Estudante, 24 anos). A entreaajuda e as relações de amizade constituem, para mais de metade dos entrevistados, categorias prevaletentes embora menos intensamente do que no passado “Agora, o Raminho, se a pessoa for de boa fé (...) o que eu acho pessoalmente, as pessoas abrem-se e conversam e ajudam no que for preciso e, pronto, acho que isso é que marca mais as pessoas do Raminho, a abertura e a boa vontade de ajudarem no que for preciso, principalmente as pessoas mais velhas (...) a entreaajuda, isso ainda se consegue conservar (...) a boa vontade de ajudarem no que for preciso. Eu valorizo cada vez mais o Raminho pelo espírito de entreaajuda que ainda há entre os habitantes, embora cada vez se esteja a perder mais. Cá ainda existe.” (Engenheiro do Ambiente, 31 anos).

A análise da situação social concreta da freguesia do Raminho faz acreditar na alteração de formas tradicionais da entreaajuda e de vizinhança, mas não o seu desaparecimento; de facto, nota-se uma parcial dissolução destes valores na lógica em que se constituíram no passado, ou seja, como circuitos importantes no plano das relações de sociabilidade e das exigências específicas que a organização económica da agricultura local impunha. Hoje, a mecanização das explorações agrícolas torna dispensável, na maioria das vezes, o recurso à entreaajuda nos moldes anteriores. Salienta-se que as opiniões de um quarto dos entrevistados, a esse respeito, convergem no sentido de admitir-se que as relações de vizinhança e de cooperação são integradas e significantes no quadro de vida da população,

agora ajustadas a novas concepções e modos de viver, em que os saberes se modificaram, bem como o ritos de trabalho, mas as sociabilidades ainda são valorizadas.

A configuração das relações intergeracionais e o reforço activo dos laços e solidariedades intergeracionais são referidos por um quarto dos entrevistados, em que os saberes ancestrais são legitimados pelos jovens da freguesia, no contexto da diversidade cultural e social actual, em que os múltiplos saberes se cruzam e acontecem no intercâmbio entre os actores sociais. No entender dos entrevistados, os idosos podem constituir excelentes recursos humanos, na procura de valorização dos saberes e da cultura local. Os idosos são “símbolos vivos da história local, portadores de cultura e gestores da memória” (Amiguiño, 2005: 27). O desenvolvimento de práticas intergeracionais, com um propósito de participação social útil, de reconhecimento pessoal e social dos mais velhos, de legitimação dos saberes ancestrais, devidamente articulado, é decididamente um contributo educativo e de animação comunitária para a promoção do desenvolvimento e também para a “descoberta e reviver das raízes, ao ressurgimento, reinvenção e reconstrução das tradições” (idem: 31). Conservar relações e saberes intergeracionais destaca-se, por exemplo, numa das propostas dos entrevistados: “Seria importante criar um projecto sobre algo que envolvesse os jovens e os idosos (...) em prol do desenvolvimento da freguesia do Raminho. Podiam-se dinamizar actividades culturais, peças de teatro entre ambos, algo que trouxesse as pessoas a virem ver, que juntasse a freguesia e não só” (Educatória de Infância, 35 anos).

A preservação de manifestações culturais singulares é também defendida pelos nossos entrevistados: “Tanto em termos culturais, religiosos, o Raminho tem uma peculiaridade que é uma Procissão que é única na ilha que é a Procissão dos Abalos.” (A, Estudante, 24 anos); “Temos o nosso Grupo Coral, está muito virado agora para a cultura, é muito activo”. (Educatória de Infância, 35 anos); “é uma freguesia rica culturalmente, na vertente do teatro popular, da poesia (...) temos poetas, improvisadores, cantadores”. (Engenheiro do Ambiente, 31 anos); “A nível cultural, eu vejo que são muito ligados ao teatro, à música, então são imenso e acho isso muito giro!”. (N, Professora do Terceiro Ciclo, 41 anos). Estes discursos enfatizam o dinamismo cultural da freguesia como potencial de atractividade: “Podiam-se desenvolver mais iniciativas ou incentivos culturais, sociais, desportivas, para que a freguesia conseguisse crescer mais, que chamasse mais pessoas, mais população para vir residir aqui, e para que os que estão aqui não saiam” (Empresária Agrícola, 32 anos).

Para além das relações interpessoais surgem outros factores de identificação com o local que justificam, na óptica dos entrevistados, a forte ligação afectiva à freguesia. Para a totalidade dos nossos entrevistados, as propostas de desenvolvimento do local não podem desestruturar quer as relações interpessoais quer as características que este espaço rural

evoca: “a paisagem e a tranquilidade, o ambiente e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida” (Peixoto, 2004: 6).

Assim, a paisagem e a proximidade com a natureza são os aspectos, para mais para cerca de 60% dos entrevistados, caracterizam a freguesia e traduzem a sua singularidade, por oposição à cidade: “No Raminho pode-se desfrutar da natureza quando se abre a porta em lugar de ver edifícios e coisas assim ...” (Técnico de Gestão Pecuária, Desempregado, 24 anos) muito do local onde vivo (...) Estou habituado à beleza da minha localidade” (A, Estudante, 24 anos). A calma e a tranquilidade aparecem também como características que, cerca de 65% dos entrevistados, associam ao Raminho: “é um lugar calmo para se viver, onde as pessoas se sentem bem.” (Carpinteiro, 40 anos), “É uma freguesia óptima para se viver, porque é calma, pacata!” (Empresária Agrícola, 32 anos), “um estilo de vida tranquilo” (J, Assistente de Lar, 28 anos). De igual modo, a segurança que sentem na freguesia também aparece muito valorizada: “Eu como vivo no Raminho não tenho medo porque sei que o meu meio não é urbano, não tenho razões para ter tanto medo” (D, Engenheiro Civil, 24 anos).

Verifica-se, assim, que o espaço rural não só não perdeu a sua “capacidade de conferir singularidade aos comportamentos e condutas sociais” locais, como ainda, o facto de permitir uma “relação próxima com a natureza” e preservar o “tipo de sociabilidade, íntima e permanente” tem autorizado que os espaços rurais se constituíam, na actualidade, como “espaços sociais alternativos às concentrações urbanas (Hespanha, 2003: 2).

4. A requalificação da freguesia: propostas e protagonistas

Quando convidámos os nossos entrevistados a pronunciarem-se acerca de propostas de criação de projectos de desenvolvimento para o Raminho eles manifestam, como prioridades, a preservação dos saberes socioculturais e o aproveitamento dos recursos naturais. No Raminho existe um valioso património natural e paisagístico pelo que, vários entrevistados (cerca de 70%), reconhecem potencialidades turísticas locais que podem ser aproveitadas para impulsionar o turismo em espaço rural, ou ecoturismo, com vista à revitalização da freguesia: “Acho que tem potencial no âmbito do turismo. Temos zonas bonitas que ninguém vai vê-las.” (Desempregado, 24 anos); “Devia de haver mais turismo aqui, a gente também tem lugares como o Calhau da Garça, que também é bonito.” (Estudante, 14 anos). Os marcos turísticos mais valorizados são a Igreja, o Miradouro e a Vigia da Baleia.

Alguns entrevistados perspectivam a necessidade de impulsionar a diversificação da economia, isto é, a criação de actividades e serviços promotores de emprego na localidade do Raminho, não só para fixar a população como para revitalizar o desenvolvimento local,

o que passará pela capacidade de rentabilizar melhor os recursos presentes neste território, mas na óptica da nova “filosofia do desenvolvimento” que “procura compatibilizar sustentabilidade económica e sustentabilidade ecológica” (Reis & Lima, 1998: 557). Alguns chegam mesmo a verbalizar propostas específicas: “talvez criar um campo de aerogeradores, porque a freguesia também é bastante ventosa mas isso também, em contrapartida, ia criar poluição visual” (Técnico de Gestão Pecuária, Desempregado, 24 anos).

Os problemas da desertificação dos campos e do abandono da terra parecem estar nos horizontes de preocupação das pessoas. Neste sentido, a criação de emprego local apresenta-se como um desígnio que permitiria mobilizar diversas forças locais para um projecto comum, mas, uma vez mais na óptica da sustentabilidade ambiental “Não é fácil haver novos empregos na freguesia do Raminho mas, para promover isso, teria que haver aqui indústria mas isso não é preciso (riso), acho que poderia haver noutros lados.” (Engenheiro Civil, 24 anos).

Outra área em que as preocupações das pessoas se acentuam é a educação e formação da população residente: “Existem muitos jovens aí que não fazem nada, deixaram os estudos e andam aí nesses caminhos para baixo e para cima.” (Auxiliar de Acção Educativa, 29 anos); “Há necessidade de investir na formação das pessoas e na animação através de ocupação dos tempos livres, tanto para idosos, como para os jovens e crianças, para o desenvolvimento da freguesia” (Empresária Agrícola, 32 anos). A necessidade de fomentar uma intervenção é expressa como necessária e inadiável: “Fazia isso, formava a população, criava coisas para desenvolver mais a freguesia, investia na formação ou qualificação da população.” (Empresária Agrícola, 32 anos). Considera-se o grupo crítico ou alvo de intervenção prioritária na freguesia os jovens, nas questões de educação, de ocupação e prevenção do alcoolismo (um quarto dos entrevistados), sendo igualmente apontada a carência de actividades de animação e a perda das dinâmicas de grupo a médio prazo.

A criação de condições ou a melhoria de infraestruturas específicas e de serviços básicos de apoio à população do Raminho e aos turistas surge como uma exigência na determinação de orientações que visam o desenvolvimento comunitário: “carência de infraestruturas para o desporto, tipo construir um polidesportivo, que ali não tem condições nenhuma para os jovens que queiram praticar desporto. A própria zona não tem muitas condições para oferecer aos habitantes que vêm de fora, visitantes locais ou turistas”. (Técnico de Gestão Pecuária, 24 anos); “Algumas potencialidades naturais existentes na freguesia não estão a ser aproveitadas, porque são de difícil acesso”. (Assistente de Lar, 28 anos).

Ao questionar-se os entrevistados sobre quem deveria criar e dinamizar projectos e propostas de desenvolvimento a nível local, quase todos (87,5%) assumem que deve ser uma acção dos cidadãos: “Primeiro cada cidadão é um membro activo. Cabe a todos. Tem

que partir das pessoas e não esperarmos que a Junta de Freguesia faça!” (Estudante, 24 anos). Um número ainda significativo das respostas sugere que essa competência deve ser assumida em partilha com outros actores em presença “as próprias pessoas, qualquer pessoa deve apresentar à Junta mas tinha de se juntar todos e fazer alguma coisa” (Empregada no Comércio Local, 33 anos).

Para cerca de metade dos entrevistados prevalece a ideia de que uma estratégia de implementação de desenvolvimento da freguesia passa pela concessão de apoios governamentais: disponibilização de meios e recursos, incentivos fiscais à fixação da população, apoio à habitação para jovens e incentivos aos jovens empresários. Essencialmente é para o grupo dos jovens que se projectam as intervenções futuras necessárias: “Criar, por exemplo, incentivos fiscais para a fixação dos jovens na freguesia, como se faz já em muitas regiões do país, para apoiar os jovens financeiramente ou mesmo nos seus descontos para as finanças e isso, um bónus ou qualquer coisa assim, acho que era importante, ou apoiar na construção de uma casa nova.” (Técnico de Gestão Pecuária, 24 anos).

É reconhecido à Junta de Freguesia a capacidade, o poder e a influência ao nível da concretização das decisões, pese embora a insuficiência de meios e de recursos financeiros necessários para esse efeito: “A Junta em si é que tem que apresentar projectos e eles têm o conhecimento do que é mais necessário na freguesia” (Empresário Agrícola, 44 anos). Um terço dos entrevistados considera que o aproveitamento das potencialidades locais depende exactamente da criação e dinamização de projectos pelas autoridades políticas locais, a Junta de Freguesia, a quem compete, em primeira instância, potenciar uma acção institucional de acordo com a realidade da freguesia.

Por um lado, o aproveitamento das potencialidades da freguesia e dos recursos endógenos apresenta-se como uma meta difícil de atingir, apenas pela acção isolada da Junta de Freguesia “Pois é difícil, porque requer sempre muito dinheiro e também a Junta de Freguesia também não tem, querem fazer mas, para agirem, precisavam de alguém que ajudasse, o governo, de apoio financeiro, muitas vezes não o têm.” (Assistente de Lar, 28 anos).

Dá-se nota também do descrédito, por parte de alguns dos entrevistados, em relação às políticas definidas para as áreas rurais e o sentido crítico manifestado relativamente à sua ineficácia, como se percebe pelo discurso a seguir: “Acho que se passasse p’rá prática o que se vem dizendo desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia que é dinamizar as áreas rurais, criar postos de trabalho, tentar fixar jovens na comunidade, porque isso sinceramente, e as pessoas têm noção disso, isso é só da boca p’ra fora e isso é só no papel, porque na realidade não é assim. Principalmente nos meios rurais onde deveria ser majorado, as coisas é no papel, é na teoria mas na prática não é.” (Engenheiro do Ambiente, 31 anos).

Os entrevistados, de um modo geral, declaram que parece haver uma falta de estratégia por parte do poder público, apesar de terem sido implementadas algumas acções locais pela Junta de Freguesia. Com efeito, parece estarmos perante uma comunidade que, não pondo em causa a iniciativa das autoridades locais, manifesta capacidade crítica na análise das opções que aquelas propõem para a requalificação local. As propostas de medidas e as iniciativas de intervenção decididas na esfera política precisam de partilhar dos pontos de vista da comunidade, a partir das várias e diferentes perspectivas, na definição do rumo que deve seguir o processo de desenvolvimento local, isto é, devem “projectar as aspirações nas mais variadas esferas da vida comunitária (saúde, qualidade de vida, ambiente, património, infraestruturas, emprego, economia, educação, segurança, social, desporto, cultura, entre outras)” (Schmidt, Gil Nave e Guerra, 2005) pois, caso contrário, resultarão na incompatibilização de interesses. “ Para avançar na selecção das áreas de intervenção mais importantes não se pode dispensar o contributo daqueles que melhor conhecem e/ou sofrem com os problemas”.

5. Conclusão

Numa fase inicial desta investigação olhámos a realidade em estudo à luz de modelos estandardizados de desenvolvimento que preconizam planos de acção e projectos sociais padronizados. Posteriormente, quando questionámos esta postura, e nos predispusemos a reconhecer a realidade, mediante a escuta activa do sentido e significados que os habitantes atribuem ao local, compreendemos que os processos de desenvolvimento local não podem dispensar o contributo daqueles que melhor conhecem, e vivenciam, os problemas. Percebemos que a visão de futuro da comunidade estudada, partilhada por este grupo de entrevistados, não valoriza as tradicionais dimensões de desenvolvimento reduzido à dimensão económica, mas antes propostas que, integrando esta dimensão, incorporem, igualmente, os recursos endógenos e a preservação dos valores e identidades locais. A procura do desenvolvimento sustentável do Raminho, naquilo que é conciliar as dimensões económica, ambiental e social, implica a mobilização da população e o fomentar do compromisso dos actores locais com as medidas implementadas. Para tal é necessário que, nesse processo, se privilegie a integração de problemas e de interesses, a preservação dos valores da ruralidade e a gestão sustentável do espaço e dos seus recursos, através de abordagens de governação local do tipo bottom-up, que convoquem a participação pública. Ora, sendo o educador ambiental um mediador, a sua participação e envolvimento em projectos de desenvolvimento local autênticos e sustentáveis tem de partir do reconhecimento do local como um espaço de vida dotado de sentidos para os seus habitantes.

Bibliografia

- AMARO, Rogério Roque (1996). O Desenvolvimento local. Um caminho para a Sociedade-Providência? in "Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva": 221-233.
- AMARO, Rogério Roque (2001). Opções, estratégias e actores... no caso de Foz Côa in GONÇALVES, Maria Eduarda (Coord.) "O caso de foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica". Lisboa, Edições 70.
- AMIGUINHO, Abílio (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. "Revista Portuguesa de Educação", vol.18, nº 2: 7-43.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001). Agriculturas e territórios. Oeiras, Celta Editora.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988). The Future of Rural Society. "Boletim das Comunidades Europeias", Suplemento 4/88. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (PSTA/PO/1007)
- FERRÃO, João (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. "Eure Santiago", vol.26, nº.78: 123-130.
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003). Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- HESPANHA, Pedro (2003). Os estudos rurais e a economia agrícola. Novas oportunidades e desafios à investigação. [Http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/Pedro_Hespa.pdf](http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/Pedro_Hespa.pdf) (22/05/07).
- MENDRAS, Henry (1978). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores
- MORMONT, Marc (1984). Rural, nature and urban natures. "Sociologia Ruralis", vol. XXVII, nº 1º.
- PEIXOTO, Paulo (2004). O desaparecimento do mundo rural. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/PauloPeixoto.pdf> (22/05/07)
- REIS, Manuela & LIMA, Aida Valadas (1998). Desenvolvimento, território e ambiente in Viegas, José Manuel & Costa, António Firmino (org.) "Portugal, que Modernidade?". Oeiras, Celta.
- SCHMIDT, Luísa, GIL NAVE, Joaquim & GUERRA, João (2005). Autarquias e desenvolvimento sustentável. Agenda21 local e novas estratégias ambientais. Porto, Fronteira do Caos Editora.
- SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2003). Principais resultados definitivos dos censos 1991 e 2001.

Envolvimento da população em uma importante etapa da gestão dos resíduos sólidos urbanos: a separação na fonte.

Marcela de Marco Sobral (Universidade dos Açores/Programa ALBAN¹/DRCT²)

I. Justificativa

O *lixão* encontrava-se a céu aberto, recebia eventualmente uma cobertura de terra e não possuía sistema de drenagem para chorume, gases ou águas pluviais. Eram depositados diariamente 13.000 kg (época normal) podendo chegar a 60.000 kg (época de férias) de lixo, cujo único pré-tratamento consistia na compactação feita pelo caminhão de coleta. Os resíduos orgânicos depositados a céu aberto sofriam decomposição gerando odor desagradável, e o chorume, altamente poluente, escoava até um curso d'água contaminando-o. Com a precipitação das chuvas aumentava o volume de líquidos percolados colocando em risco os mananciais de superfície ou subterrâneos, podendo torná-los impróprios ao abastecimento público.

Nessa época ainda era possível contabilizar pessoas e animais nessa área de deposição, que catavam restos com o objetivo de venda e às vezes consumo próprio. Além disso, se enfrentava a dificuldade em se conseguir áreas adequadas à instalação de um aterro sanitário adequado por se tratar de um município insular, cravado em uma região que possui parte de um dos últimos resquícios de Mata Atlântica, com muitas limitações de uso impostas pelas áreas de preservação e pelas próprias restrições naturais do relevo.

Assim, o esgotamento do *lixão* da Água Branca em Ilhabela se constituía em um grave problema para a administração pública, em função da enorme dificuldade em se conseguir uma nova área, adequada à disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Uma alternativa para retardar o esgotamento deste *lixão* seria a implantação de uma destinação adequada dos materiais recicláveis reaproveitando essa parte dos resíduos que constitui o lixo urbano e reduzindo o volume de resíduos sólidos a serem dispostos. Outros aspectos são a oscilação entre o número da população residentes³ e a população de veranistas⁴ o que alterava a produção de lixo habitual diária de 13 toneladas ao dia para até 60 toneladas ao dia, nos períodos de temporada (Verão).

1 Com o apoio do Programa ALBAN, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para a América Latina, bolsa no. E07E404002BR

2 DRCT – Direção Regional de Ciência e Tecnologia dos Açores

3 À época da apresentação do projeto, esse crescimento era estimado em 12% ao ano

4 Num total de 28 mil residentes pode chegar a 100 mil nos meses de Janeiro.

Em 1995 havia sido instalado, 15 Postos de Entrega Voluntária, mais conhecidos como PEV's, com o objetivo de triar e encaminhar para um destino mais adequado, parte dos resíduos urbanos da ilha. Estes postos foram financiados pela Petrobras e dispostos ao longo da avenida marítima desde a praia do Curral até Barreiros. Consistia na instalação de caçambas ou contêineres, que eram espalhados em pontos específicos e estratégicos em que a população levava, voluntariamente, os materiais previamente separados. Esta tentativa de coleta diferenciada não estava tendo êxito, devido à: a) ausência de uma destinação adequada desses materiais, no próprio recipiente do PEV, pois a população não separava corretamente os vários tipos de materiais; b) ausência de um destino adequado para os materiais separados que acabavam sendo aterrados no lixão ao invés de serem encaminhados para as empresas de reciclagem; c) falta de uma política de divulgação e de comunicação ambiental pela municipalidade; d) ausência da participação dos habitantes locais; e) falta de planejamento em relação à capacidade de armazenamento dos contêineres e frequência da coleta destes postos que se encontravam sempre superlotados, muitas vezes com as portas arrombadas e os materiais espalhados pelo chão.

Toda esta situação, para além dos impactos no ambiente e os problemas sanitários, acabavam por desmotivar a pequena parcela da população sensibilizada com o tema.

No sentido de agir ativamente enquanto cidadãos e por entender a educação ambiental como um elemento crucial rumo ao desenvolvimento sustentável, a Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela apresentou um projeto ao FEHIDRO⁵ propondo um programa para intervir nessas questões, o Projeto de Educação Ambiental – Lixo Legal. O projeto foi elaborado após a pressão de um grupo de moradores (no ano 2000) ao então Secretário de Meio Ambiente cobrando a inserção de um Programa de Coleta Seletiva e posterior ação voluntária, desse mesmo grupo, na sensibilização dos moradores para a separação de resíduos que se iniciaria com a coleta diferenciada⁶ domiciliar em um bairro-piloto da cidade. O trabalho foi feito de porta em porta e durante as reuniões espontâneas da população, tais como em igrejas e centros comunitários. Nestas discussões a população interagiu com os voluntários a partir das informações geradas, esclarecendo dúvidas, dando sugestões, apontando dificuldades, e dialogando sobre as relações de causa e efeito do lixo gerado e sobre a importância da participação ativa de todos.

Nesta época, também foi estruturado o Centro de Triagem em que os ex-catadores do Lixão iniciaram um trabalho de triagem dos materiais que eram coletados nesse bairro como lixo seco. Diante dessa experiência, nasceu o “Projeto de Educação Ambiental – Lixo Legal” que pretendia atuar também no fortalecimento do vínculo afetivo entre o meio e a

⁵ Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – Brasil.

⁶ O objetivo é a diferenciação na fonte dos materiais orgânicos, “lixo úmido”, dos materiais recicláveis “lixo seco”.

coletividade, desenvolvendo a temática da separação dos resíduos em consonância com os princípios de cidadania. Os encontros realizados partiam do diálogo com a comunidade e incentivava a reflexão em torno dos resíduos gerados, sua origem e seu destino.

2. Objectivos

- Implantar a coleta diferenciada no município: orgânico e recicláveis
- Fortalecer a cidadania e o vínculo afetivo com o meio e a coletividade
- Incentivar a participação da população fixa na separação e destinação dos materiais recicláveis que serão descartados
- Sensibilizar a sociedade para um envolvimento efetivo na gestão dos problemas locais

3. Metodologia

A metodologia adotada baseava-se em ações dialógicas, problematizadoras e participativas que partiam do lixo como *leitmotiv* ou eixo temático para fomentar o exercício da cidadania e da participação social ativa. Para isso foram realizadas sessões específicas dirigidas a cada público-alvo com vista a: captar as perspectivas dos cidadãos locais a respeito da questão dos resíduos com vista a sensibilizá-los para essa problemática local e seus impactos ambientais; provocar a reflexão acerca das suas práticas quotidianas; angariar participantes e agentes multiplicadores. As sessões específicas contaram com ações de divulgação nos rádios e jornais locais, mas teve como foco principal atividades de captação com: professores da rede pública e privada de ensino; funcionários da limpeza urbana; comunidade em geral, por meio de encontros coletivos; e agentes comunitários de saúde.

O presente artigo se restringe a apresentar as ações realizadas com os agentes comunitários de saúde (ACS), procurando elucidar a importância que eles tiveram enquanto multiplicadores de um processo que visava sensibilizar e co-responsabilizar a população da cidade para a separação dos recicláveis e a reflexão sobre o consumo. Os agentes comunitários de saúde foram essenciais no envolvimento da população. Eram 58 agentes que tinham uma atuação porta a porta em todos os bairros da cidade. A interação dos ACS's no projeto Lixo Legal deu-se a partir das seguintes etapas:

- a) Apresentação do projeto com detalhamento do papel do ACS junto à população;
- b) Encontros presenciais para discussão dos vários aspectos do lixo, sua geração, destino e consequências sanitárias e ambientais;
- c) Colaboração e observação da geração de lixo na cidade com a aplicação de metodologia específica para Análise Gravimétrica. Estes encontros foram divididos pelos bairros em que o caminhão realiza a coleta de lixo comum, totalizando um

- total de 6 roteiros, ou seja, 6 análises gravimétricas em uma amostra de 4 tambores de 200 lts separados a partir do caminhão de coleta em cada roteiro da cidade. Cada ACS participou desse processo no roteiro em que atuava como agente, contribuindo na identificação de atividades comerciais e até pessoas daquela área, por meio dos resíduos descartados;
- d) Aula e dinâmica com especialista em lixo (lixóloga) para tratar das especificidades da geração do lixo e discutir de maneira participativa métodos e processos para atuação junto à população no trabalho de porta em porta;
 - e) Pré-Estréia da peça teatral preparada especialmente para o projeto LixoLegal e denominada “Bula e a Consciência Perdida”. Neste evento os CS tiveram papel crucial ao contribuir com a regulação da linguagem a ser usada junto à população, e construir alguns trechos da peça em conjunto com os atores e direção teatral;
 - f) Encontro para Avaliação final e relatos de experiências do trabalho realizado em campo.

O envolvimento dos agentes facilitou o acesso a população da cidade, intervindo positivamente no aumento da adesão à coleta seletiva, dinamizando o trabalho mais eventual de outros atores envolvidos no projeto, como: os professores, os traidores de resíduos, os funcionários da limpeza. De forma geral, a realização do projeto contribuiu para que uma série de alterações fosse verificada durante e após a finalização do projeto, tais como:

- Encerramento das atividades de deposição dos resíduos em local totalmente inadequado, passando a ser destinado a aterro sanitário adequado em outra cidade;
- Aumento na adesão da população à atividade sistemática de separação quando comparada à fase anterior ao início do projeto;
- Efetivação da recolha dos materiais recicláveis de porta em porta, quando antes eram usados apenas unidades de recebimento, a exemplo de Ecopontos;
- Aumento no volume de resíduos que se reinseriam no ciclo de produção de materiais, voltando a ser comercializados e evitando maior extração dos recursos naturais;
- Aumento do volume de comercialização dos materiais recicláveis, pela ACTR – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ilhabela, composta em maioria por associados que foram catadores do Lixão, gerando maior renda e qualidade a essas pessoas;
- A necessidade de intervir e envolver os moradores nos processos de gestão que tenha como finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável, co-responsabilizando os agentes sócias. Assim, quanto mais próxima a abordagem, no caso do

projeto, realizado de porta em porta, maior a possibilidade de eficácia dos projetos sócio-ambientais.

O presente texto procurou descrever um processo interventivo realizado junto a população local de uma comunidade heterogênea e pretendeu demonstrar, em primeira instância, a importância de se desenvolver metodologias que contemplem a participação e o envolvimento dos vários atores sociais afetos à questão a ser desenvolvida, seja em projetos ligados à gestão de resíduos, a outros projetos ambientais ou sociais. Enfim, as ações que pretendem promover e incentivar a sustentabilidade local precisa reconhecer todos os intervenientes e beneficiários da gestão como possuidores de “saberes” e capazes de contribuir, refletir e colaborar para o desenvolvimento equilibrado e sustentável de seu meio.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: DAS TEORIAS À PRÁTICA

CAPÍTULO IV

Experiências e práticas em contexto santomense

Experiências da MARAPA sobre a Preservação do Ambiente em São Tomé e Príncipe

Jorge de Carvalho (Presidente da ONG Mar, Ambiente e Pesca Artesanal, MARAPA)

I. Contextualização

A Organização Não Governamental (ONG) Mar, Ambiente e Pesca Artesanal (MARAPA) apoia dois sectores importantes no País: o primeiro é o sector da Pesca Artesanal; o segundo sector é a Protecção do Meio Ambiente.

No que respeita ao primeiro sector, a Pesca Artesanal, trabalhamos apoiando a produção com a introdução de: (i) novos tipos de barcos para dinamizar o sector artesanal em São Tomé e Príncipe; (ii) materiais de pesca e aconselhamento dos pescadores a utilizarem diversos tipos de materiais de pesca; (iii) dispositivos de concentração de peixe; e também (iiii) estamos a estudar a possibilidade de introduzir em São Tomé e Príncipe os recifes artificiais. Outra área de intervenção da MARAPA respeita ao apoio à transformação, conservação, comercialização local e estamos a pensar também na possibilidade de exportação posterior dos recursos ambientais de São Tomé e Príncipe. Trabalhamos ainda na melhoria das condições de vida das comunidades mais distantes, formando e sensibilizando as populações locais em diversas áreas. No que respeita à Protecção do Ambiente, em São Tomé, a MARAPA é a ONG responsável pela promoção de acções de conservação das tartarugas marinhas. São Tomé e Príncipe é um País muito rico em espécies de tartarugas marinhas, já que encontramos nas nossas águas cinco espécies de tartarugas marinhas, das quais quatro delas já vimos a desovar nas nossas praias.

Na área da Educação Ambiental trabalhamos com crianças e com as comunidades piscatórias, sensibilizando-as sobre os perigos da actuação não integrada no uso dos recursos pois continua a haver degradação do meio ambiente. Também trabalhamos com o ecoturismo na zona sul do País, na Praia Jalé, e na zona norte, em Morro Peixe. Estamos a pensar na possibilidade de trabalhar com o sector das áreas marinhas protegidas pela necessidade de proteger e delimitar estas zonas. Nestes dois grandes sectores a MARAPA pretende fazer uma gestão integrada de recursos haliêuticos.

São Tomé e Príncipe é um país, que faz parte do Arquipélago de Mafras, constituído por duas ilhas principais situadas no Golfo da Guiné, portanto, no Continente Africano. Esta zona de África encontra-se em crescente risco de degradação ambiental em resultado da forte progressão da população que tem tornado toda a região num pólo mundial de

matérias primas. Nas águas estratégicas do Oceano Atlântico do Golfo da Guiné, podemos encontrar petróleo e recursos haliêuticos. Na área continental encontramos muitos minérios como ferro, manganésio e diamantes, mas também florestas com madeiras preciosas e áreas de produção agrícola como o cacau, o café, o algodão, o óleo de palma, entre outros. No Golfo da Guiné, a pesca industrial e a pesca pirata tendem a sobre-explorar os recursos haliêuticos, enquanto outras actividades ligadas ao petróleo, à agricultura, etc. têm permitido o desenvolvimento dos transportes marítimos com todos os riscos ecológicos. Tem-se falado dos aviões que emitem muitos gases para o ar mas os barcos também têm problemas com o ambiente marítimo e muitos outros que podem entretanto surgir com a captura das baleias e das tartarugas marinhas que estão já em vias de extinção, o que se revela como um grande problema.

2. A situação do Ambiente Marinho em São Tomé e Príncipe

O ambiente marinho está muito presente em São Tomé e Príncipe. Isso porque é um pequeno País com mil quilómetros quadrados de terra firme e possui um território no mar que é cento e setenta vezes superior ao de terra. Isto significa que o mar está muito presente. Em toda a costa santomense vemos a água do mar; nós, santomenses, tomamos muito contacto com o mar.

Devido à sua situação geográfica, a zona costeira do arquipélago possui habitats importantes para o ciclo biológico de numerosas espécies marinhas. Todavia, esta interface é extremamente frágil, sob ameaças antrópicas, que são ameaças do Homem, e tem por consequência uma degradação da biodiversidade e dos ecossistemas litorais. Existem exemplos de algumas ameaças resultantes, por exemplo, da urbanização no nosso território. Mas também é habitual ver-se pessoas utilizando granadas na pesca e a acção dessas granadas tem provocado grandes problemas no ecossistema por destruírem o fundo do mar e todos os *habitats*. Como o pescado tem diminuído muito ao pé da costa, os pescadores têm recorrido cada vez mais a malhas de redes muito pequenas que estão a matar os peixes, provocando um grande desequilíbrio. Também os pescadores, como têm uma canoa muito pequenina, estão impossibilitados de fazer uma pesca no largo e isso leva-os a proceder à pesca constantemente no mesmo sítio, provocando uma degradação do espaço. Um exemplo é a captura das tartarugas marinhas e outras espécies protegidas. Um outro grande problema resulta do hábito dos santomenses em fazerem pic-nics na praia ao fim-de-semana. Levam latas de coca-cola e de cerveja, garrafas de vinho e, quando terminam a actividade, todo o lixo produzido é deixado na praia. O abate indiscriminado de árvores é ainda um problema que se verifica no País, assim como a extracção abusiva de areia nas praias que estão a desaparecer.

3. Quais as razões desses problemas em São Tomé e Príncipe?

As razões para estes problemas são variadas: económicas; culturais; educativas; e políticas. Estas são as quatro razões que nós identificámos como os principais factores que originam os problemas que enunciei.

1. As razões económicas: a situação económica do País é muito difícil, não existe areia no interior do país, ao contrário de muitos outros países, o que faz com que se recorra à extracção de areias das praias.
2. As razões culturais: a população consome carne e ovos de algumas espécies protegidas; existe o hábito da construção de casas e canoas utilizando madeiras que, em muitos casos, são protegidas (os pescadores produzem as canoas com troncos de árvores que são escavados), o que cria desperdício de material.
3. As razões educativas: existe falta de conhecimentos sobre o meio marinho, da sua dinâmica e do vínculo destes para com os pescadores e a população.
4. As razões políticas: a instabilidade dos governos abranda as políticas de protecção do meio ambiente.

4. A intervenção da MARAPA

Os projectos da ONG MARAPA respondem a parte desses problemas e são relativos a: Educação Ambiental; Ecoturismo; acções directas sobre o Ambiente; e uma Gestão Responsável da Pesca.

Sobre a Educação Ambiental o principal problema identificado consiste na inexistência de manuais escolares em áreas temáticas específicas que possam ser desenvolvidos nas escolas. Até à presente data, São Tomé e Príncipe não conviveu com graves problemas ecológicos e, por esta razão, a população tem pouca noção do que é a degradação ambiental. Outro problema é o fraco engajamento do Estado na tomada de decisões visando uma gestão adequada dos recursos marinhos, aplicando interdições sobre a captura de peixes juvenis, uso de artes não selectivas, uso de insecticidas, etc. A ONG MARAPA está a trabalhar no desenvolvimento de uma consciência ecológica da população através da realização de acções de sensibilização nas escolas. Estamos a trabalhar com as escolas, as autoridades costeiras e a preparar a introdução de um manual escolar sobre a Educação Ambiental com o apoio financeiro do Centro Técnico Agrícola Europeu e com a colaboração especial da Direcção Geral do Ambiente e do Ministério da Educação e Cultura. Com o apoio da UICN-CARP criámos um projecto de lançamento de actividades pedagógicas sobre a preservação das tartarugas marinhas do Príncipe que consistia na sensibilização das crianças das escolas do ensino primário através de visitas guiadas aos Centros de Incubação, libertação dos filhotes e realização de uma peça de teatro.

Na área do Turismo desenvolvemos actividades no Acampamento Ecoturístico da Praia Jalé, o Jalé Ecolodge, que consistiu em: facilitar a descoberta das riquezas naturais da zona sul, através da observação de tartarugas marinhas; apoiar as iniciativas para o desenvolvimento durável e a protecção do ambiente local; apoiar os projectos comunitários em Porto Alegre e Malanza; valorizar a única zona de mangue do País; sensibilizar e apoiar um grupo de habitantes de Malanza com o objectivo de os implicar no desenvolvimento do ecoturismo do distrito de Caué. Na zona norte, criámos o Ecomuseu de Morro Peixe com o apoio do Fundo Canadiano, que está situado na zona mais frequentada para a desova da espécie de tartaruga denominada Tatô, que é uma das espécies mais ameaçadas do Oceano Atlântico. Os objectivos deste Ecomuseu são valorizar socialmente a zona de desova, sensibilizar os turistas e a população em geral.

As realizações directas da MARAPA são a protecção das tartarugas marinhas com financiamento em 2002/2006 da União Europeia, em 2006/2007 do RAPAC (Rede de Áreas Protegidas de África Central) e em 2007/2008 com fundos próprios. Fazemos também limpeza das praias, sobretudo na Praia Lagarto, com o apoio financeiro do Complexo Hotelheiro Omali Lodge. Os problemas identificados sobre a captura de tartarugas marinhas em São Tomé e Príncipe são principalmente: a captura por pessoas que estão vinculadas por uma tradição cultural; a depredação dos ovos e ninhos naturais de tartarugas na zona norte é de origem humana; uma difícil situação económica e social; a baixa captura de peixe pelos pescadores artesanais; a pilhagem da costa pelos barcos de pesca industrial; a falta de alternativas de carne e de outras origens como porco e galinha que faz com que as pessoas patrulhem as praias durante a noite para a capturar as tartarugas fêmeas que vêm desovar, contribuindo para a ameaça de extinção da espécie. Também existe uma falta de consciência sobre a importância do sistema marinho e sobre as tartarugas marinhas, resultado de uma carência de módulos escolares; a inexistência de uma lei de proibição para a captura e venda de produtos derivados das tartarugas marinhas; as dificuldades de obtenção de financiamento para a situação 2007/2008. Ainda não conseguimos financiamento para o Programa de Protecção.

5. Programa de tartarugas marinhas e funcionamento dos Centros de Incubação

As principais actividades que integram o Programa de Tartarugas Marinhas são:

- As patrulhas nocturnas com medição e registo de dados de caracterização das tartarugas apanhadas com posterior libertação; recolha de ovos e introdução no Centro de Incubação de forma a evitar as pilhagens dos homens e dos outros animais;
- A sensibilização das comunidades através da criação de um fundo com os benefi-

cios apurados do ecoturismo, venda de camisolas e doações, que permita alimentar o Programa. Este ano é um exemplo em que não tivemos financiamento exterior e estamos a assegurar o funcionamento utilizando fundos próprios que conseguimos através dos resultados das actividades turísticas no Jalé e Morro Peixe;

- Em relação aos projectos Ecoturísticos, a realização, em 2006, da “Conferência Internacional sobre as Tartarugas Marinhas” e a preparação de uma sala no Museu Nacional, que é a Sala das Tartarugas Marinhas;
- A limpeza da Praia Lagarto, já que é necessário fazer campanhas de sensibilização, explicar às pessoas que quando vão às praias devem ter cuidado com os lixos que ficam espalhados, devem trazer os lixos e depositar em lugares próprios. Realizamos também muitas actividades lúdicas.

Sobre a Pesca Responsável, como vimos em São Tomé há um grande problema: cerca de 30% da população vive da pesca, logo existem cerca de dois mil a três mil pescadores que vão ao mar diariamente fazer as suas pescas e, temos notado uma diminuição do peixe nos mercados. O tipo de artes utilizadas na pesca com granadas e o tipo de embarcações não permitem o aumento da produção. Logo, com este Projecto pretendemos reforçar os conhecimentos sobre a dinâmica dos recursos ambientais, a biodiversidade do sistema, o reforço de conhecimentos sobre a conservação e exportação dos recursos haliêuticos, através de uma formação e campanha de sensibilização sobre as boas práticas de uma pesca responsável, nomeadamente através da introdução do Guia sobre a Pesca Responsável. Para este Projecto contamos com o financiamento do Fundo Francês do Ambiente Mundial, do PNUD e da Direcção Geral do Ambiente.

6. As preocupações actuais da MARAPA

O aumento da população em São Tomé e Príncipe influencia as pressões sobre o ambiente. Nos anos setenta, a população santomense rondava cerca de setenta e quatro mil pessoas; actualmente, já contamos com cento e cinquenta mil pessoas. A população quase triplicou e ao triplicar, a tendência é das pessoas se aproximarem do litoral e em resultado a exploração muito forte da costa. E, com a taxa de desemprego existente, as pessoas praticam essas acções para tentarem sobreviver dos recursos que encontram na costa, vendendo areia, partindo pedras e fazendo carvão, o que nos preocupa. Verifica-se também um êxodo gradual da população santomense. A incapacidade do País em gerir o impacto da chegada de muitos turistas é também preocupante porque se houver um aumento brusco dos turistas ainda não estamos em condições de gerir o impacto desse fenómeno. Como sabem os turistas são pessoas que chegam e cada um tem os seus costumes, os seus hábitos e o País ainda não está preparado para acolher muitos turistas. É preciso uma preparação prévia.

A crise económica e alimentar profunda não permite o desenvolvimento de acções de preservação do ambiente. Com a crise económica as pessoas têm grandes problemas, vão continuando a fazer a caça das tartarugas à noite, porque é de lá que vão ganhando alguma coisa, vão continuando a extrair areia das praias, carregando em sacos, já não vão buscar à camioneta. Qualquer dia nem as tartarugas marinhas têm areia na praia para irem desovar. Como é óbvio esperamos alguma coisa deste Seminário. Esperamos que nos possam ajudar a encontrar soluções locais para o desenvolvimento do País de uma maneira responsável e sustentável, para legarmos aos nossos filhos essa vida saudável.

Jalé Ecolodge: um projecto piloto de ecoturismo de base comunitária em São Tomé

Bastien Loloum (Rede das Áreas Protegidas da África Central, RAPAC; Membro da equipa de investigação¹, CEA/ISCTE)

Apresentação

O Jalé Ecolodge é uma estrutura pública de vocação turística localizada na antiga roça de Porto Alegre, no distrito de Caué, no extremo sul da ilha de São Tomé, na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Situado na praia Jalé, consiste num acampamento rústico de três *bungalows* construídos em coqueiros e madeira, uma sala comum de jantar, uma cozinha e armazém, uma sala de banho colectiva e uma guarita. A sua recepção é localizada na sede de Porto Alegre, na loja do Sr. Osvaldo Soares Mesquita, recepcionista e presidente da Associação Grupo Jalé, encarregada da gestão do empreendimento.

O Jalé Ecolodge oferece serviços de alojamento e restauração aos turistas, e diversos serviços de passeio guiado na região até praias mais distantes, como a Praia Xixi, Santo António de Mussacavu e São Miguel, e um serviço de excursão de canoa no rio Malanza, que é a maior zona de mangal do país, protegida pelo Parque Natural Obô. Dispõe ainda de uma pequena loja de lembranças e artesanato na recepção. O Jalé Ecolodge cumpre os seguintes objectivos: promover o turismo responsável, em particular o ecoturismo, na região de Porto Alegre e Malanza; participar na autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe; participar no financiamento de projectos sociais ao benefício das comunidades de Porto Alegre e de Malanza.

Os lucros anuais da actividade são repartidos entre um Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe (50%) e um Fundo de Apoio a Projectos Sociais em Porto Alegre (50%). Estes dois fundos são geridos pela Organização Não Governamental MARAPA (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal), parceira do Grupo Jalé desde o início do projecto. A gestão da actividade turística é alvo de um Protocolo de Acordo assinado em 3 de Janeiro de 2007, com duração de cinco anos, entre a Direcção-Geral do Ambiente do Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a ONG MARAPA, a Associação Grupo Jalé, e o RAPAC (Rede das Áreas Protegidas da África Central), que define os termos de responsabilidade dos parceiros no seguimento do projecto e das afectações dos lucros ao

¹ Equipa de Investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, coordenado por Brígida Rocha Brito, constituída por Nuno Alarcão, Joaquim Pinto, Joana Marques.

benefício do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe e das populações de Porto Alegre e de Malanza.

I. Histórico do Projecto

A construção do Acampamento teve início em 2001 na Praia Jalé, por iniciativa de Teresa d’Espiney, Chefe da Componente para São Tomé e Príncipe do programa ECOFAC (Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais da África Central), financiado pela União Europeia. Inicialmente, foram utilizados os coqueiros provenientes da área concessionada pelo Estado na praia Jalé para a construção, recorrendo-se na maior parte a mão-de-obra local. Em 2002 foram estabelecidos os primeiros contactos entre o Programa ECOFAC e a ONG MARAPA, inicialmente no quadro do Projecto Tatô, vocacionado para a protecção das tartarugas marinhas, que vinha sendo implementado pelo programa naquela zona.

Uma vez entregue a obra, o Programa encarregou-se da sua gestão de transição, enquanto procurava soluções para a privatização junto às autoridades locais e aos operadores turísticos. Em paralelo, foram realizados estudos sobre as possibilidades de diversificar as actividades à volta do Acampamento, tais como o birdwatching ou as visitas ao Mangal de Malanza, e implementadas acções de formação em turismo a nível da comunidade. Um acordo relativo à criação de um serviço mínimo de segurança e limpeza do Acampamento foi celebrado em 2003 entre o Programa ECOFAC e a Associação dos Moradores de Porto Alegre, a Associação Yôgo.

No fim da terceira fase, em 2004, por falta de financiamentos, a gestão do Acampamento foi colocado em *stand by*, aguardando o início da quarta fase. Neste momento, o Programa ECOFAC autorizou a ONG MARAPA a utilizar o Acampamento como base logística no quadro do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas (ex-Projecto Tatô), transferido para a organização em 2003. Apesar de algumas deslocações dos técnicos da ONG, durante a temporada de desova das tartarugas marinhas nas praias de Porto Alegre, em 2003/2004, o acampamento foi pouco utilizado e sofreu importantes degradações. Face ao estado de degradação em que se encontrava no fim de 2004, a ONG MARAPA elaborou um projecto de reabilitação em colaboração com uma associação de artesãos nacionais, a Associação RAPICO. O projecto tem captado o interesse da União Europeia e do Fundo Francês para o Ambiente Mundial (FFEM), pelo que a ONG MARAPA associou a Associação Francesa dos Voluntários do Progresso (AFVP), com quem já trabalhava no quadro de outras actividades, para identificar uma missão de voluntariado internacional cujo objectivo seria analisar as possibilidades de lançamento duma actividade comunitária. O projecto foi aprovado no início de 2005 com a assinatura de uma convenção entre a ONG MARAPA, a União Europeia através do Programa ECOFAC, o FFEM e o RAPAC,

uma organização regional parceira do Programa ECOFAC e encarregue de gerir os financiamentos do FFEM no sector do ecoturismo na subregião.

O Voluntário do Progresso da AFVP, Bastien Loloum, chegou em São Tomé em Abril de 2005 como assistente do Sr. Adelino Afonso, técnico da ONG MARAPA, responsável do projecto. As obras de reabilitação, realizadas pela Associação RAPICO, permitiram recuperar as infraestruturas e realizar algumas melhorias, tais como a instalação de pequenas varandas nos bungalows. A obra foi entregue em Agosto 2005 e o acampamento abriu ao público, sob a gestão da ONG MARAPA. O Jalé Ecolodge foi divulgado a nível nacional, bem como criado um site na Internet² e assinados os primeiros contratos com agências nacionais de turismo, em Novembro de 2005. Desde o início do ano 2006, a ONG MARAPA começou a trabalhar com os empregados do Acampamento no sentido de os sensibilizar sobre a questão da perenização da actividade, uma vez que o financiamento do FFEM chegava ao seu fim em Abril. Em Fevereiro, estes empregados decidiram unir-se, criando uma associação sem fim lucrativos cuja função seria, no final do projecto da ONG MARAPA, gerir o Acampamento em nome próprio. O processo de elaboração dos estatutos recebeu apoio do voluntário e da ONG MARAPA, e o Grupo Jalé organizou a sua Assembleia Constituinte, onde foram aprovados os estatutos e eleito o corpo directivo, no mês de Junho de 2006.

A transferência da gestão do Jalé *Ecolodge* pela MARAPA ao Grupo Jalé ocorreu em Agosto de 2006. Na mesma altura, o Grupo Jalé ficou responsável pela gestão dos passeios no rio Malanza, o Mangrove Tour, em colaboração com os canoieiros de Vila Malanza. Mesmo assim, e dado que o Grupo Jalé não tinha ainda a capacidade para gerir plenamente esta actividade, a ONG MARAPA continuou a prestar apoio à Associação recém criada, em particular no que diz respeito às reservas e à contabilidade. Estabeleceu-se um relação diferente em que a ONG MARAPA se tornou num prestador de serviços e o Grupo Jalé, o contratante. Restava a questão relativa à situação administrativa do Grupo Jalé, pois o projecto conta com várias partes interessadas, sendo uma o próprio Estado santomense, através da sua Direcção-Geral do Ambiente.

Já no mês de Março de 2006, a ONG MARAPA tinha sensibilizado esta Direcção, então chamada de Gabinete do Ambiente, no sentido de organizar uma reflexão sobre o futuro do Acampamento e da sua gestão. Na época, foi criada uma comissão para a elaboração de um Protocolo de Acordo entre a Direcção-Geral do Ambiente, o Grupo Jalé, a MARAPA e o RAPAC. Em Novembro de 2006, a MARAPA recebeu um estagiário com a missão de acompanhar e tentar concluir o processo de elaboração e assinatura do

2 <http://praiajale.free.fr>

Protocolo. Tinha também como missão organizar formações complementares em hotelaria, informática e línguas estrangeiras para os membros do Grupo Jalé. O Protocolo de Acordo foi assinado em Janeiro de 2007 pelo Director-Geral do Ambiente, Eng. Arlindo de Ceita Carvalho, o Director da MARAPA, Manuel Jorge de Carvalho do Rio, o Director do Grupo Jalé, Osvaldo Soares Mesquita, e o Administrador do RAPAC para São Tomé e Príncipe, Eng. Salvador Sousa Pontes.

2. Um projecto autónomo

Ao longo da execução do projecto, a MARAPA fez questão de preparar a sua autonomia, ou seja tornar a actividade independente de financiamentos externos e de assistência técnica. Para isto, a ONG seguiu dois eixos de trabalho. A actividade turística deverá:

1. garantir a rentabilidade do *Ecolodge* e o Grupo Jalé deverá ter o mínimo de capacidade para manter a actividade funcional;
2. criar as condições necessárias para que o Grupo Jalé possa exercer as suas funções em conformidade com a lei do país e sob a tutela do seu parceiro institucional, a Direcção-Geral do Ambiente.

No decorrer do projecto, a ONG MARAPA insistiu na capacitação dos membros do Grupo na área da Gestão, por meio de acções de formação e de monitorização dos serviços prestados no local. Pouco a pouco, entregou a responsabilidade da gestão dos diferentes sectores do Jalé Ecolodge ao Grupo Jalé: recepção, aprovisionamento, segurança, gestão da relação com os prestadores de serviços de restauração, etc. Nos últimos meses do projecto com o FFEM, a MARAPA já tinha entregue quase todas as responsabilidades de gestão ao Grupo Jalé, mas com maior monitorização. Na fase final do projecto com o FFEM e Assistente Técnico da AFVP, a MARAPA solicitou ao Serviço de Cooperação e Acção Cultural (SCAC) da Embaixada de França em São Tomé um apoio complementar para completar a formação dos quadros do Grupo Jalé. Graças ao financiamento do SCAC, uma parceria com a associação francesa “Jeunes à travers le monde” e a AFVP, permitiu a vinda de um estagiário especializado em gestão do turismo, Vincent Bidollet, para providenciar assistência à associação comunitária. No fim da sua missão, visto existirem ainda algumas fraquezas em termos de contabilidade, a MARAPA disponibilizou o seu apoio ao Grupo Jalé e demais parceiros, na base de uma prestação de serviço simbólica cobrada ao Grupo Jalé mensalmente.

Em paralelo, a ONG trabalhou junto com a comissão *ad hoc* criada em colaboração com a Direcção-Geral do Ambiente, com vista à elaboração do protocolo que irá enquadrar a prestação do Grupo Jalé. Com a assinatura deste protocolo, o Grupo Jalé tornou-se actor do projecto em vez de simples beneficiário. O protocolo também estabeleceu as

modalidades de afectação dos lucros. Uma vez consideradas as despesas correntes do mês, tais como salários e prémios, aprovisionamento e pagamento dos prestadores de serviço, o saldo era dividido da seguinte forma:

- 50% para o Grupo Jalé, a ser utilizado na manutenção e promoção do Jalé Ecolodge;
- 25% afectado a um Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas, gerido pela MARAPA;
- 25% afectado a um Fundo de Apoio a Projectos Sociais nas comunidades de Porto Alegre e Malanza, disponibilizado à Associação Yôgo, sob o controle e a gestão da MARAPA.

Felizmente, o Jalé Ecolodge teve desde o primeiro ano de actividade rápido sucesso no mercado turístico nacional. As agências ganharam confiança nesta nova associação e uma clientela regular começou a frequentar o Acampamento. Os resultados foram além das projecções permitindo uma margem de lucro razoável.

3. Resultados obtidos

O Acampamento abriu ao público em Agosto de 2005 e recebeu turistas em quantidade satisfatória, face às expectativas da ONG MARAPA. No ano 2006, o Jalé Ecolodge recebeu um total de 614 visitantes, para uma ocupação média de 48%, sendo as agências locais Navetur-Equatur e Mistral Voyages as maiores fontes de visitantes, realizando 15.275 euros de receitas. Em 2007, a frequência sofreu uma queda de 5% (581 visitantes), para uma ocupação média de 37%.

Analisando a repartição dos visitantes por nacionalidade, observamos que a maior diminuição (-29%) ocorreu na clientela portuguesa, que passou de 200 visitantes em 2006 para 142 em 2007, que se deveu a problemas com as ligações aéreas. A frequência dos portugueses em São Tomé em 2007 caiu em 27%. No entanto, ao mesmo tempo, observamos um aumento considerável da clientela santomense, passando de 65 em 2006 para 119 em 2007, compensando a perda dos clientes portugueses durante o período considerado.

Em 2006 e 2007, o lucro afectado ao Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas, bem como as doações realizadas no Acampamento, foram utilizados de várias formas pela ONG MARAPA: como contribuição à organização pela ONG MARAPA de uma Conferência Internacional sobre a Protecção das Tartarugas Marinhas; para reabilitar os centros de incubação de ninhos de tartarugas nas praias protegidas; para premiar guardas de praia; e para outras actividades de sensibilização. Por outro lado, o Fundo de Apoio às comunidades foi muito pouco utilizado. Com efeito, a Associação Yôgo teve dificuldades internas que provocaram uma certa perda de confiança por parte dos seus membros, e

uma descrédibilização da sua Direcção, não conseguindo reunir os seus membros para analisar os projectos que poderiam beneficiar do Fundo de Apoio arrecadado pelo Grupo Jalé. No final de 2007, este Fundo tinha aproximadamente 1.300 euros.

Conclusão

O êxito do Grupo Jalé na gestão do Acampamento e a apropriação do projecto pelos outros membros da comunidade são fruto de vários factores. As formações realizadas na comunidade, desde o início, pelo Programa ECOFAC, contribuíram para a constituição de um grupo de pessoas interessadas e sensibilizadas no potencial turístico da zona. A utilização de mão-de-obra local e a transferência da gestão do projecto para uma ONG conhecida e com experiência na localidade, a MARAPA que já tinha realizado projectos de apoio aos pescadores artesanais na localidade alguns anos antes, criaram um certo clima de confiança no seio da comunidade, que começou a habituar-se às idas e visitas dos técnicos. A partir de 2005, com o apoio do Voluntário do Progresso, a MARAPA deslocou-se no terreno quase todas as semanas, durante dois anos. Outros aspectos contribuíram para a apropriação do projecto pela comunidade. Alguns membros do Grupo Jalé são também membros de outras associações locais, tais como a Associação dos Cabo-verdianos e Descendentes, a Associação Yôgo e a Associação dos Pescadores de Malanza. E são ainda militantes políticos, havendo um caso de deputado, e religiosos, e são considerados por muitos como líderes locais. Estão também representados no seio do Grupo Jalé os três maiores grupos sociais que compõem a comunidade de Porto Alegre: Cabo-verdianos, Angolares e Forros, facilitando a integração cultural do projecto numa comunidade bastante heterogénea.

Mas outros factores limitam o desenvolvimento do projecto e constituem ameaças a médio e a longo prazo. Em primeiro lugar, apesar do acompanhamento que recebeu por parte da MARAPA, o Grupo Jalé ainda sofre de algumas fraquezas em termos de gestão do turismo, não conseguindo adaptar periodicamente a sua prestação às exigências do mercado local. Também, os custos de manutenção, devido ao uso de materiais inadequados desde o início, são muito altos e a afectação do lucro para este fim revelou-se insuficiente. E por fim, a fragilidade do mercado turístico, ligada às dificuldades das companhias aéreas, conjugada com a instabilidade política do país constituem constrangimentos latentes. Apesar das dificuldades, o Grupo Jalé soube manter, nos últimos dois anos, a confiança dos seus parceiros no Protocolo, a ONG MARAPA, a Direcção-Geral do Ambiente e o RAPAC, das comunidades de Porto Alegre e de Malanza, e sobretudo da sua clientela. Em 2008, os resultados parciais, ainda por serem analisados pelo grupo, são bastante encorajadores.

Projecto Integrado de Desenvolvimento. Turismo ecológico e cultural em espaço rural

Isaura Carvalho (Associação ROÇAMUNDO)

Na Roça S. João, antigo espaço de exploração agrícola colonial, situada no distrito de Caué, tem-se procurado desenvolver um projecto de ecoturismo em espaço rural, onde as marcas do passado ainda se encontram muito presentes na memória da(s) comunidade(s), hoje também marcada(s) pela pobreza e pelo abandono. Impõe-se, neste contexto, uma pequena explicação sobre o que se entendia pelo conceito de Roça para que melhor se perceba a opção por um projecto de ecoturismo com a participação activa da comunidade local.

A Roça é uma realidade socioeconómica de invenção colonial do séc. XIX/XX, para responder às exigências da exploração agrícola, das monoculturas do café e do cacau, cuja mão-de-obra escrava, numa primeira fase, e depois contratada, provinha do continente negro. Para que fossem economicamente rentáveis impunha-se uma organização complexa e eficaz. Autónoma a todos os níveis, a Roça representava um pequeno Estado onde o poder, fortemente hierarquizado, era arbitrariamente exercido pelo Administrador e pelos seus colaboradores mais directos. A estratigrafia social evidenciava esse poder, facilmente visível no desenho físico do seu espaço disseminado por uma vastíssima área geográfica. A Roça era pertença, regra geral, de Companhias ou Sociedades Anónimas constituídas na então Metrópole. Para melhor controlo da produção e da mão-de-obra a vasta propriedade era dividida em parcelas. A maior, a mais produtiva, ou a que possuía uma melhor localização estratégica, era a Roça Mãe, onde residia o Administrador Geral. As restantes eram as dependências, também geridas por administradores subordinados àquele. A arquitectura, a imponência dos edifícios, e a distribuição dos espaços limítrofes da Administração espelhavam a hierarquia dos poderes, a diferenciação social e a autonomia económica.

Neste contexto, a Roça S. João, pequena dependência de cerca de 400 hectares, que se estendia do litoral ao interior, próxima da antiga Vila de Angolares, era uma das dependências com sede na Roça Uba Budo, todas pertencentes à Companhia Agrícola Ultramarina, mais conhecida por CAU. Vocacionada essencialmente para a produção de cacau, café, copra e óleo de palma possuía cerca de quatro centenas de trabalhadores contratados, provenientes de Angola, Moçambique e Cabo Verde que viviam dolorosamente a dureza dos tempos. Sem direitos e sem raízes apenas possuíam o dever de produzir bem e a bai-

xo custo. A comunidade angolara, esguia ao poder colonial, organizava-se na exclusão ao longo dos séculos, razão porque a aculturação só muito tardiamente se faria sentir. Fazia apenas a prestação de serviço com vínculos temporários revelando dificuldade em adaptar-se às regras laborais das roças.

Quando se dá a independência e a estrutura socioeconómica das roças se desmantela não houve capacidade para se proceder à sua reconversão dotando-a de funcionalidade sustentável, à luz dos novos tempos e da nova realidade política. Quebradas as pesadas amarras existentes no passado, feitas a distribuição indiscriminadas das terras, transformados os anteriores contratados (meros operários agrícolas) em proprietários desqualificados, a que se juntam a ausência de monitorização e acompanhamento, rapidamente levaram a que os sonhos de liberdade dessem lugar a desilusões, desmandos, abandono e saque. Gradualmente a comunidade local foi-se degradando até tornar-se numa das mais pobres do país.

Foi assim que, no seio de inúmeras adversidades onde tudo parecia apontar o fracasso, se ousou desenhar um projecto integrado de desenvolvimento onde a componente agro-turística buscou fundamento na defesa e conservação do património natural e cultural e na participação activa da comunidade local numa rede de parcerias estratégicas para a promoção do bem-estar. A conjugação de alguns factores foi fundamental para a sustentação da ideia do projecto e a sua transformação num projecto de vida, a saber: a singularidade do meio ambiente, a riqueza cultural, a criatividade na reorganização conceptual do espaço, o conhecimento da realidade histórico-social e o profundo respeito pela comunidade.

Elegeram-se, naturalmente, como pilares norteadores das acções de intervenção, os seguintes princípios: auto-sustentabilidade; parcerias estratégicas; inclusão social (solidariedade, integração, participação e partilha); defesa e conservação dos recursos naturais e culturais; requalificação dos recursos; educação e informação.

Os objectivos básicos definidos visavam: compatibilizar as actividades de ecoturismo com a reabilitação do espaço físico e a conservação das áreas naturais; fortalecer a cooperação inter-institucional; possibilitar a maior participação possível de todos os segmentos actantes no sector; envolver a comunidade local; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental; gerar recursos e renda; distribuir os benefícios pela comunidade local.

Da concepção teórica à prática foram dados os seguintes passos:

1. Gestão partilhada: apelo ao envolvimento directo da população residente na roça e na comunidade e criação de uma comissão directiva;
2. Reconversão da população e sua adequação às actividades da roça;

3. Criação da Comissão de Bairro e Gestor do bairro;
4. Hortas comunitárias;
5. Fiscalização e Produção partilhada.
6. Estabelecimento de Parceria Estratégicas (entidades nacionais e estrangeiras, Câmara Municipal, Associações de Desenvolvimento Local, Missões Diplomáticas, Organizações Internacionais de combate à pobreza e à exclusão social, Contratos - Programa com os agentes económicos da comunidade local, criação de redes de palaiês, pescadores, condutores, etc).
7. Utilização exclusiva dos recursos locais;
8. Reutilização dos saberes (partilha de saberes entre gerações - Feitor guia, Carpinteiros, calceteiros, pedreiros, artesãos, etc.)
9. Formação dos recursos humanos: formadores (residência para a formação), curso de alfabetização de adultos, educação não formal, cursos de línguas estrangeiras.
10. Reabilitação e reconversão dos espaços: Administração em pousada e restaurante, Hospital em Espaço de Criação e residência artística, Sanzala em Bairro dos Trabalhadores, Cantina em futura Creche, Oficinas em salão de convívio.
11. Actividades em curso: Turismo ecológico; Agricultura; Pecuária; Florestação; Educação ambiental; Educação artística; Animação cultural (bulawê, danço-congo); Campo de férias; Formação (artesanato, música, educação não formal); Gastronomia; Artesanato (aproveitamento dos recursos locais).
12. Projectos em desenvolvimento: Criação da Associação ROÇAMUNDO, Associação para a Cultura e Desenvolvimento, uma nova aventura no combate à pobreza e à exclusão social através da capacitação e acompanhamento da comunidade para o auto-emprego. Através da Associação têm sido implementados os seguintes projectos: Hospital de criação – projecto “Agarra a Vida” (em parceria com a Missão Francesa de Cooperação); Tutoria educativa; Educação não formal; Educação de adultos (parceria com a Embaixada do Brasil); Campo de Férias (em parceria com a Associação de Jovens Espelho para o Futuro); Atribuição de bolsas de estudo; Residência Artística: teatro, dança, artes plásticas; Roça integrada na bienal de arte e cultura; Cursos de culinária; Curso de História; Workshops diversos.
13. Projectos futuros: 1º Encontro de Desenvolvimento Local (Fevereiro ou Março); Roçalíngua, Encontro internacional de escritores de língua portuguesa (Abril ou Maio); Mengaí, Centro Piloto de produção Agro-Alimentar; Projecto Acreditar, Centro de panificação, charcutaria e doçaria; RoçaMuseu; Voador Panhá, Centro Turístico de Pesca Artesanal (em parceria com a Associação de Jovens Espelho para o Futuro); Projecto do Parque Ecológico.

As diferentes valências, gradualmente criadas, têm permitido fazer da Roça S. João um projecto auto-sustentável através da valorização dos recursos humanos (melhoria da auto-estima, confiança, segurança, responsabilização) e materiais (exploração racional e educação ambiental). É deste modo que tentamos encontrar novas soluções para um futuro melhor.

Bibliografia

- BRUTO DA COSTA, Alfredo, (1998). Excluiões sociais. Lisboa: Gradiva: 21-25 (<http://www.eselx.ipl.pt/cidadania/cidadania/exclusoes.htm>)
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti, (1998). Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo, Futura.
- FENNELL, David A. (2002). Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo, Contexto.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (sd) - Ecoturismo Mamirauá: reserva de desenvolvimento sustentável. Tefé. (<http://www.mamiraua.org.br/ecoturismo>)
- LEMOS, Amália Inês (1996). Turismo: impactos sócio-ambientais. São Paulo, Hucitec.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Ed) (1999). Ecoturismo, um guia para planeamento e gestão. São Paulo, SENAC.
- MOLINA E, Sergio (2001). Turismo e ecologia. Barueri, EDUSC.
- NEIMAN, Zysman (Org) (2002). Meio ambiente, educação e ecoturismo. Barueri, Manole.
- Projeto OCE (1994). Oficinas de Capacitação em Ecoturismo.
- RUSCHMANN, Doris (1994). O planeamento do turismo e a proteção do meio ambiente. São Paulo, ECA/USP.
- SOUZA, André Luiz Lopes de (1994). Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. Belém, UFPA/NAEA. (Paper do NAEA, 45).
- UNESCO (sd). Exemplos práticos de projectos bem sucedidos de combate à pobreza e à exclusão social em todo o mundo (<http://www.unesco.org/most/bphome.htm>)
- WEARING, Stephen; NEIL, John (2001). Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP, Manole.
- WORLD WILDLIFE FUND (1994). Ecoturismo integrado ao manejo de várzea em Silves. Silves (<http://www.wwf.org.br/projetos>)

Turismo Solidário. Escola de Artes e Ofícios de Diogo Vaz

Nora Rizzo (Arquiteta, Coordenadora do Projecto, Vice-Presidente da Natcultura)

1. Apresentação do Projecto

A Escola Não Formal é um projecto que a Associação Natcultura está a implementar desde o ano de 2001 na Roça de Diogo Vaz, no norte de São Tomé. Esta Escola de Formação trabalha com jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos que não têm possibilidades de se inserir no ensino oficial, nem têm outras opções de formação no Distrito.

No primeiros anos iniciou-se o processo de alfabetização, ao mesmo tempo que se incorporaram formações nas áreas de agricultura, apicultura e criação de animais. O trabalho com artesanato foi uma forma de possibilitar que os jovens obtivessem um rendimento que garantisse não só a sua continuidade na Escola mas que contribuísse igualmente para melhorar as condições de vida do grupo familiar. No ano de 2003 iniciou-se o sistema de internato e incorporaram-se outras formações, tendo em conta as necessidades sentidas a nível do Distrito, com o objectivo de, no futuro, facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho local, evitando a desintegração familiar e social e o êxodo das zonas rurais. Com este critério as formações foram orientadas para os ofícios da construção e adicionou-se um curso de confecção de pão permitindo a abertura de uma padaria que não só beneficia os alunos mas também a comunidade de Diogo Vaz onde este produto é hoje vendido diariamente. Actualmente este empreendimento é auto-sustentável e possibilita um rendimento económico para os dois alunos responsáveis pela padaria.

No ano de 2006, e devido às necessidades sentidas pelos alunos e pela comunidade, iniciaram-se as aulas de informática e de costura, assim como as actividades vocacionadas para o turismo solidário. Todas as actividades promovidas e realizadas complementam-se umas com outras e todas elas tendem à auto-sustentabilidade da Escola. Em 2007 a Escola diversificou o seu âmbito de actuação e surgiu então o Centro Comunitário onde se passaram a realizar periodicamente actividades recreativas, formativas, de divulgação de programas de saúde, possibilitando acções viradas para os campos de férias

2. Turismo Solidário

O Turismo Solidário é uma modalidade sem fins de lucrativos em que o visitante se integra nas actividades quotidianas da Escola e combina o ócio criativo com as acções

solidárias que podem ou não incorporar formação sistematizada, dependendo de alguns factores como as características do visitante, a língua, a idade, o tempo de permanência na Escola. Assim o visitante contribui com o seu esforço, as suas ideias e os seus conhecimentos, melhorando as condições de vida dos intervenientes neste processo. Esta participação activa na Escola e na comunidade promove a solidariedade entre os alunos e os visitantes e favorece o seu intercâmbio cultural.

O Turismo Solidário, mais do que um serviço de hotelaria, é uma opção que proporciona ao visitante um conjunto de experiências únicas e de novas sensações, que possibilita uma simbiose enriquecedora entre alunos, população local e turistas, fazendo com que estes entendam melhor a realidade rural e as necessidades locais. É uma experiência altamente positiva e enriquecedora para os alunos, para a comunidade e sobretudo muito gratificante para os visitantes.

Os objectivos do Turismo Solidário consistem em melhorar as condições de vida dos alunos e da comunidade local, promover a auto-sustentabilidade da Escola, incorporar novas formações, promover novos postos de trabalho, facilitar o surgimento de auto-empresendimentos produtivos na comunidade local, revalorizar a cultura local, conhecer mais profundamente as potencialidades paisagísticas e turísticas da região e revalorizar as actividades produtivas do Distrito.

O Turismo Solidário iniciou-se de maneira informal com o acolhimento de jovens santomenses que visitavam ou passavam os fins-de-semana e que co-participavam com os alunos nas tarefas próprias da Escola e nas actividades desportivas e recreativas. Posteriormente a Escola começou a receber visitantes santomenses e estrangeiros residentes no país que participavam em acções de formação ou que colaboravam com a Escola nas actividades do dia-a-dia. Com o passar do tempo os turistas vindos do estrangeiro foram integrados no turismo rural. De forma paralela, são ensinadas noções básicas sobre hotelaria, gastronomia, guias de turismo, preservação do meio ambiente e do património cultural, realizando assim os primeiros avanços no que diz respeito às possibilidades de interacção com a comunidade local.

As actividades com os turistas realizam-se em função do perfil do visitante e nunca são as mesmas. Cada pessoa, cada grupo, tem as suas particularidades. Na Escola, o turista pode participar na produção de artesanato, trabalhos na horta, cozinha e confecção de refeições, jardinagem, confecção de pão, limpeza da Escola, actividades relacionadas com a melhoria do edificio, desporto, música e dança. Fora do âmbito da Escola organizam-se visitas à empresa agrícola onde os visitantes têm um primeiro contacto com a população local e a possibilidade de conhecer a beleza da arquitectura colonial da roça. Na visita às plantações de cacau, os turistas podem receber noções básicas relativas à produção e

à transformação do cacau e poderão conhecer as instalações da roça. Outra alternativa, dependendo do número de dias em que o turista resida na Escola e da disponibilidade de transporte, é visitar o Distrito. Assim, pode conhecer a fábrica artesanal de aguardente de cana, a aldeia de pescadores de Santa Catarina e receber explicações sobre as técnicas de pesca artesanal. Os mais aventureiros poderão ainda realizar um passeio com os pescadores e, na cidade de Neves, experimentar e degustar a gastronomia local. A nível paisagístico as opções serão visitar Ponta Furada, a cascata de Ponta Figo, os depósitos de água, as praias e o pelourinho de Anambó, que simboliza a chegada dos portugueses à ilha de São Tomé.

A presença dos turistas nas comunidades favorece a revalorização da cultura local, das actividades produtivas e estimula um maior e mais aprofundado conhecimento do Distrito, das pessoas, da cultura, da flora, das belezas paisagísticas, da História.

A nível económico o Turismo Solidário é uma alternativa criativa e inovadora que permite pensar no futuro da Escola com critério de sustentabilidade. Na comunidade local o impacto do turismo já está a dar os seus primeiros frutos com o surgimento de alguns empreendimentos económicos que possibilitam a criação de novos empregos e o surgimento de actividades paralelas que complementam o trabalho habitual, seja agricultura, pesca, criação de animais ou outro. O turismo promove um rendimento a mais, reforça as actividades tradicionais sem as substituir, possibilita ao trabalhador obter rendimentos em períodos de pouca actividade na roça, na pesca, na produção de aguardentes e permite que as pessoas possam continuar a viver nos seus lugares e a melhorar as suas condições de vida. É sustentável socialmente uma vez que os benefícios ficam na população, que assim tem condições para melhorar a sua qualidade de vida, e culturalmente porque as pessoas continuam com a sua identidade, as suas tradições e revalorizam a sua cultura

3. Reflexões finais

Actualmente estamos na etapa de formalização e sistematização do Turismo Solidário na Escola que está a ser incorporado de forma gradual e sempre em pequena escala a fim de permitir uma melhor interacção entre os alunos e a população local. À medida que os jovens ganharem confiança nos diferentes serviços prestados aos turistas passarão a acolher grupos mais numerosos. Ao mesmo tempo serão promovidas e realizadas formações e melhorias nas infraestruturas. O Turismo Solidário não é um sector isolado da Escola, integra-se no conceito de desenvolvimento rural integrado através da criação dum pólo de desenvolvimento Escola-Centro Comunitário-Centro de Artesanato-Turismo Solidário. Todos se complementam mutuamente. Estamos cientes que muita coisa existe ainda por fazer. O certo é que estamos no bom caminho.

Balanço de 15 anos de conservação das Áreas Protegidas através do Turismo. Programa ECOFAC componente de São Tomé e Príncipe¹

Danilo Barbero (Assistente Técnico do Programa ECOFAC)

O Programa ECOFAC, *Écosystèmes Forestiers d'Afrique Centrale*, é uma iniciativa da União Europeia e da África Central que, desde 2002, apoia a conservação relacionada com o sistema florestal da subregião. O Programa inclui um projecto de apoio institucional à Direcção-Geral do Ambiente e a outras Direcções de São Tomé e Príncipe de criação de condições para a gestão do Ambiente e para a preservação da biodiversidade.

Na apresentação serão analisados os objectivos, as áreas de intervenção e as actividades realizadas no sector do turismo ao longo de quinze anos.

O quadro institucional do Projecto é constituído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, pelo Ministério dos Recursos Naturais, que é o Ministério técnico da tutela, e pelo Programa Geral de Conservação e de Valorização dos Ecossistemas Florestais da África Central, ECOFAC componente de São Tomé e Príncipe. O Fundo Europeu para o Desenvolvimento da União Europeia tem um engajamento de 38 milhões de euros no âmbito dos Acordos de Cotonou entre a União Europeia e os países da África, Caraíbas e Pacífico. O objectivo geral é a redução da pobreza, incluindo a componente ambiental do desenvolvimento e a gestão durável do Ambiente conforme as directrizes internacionais.

Ao nível dos Estados da África Central, a Comissão dos Ministros das Florestas dos Estados da África Central preparou um Plano de Convergência para melhorar a gestão e a conservação das florestas da subregião através da boa governação e do combate contra a exploração ilícita. Contudo, existem vários problemas para se poder realizar estes objectivos num prazo razoável.

A ECOFAC é uma acção da *Commission des Forêts d'Afrique Centrale* (COMIFAC), que é a Comissão da subregião, e São Tomé é membro desde 2005. Quando integrou a ECOFAC, já faziam parte sete países com muitos problemas de guerrilha, e que são importantes sobretudo quando se fala em turismo, apesar de haver turistas do tipo de quererem ver o que se passa onde há guerra. Mas, em São Tomé e Príncipe, sente-se paz e segurança.

¹ Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "O Impacto do Ecoturismo nas Comunidades Locais", Palácio dos Congressos, São Tomé.

O objectivo geral em São Tomé e Príncipe é a preservação e a conservação da biodiversidade, sendo o objectivo específico contribuir para o equilíbrio dos ecossistemas através da melhor gestão das pressões sobre os recursos naturais. Para o cumprimento destes objectivos a ECOFAC tem quatro vertentes: gerir de forma sustentável os Parques e as áreas periféricas; viabilizar um quadro de concertação para integrar a conservação do Ambiente no processo de desenvolvimento; planificar as acções de desenvolvimento rural apartadas ao contexto local e baseadas na valorização dos Parques; implementar o sistema de seguimento e monitorização dos Parques em colaboração com a Rede das Áreas Protegidas da África Central (RAPAC), que é uma Rede composta por 82 Áreas Protegidas da subregião, entre as quais 33 são Áreas Protegidas piloto, incluindo as duas de São Tomé e Príncipe.

Nesta fase, o Projecto arrancou há um ano e estamos a desenvolver trabalho de apoio à constituição da estrutura para a gestão dos Parques de São Tomé e Príncipe. Paralelamente, estamos a preparar os planos de ordenamento e de gestão. Neste âmbito estamos, nesta altura, a organizar uma missão de consultores internacionais que nos ajudará a reflectir sobre a constituição do quadro de concertação ambiental que está em curso, embora com um pequeno atraso. Esta é uma prioridade. Estamos também a iniciar os contactos com as comunidades locais para implementar acções de desenvolvimento. Por fim, estamos no caminho de definir um sistema para a monitorização dos Parques utilizando metodologia adequada.

Em termos de zonas de intervenção, em São Tomé, temos três zonas principais: uma zona problemática ao norte, em que o problema é justamente o turismo; o Parque Natural Obô de São Tomé; a zona de mangal em Malanza. Estas áreas são importantes porque ocupam 35% do território do País. No Príncipe é ainda mais significativo porque ocupam 59% da ilha. Em São Tomé e Príncipe, no sector do turismo fez-se muita coisa sobretudo na promoção do ecoturismo. Começou a falar-se em desenvolvimento do turismo como actividade autónoma e sustentável em 2000 mas depois, por várias razões, acabou por se proceder à suspensão de toda a estratégia. Nesta altura, a opção foi reorientar a actividade da ECOFAC como um Projecto vocacionado para o apoio institucional à Direcção-Geral do Ambiente. Neste contexto, o turismo poderá ser feito mas dependendo da Direcção de Turismo porque a ECOFAC deixou de interferir directamente na promoção e na actividade como aconteceu anteriormente.

As actividades realizadas ao longo dos 15 anos foram: a construção da sede no Bom Sucesso para a recepção dos turistas que permite receber cerca de 1000 turistas por ano. Este número não é suficiente para a sustentabilidade do Parque, o que implica calcular o número de turistas necessário. Nesta perspectiva, cerca de 8000 turistas significa um aumento de 800% e estas são contas que devem dar muito que pensar. Mas de todas as

formas estamos conscientes de que o Parque tem condições para poder viver. Por outro lado, a realização de circuitos ecoturísticos vários, sendo o percurso de Lagoa Amélia o mais significativo para quem visita São Tomé que, para o turista que visita o arquipélago, equivale à *Tour Eiffel* em Paris; a organização do Jardim Botânico e o acompanhamento de visitas; a construção do Acampamento da Praia Jalé; a formação de guias ecoturísticos; a realização de estudos por consultores.

O balanço de 15 anos de promoção do turismo é parcial porque faltam alguns dos aspectos que seria importante contemplar. Houve coisas que correram bem, como são os exemplos da: a visita ao Bom Sucesso e ao Parque de São Tomé por cerca de 1000 turistas por ano; a criação de infraestruturas de recepção na Praia Jalé; a formação de dezenas de pessoas como guias turísticos para acompanhar circuitos ecoturísticos; a produção de publicações e livros; a promoção de destinos; a realização e acompanhamento de estudos sobre vários domínios, o que é muito importante porque é uma informação que estamos a tentar capitalizar. Mas, por outro lado, houve coisas que não correram bem e que também devem ser referidas numa análise que se quer que seja crítica. Assim, pode referir-se a: falta de rentabilidade económica com benefício efectivo para as populações; fraca capacidade de participação e de organização evidenciadas pelas populações; fraca responsabilização e motivação na promoção do turismo. É preciso envolver várias componentes, internacionais e nacionais, o que por vezes é complicado. Mas em São Tomé e Príncipe há outras cooperações, além da ECOFAC, para fazer isso e a União Europeia defende o princípio da complementaridade de políticas de cooperação. Neste sentido, o Projecto ECOFAC está sempre disponível para trabalhar em complementaridade.

É necessário ter uma abordagem realista para o turismo, o que é por vezes uma das coisas mais difíceis porque o Homem está sempre com a mente obscurecida pelo pensamento, pelo sonho e pela utopia. Sempre foi assim. O Homem vê as coisas como quer ver e não como são. A realidade é uma coisa muito difícil para se encarar, talvez não a queiramos ver porque talvez a realidade não seja sempre boa. As pessoas costumam ver com optimismo, por vezes estão na pobreza total mas pensam sempre que vão melhorar. E é preciso ver que a realidade não é boa. Por isso há que entender que olhar para a realidade leva-nos muitas vezes ao sofrimento. É muito difícil ver as coisas como são porque levam a frustrações e é através dos momentos difíceis que se pode progredir. Então, o Projecto tem de enquadrar as necessidades da realidade e não projectar ideias políticas sobre as populações, o País e as Instituições. Então, quais são as potencialidades no sector do turismo? É preciso analisar os serviços como se fosse um exame de anatomia: abrir o corpo, tirar para fora e ver tudo o que há. Ver quais são os serviços e qual o valor que têm esses serviços. Muitas vezes não se sabe. Podemos criar a procura e comparar os preços com outros tipos

de desenvolvimento turístico mas é muito difícil: as infraestruturas de São Tomé e Príncipe; a situação da estabilidade porque o turismo precisa de paz.

A primeira coisa que um turista pergunta é sobre o paludismo. Essas coisas são reais. A atracção dos investidores e o processo de licenciamento, a avaliação do impacto ambiental, o controle, a fiscalização e a boa governação. O que se passa com o controle de branqueamento de dinheiro e da corrupção porque o sector do turismo é um dos primeiros a sofrer a influência destes processos. É o sector típico para branquear capitais ilícitos. A capacidade para controlar o financiamento do País. Há uns tempos chegou uma rapariga de Cabo Verde a dizer que tinha 2 biliões de euros para um investimento no sector do turismo. Este é o valor do orçamento do Gabão que é um país produtor de petróleo. Esta rapariga é de Cabo Verde e tem 2 biliões de euros para fazer um investimento. E já se sabe que provavelmente estes biliões de euros não existem na realidade e são só uma coisa para abrir portas ou tirar ilusões. Há muitos constrangimentos, isolamento no que respeita aos transportes já que todas as companhias que ligam África a São Tomé e Príncipe estão na lista negra da União Europeia. Torna-se difícil dizer a um turista que ele tem de sair para o Gabão num avião que está na lista negra. Há o problema das alterações climáticas, que não é só de São Tomé. Turismo balnear não é fácil porque as praias são pequenas e limitadas, a areia é pouca, e o turismo de massas não é priorizado.

A situação internacional com a crise económica que é inacreditável. Os destinos mais conhecidos estão a baixar o custo para continuar a atrair um mínimo de turistas mas isso faz com que o benefício seja muito baixo. Para além disto, a crise no sector da aviação e o custo das viagens. Todos estes são factores que contribuem muito para o desenvolvimento do sector do turismo. Se queremos ter uma abordagem realista, temos de aumentar as potencialidades, minimizar os constrangimentos e ainda ver quais são as motivações dos actores. O que é que os operadores e promotores querem? Ajudar os pobres? Não creio. Querem é ganhar dinheiro e ganhar dinheiro é algo que se faz sempre de forma um pouco egoísta. Então, o sector ambiental e social do turismo não vai ser considerado. Mesmo nos países que têm muito turismo, o social é feio. O turismo pode dar emprego e isso não é pouco mas o impacto negativo é terrível.

O social, o económico e o ambiental são três factores e se queremos ser realistas temos de dizer que o turismo tem servido mais do que tudo para ganhar dinheiro. Então, cada um tem de pensar: para quê desenvolver o turismo? para que é que o turista faz turismo? qual é a sua motivação? As motivações são o que empurra o Homem para a acção. Se a motivação for boa, a acção vai ser boa. Se a motivação não for boa, a acção também não vai ser boa, mas tenta-se mascarar essa acção. O económico é o que domina e não é mais do que uma componente do desenvolvimento sustentável.

O Ecoturismo e a Conservação, experiência da Associação Monte Pico¹

Luís Mário de Almeida (Presidente da Associação Monte Pico)

Eu tenho o Ecoturismo no coração. Hoje venho falar-vos sobre a experiência da Monte Pico e vou começar por fazer a apresentação da Associação. A Associação Monte Pico foi formalmente criada em 1996 como uma iniciativa de alguns trabalhadores assalariados do Projecto ECOFAC. É uma associação laica que foi inicialmente constituída por dezassete membros e que actualmente é já uma Organização Não Governamental (ONG) formada por trinta e sete membros efectivos e um benemérito. O nosso percurso e experiência começaram com o Projecto ECOFAC, numa actividade de subida ao Pico de São Tomé, em 1992. Foi uma tarefa muito difícil porque muitas coisas estavam abandonadas e muitas pistas não existiam.

Os principais objectivos da Associação são promover um turismo responsável em São Tomé e Príncipe, participar no desenvolvimento rural de forma sustentável e promover a conservação da natureza. O primeiro objectivo é a promoção do turismo responsável em São Tomé e Príncipe. Uma das primeiras coisas em que nós pensámos foi promover a formação contínua dos nossos membros porque considerámos fundamental que dispusessem de conhecimentos para poderem pôr em prática aquilo que é a nossa ambição e os nossos objectivos. A coisa mais importante é trabalhar o Homem porque é o Homem que destrói a natureza. A nossa prestação de serviços turísticos consiste no acompanhamento de visitantes com guias ecológicos. Temos fundamentado a nossa acção principalmente nas actividades de observação de pássaros e na subida aos picos de São Tomé. Além disso, promovemos a divulgação da flora de São Tomé, temos encorajado a nova geração para a prática do turismo responsável, e ainda fazemos a abertura e a manutenção das pistas e das infraestruturas dentro e fora do Parque.

O segundo objectivo é a promoção do desenvolvimento rural e com essa preocupação foi criado um viveiro florestal com plantas nativas para madeiras, frutos e combustíveis. Têm sido organizadas algumas actividades recreativas e desportivas promovendo-se o intercâmbio com as comunidades rurais e realizado o apoio a algumas escolas situadas nas zonas periféricas do Parque Obô de São Tomé. Esta iniciativa partiu da Associação, porque pensamos que não se pode fazer turismo se esta actividade não tiver o seu susten-

¹ *Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "O Impacto do Ecoturismo nas Comunidades Locais", Palácio dos Congressos, São Tomé.*

to próprio e uma das formas de criar sustentabilidade no ecoturismo reside também na reflorestação. Por outro lado, temos promovido a organização e a realização de actividades recreativas e desportivas com intercâmbio com as comunidades rurais, como forma de as integrar naquilo que é para nós o desenvolvimento rural. Muitas das pessoas que integram estas acções estão nas roças onde não existem actividades deste género. Então nas horas livres têm a possibilidade de fazer coisas diferentes daquilo que é, para elas, o normal. Assim pensamos que, se fizéssemos intercâmbio desportivo, talvez as pessoas acabassem por se fixar nas zonas rurais e se sentissem mais valorizadas ali. O apoio que temos dado a algumas escolas situadas na zona da periferia do Parque é também devido ao facto de considerarmos importante a realização dessas actividades com as escolas. As crianças e os jovens devem ter alguns conhecimentos ligados à nossa natureza, à ecologia e ao Parque e é cada vez mais importante desenvolver actividades em conjunto para a sensibilização, a formação, a animação dos nossos meninos no espaço que rodeia o Parque Obô.

O terceiro objectivo é a conservação e a preservação da natureza. Com esta preocupação temos apoiado e prestado assistência à realização de estudos científicos sobre a fauna e flora de São Tomé. Tivemos também acções sobre a forma como a população usa os recursos naturais e se relaciona com as áreas protegidas, sobre a manutenção do Jardim Botânico do Bom Sucesso; estabelecemos parcerias nacionais e internacionais para a implementação de projectos na área da conservação da natureza; e procedemos à identificação dos valores socioculturais mais importantes e que condicionam a conservação ecológica. Esta identificação tem estado a surtir grandes efeitos porque nos tem permitido recolher o contributo de pessoas que não têm conhecimentos científicos mas que nos têm ajudado pelas informações e conhecimentos da realidade de que dispõem, dando a conhecer aos nossos cientistas aspectos importantes para a valorização da natureza e do sistema ecológico a nível nacional.

Nas actividades com espírito desportivo costumamos adoptar a seguinte metodologia: em primeiro lugar, plantamos árvores e levamos uma bola para que, no fim dos jogos e dos torneios, a deixamos como recordação. Essa recordação é uma forma de incentivar a partilha e o intercâmbio. Mais tarde, quando voltarmos, podemos voltar a jogar e plantar mais árvores com eles. Se tivermos por exemplo cinco árvores plantadas por cada um já temos uma boa contribuição para o meio ambiente.

Para atingir os nossos objectivos também queremos aumentar o número de membros que tenham espírito de conservação e isso é muito importante. Quantos mais membros tivermos com este entendimento melhor, porque nós pensamos que todos os santomenses devem ter espírito de conservação. A conservação não pode ser só um problema do Direcção-Geral do Ambiente, deve ser um problema de todos, por isso, nós estamos abertos

a receber todos aqueles que querem ser membros desde que tenham vontade e espírito de conservação do nosso ambiente.

Em relação à nossa experiência no domínio do ecoturismo, é preciso falar primeiro o que foi o ecoturismo ontem. A palavra ecoturismo para nós é uma coisa nova. Muitas pessoas falam do ecoturismo, falam, mas não sabem o que a palavra significa na prática, e percebemos isso quando constatamos que têm animais como os macacos e os papagaios presos. Não sabem. No início, nós também tivemos esse problema. Durante vários anos fomos guias florestais, nós guiávamos as pessoas, íamos com elas para o mato, mostrávamos mas não sabíamos o que estávamos a explicar. Nós descobrimos pistas mas sem saber o sentido real dessas descobertas. Éramos chamados de matadores de cobras porque cada vez que íamos para o mato éramos acusados de matar as cobras. Nós víamos a floresta como uma coisa perigosa, como nenhum santomense pensa até hoje. Víamos o mato como uma coisa perigosa, que fazia mal ao Homem, porque havia lá nefuntos e outras coisas. Antes, quando subíamos ao Pico, ou visitávamos a nossa floresta deixávamos lá os lixos; levávamos as latas, comíamos atum, sardinhas e deixávamos lá todo o lixo. Mas hoje nós temos outra visão. Guiamos as pessoas para as nossas florestas mas com intenção de mostrar tudo de bom, o melhor, sem deixar nada que seja perigoso ou poluição para a nossa floresta. Todo o lixo que levamos para o mato voltamos a trazer. Levamos garrafas, latas, plásticos mas ao regressarmos trazemos tudo e vamos depositar no lugar próprio, na lixeira. Imaginemos que as pessoas vão ao Pico ou a Lagoa Amélia e continuavam a deixar os lixos. Nesta altura já não teríamos uma floresta saudável como nós pensamos que temos.

Outro cuidado que nós temos é sensibilizar os nossos visitantes, sempre que visitamos as nossas florestas, para que eles visitem sem alterar nada do que encontraram. Algumas pessoas que visitam as nossas florestas querem levar com elas sementes, cajamangas e outras coisas, mas isso pode ser perigoso porque pode alterar o nosso ecossistema. E nós advertimos e explicamos quais são os comportamentos ecológicos. As pessoas que vão, sobretudo pessoas que dizem ser ecologistas, de vez em quando acompanham turistas. Quando chegam e vêem algumas plantas no nosso Parque, tiram e dizem: “isto é bonito, vou levar para casa”. Nós chamamos logo à atenção porque isso não se faz. Se formos mil pessoas a visitar o nosso Parque, se todos quisermos levar um pedaço, daqui a uns anos não teremos nada.

Outra actuação que temos vindo a fazer é tentar converter os caçadores em guias turísticos. Essa experiência é muito importante e foi um dos bons resultados que conseguimos alcançar. Não sei se viram uma fotografia de uma escalada ao Pico em que eu estou no meio de duas pessoas. Essas pessoas eram caçadores de pombos que é um dos animais

que só se vê nas nossas florestas. E hoje esses caçadores são guias. Quando começámos a trabalhar juntos, quando víamos algumas espécies eles não conseguiam resistir. E hoje já não gostam de quem faz isso, não querem ver as pessoas a caçar e são os primeiros a chamar a atenção. Esta foi uma grande experiência que deve ter continuidade. Em dada altura também abrimos pistas para os turistas mas depois nem sempre resultou bem porque acabaram por fazer pistas para invadir o nosso Parque. Os impactos das pistas que nós abrimos para os turistas foram grandes porque as pessoas aproveitaram e começaram a invadir essas pistas. Hoje sabemos que sempre que abrimos pistas temos que fazer estudos e temos o cuidado para que essas pistas não sirvam para destruir as nossas florestas.

A nossa visão sobre o turismo em São Tomé é que o turismo deve ser de qualidade e para nós a qualidade significa manter e preservar a nossa biodiversidade. Quando digo biodiversidade refiro-me a tudo o que temos: respirar ar puro; beber uma água potável de qualidade; poder oferecer ao turista os frutos da nossa terra sem adubos e sem outros derivados químicos. Para mim, esta é que deve ser a qualidade em termos da prestação de serviços no turismo.

Uma das metas a atingir com a evolução do turismo, para mim e para nós da Associação Monte Pico, deve ser o bem-estar para todos os santomenses, através da adopção de boas práticas. Para a evolução do turismo é necessário ter cuidado com a degradação patrimonial. Eu digo isto porque podemos estar aqui a fazer coisas e a falar de turismo mas temos que ter cuidado na forma como se fala e no que se defende. Se muita gente for para a praia e deixar lá plásticos e outras coisas, certamente que vão degradar as nossas praias. Também não podemos pensar em turismo se não entrar dinheiro para nós, se não ganharmos e beneficiarmos com os serviços que prestamos e, neste contexto, é muito importante ter condições para valorizar os nossos quadros nacionais.

Para concluir, gostaria de deixar algumas recomendações: dar oportunidade de formação e informação a todos os que se dedicam ao Turismo, já que muitos proprietários de empresas que fazem exploração turística e que atendem visitantes não têm formação sobretudo no domínio do ecoturismo; criar condições estratégicas por parte do Governo para que a política de desenvolvimento do turismo seja uma séria, objectiva e contínua no tempo que facilite o trabalho dos que dedicam a sua vida ao turismo; promover um turismo nacional no sentido de dar a conhecer aos santomenses o seu próprio país porque não se pode desenvolver o turismo se os próprios santomenses não valorizam a sua terra e não conhecem os lugares mais típicos e importantes; reconstruir e cuidar do património para que quando os turistas visitam os lugares não encontrem as casas abandonadas e as roças degradadas. Muito obrigado pela atenção.

A experiência da Associação Clube das Nações¹

Eleutério Afonso da Assunção (Presidente da ONG Clube das Nações)

A Associação Clube das Nações para a Protecção do Ambiente e Educação tem apenas dezanove meses de existência, o que se traduz numa curta experiência. A primeira actividade oficial que realizámos foi no distrito de Lobata no dia 9 de Dezembro de 2006 com o plantio de quarenta plantas entre amoreiras, pinheiros e acácias, mas hoje contamos apenas com dez delas devido à ignorância do dono do lote, aos animais que andam à solta e também à falta de assistência da nossa parte porque não tínhamos como fazer cobertura a essas plantas.

No dia 25 do mês de Janeiro do ano de 2007, com base na parceria com a Direcção da Escola Básica e Secundária de Guadalupe e com o apoio dos alunos desta instituição escolar em conjunto connosco, realizámos o plantio de dezasseis árvores de sombra no pátio da escola e no jardim público da cidade de Guadalupe, e que hoje ainda permanecem vivas graças à Comissão dos alunos da escola e à nossa vigilância.

Em 17 de Março do ano de 2007 realizámos o plantio de sessenta plantas na Roça da Empresa Agostinho Neto com a colaboração da Cooperativa local. Neste evento contamos com a participação da comunidade, o que é muito importante porque a própria população encara as plantas como sua propriedade e sendo assim não terão tendência para as danificar.

A 23 de Março de 2007, com a colaboração da Cruz Vermelha e da Direcção de Recursos Naturais, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Água, plantámos com os agricultores um total de cento e dez plantas na Roça de Santa Luzia com os agricultores e hoje podemos ainda contar com cerca de 80% delas. As árvores que plantámos foram acácias e gôgô, que é a planta de São Tomé.

No dia 5 de Maio do ano de 2007 fizemos o plantio de noventa e seis plantas na Roça da Praia das Conchas no distrito de Lobata, devido ao factor fogo que é considerado como a abertura anual, já que são zonas onde há savana. Anualmente esta zona incendeia e o fogo põe em causa as nossas plantas, pelo que contamos simplesmente com 5% delas porque a maior parte morreu. Na cidade de Guadalupe também introduzimos cerca de vinte e cinco plantas mas destas restam apenas três devido à ignorância da população local e aos animais que andam soltos na via pública e que danificam.

Em todas as acções que desenvolvemos temos a oportunidade de falar com o dono

¹ *Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 no Painel "Apresentação da Experiência de São Tomé e Príncipe", Palácio dos Congressos, São Tomé.*

do campo onde vamos fazer o plantio e explicamos os objectivos e a forma como vamos fazer para podermos conquistar as pessoas. Depois de aceitarem as nossas propostas têm a tendência para querer que o campo não venha a desaparecer e colaboram connosco de forma mais fácil.

No que diz respeito ao *ylang-ylang*, que é uma planta muito procurada por causa do seu agradável aroma, temos vindo a realizar diferentes actividades, mas também organizamos actividades de limpeza de todas as praias do distrito de Lobata entre os dias 29 a 30 de Novembro de 2006. Nesta iniciativa acampámos numa das praias de modo a retomar o trabalho no dia seguinte. Com estas acções, o nosso maior objectivo é manter todas as praias limpas para o dia 1 de Janeiro, que é um dia em que os santomenses têm por hábito ir à praia para se banhar. Em seguida, no dia 3 de Janeiro fomos obrigados a limpar de novo as praias e desta vez limpámos a praia de Micoló, que é considerada uma das mais sujas de todo o distrito de Lobata.

Finalmente, no dia 14 de Julho de 2007, promovemos uma acção de limpeza de todas as valas e espaços públicos na cidade de Guadalupe que acumulam lixos de toda a espécie.

E apesar da nossa Associação ser ainda muito jovem e estar a dar os primeiros passos na preservação do Ambiente de São Tomé e Príncipe, deixamos também o nosso testemunho e estamos disponíveis para encontrar novos parceiros para as actividades que planeamos desenvolver. Muito obrigado pela vossa atenção.

Medicina Tradicional versus *Mindjan Mato* versus Curandeiros em São Tomé

Isabel Rodrigues (Museu de Etnologia do Porto)

I. Notas Etnográficas

Na população local há uma banalização dos conhecimentos sobre as propriedades terapêuticas das espécies botânicas. Os materiais botânicos podem ser colhidos nos lugares mais acessíveis: no quintal; na beira da estrada. Porém, esta sabedoria é objecto de uma especialização no caso dos curandeiros que conhecem a composição de chás e de banhos mais poderosos.

Os remédios do mato funcionam como um campo discursivo para negar a doença e a morte. É pois no mato que os santomenses buscam soluções para os vários males e angústias, em particular aquelas que escapam ao circuito corporal das doenças de hospital ou doenças naturais. Podem ser falta de emprego, problemas de trabalho, falta de dinheiro, impotência sexual, feitiços. A sobrevivência é justificada na base dos recursos de uma natureza pródiga: em termos da alimentação, alguns frutos exóticos abundantes, como a jaca, que iludem a fome; e os remédios do mato, os *mindjan mato*, que iludem a doença e a morte. Médicos e enfermeiros podem reproduzir o discurso de redescoberta da autenticidade da tradição africana, que estimulou a pesquisa e mesmo a consagração da medicina tradicional como um dos fulcros possíveis de uma santomenseidade. Os terapeutas tradicionais, os *stlijon*, são fazedores da ontologia e da tradição santomense, desempenhando um papel central de transmissão e de reprodução do conhecimento tradicional.¹

2. São Tomé e Príncipe, ilhas da simpatia, da paisagem, da natureza

Na natureza reside um potencial para as ilhas, talvez o seu futuro! Aqui vivem plantas medicinais, matérias primas procuradas pela indústria farmacêutica internacional. A situação privilegiada das ilhas, primeiro na rota da Índia e, mais tarde, entreposto entre a costa ocidental de África e a América do Sul, facilitou contactos entre raças, culturas e produtos, dando origem a uma cultura mestiça, miscigenada.

Um reino maravilhoso! Que é isso de acreditar no feitiço? *Kê kuá*? Propunha uma viagem, uma reflexão, sobre os saberes e as práticas tradicionais onde se mestiça, se mistura o católico e o profano, o mítico e o real, a magia e razão... Uma viagem, pelo mundo da medicina tradicional, das plantas curativas, dos curandeiros (*stlijon*) que, no campo da

¹ Texto elaborado com base na leitura da obra de Paulo Valverde "Máscara, Mato e Morte em S. Tomé".

doença e da cura, garantiram durante séculos a sobrevivência e o equilíbrio em África: perspectiva etnobotânica, histórica, etnológica e, museológica; a importância desses saberes no contexto actual da sociedade santomense; a importância e o contributo do projecto Pague (um grupo de jovens investigadores farmacêuticos, sob a coordenação da professora Maria do Céu Madureira e a colaboração do Prof. Doutor Jorge Paiva, especialista em floras tropicais e de três reconhecidos terapeutas tradicionais de São Tomé (Sum Pontes, Sum Gino e Sum Costa) em colaboração com o Ministério da Saúde de São Tomé, cujo objectivo é a investigação e desenvolvimento de novos medicamentos a partir de produtos à base de plantas, usados na medicina tradicional.

“O museu deve orientar-se, não apenas para o património material, ligado aos objectos, mas também para o património humano, formado por indivíduos detentores da memória do saber fazer, das técnicas e conhecimentos que fazem parte do capital cultural da comunidade” (Hugues de Varine).

É pegando no conceito de museu, sua função, objectivos, missão que pretendo explorar o património dos curandeiros tradicionais:

- o museu como guardião da memória colectiva, do património material e imaterial, do saber tradicional;
- o museu como instituição fundamental, na salvaguarda, recolha, registo, interpretação, divulgação, animação deste saber tradicional, deste património humano, a herança cultural dos velhos terapeutas;
- o museu como instrumento de participação popular para o desenvolvimento comunitário e o ordenamento do território (Henri Rivière);
- a interacção da escola com o museu, o seu papel na educação cívica e patrimonial;
- o museu como um instrumento de divulgação turística prestando atenção a sectores económicos em expansão como o lazer e o turismo;
- o museu como agente e parceiro social no desenvolvimento sustentado, melhora a imagem da cidade ou da região.

Este tema, Medicina tradicional *versus mindjan mato versus* curandeiros, é considerado como um dos vectores cruciais da tradição de São Tomé, da sua identidade cultural, para a qual a biomedicina e a religião são traços fundamentais. Numa África sem fronteiras, África de regiões, cada vez se acentua mais a necessidade do museu, da escola, da comunidade como instrumentos de protecção e de valorização dos valores culturais e patrimoniais, e da defesa da sua identidade e individualidade. “Estou como a ilha: o melhor é sempre o que está por vir. Deixo-te com essa esperança” (Lenil Oil, Pedro Rosa Mendes).

3. Agradecimentos

Dedico esta comunicação, à memória do meu pai, com ele aprendi o feitiço da ilha de São Tomé, de África. Dedico-a também:

- à memória de Paulo Valverde, antropólogo falecido aos 37 anos em consequência da malária contraída em São Tomé, onde realizava a sua tese de doutoramento e para quem São Tomé se tornou um projecto de vida;
- a todos os filhos da terra, aos forros espalhados pelo mundo, a todos os que têm São Tomé no coração e no pensamento;
- à *blogger* e ao *blog* “<http://www.africadetodossonhos.blogspot.com>” por, de alguma forma, me manter mais perto de São Tomé.

Bem hajam.

Educação Ambiental e Resíduos – um recurso para (Re) utilizar com criatividade

Adelina Pinto (ASPEA, Delegação Regional de Aveiro), Conceição Afonso (ASPEA, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Aveiro)¹, Raquel Lopes (Professora de Biologia e Geologia do 3º Ciclo e Secundário)²

1. Apresentação

O trabalho desenvolvido, inserido no Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário em São Tomé e Príncipe” no âmbito das “Oficinas de Reciclagem e Reutilização Criativa e Desenvolvimento Comunitário” e “Resíduos: um recurso para (Re)utilizar com criatividade”, realizadas nas Roças de S. João e Diogo Vaz, respectivamente, apresenta um contributo de uma experiência que teve como orientação o Estar com... e Trabalhar com... privilegiando as experiências pessoais, a troca e o saber fazer.

As oficinas dinamizadas proporcionaram espaços de convivência e partilha de experiências, a partir da aplicação de diferentes técnicas manuais com recurso a diferentes materiais. A proposta foi elaborada atendendo a que o público-alvo, não sendo artista, desenvolvesse o gosto pela cor, forma e textura, utilizando, criativamente, os vários recursos disponíveis. E, nesta sensibilização sobre a problemática ambiental, centrou-se a acção no sentido da exploração dos sentidos e sentimentos de cada um em relação ao ambiente e aos lugares, onde o afecto à natureza constitui uma condição para o desenvolvimento de uma cidadania ambiental.

Atendendo a que a Educação Ambiental (EA) se apresenta como um importante instrumento de mudança de comportamentos e atitudes, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao ambiente, em geral, e na resolução de problemas relativos aos resíduos em particular, enfatiza-se a importância da reciclagem, da redução e da reutilização dos mesmos em comunidades rurais socioeconomicamente desfavorecidas.

2. Introdução

No decorrer da história assistimos a várias mudanças na forma como o Homem tem transformado matérias-primas em produtos úteis à sua sobrevivência, levando a mudan-

1 *Membro dos Órgãos Sociais da ASPEA. Professora em Lar Especializado de Infância e Juventude – Instituição da Segurança Social.*

2 *Mestre em Ecologia da Paisagem e Conservação da Natureza pelo Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.*

ças significativas a partir dos finais do séc. XVIII, onde se assiste ao desenvolvimento da economia capitalista. É a partir do séc. XIX que o processo de industrialização se verifica pelo mundo de uma forma mais acentuada, marcando transformações significativas para o homem contemporâneo, quer ao nível da cultura, como na organização social e um novo padrão de vida que se difundiu a quase todos os segmentos sociais e cujos efeitos se repercutem como paradigma até aos dias de hoje.

É nessa máxima, na sociedade industrial, que o crescimento económico passa a ser o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos: sociais, psíquicos e morais (Morin e Kern, 1993) e a crença absoluta na dominação do progresso e do poder económico, político e tecnológico, sobre a natureza. Esta é uma visão de abundância ilimitada e infinita dos recursos e a capacidade humana de gestão e domínio da natureza que levou ao pensamento até ao séc. XX (Caride e Meira 2004, p.109).

A evolução científica e tecnológica neste século provocou profundas mudanças histórico-sociais e foi na economia capitalista, de manter as taxas de crescimento contínuas, que foi necessário incentivar o consumo, para aumentar a reprodução do capital, uma vez que o mercado tem potencialidades para produzir cada vez mais para a satisfação das necessidades mais básicas (e.g., saúde, educação, alimentação, habitação), levando às chamadas sociedades de bem-estar da cultura ocidental e que são também denominadas de sociedades de consumo. Criaram-se novos espaços, houve o desenvolvimento da publicidade e com ela o crescimento do *marketing* na procura constante de novas oportunidades de negócio e o consumismo tornou-se uma grande armadilha para o ser humano e para o planeta. Consequentemente, esta atitude conduziu à cultura do desperdício e à degradação crescente do nosso planeta com origem no processo de industrialização (ou industrialismo), provocando alterações no conjunto ecológico chamando-lhe Giddens (1992) “devorador de naturezas”, subordinando a natureza ao controlo humano o que levou a uma crise ecológica. Desta forma, o século XX testemunhou, por um lado, o maior e mais rápido avanço tecnológico da história da humanidade, como também as maiores agressões ao ambiente, decorrentes de um desenvolvimento que não considerou os impactos relevantes da revolução industrial e de que os recursos naturais são finitos.

Contudo, se nos países desenvolvidos se verificou este progresso, nos países subdesenvolvidos assistiu-se à sua maior dependência do apoio internacional, sendo as iniciativas de desenvolvimento económico pontuais, não atingindo a totalidade da população, cada vez mais empobrecida e dependente de apoio. Todos somos dependentes uns dos outros e do equilíbrio com a natureza, e em momentos de crise e de grande degradação social e ambiental, é importante pensar-se em práticas que estimulem a capacidade de (re)criar alternativas. Estas, devem ter como base princípios que valorizem a integridade humana

e ambiental numa interacção mais saudável entre homem e natureza. A Organização das Nações Unidas (ONU) já alertou para a necessidade de se alterarem os padrões de consumo, uma vez que se tal não se verificar deixaremos uma pesada herança para as próximas gerações. Devemos então, caminhar para uma solução que vise uma melhoria da qualidade de vida e para que haja condições ambientais favoráveis, no futuro.

No relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI (1996: 15) considera-se a educação como o centro “(...) do desenvolvimento, tanto da pessoa humana como das comunidades”, de forma a dar nova importância à dimensão ética e cultural da educação e assim dotar cada um com os meios de compreender o outro na sua especificidade e de compreender este mundo desordenado para um certo equilíbrio. Somos, por isso, levados a reflectir, criticamente, sobre a crescente desigualdade resultante da emergente transformação da sociedade. Esta reflexão, passa pela educação, pela compreensão do mundo e pela mudança em cada um de nós, em tornarmo-nos cidadãos num mundo em mudança (Delors, 1996), e para que se efective uma especial responsabilidade na construção de um mundo mais solidário, pela (in)formação, cooperação, participação e (re)construção. Neste contexto, a sensibilização para os problemas do ambiente constitui um primeiro passo no processo de EA e, para a consecução deste objectivo, muito pode contribuir a educação, nas suas múltiplas dimensões.

Tendo consciência que São Tomé e Príncipe é um país com carências notórias a vários níveis, entre eles a Educação, base de todo o desenvolvimento dum povo, apostou-se numa pequena contribuição para dar início à criação de uma rede de cooperação para futuros projectos dado o sucesso da experiência. As Oficinas desenvolvidas na Roça de S. João, em Angolares, e na Escola de Campo de Diogo Vaz³, no âmbito do Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”, potenciaram a troca de ideias e experiências, a divulgação de conhecimentos e a dinamização de acções interculturais que valorizam a cooperação internacional na defesa do ambiente e apoio comunitário. Estes momentos de construção de espaços partilhados, pelo aprender a fazer e aprender a viver juntos são, sem dúvida e segundo Delors (1996), os pilares do conhecimento que nos levam a aprender a ser.

As escolas onde foram dinamizadas as acções apresentam um papel preponderante na formação dos jovens que nelas participam, uma vez que, mesmo a níveis mais ou menos informais, a escola é um espaço de comunicação, na construção de valores sociais, atitudes e na responsabilização e construção de um mundo mais solidário, abrindo espaço ao conhecimento e ao respeito das outras culturas e civilizações.

3 <http://seminariointernacionalstp2008.blogspot.com/2008/10/escola-de-campo-de-diogo-vaz-turismo.html>

Reconhecendo-se que, além das escolas, outros meios facilitam a mudança de comportamentos e a sensibilização da temática ambiental, nomeadamente associações das quais destacamos a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), que tem como principal objecto fomentar a EA para o desenvolvimento e para a sustentabilidade, nos sistemas de educação formal, não formal e informal. Para levar a cabo este objectivo, várias estratégias e acções são desenvolvidas pelos membros da sua direcção e pelos seus sócios, tendo sido enquadradas nestas acções, as Oficinas dinamizadas nas duas Roças.

3. Objectivos

De acordo com o objectivo do Seminário, em que se pretendia uma reflexão partilhada entre investigadores com interesse em fortalecer uma comunidade académica e científica que promova e impulse a investigação, a formação e a realização de eventos no âmbito da EA, assim como reforçar o papel da cooperação para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis estratégias, práticas e procedimentos a adoptar junto das comunidades, pretendeu-se, com a realização das Oficinas, atingir os seguintes objectivos:

- Promover a cooperação entre actores educativos da comunidade lusófona capacitando-os para actuar activamente na construção de sociedades sustentáveis;
- Disponibilizar instrumentos e materiais pedagógicos que facilitem aos participantes a sua tarefa de educação com relevância para o desenvolvimento da cidadania num contexto multicultural;
- Promover a responsabilidade social tendo como referência os problemas ambientais globais e as suas interligações nos níveis regional e local;
- Contribuir para a formação teórico-prática e em metodologias participativas promotoras da Educação Ambiental;
- Divulgar projectos através da troca de experiências pedagógicas nas áreas da Educação Ambiental, Cooperação e Desenvolvimento e Participação Social;
- Consolidar e ampliar a Rede de Educadores Ambientais;
- Valorizar o enriquecimento pessoal a partir das discussões acerca das potencialidades do campo do conhecimento da EA, na construção da sustentabilidade planetária;
- Divulgar as acções e projectos da ASPEA entre os participantes;
- Reflectir sobre a pertinência da participação das Artes e Ofícios na implementação de projectos de EA e Desenvolvimento Comunitário;
- Reforçar a importância do trabalho de parceria a nível nacional e internacional;
- Sensibilizar para a preservação do ambiente, recorrendo aos elementos da natureza e resíduos para produzir objectos pela criatividade, sendo um momento privilegiado de aprendizagens que integre a EA pela vertente artística;

4. Metodologia

Dadas as características específicas de São Tomé e Príncipe pretendeu-se integrar os fundamentos da EA, no contexto socioeconómico, ambiental e cultural. Para tal foi realizada a Oficina de Reciclagem e Reutilização Criativa e Desenvolvimento Comunitário na Roça de S. João de Angolares e a Oficina Resíduos: um recurso para Reutilizar com criatividade, na Escola de Campo de Diogo Vaz.

A Roça de S. João, situada em plena região de Angolares, no Distrito mais a Sul de São Tomé, encontra-se integrada numa comunidade desfavorecida, cuja população apostou, no turismo, na agricultura, na criação de gado e na preservação da identidade cultural. O público a que se destinou este atelier contemplou jovens de idades compreendidas entre os 12 e 17 anos de idade e os respectivos monitores. A metodologia adoptada foi a seguinte:

- Disposição dos formandos em círculo sentados no chão da sala e apresentação das actividades;
- Colocação do material em diferentes espaços para que, rotativamente, os grupos de trabalho constituídos, vivenciassem as diferentes propostas de trabalho;
- Construção criativa de objectos úteis, funcionais e decorativos a partir da reutilização ou reaproveitamento de outros objectos ou materiais;
- Exposição final das obras resultantes;
- Registo fotográfico das obras;
- Reflexão conjunta acerca do destino dos resíduos antes de serem trabalhados e o resultado obtido através da sua reutilização.

Foram desenvolvidas as seguintes actividades: reciclagem de papel; reutilização de embalagens tetrapack com a criação de carteiras; reutilização de jornais e revistas utilizando a técnica do rolinho-base; reutilização de latas para a confecção de porta-lápis; criação de peças de adorno artesanal, como colares e anéis, utilizando arame, contas e diversas sementes da flora local e ainda a partir de peças metálicas, como as cápsulas das latas.

Na Escola de Campo de Diogo Vaz, Turismo Solidário, localizada no Distrito de Lembá, o público-alvo foi constituído por cerca de vinte jovens residentes na Escola e oriundos de vários locais da Ilha, de idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos. Dado tratar-se de uma Escola de Formação cujas áreas desenvolvidas são alvenaria, carpintaria, artesanato, canalização, agricultura, criação de animais, informática, costura, desporto e padaria, foram seleccionadas actividades que abrangessem áreas alternativas. Assim, estas centraram-se na execução de peças decorativas, como anéis, colares, pulseiras, brincos, e outros, em arame, com recurso a materiais locais como contas e sementes.

Foi ainda realizada uma abordagem sobre a importância da reciclagem e reutilização de materiais locais, pondo em prática algumas ideias, como folhas de papel e carteiras em tetrapack. A Oficina realizada proporcionou momentos de grande envolvimento, motivação e criatividade.

5. Reflexões

A participação no Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” e o desenvolvimento das Oficinas nas Roças de S. João dos Angolares e Diogo Vaz, constituiu, sem dúvida, uma oportunidade de aprendizagem e partilha de vivências, atendendo à riqueza cultural do povo de São Tomé. Esta aprendizagem representa a ponte para um trabalho conjunto sobre projectos motivadores de cooperação, troca de informações, partilha de experiências e projectos no âmbito da EA, para além do contributo no apoio o desenvolvimento de actividades que possibilitam a reutilização de materiais disponíveis, e passíveis de possibilitarem o desenvolvimento comunitário. As actividades desenvolvidas nas duas Roças, foram desenvolvidas com motivação e entusiasmo e com a participação e envolvimento de todos, quer por parte dos jovens, alunos, monitores e promotores locais, quer pelos participantes do Seminário, e ainda pela Organização do Encontro. É de louvar todo o empenho e dedicação construídos no saber-fazer de cada um e demonstrado pela criatividade e qualidade nos trabalhos produzidos.

A reutilização de alguns materiais e as práticas de reciclagem minimizam recursos à utilização de fontes naturais, muitas vezes não renováveis e a quantidade de resíduos que necessita de tratamento final. Pode ser também fonte de rendimento através de trabalhos artesanais construídos com a reutilização de materiais de desperdício e da natureza, gerando empregos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Este último, assume grande importância no desenvolvimento comunitário e como actividade fomentadora do empreendedorismo. Numa análise comparativa das actividades realizadas em duas Roças pertencentes a uma mesma ilha, a de São Tomé, salienta-se o interesse comum demonstrado pelos participantes, ávidos de novos saberes, cuja postura de humildade e motivação foi, por si só, motivo de orgulho e satisfação das formadoras, que consideraram atingidos os objectivos a que se propuseram.

6. Conclusões

A comunicação é das maiores riquezas de que é dotado o ser humano, tendo a capacidade e potencialidades de o fazer por diversas formas. Implícito no conceito de comunicar, é estabelecê-lo em duas direcções, receber e dar, trocando experiências, partilhando projectos. Neste contexto, a realização das Oficinas concentrou os seus propósitos na di-

vulgação e partilha de experiências educativas, no âmbito da promoção de valores sociais e ambientais, valorizando as características da população envolvida, o meio e os materiais disponíveis, de preferência da natureza.

A dinamização de ateliers no âmbito da reutilização de materiais, de reciclagem de papel, com criatividade, além de estimular para práticas ambientais, tendendo a minimizar os impactes ambientais da acção humana, fomenta a actividade económica em zonas desfavorecidas e/ou carenciadas. As expectativas residem, numa primeira análise, na Escola e nas Associações de Educação, como a ASPEA, cujos papéis se revestem de grande importância na transmissão de valores, atitudes e comportamentos e dinamização de movimentos em defesa de interesses comuns.

Actualmente, assiste-se à necessidade de reduzir o impacto humano na modificação do equilíbrio natural, promovendo-se a sustentabilidade, a partir da sensibilização e da educação, de cada gesto, de cada comportamento de cada cidadão. Também se verifica a necessidade de participarmos na construção de sociedades sustentáveis, coordenando a qualidade de vida com a protecção dos recursos naturais, num momento em que se assiste à sua delapidação. Foi neste contexto que a possibilidade de explorar competências e também de reflectir sobre a aquisição e desenvolvimento de práticas com populações desfavorecidas, a nível escolar, se colocou como um desafio às dinamizadoras.

Sem dúvida, a aprendizagem desenvolvida entre formandos e formadores, representa a ponte para um trabalho conjunto sobre projectos motivadores de cooperação, troca de informações, para além do contributo no apoio com materiais.

A questão ambiental impõe às sociedades a procura de novas formas de pensar e agir, individual e colectivamente que, por um lado, não aumentem a exclusão social, mas que, por outro, garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores, uma nova postura social e uma educação voltada para uma formação de cidadãos conscientes destes problemas. Escusado será dizer que a mudança significativa ocorreria se as grandes potências políticas e económicas mundiais se dispusessem a adoptar e a cumprir políticas ambientais; como isso não se verifica, assim tão linearmente, aposta-se no envolvimento de cada cidadão, na dinamização de projectos, na organização de Seminários, de Congressos, que são sempre um estímulo para pesquisas científicas e momentos de debate e de formulação de directrizes para a construção de políticas públicas em EA. Apesar dos poucos progressos visíveis no ambiente, é notório o aumento de projectos apresentados nestes eventos, salientando-se os que envolvem crianças e jovens em situação de aprendizagem escolar.

É de relevar a importância que se dá à educação, à consciência e responsabilidade sociais e aos valores, ao associativismo e voluntariado em defesa de causas ambientais,

salientando o papel fundamental de professor. É do conhecimento geral que as Nações Unidas pretendem fazer uma grande revolução nesta área e manifestam a preocupação de promover o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

As autoras expressam um sincero agradecimento aos elementos da organização, pelo apoio e colaboração prestados no desenvolvimento logístico dos ateliers, assim como aos participantes e/ou oradores que foram acompanhando as visitas. Não se limitando a meros espectadores envolveram-se na experimentação das actividades propostas e executaram, a par com a população alvo, alguns objectos decorativos. Reconheceram terem feito aprendizagens significativas no âmbito da construção de materiais a partir da reutilização e reciclagem, tornando uma dinâmica partilhada e agradável. Também se destaca a disponibilidade das autoridades locais, em geral, e do Director-Geral do Ambiente, Arlindo de Carvalho, em particular, pela simplicidade com que acompanhou e colaborou no desenrolar dos trabalhos. Os agradecimentos alargam-se aos responsáveis das Roças que promoveram a possibilidade da realização dos ateliers disponibilizando o espaço, o material e todas as condições necessárias e depositando confiança nas dinamizadoras dos mesmos. Por último, e tão importante a prestação dos monitores e dos jovens que foram os actores com o principal papel em todo este processo – um obrigada pela criatividade, pela hospitalidade e pelo sucesso que permitiram que a acção se revestisse. Também se enaltece o papel da instituição bancária BANIF, na pessoa do Director Paulo Cerca, pelo material logístico recolhido a nível nacional, para fazer face às necessidades administrativas da Organização do Seminário, e ainda na distribuição pelas comunidades visitadas.

Bibliografia

CARIDE, J.A.; MEIRA P.A. (2004). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa, Instituto Piaget.
DELORS, D. (Coord.) (1996). Educação, um tesouro a descobrir. Porto, Edições ASA

GIDDENS A. (1992). As Consequências da Modernidade. Oeiras, Celta.
MORIN, E. e Kern, A.B. (1993). Terra-Pátria. Lisboa, Instituto Piaget

Atelier “Educação, Cultura e Turismo”

António Martelo (Centro de Estudos Africanos/ISCTE) e Maria Antónia Barreto (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)

1. Apresentação

No âmbito do Seminário Internacional “Educação, Ambiente Turismo e Desenvolvimento Comunitário” decorreu, no dia 28 de Julho, nas instalações do Liceu Nacional, o atelier Educação Cultura e Turismo. Este atelier, organizado pelos autores deste relatório, implicou os alunos do 12º ano do Curso Secundário Profissionalmente Qualificante Humanísticas/Turismo, a docente da disciplina de História e Património, Dra. Marta Gomes, e alguns elementos participantes no Seminário. Tendo em conta quer os objectivos do Seminário quer do atelier, optou-se pela sua realização no edifício do Liceu Nacional. Esta opção veio a verificar-se bastante positiva, não só porque permitiu uma maior participação da comunidade académica local como, ainda, a descentralização dos trabalhos do Seminário.

2. Enquadramento do atelier

Em 2005/06, com o apoio do Ministério da Educação Português e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), teve início em São Tomé e Príncipe, o curso técnico Profissionalmente Qualificante Humanísticas/Turismo, com o objectivo de formar técnicos para o mercado do turismo (agências de viagens e transportes; informação e animação turística). O curso visa preparar jovens para uma actividade em franca expansão em São Tomé e Príncipe. Pretende ser uma alternativa aos cursos gerais criando uma oferta formativa profissionalizante, permitindo uma dupla via: a integração qualificada no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Trata-se de um curso de nível secundário, 10º, 11º e 12º anos, que decorreu de forma experimental no triénio 2005-2008¹, com um currículo igual ao do curso técnico profissional leccionado em Portugal, excepto na disciplina de História e Património. Para esta disciplina foi elaborado, em 2006, um programa específico pelos responsáveis pelo atelier. O Seminário, pela sua temática, tornou oportuno o debate do conteúdo desse programa, que até aí ainda não tinha sido discutido e testado.

¹ A conclusão da 1ª fase verificou-se em Julho de 2008 com a entrega dos primeiros diplomas aos alunos. Segundo as entidades responsáveis o ano lectivo de 2008-2009 seria dedicado à avaliação do projecto. No entanto, tivemos conhecimento que este irá prosseguir já no ano lectivo de 2008-2009.

Tendo em conta os objectivos do curso, a nova disciplina de História e Património pretende:

- Ser campo privilegiado de debate sobre questões da actualidade, numa dinâmica permanente, em que o diálogo passado-presente, local-nacional, nacional-universal é condição para a perspetivação da realidade.
- Ser um espaço privilegiado do reconhecimento de um percurso que se vem construindo pelo entrecruzar de culturas e heranças patrimoniais que há que preservar, divulgar e promover.
- Destacar aspectos relativos à Cultura, Património(s) e Sociedade.
- Desenvolver a consciência para a defesa do Património Cultural e Ambiental como factor de afirmação do presente e da identidade santomense.
- Desenvolver a consciência de cidadania na sua dimensão nacional, africana e universal, de modo a incentivar a intervenção responsável na vida social, política e ambiental.

Para a elaboração do programa foram consideradas as seguintes premissas:

- Deve veicular informação histórica, área de conteúdo bastante deficitária no sistema de ensino santomense.
- Deve seguir uma orientação cronológica coerente com a lógica da construção do conhecimento em História.
- Deve implicar perspectivas dinâmicas sobre o património.
- Deve fomentar atitudes cívicas de valorização, conservação e promoção do património nas suas múltiplas dimensões.

Já em São Tomé e Príncipe tomámos conhecimento de que o programa proposto não estava a ser implementado. Como tal, decidimos aproveitar a oportunidade para analisar o que efectivamente havia sido feito a nível do 12º ano, verificar a sua concordância com o que tínhamos proposto e avaliar o perfil de saída dos alunos.

3. Como decorreu o atelier

Contámos, com a colaboração da docente Dra. Marta Gomes da disciplina de História e Património, na organização e participação no atelier. Como as actividades lectivas já tinham terminado foi necessário pedir aos alunos a sua colaboração, no entanto, não foi possível contar com a participação do coordenador português dos cursos técnico profissionais. Iniciámos o atelier com a apresentação do programa e das directrizes que o enquadraram, nomeadamente propostas de trabalho e actividades, tendo em vista a identificação, valorização, promoção e conservação do património santomense nas suas várias vertentes.

De seguida a docente Marta Gomes que, no ano lectivo em curso, havia sido a responsável pela leccionação da disciplina no 12º ano, apresentou o tema geral “Conhecimento das Roças e das suas potencialidades turísticas” (roça Água Izé, roça Boa Entrada, roça Uba Budo...) e a metodologia por ela adoptada, a saber:

- Trabalho individual ou em pequenos grupos de alunos (alunos organizados em grupo deveriam fazer quatro trabalhos ao longo do ano);
- Pesquisa no terreno exigindo pelo menos uma deslocação à roça em estudo;
- Recurso a múltiplas fontes de informação;
- Construção de instrumentos de pesquisa;
- Autonomia dos alunos na gestão da pesquisa;
- Apresentação de um relatório escrito da pesquisa feita;
- Apresentação oral do trabalho;
- Avaliação sumativa assente nos trabalhos de pesquisa e o teste final assente nos trabalhos realizados.

Passou-se à apresentação dos testemunhos dos alunos face ao trabalho desenvolvido, dos quais transcrevemos alguns: (a) “A maior parte das pessoas não conhece ainda São Tomé e Príncipe... não conhece as roças e as suas potencialidades... foi muito interessante conseguir a informação na própria roça, conviver com a população, sentir a sua pobreza...”; (b) “Tomámos contacto com a biodiversidade de São Tomé e Príncipe”; (c) “Falámos com a população e vimos que os mais jovens sabem pouco sobre a história das roças, mas os velhos lembram-se de toda a vida nas roças...”; (d) “Vimos até que ponto é importante o contacto com a população e como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento do país...”; (e) “Vimos a degradação em que se encontra o património das roças e o estado carente da população. Alguns não querem saber do turismo para nada, querem é um pão para comer...”; (f) “É necessário uma mudança de comportamentos dos estudantes em relação à cultura do seu país é pena ter acabado. São Tomé tem passado dificuldades, há muito por fazer e um acto novo, por mais simples que seja, pode mudar muitas coisa. O nosso comportamento é um incentivo para mudar o comportamento dos outros e isso nós não sabíamos.”

Os alunos presentes, quase a totalidade da turma, referiram a importância e o prazer nas aprendizagens feitas, salientando o carácter inovador da sua participação activa na construção do conhecimento, num contexto de ensino em que predominam as fotocópias e a repetição estereotipada de conceitos. Evidenciaram domínio da língua portuguesa, de conceitos na área do turismo e património e de metodologias de pesquisa e demonstraram que os objectivos gerais da disciplina a nível da sensibilização para o conhecimento, conservação e valorização do património santomense nas suas múltiplas manifestações foram

atingidos. Verificámos também que os conteúdos seleccionados pela docente obedeceram às mesmas orientações metodológicas que tínhamos proposto.

O atelier teve ainda um período de intervenção e debate alargado a outros elementos participantes no Seminário. A temática em torno da Educação Ambiental foi objecto de discussão no sentido da sensibilização para o importante papel que os agora novos agentes de turismo vão ter, não só como promotores do rico património ambiental do arquipélago, mas também na sua preservação. Quer pela temática abordada quer pela participação da comunidade local os objectivos do atelier foram atingidos.

Projecto Rios - para adopção de um troço de rio ou ribeira (São Tomé e Príncipe)

Pedro Teiga (Doutorando, Faculdade de Engenharia do Porto)

1. Apresentação

Os rios e ribeiras vários problemas ambientais de degradação principalmente nas zonas envolventes das áreas edificadas. A ausência de saneamento básico, as descargas de águas residuais domésticas, deposição de entulhos, construções desmedidas no leito de cheia, destruição da vegetação ripícola, a regularização e a canalização de troços são alguns dos problemas mais frequentes com consequências negativas ao nível do ecossistema ribeirinho (Teiga, 2003). O Projecto Rios tem como principal objectivo concretizar um plano de adopção de um troço de um rio ou de uma linha de água. Para auxiliar esta tarefa de forma sustentada são fornecidos materiais didácticos e várias informações, incluindo as metodologias a seguir neste processo.

No desenvolvimento do grupo de trabalho durante o Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” tiveram-se como objectivos apresentar: verificar a aplicabilidade do Projecto Rios, uma ferramenta de educação ambiental para o desenvolvimento sustentado, em contexto de São Tomé e Príncipe; contactar com ONG's locais com vista a implementação do Projecto Rios; partilhar a estratégia de implementação do Projecto Rios; promover atitudes de melhoria do conhecimento e do estado dos rios e ribeiras de São Tomé. São ainda exemplificadas em campo actividades para a concretização de acções de monitorização e melhoria dos recursos hídricos. Com o grupo de trabalho formado pretende-se fomentar novas mentalidades indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado, quer da população em geral quer dos decisores e técnicos para cooperar para reabilitação das linhas de água em São Tomé e Príncipe para melhorar a qualidade de vida das populações locais com a concretização dos valores da Carta da Terra e dos direitos Humanitários.

2. Introdução

O Projecto Rios é um projecto que visa a participação social na conservação dos espaços fluviais, procurando acompanhar os objectivos apresentados na Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e contribui para a implementação da Carta da Terra e dos direitos do Homem. A implementação deste projecto pretende dar resposta à visível problemática, de âmbito nacional e global, referente à alteração e

deterioração da qualidade dos rios e à falta de um envolvimento efectivo dos utilizadores e da população em geral.

O Projecto Rios, pela metodologia que utiliza, pretende promover a curiosidade científica e implementar o método científico experimental, através da recolha e registo de informações e dados geográficos, físico-químicos, biológicos, eventos históricos, sociais e etnográficos, contribuindo assim para a melhoria do espaço estudado e da qualidade fluvial global, com vista à aplicação das exigências de qualidade da água para os vários usos humanos e para os ecossistemas naturais.

O Projecto foi lançado na Catalunha pela “Associación Habitats para Projecte RIUS Catalunya” em 1997 e actualmente, em Espanha, abrange mais de 1000 grupos em cinco Comunidades Autónomas. Em Portugal, chegou em 2006 e é promovido pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), Associação de Professores de Geografia (APG), Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). A ASPEA é presentemente a responsável pela coordenação do projecto (ASPEA, 2003; PROJECTO RIOS, 2008).

3. Objectivos do Grupo de trabalho

- Verificar a aplicabilidade do Projecto Rios, uma ferramenta de educação ambiental para o desenvolvimento sustentado, em contexto de São Tomé e Príncipe;
- Contactar com ONGs locais com vista a implementação do Projecto Rios;
- Promover atitudes de melhoria do conhecimento e do estado dos rios e ribeiras de São Tomé;
- Demonstrar em campo actividades para a concretização de ações de monitorização e melhoria dos recursos Hídricos.
- Partilhar a experiência da aplicação do Projecto Rios em Portugal;
- Promover a reflexão participada com a finalidade de criar um intercâmbio de estratégias e metodologias de educação ambiental nas zonas ribeirinhas;
- Criar um espírito de cooperação entre os grupos envolvidos inscritos, fomentando a troca de ideias e experiências em torno de preocupações referentes às zonas de estudo;
- Monitorizar e inspecionar troços de um rio ou ribeira, com vista à avaliação do grau de qualidade da linha de água adoptada;

4. Metodologia Geral

Para a concretização dos objectivos propostos teve-se em conta um conjunto de actividades, que se desenvolveram durante a semana de trabalho integrada no Seminário

Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”. Para a concretização e verificação da aplicabilidade realizou-se, como primeira abordagem, uma saída de caracterização e monitorização de um troço de um rio, com um grupo de jovens em colónia de férias na roça de São João. Esta saída de campo demonstrou ser oportuna e com resultados muito positivos no envolvimento dos jovens, na problemática dos recursos hídricos. No segundo passo, durante os intervalos das conferências do Seminário realizaram-se contactos com ONGs locais para verificar a sua vontade de adesão ao conceito do Projecto Rios. Estes aderiram positivamente, aceitaram o repto e deram a sua disponibilidade em tempo útil para uma formação teórico-prática de quatro horas. Após a formação foi celebrado um protocolo de colaboração e fornecido o material para continuidade de trabalho iniciado.

Apresenta-se de seguida uma descrição sucinta dos procedimentos experimentais a realizar no Projecto Rios:

1. Seleccionar, em função da situação geográfica, o troço do rio a monitorizar;
2. Analisar o percurso do rio;
3. Verificar todo o material necessário para a monitorização do rio;
4. Elaborar um esquema do troço do rio (descrição físico-geográfica);
5. Inspeccionar os colectores;
6. Estudar o ecossistema aquático: descrição do local de amostragem, observação e registo da vida no rio; medição e registo das características físico-químicas da água; registo da situação ambiental do rio e do bosque ribeirinho; levantamento do património cultural, das catástrofes naturais, entre outros.
7. Preencher a ficha de recolha de dados;
8. Enviar a ficha de recolha de dados à coordenação;
9. Colocar os registos na base de dados;
10. Realizar pelo menos uma acção de melhoria para o troço em estudo;
11. Continuar o processo de adopção do troço monitorizado.

5. Actividades desenvolvidas

As actividades desenvolvidas tiveram que ocorrer em tempo útil durante uma semana prevista para o Congresso. Assim, realizaram-se sequencialmente as seguintes actividades:

- Observação do estado de degradação da qualidade de rios e ribeiras em vários pontos dos percursos efectuados, durante as visitas previstas do Congresso;
- Saída de campo para verificação da aplicabilidade do Projecto Rios, a um grupo de 20 alunos, com a demonstração da caracterização de um troço de rio na roça de S. João;

- Formação de dois monitores na roça de S. João;
- Contacto, durante as sessões plenárias do congresso, com várias ONG's Locais (AJPL, Associação de Jovens para Promoção de Lobata; CLUB NAPAD, Associação CLUB NAPAD Para a Protecção do Ambiente e Educação; AJPCCI, Associação dos Jovens Progressistas de Cruz Inocente; MARAPA, Mar Ambiente e Pesca Artesanal e Associação Monte Pico)
- Formação a 9 representantes das 5 ONG 's contactadas;
- Assinatura de Protocolo de colaboração e entrega de material;

Com o objectivo e compromisso de iniciar o processo de adopção de pelo menos um troço de um rio ou ribeira foi fornecido, às ONG 's (AJPL; CLUB NAPAD; AJPCCI; MARAPA) participantes na formação, o seguinte material: Lupa; pinças; fita métrica de 10 m; fichas de campo; kit de luvas; Fitas indicadoras de pH, nitratos, nitritos, carbonatos; transparência; botas de pescador; tabuleiros; fichas de campo.

6. Resultados esperados e desenvolvimento futuro

Com a aplicação prática das ferramentas do Projecto Rios espera-se:

- A adopção de troços de rios ou ribeiras, com vistas e uma monitorização regular;
- A aquisição de resultados comparativos que permitam concluir o estado da qualidade da água e dos ecossistemas ribeirinhos e, como consequência, o estado de saúde dos rios e ribeiras de São Tomé e Príncipe;
- Sempre que possível, iniciar e promover grupos para participar no processo de reabilitação da zonas ribeirinhas;
- A promoção da participação pública efectiva (informação, emissão de opinião, realização de acções), no sentido da preservação de um bem comum;
- A sensibilização da população local, envolvimento de parceiros e decisores do meio hídrico para conhecer os problemas actuais dos rios e definição de soluções;
- A tomada de consciência da comunidade face à importância da preservação dos ecossistemas ribeirinhos, para o desenvolvimento local e regional e para a melhoria da qualidade ambiental e de vida das populações;
- Concretizar a máxima pensar global agir local.

Espera-se com o desenvolvimento destas parcerias seja possível fortalecer a parceria formada. Desde já conseguir responder ao repto lançado já pelo grupo de ONGs interveniente na formação, que após caracterização de vários troços de rio em São Tomé, pretendem dar continuidade à formação em questões específicas de recursos hídricos. Indicam ainda que a metodologia foi aplicada com êxito e pretendem auxílio para desenvolver o processo de adopção de troços de rios e ribeiras.

O público-alvo a envolver neste processo de adopção pretende ser mais vasto e envolver a médio prazo vários parceiros e grupos em São Tomé e Príncipe, nomeadamente: Municípios; Empresas; Escolas (desde o ensino pré-escolar até à Universidade); ATL; Grupos de escuteiros; Associações e grupos culturais; Lares de Terceira Idade; Grupos de amigos-Famílias e População em geral.

7. Conclusão e desenvolvimentos futuros

O grupo de trabalho concretizou as actividades a que se propunha. Em vários locais visitados detectaram-se condições graves de insalubridade hídrica, falta de condições de higiene e ausência por parte da população de acesso a água potável. É de salientar a boa aceitabilidade do Projecto Rios e a concretização de um grupo de trabalho efectivo no âmbito da melhoria de rios e ribeiras em São Tomé e Príncipe.

O Projecto Rios mostrou-se uma ferramenta prática e útil para as actividades desenvolvidas. Na roça de São João e na formação das ONGs locais, onde foi aplicada esta metodologia em saídas de campo, permitiu observar esta ferramenta em contexto cultural africano. Este Projecto Pode ser ainda utilizado em actividades pedagógicas integradas dentro do programa escolar do ensino formal. Espera-se que este projecto permita dar início a um processo de envolvimento da comunidade local, participação pública e de contribuir para a melhoria dos recursos hídricos. Um primeiro passo foi dado, um processo iniciado no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentado e melhoria efectiva da qualidade de vida das populações locais de São Tomé e Príncipe.

Bibliografia

ASPEA (2003). Associação Portuguesa de Educação Ambiental, www.aspea.org.

TEIGA, P. M. (2003). Reabilitação de ribeira em zonas edificadas. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente. Faculdade de Engenharia do Porto.

PROJECTO RIOS (2008). Projecto Rios, manual de monitorização – inspecção de rios. Lisboa (versão preliminar, 73pp).

<http://www.projectorios.org>

<http://projectorios.blogspot.com>

Cinco Sentidos

Mariana Roldão (Engenheira do Ambiente), Eugénia Gonçalo (Ecoteca de Macedo de Cavaleiros), João Martins (Estudante do 2º ano de Educação Básica, Escola Superior de Educação Instituto Piaget), Ana Cristina Silva (Engenheira do Ambiente), Céu Teiga (Médica)

...Vamos rir, chorar e aprender.

Aprender especialmente como casar Céu e Terra, vale dizer, como combinar o cotidiano com o surpreendente, a imanência opaca dos dias com a transcendência radiosa do espírito, a vida na plena liberdade com a morte simbolizada como um unir-se de ancestrais, a felicidade discreta nesse mundo com a grande promessa na eternidade.

E, ao final, teremos descoberto mil razões para viver mais e melhor, todos juntos, como uma grande família, na mesma Aldeia Comum, generosa e bela, o Planeta Terra.

«Leonardo Boff»

I. A Educação Ambiental como prioridade de acção, pontos de reflexão

A cultura ocidental dominante caracteriza-se por ser uma cultura essencialmente antropocêntrica e que se manifesta numa consciência ecológica focada no Homem, expressa na protecção da Terra, visando o seu bem-estar económico.

Nesta perspectiva, a natureza representa um valor de exploração de carácter económico, estético e lúdico, numa relação dominada pelo Homem. A exploração e rentabilização da natureza são tomadas numa visão economicista já que o Homem é visto sobretudo como *homo economicus*.

“(...) Ora, quaisquer que sejam as raízes histórico-culturais do antropocentrismo ocidental, é hoje inegável que a crise ecológica contemporânea é fruto dessa perspectiva utilitária que submeteu e explorou insaciavelmente a natureza, transformando-a num simples e duplo reservatório – de recursos, à entrada, e de resíduos à saída da actividade humana (...)” (Barbosa, João. *Senhores e possuidores da Natureza?*; revista “Fórum ambiente”; Nº65.). Associada à globalização encontramos um mundo que tende a ser indiferenciado, do qual se destaca um desenraizamento do ser humano frente à cultura e ambiente. “(...) A alienação resultante é não apenas adversa ao desenvolvimento de uma cidadania ambiental participativa, como também um factor de desequilíbrio psicossomático para os cidadãos (...)” (Baptista, Cristina. “Cadernos de Educação Ambiental”, Nº30.). Neste contexto,

a educação ambiental representa um papel fundamental na promoção da realidade e do desenvolvimento de princípios éticos, permitindo a construção de cidadãos civicamente conscientes e ambientalmente responsáveis. É muito importante que se verifique uma desconstrução ética das próprias concepções de Homem, natureza, e as suas inter-relações, de forma a atingir-se uma realidade natural em equilíbrio. Assim, o construir, o desconstruir e o reconstruir são sinónimos aceites na relação humana com a natureza envolvente, quer através de um processo individual, quer colectivo.

Embora o comportamento ambiental abranja uma associação de diferentes variáveis, como o conhecimento aprofundado dos temas, o investimento pessoal, o conhecimento e a capacidade de uso de estratégias de acção ambiental, para alguns autores como o caso de Volk, a variável sensibilidade ambiental é considerada a mais importante porque participa activamente na construção de uma cidadania responsável frente ao ambiente. Sensibilidade ambiental pode mesmo definir-se como uma predisposição para se ter interesse sobre as questões ambientais, agindo para conservar o ambiente e daí a necessidade de se iniciar uma aprendizagem desde muito cedo.

Na perspectiva de que todos somos Professores de nós mesmos e dos outros, emergem os novos professores. Todo aquele que assume o papel de Professor da vida e para a vida, deve representar uma conduta contínua e reflexiva nas suas práticas educativas, centrando-se numa consciencialização de valores e atitudes. Algumas das estratégias básicas das práticas educativas que poderão funcionar como ponto de partida, baseiam-se no questionar relativo às relações inerentes entre Homem, natureza e sua inter-relação com o meio sociocultural, como também a necessidade da sua preocupação com as questões ambientais. Deste tipo de acções, poderão advir pesquisas e reflexões capazes de desconstruir uma perspectiva antropocêntrica, moldando a nossa visão do mundo. Temos a capacidade, como ser vivo intelectualmente desenvolvido, de nos conhecermos, de nos compreendermos, de nos situarmos num tempo que de todas as formas atribui ao presente um sentido histórico e num espaço capaz de nos levar ao encontro de uma diversidade de perspectivas. Como diria João Barbosa, “(...) contextualizar é consciencializar; consciencializar é clarificar (...)”.

Na perspectiva do Professor Ecológico, aprender é crescer interiormente através de um conjunto de ferramentas que criam a mudança construída com consciência. É fundamental que haja uma rejeição da visão tradicional do papel de Professor da Vida convencional, como mero transmissor de conhecimentos, devendo ser, sobretudo, um facilitador de aprendizagens. Através de uma pedagogia significativa, a estratégia deverá ser capaz de provocar nos receptores o desenvolvimento das vertentes cognitiva e emocional integradas numa apreensão global da realidade como ponto de partida.

Não fugindo ao fio de novelo traçado, São Tomé surge como um potencial rico de emoções, de cheiros, cores e aprenderes, possibilitando o colocar no terreno, num público muito especial como as crianças, uma saber traduzido nos cinco sentidos. Transmitir e receber são aliados no apreender e aprender e descrevem cenários. As crianças surgem de recantos verdes e tons térreos...espreitam e ao ritmo da expressão: “leve-leve”, no sentido do saber viver feliz com o que se tem, o que se encontra e recolhe com a mão... aqueles que por si sentem com o olho, com todos ao os sentidos possíveis, relatam a sensação estranha “(...) como se só aqui pudéssemos reencontrar qualquer coisa perdida no fundo da nossa memória e das nossas raízes” (Miguel Sousa Tavares, Sul, 1999, pág.114).

A relevância da actividade desenvolvida, um atelier integralmente espontâneo, centrou-se numa abordagem baseada na emoção de agir e cativar, no respeito pela condição humana, pela diferença e diversidade e por tudo e por todos envolvidos, com o objectivo de então assim se conseguir introduzir uma linguagem ambiental. Como afirma Edgar Morin (2002, p. 25), a respeito da afectividade, “não há um estado superior da razão que domina a emoção (...) e de certa maneira a capacidade de emoção é indispensável para o estabelecimento de comportamentos racionais (só tendemos a respeitar uma “coisa” se a amarmos, e para amá-la é necessário admirá-la, e só podemos admirar aquilo que conhecemos, que visualizamos...)”. Saint-Exupéry (1996: 77-80) na sua obra *O Príncipezinho* explica de uma forma muito peculiar a importância de criar intimidade como meio de inculcar o sentimento de responsabilidade, e da qual se transcreve o seguinte texto:

“- Só se conhece aquilo com que se tem intimidade – comentou a raposa. – Os homens deixaram de ter tempo para conhecer seja o que for. Compram coisas feitas aos vendedores. (...) – Ao princípio sentas-te ali na erva, um pouco longe de mim. Espreitar-te-ei pelo canto do olho e tu nada dirás. A linguagem é fonte de mal-entendidos. Depois dia a dia, vens sentar-te um bocadinho mais perto... O príncipezinho voltou no dia seguinte. – Era preferível teres vindo à mesma hora – disse a raposa. (...) São precisos ritos. – Que é um rito? – perguntou o príncipezinho. (...) – É o que faz que um dia seja diferente dos outros dias, uma hora das outras horas. (...) – O tempo que gastaste com a tua rosa é que a fez ser tão importante. (...) És sempre responsável pela tua rosa... – Sou responsável pela minha rosa... – repetiu o príncipezinho para depois se lembrar.

Deste modo, na Roça de S. João (dia 23 Julho) e Fundação da Criança (dia 28 Julho) os objectivos primeiros foram a interacção e integração da comunidade infantil local nos conceitos de biodiversidade (fauna e flora), preservação e conservação do meio ambiente, após apreensão e reconhecimento dos recursos existentes e sua contextualização futura na possibilidade de realização de acções locais com as crianças e respectivos monitores.

Através de jogos estratégicos, do movimento corporal e das acções realizadas ao ar livre, o jogo foi o modelador de conduta e esqueleto das actividades.

O encontro de estratégias para a implementação das actividades procurou envolver algumas etapas fundamentais, fase a leitura e compreensão da paisagem, a decoração do espaço e a sociabilização intrínseca. Ler uma paisagem é mais do que a sua simples descrição, é preciso apreender os seus significados ocultos, só assim se pode compreendê-la e interpretá-la, o que pode constituir a metodologia de aprendizagem para a sua preservação. Assim, quando nas Portas do Sol de Santarém se lê o que Torga escreveu deixa-se de estar num sítio para se estar num lugar único. Com a decoração dos diferentes espaços pretende-se que as crianças promovam a descoberta e exploração do vasto património biológico e biofísico, quer numa perspectiva ambiental, cultural, lúdica e artística, sem qualquer prejuízo da integridade, contribuindo para a promoção e dinamização do local.

Myers, em 1997, sugeriu que não só é importante saber as experiências que cada indivíduo tem, mas também o significado que cada um constrói individualmente. Para a criança a apreensão significativa da realidade resulta da troca entre o seu meio interno (necessidades da criança, as suas capacidades, emoções e interesses) e a forma como capta o ambiente externo. Não é apenas importante existirem experiências na natureza, mas experiências que sociabilizem as pessoas em formas positivas de a interpretar.

Numa comunidade sustentável é essencial que se encontre um entendimento comum, quer numa mistura de valores, como interesses, capacidades de actuação, quer conhecimentos e trocas de aprendizagens. A educação inerente na troca de experiências deve dirigir-se à alteração de valores e comportamentos, não esquecendo que existem culturas próprias, valores e crenças de cada grupo, não esquecendo o teor individual dos elementos que caracterizam esse grupo.

Na interacção com as crianças procurou-se comunicar de uma forma inteligível, falando a sua linguagem, de igual para igual, sem a preocupação em transmitir determinado conceito como verdade única e não discutível, mas sim fazendo sentir as crianças a importância total e protagonista frente ao novo que se apresentava vindo do desconhecido e do longe. É importante referir, que a terminologia e fundamentos que determinam a educação ambiental dentro de determinados princípios e regras, não se adequam de todo aplicáveis, sem que existisse uma preparação ou estudo prévio, bem estruturado, e principalmente com objectivos bem definidos no conhecimento real do público-alvo, o que não se verificou até porque se esteve perante o que se pode chamar de Ateliers Espontâneos. Plenos da consciência real do que foi encontrado, aprender para então ensinar, pretendeu-se levar uma brisa de frescura aos locais visitados.

As crianças nestas ilhas insulares, assim como a população em geral, urgem que a educação ambiental seja implementada baseada no conceito saído do fórum global Cidadão do Rio 1992 e transcrito por Gonzalez Gaudiano (2006: 231) “A educação ambiental deve tratar das questões ambientais críticas, as suas causas e inter-relações numa perspectiva sistémica no seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados com o desenvolvimento e o seu meio ambiente, como população, paz, direitos humanos, democracia, saúde, fome, degradação da flora e da fauna devem ser abordados desta maneira”.

A educação ambiental neste local específico, não pode ser apreendida, unicamente, como uma educação para o ambiente, que se debruce somente nos problemas de poluição e utilização dos recursos naturais, mas sim deverá ser abrangente e integrada na própria filosofia de vida, não distanciando a dimensão do homem e do seu meio. Neste contexto, a educação artística desempenhou um papel importante na formação do ser, nomeadamente ao nível do desenvolvimento da auto-estima. A expressão artística pode constituir um meio privilegiado de comunicação para a mudança e reforma de mentalidades mexendo com os sentidos na interiorização e apreensão das terminologias e conceitos transmitidos.

As terminologias são diversas, como por ex.: Educação Sustentável; Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Educação para o Ambiente; Educação para a Conservação; Educação Ecológica; Educação para a Biodiversidade; Educação para a Cidadania; entre outras, sendo portanto importante associar o conceito a cada terminologia como forma de clarificação e, como considera Edgar Gonzalez Gaudiano (2006: 213), os conceitos servem para nos simplificar o processo na organização das nossas ideias, e afirma que “com os conceitos construímos a realidade que pensamos, como a representamos, como a delimitamos”. Contudo há que ter em conta as palavras de Edgar Morin, “é preciso aceitar uma certa imprecisão e uma imprecisão certa, não apenas nos fenómenos, mas também nos conceitos” (cit por Cangueiro, 2006: 27).

Maria Helena Cavaco (1992:15) cita Paulo Freire “não podemos esquecer a influência deste mestre nestas ilhas, a sua pedagogia numa educação para todos” e demonstra o seu acordo com a visão deste pedagogo no que respeita ao acto da aprendizagem e, da forte participação do meio social para a construção do próprio indivíduo, “aprendemos com os outros relacionando-nos com eles”. Realça a importância do contacto físico com o objecto, “aprendemos com as coisas manejando-as, utilizando-as, transformando-as, reconstruindo-as nas suas suas funções e formas” e evoca a curiosidade como motor de acção, “aprendemos com o mundo mantendo viva a curiosidade, questionando a realidade que nos rodeia” (a curiosidade como característica intrínseca na infância justifica a mais valia de trabalhar a educação ambiental nas idades juvenis). Rachel Carson considera mesmo

que o segredo está em inculcar na criança um sentimento de encantamento que dure para toda a vida, que seja indestrutível... Ao contrário da alegria que as crianças santomenses demonstram na simplicidade de gestos, no simples mexer do pé enquanto se dança, na reciprocidade de um sorriso, constatou-se uma felicidade genuína e muito mais difícil de ser anulada do que se fosse resultante da influência exacerbada dos bens materiais, que neste caso específico são grandemente escassos.

“Se os factos são as sementes que mais tarde produzem conhecimento e sabedoria, nesse caso as emoções e as impressões dos sentidos são o solo fértil no qual haverão de crescer as sementes. (...) Uma vez que tenham sido despertadas as emoções (...), está despertado o desejo de conhecimento acerca do objecto da nossa resposta emocional. (...) É mais importante preparar o caminho para que a criança queira conhecer do que impingir-lhe factos que ela não está apta ainda a assimilar” (Devall e Sessions, 2004:19). Gadotti cita Gutiérrez e Prado (2000: 46) “Aprender é muito mais que compreender e conceitualizar: é querer, compartilhar, dar sentido, interpretar, expressar e viver. Os sistemas educativos tradicionais privilegiariam a dimensão racional como a forma mais importante de conhecimento. A nova educação deve apoiar-se também em outras formas de percepção e conhecimento, não menos válidas e produtivas” Gadotti defende mesmo que a intuição e a imaginação são outras formas de aprendizagem e esclarece que não se trata de opor a intuição à razão, mas sim de complementaridade e integração entre ambas.

Um facto constatado nomeadamente durante as visitas às roças foi a liberdade de movimento, de disponibilidade de tempo, de espaço para criação em que as crianças se predispunham, se expunham em toque bonito de ver e sobretudo fundamental a preservar. Durante a realização do *Global Eco Forum*, a 7 de Outubro de 2008 em Barcelona, Francesco Tonucci, professor, artista e escritor, responsável pelo projecto internacional ‘La Città dei bambini’, aquando a sua comunicação, frisou a importância elevada de dar voz aos mais novos, e da necessidade que estes sentem em ser ouvidos. Na sua investigação, a qual incluiu determinadas questões que foram colocadas às crianças de países especificamente diferentes, inseridas num contexto urbano, uma das várias respostas, é o facto de ser referido que querem espaços para brincar, para usufruto conjunto entre crianças e adultos e não específicos para elas. Nesta era da tecnologia, a criança urbana e pertencente aos países desenvolvidos, enfrenta um novo sentimento: a solidão, e como afirma Francesco – esta é sozinha pois é privada do seu tempo de criança, e deixa o repto: como seria fazer valer a sua opinião sobre o que deseja fazer e como quer ser educada. As crianças em São Tomé e não obstante à enorme carência de muitos bens de necessidade básica, possuem uma alegria contagiante. Paraphraseando Paulo Freire “Se a Educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tão pouco a sociedade muda”.

Gadotti (2000) para responder à questão “Mas por onde começar?” face à necessidade urgente de “reinventar o amanhã”, no acto inadiável de pensar globalmente no futuro próximo para actuar aqui e agora, cita Ruben Alves (1998: 24-5), da seguinte forma “O que está no início, o jardim ou o jardineiro? (...) É o segundo. Havendo um jardineiro, cedo ou tarde, um jardim aparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro”. É nesta perspectiva que é essencial o exercício da educação, formação, comunicação, sociabilização de uma forma interactiva, dinâmica em contexto informal, aliado a um equilíbrio do que poderá ser o formalmente correcto em contextualização espacial e geográfico do envolvente, havendo assim, espaço para ambos, o formal e informal, existindo somente vantagens na sua complementaridade. A educação de um povo, é uma das armas mais poderosas e o presente mais precioso que se pode oferecer a uma criança, a uma comunidade, a uma sociedade, ao Homem. A educação permite que o indivíduo seja a responsabilização correcta dos seus actos e atitudes, possibilita a tomada de decisões baseadas em teorias. Mas, como entende Bohm citado em Esteves (1998: 19) “Uma teoria é uma maneira de olhar o mundo e não uma forma de conhecimento do que é o mundo”. É neste contexto que se pode afirmar que não existe uma teoria única e indiscutível, como não existe um mundo, existem sim, vários, dependendo do sujeito que percepçiona, do modo como o percepçiona, o interpreta e o caracteriza, através de atitudes e respostas da acção humana. Como defendia Leopoldo, “Uma coisa é correcta quando tende para preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. É errada quando tende para o resultado oposto” (Devall e Sessions, 2004: 107). E citando um poema de Gery Snyden, “Esta terra viva fluindo/ é tudo o que existe, para sempre/ Nós somos ela/ ela canta através de nós – / Poderíamos viver nesta Terra/ sem roupas nem ferramentas” (ibidem: 191).

Sabedoria, saberes, desencantos e desencontros que esta passagem pelo azul de mar, verde da folhagem e castanho da terra, proporcionou, apresenta como ponto de reflexão:

é possível pôr em prática projectos muito pouco ambiciosos e implementados por sabedorias do intuito sensível baseado no pé que pisa, no olho que vê, na mão que toca, no nariz capaz de sentir os cheiros, e no ouvido capaz de fazer dançar... implementado por uma equipa pluridisciplinar, mas coesa, em função de determinadas competências capazes de serem articuladas colectivamente e que mostrem que existem cinco sentidos. Hoje em Terras de São Tomé ficou, em muitos e algures, uma sementinha.

Bibliografia

- ALMEIDA, António (2007). Educação Ambiental – a importância da dimensão ética. Lisboa, Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1507-1.
- BRANDÃO, Carlos (2005). *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*. 2.^a ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente. ISBN 85-87166-83-2.
- CAVACO, Maria Helena (1992). *A Educação Ambiental para o Desenvolvimento*. Lisboa, Conselho Nacional de Educação. ISBN 972-592-066-X.
- DEVALL, Bill; SESSIONS, George (2004). *Ecologia Profunda, Dar Prioridade à Natureza na Nossa Vida*. 3.^a ed. Santa Maria da Feira, Edições Sempre-em-Pé. ISBN 972-8870-01-9.
- ESTEVES, Lídia Máximo (1998). *Da Teoria à Prática: Educação Ambiental com as Crianças Pequenas ou O Fio da História*. Portom Porto Editora. ISBN 972-0-34455-5.
- EVANGELISTA, João (1999). *Educação Ambiental: uma via de leitura e compreensão*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional. ISBN 972-8353-80-4.
- GADOTTI, Moacir (2000). *Pedagogia da Terra*. São Paulo, Peirópolis. ISBN 85-85663-44-8.
- GADOTTI, Moacir (2003). *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. Novo Hamburgo – Rio Grande do sul, Feevale, 2003. ISBN 85-86661-34-1.
- GAUDIANO, Edgar Gonzalez (2006). *Educação Ambiental*. Lisboa, Instituto Piaget. ISBN 972-771-850-7/ 978-972-771-850-4.
- GIORDAN, André; SOUCHON, Christian (1997). *Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional; Instituto de Promoção Ambiental. ISBN 972-8353-04-9.
- HUTCHISON, David (2000). *Educação Ecológica: ideias sobre consciência ambiental*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul. ISBN 85-7307-585-6.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2005). *Educação Ambiental – Guia prático para professores, monitores e animadores culturais e de tempos livres*. 4.^a ed. Lisboa, Texto Editora. ISBN 972-47-0046-1.
- PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI FOCESI, Maria Cecília (2005). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Brasil, Manole. ISBN 85-204-2207-1.
- RAPOSO, Isabel (1997). *Não há Bichos-de-Sete-Cabeças*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional. ISBN 972-8353-37-5.
- UZZELL, David et al (1998). *As crianças como agentes de mudança ambiental*. Porto, Campo das Letras, 1998. ISBN 972-610-128-3.

Desafios ao Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe: o caso do Ilhéu das Rolas

Mário Freitas (Universidade do Minho)¹, Pedro Teiga (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto); Mariana Roldão (Engenheira do Ambiente), Márcia Moreno (Gestora de Projectos), Marcela Sobral (Educadora e Gestora Ambiental), Eugénia Gonçalo (Ecoteca de Macedo de Cavaleiros)

Introdução

Este texto não corresponde a uma comunicação previamente enviada para ser apresentada no Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” mas antes, e ao contrário, uma emergência da participação dos autores nas actividades do referido Seminário. De facto, e como em seguida se irá descrever, em resultado de uma experiência por nós vivenciada, gerou-se um contexto que acabou por se interligar com os trabalhos do seminário e dar-lhe, mesmo, uma maior riqueza como exemplo prático. Perante a disponibilidade manifestada pela organização de incluir nas Actas um texto sobre a problemática do Ilhéu das Rolas, resolveram os autores descrever os principais momentos vivenciados por um grupo mais vasto que, em São Tomé, durante o Seminário se envolveu com a problemática, assumindo uma forma mais consistente e condizente com a natureza destas Actas, mais do que tudo, se constitua como uma contribuição para uma reflexão e para a resolução da problemática encontrada no ilhéu das Rolas. Face à sensibilidade do tema, situações inesperadas de inconformismo da pessoa humana durante este processo, ocorreram alguns mal entendidos que passo-a-passo se vão esclarecendo na busca de contributos positivos para o desenvolvimento de São Tomé num ambiente sustentável.

I. Como o Ilhéu das Rolas se cruzou com nossas vidas

Entre 21 e 28 de Julho de 2008, um grupo de pessoas provenientes de Portugal (na sua maioria), bem como do Brasil, de Cabo Verde e de Espanha (entre outros), viajou até ao Estado insular de São Tomé e Príncipe para, em conjunto com pessoas de São Tomé e Príncipe, participar no Seminário Internacional atrás citado, organizado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), Direcção-Geral do Ambiente, Direcção de Turismo e Hotelaria da República Democrática de São Tomé e Príncipe e pela Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga). Este Seminário in-

¹ Email de contacto: mfreitas@jep.uminho.pt

cluía, para além de um conjunto de actividades em sala, três dias de visita a infraestruturas locais, conduzidas e orientadas pela própria organização, e de que podem destacar-se a Jalé Ecolodge, a roça de S. João, a roça Agostinho Neto e a roça de Diogo Vaz. No caminho de ida e regresso, realizaram-se curtas paragens em pontos estratégicos, umas vezes previamente programadas e outras por solicitação dos participantes.

1.1. Aspectos gerais de contextualização

A visita a estas infraestruturas, turísticas, de assistência social e de preservação ambiental, permitiu contacto com parte das tradições, da cultura, da gastronomia, do comércio e da dinâmica associativa local. Atendendo ao carácter intenso e compacto das actividades programadas, quem nelas participou não dispôs de muito mais tempo para a exploração de outras realidades locais. Houve quem, contudo, não tendo participado nestas visitas (e tendo, inevitavelmente, perdido tudo o que de bom elas proporcionaram), tenha acabado, por exemplo, por tomar contacto com a vida de emigrantes e descendentes cabo-verdianos que, muitas vezes, vivem em condições mais precárias do que grande parte da população santomense pobre. Mas, mesmo quem participou nas visitas, em alguns poucos momentos de usufruto mais livre de um turismo de natureza (por vezes, ainda virgem e de uma riqueza inquestionável) pôde, autonomamente, experimentar um contacto directo, por vezes casual, informal e espontâneo com as comunidades locais, em diferentes regiões da ilha. Este contacto permitiu interessantes vivências e experiências, algumas das quais, no entendimento dos autores e outros participantes do seminário, relacionadas com realidades que chocam directamente com princípios e valores não concordantes com os que, à luz dos princípios que no programa são enunciados, supomos ser a perspectiva subjacente ao espírito do Seminário.

A instalação de grupos hoteleiros pode, no caso concreto de São Tomé, representar uma importante mais-valia. Para tal, a actividade desses grupos deverá não só garantir os desejados lucros aos investidores, mas também, contribuir para a preservação da biodiversidade local, das tradições culturais e para a elevação da qualidade de vida das populações, aumentando a coesão social e ajudando a desenhar os contornos de um real desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental sustentável.

1.2. A problemática do Ilhéu das Rolas

Depois de outras tentativas (a que mais à frente faremos referência) o governo de São Tomé e Príncipe acolheu um grupo português de investimento turístico e hoteleiro, o Grupo Pestana, que se fixou na ilha em 2003, estando, neste momento, instalado em dois locais: na cidade de São Tomé (mais recentemente) e no Ilhéu das Rolas, a Sul da Ilha. “O

Grupo Pestana é actualmente o maior investidor em São Tomé e Príncipe, representando os empreendimentos em gestão e construção um investimento superior a 35 milhões de euros e 650 postos de trabalho” (www.pestana.com, 18/01/2008).

Foi neste grupo hoteleiro que a maioria dos participantes no Seminário Internacional ficou instalada (uma noite no Pestana Equador e as restantes no Pestana São Tomé). Na manhã que se sucedeu à noite passada no Pestana Equador, situado no Ilhéu das Rolas, e no âmbito da realização de actividades directamente relacionadas com o Seminário, alguns participantes, por iniciativa própria, permitiram-se ao contacto com a realidade da comunidade local que vive no ilhéu, através de um diagnóstico superficial do qual resultaram revelações significativas por parte da população sobre as condições precárias vivenciadas no seu dia-a-dia. Apesar do curto período de permanência no ilhéu, a prospecção efectuada não deixou o grupo indiferente aos factos relatados, pelo que assumiu de imediato uma postura activa na procura de dados justificativos que pudessem dar resposta ao problema.

A informação obtida resultou de relatos informais e totalmente espontâneos de pessoas que encontraram neste grupo de visitantes uma abertura, interpretados como um alerta na tentativa de um apoio futuro. Os relatos mencionados referiram aspectos como:

- a) a população tem sido convidada pelo Grupo Pestana a abandonar o ilhéu, em troca de uma indemnização;
- b) não estariam a ser cumpridos aspectos mínimos relativos a compromissos assumidos e que definem mínimos de dignidade (em particular, haveria falhas no abastecimento de água e luz);
- c) o transporte das crianças para a escola, que é feito num barco do grupo hoteleiro (conforme acordo firmado) não estaria, por vezes, a assegurar o transporte de regresso ao ilhéu, pelo que, nessas situações, as crianças ficavam sem o alojamento assegurado;
- d) muitas mulheres necessitam de ir de barco lavar as suas roupas fora do Ilhéu das Rolas;
- e) o artesanato local não seria valorizado, sendo requisitado artesanato externo ao ilhéu para venda ao turista;
- f) não está assegurado saneamento básico, nem recolha de resíduos; g) as pessoas da comunidade que falecem no ilhéu não podem aí ser enterradas, tendo os corpos que ser transportados para fora do ilhéu.

Após a recolha destes relatos que, como não podia deixar de ser, tiveram forte impacto racional e emotivo nos citados participantes, o grupo, num curto espaço de tempo, equacionou estratégias de actuação rápidas, tendo em conta os dias destinados ao Seminário (25 e 26 de Julho de 2008), e restantes dias de permanência em São Tomé.

Começámos por estabelecer contacto com os organizadores do Seminário, no sentido de uma eventual possibilidade de encontrar um espaço, durante o Seminário, para elaboração de um plano de acção conjunto, integrando o turismo e a comunidade como factores indissociáveis e de promoção da sustentabilidade local. Na impossibilidade de tal acontecer, uma vez que havia que cumprir toda uma prévia programação e perante alguns receios de que uma abordagem menos cuidadosa pudesse resultar em algum tipo de constrangimento para os vários agentes político-sociais e investigadores presentes, acabou por se acordar que o grupo que se sentia mais envolvido com a problemática (de que os autores faziam parte) se reuniria em separado e pensaria em uma qualquer estratégia que, tomando cuidados para não hostilizar responsáveis governamentais ou investidores, procurasse abrir um caminho para consideração do problema. A organização comprometeu-se a possibilitar que no encerramento do Seminário, houvesse um espaço para informar sobre eventuais iniciativas em curso.

Foi nesta lógica que o grupo elaborou um manifesto, onde eram afirmados alguns princípios e sugeridas possíveis acções (ver documento em Anexo), para ser divulgado no Seminário, junto dos responsáveis do grupo Pestana, dos responsáveis governamentais, da comunicação social e, através dela, da comunidade local. O documento esteve disponível para leitura durante o último dia de Seminário, acabando por assumir a forma de abaixo-assinado que acabou recolhendo a assinatura da esmagadora maioria dos presentes.

Previamente, alguns elementos do grupo solicitaram uma entrevista com responsáveis do Grupo Pestana e acabaram por ser recebidos pelo Director de Marketing do Grupo. A conversa decorreu no melhor clima. Embora reconhecendo que no passado poderia ter existido alguns mal entendidos e incompreensões, o Director de Marketing considerava que, desde a sua chegada, a situação estava substancialmente melhor. Reconhecendo que havia contactos no sentido de uma possível deslocação das pessoas, a troca de indemnização e garantia de habitação noutra local (tal corresponderia ao acordo de intenções inicialmente formado), foi afirmado o desconhecimento de problemas com abastecimento de água ou luz e transporte das crianças que, na opinião daquele responsável, estariam a ocorrer normalmente. O grupo de participantes do Seminário avançou com algumas propostas que, mais adiante, neste texto, serão algo de referência mais detalhada. Posteriormente, durante o primeiro dia de realização das sessões de apresentação de comunicações do seminário, alguns elementos do grupo foram entrevistados pela comunicação social local (TVS) durante o decorrer do Seminário. A detecção deste problema por parte do grupo de investigadores presentes no Seminário veio despertar o interesse de vários segmentos da população locais, no sentido de desvendar as causas, consequências e soluções para a sua resolução.

2. Encruzilhadas do turismo sustentável

O turismo é, sem dúvida, uma importante actividade económica, a nível mundial e uma das principais ou principal actividade económica para certos países e regiões. Como assinala Brito (2004: 72), citando vários autores (Mathieson, 1990; Kadat, 1979; Vieira, 1997; Baptista, 1997, Cunha, 1997) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), existe um largo consenso da definição do turismo como “(...) o conjunto de actividades desenvolvidas, no decorrer da deslocação e da estadia, fora do local fixo de residência, por um período superior a 24 horas e inferior a um ano, (...) não envolvendo a prossecução de actividades remuneradas e pessoalmente lucrativas, mesmo que temporárias (...), mas implicando o pagamento dos serviços prestados.” Vieira (1997) realça o facto do turismo envolver um conjunto de actividades económicas relacionadas com prestação de serviços a turistas (transporte, alojamento, restauração, serviços culturais e recreativos, produção artesanal, etc.).

2.1. O turismo de massas

Graças, em grande parte, às férias pagas (Vieira, 1997), mas também, e de forma mais global, a um outro conjunto de factores (estados de bem-estar social do pós-guerra, aumento da classe média, desenvolvimento dos transportes, etc.), a prática turística evoluiu para a democratização, em meados do século passado, e como esse fenómeno foi incentivado pelo surgimento da turistificação ou massificação turística (Joaquim, 1994 e Cunha, 1997, citados por Brito, 2004).

Com esta massificação do turismo, num momento histórico a preocupação face a grandes problemas ambientais globais não tinha ainda feito a sua verdadeira entrada em cena, a actividade turística, como muitas outras actividades humanas, descurou a necessidade e importância de compreender e dialogar com a natureza e, apoiado num certo tipo de arrogância científico-tecnológica e em perspectivas económicas voltadas para a rápida obtenção de grandes lucros, instalou-se um pouco por todo o lado, em especial ao longo de vastas regiões costeiras, ilhas, territórios de alta montanha e outros espaços onde a natureza propiciou recursos naturais mais adequados ao recreio e lazer. Interligando-se, muitas vezes com outras actividades humanas, em especial rápida (e, em geral, desordenada) urbanização, construção de infra-estruturas e desenvolvimento de certas actividades industriais e de serviços, a actividade turística tomou conta e transfigurou vastas regiões. Rapidamente, se assistiu em muitas regiões, à destruição de sistemas dunares, arribas e outros sistemas ecológicos litorais frágeis, zonas húmidas, lagoas, rios e estuários, regiões de neves e gelos, etc.

2.2. O turismo sustentável

Só mais recentemente, nomeadamente, a partir dos anos 80, se assistiu a tendências consistentes de mudança de rumo. Alguns autores (Lanfant, 1991, citada por Brito, 2004) relacionam tal mudança com a realização da Conferência de Manila, promovida pelo OMT. Os objectivos explicitados nessa conferência foram a “protecção e preservação do meio ambiente, da estrutura ecológica e do património natural, histórico e cultural do país, a óptima utilização qualitativa de recursos turísticos existentes ou potenciais do país, compreendendo o conjunto do património cultural, histórico e espiritual, afirmando o princípio da autenticidade e evitando a sua deformação e a sua falsificação” (Joaquim, 1997: 75, citada por Brito, 2004: 88).

Nas décadas de 80 e 90, em directa relação com o questionamento do tipo de desenvolvimento que vinha e vem sendo adoptado e a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, a actividade turística começou a ensaiar novas estratégias, novos rumos. Começam a privilegiar-se as unidades turísticas de menor tamanho e impacto e aparecem os hotéis verdes que, ainda hoje, se constituem como abordagens a ser incentivadas (IUCN, 2008). Muitas iniciativas turísticas assumem, nos nossos dias, características totalmente diferentes, podendo ser encontradas práticas turísticas muito diversificadas (Vieira, 1997; Brito, 2004), que Weaver (Vieira, 1997) divide entre turismo convencional ou de massas e turismo alternativo, supostamente mais sustentável. As designações utilizadas para referir formas de turismo supostamente sustentáveis são variáveis: “Muitos tipos de turismo podem hoje ser encontrados tanto no sector turístico comercial como na dependência de organizações de conservação da natureza e desenvolvimento local: ecoturismo, turismo da natureza, turismo de aventura, turismo responsável, turismo cultural, turismo em favor dos pobres (*pro-poor tourism*), etc.” (Jain and Triraganon, 2003: 26). A utilização de um ou outro termo depende de vários factores que vão desde a verdadeira natureza da oferta turística até às escolas de pensamento que defendem uma ou outra designação (em detrimento das outras), passando por aquilo que os promotores consideram ser a designação que vende melhor, até terminologias legalmente definidas em cada país, etc. Neste texto utilizaremos a designação turismo sustentável, exactamente por que ao fazê-lo pomos de lado o debate sobre esta pluralidade de designações e enfatizamos a essência da preocupação que lhe subjazem, em especial, integrar-se numa lógica de construção de um futuro, de sociedades e formas de desenvolvimento mais sustentáveis.

Infelizmente, embora o turismo alternativo se vá, progressivamente, constituindo como uma realidade em progressão, o turismo convencional ou de massas é, ainda, largamente maioritário, nomeadamente em estados insulares ou com vastas regiões costeiras

e vocação balnear. Sendo verdade que estes empreendimentos vão cada vez mais, sendo sujeitos a obrigações de responsabilidade ambiental e, até, social, acontece que, lado a lado com algumas tentativas sérias de ecologização, aparecem práticas menos consistentes, de natureza meramente cosmética. A cultura de turismo de massas, mais ou menos predatório e pouco respeitador do ambiente e de tradições culturais, continua a ser uma realidade e, mesmo se obrigados a certos comportamentos de ambientalização, muitos empreendimentos turísticos passam ao lado de outras preocupações inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Assim, a problemática do turismo sustentável constitui-se hoje, em algumas regiões (nomeadamente em países ditos em desenvolvimento e com vocação turística), como um dos mais complexos problemas e difíceis desafios no processo de construção de um futuro mais sustentável. Mas, em que consiste, exactamente o turismo sustentável? Embora existam várias definições pode afirmar-se que, como no que respeita ao desenvolvimento sustentável, se trata, antes do mais, de um caminho a percorrer; um caminho que só se define à medida que é percorrido. Tal não significa, contudo, que não haja princípios, valores e dinâmicas que inevitavelmente têm que ser tidas em conta, ou não poderá afirmar-se que estejamos perante cenários que possam apelidar-se ou ser apelidados de sustentáveis. Um turismo sustentável deve “(...) contribuir de forma muito clara para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a redução da pobreza, assim como para a conservação do capital natural e cultural da região. Adicionalmente, o desenvolvimento de um turismo sustentável a nível local pode contribuir para a recuperação da identidade local, aumentando a auto-estima das comunidades locais e fortalecendo os seus valores tradicionais.” (AECL, 2007). A actividade turística sustentável favorece o desenvolvimento local endógeno e participativo. Assim, nomeadamente na sua expressão local, deve ser “fundamentado nas comunidades locais e no meio ambiente natural pré existente, na utilização preservada dos recursos” e requer “a participação das populações locais em todo o processo.” (BRITO, 2004: 4)

3. O Ilhéu das Rolas numa lógica de turismo sustentável

A problemática que envolve a actividade turística no Ilhéu das Rolas não é totalmente nova, remontando a 1996, momento em que foi negociado contrato de concessão por 30 anos entre o governo de S. Tomé e um grupo empresarial português (Brito, 2004). Os dados disponíveis sobre todo o processo de concessão, construção e funcionamento são escassos. Efectivamente, eles reduzem-se praticamente aos elementos contidos na tese de doutoramento de Brígida Brito, uma das principais estudosas do turismo em São Tomé e

uma das principais organizadoras do Seminário (Brito, 2004) e ao link do site do Grupo Pestana relativo ao Pestana Equador.

3.1. O início do projecto

Inicialmente definido como um projecto integrado, de natureza agro-turística iniciou a 1ª fase de construção de edifícios em 2000, a promoção e *marketing* foram concretizados em 2001 e 2002 e em 2003 foram estabelecidos acordos com operadores turísticos e companhias de aviação (Brito, 2004). A mesma autora dá-nos conta do espírito geral, embora não da exacta forma, de alguns condicionalismos ou compromissos assumidos e firmados “O princípio presente na negociação, entre o Estado e os investidores portugueses, foi a criação de um *resort* de elevada capacidade, que oferecesse serviços de qualidade, num ambiente natural preservado e num espaço marcado pelo simbolismo histórico. O investimento total inicialmente previsto era de 3,2 milhões de dólares EUA (...). Nas negociações iniciais foi acordada a criação de 50 novos postos de trabalho, dadas as características do projecto e as necessidades esperadas, tanto ao nível da prestação directa de serviços turísticos, como no que respeita à construção e à manutenção do complexo. (...). O *resort* foi criado tendo presente a vocação para o turismo de elite, encontrando-se em funcionamento, desde o início da fase de reabilitação do edifício principal e da construção e alargamento dos *bungalows*, em 2000, tendo sido utilizados materiais locais que abundam na região, tais como as madeiras. Contudo, com base na observação directa, podemos registar que a decoração interior reflecte os padrões de conforto ocidentais, principalmente nos quartos, tendo sido os objectos e as peças de mobiliário integralmente importados.” (Brito, 2004: 290).

Sempre tomando por base o relato de Brito (2004: 292), parece tornar-se claro que a objectivação dos contributos para o desenvolvimento local sustentável foi vaga e/ou imprecisa. Um dos principais objectivos parece ser “a possibilidade de realização de investimento com recuperação do capital aplicado, a longo prazo, dado o elevado volume de negócios envolvido” e “de forma complementar” a “preocupação com a promoção do turismo, tanto balnear como de natureza e de observação, e a vertente cultural e histórica” ao que se associaria a “qualidade nos serviços prestados, o que não era comum no arquipélago, aquando das visitas iniciais efectuadas”. A mesma autora cita ainda outros objectivos ligados à “valorização ambiental, traduzida na limpeza dos trilhos de ligação entre pontos de interesse, no interior do ilhéu, a preservação cultural e histórica, principalmente relacionada com o Marco do Equador e a integração comunitária”. (Id. Ibid.).

3.2. Breve caracterização das bases do conflito

O grau de consecução dos objectivos de integração comunitária parecer ser altamente duvidoso. Reconhecendo “contradições na informação recolhida, em função do interlocutor, mesmo quando contactámos diferentes pessoas da organização do *resort* e que estiveram presentes desde o início” Brito (2004: 292), a mesma autora, concluiu não ser possível confirmar a “integração comunitária, a participação e o envolvimento da população”. Avança, ainda, com a afirmação de que “a informação mais coerente” que conseguiu sistematizar aponta para a ideia de os “promotores estarem divididos, desde sempre, entre a integração das comunidades residentes no ilhéu, maioritariamente de pescadores e com características de nomadismo, e a negociação para abandono do território” (Brito, 2004: 292). Os dados empíricos por nós recolhidos, tanto junto de populares do ilhéu, como da imprensa local, outras pessoas ligadas a organizações locais e, até, de instituições internacionais, vão no sentido de fazer crer que as dinâmicas de integração comunitária e participação das populações não só não se concretizaram nessa data como estão, ainda hoje, longe de se concretizar. Em termos de principais benefícios para as comunidades locais Brito (2004: 292) refere que, segundo os promotores eles têm sido diversificados: “Assim, tem sido dinamizada a economia regional através da criação de novos postos de trabalho com adequada formação, capacitando as populações abrangidas, para o futuro. Os promotores procuraram ainda viabilizar o sistema de ensino para as populações mais jovens, identificando objectivos educativos, mediante a implementação do “Projecto Escola””

Embora reconhecendo que o “envolvimento e a integração das populações locais no desenvolvimento do projecto, conforme foi definido na Primeira Parte (cf. I., 3. e II., 2.), não se verificou” a citada autora considera que “tem sido evidente a criação de novos postos de trabalho para a população da região, associados à realização de acções formativas, possibilitando o aumento das qualificações com eventual reconversão profissional” (Brito, 2004: 292). Embora o representante dos promotores referido por Brito tenha considerado “que as comunidades locais têm beneficiado da possibilidade de usufruírem de habitações novas, dotadas de infraestruturas de saneamento, de água canalizada para consumo e de electricidade gratuita fornecida pelo *resort*”, a mesma autora assinala que não lhe foi possível “confirmar as informações relativas aos benefícios com membros das comunidades envolvidas dado os líderes não terem revelado disponibilidade para fornecer formalmente informações. De acordo com a observação desenvolvida e com os contactos informais com membros comunitários, os benefícios referidos pelos promotores são insuficientes face às necessidades sentidas pelas famílias, bem como dado o carácter irregular no fornecimento.” (Brito, 2004: 292).

Em termos nacionais, a investigadora considera que o “empreendimento dinamizou toda a região sul do arquipélago” e que, para além disso, os benefícios para o país “foram a dinamização do turismo e da prestação de serviços de qualidade, a criação e a manutenção de infra-estruturas associadas à preservação ambiental, beneficiando o Estado com a cobrança de impostos e com a retenção financeira, representando a implementação e o desenvolvimento do projecto uma fonte nacional de receitas.” (Brito, 2004: 293).

Apesar de já haver reconhecido manifestas falhas na questão do envolvimento comunitário, Brito (2004) considera que as “principais potencialidades do projecto respeitam à reabilitação da aldeia local, à melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas e à recuperação das instalações pré-existentes”. As primeiras destas potencialidades (reabilitação da aldeia e melhoria das condições de vida das comunidades) não parecem estar a ser concretizadas, antes parecendo estar a caminhar-se no sentido oposto, ou seja, da materialização de pressões no sentido de acabar com a aldeia local e a presença de comunidades locais na ilha. Brito (2004: 291) dá-nos conta como lhe foi possível confirmar junto de um dos promotores (que, entretanto, tinha abandonado a sociedade) a actuação no sentido de conseguir negociar a saída das comunidades tradicionais do Ilhéu das Rolas “que, com a comunidade de agricultores residente, foi negociado o abandono do ilhéu em troca de casas construídas e disponibilizadas pelos promotores. Mas, no que respeita à comunidade dos angolares, pescadores na sua maioria, a negociação verificou-se particularmente dificultada, já que, em 2003, os problemas permaneciam entre o grupo empresarial e as comunidades residentes.” Os argumentos para reforçar esta necessidade de pressionar a saída das populações alargam-se a factos não comprovados referentes a que “as comunidades de pescadores, ainda residentes no ilhéu, vendiam produtos alimentares aos turistas, confeccionados de forma tradicional, originando que, de forma sucessiva, ocorressem situações de doença, atribuídas aos serviços prestados pelo *resort*”. Como, contudo, BRITO (2004, p.291) refere, se em 2003 era “uma realidade o número crescente de reclamações recebidas pela direcção do *resort* e publicitadas para o exterior, através da *Internet* e do serviço de e-mail, com o conhecimento da DTH”, não é menos verdade que “por mais do que uma ocasião, nos deslocámos ao complexo e observámos inúmeras situações irregulares, tais como o inadequado tratamento da água da piscina, os cortes de energia eléctrica e o gelo.”

A citada autora refere que em 2003 “as situações de conflito entre o representante dos promotores e as comunidades persistiram, podendo ser exemplificadas com a ocorrência da negação da possibilidade aos pescadores não residentes de aportarem nas praias”, tendo mesmo acontecido “uma situação de desaparecimento de pescadores durante uma

tempestade no mar, após verem negada a autorização para pernoitar numa praia” (Brito, 2004: 291). Na sequência do incidente a que acaba de ser feita referência e outras situações de “confronto directo com os órgãos de soberania, o responsável pelo resort, sócio e representante dos promotores, que residia no arquipélago desde o início (...) foi expulso do país, mantendo-se contudo ligado à sociedade, mas em Portugal.” (Id., Ibid.).

Assim, pode considerar-se “que as relações entre os grupos comunitários e os promotores têm evidenciado um clima de conflito e não de colaboração mútua, pelo que a lógica de parceria tendente à participação e ao envolvimento comunitário não foram, neste caso, perceptíveis” (Id., Ibid.). Pode, pois, afirmar-se que, os promotores se confrontaram “com alguns problemas, que, com o tempo, não foram ultrapassados, representando condicionalismos ao desenvolvimento do projecto, nomeadamente as relações, qualificadas de difíceis, entre os promotores e as comunidades residentes no território do ilhéu.” (Brito, 2004: 290). Mas... será que, como diz o povo, o que torto nasce torto morre ou... podemos fazer alguma coisa para inverter o processo?

3.2. Sim... podemos fazer alguma coisa

A conversa que mantivemos com o representante do grupo Pestana foi cordial e, embora considerando que grandes partes dos problemas eram anteriores à sua chegada e que, neste momento não haveria, em sua opinião, lugar para mal-estar, o Director de Marketing: a) reconheceu a existência de negociações para deslocação de quem o queira; b) afirmou a não existência de qualquer ideia de expulsão forçada dos ainda residentes, c) mostrou disponibilidade de discutir uma eventual proposta de abordagem da questão, que por nós pudesse ser avançada.

A mediação, enquanto forma de excelência de resolução e evitamento de conflitos, tem sido afirmada por vários autores (Bush and Folger, 2004; Cobb, 2004; Bonafé-Schmidt, 2003; Milburn, 2002; Folger and Bush, 1996; Morineau, 1996; Fisher and Ury, 1991, 1982) e tem ganho cada vez maior vitalidade. O Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*) em variados documentos e, nomeadamente, no *Measuring Impact Framework: Assessing business contribution to development DRAFT Detailed report* (WBCSD, 2008) assinala não só a importância de todas as empresas tomarem em consideração a sua contribuição para o desenvolvimento local, como a de, nesse processo, fazer intervir processos de mediação.

3.3. Proposta geral de acção

Quadro I - Síntese de metodologia/cronograma para abordagem e mediação sócio-ambiental do caso do Ilhéu das Rolas

Estádias em S. Tomé	Natureza	Objetivos	Duração	Técnicas de investigação / intervenção	Produto
Primeira	Diagnóstico e identificação de divergências	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear os interesses de uso dos 3 ou 4 principais <i>stakeholders</i> e implicações desses interesses nos interesses dos outros <i>stakeholders</i> - Explicitar as razões de suporte desses interesses - Verificar o estado de implementação desses usos e seu grau de estabilização/reversibilidade - Identificação de espaços e 	8 a 10 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas individuais e de grupo - Reuniões com grupos focais (população residente e já deslocada, turistas) - Observação participante (notas de observação, registo fotográfico, audio e video) - Trabalho de campo (notas de campo, registo fotográfico e video) - Análise documental (consulta de documentos de concessão e outros documentos relativos ao processo de estabilização do resort) 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório incluindo: a) registo fotográfico/video; b) notas de campo; c) sempre que necessário, mapeamento e georeferenciação de aspectos relevantes); d) matriz de partes interessadas ou <i>stakeholders</i>*; e) matriz de relação entre <i>stakeholders</i> e interesses em presença/confronto*
Segunda	Debate e focalização	<ul style="list-style-type: none"> - Socialização de interesses em presença/confronto - Consciencialização de divergências e suas razões - Exploração de possibilidades de consensualização e alternativas para resolução de problemas - Elencagem de tópicos para protocolo de intenções e pontos para um futuro plano de acção e 	8 a 10 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas de grupo (notas de observação, registo fotográfico, audio e video) - Reunião entre partes com mediação (notas de observação, registo fotográfico, audio e video) - Observação participante (notas de campo, registo fotográfico e video) - Análise documental complementar 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório com: a) registo fotográfico/video; b) notas de campo; c) extractos de entrevistas e/ou reuniões; d) matriz “Prioridades, Indicadores, Contribuições” *; e) matriz estratégica “Eliminar-reduzir-elevar-criar”*

Estádias em S. Tomé	Natureza	Objetivos	Duração	Técnicas de investigação / intervenção	Produto
Terceira	Convergência	<ul style="list-style-type: none"> - Obejctivação da convergência - Discussão e aprovação de protocolo de intenções e de plano de ação - Comprometimento público coletivo 	6 a 8 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião final de discussão e aprovação de protocolo de intenções e plano de ação - Observação participante (notas de observação, registo fotográfico, audio e video) - Apresentação pública de resultados a interessados, convidados e comunicação social 	<ul style="list-style-type: none"> - Portfólio final de registo fotográfico/video, notas de campo e extractos de entrevistas e/ou reuniões - Plano de ação e Protocolo de parceria

Nota: A metodologia está inspirada na abordagem desenhada e implementada em Botucatu, São Paulo, Brasil, num estudo de caso apoiado pela AES Tietê, sob coordenação geral de Mário Freitas e referida em FREITAS, M. (2008) e FREITAS & ANNUNCIATO (2008).

* Instrumentos de registo desenhados no âmbito do estudo atrás referidos e incluídos em anexo e que, posteriormente, poderão ser adaptados à situação específica.

O grupo de investigadores (autores e outros técnicos especializados) propõe-se a realizar um projecto, com base no quadro síntese anteriormente apresentado, em parceria com o Grupo Pestana, com vista a colmatar este problema económico-social.

Bibliografia

- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre, DAHAN, Joceylene, SALZER, Jacques, marianne, Souquet e VOUCHÉ, Jean-Pierre (2003). Les médiations, la médiation. Ramonville Saint-Agne, Éditions Erès
- BRITO, Brígida (2004). Turismo Ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em S. Tomé e Príncipe. Tese de Doutoramento Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas (Tese de Doutoramento, ISBN: 978-989-8154-11-8).
- BUSH, Robert and FOLGER, Joseph (2004). The Promise of Mediation: The Transformative Approach to Conflict. S Francisco, Wiley Default, Jossey-Bass.
- COBB, Sara. (2004). Fostering coexistence in identity-based conflicts: Towards a narrative approach. In Chayes. A. and Minow, M. (Eds.), *Imagine Coexistence*. San Francisco Wiley_Default, Jossey-Bass: 294-310.
- FISHER Roger et URY William (1982). *Comment réussir une négociation*. Paris, Editions du Seuil.
- FISHER, Roger, URY, William & PATTON, Bruce (1991). *Getting to yes. Negotiating agreement without giving in*. Houghton Mifflin Books
- FOLGER, Joseph and BUSH, Robert (1996). *Transformative Mediation and Third-Party Intervention: Ten Hallmarks of a Transformative Approach to Practice*. *Mediation Quarterly* 13:4 (Summer 1996): 263-78.
- FREITAS, Mário (2001). A ancestral sustentabilidade da ocupação da montanha como inspiradora de um moderno conceito de desenvolvimento sustentável.

- O caso concreto do PNPG e seu potencial heurístico. In Xunta de Galicia & UNESCO, *Novas propostas para a acción*, Actas da Reunión Internacional de Expertos en Educación Ambiental. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia: 609-614.
- FREITAS, Mário e ANNUNCIATO, Draúzio (2008). *Botucatu às margens do Tietê: Cultura e Sustentabilidade*. São Paulo, Instituto BrasilCom.
- IUCN (2008). *Biodiversity: My hotel action. A guide to sustainable use of biological resources*. Gland, Switzerland, IUCN.
- JAIN, Nandita and TRIRAGANON, Ronnakorn (2003). *Community-based Tourism for Conservation and development: a training manual*. Bangkok, The Mountain Institut and RECOFT.
- LANFANT, M. F. et al (1995) - *International Tourism, identity and change*. Surrey, Sage Publications.
- MILBURN, Philip (2002). *La Médiation: expériences et compétences*. Paris, Éditions La Découverte et Syros.
- MORINEAU, (1996). *L'esprit de médiation*. Romainville, Erès.
- VIEIRA, João (1997) - *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa, publicações Dom Quixote.

5. ANEXO - manifesto

ILHÉU DAS ROLAS – um desafio para o turismo sustentável

Entre os principais objectivos do projecto de investigação em que se insere o Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” contam-se a análise dos “impactos do turismo no desenvolvimento das populações locais”, nomeadamente, através da consideração dos “benefícios resultantes do incremento do sector mas também os efeitos perversos que resultam negativamente para a totalidade ou parte dos grupos comunitários” (Brito, 2008, p. 4)².

Durante a realização de actividades directamente relacionadas com o seminário, os signatários desta declaração, tomaram contacto com algumas realidades relativas a grupos comunitários que vivem no Ilhéu das Rolas e com as quais (em qualquer caso, mas particularmente na sua condição de participantes do supra citado Seminário), não podem deixar de se comprometer. Ao abordá-las de forma transparente, sincera e colaborante, no âmbito do seminário, não é sua intenção gerar qualquer tipo de constrangimento ou animosidade. Pretendem, pelo contrário, criar condições para que tais realidades sejam corajosamente enfrentadas e possam vir a ser alteradas a contento de todos os interessados, constituindo-se, eventualmente, num exemplo de acção concreta de investigação-acção, em contexto de turismo e desenvolvimento comunitário sustentáveis.

A totalmente insuspeita voz do Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (que integra grandes companhias em diversos sectores da actividade económica) analisa criticamente anteriores posturas e recomenda que todas as empresas analisem, monitorizem e avaliem os impactes da sua actividade na comunidade e criem envolvimento entre parceiros com vista a considerar prioridades de desenvolvimento e

² Brito, Brígida (Coord) (2008). *Guia do participante do Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”*. CEIDA, ISBN-13:978-84-691-4676-7

contributos das empresas para esse fim. Em tal contexto, desenvolveu, até, uma metodologia de avaliação de impactes cuja última versão data de Fevereiro de 2008 e está a ser utilizada por algumas das maiores empresas, a nível mundial. O processo de mediação independente é aconselhado nessa metodologia como uma poderosa forma de promoção da participação comunitária e do envolvimento sinérgico dos parceiros.

Assim, e mesmo correndo o risco de não estar na posse de informação relevante (que, de qualquer forma, poderá vir a ser, posteriormente, acrescentada) não poderemos deixar de propor que o seminário alerte para a necessidade de:

- a) analisar e corrigir, de imediato, eventuais falhas no cumprimento de aspectos referentes à dignidade e mínimas condições de qualidade de vida do grupo comunitário do ilhéu, nomeadamente, falhas no abastecimento de água e luz, falta de saneamento básico, recolha de resíduos e garantia de transporte, para que as crianças possam frequentar a escola (conforme compromissos anteriormente firmados e que qualquer ideia de turismo sustentável e responsável não poderá deixar de considerar);
- b) abrir um processo de mediação sócio-ambiental e cultural que discuta a possibilidade e, até, mais valias, de pôr termo à obrigatoriedade de tais grupos comunitários abandonarem o ilhéu em futuro próximo, criando novas condições para a sua permanência, num contexto que igualmente considere os interesses do concessionário turístico;
- c) integrar tal processo numa lógica de investigação-acção, no âmbito de projecto já em curso ou de outro que, para tal efeito, possa vir a ser propositadamente desenhado, suspendendo a saída dos grupos do ilhéu”;
- d) incluir neste processo tanto a discussão e consciencialização acerca da protecção dos recursos naturais e da biodiversidade local, através das boas práticas ambientais, respeitando as convenções internacionais, como a valorização das tradições culturais (histórica, tradição oral, técnicas artesanais de pesca e agrícolas) e a sabedoria popular.

Perante o disposto nos pontos anteriores, os signatários convidam ao envolvimento de todos os parceiros (cada um deles com uma quota parte diferenciada de responsabilidades sociais e ambientais) - Grupo Pestana, autoridades locais, grupo comunitário do Ilhéu das Rolas, Organizações Não Governamentais, órgãos de comunicação social, outros grupos de interesse, etc., e predispõem-se a colaborar activamente na procura de uma solução que compatibilize desenvolvimento comunitário com turismo sustentável.

CAPÍTULO V

Discursos Oficiais

Seminário Internacional
**“Educação, Ambiente, Turismo
e Desenvolvimento Comunitário”**,
São Tomé, Julho de 2008

Sessão de Abertura

Arlindo de Carvalho

Director-Geral do Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Sr. Ministro da Educação,
Doutora Brígida Rocha Brito,
Dr. Joaquim Ramos Pinto,
Caros convidados e participantes,

As minhas primeiras palavras são para dar as boas vindas a todos os participantes aqui presentes, e em especial àqueles que se deslocaram desde muito longe, nomeadamente de Portugal, do Brasil, de Espanha e de Cabo Verde para partilhar connosco a experiência nos vários domínios que constituem o tema do nosso Seminário Internacional, isto é a Educação, o Ambiente, o Turismo e o Desenvolvimento Comunitário.

Como devem ter percebido durante estes dias em que estiveram no nosso País, e puderam viajar por algumas zonas da ilha de São Tomé, o país possui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo mas, por sua vez, e na condição de um país insular e pequeno, possui um ecossistema bastante frágil e vulnerável. A harmonização entre a Educação, o Ambiente, o Turismo e o Desenvolvimento Comunitário pode constituir a base fundamental para a obtenção do desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe que todos preconizamos.

Estamos bastante orgulhosos de acolher no nosso País este evento, fundamentalmente pelo alto nível de diferentes especialistas e palestrantes vindos de várias instituições de investigação internacional e de Universidades. Podemos considerar que a presença destes especialistas no Seminário Internacional constitui por si só um grande êxito para o nosso evento.

Para terminar, gostaria de agradecer às várias instituições internacionais que deram o seu apoio para que este Seminário fosse uma realidade, nomeadamente o Centro de Estudos Africanos do ISCTE e a Associação NEREA-Investiga. Os nossos agradecimentos são extensivos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ao Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, que já se transformaram em grandes parceiros para a causa do Ambiente nacional, e pelos apoios concedidos para a realização desta actividade.

Brígida Rocha Brito

Investigadora e Coordenadora de Projecto, Centro de Estudos Africanos (CEA/
ISCTE)

Exmo. Sr. Ministro da Educação,
Exmo. Sr. Director-Geral do Ambiente,
Exmos. Srs. Representantes do Corpo Diplomático,
Caros conferencistas e participantes do Seminário,

A organização e a realização do Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” é um projecto que tem vindo a ser desenvolvido há algum tempo e que conseguimos concretizar graças à conciliação de esforços, resultado de um trabalho de parceria entre o Centro de Estudos Africanos do ISCTE, duas instituições santomenses, a saber, a Direcção-Geral do Ambiente e a Direcção de Turismo, e a Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental. Assim, não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento, em particular, à Direcção-Geral do Ambiente, que nos deu um apoio determinante e sem o qual não teria sido de todo possível este empreendimento.

Este evento enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação que está a ser desenvolvido no Centro de Estudos Africanos do ISCTE, em Portugal, e que conta com a colaboração directa de instituições santomenses, como a Direcção-Geral do Ambiente e a Direcção de Turismo, mas também e de forma mais indirecta com outras organizações como associações e Organizações Não Governamentais, entre as quais a MARAPA, a Associação Monte Pico e várias iniciativas de turismo que têm sido desenvolvidas ao longo do tempo. Este projecto é relativamente abrangente e procura estudar os impactos do turismo no desenvolvimento comunitário em contexto insular africano, tendo sido identificados dois campos principais que viabilizam a pretendida análise comparativa. O primeiro, do qual parte o estudo, é São Tomé e Príncipe, cujas experiências turísticas alguns investigadores da equipa conhecem com detalhe, em resultado de investigações prosseguidas anteriormente tendo em vista a obtenção de graus académicos. O segundo é Cabo Verde, país que alguns membros da equipa também têm vindo a visitar e a estudar e, onde já foi prosseguido o trabalho de campo com a recolha de dados. A escolha destes dois espaços insulares africanos deveu-se ao facto de, no contexto do Oceano Atlântico, estes países apresentarem algumas características comuns e muitos elementos diferenciadores, nomeadamente no que respeita às experiências turísticas e aos impactos que decorrem da promoção dessas iniciativas.

A realização do Seminário em São Tomé e Príncipe coincidiu com a missão da equipa de investigadores destinada à prossecução de visitas que enquadram o trabalho de campo para recolha de dados e observação directa. O objectivo principal que esteve na base da organização deste Encontro foi a reunião participada, participativa e interactiva dos vários actores envolvidos nas temáticas em análise e que colaboram directa ou indirectamente com a equipa de investigação. Este Seminário foca, de forma interrelacionada, quatro temas principais: a Educação; o Ambiente; o Turismo; o Desenvolvimento Comunitário. A ideia subjacente é que a estratégia turística resulta da conciliação entre as diferentes actividades e dimensões, não podendo excluir nenhuma delas.

Com base no debate que vamos promover, e fundamentado no conhecimento adquirido através da observação possibilitada pelas visitas efectuadas nos dias que antecederam o evento, esperamos chegar a conclusões importantes que serão oportunamente divulgadas através da edição das Actas em livro.

Joaquim Ramos Pinto

Presidente da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental e Investigador do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Exmo. Senhor Ministro da Educação de São Tomé e Príncipe,
Exmos. Senhores Membros do Corpo Diplomático,
Representantes de Organizações nacionais e internacionais, ONGs locais e internacionais,
Investigadores, Professores, Participantes em geral,

Foi com muito prazer que aceitei participar nesta organização conjunta; ao nível profissional, motivado pelo desafio de contribuir para o estabelecimento de parcerias que possam sustentar, num futuro próximo, o desenvolvimento de projectos de cooperação de âmbito nacional e internacional e, ao nível pessoal, foi uma oportunidade de conhecer São Tomé e Príncipe pela primeira vez.

Por outro lado, o facto da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental ter participado nesta parceria foi uma oportunidade para poder dar cumprimento à prossecução dos seus objectivos no que concerne a reforçar o papel da cooperação para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis; ao mesmo tempo que, particularmente, foi um privilégio participar na equipa de investigação coordenada pela Doutora Brígida Brito no projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em

África: análise de experiências insulares”, financiado pela FCT.

Aproveite esta oportunidade para realçar a importância que, de uma forma inovadora, foi dada ao formato do programa que enquadrou estes dois dias de Seminário. Numa perspectiva de cooperação, a organização planeou o desenvolvimento de um conjunto de acções em contacto com as comunidades locais precisamente para podermos, previamente, conhecer, partilhar e pensar tendo em vista desafios futuros numa perspectiva de responsabilidades individuais e de compromissos colectivos.

Foi com grande satisfação que pude constatar, ao longo de vários dias que precederam este seminário, várias acções de parceria serem delineadas e que certamente serão objecto de concretização já no decorrer destes dois dias de Seminário. Naturalmente, esperamos que neste espaço possam ser consolidadas diferentes iniciativas de cooperação, para além das conferências de investigadores, directores e coordenadores de projectos. Contaremos, também, com os grupos de trabalho onde pretendemos que se possam desenvolver propostas concretas no sentido de planearmos o futuro e o que vem a seguir com esperança. A organização gostaria de contar com propostas e com parcerias de co-responsabilização e compromisso conjunto para avançarmos com projectos concretos. É de salientar que algumas possíveis iniciativas futuras foram sendo conversadas nos autocarros enquanto fazíamos as visitas e nos locais da visitas. Foi interessante ver que o próprio Seminário começou nas deslocações entre os locais, nas comunidades, quando nos reuníamos nos grupos que vão conversando em determinados momentos e isso para nós, enquanto organização, é muito estimulante.

Todos os registos destes momentos serão depois traduzidos num documento final para que consigamos entender o que é importante, em termos de percurso e não apenas enquanto momento do Seminário. Estes dois dias serão muito intensos, serão o resultado mas também o início de um processo que esperamos que seja profícuo e do qual possamos dizer daqui a uns anos que valeu a pena este evento.

Para finalizar gostaria de agradecer mais uma vez a São Tomé e Príncipe, em nome do Director-Geral do Ambiente, Dr. Arlindo de Carvalho, pela disponibilidade e todo o carinho com que nos tem recebido e acompanhado e a tolerância pelos momentos em que não conseguimos responder a horários, atendendo a alguns constrangimentos originados pela distância, mas que com todo o profissionalismo e dedicação conseguimos avançar para este momento.

Obrigado a todos, esperando, com toda a sinceridade, que possamos obter resultados visíveis a breve prazo.

Jorge de Bom Jesus

Ministro da Educação da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Excelências,

Caríssimos Convidados e Convidadas,

Senhoras e Senhores, as nossas saudações e agradecimentos.

Por razões de agenda, nem o Senhor Presidente da República, nem o Senhor Primeiro Ministro puderam estar presentes, pelo que estou aqui para presenciar esta cerimónia de abertura. É para mim motivo de grande honra e prazer participar neste Acto simbólico de abertura do Seminário Internacional sobre o tema “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”, evento que uma vez mais move São Tomé e Príncipe como destino de acolhimento dos grandes encontros internacionais, durante este período da Gravana, mobilizando parceiros da cooperação, operadores económicos, turistas, estudiosos e estudantes, bem como amigos do arquipélago. Por conseguinte, gostaria em nome do Governo de testemunhar todo o reconhecimento e gratidão a todos aqueles que transformaram o sonho em realidade, nomeadamente à Direcção do Ambiente, ao Centro de Estudos Africanos/ISCTE, de Portugal, à ONG internacional NEREA-Investiga, aos muitos patrocinadores para não citar senão estes.

A abordagem de uma temática tão abrangente denota o carácter sistémico e a íntima interligação existente entre os vários sectores e áreas quando se trata do desenvolvimento sustentável. Para tanto, a mobilização de todas as sinergias e parcerias, internas e externas é um imperativo de sucesso para qualquer programa, mormente nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Hoje é consensual que a educação é a pedra angular do desenvolvimento durável pela sua contribuição decisiva na emergência de sociedades onde há Paz, a Liberdade e o Desenvolvimento caminham de braços dados. De igual modo, através da Educação antecipamos, prevenimos, projectando nas crianças e jovens de hoje o sonho de um amanhã diferente, em que valores como fraternidade, solidariedade, trabalho digno e honesto, respeitado pelo Ambiente sejam de facto uma realidade e uma prática quotidiana. A Educação continua, mais do que nunca, a barra suposta aos quatro pilares: saber; saber ser; saber fazer; saber viver em comunhão. Depois, a relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade, a intervenção humana torna-se cada vez mais evidente.

As reformas dos nossos sistemas de ensino para a sua actualização e modernização devem constituir um desígnio nacional. A necessidade de uma formação multifacetada e integrada que garanta a preparação pessoal e social através de disciplinas como História,

Geografia, Turismo, Educação Ambiental, a Educação para os valores é um imperativo para a assumpção de uma cidadania plena e responsável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, São Tomé e Príncipe, estas ilhas paradisíacas ancoradas no Equador, com uma História rica de miscigenação, possui todos os trunfos para se transformar num destino turístico internacional, tanto natural como cultural. No Programa do Governo, o turismo constitui um dos eixos prioritários e estruturantes do nosso desenvolvimento. Não se trata de uma utopia, acredito que é possível. Todos em conjunto, e cada um particular, podemos mudar a nossa atitude, comportamento, as nossas práticas, em relação ao nosso maravilhoso e saudável Ambiente, com um trabalho cada vez mais sério e com maior zelo. De igual modo, não escamoteamos aqui a dimensão da investigação, que é extremamente importante em todo este processo. Não se faz nada sem um estudo prévio.

Este Encontro Internacional de reflexão, com vários painéis, onde tanto a troca de experiências e de saberes é a prova tangível e mais eloquente possível de que estamos no caminho certo, ou seja estamos a começar pelo começo, perdoem-me a redundância, através do b-a - ba do desenvolvimento sustentado das nossas ilhas. Para aqueles que estão cá connosco apelamos para que possam desfrutar da nossa hospitalidade. Sucessos nos vossos trabalhos. Declaro aberto o evento.

Sessão de Encerramento

Arlindo de Carvalho

Director-Geral do Ambiente, República Democrática de São Tomé e Príncipe

Senhor Primeiro Ministro e Chefe do Governo,
Senhor Ministro da Educação,
Doutora Brígida Rocha Brito,
Caros convidados e participantes vindos de vários países amigos,
Caros participantes santomenses,

Durante esta semana tivemos o privilégio de acolher este grupo de amigos de São Tomé e de especialistas em vários domínios como o Turismo, a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Comunitário, vindos de Portugal, de Espanha, do Brasil e de Cabo Verde. Todos puderam intercambiar connosco o vasto conhecimento que têm nestas áreas, transmitir-nos as suas experiências vividas através dos trabalhos realizados nos respectivos países e através das muitas investigações feitas em São Tomé.

Um dos aspectos importantes a realçar é que a organização proporcionou que, para este evento, os participantes viessem uns dias mais cedo e pudessem andar por várias partes do País a visitar, a conhecer e a ter contacto com a realidade nacional, de forma a que o debate que nós fizemos no gabinete pudesse recolher tudo o que estivesse relacionado com São Tomé e Príncipe. O debate foi considerado como objectivo, levando em consideração a realidade nacional. Podemos dizer que, durante esses dois dias de trabalhos, tanto São Tomé e Príncipe como as pessoas que aqui participaram, todos ficámos a ganhar com o intercâmbio de experiências. As nossas instituições estão muito orgulhosas de ter contribuído e participado na organização de um evento que reuniu a vasta experiência e o profundo conhecimento aqui presentes.

Queremos agradecer a todos os que, pelos seus próprios meios e vontade, estiveram connosco nestes dias e contribuíram para o processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe nas áreas temáticas da Educação Ambiental, do Turismo e do Desenvolvimento Comunitário. Estamos completamente conscientes de que muitos dos erros que foram cometidos em várias outras partes do Mundo podem ser ultrapassados em São Tomé e Príncipe se atendermos à experiência que foi partilhada porque podemos fazer muito melhor nestas áreas. Então queremos apenas dizer muito obrigado pela vossa contribuição e dizer que São Tomé e Príncipe está muito grato pela vossa presença que juntou o útil ao

agradável, ou seja para além de poderem desfrutar um pouco do nosso País, deram uma grande contribuição para aquilo que nós todos preconizamos que é o processo de desenvolvimento sustentável.

Queremos agradecer muito sinceramente à Doutora Brígida Rocha Brito, que foi a mentora deste processo, ao Dr. Joaquim Pinto e a todos os colaboradores que também não se cansaram de estar em contacto permanente connosco. Esperemos que depois desta actividade não fiquemos por aí, que as nossas instituições possam estabelecer uma parceria com as várias instituições de investigação e com as várias Universidades aqui presentes, de forma a que possamos dar continuidade às pesquisas que debatemos. E ainda agradecer a todas as instituições que deram o apoio para que este evento pudesse ser uma realidade.

Senhor Primeiro Ministro, queremos também agradecer a sua presença nesta cerimónia de encerramento, que nos orgulha bastante, bem como ao senhor Ministro da Educação pela abertura que fez na nossa cerimónia.

Muito obrigado e boa estadia em São Tomé para todos os que ainda permanecem mais algum tempo e um bom regresso aos que partem já, dizendo que nós vamos continuar a tê-los no nosso coração. Todas as ideias que nos trouxeram e as experiências que connosco partilharam vão continuar presentes nos nossos trabalhos, vamos procurar implementar tudo o que debatemos nestes dias.

Muito obrigado.

Brígida Rocha Brito

Investigadora e Coordenadora de Projecto, Centro de Estudos Africanos (ISCTE)

Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe,
Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,
Excelentíssimo Senhor Director-Geral do Ambiente,
Caros Colegas e Participantes,

Concluimos hoje os trabalhos formais no âmbito do Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”. Foram dois dias de reflexão e de debate, complementados por um programa prévio de visitas, que permitiu um contacto directo com as iniciativas em curso, os promotores e as comunidades locais. Neste dia, é com grande satisfação que afirmo com a maior das convicções que o trabalho em parceria é muito gratificante, e este Seminário Internacional é um bom exemplo.

É também este o momento privilegiado para agradecer a todos os que, tanto a nível

institucional como pessoal, se envolveram neste Projecto e facilitaram a realização de todas as actividades programadas.

O primeiro agradecimento é dirigido ao Dr. Arlindo de Carvalho, Director-Geral do Ambiente, que desde o início aceitou a proposta de uma organização conjunta e em parceria assumindo integralmente os compromissos acordados, envolvendo-se institucionalmente mas também com grande dedicação pessoal. O agradecimento é extensivo a todos os membros da equipa da Direcção-Geral do Ambiente que conosco colaboraram, com empenho e eficácia, nomeadamente: Aline Castro, Constantina, Gelsa Cruz, Maria do Rosário, Américo Carvalho, Diosmo, Hilário Neto e Lourenço Monteiro. Agradeço ainda à Direcção de Turismo, nas pessoas da Dra. Miriam Barroso e Walter Hugo.

Agradeço aos patrocinadores do evento, nomeadamente à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, instituição financiadora do Projecto de Investigação que se encontra a decorrer e no âmbito do qual este Seminário Internacional se realizou.

Agradeço ao CEIDA, Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia, que facilitou a edição do Livro de Resumos que foi distribuído, nomeadamente ao Professor Carlos Vales, que é consultor do Projecto de Investigação, e à Dra. Araceli Serantes pela disponibilidade e receptividade na aceitação da proposta; à Fundação Calouste Gulbenkian e à Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento que viabilizaram a deslocação de alguns convidados; à TAP, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Banif e à Culturália; e ainda à CPLP e aos Cafés Delta que viabilizam a edição de um livro final do Seminário.

Agradeço de forma muito particular à Direcção do Centro de Estudos Africanos, que reconheceu a importância desta iniciativa e viabilizou a participação de alguns dos palestrantes e dinamizadores de actividades.

Ainda agradeço reconhecidamente aos promotores, gestores e colaboradores de todos os projectos e iniciativas visitados que favoreceram o conhecimento e a aprendizagem de todos através do contacto directo: à equipa do Jalé Ecolodge; aos guias do Mangrove Tour; ao João Carlos Silva, à Isaura Carvalho e a toda a equipa da Roça de S. João; à Nora Rizzo e ao grupo de jovens da Escola de Campo Diogo Vaz; ao Sr. Hipólito do Ecomuseu Casa Tatô; ao Luís Mário, ao Faustino e a toda a equipa da Associação Monte Pico; ao Jorge de Carvalho e toda a equipa da MARAPA.

Um agradecimento muito especial aos organizadores da Bienal de Arte e Cultura de São Tomé e Príncipe, pela receptividade demonstrada em integrar na programação geral um conjunto de iniciativas e de actividades propostas no âmbito do Seminário e que disponibilizaram o espaço do Pavilhão da Bienal.

Não posso deixar de agradecer a todos os que individualmente se inscreveram, que nos acompanharam neste processo e se envolveram, apresentando palestras e trabalhos,

contribuindo e alimentando os debates temáticos, e mobilizando-se ainda na elaboração de propostas de acção.

Agradeço a todos os que nos honraram com a sua presença, em particular o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro da Educação e os representantes dos diferentes Ministérios e organismos públicos de São Tomé e Príncipe.

Por fim agradeço, e não posso deixar de o fazer, aos investigadores que colaboram comigo na equipa de investigação, que constituíram a Comissão Organizadora e que se dedicaram de forma incansável às diferentes tarefas organizativas: Joana Marques; Nuno Alarcão; Joaquim Pinto; Bastien Loloum. E ainda aos consultores do Projecto, Professores Carlos Vales e Rogério Roque Amaro, que aceitaram desde o início este desafio e que se têm envolvido em todas as actividades propostas.

Peço-vos, em nome da Comissão Organizadora, que compreendam e nos perdoem pelas falhas que possam ter ocorrido e apesar de termos procurado planear todas as acções da forma mais estruturada possível tendo em conta a distância.

Para concluir digo-vos ainda que é com grande satisfação que registámos em todos os momentos um elevadíssimo grau de participação, tanto estrangeira como santomense, incluindo durante os debates, e que ultrapassou largamente as nossas expectativas iniciais. Estes debates terão certamente continuidade e não vão ficar limitados a este momento. A todos agradeço a presença, a participação e o envolvimento. Daqui para a frente estaremos juntos em novas iniciativas que darão continuidade a este Seminário. Uma vez mais, muito obrigada.

Rafael Branco

Primeiro Ministro e Chefe do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Senhor Ministro da Educação,
Senhor Director-Geral do Ambiente,
Doutora Brígida Brito,
Outros Organizadores, Participantes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Eu não acredito em coincidências, creio que as coisas acontecem por vontade de Mulheres e de Homens, pessoas, cidadãos do Mundo que desejam contribuir a cada dia para que tenhamos um Mundo melhor. A realização deste Seminário em São Tomé e Príncipe

é um acontecimento importante pela temática e pelo momento. O nosso País, como todos sabem, atravessa uma situação muito difícil. Temos desafios económicos, sociais e outros bastante grandes e nestas alturas qualquer solução parece boa, mesmo aquelas que atentam contra aquilo que, como Humanidade, nós aspiramos. Daí que falar dos temas que elegeram para este Seminário é algo realmente importante.

Gostaria que reportassem a minha presença nesta cerimónia de encerramento sob o lema “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”, primeiro como uma resposta ao vosso simpático convite e, por outro e mais importante, como o testemunho inequívoco do Governo em encorajar iniciativas que promovam reflexões sobre alternativas de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe. Estamos numa situação difícil, estamos à procura de soluções mas não queremos uma qualquer solução. Queremos uma solução que seja socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Estes dois dias, pelo que eu vi, foram bastante frutuossos e geradores de animados debates em torno de um vasto leque de painéis e trabalhos de grupo, com envolvimento de diversos sectores, isto é representantes do poder público, local, privado, sociedade civil, académicos, técnicos e estudantes. Penso que este vasto leque de participantes permitiu cruzar informações e sobretudo que todos, mas todos, e cada um individualmente, as instituições e o Estado em particular se reconheçam mutuamente.

As conclusões e recomendações deste evento, estejam certos, servirão de base de trabalho para enriquecer e alimentar os projectos prioritários do Governo com vista à criação de bases de um desenvolvimento sustentado para São Tomé e Príncipe.

Senhoras e Senhores, como disse no início, não há coincidências, tudo o que fazemos, tudo o que acontece é o resultado do trabalho de Mulheres e de Homens em muitas partes do Mundo, em que construímos a nossa História, a nossa História comum. Há uma citação que me persegue, e que eu adopto em muitas situações: foi dado um passo, um passo muito importante, e lembro-me de um poeta que é espanhol, e temos aqui muitos participantes espanhóis e da Galiza, que edita um livro em português, e que dizia “viajante, o caminho se faz caminhando”. E eu creio que hoje demos um passo num caminho longo, que possivelmente não conhecemos todas as esquinas e avenidas que se abrem à nossa frente, mas este passo é importante nesta longa caminhada.

Eu penso que em conjunto estamos, e estivemos, a traçar um novo caminho para o desenvolvimento sustentado em São Tomé e Príncipe. Ficou aqui dito, este evento é também mais uma prova de que a mobilização de parcerias gera bastantes sinergias e resultados e este é um elemento fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento. Este Seminário é uma prova disso mas não precisamos de muitas provas para dizer que sozinhos pouco se faz, todos juntos podemos fazer muito.

A realização deste Seminário Internacional demonstra também que, e isto é uma tentação a que muitas vezes não conseguimos resistir, queremos parcerias para fazer coisas concretas em termos materiais mas a parceria é importante ao nível conceptual, pois em conjunto pode-se reflectir e fazer avançar a reflexão sobre a nossa compreensão e capacidade de compreender o complexo fenómeno que é o desenvolvimento. Portanto, parceria intelectual é uma parte importante dos esforços para estabelecermos outras parcerias e talvez essa parceria conceptual seja mais fundamental ainda do que outros géneros de parcerias que muitas vezes nos cativam mais rapidamente.

De facto é preciso uma ampla mobilização para combater a pobreza em todas as suas formas e promover a educação no Mundo. A pobreza é um flagelo em São Tomé e Príncipe e não pode, a nosso ver, haver qualquer desenvolvimento enquanto nós não incorporarmos os mais pobres e os mais necessitados nessa tarefa de combater a própria pobreza, nessa tarefa de elevar à condição humana milhares de Mulheres e Jovens que hoje lutam sem ter um amanhã previsível. É mais do que tarefa, uma missão deste Governo, que assumimos com plena consciência das suas dificuldades, não resolver o problema da pobreza em São Tomé e Príncipe no limitado mandato que temos mas, começar a dar os passos para que os mais pobres comecem a acreditar num futuro possível e que só pode ser possível se eles assumirem como sua responsabilidade a construção, dia-a-dia.

É evidente e não precisa de demonstração que a educação é fundamental. Sem conhecimento e sem que as pessoas assumam dentro de si a necessidade e o reconhecimento das suas capacidades, de através do conhecimentos mudar o Mundo, não pode haver um combate consequente contra a pobreza. Mas precisamos de mais, só a educação ensina as virtualidades do diálogo, um diálogo que não pode ter fronteiras de espécie alguma. Um diálogo que deve começar por um acto de humildade, em que cada um de nós por mais que saibamos sabemos muito pouco sobre os problemas do nosso Mundo, sobre nós mesmos e sobre as maneiras como podemos resolver os problemas que afectam as nossas sociedades. Este diálogo é necessário e fundamental para que as decisões sejam baseadas na razão e o conhecimento. Este é um dado fundamental para decisões racionais.

Hoje, mais do que nunca, o papel da pesquisa, da Ciência e das Tecnologias, é determinante nos modelos de desenvolvimento para ajudar sobretudo a resolver as necessidades fundamentais como o acesso à água potável, o tratamento do HIV Sida, os cuidados primários de saúde, a alimentação, a energia, a melhor relação com o Ambiente e até atenuar as consequências das catástrofes naturais. Em suma, o conhecimento, a investigação e a ciência são fundamentais para um Desenvolvimento Humano que tenha a qualidade de vida do Homem como a finalidade fundamental. O futuro, têm dito alguns compatriotas em São Tomé e Príncipe, está nas nossas mãos, está na nossa capacidade de primeiro

reconhecemos que temos um problema ou uma dificuldade, mas reconhecer também que a solução desses problemas começa, passa e termina em nós mesmos, em cada um de nós.

Este Governo esteve presente na cerimónia de Abertura para marcar a importância que damos a este Seminário, estou aqui hoje outra vez para reiterar essa importância. Mas a minha presença aqui hoje é sobretudo para simbolizar o profundo agradecimento do Governo, e eu creio também das nossas populações, pela vossa iniciativa, pelo vosso trabalho, pelas contribuições que deram para que comecemos e continuemos a fazer o que temos que fazer com uma consciência clara de que não há desenvolvimento sustentável e socialmente justo que se faça contra o nosso Ambiente.

Quero agradecer aos organizadores, aos patrocinadores, ao Centro de Estudos Africanos do ISCTE, à Direcção-Geral do Ambiente, aos seus quadros técnicos, a todos os participantes pelas contribuições que aqui deixaram, convencido, convicto e talvez esperançoso de que o que aqui discutimos não fique nesta sala, que acompanhe cada um de nós nas diversas funções que exercemos, sobretudo com uma grande esperança: que não tendo comido safu porque não é época, que é um fruto nosso, vocês levem São Tomé e Príncipe e o seu povo no coração e que tenham vontade de voltar.

O nosso compromisso por parte dos santomenses é que iremos trabalhar todos os dias para que quando voltarem a São Tomé e Príncipe encontrem um São Tomé e Príncipe um pouco melhor e reconheçam que a vossa estadia e a vossa contribuição teve a sua quota parte em tudo o que fizemos para melhorar o nosso país. Mais uma vez, em nome do Governo e de nós todos santomenses, muito obrigado.

